

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Franjas do Ecúmeno Islâmico ante os Adoradores da Cruz: os dilemas da talassocracia portuguesa para sociedades muçulmanas ao redor do Mar da Arábia (1498-1538)**

Nível: *Doutorado*

Doutorando: Gabriel Mathias Soares (Bolsista CAPES)

Orientadora: Ana Paula Torres Megiani

São Paulo

Setembro, 2023

VERSÃO CORRIGIDA

GABRIEL MATHIAS SOARES

**Franjas do Ecúmeno Islâmico ante os Adoradores da Cruz: os dilemas da talassocracia portuguesa para sociedades muçulmanas ao redor do Mar da Arábia (1498-1538)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Ana Paula Torres Megiani

São Paulo

2023

VERSÃO CORRIGIDA

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M676f Mathias Soares, Gabriel  
Franjas do Ecúmeno Islâmico ante os Adoradores da Cruz / Gabriel Mathias Soares; orientador Ana Paula Megiani - São Paulo, 2024.  
362 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.  
Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Oceano Índico. 2. Islã. 3. Portugal. 4. Império. 5. História Global. I. Megiani, Ana Paula, orient. II. Título.

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE****Termo de Anuência do (a) orientador (a)****Nome do (a) aluno (a): Gabriel Mathias Soares****Data da defesa: 08/12/2023****Nome do Prof. (a) orientador (a): Ana Paula Torres Megiani**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 06/02/2024



---

(Assinatura do (a) orientador (a))

A Zeula Soares, madrinha amada, *in memoriam*.



## **Agradecimentos**

Essa tese é resultado da colaboração, nem sempre consciente, de muitas pessoas queridas e estimadas. Primeiramente, ela não seria possível sem a aceitação e orientação da Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani, sempre solícita e paciente com meu modo caótico de ser. O direcionamento da ideia original, muito genérica e pouco elaborada, para uma verdadeira tese deve-se em grande medida às sugestões e conselhos de uma querida orientadora como ela. Além de guia-mestre da minha tese, também me ensinou muito durante o estágio do PAE (Programa de Aperfeiçoamento de Ensino Superior). Segundo, sem meus amados pais, Jauro Soares e Mariza Mathias Soares, também não haveria apoio para tudo que foi possível realizar durante esse período. Tanto no estímulo quanto na crítica, suas contribuições foram fundamentais, além do amor incondicional que me faz ser o que sou. Nunca poderei retribuir o tanto que fizeram por mim, mas espero poder fazer o mesmo com minha filha querida, Maria Laura, com quem aprendi o que é o verdadeiro amor e o sentimento paterno. Terceiro, devo sempre agradecer a quem foi tão essencial em minha formação e uma referência, Prof. Dr. Paulo Daniel Elias Farah, cuja longa trajetória entre nós de orientação, trabalho, cooperação e diálogo jamais poderão ser resumidas em poucas palavras, mas expresso aqui toda gratidão e apreço por sua pessoa, que considero também um amigo inestimável.

Tantos outros nomes poderiam figurar aqui, mas não poderia deixar de mencionar a do GEHIM (Grupo de História Ibérica Moderna), cujas pessoas com quem tive mais proximidade foram aqueles com que pude também realizar o estágio PAE, como Marcos Antonio Lopes Veiga, Fernando Victor Aguiar Ribeiro, Raphael Henrique Dias Barroso e Ivan Feijó. Vocês todos tiveram uma contribuição importante para essa tese, seja pelo diálogo, estímulo, ideias ou apenas conversas sobre a experiência acadêmica e de vida. Há muitos outros nomes não-mencionados, mas cujos breves encontros deixaram sua marca, e, por isso, sou muito grato também.

Não poderia deixar de agradecer a Profa. Dra. Ângela Barreto Xavier, que me recebeu como co-orientadora na Universidade de Lisboa, apoiou a minha investigação e me incluiu no Grupo de Investigação Impérios, cujos debates e

reflexões acrescentaram substancialmente ao olhar crítico dessa pesquisa. Entre os contatos, é indispensável mencionar Afonso Malecha, cuja valiosa e sincera amizade nesse período em Portugal foi imprescindível para o que teve de mais frutífero e agradável nessa experiência de intercâmbio tanto no nível pessoal, quanto acadêmico.

Há outros nomes que gostaria de mencionar em mais detalhe, mas a brevidade é mister: Dr. Guilherme Knopp Leite, meu psicanalista por anos e que foi essencial ao meu retorno ao mundo acadêmico; minha irmã querida, Elisa Mathias Soares; meu cunhado, Rogério; meu sobrinho, Lucas; minha queridíssima amiga Indra Rocha, que me forneceu o espaço para habitar; minha cara amiga Felícia, que ajudou na pesquisa *in loco* na Inglaterra, e todas as outras amigas, em São Paulo, Balneário Camboriú e alhures. Uma menção especial vai para Maria Sebastiana, mãe inigualável de nossa amada filha, Maria Laura, benção de nossas vidas e luz de nossos rumos próprios.

Para esta versão corrigida da tese, gostaria de agradecer também aos membros da banca de defesa, José Manuel da Silva Flores, Andréa Carla Doré, Paulo Daniel Elias Farah e Ana Paula Torres Megiani, pelas suas sugestões e críticas, além da revisão cuidadosa de Natalia Tammone.

Por fim, devo grande agradecimento a todo apoio da CAPES para o financiamento dessa pesquisa no Brasil (PROEX) e no programa de internacionalização (PRINT) que me forneceu os subsídios indispensáveis para pesquisa *in loco* em Lisboa e em outros arquivos, como em Londres e Cambridge na Inglaterra.

## Sumário

Introdução .....	13
O Islã Ecumênico do Índico ante a talassocracia portuguesa .....	23
Capítulo 1- Um “lago muçulmano”: o Islã ecumênico no Oceano Índico .....	42
O mundo comercial do Índico.....	51
A morada do Islã .....	61
Cosmópolis árabe-muçulmana.....	67
O Malabar .....	70
O Guzerate .....	78
O Mar Vermelho .....	82
O reino de Ormuz .....	85
A Costa Suaíli.....	93
Capítulo 2 - Conquista, Navegação e Comércio: a formação do império português no Índico.....	99
Conquista: a talassocracia portuguesa nas “gemas da mourama” .....	104
Navegação: hegemonia naval no Mar Árábico .....	123
Comércio: monopólio e extorsão.....	132
Capítulo 3: A pungência dos francos sobre o mar: a talassocracia portuguesa nas crônicas árabes.....	146
A reavaliação do passado na zona de contato .....	157
Crônicas das incursões portuguesas no Sul da Arábia .....	166
Ecos do avanço franco no santuário do Islã .....	176
Um libelo contra os adoradores da cruz.....	188
Recordações de uma dinastia naufragada.....	204
A consolação de um passado reluzente .....	210
Execração piedosa contra os francos malditos.....	214
Capítulo 4 - “Ao rei de Portugal, sultão do mundo”: negociação e articulação com o Estado da Índia e a Coroa.....	221
Vassalos e súditos suaílis entre a subordinação e a obstinação.....	230
Alianças relutantes do Malabar às Maldivas .....	239
Tradição e artifício no protetorado português de Ormuz .....	250
Capítulo 5 - Rearticulação do ecúmeno marítimo: fronteiras da Morada do Islã entre impérios .....	271
Do ecumenismo ao jihadismo: a militarização do Islã das Monções .....	290
Atrito inter-imperial do Mar Vermelho ao Golfo de Mannar: primórdios da contenda naval luso-otomana.....	308
Considerações finais .....	324
Referências .....	331
Fontes árabes.....	331
Bibliografia .....	337
Anexos .....	331
Anexo 1: Transliteração dos caracteres árabes.....	331
Anexo 2: Glossário de termos árabes .....	337

## Índice de imagens, tabelas e gráficos

Mapa 1- Mapa dos circuitos comerciais na Ásia marítima antes da chegada dos portugueses. ....	42
Mapa 2- Mapa dos principais roteiros de navegação através do Oceano Índico: em cinza, eixo marítimo de longa distância antes de 1258 .....	51
Mapa 3- Mapa das possessões portuguesas na Ásia na primeira metade do século XVI. ....	104
Mapa 4- Mapa das mercadorias comercializadas pelos portugueses no Oceano Índico na primeira metade do século XVI.....	132
Mapa 5- Mapa das primeiras campanhas navais portuguesas no Índico.. ....	146
Mapa 6-Mapa do Sul da Península Arábica no Século XVI .....	166
Mapa 7- O Mar Vermelho durante a expedição do governador Lopo Soares (1517). ....	176
Mapa 8- Mapa do sul da Índia no século XVI. ....	188
Mapa 9- Mapa do Guzerate no século XVI.....	204
Mapa 10- Mapa da costa oriental da África no século XVI. ....	210
Mapa 11- Mapa da costa do Malabar no início do século XVI.. ....	239
Mapa 12- Mapa da configuração político religiosa da Índia e da presença portuguesa nas orlas do subcontinente durante a primeira metade do século XVI. Configuração político-religiosa. ....	290

## Abreviaturas

ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BL	British Library
BnF	Bibliothèque nationale de France
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
CUL	Cambridge University Library
RAS	Royal Asiatic Society
WC	Wellcome Collection

## Resumo

A expansão marítima portuguesa rumo ao oriente impactou as sociedades muçulmanas nas orlas ao redor do Oceano Índico ocidental, ou seja, ao redor do Mar Árabe. Partindo de um conjunto de crônicas, histórias e outros registros escritos em árabe no decorrer do século XVI, a perspectiva letrada da invasão e ataques portugueses por essa área de rotas de comércio, migração e peregrinação provê um dos conjuntos de fontes dessa investigação. A pesquisa centra-se nas narrativas sobre às ações dos portugueses nos mares orientais e nas abordagens do domínio imperial português em histórias coetâneas escritas por eruditos muçulmanos em árabe na Costa Suaíli (Quíloa), Península Árabe (Iémen e Hejaz) e Índia (Malabar e Guzerate). Seguem-se à perspectiva erudita islâmica as manifestações das autoridades muçulmanas em suas correspondências em árabe com os portugueses, preservadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, catalogadas sobretudo na seção de Cartas Orientais. As cartas oferecem uma perspectiva mais negociada e diplomática das relações e negociações com o Império Português na região do Índico ocidental. Também revelam uma gama de conexões entre comunidades muçulmanas, assim como divisões nas mesmas, projetadas em vastos espaços de atuação e circulação – dinâmicas contestadas e ressignificadas frente à hegemonia marítima portuguesa.

**Palavras-chave:** Oceano Índico, Islã, Portugal, Império, História Global

## **Abstract**

The Portuguese maritime expansion towards the east impacted Muslim societies on the shores around the western Indian Ocean, that is, around the Arabian Sea. Drawing from a collection of chronicles, stories, and other records written in Arabic throughout the 16th century, the scholarly perspective of the Portuguese invasion and attacks in this area of trade routes, migration, and pilgrimage provides one of the source materials for this investigation. This research focus is on narratives about the actions of the Portuguese in the eastern seas and the approaches to the Portuguese imperial domain in contemporary histories written by Muslim scholars in Arabic on the Swahili Coast (Kilwa), Arabian Peninsula (Yemen and Hejaz), and India (Malabar and Gujarat). Following the Islamic scholarly perspective are the expressions of Muslim authorities in their Arabic correspondences with the Portuguese, preserved at the Torre do Tombo National Archive, in Lisbon, mainly cataloged in the section of Oriental Letters. The letters offer a more negotiated and diplomatic perspective on relations and negotiations with the Portuguese Empire in the western Indian region. They also reveal a range of connections between Muslim communities, as well as divisions within them, projected across vast areas of operation and circulation – dynamics that are challenged and redefined in the face of Portuguese maritime hegemony.

**Keywords:** Indian Ocean, Islam, Portugal, Empire, Global History

## Introdução

Os documentos são sempre evidências, uma materialidade que oferece evidência e assim permite mostrar outras coisas.<sup>1</sup> A relação com a veracidade, com a forma que busca reconstituir uma realidade passada, é o que distingue a história de outros tipos de relatos e narrativas.<sup>2</sup> Consequentemente, “para qualquer forma de interpretação histórica, a verossimilhança é essencial, daí a importância crucial do critério de plausibilidade.”<sup>3</sup> Todas as tentativas de refundação epistemológica do regime próprio da cientificidade da história, distinto, por sua vez, tanto das verdades da ficção quanto da linguagem matemática das ciências da natureza, compartilharam essa afirmação de que o conhecimento histórico é possível, e que ser retórico não é contraditório a prova e veracidade. Mas “nossas histórias não podem se libertar totalmente de sua maneira de ver a história.”<sup>4</sup>

É, portanto, “um fato incômodo que as fontes nas quais os escritos históricos se baseiam nem sempre confirmam o historiador em seus preconceitos.”<sup>5</sup> A historiografia carrega em seu próprio nome (talvez conceito) sua própria contradição (oxímoro), pois fala de história e escrita (grafia), do real e do narrado (discurso).<sup>6</sup> Não há qualquer totalidade que as palavras dão para todos os discursos e práticas possuem em um contexto, pois sempre está condicionado a descontinuidades. As divisões e relações do que constitui o objeto da história intelectual permitem que seja pensado como algo complexo e sem reduzi-lo a uma ocasião ou manifestação

---

<sup>1</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro, 1982, pp. 20-21.

<sup>2</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990, p. 84.

<sup>3</sup> “For any form of historical interpretation, verisimilitude is of the essence, hence the crucial importance of the criterion of plausibility”. AL-AZMEH, Aziz. **The Arabs and Islam in Late Antiquity: A Critique of Approaches to Arabic Sources**. Berlin: Gerlach Press, 2014, p. 80.

<sup>4</sup> “[...] our histories cannot entirely liberate themselves from their way of seeing history”. SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Empires between Islam and Christianity, 1500-1800**. New York: SUNY Press, 2019, p. 2.

<sup>5</sup> “It is an uncomfortable fact that the sources on which historical writings are based do not always confirm the historian in his or her prejudices”. SUBRAHMANYAM, Sanjay. **The Portuguese Empire in Asia: A Political and Economic History, 1500–1700**. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2012, p. 286.

<sup>6</sup> CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, pp. 13-14.

meramente particular de categorias universais imutáveis.<sup>7</sup> Ideologia e mentalidade não podem ser vistas meramente como um epifenômeno.<sup>8</sup>

A historiografia acadêmica, concebida em uma época de hegemonia global do Ocidente, ainda lida com vícios de uma visão eurocêntrica do passado. A ascensão da Europa industrial sobre a maior parte do globo impôs com distintos níveis de sucesso como a fórmula necessária e universal do processo histórico, disseminando para o mundo afora esse ideal como o padrão e assim “a história europeia foi vestida como um desenvolvimento universal e tratada como um parâmetro e um modo.”<sup>9</sup>

A visão hegeliana da história também postulou o mar como um elemento central para se entender a dinâmica história e as transformações dela decorrentes.<sup>10</sup> O mar torna-se um prisma pelo qual o europeu se distingue do não-europeu. Como coloca Certeau, o “outro é o fantasma da historiografia” e a escrita histórica se faz nessa contraditória prática de “compreender” o “outro” conferindo um “sentido” que oculta essa alteridade.<sup>11</sup> Assim, tratar do “outro” presente num documento histórico (o “outro” do “outro”) é uma tarefa de lidar com uma dupla alteridade. Esse legado na historiografia resultou no acúmulo massivo de informação empírica para sustentar essa tese. Nenhum povo compartilhava da cultura marítima europeia, fosse indiano, chinês ou egípcio. De todas as categorias empregadas para formações culturais, a África era o suprassumo da barbárie e do obscurantismo. Assim, também era a mais voltada de costas ao mar, introjetada para as profundezas de sua escuridão continental. Apesar de não Europeu, nem cristão, o Islã representava algo de civilização para Hegel e da realização do espírito. Ainda assim, o Islã não era um exemplo de progresso histórico, incapaz de abraçar a particularidade das relações sociais.<sup>12</sup> Essa incapacidade devia-se à própria geografia do lugar berço do Islã e do povo que o disseminou. A falta de forma do deserto explicaria a suposta incapacidade dos árabes em trazer o Universal ao particular e tornarem-se náuticos. O princípio teleológico na história desse período é a ideia de que a chamada Alta Idade Moderna

---

<sup>7</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990, p. 66.

<sup>8</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. *Op. Cit.*, p. 32.

<sup>9</sup> “European history was dressed as universal development and treated as a yardstick and a model”. CONRAD, Sebastian. **What is global history?** Princeton: Princeton University Press, 2016, p. 24.

<sup>10</sup> WICK, Alexis. **The Red Sea**: In Search of Lost Space. Oakland: University of California Press, 2016, p. 58.

<sup>11</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. *Op. Cit.*, p.14.

<sup>12</sup> WICK, Alexis. **The Red Sea**. *Op. Cit.*, p. 59.

é apenas um antecessor linear para o mundo contemporâneo que emerge, no século XIX, com a industrialização e a hegemonia europeia sobre o mundo. É importante então a “[...] rejeição da compreensão teleológica destes séculos que vê o período como simplesmente um prenúncio do mundo que emergiria no século XIX.”<sup>13</sup>

Os historiadores há muito tempo praticam a escrita do mundo, ou, para ser mais preciso, do mundo deles - pois, como vimos no breve esboço deste capítulo, o "mundo" em discussão não era sempre o mesmo. Sua definição variava de acordo com a perspectiva, com o que os historiadores e seus contemporâneos estavam ansiosos para descobrir e provar. E foi afetada também pelos padrões de interação e intercâmbio e pela extensão da interconexão global.<sup>14</sup>

Em relação a história do Oceano Índico na alta Idade Moderna, as fontes portuguesas fornecem apenas uma visão parcial dos acontecimentos e processos, por mais copiosas e detalhadas que sejam. Assim, compreende-se que “fontes portuguesas só fornecem uma visão parcial, que precisa de contextualização cuidadosa e constante”.<sup>15</sup> Nos textos vindos da tradição historiográfica árabe muçulmana e aqueles da cristã ocidental, há pouca evidência de compartilhamento direto de narrativas coetâneas durante o período moderno no contexto das navegações. Isso quer dizer que na narrativa dos eventos das navegações, explorações e domínios portugueses no Índico, são poucas as narrativas textuais sobre os mesmos eventos que parecem dialogar diretamente. Por outro lado, narrativas passadas encontram vasta evidência de fontes comuns ou compartilhadas de um lado a outro. Todavia, isso não exclui diversas formas de interação, contatos indiretos, evidências comuns circulando de diversas formas, etc. A precisão compartilhada nos fatos narrados nos textos de tradições muito distintas sugere uma relação mais complexa que a estabelecida pela leitura direta de fontes textuais comuns.

---

<sup>13</sup> “[...] rejection of the teleological understanding of these centuries that sees the period as simply a forerunner of the world that was to emerge in the nineteenth century.” SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Empires between Islam and Christianity, 1500-1800**. *Op. Cit.*, p. 34

<sup>14</sup> “Historians had long practiced writing the world, or, to be more precise, their world—for as we have seen from the brief outline in this chapter, the “world” under discussion was by no means always the same. Its definition varied according to perspective, to what historians and their contemporaries were eager to find out and to prove. And it was affected also by patterns of interaction and exchange, and by the extent of global interconnectedness.” CONRAD, Sebastian. **What is global history?** *Op. Cit.*, p.24.

<sup>15</sup> “[...] we have proceeded on the understanding that Portuguese sources can only give us a partial picture, and that they need constant and careful contextualization.” ALAM, Muzaffar and SUBRAHMANYAM, Sanjay. A View from Mecca: Notes on Gujarat, the Red Sea, and the Ottomans, 1517–39/923–946 H.. **Modern Asian Studies**, v. 51, n. 2., pp. 268-318, 2017, p. 288.

Os territórios muçulmanos (usualmente chamado de “mundo muçulmano” ou, muito raramente em português, “Islamicato”<sup>16</sup>) não estavam isolados ou fechados em si mesmos antes de eventos celebrados que os teriam levado para cena mundial, como a invasão portuguesa no Oceano Índico. Não foram os portugueses que trouxeram os muçulmanos no Índico para um mundo interligado, mas, ao contrário, foram os portugueses que chegaram num mundo onde muçulmanos já estavam integrados.<sup>17</sup>

O debate sobre as origens do mundo moderno e as bases para fenômenos que constituem o que é geralmente entendido como globalização, ou seja, interconectividade em escala global, ainda está em curso. Estudos nas últimas décadas têm demonstrado cada vez mais que os processos passados de transformações nunca foram unidirecionais, ou seja, “do Ocidente ao Resto”, e mesmo as histórias mais ‘uniformes’ de dominação hierárquica são multifacetadas.<sup>18</sup> A história mundial em si não é um fenômeno novo, por mais que tenha mudado ao longo dos séculos ao lado de outras dinâmicas na sociedade, na política, na economia e em praticamente todos os outros aspectos da vida humana. No século XVI, considerado cada vez mais o início de um longo processo de globalização (ou sua origem remota), já havia vários historiadores mundiais começando a pensar em uma verdadeira escala global como resultado de um aumento dessa interconectividade, o que não era impulsionado apenas pelo expansionismo europeu<sup>19</sup>. Uma “visão global” mais ampla não foi o monopólio de uma única tradição cultural. Essa afirmação vai contra uma visão de longa data, ainda presente em certas tendências neo-eurocêntricas, de que todas as mudanças significativas no século XVI, tanto na história quanto na historiografia, são um produto exclusivo da dinâmica interna da Europa (ocidental), que foram então “dispersas” por todo o mundo por ousados aventureiros e colonizadores. No entanto, essa visão não se sustenta quando se olha

---

<sup>16</sup> Traduzido de “*Islamicate*”, em inglês.

<sup>17</sup> HODGSON, Marshall GS. **Rethinking world history**: essays on Europe, Islam and world history. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 127.

<sup>18</sup> SANTOS PÉREZ, José Manuel. “História Global, História Mundial. Alguns aspectos da formação histórica de um mundo globalizado”. In: \_\_\_\_\_. **Histórias Conectadas**: Ensaio sobre história global, comparada e colonial na Idade Moderna (Brasil, Ásia e América Hispânica). Rio de Janeiro: Autografia, 2016, pp. 20-2.

<sup>19</sup> BENTLEY, Jerry H. Cross-Cultural Interaction and Periodization in World History. **The American Historical Review**, University Press, v. 101, n. 3, pp. 749-770, Junho, 1996, p. 751.

mais de perto as evidências de diferentes partes do mundo e como elas refletiam sobre as mudanças peculiares do século XVI.<sup>20</sup>

A historiografia de diversos locais e regiões, não apenas a europeia, expressam as mudanças de percepção em um mundo relativamente mais global<sup>21</sup>. Antes de 1500, de fato se produziu histórias de natureza genérica, mas, apesar dessas ambições, boa parte do mundo estava além dos conhecimentos disponíveis aos autores para abarcar uma história propriamente global. É, portanto, no século XVI que se apresenta uma oportunidade para escrita de uma história global e não apenas para uma Europa em expansão:

Lado a lado com histórias tradicionalmente dinásticas em sua orientação, ou cronografias que conta a história de Tabriz ou Bruges em detalhes, ou histórias de um reino específico ou de um grupo de reinos, a nova “história mundial” ou “história em uma escala mundial” (que normalmente é acompanhada de trabalhos em geografia e cartografia) emerge gradualmente.<sup>22</sup>

Como explica Sanjay Subrahmanyam, a diferença entre essa nova “história mundial” e a mais tradicional “história universal” está particularmente na abordagem historiográfica, ou seja, no modo de lidar com o contexto mais imediato do historiador (sua região, reino ou império) e com o contexto mais amplo da existência terrena ou mesmo cósmica.<sup>23</sup> As chamadas “histórias universais” são baseadas num modelo em que a distinção entre duas zonas complementares é crucial: uma interior (a qual o autor normalmente pertence) e uma contraparte exterior. A história da parte interior era possível ser escrita sem referência explícita à parte complementar, como é frequentemente o caso de histórias dinásticas ou de unidades espaciais como a Cristandade e as terras do Islã ou “morada do Islã” (*dār al-Islām*), na linguagem dos eruditos muçulmanos. A(s) história(s) da zona exterior é implicitamente compreendida como parte da narrativa mais ampla, normalmente com referências mais vagas, mas ainda assim consistentes com o arcabouço geral. A intensificação dos intercâmbios transoceânicos na Idade, trazendo a descoberta (mútua) de múltiplos passados,

---

<sup>20</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. On World Historians in the Sixteenth Century. **Representations**, University of California Press, v. 91, n. 1, pp. 26-57, Verão, 2005, p. 26.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 35

<sup>22</sup> “Side by side with histories that are traditionally dynastic in orientation, or chorographies that tell the history of Tabriz or Bruges in detail, or histories of a specific kingdom or set of kingdoms, the new “world history” or “history on a world-scale” (which is usually also accompanied by works on geography and cartography) gradually emerges.” *Ibidem*, pp. 35-36.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 36.

acabaram por expandir os horizontes do mundo e abalar as concepções universalistas de outrora.<sup>24</sup>

Aqui jaz o ponto de divergência entre a “história mundial” e a “universal”: a história mundial é baseada no reconhecimento da necessidade de uma completude na abordagem, do mundo como um todo. Isso enseja outra característica central dessa historiografia no início do período moderno, que é sua adesão a certos critérios estéticos distintos da “história universal”. Enquanto esta é simétrica e bem ordenada no seu bojo, aquela é de caráter acumulativo, frequentemente desordenado e indubitavelmente assimétrica em sua natureza. Os autores da história mundial são sempre motivados a acrescentar outro capítulo a mais e depois mais outro, raramente delineando uma estrutura esquemática para o texto. Os historiadores mundiais do século XVI ampliavam a abrangência da história que escreviam e o conteúdo que abordavam, mas, do ponto de vista dos parâmetros contemporâneos, ainda assim de modo distintamente “falho” segundo a idealização de seu objeto historiográfico.

Obviamente, não houve uma história do mundo escrita homogeneamente nas diferentes partes do mundo em variadas línguas e as diferentes tradições historiográficas responderam de distintas maneiras ao problema da escrita da “história mundial”.<sup>25</sup> Alguns responderam ativamente, o que não necessariamente significa que houve uma convergência a uma única forma, pois houve simultaneamente outras tradições historiográficas que permaneceram resistentes à ideia de passar de uma visão universalista para uma global. Nem toda produção histórica teve pretensões globais ou mundiais. Ainda assim, as transformações no século XVI tiveram um impacto na narrativa e no entendimento dos eventos, por mais localizados que pudessem ser. Na escala macrorregional, as crônicas e histórias árabes no Oceano Índico ocidental foram influenciadas por esse processo de maior interconexão das regiões do mundo.<sup>26</sup>

Como já mencionado, a historiografia não foi a única forma de saber ou expressão literária que refletia uma noção de mundialidade, pois mesmo onde a

---

<sup>24</sup> MARCOCCI, Giuseppe. **Índios, chinos, falsarios**: las historias del mundo en el Renacimiento. Madrid: Alianza Editorial, 2019. pp. 11, 35.

<sup>25</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. On World Historians in the Sixteenth Century. *Op. Cit.*, p. 47-48

<sup>26</sup> BAHL, Christopher D. Transoceanic Arabic historiography: sharing the past of the sixteenth-century western Indian Ocean. **Journal of Global History**, Cambridge University Press, v. 15, n. 2, pp. 203–223, Junho, 2020, p. 204.

escrita história se mostrava avessa ao mundo mais amplo, outras artes e conhecimentos sustentam uma tal percepção de mundo entre correspondências, mapas, contos e poemas.<sup>27</sup> Essa produção textual de caráter global frequentemente era fruto de pretensões imperiais ou mesmo uma ‘condição’ imposta a súditos de impérios de larga extensão territorial. Portanto, muitos historiadores mundiais acabam por ser efetivamente reprodutores de uma lógica imperial, abertamente ou não, do século XVI até o presente.<sup>28</sup>

O contato, ou mesmo choque, entre partes do mundo anteriormente separadas ou pouco conectadas produziu uma extensa “zona de contato” entre essas culturas distantes – um espaço social de encontro mormente marcado por assimetrias e violência.<sup>29</sup> Populações subordinadas ao poder colonial europeu ou, ao menos, às relações desiguais de poder no além-mar, deixaram sua marca em registros textuais, quando possível. Nesse encontro intercultural, assim como nos hibridismos resultantes, a posição dos atores nas hierarquias locais e supralocais definem vetores da transmissão, adaptação e/ou apropriação entre dois ou mais grupos distintos.<sup>30</sup> Correspondências em línguas nativas são um dos meios para se explorar essas relações interculturais e investigar como os fenômenos ligados à chamada “modernidade” não só afetaram, como foram absorvidos e moldados em outras tradições socioculturais e, conseqüentemente, também transformaram as sociedades europeias dominadoras e a História do Mundo desde os chamados “descobrimientos”. Essa noção contradiz uma percepção hegemônica do passado histórico dos últimos quinhentos anos, não só no Ocidente.

Compreende-se frequentemente a história do Mundo Moderno como uma história basicamente europeia, indo da Renascença a Revolução Industrial, passando pelas navegações, invenção da imprensa, reforma, contra-reforma, revolução científica, capitalismo, companhias de comércio - todos vistos como desenvolvimentos essencialmente europeus.<sup>31</sup> A gênese de praticamente tudo que configura a atualidade acaba por ser definida como essencialmente “ocidental”, sendo

---

<sup>27</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. *On World Historians in the Sixteenth Century*. *Op. Cit.*, p. 49.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>29</sup> PRATT, Mary Louise. **Imperial eyes: Travel writing and transculturation**. Londres & Nova Iorque: Routledge Taylor & Francis, 2007, p. 7.

<sup>30</sup> BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010, p. 66.

<sup>31</sup> HANNA, Nelly. **Ottoman Egypt and the Emergence of the Modern World, 1500–1800**. Cairo/Nova Iorque: The American University in Cairo Press, 2014, p. 1.

sua disseminação para o mundo (ou imposição) apanágio de agentes europeus ou ‘europeizados’. A crítica ao paradigma eurocêntrico por vezes se conforma, ironicamente, a esse eurocentrismo na História, particularmente na narrativa da modernidade como unigênita, fruto exclusivo da ação de europeus e seus descendentes. Expressa-se particularmente através de uma percepção – que se desenvolveu em meio a estudos pós-coloniais – de que a historiografia se baseia numa ideia eurocêntrica de história, cuja origem e desenvolvimento se deram exclusivamente no Ocidente e só se disseminaram com a subjugação dos não-ocidentais aos impérios coloniais europeus. A partir desse contato a história surgiu e, esses povos não-europeus, puderam aprender sobre sua própria história e praticar a escrita dela, podendo-se (erroneamente) concluir que por “todas essas localidades, a história foi simplesmente um presente envenenado com o qual o Ocidente buscou atrair e depois escravizar o não-Ocidente, que havia estado satisfeito em chafurdar até então, aparentemente, nas alegres certezas do mito.”<sup>32</sup>

Essa visão acaba por compactuar com uma noção de que o mundo não-europeu estava “fora da História”, estagnado num estado vegetativo até o contato com os europeus, o que deve-se em grande medida a formulações eurocêntricas de grandes pensadores do século XIX.<sup>33</sup> A história das outras regiões do mundo, sobretudo das chamadas “grandes civilizações” do Oriente, acaba por caracterizar-se como uma história de declínio, de povos carentes de inovações. Essas sociedades e seus indivíduos são entendidos como passivos, não como atores e agentes ativos do processo histórico. Só na medida em que começavam a seguir o modelo europeu é que entravam na História, por imposição e/ou simulação, fundamentalmente como uma extensão da história europeia, em que a história não-europeia se resume praticamente ao aprender ou imitar os europeus.<sup>34</sup> Implicitamente essa percepção induz a uma abordagem difusionista da história, na qual o centro cultural seria a Europa e dali se difundiria para outras partes do mundo em diferentes graus de adaptação e sucesso. A história moderna seria desse modo inteiramente europeia: apenas pela imposição do modelo europeu - diretamente, pelo domínio externo, ou

---

<sup>32</sup> “In all these locations, history was simply the poisoned gift with which the West sought to entice and then to enslave the non-West, which had been content to wallow until then, it would seem, in the happy certainties of myth.” SUBRAHMANYAM, Sanjay. *On World Historians in the Sixteenth Century*. *Op. Cit.*, pp. 26-27.

<sup>33</sup> HANNA, Nelly. *Ottoman Egypt and the Emergence of the Modern World*. *Op. Cit.*, p. 2.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 3.

através da pressão para emulá-lo - poderiam essas sociedades atrasadas construir sua história na modernidade e voltar a contribuir para a história mundial (ou global). A modernidade só se difundia pela influência europeia, fosse por imposição ou assimilação.<sup>35</sup>

Chakrabarty atenta para esse mecanismo que alça a Europa ao status de paradigma incontornável ou, no mínimo, como uma referência silenciosa no conhecimento histórico.<sup>36</sup> A assimetria da produção do conhecimento reflete a inequidade global de riqueza e poder, projetando no passado uma subalternidade inerente ao status periférico na contemporaneidade. Os importantes processos históricos do mundo não-europeu, embora documentáveis, não carrega o privilégio de fornecer as metanarrativas ou teleologias da História como um todo.<sup>37</sup> Isso ocorre parcialmente porque essas narrativas frequentemente expressam uma consciência antihistórica, desafiando e subvertendo o sujeito que fala em nome de sua própria história.

Ainda mais, trata-se de uma noção não limitada apenas à História enquanto passado humano, mas à própria historiografia enquanto uma episteme através do tempo e do espaço fora da Europa e de suas tradições intelectuais. Apesar das evidências do contrário, como denúncia Subrahmanyam, um verdadeiro coro de acadêmicos pretensamente não-eurocêntricos veio condenar a disciplina da história como um produto do Iluminismo, buscando retornar a alguma ideia holística de compreensão que o não-Occidente possuiria sob suas camadas de mímica e abnegação.<sup>38</sup> A história, tal como a modernidade, seria um produto exclusivo do Occidente, reiterando e ecoando a partir, supostamente do 'não-Occidente', a visão dos apologistas do excepcionalismo ocidental que extraem da filosofia de Hegel a alegação sobre a inexistência da história entre os não-ocidentais.<sup>39</sup> Em suma, a

---

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>36</sup> CHAKRABARTY, Dipesh. Provincializing Europe: Postcoloniality and the critique of history. **Cultural Studies**, v. 6, n. 3, pp. 337-357, 1992. p. 337.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 343.

<sup>38</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. On World Historians in the Sixteenth Century, *Op. Cit.*, p. 27.

<sup>39</sup> De particular influência é a noção de uma relação entre o registro da história (lado objetivo) e os acontecimentos históricos (lado subjetivo), de onde se desenvolvem também ideia de "pré-história": Sejam séculos ou milênios, os períodos pelos quais passaram os povos antes que a história fosse escrita talvez estivessem cheios de revoluções, migrações ou transformações absurdas, mas não possuem uma história objetiva, porque não apresentam uma história subjetiva, não têm registros da história. Esses registros faltam, não por haverem desaparecido acidentalmente pelos tempos afora,

história recente seria um produto exclusivamente ocidental e alheio à maior parte do mundo até o século XIX.

Porém, como esse estudo também busca evidenciar, existem muitos modos de perceber o passado em qualquer sociedade, nem todos históricos. É falso e simplista dividir sociedades e culturas inteiras em monoblocos como históricas e ahistóricas, pois dentro de uma mesma sociedade pode haver aqueles que enxergam o passado historicamente enquanto outros não o entendem assim, produzindo distintas narrativas.<sup>40</sup> Na pesquisa aqui desenvolvida entende-se tanto os fatos quanto as narrativas sobre eles desenvolvidas por povos não-europeus (ou não-ocidentais) como integrantes dessa História Moderna, como um de seus elementos constitutivos, não meramente uma curiosidade à parte, que se desenrolou de modo paralelo, entrando apenas no cenário dos processos históricos quando sob a influência de povos europeus. Mais ainda, trabalha-se aqui com a tese de que mesmo os povos ‘vitimados’ pelo expansionismo europeu moldaram a história de seus ‘vitimadores’. A relação entre os portugueses e os povos muçulmanos ao redor do Mar Árabe, é entendida aqui como as regiões do Índico ocidental permeadas pela cultura árabe, arabizadas e/ou islamizadas em distintas maneiras e medidas. Incluem-se regiões tanto majoritariamente árabes e muçulmanas (sobretudo na Península Árabe), como comunidades muçulmanas minoritárias em regiões sob domínio “pagão”, particularmente no Malabar. A experiência das incursões, hegemonia e colonização amiúde produziu em camadas letradas uma série de textos anticoloniais e antieuropeus, algo que se identifica em muitas localidades conquistadas e colonizadas por europeus.<sup>41</sup> O legado dos textos em língua árabe sobre os portugueses ao redor do Mar Árabe é o que se busca analisar aqui: um espaço integrado pela ubiquidade de comunidades e viajantes muçulmanos por entre diversos meios socioreligiosos, em suma, como parte do Ecúmeno Islâmico.<sup>42</sup>

---

mas porque jamais poderiam ter existido. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A Razão na História: Uma Introdução Geral à Filosofia da História**. São Paulo: Centauro, 2001, p. 112.

<sup>40</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. On World Historians in the Sixteenth Century, *Op. Cit.*, p. 28.

<sup>41</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. Taking stock of the Franks: South Asian views of Europeans and Europe, 1500–1800. **The Indian Economic & Social History Review**, SAGE Publishing, v. 42, n. 1, p. 69-100, Março, 2005, p. 10.

<sup>42</sup> Evita-se aqui expressão “o mundo muçulmano”, criticada por sua visão globalizante e essencialista que superestima o fenômeno religioso, negligenciando a pluralidade e as mudanças históricas presentes no mundo islâmico. CALASSO, Giovanna. Constructing and deconstructing the dār al-Islām/dār al-ḥarb opposition. In: CALASSO, Giovanna; LANCIONI, Giuliano (ed.). **Dār al-Islām/dār al-ḥarb: Territories, people, identities**, Leiden, 2017, p. 37.

## O Islã Ecumênico do Índico ante a talassocracia portuguesa

E assim que o início da chegada deles no Malabar (*Malībār*) foi no ano de novecentos e quatro da Hégira do profeta (...) e permaneceram ali uns meses se informando de notícias de Malabar e seus arredores e não se ocuparam no comércio, (...) depois voltaram para seu país, Portugal. E o motivo da chegada deles em Malabar, conforme o que é dito sobre eles, era a busca dos países da pimenta para tornar exclusivo o comércio dela para si mesmos, porque eles estavam comprando somente daqueles que a compravam de quem a trazia de Malabar por intermediação. E depois de dois anos com seis navios e entraram em Calecute (*Kalīcūt*) sob a forma de mercadores se ocupando do comércio. Disseram aos agentes do Samori que ele deveria proibir os muçulmanos de comerciarem com eles e de viajarem para terra dos árabes. - Zayn Al-Dīn, *Tuḥfa al-mujāhidīn fī ba'ad aḥbār al-purtukālyīn*.<sup>43</sup>

No alvorecer do século X da Hégira (que começa em 1495 [901 H.] e coincidindo com boa parte do século XVI da Era Cristã a partir de 1500 [c. 906 H.] até 1591, no ano mil da Hégira), os mares ao redor do Oriente Próximo caracterizavam-se por certa primazia socioeconômica árabe-muçulmana.<sup>44</sup> O Índico Ocidental e mares circundantes (Mar Vermelho e Golfo Pérsico, em particular), era integrado em grande medida pela circulação e redes muçulmanas (comerciais, religiosas e migratórias) no que se pode considerar como um “Islã ecumênico”<sup>45</sup>. Esse pêndulo ao Sul das rotas asiáticas pelo Oceano Índico teria surgido de mudanças dramáticas ocorridas a partir do século XIII, marcado em particular pela conquista mongol de

<sup>43</sup> AL-MAḤDŪM AL-MALĪBĀRĪ, Zayn al-Dīn. *Tuḥfa al-mujāhidīn fī ba'ad aḥwal al-purtukālyīn*. In: LOPES, David. **História dos Portugueses no Malabar por Zinadim**. Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 1-94 [árabe], 1898, p. 36-37. Na tradução de David Lopes: “A primeira vez que os franges apareceram no Malabar foi no anno de 1498; (...) onde permaneceram durante meses tomando informações acêrca do Malabar, e das condições actuaes, depois do que voltaram a Portugal, sem terem tratado de commercio. O motivo da sua vinda ao Malabar, segundo se diz, afim de que monopolizassem o seu commercio, porque antes só a podiam haver comprando-a a intermediários que por vez a comprovam aos que a importavam do Malabar, e estes tambem indirectamente. Dois annos depois voltaram em seis navios, e foram a Calecute como mercadores, e disseram aos ministros do Samorim que prohibissem que os muçulmanos commerciassem com os seus subditos e navegassem para a Arabia, (...)” *Ibidem* [tradução], pp. 34-35.

<sup>44</sup> “Durante os séculos XV e XVI grandes extensões do continente asiático se converteram, forçadas ou voluntariamente, a religião islâmica e milhões de habitantes do continente indiano passaram a ser governados por um dirigente muçulmano. A expansão do Islã foi o acontecimento de maior transcendência, no que a encontros transculturais se refere, antes do começo da expansão europeia que, sem depreciar o anterior, constitui o acontecimento que mais contribuiu à configuração do nosso mundo globalizado”. SANTOS PÉREZ, José Manuel. “História Global, História Mundial. Alguns aspectos da formação histórica de um mundo globalizado”. In: \_\_\_\_\_. **Histórias Conectadas: Ensaio sobre história global, comparada e colonial na Idade Moderna (Brasil, Ásia e América Hispânica)**. Rio de Janeiro: Autografia, 2016, p. 21.

<sup>45</sup> HO, Engsen. The Two Arms of Cambay: Diasporic Texts of Ecumenical Islam in the Indian Ocean. **Journal of the Economic and Social History of the Orient**, Leiden, v. 50, n. 2-3, pp. 347–361, Janeiro, 2007, p. 351.

Bagdá em 1258. Até então, o comércio marítimo de longa distância entre China e Europa atravessava o Índico até o Golfo Pérsico e dali para o Levante pelos rios e pelas rotas terrestres. A queda de Bagdá provocou uma ruptura nessa rota marítima de longa distância, que se redirecionou do Golfo Pérsico para o Mar Vermelho até o Mediterrâneo via Egito (em particular, Alexandria). Um dos vínculos centrais era a corrente migratória árabe através do Índico originária do Hadramaute (sudeste do Iêmen), dotada de ilustres famílias de juristas que serviam como os principais preceptores para autoridades muçulmanas, lideranças religiosas e eruditos fundadores de mesquitas e centros de estudos corânicos<sup>46</sup>.

Portanto, ao atravessar o Cabo da Boa Esperança, Vasco da Gama e seus conterrâneos depararam-se com uma rede de comunidades, comerciantes e eruditos religiosos árabes que se estendia pelas rotas comerciais marítimas ao redor do Mar Árabe, entre o Oceano Índico e o Mar Mediterrâneo oriental, constituindo ali um circuito de povoações costeiras que interligavam os mares de Leste a Oeste e se capilarizavam para regiões interiores através de caravanas terrestres e de transporte fluvial. Da costa sudeste da África (Costa Suáíli) até o sudoeste da Índia (Malabar/Kerala), indo mais além até o Estreito de Malaca, uma diáspora comercial muçulmana, predominante do sul da Península Arábica, se espalhava por portos e povoados litorâneos, trocando mercadorias e trazendo consigo a mensagem de sua religião: o Islã. No Noroeste, um contínuo territorial de povos árabes e arabizados ligavam essa rede ao Levante e à foz do rio Nilo. Um dos fios condutores centrais dessa economia inter-regional de mercados era o fluxo de especiarias do Oriente para o Ocidente, que por sua vez era adensada pela circulação de peregrinos religiosos trazendo consigo produtos ou como presentes, ou para trocá-los durante o percurso.

O papel geográfico que mesmo hoje possui a região do Mar Árabe e suas adjacências (incluindo Mar Vermelho, Golfo Pérsico, Golfo de Áden e Golfo/Mar de Omã) como um ponto nodal de comércio entre regiões, apesar de todas as mudanças dos séculos seguintes (sobretudo, a revolução industrial), indica a reprodução e até permanência na longa duração das rotas marítimas do noroeste do Oceano Índico. As mudanças ocasionadas pela inserção europeia direta na região geraram rupturas nas articulações comerciais entre Ásia e Europa, afetando as diversas sociedades

---

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 349.

ligadas pelas longas rotas de mercadorias de um hemisfério ao outro. A verdadeira dimensão desse impacto ainda é objeto de contenciosas discussões acadêmicas.<sup>47</sup>

Essa pesquisa investiga, portanto, um aspecto específico dessa questão: os efeitos da pressão realizada pelas conquistas dos portugueses na coesão e inter-relação dessas redes comunitárias e comerciais árabes, bem como o efeito que esse processo exerceu sobre a economia de troca internamente e à longa distância, sobretudo entre o Índico Ocidental e o Mediterrâneo Oriental. Perpassando essas obras estão tópicos recorrentes sobre a legítima reação muçulmana ou resistência belicosa no sentido de “guerra santa” (*jihād fi sabīl Allah*, lit. ‘esforço na senda de Deus’) contra os invasores “francos” (termo que basicamente define os cristãos católicos europeus como um bloco), assim como um implícito entendimento tanto da hostilidade religiosa desses para com o Islã (expresso particularmente no ideal de Cruzada em seu sentido mais amplo), como de seus interesses comerciais, sobretudo a busca por especiarias e pelo monopólio das mesmas.<sup>48</sup>

Uma das questões que perpassa a pesquisa e seleção de documentos é como as perspectivas muçulmanas da expansão portuguesa dialogam com o próprio ideário português de “cruzada” contra o Islã. A terminologia e as referências utilizadas por ambas as partes podem indicar uma espécie de “continuação” do fenômeno medieval. Todavia, as articulações de ambas as partes que vem à luz especialmente na documentação diplomática e mais cotidiana, servem de precaução a uma mera “transposição temporal”. Junto às questões de ordem propriamente religiosa, convergiam e disputavam simultaneamente interesses materiais e simbólicos, rearticulando as caracterizações mais genéricas das identidades cristãs e muçulmanas, especialmente como dois opostos.<sup>49</sup>

---

<sup>47</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Empires between Islam and Christianity**, 1500-1800. Nova Iorque: SUNY Press, 2019, pp. 26-27.

<sup>48</sup> Paul Chevedden critica a definição de Cruzada por acadêmicos modernos (segundo ele, centrada muito na conquista de Jerusalém) e argumenta que tanto a Santa Sé como os autores eruditos muçulmanos coevos percebiam-na como uma tentativa dos cristãos latinos recuperarem terras perdidas pelo Cristianismo ao Islã por todo o Mediterrâneo (o que incluiria a Reconquista e a expansão dos normandos na Sicília). CHEVEDDEN, Paul E. The Islamic Interpretation of the Crusade: A New (Old) Paradigm for Understanding the Crusades. **Der Islam**. Journal of the History and Culture of the Middle East, De Gruyter, v. 83, n. 1, pp. 90-136, 2006, p. 108.

<sup>49</sup> Como nota Thomaz em relação a mera reprodução das relações em outro canto do mundo: "O reencontro com os Muçulmanos no Índico não levou, porém, apenas ao avivar da atmosfera mental das campanhas marroquinas: levou, igualmente, à reprodução do modelo de organização da expansão no Norte de África, baseado na presença de um rosário de praças fortes, ao longo da costa, em

A contrapartida ao ideário de “cruzada” dos portugueses no Índico muçulmano encontrava-se na parte dos eruditos (*‘ulamā*) e dos juristas (*fuqahā*), condicionados não meramente pelo ideal de jihad, mas pelas formulações sobre *dār al-Islām* (morada do Islã) e *dār al-ḥarb* (morada da guerra), conforme desenvolvida pela vertente de jurisprudência sunita fundada pelo imam Šāfi‘ī (d. 204 H./820), predominante ao redor de todo Oceano Índico. Essa ‘escola’ (sig. *madhab*, pl *maḏāhib*) de interpretação da lei islâmica (xaria) desenvolveu um meio termo entre os binários categoria de *dār al-ṣulḥ* (morada da trégua) ou *dār al-‘ahd* (morada do acordo), aos quais foi acrescentada a definição de *dār al-amān* (morada da segurança) como território não-islâmico onde os muçulmanos eram protegidos e livres para praticarem sua religião.<sup>50</sup> Essa percepção mais complexa da dicotomia entre território ‘fiel’ e ‘infiel’ disseminada pela escola xafiita seriam um fator condicionante para as relações de comunidades de muçulmanos e não-muçulmans pelo Índico, mas não deixaria de enfrentar dilemas provocados pela intromissão dos portugueses em seu ecúmeno.

Como nota Calasso, há pouca referência à dicotomia entre *dār al-Islām* e *dār ḥarb* na literatura de viagem dos primeiros séculos do Islã.<sup>51</sup> É certo que algumas noções usualmente equivalentes se esboçam ao cruzar as fronteiras entre país(es) muçulmano(s) e país(es) de infiéis, mas de modo mais vago e inconsistente. Historiadores muçulmanos clássicos também utilizam raramente esses dois termos, embora apareça nos textos de jurisprudência da época, até os escritos pelos mesmos.<sup>52</sup> Todavia, cronistas posteriores parecem o empregar mais particularmente para se referir a divisão territorial cristã/muçulmana na Península Ibéria com o avanço da chamada Reconquista, como o próprio renomado historiador Ibn Khaldun, que das 42 vezes que evoca o termo, 35 são para Al-Andalus. Nesse autor também, o binômio aparece se referindo a importação de escravos mamelucos, caso em que a delimitação jurídica das duas moradas torna-se indispensável para manter a

---

endêmico estado de guerra - o que, como em Marrocos, permitiu a perpetuação do predomínio político da nobreza militar, chamada a desempenhar um papel essencial na manutenção do sistema." THOMAZ, Luís Filipe F. R. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel, 1994, pp. 212-213.

<sup>50</sup> KOORIA, Mahmood. An Abode of Islam under a Hindu King: Circuitous Imagination of Kingdoms among Muslims of Sixteenth-Century Malabar. **Journal of Indian Ocean World Studies**, McGill University, v. 1, n. 1, pp. 89-109, 201, p. 96.

<sup>51</sup> CALASSO, Giovanna. Constructing and deconstructing the *dār al-Islām/dār al-ḥarb* opposition. In: CALASSO, Giovanna; LANCIANI, Giuliano (ed.). **Dār al-Islām/dār al-ḥarb**: Territories, people, identities, Leiden, 2017, p. 22.

<sup>52</sup> *Ibidem*, pp. 26-27.

legalidade da escravização, visto que tal é ilegal tanto para muçulmanos quanto para não-muçulmanos que vivem legalmente no *dār al-Islām*, ou seja, o protegido (*ḍimmī*).

Ao invés de um mero embate entre duas grandes fés, o cenário apresentado ao estudo dessa conjuntura de transição, em que se incide um domínio cristão militante por parte dos portugueses, é de articulações seculares dos interesses materiais e políticas a despeito da religião, mas, também, um onde claramente as próprias ideias religiosas se articulam e rearticulam para fornecer respostas aos novos desafios, guias para ação e interpretação aos eventos.

A partir de um compilado de crônicas, histórias e sermões redigidos em árabe durante o século XVI, este estudo objetiva inicialmente compreender a perspectiva da erudição muçulmana acerca das incursões e agressões portuguesas no eixo vital de comércio, migração e peregrinação através e ao redor do Mar Árabe. Nesse período, produziu-se uma série de relatos e registros históricos sobre a presença portuguesa desde a Costa Suaíli até o Malabar, englobando o Chifre da África, o Iêmen (Áden e Hadramaute) e o Guzerate (também escrito como Gujarat), como uma importante extensão até o Hejaz, centro nevrálgico da erudição islâmica. Essas obras são listadas aqui por região e ordem cronológica, partindo do Iêmen (local dos relatos mais antigos) seguindo até Meca (cerne do Islã e dos segundos relatos mais antigos), depois pelo Malabar e o Guzerate até a região um pouco deslocada do Mar Árabe propriamente, embora integrante importante de seu eixo, a Costa Suaíle:

- ❖ **Tārīḥ al-Šanbal:** Escrita por Aḥmad ‘Abd Allah bin ‘Alawī Šanbal, originário de Hadramaute, esse anal histórico aborda meio milênio de eventos importantes até 1515, englobando desde o Levante até a Índia, com ênfase na região natal do autor.
- ❖ **Al-Faḍl al-mazīd** [‘alá buġia al-mustafīd fī aḥbār madīna Zabīd]: Escrito por Wajih al-Dīn ‘Abd al-Raḥman Ibn Al-Dayba’, este registro do Iêmen inicialmente abordava eventos até 1495. Posteriormente, foi complementado pelo autor, abordando o declínio da dinastia tahrída e o surgimento dos portugueses. Outra obra importante do mesmo autor é *Qurra al-‘uyūn bi-aḥbār al-Yaman al-maymūn* (‘Deleite para os olhos nos relatos sobre o Iêmen venturoso’).

- ❖ **Tārīḥ ṭağr ‘Adan:** Por Al-Ṭayyib Ibn ‘Abd Allah ibn Aḥmad Abū Maḥrama ou Bā Maḥrama, esta obra, do Golfo de Áden, pode ser traduzida como “História do Porto de Áden”. Ela detalha a história dos elementos urbanos da cidade e dos personagens que a marcaram desde tempos remotos até o período coetâneo ao autor.
- ❖ **Qilāda al-nāḥr fī wāfayāt al-‘aiyān al-duhur:** Também escrito por Bā Maḥrama, apresenta-se mais como uma crônica tradicional de eventos relevantes relacionados ao lēmen, baseando-se muito em *Qurra al-‘uyūn* de Ibn Al-Dayba‘, mas cobrindo também o período entre 923 H./1517 e 927 H./1521, que essa obra de referência omite.<sup>53</sup>
- ❖ **Tārīḥ al-Šiḥri wa aḥbār qarn al-‘āšir:** Por Muḥammad bin ‘Umar Al-Ṭayyib Bā Faqīh, de Hadramaute, esta obra foi redigida no fim do século XVI e aborda os eventos do século X da Hégira, com foco em Xaer (al-Xihr).
- ❖ **Bulūğ al-qirā fī ḡayl ithāf al-warā bi-aḥbār Umm al-Qurá:** Por ‘Izz al-Dīn ‘Abd al-‘Aziz Ibn al-Najm Ibn Fahd Al-Makkī, trata-se de um anal relacionado aos eventos de Meca até a conquista otomana do Hejaz em 1517.
- ❖ **Kitāb Nayl al-muná bi-ḡayl Bulūğ al-qirā li-takmila ithāf al-wará:** Escrito por Jār Allah Ibn ‘Izz al-Dīn ‘Abd al-‘Aziz Ibn al-Najm Ibn Fahd Al-Makkī, continua o anal de ‘Izz al-Dīn, cobrindo o período de 1517 até 1543.
- ❖ **Al-Barq al-yamānī fī al-fath al-‘uṭmānī:** De autoria de Quṭb Al-Dīn Muḥammad Ibn Aḥmad Al-Nahrawālī, esta obra foi encomendada pelo vizir otomano Sina Paxá, após a conquista do lēmen em 1571, e finalizada por volta de 1577-1578.
- ❖ **Kitāb Al-Silāḥ wa al-‘udda fī tāriḥ bandar Jidda:** Escrita por Ibn Faraj, como o ‘pregador de sermões’ (*ḥatīb*) de Jidá,
- ❖ **Al-Durar al-Farā’id al-Munazzama fī aḥbār al-ḥājj wa ṭarīq Makka al-Mu’azzama:** Compilado sobre a história da peregrinação a Meca (*ḥajj*) com

---

<sup>53</sup> PORTER, Venetia. *The history and monuments of the Tahirid dynasty of the Yemen 858-923/1454-1517*. Doctoral dissertation. Durham University, 1992, p. 10.

dados detalhados século XVI por al-Jazīrī, que ocupou um cargo assessor ao dirigente oficial dos peregrinos por vários anos.

- ❖ **Tuḥfa al-mujāhidīn fī ba‘aḍ aḥbār al-purtukalyīn**: Escrita por Zayn al-Dīn ibn ‘Abd al-‘Azīz al-Ma‘abarī al-Malībārī al-Maḥdūm, de Malabar, durante as décadas de 1570 e 1580, esta obra aborda majoritariamente o domínio português na costa sudoeste indiana, sobretudo até a conquista do forte português de Chaliyam pelo Samorim em 1571.
- ❖ **Ẓafar al-wāliḥ bi-Muẓaffar wa aliḥ**: Por ‘Abd Allāh Muḥammad ibn ‘Umar Uluḡhānī ou Hājī al-Dabīr, esta obra, originária de Guzerate, foi escrita no início do século VII e aborda a dinastia governante deste local nos séculos XV e XVI.
- ❖ **Kitāb al-sulwa fī aḥbār Kilwa**: De autoria desconhecida, este texto, originário da Costa Suaíli, foi produzido na primeira metade do século XVI, no entanto, as cópias manuscritas datam do século XIX.

O conjunto de escritos historiográficos elencados em seguida surgem de um lēmen transformado em grande medida pela interação do expansionismo português, mameluco e otomano ao longo do século XVI. A costa do Hadramaute (Hadramute ou Hadhramawt) foi um dos primeiros locais da Península Arábica a esbarrar com as frotas portuguesas. O registro mais antigo desse encontro começa com a crônica escrita por Aḥmad bin ‘Abdallah Šanbal, conhecida por seu nome *Tārīḥ al-Šanbal* ('História de Šanbal'), um anal de eventos relevantes desde o Hadramaute até outras regiões muçulmanas (o afamado *dār al-Islam*) dignas de menção para o autor. A obra cobre um amplo período de meio milênio, sendo os dois primeiros séculos mais focados em acontecimentos fora da Península Arábica. Pelo que se conhece, trata-se da mais antiga crônica árabe a se referir ao advento e as ações dos portugueses nos mares do oriente.<sup>54</sup> A versão que serve de referência para esta pesquisa foi editada por Abdullah Muhammad al-Habashi e publicada pela Maktaba Sana'a al-

---

<sup>54</sup> Joseph Cheldhod considera o complemento a obra de Ibn Al-Dayba' a mais antiga referência, porém esse escrito se refere a eventos até 1517, enquanto Šanbal teria falecido já em 1515. Todavia, a afirmação faria sentido a Cheldhod, que parece então desconhecer a história de Šanbal, pois não se refere a ela nem em seu artigo de 1995. CHELHOD, Joseph. Les Portugais au Yemen, d'après les sources arabes'. *Journal asiatique*, Société Asiatique, Peeters Publishers, v. 283, n. 1, pp. 1-18, 1995, p. 4.

Athariya, em 2003. Essa edição foi feita com base em manuscritos de bibliotecas no Hadramaute e em acervos pessoais de pesquisadores.

A obra *Buġia al-mustafid fī aḥbār madīna Zabīd* ('Aspiração daqueles que se interessam pelos acontecimentos da cidade de Zabid') foi escrita originalmente em 1495 por Wajih al-Dīn 'Abd al-Raḥman Al-Dayba' (1461-1537),<sup>55</sup> que depois complementou a obra com um "mérito adicional" (*Al-Faḍl al-mazīd*) pouco mais de duas décadas depois, cobrindo eventos até 1517 e abordando aí o ataque português a Zabid. Como muitas crônicas do período, particularmente as iemenitas,<sup>56</sup> centra-se na história da vila nativa do autor desde sua fundação e, em menor detalhe, dos eventos influentes nas regiões circundantes. A obra foi dedicada fatidicamente ao último sultão da dinastia tahrída em Zabid, 'Amir II, em sua primeira versão no auge do poder desse sultanato, no começo do século X da Hégira, sendo suplementada logo após a morte desse soberano em batalha e o final de sua dinastia em 923 H. (1517). O manuscrito que contém esse suplemento é catalogado como Arabe 6069 na Bibliothèque nationale de France (BnF). A versão impressa, que também serve de referência a esta pesquisa, foi editada por Joseph Cheldhod tomando esse manuscrito da BnF por base em cotejamento com a versão de Berlim (s/nº 9764 — Sprenger 183, Ile V).<sup>57</sup>

Mais ao sul de Zabid, o porto de Áden sustentava sua importância milenar enquanto empório das rotas comerciais oceânicas entre Ocidente e Oriente, mantendo-se como uma cidade semi-independente após o ocaso da dinastia tahrída. A obra descritiva dessa cidade portuária, *Tārīḥ taġr 'Adan* ('História do porto de Áden'), foi escrita por Al-Ṭayyib Ibn 'Abd Allah ibn Aḥmad Abū Maḥrama, também conhecido como Bā Maḥrama, e finalizada em 1540 (923 H.), dois anos após a conquista da cidade pelos otomanos. A BnF conserva duas cópias manuscritas, Arabe 5963 e 6062, que foram microfilmadas e disponibilizadas online. Baseada num manuscrito localizado em Leiden, a edição moderna, que também serve aqui de referência, foi

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>56</sup> ROSENTHAL, Franz. **A History of Muslim Historiography**. Leiden: Brill, 1968, p. 157.

<sup>57</sup> CHELHOD, Joseph. Préambule. In: IBN AL-DAYBA', Wajih al-Dīn 'Abd al-Raḥman. **Al-Faḍl al-mazīd**, Le surcroît de mérite: Neuf siècles d'histoire de l'Arabie du Sud. CHELHOD, J. (ed.). Sanaa/Beirute, Dār al-'Awda, 1983, p. 7.

editada por Ali Hussein Ali Abdelhamid e publicada em 1987 pela Dar al-Umar, em Omã, e pela Dar al-Jil, em Beirute.

Bā Maḥrama também escreveu uma obra mais extensa de história do Iêmen intitulada *Qilāda al-naḥr fī wa fayāt al-‘aiyān al-dahr* e editada em seis volumes por Dar al-Minhaj. Embora baseie-se em grande medida em *Qurra al-‘uyūn* para informações sobre a história dos tahiridas, ela abrange um período marginalmente mais longo, dos anos 1517 a 1521, “provendo um vislumbre singular em um período confuso da história.”<sup>58</sup>

Também da região iemenita de Hadramaute, a obra *Tārīḥ al-Šiḥr wa aḥbār qarn al-‘āšir* (“História de Xaer e notícias do século dez”) foi escrita em fins do século XVI e completa provavelmente pouco antes da morte de seu autor, Muḥammad bin ‘Umar al-Ṭayyib Bā Faqīh, em 1602. Escrita na forma de anais, trata de acontecimentos relevantes de Xaer e eventos influentes em outras regiões muçulmanas. Em meados do século XX, essa crônica foi examinada, junto a outras obras historiográficas do Sul da Arábia, por Robert Bertram Serjeant, que extraiu e traduziu para o inglês as referências aos portugueses nesses escritos. A edição aqui analisada foi organizada por Abdullah Muhammad al-Habashi (também editor da obra *Tārīḥ al-Šanbal*) a partir de duas cópias (uma de acervo pessoal e outra de uma biblioteca em Mucala, Hadramaute) e publicada pela Maktaba al-Ashrad em 1999.

Complementando a obra historiográfica de seu pai, ‘Izz al-Dīn ‘Abd al-‘Aziz ibn al-Najm ibn Fahd Al-Makkī escreveu *Bulūḡ al-qirā fī ḡayl ithāf al-warā bi-aḥbār Umm al-Qurá* (‘Complemento do Presente para humanidade com os Anais do passado da Mãe da Vilas’), uma vasta compilação pormenorizada de anais que vai do ano 885 H. (c. 1479) de até o ano da conquista otomana do Sultanato Mameluco, 923 H. (c. 1517). Foi editada com base em duas cópias manuscritas, localizadas na Biblioteca do Nobre Santuário de Meca, e publicada em 2005 em quatro volumes, totalizando quase 2.500 páginas. É um dos mais antigos registros em árabe do advento dos portugueses no Oceano Índico, cuja primeira menção na obra é no ano de 913 H. (c. 1505-1506).

---

<sup>58</sup> “This provides unique insight into a confused period of history.” PORTER, Venetia. **The history and monuments of the Tahirid dynasty of the Yemen.** *Op. Cit.*, p. 10.

Jār Allah ibn al-‘Izz ibn al-Najm ibn Fahd Al-Makkī buscou complementar as obras históricas de seu pai e de seu avô com o livro [*Kitāb*] *Nayl al-muná bi-ḡayl Bulūḡ al-qirá li-takmila ithāf al-wará* ([Livro sobre] a realização do desejo de alcançar o destino, acrescentando ao Complemento do Presente para humanidade com os Anais do passado (da mãe das vilas)). Cobre o período de 923 H. (onde terminou o anal de seu pai) e vai até 946 H. (c. 1540), tratando basicamente do período inicial de domínio otomano sobre o Hejaz e as disputas de poder regional, como com os portugueses no Índico. Só existe uma cópia conhecida do manuscrito, que, fortuitamente, foi editada e publicada no ano 2000, em dois volumes, com um total de mais de mil páginas.

Escrito em Meca por um nativo de origem guzerate escreveu *Al-Barq al-yamānī fī al-fath al-‘uṭmānī* ('Relâmpago iêmenita na conquista otomana') umas das mais conhecidas e copiadas obras sobre o Iêmen no século XVI. A crônica do xeique Quṭb Al-Dīn Muḥammad Ibn Aḥmad al-Nahrawālī (1511-1582) teria sido terminada no ano 985 da Hégira (c. 1577-1578), embora haja ao menos uma versão manuscrita anterior (incompleta até o capítulo 32) na BnF, que indica, na folha 87, a data da cópia da obra em estilo *ta'alīq* (mais típico de documentos otomanos e persas) no ano de 981 H. (1573-74) com o título *Al-Futūḡāt al-‘uṭmāniya lil-aqṭār al-yamāniya* ('Conquistas otomanas nas terras iemenitas'), com a autoidentificação do próprio copista por seu nome - Ḥusayn Ibn Muḥammad - no colofão final.<sup>59</sup> Foi encomendada oficialmente pelo pachá do sultão Selim II, Sinan Pasha, para suas campanhas de conquista no Iêmen entre 1569 e 1571. Essa obra seria dividida em 4 livros e 1 apêndice: o primeiro sobre os soberanos do Iêmen desde o princípio da Hégira até a conquista otomana; o segundo e o terceiro tratam da conquista otomana; e o quarto sobre os governantes do Iêmen coetâneos ao autor. Já o apêndice é um resumo da conquista de Tunis e Goleta pelos otomanos. Nenhuma das cópias ou versões do manuscrito contém o quarto livro anunciado na introdução da obra. Há várias cópias manuscritas da obra em bibliotecas, museus e arquivos no Ocidente. Na *Bibliothèque nationale de France* (BnF) há sete versões manuscritas da obra, todas digitalizadas e disponíveis *online* pelo site oficial da biblioteca. David Lopes utiliza o manuscrito BnF, Arabe 1648, que teria sido redigido por Šarf al-Dīn al-Ġamrī e terminado no ano 1002 da Hégira (*circa*

<sup>59</sup> BnF. Département des manuscrits. Arabe 1645. f. 87

1592-1593), do qual retirou vários extratos com menções aos portugueses.<sup>60</sup> Lopes também registra em sua época outras cópias manuscritas em bibliotecas europeias: duas na Biblioteca do Escorial, um manuscrito em Berlim, em Copenhague, em Gotha, em São Petersburgo, em Oxford e no Museu Britânico.

Egípcio de origem síria radicado em Meca, ‘Abd al-Qādir Al-Jazīrī (m. 966 H./1560) pode contar com sua experiência de ofício com *hajj* (a peregrinação a Meca), além de toda erudição, ao escrever *al-Durar al-Farā'id al-Munazzama fī aḥbār al-ḥājj wa ṭarīq Makka al-Mu'aẓẓama* ('As Pérolas Singulares na organização da peregrinação e do caminho de Meca, a Magnífica').<sup>61</sup> A edição dessa obra publicada por Dar Al-Kotob Al-ilmiyya, utilizada aqui, baseia-se no cotejamento de três manuscritos: um egípcio, um magrebino e um da Universidade de Yale. A obra cobre diversos temas sobre a peregrinação e eventos relacionados, como, por exemplo, flutuação de preços relacionados.

A notória 'monografia' jihadista sobre os portugueses, intitulada *Tuḥfa al-mujāhidīn fī ba'ad aḥbār al-purtukālyīn* ('Obra-prima dos lutadores da fé em alguns relatos dos portugueses'), representa uma resposta direta à hegemonia portuguesa. Teria sido escrita ao final da década de 1570 e concluída, possivelmente, em 1583 ou complementada por quem compilou a obra após a morte do autor por volta desse ano, o erudito muçulmano xeique Zayn al-Dīn al-Maḥdūm al-Malībārī. As duas últimas partes de seu nome indicam, respectivamente, seu epíteto familiar e sua *nisba* (adjetivo onomástico de local), mas também chamado por outro adjetivo onomástico de lugar: Al-Ma'abarī, de onde sua família se originava no Iêmen, como alguns autores sugerem; enquanto outros apontam para o nome usado para a Costa do Coromandel em fontes árabes do período.<sup>62</sup>

O texto original encontra-se preservado em quatro cópias manuscritas em bibliotecas da Inglaterra. Segundo David Lopes, apenas a versão em posse do Museu

<sup>60</sup> LOPES, David. **Extractos da Historia da Conquista do Yaman pelos Othmanos**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892, p. 6.

<sup>61</sup> FAROQHI, Suraiya. **Pilgrims and Sultans: the hajj under the Ottomans 1517-1683**. London/New York: I.B. Tauris & Co, 1994, pp. 33-34.

<sup>62</sup> WEINRICH, Ines. From the Arab Lands to the Malabar Coast: The Arabic mawlid as a Literary Genre and a Traveling Text. **Entangled Religions**, v. 11, n. 5, 2022, pp. 21-22. Ho relata a explicação de eruditos hadramitas do significado de Malabar como vindo de Ma'abar (local de passagem), provável confusão com a Costa do Coromandel, ou, talvez, certa visão conjunta do Sul da Índia a partir do Hadramaute. HO, Engsen. **The graves of Tarim: genealogy and mobility across the Indian Ocean**. Berkeley: University of California Press, 2006, p. 102.

Britânico pode ser considerada mais completa, já que supostamente faltava a primeira parte no manuscrito na Royal Asiatic Society (RAS).<sup>63</sup> O estudioso teria também comparado a versão com um dos manuscritos que se encontravam no *Indian Office* de então. Atualmente, apenas o manuscrito da RAS parece ser o mesmo, embora ao contrário do que Lopes aponta, é a versão mais completa e que mais se assemelha a sua edição. Os dois antigos manuscritos em posse do Museu Britânico foram transferidos para a Biblioteca Britânica (*British Library*). Já uma das outras versões da obra está preservada na *Wellcome Collection*, do *Wellcome Trust*, e disponibilizada em versão digital. Esta pesquisa se baseou no cotejamento de três manuscritos da obra consultados em Londres, no início de 2023, e da edição de David Lopes, ainda uma referência para as pesquisas e traduções mais recentes, que parece seguir mais especificamente a versão atualmente na RAS, além de informações sobre a vida e produção intelectual de Zayn al-Dīn e sua família de eruditos religiosos.

Embora o persa fosse o principal idioma para escrita nos sultanatos do norte da Índia a partir ao menos do século XV, como no Guzerate, importantes obras em árabe também foram produzidas. A obra de “Abd Allāh Muḥammad ibn ‘Umar Al-Makkī Al-Aṣafī Uluḡhānī, conhecido como al-Hājjī al-Dabīr, figura como uma curiosa produção historiográfica frente a muito mais numerosa historiografia persa naquelas partes. Escrita no fim do século XVI, *Ẓafar al-wāliḥ bi Muẓaffar wa āliḥ [fī tāriḥ Kujarāḥ]* ou ‘Vitória daqueles fervorosos para com Muzaffar e sua família (na história do Guzerate)’ é uma mistura de cronologias, biografias e outros eventos relevantes ligados direta ou indiretamente ao Guzerate e sua família governante (a dinastia muzafárida), a quem a obra é dedicada. Editada no início do século XX por Edward Denison Ross e publicada pela *University of North Carolina at Chapel Hill*, a única cópia manuscrita conhecida se encontra numa madrassa de Calcutá.<sup>64</sup>

Uma rara produção escrita se destaca na história da Costa do Suaíli, uma região islamizada e historicamente ligada às redes inter-regionais de comércio, localizada na parte sudeste do continente africano nas margens do Oceano Índico,

<sup>63</sup> LOPES, David. **Historia dos Portugueses no Malabar por Zinadim**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898, p. ci.

<sup>64</sup> BAH, Christopher D. Transoceanic Arabic historiography: sharing the past of the sixteenth-century western Indian Ocean. **Journal of Global History**, Cambridge University Press, v. 15, n. 2, pp. 203–223, Junho, 2020, p. 215.

mas com pouco de sua própria produção textual medieval e moderna perdurando até os dias atuais. Conhecida como a crônica árabe de Quíloa, o livro (*kitāb*) da *Al-sulwa fī aḥbār* ('Consolação dos eventos de Quíloa') foi provavelmente encomendada por um sultão da cidade Suaíli na primeira metade do século XVI.<sup>65</sup> Esse relato da fundação e sucessões dinásticas de Quíloa parece ter sido escrito após a restauração do sultanato de um títere dos portugueses em 1512, como indica o termo "consolação" (*sulwa*) no título da obra. O texto também menciona que o autor nasceu em 904 da Hégira e, portanto, viu o período da intromissão portuguesa e da restauração do sultão anterior. As duas versões impressas que servem de base para essa análise são a de S. Arthur Strong, publicada pelo jornal da Sociedade Asiática da Grã-Bretanha e Irlanda em 1895, e outra editada por Muhammad Ali Al-Salibi, publicada pelo ministério do patrimônio nacional e da cultura de Omã em 1985. Ambas têm por base o manuscrito Or. 2666 da coleção do Museu Britânico, uma cópia datada em 1877 e que foi presenteada pelo sultão de Zanzibar ao agente colonial britânico Sir John Kirk não muito tempo depois.<sup>66</sup>

As crônicas, histórias e anais árabes selecionados trazem perspectivas de autores muçulmanos representando olhares a partir de muitas regiões ao redor do Mar Árabe, porém algumas regiões de forte tradição escrita (e até produção historiográfica) silenciam ante aos ataques e até ocupação direta pelos portugueses. Como nota Al-Salman, as invasões e ocupações na costa de Omã, registradas amplamente nas fontes portuguesas, não encontram registro em fontes árabes locais.<sup>67</sup> O silêncio de fontes omanitas sobre as devastações e ocupações portuguesas dessa área litorânea pode ser fruto de um apagamento histórico (semi)consciente em relação a um passado humilhante.<sup>68</sup> Que os afetados suprimissem essa memória traumática e que isso não atinja os diversos relatos de regiões adjacentes é uma outra questão. Valensi chama atenção para os diversos níveis de significação de um evento traumático, como lembranças atreladas a

---

<sup>65</sup> DELMAS, Adrien. Writing in Africa. The Kilwa Chronicle and other Sixteenth Century Portuguese Testimonies. In: BRIGAGLIA, Andrea; NOBILI, Mauro (ed.). **The Arts and Crafts of Literacy**. Islamic Manuscript Cultures in Sub-Saharan Africa. Berlin: De Gruyter, 2017, p. 198.

<sup>66</sup> STRONG, S. Arthur. The History of Kilwa. **The Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland**, Londres, pp. 385-430, 1895, pp. 385-386.

<sup>67</sup> AL-SALMAN, Mohamed Hameed. Arabian Gulf in the Era of Portuguese Dominance: A Study in Historical Sources. **Liwa: Journal of the National Center for Documentation & Research**, Abu Dhabi, v. 4, n. 7, pp. 13-36, Junho, 2012, p. 17.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 18.

aspectos dos mais específicos ou absurdos, de difícil entendimento, para aqueles que por ele não passaram.<sup>69</sup> Essa incompreensão por terceiros também tem um papel na quebra de transmissão desses relatos por crônicas como as iemenitas ou de Meca, ambas mais numerosas e atentas a eventos em locais mais distantes, como o Guzerate, mas provavelmente mais conectados entre si pelos circuitos marítimos.

Complementa-se as informações com algumas outras documentações árabes do período, como coletâneas biográficas. Conhecida referência para biografias hadramitas do décimo século da Hégira, a obra intitulada *Al-Nūr al-Sāfir ‘an aḥbār al-qarn al-‘āšir* ('A Luz Viajante sobre notícias do século dez') foi escrita pelo também hadramita ‘Abd al-Qādir Al-‘Aydarūs (1570-1628) radicado no Guzerate. No século XVII há, também, *Al-Sanā’ al-Bāhr bi-takmīl al-Nūr al-Sāfir* ('Resplendor brilhante em completo à Luz Viajante') obra que, como o próprio nome indica, foi escrita em complemento (*bi-takmīl*). Seu autor, Al-Sayyid Muḥammad Al-Šillī Al-Yamanī, faleceu em 1682. A versão impressa de sua obra aqui utilizada foi editada por Maktaba al-Irshad, em 2004.

Uma documentação que se só explorou limitadamente, mas que talvez ofereça espaço para futuras pesquisas, são as coletâneas de sentenças, pareceres ou conselhos jurídicos (sig. *fatwá*, pl. *fatāwá*). Figura aqui a importante obra *Al-Fatāwá al-Kubrā al-Fiqhiyya* ('Grandes Sentenças de Jurisprudência') do célebre mufti xafiita Muḥammad Ibn Ḥajar al-Haytamī, editado em quatro volumes por Dar al-Kutub al-‘Ilmiyya, em Beirute. Algumas outras obras árabes do período, de relevância para essa pesquisa, não foram possíveis de acessar nem na forma original, nem em versão impressa ou digitalizada, como é o caso de três poesias jihadísticas do Malabar e de um sermão de jihad contra os portugueses.

Existem também cartas que ilustram a dinâmica de submissão de governantes, oficiais e grandes mercadores ao poderio português, bem como disputas, apelos e negociações resultantes. Estas estão disponíveis no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) na coleção intitulada "Documentos em caracteres árabes provenientes do Oriente", a maioria das quais pode ser acessada digitalmente no site oficial do

---

<sup>69</sup> Valensi reconta a dificuldade de um sobrevivente do Holocausto explicar a própria irmã o que lhe havia acontecido, evitando aceitar aquela atroz realidade no momento que tal era apresentada. VALENSI, Lucette. Présence du passé, lenteur de l'histoire. **Annales**. Economies, Histoire, Sciences Sociales. v. 48, n. 3, pp. 491-500, 1993, p. 494.

arquivo. Os títulos das cartas são uma combinação dos títulos usados no ANTT e das correções feitas durante a análise dessas fontes, pois, em alguns casos, a metadada não correspondia ao conteúdo do documento. Para evitar confusões, mantém-se os termos e nomes originais que aparecem nos títulos do ANTT e coloca-se entre parênteses os nomes utilizados no registro arquivístico na bibliografia.

#### **Cartas da Costa Suaíle:**

- Carta do xeique Waīj Raḥ desde Melinde a D. Manuel I, ANTT-CART-891,1-7 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 7);
- Carta do xarife de Moçambique, Muḥammad Al-Alawī, para D. Manuel I pedindo a sua proteção na viagem para a Índia, ANTT-CART-891,1-18 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 18);
- Carta de Ibrahim, rei de Quíloa, para D. Manuel I, ANTT-CART-891,1-19;
- (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 19);
- Carta do rei de Melinde, ‘Alī ibn Sulṭān ‘Alī, a D. Manuel I, ANTT-CART-891,1-20 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 20);
- Carta desde Melinde a D. Manuel I, ANTT-CART-891,1-54 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 54).

#### **Cartas do Malabar e das Maldivas:**

- Carta de Bābā ‘Abd Allah (Baba Abdullah), ANTT-CART-891,1-09 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 9);
- Carta de Chenicher (Guinguir), vizir (guazil) de Cananor, ANTT-CART-891,1-47 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 47);
- Carta de Chenicher Kurub (Guinguir Coreb), vizir (guazil) de Cananor, ANTT-CART-891,1-48 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 48);
- Carta de Kollatiri (Coletery), rei de Cananor, a D. Manuel I, ANTT-CART-891,1-49 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 49);

- Carta de Kollatiri (Coletery), rei de Cananor, a D. Manuel I, ANTT-CART-891,1-50 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 50);
- Carta de Kollatiri (Coletery), rei de Cananor, a D. Manuel I, ANTT-CART-891,1-51 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 51);
- Carta de Kollatiri (Coletery), rei de Cananor, a D. Manuel I, ANTT-CART-891,1-53 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 53);
- Carta de Cananor para Antônio Carneiro, ANTT-CART-891,1-53 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 53).

#### **Cartas de Ormuz:**

- Carta do xeique de Ormuz à D. João III em nome da população de Ormuz, ANTT-CART-891,1-3 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 3);
- Carta do rei de Ormuz (Muhammad Šāh II?) ao rei de Portugal queixando-se dos soldados portugueses, ANTT-CART-891,1-5 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 5);
- Carta de Rāšid bin Aḥmad ao rei D. João III pedindo ajuda e lembrando-lhe os serviços prestados, ANTT-CART-891,1-68 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 68);
- Carta de Rāšid bin Aḥmad para o rei d. João III, ANTT-CART-891,1-79 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 79);
- Carta de Muhammad Šāh II, rei de ormuz para o rei d. João III, ANTT-CART-891,1-81 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 81);
- Carta de Rāšid bin Aḥmad ao rei de Portugal sobre Estado da Índia, ANTT-CART-891,1-82 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 82);
- Carta de Rāšid bin Aḥmad, ANTT-CART-891,1-85 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 85);

- Carta de Rāšid bin Aḥmad ao rei de Portugal dando novidades sobre o território da Grande Síria, ANTT-CART-891,1-88 (Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 88).

A maioria dessas cartas já foram analisadas em detalhe por estudiosos como Jean Aubin, Muzaffar Alam e Sanjar Subrahmanyam. As análises, normalmente, foram focadas num conjunto de cartas produzidas numa mesma localidade ou região, ou mesmo em uma carta especificamente. O objetivo aqui é entender as conexões entre essas correspondências e as articulações de muçulmanos frente às imposições dos portugueses nas costas do Índico Ocidental. O arquivamento das cartas na Torre Tombo é por vezes equivocado, como também frequentemente as transcrições e traduções das cartas árabes da coletânea de Frei João de Sousa,<sup>70</sup> que Aubin classificou como tendo pouca utilidade acadêmica (corroborando a opinião de outros pesquisadores) - principalmente a tradução dos documentos, mas também muito da transcrição e edição dos mesmos.<sup>71</sup>

A insatisfação com os modelos disponíveis na escolha de uma transliteração nos levou a seguir, geralmente, o modelo do Alfabeto Fonético Internacional ou AFI (mais conhecido pela sigla em inglês IPA, de *International Phonetic Alphabet*), apesar das dificuldades com caracteres difíceis de serem digitados e das inúmeras (e confusas!) variações na romanização do árabe em diferentes obras, arquivos e artigos acadêmicos que supostamente seguem esse modelo. Utiliza-se esse esquema para os títulos e trechos das fontes, assim como nomes próprios, incluindo os autores das obras e outros documentos, exceto quando possuem forma própria no registro oficial dos arquivos. Para citações de termos em árabe nos textos em línguas de escrita latina, mantém-se a transliteração utilizada pelo autor nos trechos originais nas notas de rodapé. Mantém-se, também, a romanização utilizada na catalogação bibliográfica de manuscritos, como os da BnF. Para nomes árabes modernos, escolhe-se a forma mais convencional utilizada para o nome dos autores ou das casas de publicação,

---

<sup>70</sup> SOUSA, Fr. João de. **Documentos árabicos para a historia portuguesa copiados dos originaes da Torre do Tombo**. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1790.

<sup>71</sup> AUBIN, Jean. **Le latin et l'astrolabe**: recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales, vol. II. Lisboa & Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian/Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 2000, p. 418.

caso não exista uma transliteração oficial. A modelo de transliteração utilizada se encontra na forma de tabela ao final desta tese, na seção de anexos.

Quanto à escrita de nomes, observou-se a forma para de transliteração presente nos autores referidos, suas obras e as figuras históricas (muçulmanas) nelas referidas. A exceção é para nomes já amplamente disseminados, como Ibn Khaldun (1332-1406) e Suleimã, o Magnífico, sultão otomano de 1522 a 1566. Toponímicos foram utilizados em português conforme o padrão dicionarizado, com alguma referência inicial às outras formas. O mesmo para termos islâmicos já dicionarizados, como jihad e xaria, exceto quanto citando diretamente um trecho de uma fonte. Alguns termos podem aparecer no formato mais próximo ao árabe original, como ulemá para letrado ou estudioso/mestre da religião e, às vezes, em uma forma traduzida. Isso ocorre pela carga semântica que a versão em português de alguns desses termos carrega, que não necessariamente traduzem todos seus significados em árabe. Assim, por ulemá (sig. *'ālim*, pl. *'ulamā'*) pode-se entender letrados ou eruditos num sentido mais geral, ou, ulemás para os doutos da religião. Os títulos são referidos em português, exceto se integrados ao nome. Apesar dessa distinção ser intercambiável, via de regra, aqui entende-se o qualitativo muçulmano como a forma mais genérica de filiação a religião e não aos aspectos mais especificamente religiosos, para o qual se aplica o qualificativo de islâmico/a.

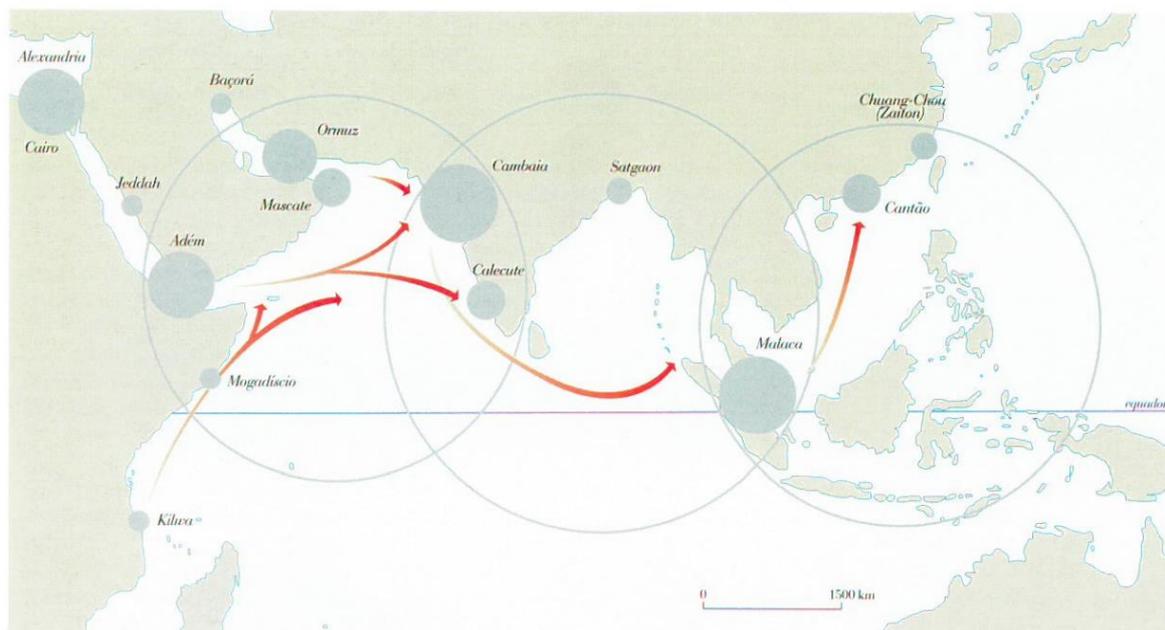
Todas as traduções das fontes são próprias desta pesquisa, em cotejamento com traduções modernas, quando disponíveis. Para citações de textos contemporâneos em língua estrangeira, buscou-se inserir o texto original nas notas de rodapé. Os trechos citados de documentos em árabe tiveram de ser relegados ao apêndice devido às dificuldades em inseri-los no corpo do texto e no rodapé. As transcrições das fontes seguem, em linhas gerais, os critérios da comissão de normas para transcrição de documentos manuscritos para história do português do Brasil e às diretrizes estabelecidas no II Encontro Nacional de Normatização Paleográfica e Ensino da Paleografia em 1993.

Esta tese se inicia com o primeiro capítulo, *Um "lago muçulmano": o Islã ecumênico no Oceano Índico*, no qual se apresenta o panorama geral do Oceano Índico às vésperas da chegada dos portugueses, de modo a contextualizar as mudanças que se registram nesse cenário. O segundo capítulo, *Conquista*,

*Navegação e Comércio: a formação do Império Português no Índico*, trata da formação do império português no Oceano Índico e sua atitude para com o Islã e as sociedades muçulmanas em sua orla, valendo-se sobretudo de pesquisas já realizadas sobre o tema cotejando com informações contidas nas fontes árabes do período. O terceiro capítulo, *A pungência dos francos sobre o mar: a talassocracia portuguesa nas crônicas árabes*, elenca e disserta sobre as narrativas históricas árabes do ecúmeno do Oceano Índico no século XVI em sua relação com a talassocracia portuguesa. O quarto capítulo, *“Ao rei de Portugal, sultão do mundo”*: *negociação e articulação de muçulmanos entre o Estado da Índia e a Coroa portuguesa* foca nas correspondências árabes dirigidas ao rei de Portugal e/ou a oficiais da Coroa, preservadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cuja relação de proximidade revela uma dinâmica muito mais complexa e menos dicotômica entre portugueses e muçulmanos que as narrativas árabes normalmente deixam transparecer. O quinto e último capítulo, *Rearticulação do ecúmeno marítimo: fronteiras da Morada do Islã entre impérios*, discorre sobre as transformações que se passaram no ecúmeno islâmico do Oceano Índico na primeira metade do século XVI com a constituição de uma talassocracia imperial sem verdadeiros precedentes, mas cuja realidade foi moldada junto a fatores locais e em escalada competição com outras potências, em particular, os otomanos.

## Capítulo 1- Um “lago muçulmano”: o Islã ecumênico no Oceano Índico

Estrutura do comércio entre os entrepostos no oceano Índico antes de 1500 (apud Chaudhuri, 1985)



Mapa 1- Mapa dos circuitos comerciais na Ásia marítima antes da chegada dos portugueses. CHAUDHURI, Kirti. “O comércio asiático”. In: BETHENCOURT, Francisco, e CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da Expansão Portuguesa*. vol. 2. Lisboa, Círculo de Leitores, p. 19

Imenso espaço marítimo marcado pelo ritmo das monções, o Oceano Índico teve seus litorais explorados pela humanidade desde tempos imemoriais. O início da navegação costeira por essas águas é difícil de precisar, remontando talvez à origem da própria arte de navegar. No alvorecer da chamada “Era Comum”, descobriu-se como velejar na direção sudoeste com impulso dos ventos da monção ao redor do verão e noroeste com a monção ao redor do inverno.<sup>72</sup> O termo em si deriva da palavra árabe para temporada ou estação (sig. *mawsim*, pl. *mawāsim*), mas que marinheiros árabes empregavam para indicar as temporadas próprias para esse tipo de navegação, usualmente no sentido geral de “temporadas de viagem” (*mawāsim al-asfār*) e, ocasionalmente, “estações dos ventos” (*mawāsim al-riyāh*).<sup>73</sup> No singular,

<sup>72</sup> O circuito noroeste do Oceano Índico, parece se iniciar no século II com cruzeiros transoceânicos sem escala, propulsionados pelos ventos das monções diretamente da região do Mar Vermelho para Índia. SALLES, Jean-Francois. La circumnavigation de l'Arabie dans l'Antiquité classique. In: **L'Arabie et ses mers bordières**. I. Itinéraires et voisinages. Séminaire de recherche 1985-1986. Lyon: Maison de l'Orient et de la Méditerranée Jean Pouilloux, 1988. p. 92.

<sup>73</sup> TIBBETTS, Gerald Randall. Navigational Theory. In: AHMAD IBN MAJID AL-SA'DI; TIBBETTS, Gerald Randall. **Arab Navigation in the Indian Ocean Before the Coming of the Portuguese: Being**

a palavra *mawsim* era predicada pelo destino para – ou região por – onde se velejava, como nos três grandes circuitos apresentados no mapa acima. Esses distintos itinerários alteravam o cronograma geral para navegação transoceânica, mencionado anteriormente, mas o certo era que haveria regularidade no ritmo das moções, independentemente quais fossem os períodos anuais apropriados para zarpar com ventos favoráveis à destinação almejada. A teia de interações possibilitada por esse tipo de transumância tornou o Índico um teatro ecumênico por excelência. Para Bentley, “a bacia do Oceano Índico representa o caso mais importante em que o comércio incentivou a integração econômica de uma região especialmente grande nos tempos pré-modernos.”<sup>74</sup>

Dinamizadas por contínuas interações, sociedades da bacia do Oceano Índico influenciaram-se mutuamente ao longo da história, mas não de modo equânime e homogêneo. Durante quase um milênio antes do advento dos portugueses, adeptos do Islã fizeram-se presentes em diversos empórios da Ásia marítima e ao longo da costa oriental africana, do Mar Vermelho ao Canal de Moçambique. A vagarosa islamização ensejada por contatos comerciais, matrimônios e imigração, ao longo de centenas de anos, foi acelerada pontualmente pela adoção oficial da religião por governantes, pela expansão de dinastias muçulmanas por novos territórios continentais ou insulares e pelo êxodo populacional de muçulmanos devido a crises, sobretudo no período da Idade Média tardia.<sup>75</sup> Meio milênio após a revelação profética em Meca, a religião islâmica alcançou quase todas as cidades portuárias da bacia do Oceano Índico. Os encontros e hibridizações produzidos a partir da chegada dos portugueses foram condicionados por essa conjuntura engendrada nos três séculos

---

a Translation of *Kitab Al-Fawa'id Fi Usul Al-Bahr Wa'l-Qawa'id* of Ahmad B. Majid Al-Najdi Together with An Introduction on the History of Arab Navigation, Notes on the Navigational Techniques and on the Topography of the Indian Ocean, and a Glossary of Navigational Terms. Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland, 1971, p. 360.

<sup>74</sup> “The Indian Ocean basin represents the most important case in which trade encouraged the economic integration of an especially large region in pre-modern times.” BENTLEY, Jerry H. *Cross-Cultural Interaction and Periodization in World History*. **The American Historical Review**, v. 101, n. 3, pp. 749-770, Jun. 1996, p. 754.

<sup>75</sup> Bouchon aponta essa dificuldade de precisar a introdução do Islã em muitas regiões do Índico antes da profusão de relatos no medievo tardio. BOUCHON, Geneviève. **Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630: études d'histoire indo-portugaise**. Lisbonne/Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, p. 217.

anteriores, em que o predomínio dos seguidores da revelação corânica pelos circuitos transoceânicos conferiu ao Índico a alcunha de “lago muçulmano”.<sup>76</sup>

Séculos antes da revelação profética por Muḥammad (vulgo Maomé) no Hejaz, as redes marítimas já conectavam as extremidades leste e oeste da Ásia marítima e envolviam uma multidão de povos e regiões, incluindo aqueles da Península Arábica. Ao longo de mais de cem anos após o surgimento do Islã, novos territórios litorâneos foram continuamente incorporados aos domínios dos califas, os sucessores do profeta na liderança suprema da comunidade muçulmana. As enseadas do Índico e mares adjacentes dispunham de cidades portuárias históricas e propiciavam a criação de novas, permitindo a integração de novas gerações de mercadores aos circuitos de comércio marítimo pré-existentes, como também a configuração de novas redes transoceânicas. Zarpando dos portos dessas regiões, árabes e não-árabes, muçulmanos e não-muçulmanos, os súditos do incipiente império islâmico puderam se lançar pelas águas desse espaço ecumênico, estabelecendo suas primeiras diásporas mercantis por empórios marítimos ao longo do tempo.

A expansão do califado omíada até o Sind (região sul do atual Paquistão) trouxe uma parte da Ásia meridional aos domínios do Islã já no princípio do século VIII, intensificando por ali o contato com outras zonas do subcontinente indiano. Além das fronteiras terrestres, o mar se abria aos comerciantes muçulmanos, sobretudo a partir das vias de navegação ao redor da Península Arábica. Mercadores árabes e seus correligionários de outras etnias negociavam produtos do leste africano ao mar da China, levando pelos litorais onde passavam também a mensagem divina revelada ao profeta Muhammad para populações locais. A islamização de regiões conquistadas primeiro sob os califas e, posteriormente, sob sultões independentes de distintas dinastias árabes e não-árabes incorporou novas comunidades já integradas às redes do Índico ou que para elas se lançariam revigorados pelos vínculos com domínios muçulmanos. Certos grupos confessionais não-islâmicos conseguiram prosperar sob autoridades islâmicas (notadamente, judeus no Egito fatímida) e vice-

---

<sup>76</sup> PRANGE, Sebastian R. **Monsoon Islam: Trade and faith on the medieval Malabar Coast.** Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 48.

versa: mercadores muçulmanos forjaram parcerias importantes com governantes não-muçulmanos.<sup>77</sup>

A região do Oceano Índico, conhecido principalmente por “mar da Índia” (*baḥr al-Hind*) também integrava ou até se confundia pontualmente com outros mares, como o “mar persa” (*baḥr fāris*) e o “mar de Zanj (África Oriental)” (*baḥr al-Zanj*).<sup>78</sup> Outros mares marcavam seus limites, como o “mar abissínio (etíope)” (*baḥr al-Ḥabashī*), a oeste, e o “mar da China” (*baḥr al-Ṣīn*), a leste. Ao Norte, poderia ser delimitado pelo “mar do Iêmen”, mas outros conceitos geográficos também eram empregados pelos eruditos muçulmanos para definir as várias massas de água ligadas ao Oceano Índico: “mar de Qulzum” (nome antigo para a cidade de Suez) (*baḥr al-Qulzum*), *baḥr Lārawī*, *baḥr Harkand*, *baḥr Shalāhiṭ*, *baḥr Kalah*, *baḥr Kardānj*, *baḥr Ṣanf* e *baḥr Ṣankhay*.

Conquista, comércio e conversão ensejaram uma hegemonia do Islã nos circuitos comerciais de longo curso pelos mares da Ásia ocidental ao arquipélago da Insulíndia, marcados pela forte presença e laços privilegiados entre seus fiéis. Ainda assim, a alteridade era ubíqua e a interação com outros grupos religiosos uma constância, marcando as comunidades muçulmanas hegemônicas nesse nicho comercial oceânico com um vigorante ecumenismo.<sup>79</sup> Essa forma particular de sociedade muçulmana, que Ho chama de “Islã ecumênico”, passa a se consolidar com as transformações drásticas dos séculos XIII.<sup>80</sup> Parcialmente móveis, parcialmente sedentárias, essas populações muçulmanas nas orlas do Oceano Índico se valiam de arranjos entre as normas islâmicas e as devidas localidades de modo a permitir a operação de sociedades reconhecidamente muçulmanas tanto para

<sup>77</sup> PEARSON, Michael N. Cafilas and Cartazes. **Proceedings of the Indian History Congress**, v. 30, pp. 200-207, 1968, p. 200.

<sup>78</sup> KOORIA, Mahmood. Zones of origins: The formation of Islamic law in the Indian Ocean littoral, c. 615–1000 CE. In: KOORIA, Mahmood; RAVENSBERGEN, Sanne (Ed.). **Islamic Law in the Indian Ocean World: Texts, Ideas and Practices**. London/New York: Routledge, 2021, p. 16.

<sup>79</sup> Exemplar é o chamado “Islã das Monções” no Malabar, na denominação de Sebastian Prange. Ver: PRANGE, Sebastian R. **Monsoon Islam**. *Op. Cit.*

<sup>80</sup> HO, Engseong. The Two Arms of Cambay: Diasporic Texts of Ecumenical Islam in the Indian Ocean. **Journal of the Economic and Social History of the Orient**, v. 50:, n. 2-3, pp. 347–361, 2007, p. 351. Ranabir Chakravarti, em consonância com a tese de Chadhuri, argumenta que o declínio de Siraf, no Golfo Pérsico, e ascensão dos fatímidas, no Egito, precipitaram muitas dessas mudanças já no século XI. CHAKRAVARTI, Ranabir. Indic Mercantile Networks and the Indian Ocean World: A Millennial Overview (c. 500–1500 CE). In: SCHOTTENHAMMER, Angela (ed.). **Early Global Interconnectivity across the Indian Ocean World, Volume I: Commercial Structures and Exchanges**, 2019, pp.200-201; CHAUDHURI, Kirti N. **Trade and civilisation in the Indian Ocean: an economic history from the rise of Islam to 1750**. Cambridge University Press, 1985, pp. 48-49.

viajantes, comerciantes e diplomatas, com seus fluxos dependentes das temporadas de monção, quanto para imigrantes, missionários, soldados e exilados que lá se estabelecessem.<sup>81</sup>

Um marco central para reorientação político-ideológica de comunidades muçulmanas no Índico foi a destruição do califado abássida durante a conquista mongol de Bagdá, em 1258, com a execução de seu último califa.<sup>82</sup> A expansão mongólica e, mais ainda, o fracionamento dos potentados sucessores também alteraram a configuração do tráfego oceânico. Até então, o comércio marítimo realizava-se pela navegação de longo curso, qualquer fosse a origem e o destino, desde o Mar do Sul da China até o Índico ocidental. Só dali seguiam por vias fluviais e terrestres, em particular as que ligavam o Golfo Pérsico ao Levante para, daí se propagar para a zona do Mediterrâneo. A queda de Bagdá teria ocasionado a ruptura numa seção importante desse emaranhado de redes marítimas de longa distância. A reorientação do comércio em novos circuitos entrelaçados beneficiou algumas cidades em particular: de Veneza a Alexandria, de Cairo a Jidá e Áden, de Cambaia a Calecute (Calicute), e dali a Pasai e Malaca.<sup>83</sup>

Ao invés de privilegiar o entroncamento pelo Golfo Pérsico, o antigo tráfego sentido Leste-Oeste se redirecionaria parcialmente para o Mar Vermelho. Daí passaria então a ramificar-se pela costa da Arábia por caravanas terrestres até o Levante ou para o Egito, aí também usufruindo da via fluvial, alcançando-se, invariavelmente, o Mediterrâneo por ambos os percursos. A partir de portos nas costas, dos quais Qusair era um dos mais vantajosos de estar próximo à cidade de Qus no Nilo. O transporte caravaneiro de especiarias e outras mercadorias era bem-organizado, provavelmente utilizando centenas de camelos e escravos.<sup>84</sup> Uma segunda etapa essencial era o escoamento de mercadorias por barcas que seguiram o fluxo do rio Nilo até sua desembocadura, rumo ao terminal central desse roteiro: Alexandria. A transposição das caravanas para as embarcações fluviais concentrava

---

<sup>81</sup> KOORIA, Mahmood. An Abode of Islam under a Hindu King, *Op. Cit.*, p. 27.

<sup>82</sup> LAMBOURN, Elizabeth. India from Aden–Khutba and Muslim urban networks in late thirteenth-century India. In: HALL, Kenneth R. **Secondary Cities and Urban Networking in the Indian Ocean Realm, c. 1400-1800**. Plymouth: Lexington Books, 2008, p. 80.

<sup>83</sup> HO, Engsang. The Two Arms of Cambay. *Op. Cit.*, p. 351.

<sup>84</sup> FISCHER, Walter J. The Spice Trade in Mamluk Egypt: A Contribution to the Economic History of Medieval Islam. **Journal of the Economic and Social History of the Orient**, v. 1, n. 2, pp. 157-174, Apr. 1958, p. 162.

o transporte mercantil em alguns nodos, o que facilitava o controle e a taxaçaõ efetiva desses trajetos por quem governasse o Egipto.

Mesmo antes dessas mudançãs, marinheiros árabes e persas já haviam se tornado notáveis mestres da arte naval pelas águas do Índico. Navios eram montados por negociantes e marinheiros, até para os governantes, que também contavam usualmente com eles para formar sua frota naval e os muçulmanos passaram a se destacar pelas técnicas e saberes, tanto como construtores, quanto como pilotos, muçulmanos.<sup>85</sup> Essa influência, intensificada a partir do século XIII, verifica-se na difusão de termos árabe-persas no vocabulário náutico por várias culturas ao redor desse oceano, como as palavras mais comuns para designar capitão (*nāḥuda* em árabe-persa e *nahodha* em kiswahili), o que explicaria, posteriormente, a profusão de figuras nomeadas “nacoda” e “malemo” (do árabe *mua’lim*, termo para mestre ou piloto) pelos portugueses e exercendo essas respectivas funções.<sup>86</sup> A jurisprudência islâmica (*fiqh*) endossava o direito irrestrito à navegação pelos mares do Oceano Índico, uma “práxis habitual até à chegada dos portugueses à arena marítima oriental.”<sup>87</sup>

A exceção parcial era em relação às águas territoriais do Hejaz no Mar Vermelho, devido a considerações religiosas. Sendo o ancoradouro e ponto de desembarque para os peregrinos muçulmanos rumo ao santuário sagrado de Meca, Jidá estava sujeita a normas específicas dentro da tradição islâmica, como o estava também todo o espaço litorâneo ao norte do lêmen até praticamente a entrada do Golfo de Aqaba. Todavia, as restrições particulares não impingiam sobre a navegação em si, apenas a estadia prolongada no solo costeiro e insular da região de Hejaz, que comporta o epicentro sacro da fé: a Caaba. Portanto, não-muçulmanos não podiam ali fixar residência, nem explorar seus recursos naturais, o que, indiretamente, afetava as escalas que seu navios tivessem de realizar por ali, ainda que a passagem

---

<sup>85</sup> É notável também o nicho vantajoso que vieram a conferir aos muçulmanos, como fora a outras comunidades, as proibições religiosas à viagem em alto mar que recaíam sobre as altas castas hindus. BOUCHON, Geneviève. **Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630**. *Op. Cit.*, pp. 89-90.

<sup>86</sup> VERNET, Thomas. East African travelers and traders in the Indian Ocean: Swahili mobilities ca. 1500–1800. In: PEARSON, Michael N. (ed.). **Trade, circulation, and flow in the Indian Ocean world**. New York: Palgrave Macmillan US, 2015, p. 177.

<sup>87</sup> “[...] freedom of navigation in the Indian Ocean was common practice until the arrival of the Portuguese in the eastern maritime arena.” KHALILIEH, Hassan S. **Islamic Law of the Sea: Freedom of Navigation and Passage Rights in Islamic Thought**. Cambridge University Press, 2019, p. 8.

marítima fosse – e continua sendo até os dias atuais – livre.<sup>88</sup> Isso não significou que soberanos muçulmanos não incidissem sobre o tráfego naval, mas mesmo aí a legitimidade dessa autoridade tendia a alicerçar-se no domínio sobre espaços terrestres, e não numa reivindicação geral de senhorio sobre as águas, como faria posteriormente Portugal. De qualquer modo, a distinção entre essas duas arenas não era sempre inconfundível. A dimensão das rivalidades e conflitos políticos não são abarcadas no recorte mais tipicamente cosmopolita da bacia do Índico, porém cidades podiam competir pelo espaço marítimo e alguns dos agentes mais recorrentemente empregados nessa missão acabavam sendo usualmente recrutados das margens da sociedade e caracterizados como “piratas”.<sup>89</sup>

Durante a época medieval tardia, o Islã continuou a avançar pelo chamado “Mundo do Oceano Índico” também pela via militar, jamais restrito apenas a essa forma mais ecumênica e mercantil através de redes marítimas, em especial no subcontinente indiano. As conquistas turco-afegãs, a partir de no final do século XIII, abarcou a maior parte da Ásia meridional sob o poderio do sultão de Delhi. As dissensões surgidas na esteira dessa expansão fracionaram esse enorme império em meados do século XIV. As tribulações encetadas à ordem política no sultanato são levadas ao ápice com a devastadora invasão de Timur, até as margens setentrionais do Ganges. O saque de Delhi, em 1398, engendra um desarranjo crescente de seu império e, mais meio século se passa até que um novo arranjo se constitua.<sup>90</sup> Guzerate é o primeiro a se desacoplar do que restava dos domínios da moribunda dinastia dos Tughlaq, logrando sua soberania territorial definitivamente em 1411. Após as conturbadas primeiras décadas de sua fundação, esse novo sultanato alcança estabilidade e prospera enormemente durante o longo reinado do sultão Maḥmūd Begara ou Begada (1458-1511).

A reconfiguração das forças senhoriais no centro e sul da Índia ocorreu muito antes, já em meados do século XIV. No Decão, o rio Krishna passa a demarcar a divisão das entidades políticas em linhas confessionais: ao norte, muçulmana; e ao sul, hindu. Um novo império hindu, sediado na cidade de Vijayanagara (chamada

---

<sup>88</sup> *Ibidem*, pp. 166-167.

<sup>89</sup> MARGARITI, Roxani Eleni. Mercantile networks, port cities, and “pirate” states: conflict and competition in the Indian Ocean world of trade before the sixteenth century. **Journal of the Economic and Social History of the Orient**, v. 51, n. 4, pp. 543-577, 2008, p. 545.

<sup>90</sup> BOUCHON, Geneviève. **Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630**. *Op. Cit.*, p. 78.

Bisnaga pelos portugueses), passa a incorporar quase todos os territórios meridionais do subcontinente, subjugando-os diretamente ou forçando-os a condição de tributários. Já os potentados muçulmanos do Decão são reagrupados sob a dinastia bãmãne. Ambas as partes permanecerão em constante guerra fronteiriça, ocasionando, também, cisões internas a cada uma. O conflito incessante não impediu um desenvolvimento urbano e prosperidade econômica, ao contrário, até a estimulou em alguns pontos, como nas cidades portuárias da costa oeste (Chaul, Dabul, Goa, Batácala e Onor), principais mercados de importação por via marítima de cavalos para alimentar a máquina de guerra de cada lado. Os bãmãnis tornaram-se a principal potência muçulmana do subcontinente após a ruína de Delhi e sua capital a partir de 1430, a cidade de Bidar, o centro imperial mais imponente da Índia.<sup>91</sup> Todavia, esse imponente sultanato acabou por se fragmentar em cinco distintos sultanatos ao final do século XV: Berar, Bijapur, Ahmednagar, Bidar e Golconda. Já Vijayanagar preservou a primazia sobre seus domínios, apesar de crises dinásticas internas.

No sudoeste indiano, os territorialmente exíguos reinos de Kerala conservaram sua autonomia perante os imperadores de Vijayanagara, a quem deviam reconhecimento nominal e tributos. Os senhores de Eli, Eralnadu, Perempadappunad (Cochim) e Venad conduziam seus assuntos pouco afeitos aos atritos no interior.<sup>92</sup> Calecute alça-se à posição de supremacia no Malabar durante esse período, dominando a maior parte do litoral entre os territórios de Couão, ao sul, e de Cananor, ao norte. Essa última era sede de uma poderosa comunidade de comerciantes muçulmanos, cujo líder angaria a deferência das Maldivas a partir de 1494, após ajudar o sultão desse arquipélago a recuperar seu trono.<sup>93</sup>

Sendo um verdadeiro entreposto de diversas rotas, o arquipélago das Maldivas possuía conexões também com o Sudeste Asiático, Guzerate e sul da Arábia. Árabes eram uma presença destacada, formada principalmente por negociantes e religiosos, por vezes alcançando altas posições naquela sociedade, tendo um árabe ocupado a posição de governante entre 1466 e 1468. Evidências epigráficas assinalam a importância dos mercadores guzerates, que tinham nessas ilhas tropicais um de seus

---

<sup>91</sup> EATON, Richard M. **A Social History of the Deccan, 1300-1761: Eight Indian Lives.** Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2005, p. 64.

<sup>92</sup> BOUCHON, Geneviève. **Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630.** *Op. Cit.*, p. 81.

<sup>93</sup> ALVES, Jorge dos Santos. Kalu Muhammad Hilali, Sultan of the Maldives (1491-1528). **Archipel**, v. 70, pp. 53-65, 2005, pp.57-58.

principais nodos no tráfego inter-regional, ao menos a partir do século XV.<sup>94</sup> O Malabar era evidentemente o local de maior proximidade geográfica e com o qual, presumivelmente, partilhava intenso tráfego comercial. Negociantes da costa do Coromandel até Bengala também tinham nas Maldivas um local para importantes transações. As técnicas de construção naval do arquipélago revelam uma antiga influência do Sudeste Asiático, com as quais eram mais similares que aquelas das regiões no entorno mais imediato.<sup>95</sup> Todas essas interações influenciaram os diversos aspectos da sociedade: da política à economia, da cultura à estratificação social.

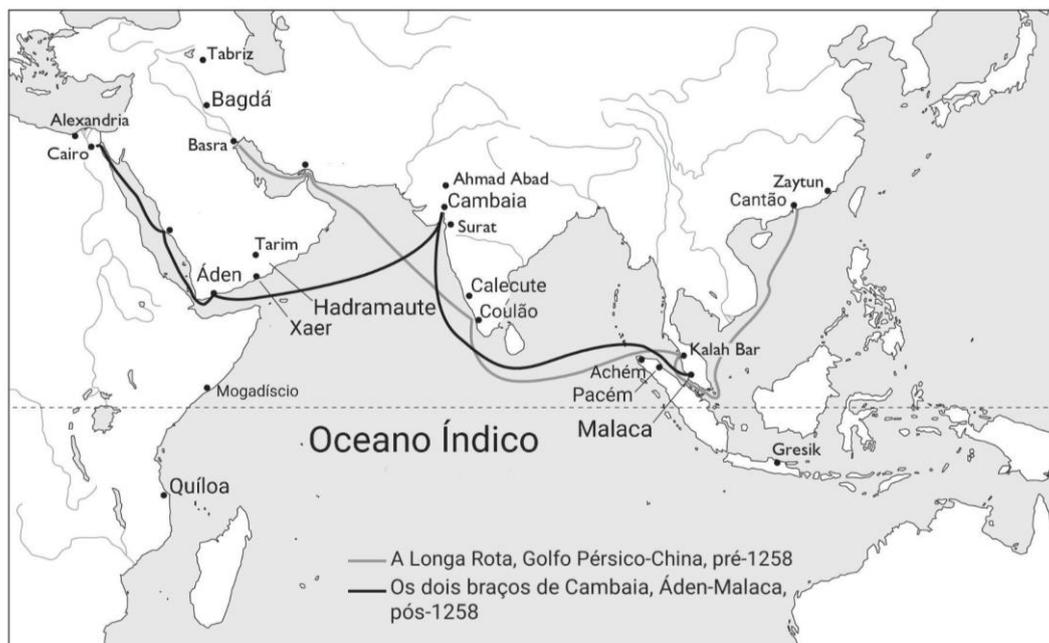
A religião, particularmente com o advento do Islã, poderia afetar imensamente as dinâmicas da ilha, com diversas correntes religiosas tentando galgar maior influência na sociedade e, mais diretamente, sobre o sultão. Para isso, contribuían sábios e beatos dos núcleos mais centrais de erudição islâmica. Para o sultão e para a elite local, a aliança com os estrangeiros era algo ainda mais estranha comparado a uma familiaridade fortemente inculcada numa cultura política que espelhava a dos suseranos de Cananor desde as vestimentas, as cerimônias de corte e aos próprios palácios.

---

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 56.

<sup>95</sup> BURNINGHAM, Nick. Shipping of the Indian Ocean World. In: Schottenhammer, Angela (ed.). **Early Global Interconnectivity across the Indian Ocean World, Volume II: Exchange of Ideas, Religions, and Technologies**, 2019, pp. 194-195.

## O mundo comercial do Índico



Rotas de comércio através do Oceano Índico

Mapa 2- Mapa dos principais roteiros de navegação através do Oceano Índico: em cinza, eixo marítimo de longa distância antes de 1258; em preto, bifurcação desse eixo em dois circuitos (Ocidental e Oriental) a partir daquele ano. Adaptado de HO, Engseng. *The graves of Tarim: genealogy and mobility across the Indian Ocean*. Berkeley, CA: University of California Press, 2006. p. xvii

Devido às mudanças acima referidas, em meados do século XIII, a navegação comercial de longa distância entre uma ponta a outra da Ásia marítima se segmenta em três setores: do Mar Vermelho ao Guzerate, no Mar Árabe, de lá até Malaca e daí até a China.<sup>96</sup> Pode-se ver no mapa acima como, nas palavras de Tomé Pires, reiteradas por Ho, Cambaia abre seus “dois braços” (dois trajetos marítimos) para as zonas oeste e leste, tornando-se um fulcro essencial na intermediação de toda navegação comercial do Índico. Esse arranjo acaba por substituir, em grande medida, o antigo circuito controlado por negociantes persas entre Golfo Pérsico e o Mar do Sul da China, mas também utilizado por navegadores chineses até meados do século XV. Essa divisão facilitou a dinâmica de retorno nesse comércio devido aos períodos e distâncias de navegação mais curtas para cada parte envolvida na rede de transação e troca à longa distância. O Islã atravessa o Oceano Índico, difundido por comerciantes árabes e Guzerates que passam a predominar sobre esses longos

<sup>96</sup> HO, Engseng. The Two Arms of Cambay: Diasporic Texts of Ecumenical Islam in the Indian Ocean. *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, v. 50, n. 2-3, pp. 347–361, 2007, p. 351.

circuitos marítimos do Mar Vermelho à Insulíndia, a leste, e à Costa Suaíli, ao sul. Muitas cidades portuárias muçulmanas são fundadas pela região, impulsionando a islamização da Península Malaia e da ilha de Sumatra, principalmente. A relação com o amplo horizonte de “mundos” definia esses ambientes urbanos mais que sua relação como o interior terrestre, para o qual atuavam como amplificadores econômicos, faróis culturais e mesmo o que poderia se considerar a vanguarda de uma globalização.<sup>97</sup>

Mesmo com toda riqueza documental de crônicas, epígrafes e vestígios arqueológicos, as comunidades mercantis guardam poucos traços nos arquivos locais.<sup>98</sup> Foram muitas vezes os viajantes estrangeiros que deixaram testemunhos mais representativos das amplas dimensões das redes pelo Índico. No começo do século XV há também os testemunhos arquivísticos austeros da China, relatando os produtos negociados no “mar do Sul”.<sup>99</sup> É quando a esquadra do tesouro, capitaneada pelo almirante Zheng He, eunuco a serviço da dinastia Ming, é enviada ao Oceano Índico em viagens exploratórias por sete vezes no decurso de trinta anos (1403-1433). Viajantes da Ásia Central também deixaram importantes relatos, como o caso do emissário dos timúridas, ‘Abd al-Razzaq Samarqandi, um originário de Herat enviado em missão oficial para Índia durante 1442 a 1445.<sup>100</sup> A este registro soma-se o relato do mercador russo Afanasi Nikitin apenas um quarto de século depois, entre 1466 e 1472.<sup>101</sup> Italianos (re)aparecem naqueles mares, ao menos a partir do século XIII, retrazando percursos legados da antiguidade greco-romana. Nas primeiras décadas do século XV, o veneziano Nicolo de’ Conti percorre o Malabar, o Golfo de Bengala e Sumatra como um muçulmano convertido, mas que se arrepende ao retornar a terra natal e leva a uma detalhada confissão ao florentino Poggio Bracciolini como penitência.<sup>102</sup>

<sup>97</sup> PRANGE, Sebastian R. **Monsoon Islam**. *Op. Cit.*, p. 30.

<sup>98</sup> BOUCHON, Geneviève. **Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630**. *Op. Cit.*, p. 78.

<sup>99</sup> Para uma comparação desses relatos com as informações nas crônicas árabes sobre a frota de Zheng He, ver JOST, Alexander. “He Did Not Kiss the Earth Between His Hands”: Arabic Sources on the Arrivals of the Zheng He Fleet in Aden and Mecca (1419–1432). SCHOTTENHAMMER, Angela (Ed.). **Early Global Interconnectivity across the Indian Ocean World, Volume I: Commercial Structures and Exchanges**, 2019, pp. 79-95.

<sup>100</sup> ALAM, Muzaffar; SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Indo-Persian travels in the age of discoveries, 1400-1800**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 55.

<sup>101</sup> *Ibidem*, pp. 82-83.

<sup>102</sup> BOUCHON, Geneviève. **Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630**. *Op. Cit.*, p. 79.

As especiarias eram mercadorias de exportação centrais para as redes ultramarinas, podendo gerar lucros de mais de três vezes o valor de compra original em mercados.<sup>103</sup> A pimenta-do-reino, ou pimenta preta, que cresce nas escarpas dos Gates ocidentais, cadeia de montanhas localizada no sudoeste da Ásia Meridional, era também cultivada em hortas pelo litoral do Malabar. Dos arredores de Eli e de Calecute se obtinha gengibre, que tanto quanto a pimenta, podia ser vendido a mercadores de longas distâncias ou trocada por arroz com vendedores indianos. O Ceilão era o principal produtor de canela exportada através de seus principais portos, como Colombo, em troca de arroz, coral e mercúrio. No conjunto, a ponta austral do subcontinente indiano formava uma zona comercial triangular entre si e o restante da Ásia marítima com seus bens de troca chave para exportação: a pimenta do Malabar, a canela do Ceilão e as pérolas do Coromandel.<sup>104</sup>

Na Insulíndia germinavam as mais valorizadas das especiarias. A pimenta produzida em Sumatra, menos picante e mais áspera que a de Kerala, era apreciada por uma clientela chinesa. O cravo cresce naturalmente nas ilhas Molucas, enquanto a noz-moscada nas ilhas Banda. Javaneses intermediavam o comércio dessas pequenas ilhas com os empórios da península Malaia e Sumatra, adquirindo essas especiarias em troca de arroz e de panos de algodão de baixa qualidade, esses comprados em Malaca.

As relações de troca entre Índia e China retrocedem a milênios, porém uma rota terrestre pode ser identificada nos últimos séculos antes de Cristo.<sup>105</sup> A partir daí, pode se verificar em mais detalhes os vínculos comerciais estabelecidos entre essas partes ou através de mediações, como frequentemente faziam povos iranianos pelas rotas terrestres. A partir da dinastia chinesa dos Tang se estabelecem contatos diretos e recorrentes que durariam mais de meio milênio. É apenas com as políticas isolacionistas da dinastia Ming e a ascensão de Malaca como entreposto central que os chineses se retiram do Oceano Índico.

---

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 231.

<sup>104</sup> WADE, Geoff. Islam across the Indian Ocean to 1500 CE. In: SCHOTTENHAMMER, Angela (Ed.). **Early global interconnectivity across the Indian Ocean world, Volume II: Exchange of ideas, religions, and technologies.** Cham: Palgrave Macmillan, 2019, p. 82.

<sup>105</sup> SUBAIRATH, C. T. Calicut: A centri-petal force in the Chinese and Arab trade (1200-1500). **Proceedings of the Indian History Congress.** Indian History Congress, v. 72, pp. 1082-1089, 2011, p. 1083.

Nem tudo que era trocado e vendido nos mares orientais se reduz a produtos de alto valor. Alimento base de uma ponta à outra da Ásia Marítima, o arroz era comercializado em larga escala a partir de três grandes centros com vasto excedente de produção: Vijayanagara, Bengala e Java.<sup>106</sup> O primeiro nutria a costa leste e oeste do subcontinente indiano através de portos nas duas margens, como também o Golfo Pérsico e Ceilão. Bengala, junto com Pegu, supria a Indochina ocidental, Sumatra, Ceilão e as Maldivas. Já a ilha de Java abastecia as ilhas do arquipélago e a península malaia. O açúcar era produzido em Vijayanagara e mais ainda em Bengala. Peixes secos eram exportados em grande quantidade das Maldivas. Plantas medicinais e aromáticas eram produzidas em diversas partes e eram transportadas por todas as direções. Já o ópio era cultivado no Egito e distribuído por boa parte do Índico através de Áden e o Guzerate, esse último desenvolvendo uma produção própria, mas inicialmente de baixa qualidade.<sup>107</sup> O incenso e a mirra eram exportados milenarmente da Arábia.<sup>108</sup> Outros aromatizantes eram água de rosas de várias partes da Ásia ocidental, além do benjoim e o almíscar do Golfo Pérsico e do Mar Vermelho.

A fauna asiática e africana fornecia não somente produtos alimentícios e aromáticos, altamente valorizados por si só, como, no caso do elefante, por conta seu uso avassalador na guerra campal.<sup>109</sup> Sobretudo a partir do Ceilão, era capturado, amansado e encilhado, depois exportado para outros mercados através dos portos do Malabar. Das espécies domésticas, os cavalos da Arábia e Pérsia eram exportados para o litoral do Concão e Canara. Esse enorme apreço advinha da importância da cavalaria como espinha dorsal das forças, tanto de Vijayanagar, quanto dos sultanatos do Decão. As guerras incessantes somadas ao clima impróprio para reprodução de equinos de batalha ensejam uma demanda constante de importação de espécimes de primeira qualidade dessas regiões célebres pela criação equestre.<sup>110</sup> A distinção particular do cavalo dessa variedade lhe conferiu um rótulo particular devido a sua importação por via aquática: *baḥrī* ou marítimo (lit. “do mar”).<sup>111</sup>

<sup>106</sup> BOUCHON, Geneviève. **Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630**. *Op. Cit.*, p. 82.

<sup>107</sup> *Ibidem*, pp. 207-208.

<sup>108</sup> WICK, Alexis. **The Red Sea**. *Op. Cit.*, p. 35.

<sup>109</sup> BOUCHON, Geneviève. **Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630**. *Op. Cit.*, p. 83.

<sup>110</sup> AUBIN, Jean. **Le Latin et l’Astrolabe**: Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. Tome II. Lisbonne/Paris: Centre Culturel Calouste Gulbekian, 2000, p. 367.

<sup>111</sup> CHAKRAVARTI, Ranabir. **Indic Mercantile Networks and the Indian Ocean World**. *Op. Cit.*, p. 217.

No início do século XVI, o capitão-mor Afonso de Albuquerque relata que a podia-se obter com a venda desses cavalos em Goa de três a cinco vezes o valor pago na origem.<sup>112</sup> Apesar da cifra elevada de importação, mercadores locais poderiam cobrir esse custo até mesmo com o equivalente em quantidade de arroz para daí transportar esses animais por vias terrestres e fluviais, onde encontrariam príncipes dispostos a pagar por um alazão o seu peso em ouro.

Para as elites governantes, amealhar quantidades volumosas de ouro, prata e outros metais preciosos em seus tesouros não era só fruto da cobiça, mas também uma questão de honra.<sup>113</sup> Seja cunhado em moedas ou não, o ouro e a prata circulavam em grande quantidade: xerafins do Egito, iarins da Pérsia, ducados venezianos, pó de ouro da África oriental ou anéis de prata do Sião. O controle, tanto das jazidas, quanto da comercialização de minérios metálicos e pedras preciosas era apanágio de muitos soberanos. Safira, esmeralda, zircônio e outras gemas preciosas do Ceilão eram monopólio dos reis de Cota (Kotte). O diamante se extraía do solo do Decão, sendo a região de Berar o principal centro de extração e venda. No Guzerate, encontravam-se pedras mais comuns como corralinas, ágatas e ametistas, que eram talhadas em joias e bijuterias. Pérolas eram coletadas de ostras pescadas nas águas ao sul da costa do Coromandel e no Golfo de Manar, mas era do Golfo Pérsico que se obtinha as mais reluzentes e redondas.

Matérias-primas para o artesanato e construção naval eram também obtidas de partes longínquas: enxofre e piche de Sumatra; laque de Pegu; salitre de Bengala e de Honavar; e dos cocos se extrai inúmeros usos, mas era o cairo (fibra de coco) das Maldivas que mais se distinguia para a fabricação de embarcações, pois não se utilizava prego para juntar as partes dos navios, como na Europa.<sup>114</sup> A maior parte dos produtos manufaturados que se encontravam nos países costeiros e insulares era de fabricação do subcontinente indiano e a do Médio Oriente. Tapetes, joias, armas e couros batidos se fabricavam localmente por pequenos artesãos.

---

<sup>112</sup> “O trato dos cavalos é um ganho desordenado, porque se ganha trezentos por cento e quatrocentos por cento e quinhentos por cento d’Ormuz e da cosa d’Arábia a Goa, afora os direitos que pagam os cavalos na Índia.” Carta de Afonso de Albuquerque a D. Martinho Castelo Branco, c. 1512. In: BULHÃO PATO, Raymundo Antonio de (ed.). **Cartas de Affonso de Albuquerque, seguidas de documentos que as elucidam**, vol. I. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1884, p. 410.

<sup>113</sup> BOUCHON, Geneviève. **Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630**. *Op. Cit.*, p. 83.

<sup>114</sup> BURNINGHAM, Nick. *Shipping of the Indian Ocean World*. *Op. Cit.*, p. 160.

Nos portos do Golfo de Cambaia se transportavam grandes cargas de algodão cru branco ou tingido com índigo junto a produtos do artesanato local como joias de pedras rústicas, objetos de madeira e de marfim, armas e perfumes. Todas essas mercadorias eram exportadas através do Oceano Índico, em troca de bens de mais alto valor como especiarias e pedras preciosas. Conhecido particularmente pelas especiarias, o trato comercial de longa distância pela Ásia marítima englobava mercadorias diversas nessa designação e em conjunto da mesma. Como resumiu Bouchon, “as especiarias fizeram a fortuna dos países do Oceano Índico.”<sup>115</sup>

Os principais terminais portuários das especiarias, Ormuz, Aden e Jidá, eram também (des)embarcadouro de caravanas terrestres que traziam em troca toda espécie de bens e mercadorias desde a Ásia Central até o Mediterrâneo: cobre, chumbo, mercúrio, coral, alúmen, açafão, armas, espelhos, serafins do Egito e ducados venezianos. Com ventos sudoeste das monções no verão de cada ano, navegava-se rumo à Índia. Aos que apostavam sua sorte em Calecute, podia-se trocar moedas de ouro pelas pimentas dessa região, cobre por gengibre e produtos das regiões mais ocidentais pelas especiarias da Insulíndia obtidas em Malaca. O retorno se dava logo nos primeiros meses do ano seguinte, com a inversão das direções dos ventos. Alguns comerciantes optavam por trajetos mais longos e melhor remunerados, percorrendo toda a imensidão do Índico, de uma ponta a outra, para adquirir os produtos do Extremo Oriente e do arquipélago malaio-indonésio. Um outro roteiro era de Guzerate a Sumatra.

Daí se partia para o Golfo ou Baía de Bengala, onde se negociava a pimenta, água de rosa e ópio por rubi, benjoim e laca. Dali, em Bengala ou nos portos de Pegu, era tomada a rota via Ceilão e Malabar para retornar ao Guzerate no fim ou através das Maldivas, onde se esperava a próxima monção para conduzir-se até o Golfo Pérsico e na embocadura do Mar Vermelho, onde se aguardava as caravanas que levavam as mercadorias asiáticas terra adentro. Quiçá alguns seguiriam esse roteiro até o fim, ou, ao menos, até os terminais marítimos em Basra, Jidá, Suaquém, Qusair e Suez.

---

<sup>115</sup> “Les épices ont fait la fortune des pays de l’Océan Indien.” BOUCHON, Geneviève. **Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630**. *Op. Cit.*, p. 82.

Os portugueses testemunham a amplitude da expansão do comércio guzerate, organizado no século anterior, percebendo que os produtos que chegavam ao Mediterrâneo eram apenas uma fração do volume total do comércio.<sup>116</sup> A Península indiana dividia o trato comercial do Índico em duas zonas: uma ocidental, onde a pimenta, gengibre e canela eram negociadas em troca de arroz, nas regiões produtoras, e metais preciosos, nos portos distribuidores; e uma outra, oriental, em que a pimenta (de Sumatra), Cravo e noz-moscada eram trocados por, principalmente, arroz, depois, bens manufaturados (porcelana, armas e, mormente, têxteis) no porto de Malaca ou através do arquipélago.

A posição estratégica da Índia no meio do oceano que leva seu nome, não por acaso, fez dela um entreposto indispensável, mesmo rumo às paragens mais distintas de um extremo ao outro dos ciclos das monções. Além disso, os mercados indianos por si ofereciam produtos valiosos, alguns só disponíveis a partir de seus portos. Continuamente, desde meados do século XIV, o comércio transoceânico da costa ocidental da Índia, mormente voltado à rota do Mar Vermelho, concentra-se em um punhado de grandes empórios e portos adjacentes em duas regiões: Guzerate e Malabar.<sup>117</sup> O Golfo de Cambaia, centrado na cidade homônima em seu ponto setentrional, passa a ser nodo chave dos circuitos ocidentais e orientais do Oceano Índico. Mais ao sul, Calecute desponta como a cidade portuária mais importante de Kerala, cuja prosperidade superava todas as outras. A exceção era o já referido trato mercantil de cavalos para os exércitos dos sultões do Decão e da elite militar de Vijayanagar, cujos portos mais adequados para escoamento eram Chaul, Dabul, Onor (Hannovar), Batácala (Bhatkal) e Goa.

À leste do Cabo Comorim, ponta mais austral do subcontinente indiano, as trocas de longa distância também continuam a expandir. Não há a mesma abundância de relatos detalhados para Baía de Bengala, mas sabe-se que importantes mercadorias circulavam de uma ponta à outra do Índico: algodão, açúcar, benjoim, laca, pérolas e rubis.<sup>118</sup> Fundada no início do século XV, Malaca foi povoada por inúmeros imigrantes vindos de lugares tão distantes quanto a Pérsia e a Arábia, como

---

<sup>116</sup> BOUCHON, Geneviève. **Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630**. *Op. Cit.*, p. 84.

<sup>117</sup> MORTEL, Richard T. Aspects Of Mamluk Relations with Jedda during the Fifteenth Century: The Case of Timraz Al-Mu'ayyadī. **Journal Of Islamic Studies**, v. 6, n. 1, pp.1-13, 1995, p. 1.

<sup>118</sup> BOUCHON, Geneviève. **Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630**. *Op. Cit.*, p. 87.

também do Guzerate, Bengala e da, mais próxima, Pasai, ao norte da ilha de Sumatra.<sup>119</sup> Registrou-se mais de vinte e quatro idiomas entre os falados por mercadores oriundos de diversas partes em um relato do início dos 1400. Os favores do Sultão eram disputados entre mercadores guzerates e tamils, sobre quem recaíam as mais pesadas taxas, como qualquer um que viesse do Oeste para lá.

Altos postos de governo raramente eram acessíveis à classe dos comerciantes, sua sorte nessas esferas da política dos soberanos para os quais pagavam impostos.<sup>120</sup> Não eram apenas eles que circulavam por todas as rotas e empórios comerciais, mas também ideias, crenças e instituições. Essas, por sua vez, condicionavam as funções sociais e econômicas de grupos conterrâneos e estrangeiros. O revivalismo bramânico da antiguidade tardia reforçou as restrições à navegação oceânica para as cartas dirigentes no subcontinente indiano.<sup>121</sup> O trato comercial de longo curso ficou, assim, a cargo, em grande medida, de não-hindus. Diversas comunidades confessionais de mercadores vicejaram e prosperaram a partir dos últimos séculos da Idade Antiga: jainistas, budistas, judeus e cristãos. Esses dois últimos estabeleceram em Kerala guildas de comércio ao menos desde o século V. Na costa do Guzerate e Canara, comunidades jainistas desempenhavam papel importante no trato mercantil de cidades portuárias. Em Nagapattinam, budistas ainda perduram sob o império Cola.

Sultanatos com viés costeiro intensificaram a participação de muçulmanos nos trajetos de navegação mercantil, como também o predomínio dos mesmos no comércio oceânico. Dos governadores das cidades portuárias do Guzerate aos sultões de Malaca, empório fundado no início do século XV, comerciantes muçulmanos tiveram estímulo e proteção de suas atividades, que puderam se expandir e substituir grupos de não-muçulmanos. No Egito e no Iêmen, as trocas de bens valiosos, como tecidos de algodão, e especiarias tornam-se fonte central de riqueza para os erários dos governantes. As relações exteriores do sultanato bãmame (bahmani) e das dinastias sucessoras também estimularam a circulação mercantil e

---

<sup>119</sup> WADE, Geoff. Islam across the Indian Ocean to 1500 CE. *Op. Cit.*, pp. 113-114.

<sup>120</sup> BOUCHON, Geneviève. **Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630.** *Op. Cit.*, p. 89.

<sup>121</sup> A identificação de um revivalismo bramânico a partir da antiguidade tardia indiana já se origina em estudos do século XIX, configurando um dos subtítulos do terceiro livro da obra em três volumes de sobre a História da Índia de James Talboys Wheeler. Ver: WHEELER, James Talboys. **The History of India from the Earliest Ages.** Vol. III: Hindu Buddhist Brahmanical revival. London: Trübner & Co., 1874.

monetária. A relativa estabilização de Bengala ao redor da virada do século XV para o XVI, fortaleceu os circuitos de comércio transregional pelos seus portos. A retirada dos chineses do Índico, após o fim das grandes expedições marítimas, foi outro fator.

As redes que atravessavam o Oceano Índico, embora de origem sobretudo comercial, envolviam diversos elementos da sociedade: fixação territorial, métodos de abastecimento, matrimônio, religiosidade, para mencionar alguns. Os laços e essas interações diversas acrescentavam novas camadas de complexidade a um já multifacetado processo.<sup>122</sup> O comércio trespassava e era condicionado por esses diferentes aspectos sociais e culturais: centros de religião pontilhavam os trajetos comerciais, a peregrinação envolvia, inevitavelmente, trocas, eruditos ganhavam mais prestígio por suas conexões de longa distância, homens de fé frequentemente estavam a par dos negócios mais lucrativos, por vezes neles se envolvendo, e o casamento com mulheres locais integrava mercadores a relações mais profundas com as sociedades “anfitriãs”.

Em sua maioria, as zonas portuárias do Oceano Índico funcionam efetivamente como enclaves nos quais os mercadores tinham considerável autonomia para condução de seus negócios.<sup>123</sup> Os custos e riscos do comércio marítimo de longa distância pendiam onerosamente sobre qualquer perspectiva de negócio – informação, barganha e gerenciamento de todas as incumbências eram determinantes para o sucesso ou o fracasso. A compensação do ônus era, evidentemente, o bônus: lucros múltiplas vezes acima do valor pago por alguma mercadoria. O corolário de tal equilíbrio de fatores foi o desenvolvimento de variadas estratégias por homens de negócio para mobilizar da forma mais eficiente os recursos à sua disposição de modo a garantir os melhores resultados possíveis.

A troca de correspondências servia para informar as distintas partes interessadas sobre os aspectos mais indispensáveis da transação comercial, buscando a superar os desafios que traziam o transporte de longo curso e a troca de mercadorias com outras culturas pelos mais variados confins: disparidades na comunicação (língua, etiqueta, mediação), convenções sociais, confissão religiosa e afiliação política entre as comunidades e centros urbanos envolvidos. O uso de uma

---

<sup>122</sup> PRANGE, Sebastian R. **Monsoon Islam**. *Op. Cit.*, pp. 31-32.

<sup>123</sup> *Ibidem*, p. 58.

língua franca, como o árabe, e de intérpretes locais atenuavam as dificuldades inerentes a essa interação transregional. Seu emprego talvez fosse mais acentuado pelas orlas marítimas, tendo o interior um papel mais célebre nas regiões continentais desde o Golfo Pérsico até Decão, mais ao sul, e, Bengala, mais a leste.<sup>124</sup> Já as normas particulares a cada grupo etno-religioso podiam ser mediadas por suas próprias comunidades no ponto de partida ou de chegada. Ao tratar coletivamente, como membro de coletividade reconhecida e, por vezes, até oficialmente representada ante autoridades locais, o comerciante individual tinha respaldo do grupo ao qual pertencia como uma garantia ao cumprimento das regras da negociação. A confiança era essencial para tal empreendimento, fosse a continuidade de negócios estabelecidos ou de novas oportunidades nesse metiê.

O principal mecanismo para assegurar a mútua credibilidade eram os laços de parentesco, ao que se seguiria os comunitários (pertença religiosa, origem etno-geográfica, filiações diversas). Mobilizar membros da própria família como investimentos comerciais era a forma mais elementar de garantir um retorno e consequências para potencialmente qualquer descumprimento com o combinado ou violação normativas. A organização familiar extensiva podia render aos envolvidos vínculos mais confiáveis e abrangentes, além da promessa de futuros negócios com algum amparo ante a adversidade. A contrapartida é a pressão sobre o representante daquela coletividade, as retaliações que podem incorrer a todos e o risco de anomia para quem desconsiderar completamente a moralidade compartilhada. O peso da desonra era capaz, por si só, de refrear muitos desvios de conduta ao tolher as vantagens pontuais com a ameaça de perda de ganhos contínuos ao longo prazo. Uma reputação arruinada podia significar o fim de uma carreira individual ou até de toda uma família, ainda assim, tudo dependia de um equilíbrio de forças entre quem estivesse envolvido e vínculos de parentesco por si só não bastavam perante inúmeras contingências.

Outros vínculos como a origem geográfica e o pertencimento a uma mesma religião também serviam de arcabouço comunal para facilitar as transações

---

<sup>124</sup> Essa questão é importante para distinguir algumas das perspectivas distintas entre boa parte das localidades com as quais os portugueses interagiriam e os centros da “cosmópolis do Persianato” (*Persianate cosmopolis*). BAHL, Christopher D. **Histories of Circulation: Sharing Arabic Manuscripts across the Western Indian Ocean, 1400- 1700**. PhD thesis. SOAS: University of London, 2018, pp. 54-55.

comerciais.<sup>125</sup> Os grandes empórios eram espaços cosmopolitas que entrelaçavam agentes, mercadores e donos de navios das mais diversas procedências, raramente restringindo as interações apenas a um grupo, fosse familiar, religioso ou territorial. Todavia, cada um desses tendia a se especializar em distintas funções, alguns servindo para além dos seus membros. Era assim que sistemas jurídicos calcados em tradições particulares ou em uma fé universal podiam servir efetivamente muito mais para condução dos negócios que a mera pertença. Essa função prática coalesceria comunidades mercantis não só de uma mesma confissão, mas a expectativas no que concerne às interações com outros grupos. O corolário desses entrosamentos retirantes com a alteridade étnica e, sobretudo, confessional é a elaboração de delimitações identitárias condizentes a esse contexto, sendo aquelas formadas num cenário de expansão bélica distintas das constituídas por grupos de correligionários dispersos por uma variedade de portos, sob o regime de diferentes autoridades, muitas vezes de outra tradição cultural e/ou religiosa.<sup>126</sup> As inter-relações mais horizontais entre esses grupos não descartavam questões de hierarquia e afiliação política.

## A morada do Islã

Nesse imenso contexto de laços inter-regionais e redes marítimas de longa distância, o papel que as comunidades muçulmanas vão ganhando nessa bacia oceânica, ao longo de séculos, acaba por gerar uma vasta teia transregional, com fortes laços interconfessionais, como já referido na noção de “Islã ecumênico.” Seus laços mútuos eram mais horizontais e o contato interconfessional uma constância. Efetivamente “acéfalo” há séculos, a quebra dos vestígios remanescentes da ordem califal foi somada à contínua dispersão de muçulmanos pelas margens do Índico. Nessa zona, o Islã terá suas primeiras expressões “conectado a vários pontos nodais,

---

<sup>125</sup> “In response, merchant groups developed an institutional framework to facilitate inter-communal business dealings.” PRANGE, Sebastian R. **Monsoon Islam**. *Op. Cit.*, pp. 60-61.

<sup>126</sup> LAMBOURN, Elizabeth. India from Aden–Khutba and Muslim urban networks in late thirteenth-century India. *Op. Cit.*, p. 57.

correspondendo a espaços, instituições e prática.”<sup>127</sup> Diferente de seus correligionários no território abarcado pelos primeiros califados, as comunidades muçulmanas constituíam uma minoria que precisava negociar suas práticas religiosas e jurídicas com as autoridades não-muçulmanas de cada respectiva localidade onde se assentassem. Essas negociações permitiram que os muçulmanos conduzissem aspectos centrais de suas negociações em conformidade com sua fé, como nas esferas sociais, religiosas, econômicas e legais, incluindo casamentos inter-religiosos e o estabelecimento de mesquitas.

Nos primeiros séculos após a revelação corânica, as fronteiras entre vertentes do Islã não eram rígidas e as relações através das linhas interpretativas para as normas religiosas eram fluídas para a maioria dos muçulmanos. O processo de definição do Islã, incluindo suas leis, crenças, práticas, ética e rituais, estava em andamento, e os mais vários elementos contribuíram para sua formulação por meio de negociações com várias partes internas e externas, incluindo regimes políticos dominantes e parâmetros desconhecidos do Islã.<sup>128</sup> Um arcabouço jurídico comum tornar-se-ia um fator de coesão sustentado por ampla rede intelectual de juristas, que podiam opinar e aconselhar casos desde Al-Andalus até Insulíndia, como demonstra coleção de pronunciamentos jurídicos (sing. *fatwá*, pl. *fatāwá*) de al-Haytamī e al-Ramlī no século XVI.<sup>129</sup> Esses dois renomados muftis (jurisconsultos) eram formados na escola (*madhab*) xafiita (*šāfi’ī*) de jurisprudência, que predominava nas áreas litorâneas do Índico, enquanto o avanço no subcontinente indiano foi trazendo a prevalência da escola hanafita no interior.<sup>130</sup>

A noção de *dār al-Islām*, embora sempre convenha um ideal de unidade (ao menos na tradição sunita), pode ser entendida de diversas formas através da história e das distintas experiências pelas quais as sociedades muçulmanas passaram. *Dār* poderia ser entendido tanto como um "espaço delimitado", uma "casa", um "campo de pertencimento", cuja tradução por "morada" consegue expressar a ideia comum

---

<sup>127</sup> “Early expressions of Islam and its laws in the Indian Ocean zones were connected to several nodal points, corresponding to spaces, institutions and practices.” KOORIA, Mahmood. *An Abode of Islam under a Hindu King*, *Op. Cit.*, p. 26.

<sup>128</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>129</sup> Ver: AL-HAYTAMĪ, Muḥammad Ibn Ḥajar. **Al-Fatāwá al-Kubrā al-Fiqhiyya**, 4 vols. Beirut: Dar al-Kutub al-‘Ilmiyya, s.d. (obra de al-Ramlī nas margens)

<sup>130</sup> “The division between inland Hanafi and coastal Shāfi’ī is one found generally in South Asia.” WADE, Geoff. *Islam across the Indian Ocean to 1500 CE*. *Op. Cit.*, 2019. p. 95.

as escolas jurídicas de um território onde Islã é respeitado e assegurado. Se, na escola hanafita, a morada do Islã tende a delimitar a extensão territorial da abolição da xaria ou lei islâmica, na xafiita o mesmo não se dá, havendo sempre a validade de tal para e pelos muçulmanos. Em ambos os casos, a estabilidade de uma morada distingue-a da(s) morada(s) da guerra. Se, para a interpretação hanafita, o transpor a fronteira implica o fim da validade jurídica, no caso xafiita sua validade é fluída, passageira e não-garantida, como é a presença muçulmana nesses territórios. Claramente, no século XIV, se não anteriormente, pode-se falar de um “Ecúmeno Islâmico” relativamente contínuo indo das margens do Atlântico e da zona saheliana à Insulíndia e bordas do Pacífico. Esse foi o mundo atravessado de uma ponta a outra por Ibn Battuta, cujo rico relato na sua magistral *Rihla* demonstra a significativa interconexão da massa tricontinental pré-mundialização, com a expansão ultramarina de Portugal e Espanha.<sup>131</sup>

Ao menos a partir do século XIV, o árabe tornou-se um idioma cosmopolita de uma margem a outra do Oceano Índico. Já o era muito antes no Índico Ocidental, mas a islamização do Sudeste Asiático e da Insulíndia, acelerada pelo êxodo de comunidades muçulmanas de Guangdong durante a atribulada ascensão da dinastia Ming na China nas décadas de 1360 e 1370, disseminou seu uso por aquelas partes.<sup>132</sup> A importância religiosa dessa língua faz de seu conhecimento algo indispensável para comunidades islâmicas – afinal, é o idioma do Alcorão (*Qur’ān*), dos *aḥādīṭ* (sig. *ḥadīṭ*) e da erudição religiosa – mas não se limita a essa função, pois como o sânscrito anteriormente, o persa concomitante e o português posteriormente, a fala e a escrita árabe também possuíam uma dimensão mais "secular" que lhe conferia um uso muito mais amplo como linguagem cosmopolita.<sup>133</sup>

Chamado de “lago árabe” pelos primeiros europeus ao visitá-lo, o Oceano Índico carecia de um poder unitário, fosse árabe ou muçulmano, através de toda essa vasta região.<sup>134</sup> Sequer existia tal ambição. Todavia, formas mais horizontais de

<sup>131</sup> Para um panorama sobre esse mundo no olhar do notório viajante magrebino, como de seu contemporâneo tunisino Ibn Khaldun, ver MOREIRA, Beatriz Bissio. **O mundo falava árabe: A civilização árabe-islâmica clássica através da obra de Ibn Khaldun e Ibn Battuta**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

<sup>132</sup> WADE, Geoff. Islam across the Indian Ocean to 1500 CE. *Op. Cit.*, pp. 134-135.

<sup>133</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay & ALAM, Muzaffar. A Handful of Swahili Coast Letters, 1500–1520. In: **International Journal of African Historical Studies**, v. 52, n. 2, pp. 255-281, 2019, pp. 256-257.

<sup>134</sup> HO, Engseng. Empire through diasporic eyes: A view from the other boat. **Comparative Studies in Society and History**, v. 46, n. 2, pp. 210-246, 2004, p. 219.

reconhecimento de suserania política se difundiam por redes de comunidades muçulmanas através de votos de fidelidade, além dos limites tradicionais da chamada “morada do Islã” (*dār al-Islām*).<sup>135</sup> Reconhecer o califa como autoridade suprema *in absentia* poderia ser um fator de agregação da comunidade, em um sentimento de união com o resto do ecúmeno islâmico, até mesmo quando se protestava contra o mesmo.<sup>136</sup> Outro, era o comprometimento contratual assentado na confissão comum, que, por ir além do relacionamento interpessoal ou interfamiliar, acabava por envolver mecanismos legais de juízo. A xaria (ar. *šarīʿa*), ou lei islâmica, ganha força não só nos domínios de autoridades muçulmanas, como de comunidades muçulmanas pelas cidades portuárias do Oceano Índico.<sup>137</sup> Devido a sua reivindicação de universalidade em consonância com a vontade divina, os juízes islâmicos (sig. *qāḍī*, pl. *quḍāʾ*) podiam julgar litígios de qualquer natureza, independente da identidade étnica ou filiação religiosa. O uso disseminado das cortes de xaria mesmo por não-muçulmanos é atestado na evidência documental de períodos mais recentes na história pela melhor preservação das fontes judiciais escritas.<sup>138</sup> Muito além das questões cotidianas, as implicações dessa expansiva jurisdição islâmica, através de uma vasta teia transoceânica, envolviam, inevitavelmente, a identificação coletiva com ideal maior de comunidade no Islã, a *umma*, e sua relação com territórios não-islâmicos.

Um ritual central para agregação dessas comunidades diaspóricas, mas integradas a uma visão mais ampla de Ecúmeno islâmico, era o sermão de sexta-feira, a *ḥuṭba*. Um fator favorável a expansão da vertente xafiita do Islã sunita pelo Índico Oceano parece ter sido o fato de considerar que mesmo comunidades muçulmanas pequenas, a partir de quarenta homens, exigissem a realização um sermão semanal.<sup>139</sup> Tipicamente dividida em três partes (introdução, corpo do discurso e conclusão, a performance da *ḥuṭba* era canonicamente a execução de dois sermões (*ḥuṭbatān*), dos quais geralmente só o primeiro era registrado nas coleções literárias.<sup>140</sup> Porém, é segundo sermão, mais curto, que incluía as orações do orador

<sup>135</sup> LAMBOURN, Elizabeth. India from Aden–Khutba and Muslim urban networks in late thirteenth-century India. *Op. Cit.*, p. 60.

<sup>136</sup> KOORIA, Mahmood. An Abode of Islam under a Hindu King, *Op. Cit.*, p. 29.

<sup>137</sup> LAMBOURN, Elizabeth. India from Aden–Khutba and Muslim urban networks in late thirteenth-century India. *Op. Cit.*, p. 59.

<sup>138</sup> PRANGE, Sebastian R. **Monsoon Islam**. *Op. Cit.*, pp. 63-64.

<sup>139</sup> LAMBOURN, Elizabeth. India from Aden–Khutba and Muslim urban networks in late thirteenth-century India. *Op. Cit.*, p. 65.

<sup>140</sup> JONES, Linda G. **The Power of oratory in the medieval Muslim world**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. pp. 34-35.

(*ḥaṭīb*) pela comunidade e bênçãos ao líder. Portanto, um sermão tradicional de sexta-feira compunha esse elemento politicamente relevante que era a reza ou invocação do sultão, uma dedicação que inicialmente era voltada apenas ao califa, mas que depois se expande a outras formas de autoridade.<sup>141</sup> A quem essa honraria era digna de registro locais e menção em escritos de mais ampla divulgação, ainda que raramente reproduzida nas obras históricas e bibliográficas. Quando as palavras proferidas nesses sermões chegam a ser registradas, geralmente é através de fórmulas genéricas e abreviadas de chavões utilizados para a “transcrição” da parte introdutória da *ḥuṭba* nas antologias de literatura, basicamente anunciando que o orador se dirigiu ao público.

Segundo Jones, o poder persuasivo da *ḥuṭba* decorre de ser uma performance ritualizada, modelada intencionalmente nas práticas e costumes atribuídos a Muhammad e seus seguidores mais próximos.<sup>142</sup> A “execução adequada” da *ḥuṭba* envolve um processo de ritualização, isto é, formas estratégicas de atuação que a diferenciam de outros tipos de discurso e lhe conferem poder persuasivo e simbólico para moldar crenças e transformar paradigmas e valores culturais.<sup>143</sup> Essas estratégias incluem a formalização e a periodicidade – aqui relacionando o evento da pregação a um calendário litúrgico – e a manipulação do corpo do pregador e de sua audiência. No que concerne a dimensão política do sermão, a invocação a recitação do nome do califa, por si de pouco significado direto desde o século X, atrelado outros soberanos permitiu que as comunidades muçulmanas do Índico estabelecessem uma variedade de relações hierárquicas com potentados islâmicos.<sup>144</sup> Além da dimensão simbólica, esses vínculos de fidelidade fomentavam laços comerciais e também traziam patrocínio material, vantajoso ou até essencial, para as instituições religiosas na diáspora.

A virada do século XV para o XVI leva a uma transformação significativa nessa dinâmica, posto que a ascensão de poderosas dinastias muçulmanas sobre vastos territórios que se estendiam sobre as bordas do Oceano Índico ocorre paralelamente

---

<sup>141</sup> LAMBOURN, Elizabeth. India from Aden–Khutba and Muslim urban networks in late thirteenth-century India. *Op. Cit.*, p. 74.

<sup>142</sup> JONES, Linda G. **The Power of oratory in the medieval Muslim world**. *Op. Cit.*, p. 49.

<sup>143</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>144</sup> LAMBOURN, Elizabeth. India from Aden–Khutba and Muslim urban networks in late thirteenth-century India. *Op. Cit.*, p. 79.

ao estabelecimento e expansão do Estado da Índia, entrelaçando a talassocracia num universo confuso de alianças e lealdades cambiantes em disputa pela primazia política sobre a “morada do Islã” (*dār al-Islām*).<sup>145</sup> Nesse espaço consensualmente definido pela soberania islâmica (liberdade de profissão da fé e aplicação da xaria), as divisões são aprofundadas com a destruição de Bagdá pelos mongóis em 1258 e a extinção da dinastia abássida, malgrado a linhagem sobrevivente no Cairo sob os mamelucos. Após o colapso do Império timúrida, última grande força centrípeta das estepes asiáticas, uma multitude de potentados germina nos territórios afetados pela rápida expansão de Timur, alguns maiores, outros menores. Ainda na passagem do século XV ao XVI, o impulso centrífugo gerava novos potentados, como na fragmentação e eventual dissolução da dinastia bâmâne, já mencionada acima.

Durante a primeira parte do século XVI, novos impérios começam a reverter as tendências fracionistas ao agregar sob uma única bandeira imensos territórios, em alguma medida impulsionados por novas técnicas e armamentos militares – marcadamente o uso da pólvora. Essas grandes potências repartiriam entre si, por quase três séculos, a maior parte da população muçulmana de todo mundo. Marshal Hodgson os nomeou de “impérios da pólvora” por enxergar no canhão um instrumento fundamental para essas maciças conquistas territoriais.<sup>146</sup> Além de subestimar as diferenças entre essas entidades políticas, as particularidades que esse termo confere a essa tríade imperial pode ser enganadora, pois é possível inferir esse mesmo papel da pólvora aos impérios europeus coetâneos.

Primeiramente, no planalto iraniano, a dinastia safávida desponta como principal potência entre a Mesopotâmia e a Ásia Central no alvorecer dos 1500. Sua importância como farol da cultura do persianato e maior expoente do xiismo no Islã, desde o fatímidas séculos antes, posicionou os safávidas em equivalência com os outros grandes impérios muçulmanos coetâneos, apesar das dimensões territoriais e demográficas mais modestas em comparação com seus equivalentes sunitas.

---

<sup>145</sup> AMER, Ayal. The rise of jihadist sentiments and the writing of history in sixteenth-century Kerala. **The Indian Economic and Social History Review**, v. 53, n. 3, pp. 1–23, 2016, p. 2.

<sup>146</sup> Hodgson entendia que esses três grandes impérios da pólvora (Safávidas, Otomanos e Mongóis) como predominantemente “de costas” para o Oceano Índico e que mesmo as poucas tentativas de controle do comércio transoceânico apenas resultou em fracasso. HODGSON, Marshall GS. **Rethinking world history: essays on Europe, Islam and world history**. Cambridge University Press, 1993, p. 26. Estudos mais recentes contestam essa asserção genérica, particularmente no caso do império otomano. CASALE, Giancarlo. **The Ottoman age of exploration**. Oxford University Press, 2010.

Embora a formação do império otomano remonte ao século XIV, seu assenhoreamento sobre países muçulmanos da Ásia ocidental e Norte da África só eclode a partir da segunda década do século XVI. Essa rápida expansão coloca otomanos e safávidas em rota de colisão, o que fica expresso na famigerada batalha de Chaldiran, em 1514, cujo desfecho foi uma retumbante vitória otomana. O contexto trans-regional do Islã, em especial de um território soberano dessa religião na morado do islã ou *dār al-islām*, estava se alterando no século XVI, com a disputa de dois grandes impérios muçulmanos rivais (otomanos e safávidas) representando duas vertentes da religião: a sunita e a xiita.<sup>147</sup>

### Cosmópolis árabe-muçulmana

As transformações geradas pela expansão do Islã até a borda oriental do Mar Árabe na Ásia meridional e, mais além, para o Sudeste Asiático é uma das mais significativas da história do mundo segundo Ronit Ricci.<sup>148</sup> Ali encontraram-se culturas vastamente distintas daquelas da Ásia Ocidental e da zona mediterrânea. Através de redes literárias, disseminou-se uma multitude de escritos islâmicos – essencialmente, o Alcorão e os *aḥādīth*, como também hagiografias, poesias e saberes dos mais diversos (jurisprudência, ciência natural, entre outros).<sup>149</sup> Esse universo das letras constituiria, na concepção da autora, a “cosmópolis árabe” (*Arabic cosmopolis*), inspirada no conceito de cosmópolis sânscrita (*Sanskrit cosmopolis*) de Sheldon Pollock. Majoritariamente na língua da revelação, o árabe, esses textos circulavam em paralelo às traduções, versões e adaptações vernaculares, desempenhando um papel fundamental na transmissão de ideias e crenças islâmicas para esses novos ambientes. Como exemplifica a correspondência entre as chancelarias de sultanatos

<sup>147</sup> AMER, Ayal. The rise of jihadist sentiments and the writing of history in sixteenth-century Kerala. *Op. Cit.*, p. 3

<sup>148</sup> RICCI, Ronit. **Islam translated**: Literature, conversion, and the Arabic cosmopolis of South and Southeast Asia. Chicago: University of Chicago Press, 2011, p. 1.

<sup>149</sup> *Ibidem*, p. 2.

do Decão e do Egito mameluco, o árabe era mais que um idioma, era “um meio transregional versátil de comunicação escrita.”<sup>150</sup>

O prestígio e a autoridade conferida a quem fosse capaz de ler as obras escritas reunia ao redor dessas figuras não somente um público iletrado supostamente passivo, mas a uma variedade de disseminadores que as reproduziriam de diversas formas, orais e escritas: tradução, recitação, interpretação, recriação, entre outras. O impacto de uma vasta tradição literária árabe, assim, não se limitou a um circuito intelectual fechado de eruditos religiosos, ao contrário, dialogava com tradições orais locais e com a produção textual em outros idiomas. A influência do árabe nas línguas vernaculares foi, assim, um processo em via de mão dupla. A incorporação de expressões, gêneros e narrativas árabes através desses espaços islamizados produziu sínteses particulares, no balanço entre o traduzível e o intraduzível ou entre absorvido e o rejeitado.<sup>151</sup>

Longe ser um processo unidirecional, a circulação pelo Índico e a convergência, em Meca, de xeiques, gurus, teólogos, reformadores e discípulos de todo o ecúmeno islâmico mutuamente influenciava o “centro” e “margem” da morada do Islã.<sup>152</sup> Apropriações, interpretações, trocas e usos são amiúde expressos nos próprios manuscritos, em anotações, glosas e, notadamente, nos colofões. Artefato escrito digno de apreciações diversas, o manuscrito carrega as marcas dos usos que dele se faz, conscientemente ou não. A posse ou cópia de um determinado texto podia ser indicada por uma assinatura ou até uma nota bibliográfica, análoga às biografias resumidas (sig. *tarjama*, pl. *tarājim*) presentes em crônicas, genealogias e afins. O próprio escriba podia inscrevê-los e aí expressar o propósito daquela reprodução na perspectiva de quem a realizava, como demonstra o caso de uma cópia manuscrita da obra *Shahr al-Kafiya* de Radi al-Din al-Astarataiti, analisada por Kern.<sup>153</sup> Nesse manuscrito, o escriba inseriu ao final do colofão uma bênção a si mesmo, a seus pais e tanto a quem lesse a cópia ou passasse os olhos pelo livro. Ao

---

<sup>150</sup> “Arabic functioned as a versatile transregional medium of written communication.” WALRAVENS, Arabic as a Language of the South Asian Chancery: Bahmani Communications to the Mamluk Sultanate. *Arabica*, v. 67, pp. 409-435, 2020, p. 433.

<sup>151</sup> RICCI, Ronit. *Islam translated*. Op. Cit., p. 12.

<sup>152</sup> *Ibidem*, pp. 17-18.

<sup>153</sup> KERN, Laurenz. How to Publish a Book in the Fifteenth-Century Middle East: The Case of Ibn Nāṣir al-Dīn’s ‘Abundant Refutation’. In: BAHL, Christopher D.; HANß, Stefan (ed.). *Scribal Practice and the Global Cultures of Colophons, 1400–1800*. Cham: Springer International Publishing, 2022, p. 93.

comunicar seu apreço pelo escrito, o copista revela, também, os hábitos de leitura de seu público alvo, os interesses variados com a obra, seu valor como objeto de circulação de sua aura simbólica, sobre os quais tinha alguma consciência e também expectativas. Exemplifica o diálogo geracional e intercultural através da transmissão e leitura do texto, onde o escriba não é meramente o reproduzidor impessoal de uma cópia para seus leitores. Esses, por sua vez, podiam fazer usos distintos da obra, como também o fazia quem a (re)citasse, interpretasse e transfigurasse através de públicos dos mais diversos. As obras históricas e correspondências estudadas nesta pesquisa manifestam, cada uma à sua maneira, os aspectos acima mencionados. A socialização, mercantilização e conservação desses textos árabes carregaram consigo também um status e valorização próprios da tradição islâmica.<sup>154</sup>

Escritos em árabe, presumivelmente, também desempenharam um papel central na disseminação transregional e transtemporal da escola xafiita (*šāfi'ī*), vertente dominante do sunismo pelas margens do Índico, ao menos a partir do século XIII, e da lei islâmica em geral.<sup>155</sup> Juristas (*fuqahā'*) tinham como uma de suas prioridades indispensáveis o engajamento constante com textos, estudando, ensinando, interpretando, abreviando, comentando, fazendo referência e cruzando referências, contextualizando, sistematizando e priorizando-os. Esses escritos constituíam seus faróis de influência e, por meio deles, eles se projetavam, defendiam-se e se estabeleciam como autoridades em direito religioso. A dilatação dessas redes de jurisprudência conferia maior “aura” a esses textos, tornando-os cruciais e facilitando a circulação de ideias jurídicas ao longo de longas distâncias e períodos.

A sacralidade da palavra e do texto islâmico foi desse modo difundida através dos espaços não-arabófonos.<sup>156</sup> Em diversas comunidades de fala não árabe, noções do sagrado foram sendo associadas a qualquer texto escrito em árabe ou com caracteres árabes. Contudo, nas comunidades de língua árabe, essa prática é mais contida e sofisticada. Assim, a própria escrita desempenha um papel, mesmo que a língua seja vernacular, especialmente entre aqueles que não conseguem lê-la. Isso

<sup>154</sup> KOORIA, Mahmood. **Islamic Law in Circulation**: Shāfi'ī Texts across the Indian Ocean and the Mediterranean. Cambridge: Cambridge University Press, 2022, p. 61.

<sup>155</sup> *Ibidem*, p. 68.

<sup>156</sup> KOORIA, Mahmood. Texts as Objects of Value and Veneration Islamic Law Books in the Indian Ocean Littoral. **Sociology of Islam**, v. 6, pp. 60-83, 2018, p. 72.

porque ela representa a escrita do Alcorão; logo, o texto que ele transporta simboliza o texto corânico e deve ser respeitado, mesmo que não tenha relação direta com o Alcorão. Esse sentimento se intensifica pela suposição de que há uma grande probabilidade de que documentos em escrita árabe contenham os nomes de Deus, do Profeta Maomé e de outras figuras sagradas do Islã. Todos esses nomes são sagrados e, conseqüentemente, os materiais que carregam esses nomes também são e devem ser respeitados. Renomados juristas xafiitas da região litorânea do Oceano Índico desempenharam um papel crucial na introdução gradual dessas noções de veneração, reafirmando tais conceitos em seus escritos.

A contínua difusão da erudição árabe pelo Índico propiciou, também, um ambiente favorável para disseminação de uma historiografia interconectada.<sup>157</sup> Textos difundidos pelos dois lados desse oceano refletem uma consciência histórica e considerações sobre as conexões que interligavam essas comunidades por amplas distâncias. A dimensão cumulativa e sua significância pode ser entendida pela leitura coletiva dessas obras. Ainda que privilegiasse um público muçulmano, essas obras também buscavam alcançar leitores e uma narrativa transoceânica mais ampla. Esses textos árabes historiográficos, do Guzerate ao Malabar, transcendiam seus contextos regionais e de corte para se engajar com o passado de comunidades muçulmanas transoceânicas, particularmente quando confrontados com uma nova realidade representada pela presença portuguesa no século XVI.

## O Malabar

O geógrafo árabe Yaqut (1179-1229) teria cunhado o termo “Malabar” para designar a estreita faixa de terra na ponta sul do subcontinente indiano entre o Mar Árabe e os Gates Ocidentais, combinando *Mali* (de malaiala) com *bar* (em persa, “terra” ou “país”).<sup>158</sup> Nos dois séculos anteriores à chegada dos portugueses, o comércio externo do Malabar (região também chamada de Kerala) passou a ser

---

<sup>157</sup> BAHL, Christopher D. Transoceanic Arabic historiography: sharing the past of the sixteenth-century western Indian Ocean. **Journal of Global History**, v. 15, n. 2, pp. 203-223, 2020, p. 206.

<sup>158</sup> MALIECKAL, Bindu. Muslims, Matriliney, and A Midsummer Night's Dream - European Encounters with the Mappilas of Malabar, India. **The Muslim World**, v. 95, n. 2, pp. 297-316, April 2005, p. 299.

dominado por muçulmanos, como em outros lugares do Oceano Índico, apesar de ser governado predominantemente por soberanos hindus em seus pequenos potentados, como o Samorim de Calecute e os rajas de Perumpatappunatu (Cochim). A comunidade muçulmana em Malabar constituía uma minoria com fortes conexões comerciais, culturais e políticas em todo o Oceano Índico (ou no mundo do Oceano Índico). Os muçulmanos gozavam de status privilegiado perante o Samorim em termos comerciais, políticos e religiosos, controlando praticamente todo o comércio marítimo, conforme afirmam os cronistas portugueses.<sup>159</sup> Eram chamados *pardeśi* ou *paradesi* (*pardesy* ou *pardexi* na grafia dos primeiros relatos em português), termo sânscrito para estrangeiro (*para*, “outro”, e *desa*, “país”).<sup>160</sup> Nessa categoria também se incluíam do norte do subcontinente indiano, como aqueles do Guzerate.

A palavra “*māppilla*” une *maha*, que significa “grande”, com *pilla*, que se refere a “filho”, “sobrinho” ou “genro”, conferindo um status honrado aos filhos e descendentes de imigrantes não-hindus. Com o passar do tempo e a diversificação étnica das comunidades judaica e cristã do Malabar, o termo “mapila” passou a se aplicar exclusivamente aos muçulmanos, como ainda ocorre hoje.<sup>161</sup> Já os muçulmanos do sul da Índia, regiões próximas a Kerala, parecem constituir uma categoria talvez intermediária, mais próximos da comunidade muçulmana nativa dos mapilas e se integrando mais a ela, mas com vínculos com outras regiões que permitiam exercer atividades mercantis com regiões e ilhas vizinhas (Coromandel, Ceilão e Maldivas).<sup>162</sup> Esses eram os Marakkar que, com o êxodo maciço dos *paradesi* provocado pelos portugueses, acabariam tentando preencher as funções de seus correligionários estrangeiros. Isso os leva eventualmente a chocarem-se com a intransigência portuguesa na sua política monopolística, intensificada pela hostilidade contra o Islã. Apesar da complementaridade entre muçulmanos estrangeiros e

---

<sup>159</sup> BARROS, Joam de. **Asia de Joam de Barros**. Lisboa: Imprensa de Bermão Balharde, 1552. CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **História do descobrimento & conquista da Índia pelos portugueses**. Livro Primeiro. Coimbra: João de Barreyra & João Alvarez, 1552, p. 40; CORREIA, Gaspar. **Lendas da Índia**, Tomo I. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1858, p. 80.

<sup>160</sup> PRANGE, Sebastian R. **Monsoon Islam**. *Op. Cit.*, p. 51; Nos diferentes manuscritos do Livro de Duarte Barbosa cotejados por Maria da Augusta da Veiga e Sousa, registram-se ainda mais grafias, como *perdesy* e *pardetis*, além de *pardesy* e *pardexi* já referidos. BARBOSA, Duarte. **O Livro de Duarte Barbosa** (edição crítica e anotada). vol. II. VEIGA E SOUSA, Maria Augusta da. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000. p. 231

<sup>161</sup> MALIECKAL, 2005, p. 300

<sup>162</sup> PRANGE, Sebastian R. **Monsoon Islam**. *Op. Cit.*, pp.51-52.

nativos, as relações não eram sempre cordiais.<sup>163</sup> Era esperado que nem todos aceitassem a posição secundária no mais lucrativo comércio de longa distância, e a competição podia grassar entre neófitos locais e veteranos de fora.

A posição dos muçulmanos na sociedade Malabar parece ter ascendido nos últimos dois séculos antes da chegada dos portugueses, principalmente em Calecute e Cananor, onde praticamente administravam o comércio marítimo junto ao governante. Mas esse prestígio era principalmente dos muçulmanos estrangeiros, com a maior parte dos mapilas se dedicando à troca de bens de consumo básico por pimenta e gengibre, produzidos no interior por naires e cristãos. Até o século XII, os viajantes judeus e muçulmanos só mencionavam Coulão (Quilon, Kollam), onde os cristãos de São Tomé detinham o monopólio da pimenta. Após a destruição dessa cidade pelo exército chola, por volta de 1100, passa-se um século quase sem registros do que se passou. Quando os relatos retomam, a partir do século XIII, uma nova configuração havia surgido em que distintos reinos repartiam a região do Malabar e controlavam diferentes portos com maior ou menor influência muçulmana.

Na época de Marco Polo, os chineses parecem ter sido o grupo dominante no comércio do Malabar com o exterior e pouco mais de meio século depois, Ibn Battuta ainda assinala a forte presença chinesa em Calecute.<sup>164</sup> Traziam para lá seda, ouro, prata, cobre, porcelana, cravo, entre outras mercadorias, e compravam em troca pimenta preta, gengibre e índigo, entre outras mercadorias. Coulão conseguiu reemergir dos destroços de sua destruição no século anterior, mas agora enfrentava competição de um porto mais ao norte, Eli, onde havia uma comunidade muçulmana firmemente estabelecida. Os portos do Malabar eram naturalmente os mais próximos das regiões produtoras de pimenta nos Gates ocidentais.

Ao final do século XV, Calecute (moderna Kozhikode) também eclipsava todas as cidades marítimas de Kerala, de locais famosos desde a antiguidade como Cranganor, passando por Eli até Coulão, então o porto central da comunidade cristã de São Tomé. A capilarização das comunidades cristãs em Kerala verifica-se pela fundação de igrejas em localidades cada vez mais interioranas com o entre os séculos

---

<sup>163</sup> JOHN, James. **The Portuguese and the Socio-cultural Changes in Kerala: 1498-1663.** New Delhi: Manohar/Routledge, 2020, p. 75.

<sup>164</sup> SUBAIRATH, C. T. Calicut: A centri-petal force in the Chinese and Arab trade (1200-1500). *Op. Cit.*, p. 1083.

IX, com Katamkulam (824), e XV, como Kudavechur (1463).<sup>165</sup> A maioria foi estabelecida ao longo de rios férteis na medida em que o cultivo da pimenta se expandia em conjunto. Ao chegarem, os portugueses registraram a existência de 78 igrejas já estabelecidas em Kerala, a maior em Coulão, com três mil fiéis.<sup>166</sup> Árabes já dominavam as relações comerciais do Mar Vermelho com a Índia desde o ocaso do poder de Roma sobre aquelas rotas, algo que se intensificou com a expansão do Islã. Vínculos já estabelecidos entre a Arábia e a costa do Malabar trouxeram o Islã cedo, segundo a tradição local no tempo do próprio profeta Maomé com lendária conversão de Cheramanperumal.

Apesar de tornar-se conhecida apenas pelo século XIV, já no alto da sua glória, as tradições da cidade de Calecute remontam à sua fundação para o ano 825. A lenda de fundação, relatada talvez pela primeira vez de forma escrita por Duarte Barbosa, em 1515, e seguido por Zayn al-Dīn al-Maḥdum al-Malibārī quase setenta anos depois, envolve a figura lendária do imperador Chera (*Chēramān Perumāl*), que teria se convertido ao Islã após testemunhar o milagre da divisão da lua pelo profeta Maomé.<sup>167</sup> Antes de deixar o país para realizar a peregrinação a Meca, onde teria se encontrado pessoalmente com o profeta, o soberano dividiu seu reino entre seus sobrinhos, como na tradição matrilinear de Kerala. Para o senhor de Calecute é deixada a missão de proteger os muçulmanos, que trariam à cidade um futuro prestigioso. Essa lenda certamente ajuda a entender o papel que os mercadores muçulmanos tinham para o reino do Samorim. Seu papel certamente servia para legitimar essa ordem frente aos súditos de todas as religiões.<sup>168</sup>

Uma cronologia em sânscrito contesta a fundação lendária da cidade, estabelecendo como 1042, num período em que o império Chola (*Cōḷa*) estava alcançando os territórios mais austrais do subcontinente indiano, forçando os rajás do interior a buscar refúgio a sudoeste, para além dos Gates ocidentais, na região do Kerala.<sup>169</sup> A ruína de Coulão acabou por trazer a fortuna de Eralnadu (*Eṛṇād*), quando

<sup>165</sup> MALEKANDATHIL, Pius. **Maritime India: trade, religion and polity in the Indian Ocean**. Delhi: Primus Books, 2013. p. 45.

<sup>166</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>167</sup> BOUCHON, Geneviève. **Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630**. *Op. Cit.*, p. 228; PRANGE, Sebastian R. **Monsoon Islam**. *Op. Cit.*, p. 283.

<sup>168</sup> John deixa a entender que a lenda era amplamente aceita pela sociedade malabare como um todo. JOHN, James. **The Portuguese and the Socio-cultural Changes in Kerala**. *Op. Cit.*, p. 267.

<sup>169</sup> BOUCHON, Geneviève. **Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630**. *Op. Cit.*, p. 228.

um reino pobre viu a oportunidade de oferecer um novo porto seguro aos mercadores árabes que já frequentavam a região. Calecute viria do malaiala Kolikkod (*koli* = cola; *kod* = forte), um forte pequeno historicamente construído pela dinastia cola, desembocadura do rio Kallayi para bloquear a importação de arroz para Eranalad, mas a morte do imperador Cola leva a retirada de suas tropas de Kerala e esse forte a ser ocupado por senhores locais.<sup>170</sup> Ali foi fundada a cidade de Calecute, os muçulmanos passariam a ser um grupo privilegiado, como jainistas, budistas, judeus e cristãos o foram em outros lugares, já que era expressamente proibido viagens marítimas de longa distância aos membros das altas castas. O Islã encontrou sua função social, sedimentando também ali um papel que já exercia através de comunidades mercantis do Leste da África ao Mar da China. Fora a estreita faixa litorânea, o principado de Eralnadu controlava o interior onde se dava a produção da melhor pimenta e gengibre. A pimenta preta é indígena ao Malabar e ainda que tenha sido transplantada a outros locais de cultivo (Indonésia, Malásia, Sri Lanka e Brasil), a melhor continuou a ser considerada a do ambiente original, especialmente a “karimunda”.<sup>171</sup> O interior era bem dividido entre as altas castas, com cada uma sua propriedade rural. O rei transitava entre as partes, desde seu palácio no sopé dos Gates até sua residência no porto, onde observava a movimentação de navios.

O legado de eventos políticos como a destruição de Coulão pode ter sido um fator essencial a ascensão de Calecute, cujo governante escaparia por pouco a devastação do império cola sobre a região durante o século XI e reivindicaria a herança dos imperadores cera (*chera*), tomando o título de Samorim. Com o vácuo de poder deixado pela retirada dos cholas, os Samorins atraíam estrangeiros, como chineses e árabes, para seu empório de pimenta e gengibre. A prosperidade de Calecute deveu-se, também, ao infortúnio de outras zonas portuárias tornadas pouco ou completamente inviáveis devido ao assoreamento, precipitado por catástrofes naturais, no caso da enchente do rio Periyar em Granganor, ou mais vagarosamente, como Eli.<sup>172</sup> Outros portos também puderam aproveitar dessa oportunidade,

---

<sup>170</sup> AYYAR, Krishna V. The importance of the Zamorins of Calicut. **Proceedings of the Indian History Congress**, v. 37, pp. 252-259, 1976, pp. 252-253.

<sup>171</sup> MALIECKAL, Bindu. Muslims, Matriliney, and A Midsummer Night's Dream. *Op. Cit.*, p. 302.

<sup>172</sup> BOUCHON, Geneviève. **Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630**. *Op. Cit.*, p. 229.

principalmente Cananor e Cochim, mas não a posto de rivalizar os domínios do Samorim.

A interação entre a armada do tesouro de Zheng He e as cidades de Cochim e Calecute no início do século XV fornece indícios da rivalidade, preexistente à chegada dos portugueses, entre essas duas cidades-portuárias e sugere que o Samorim de Calecute ainda não havia estabelecido domínio sobre a cidade rival de Cochim.<sup>173</sup> Não é de surpreender que, logo após o término das expedições navais da China Ming, o Samorim não apenas invadiu Cochim, mas também proibiu os mercadores chineses de negociarem na costa de Malabar. O desenrolar ilustra como as dinâmicas geopolítica e comerciais do Oceano Índico sofreram influência significativa da projeção imperial chinesa no início do século XV e, ainda que breve, oferece um contraponto elucidativo à talassocracia do Estado da Índia no século XVI.

A prática de casamento temporário estimulou a disseminação do Islã pelo Malabar, pela qual os comerciantes e navegadores árabes muçulmanos encontravam um lar em cada porto. Os filhos desses casamentos com mulheres hindus geralmente de castas baixas eram chamados mapilas, termo para sobrinhos também usado outrora a outros grupos confessionais como cristãos e judeus.<sup>174</sup> Eles cresciam já sendo treinados nas práticas comerciais, sendo frequentemente empregados como facilitadores, pela familiaridade que possuíam com diferentes línguas e com os costumes locais. Ainda numa posição menos prestigiosa que os muçulmanos estrangeiros (pardesis), os muçulmanos nativos (mapilas) também desempenhavam funções comerciais de relevância, principalmente nas trocas costeiras e pelo interior. Como intermediários entre a exportação de longa distância e as zonas produtivas de pimenta nas encostas dos Gates, podiam desempenhar um papel essencial comprando-a diretamente dos terratenentes naires ou cultivadores cristãos. Por vezes, se aventuravam na navegação comercial, trazendo canela do Ceilão e obtendo lucros exorbitantes.

---

<sup>173</sup> SEN, Tansen. The impact of Zheng He's expeditions on Indian Ocean interactions. *Bulletin of the School of Oriental and African Studies*, v. 79, n. 3, pp. 609-636, 2016. pp. 616-617

<sup>174</sup> PERCZEL, Istaván. Cosmopolitisme de la Mer d'Arabie. in: LEFÈVRE, Corinne; ŽUPANOV, Ines G.; FLORES, Jorge Manuel. **Cosmopolitismes en Asie du Sud**: sources, itinéraires, langues (XVIe-XVIIIe siècle). Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales, 2020, p.149.

Em Calecute, a posição social bem estruturada da comunidade muçulmana os ajudou a prosperar mais que em qualquer outro lugar, enquanto em outros locais não tiveram a mesma sorte. O auge de Calecute ocorreu em meados do século XV, antes de portos como Cambaia e Malaca começarem a competir no jogo das trocas. Todavia, o porto da cidade não era particularmente adequado para a ancoragem de navio, levando muitos a estacionarem em portos menores ou enseadas de pescadores (Kappatt, Pantalayini-Kollam, Puthupattanam). O acaso também favoreceu Calecute, com um dos portos adversários, Cranganor, sendo assoreado com a enchente do rio Periyar e, subsequentemente, levando ao fechamento do porto de Eli também.<sup>175</sup>

Embora tivesse um litoral impróprio para atracar navios, Calecute contava com portos satélites mais próprios a ancoragem de juncos e sambucus, que ali podiam invernar até o retorno da estação própria para navegação. As tendas, barracas, boutiques e outras bancas de comércio se estendiam pela praia na metrópole do Samorim. Um agregado diverso de estrangeiros se reunia em Calecute para realizar seus negócios: anatólios (rumes), persas, iraquianos, sírios, egípcios, iemenitas, magrebinos, malaios, burmeses e chineses. Uma parte estabelecia alguma residência, formando importantes comunidades diaspóricas, enquanto outra apenas estacionava pela temporada de agosto a janeiro, quando retornavam os ventos favoráveis à navegação. A probidade e organização dos negócios fascinava os que pela primeira vez visitavam a cidade do Samorim.<sup>176</sup>

Os navios que chegavam passavam por inspeção de sua carga, na qual os bens eram inventariados e se estimava o valor das mercadorias para fixar seus preços pelo período de estadia (exceto no caso de pérolas e pedras preciosas).<sup>177</sup> Ao aportarem, o supervisor do Samorim os recebia a bordo e negociava um dia para avaliar os bens e se oferecia espaço para serem guardados dia e noite nos armazéns aduaneiros. Esse aparato securitário era ainda mais impressionante considerando as várias comunidades de piratas que espreitavam em vários pontos da costa ocidental indiana. Garantir a segurança marítima e a eficácia das transações era de suma

---

<sup>175</sup> BOUCHON, Geneviève. **Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630**. *Op. Cit.*, p. 229.

<sup>176</sup> *Ibidem*, p. 231

<sup>177</sup> SUBAIRATH SUBAIRATH, C. T. Calicut: A centri-petal force in the Chinese and Arab trade (1200-1500). *Op. Cit.*, p. 1089.

importância para Calecute e um dos diferenciais mais centrais que oferecia. A concentração do comércio transoceânico no empório do Samorim deixava às outras cidades portuárias da costa ocidental indiana pouco mais que a troca de produtos locais e víveres.

O seu título, Samorim (do malaiala *Sāmūttiri*, talvez derivando do sânscrito *Samudrāthiri*: “aquele que é margeado pelo mar”), derivaria de *Svami Tiri Tirumulapad* (“imperador augusto”) ou de alguma variação do termo para “senhor do mar” (do sânscrito *Samudra Rāja* ou “rei do mar/oceano”), atestado certamente em outra de suas alcunhas: *kunnalakkōn* (“senhor do mar e da terra”).<sup>178</sup> A associação com o mar certamente era assinalada por sua adoração particular a Kapalotta, deusa dos marinheiros. A única interferência do Samorim no comércio era sua recepção dos mercadores, com quatro salas de audiência distintas para cada grupo religioso: Hindu, Muçulmano, Cristão e Judeu.

Na visão de Bouchon, o limite de sua interferência nos negócios comerciais não ia além dessas funções cerimoniais e diplomáticas e de chefe da ordem estruturada, protetor e mantenedor de seu funcionamento em última instância.<sup>179</sup> Já Subairath entende esse envolvimento do soberano no comércio como uma espécie de “mercantilismo” administrativo ou comércio gerenciado.<sup>180</sup> Efetivamente, a administração do porto era cargo do *shāhbandar* (literalmente rei do porto), confiada a um dos muçulmanos estrangeiros. Apesar da complementaridade entre muçulmanos estrangeiros e nativos, as relações não eram sempre cordiais. Era esperado que nem todos aceitassem a posição secundária no mais lucrativo comércio de longa distância, e a competição podia grassar entre neófitos locais e veteranos de fora.

---

<sup>178</sup> Prange é quem sustenta que venha originalmente de *Samudrāthiri*. PRANGE, Sebastian R. **Monsoon Islam**. *Op. Cit.*, p.184. Já Krishna Ayyar infere que venha de imperador (*Svami Tiri*) augusto (*Tirumulapad*). AYYAR, K. AYYAR, Krishna V. The importance of the Zamorins of Calicut. **Proceedings of the Indian History Congress**. *Op. Cit.*, p. 252; KOORIA, Mahmood. “An Abode of Islam under a Hindu King: Circuitous Imagination of Kingdoms among Muslims of Sixteenth-Century Malabar.” **Journal of Indian Ocean World Studies**, v. 1, pp. 89-109, 2017, p. 90.

<sup>179</sup> BOUCHON, Geneviève. **Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630**. *Op. Cit.*, p. 229.

<sup>180</sup> SUBAIRATH SUBAIRATH, C. T. Calicut: A centri-petal force in the Chinese and Arab trade (1200-1500). *Op. Cit.*, p. 1085.

## O Guzerate

A ascensão dos guzerates sobre o tráfego oceânico parece remontar à formação de um sultanato próprio entre 1400 e 1411, após a devastação de Delhi pelos timúridas. O sultanato muçulmano dos muzafáridas foi originalmente baseado na cidade de Cambaia, no golfo homônimo, onde os fundadores da dinastia atuavam sob a égide dos Tughluq até declarem independência de seus moribundos suseranos em 1407.<sup>181</sup> Privilegiado por uma localização estratégica no meio das rotas marítimas entre o Extremo Oriente e a Ásia ocidental, o Guzerate desempenhava um papel chave como entreposto entre mercados tão distantes.<sup>182</sup> Por um lado, mercadores árabes e persas participavam sobretudo das rotas do Oceano Índico Ocidental, entre a costa indiana e os terminais da África, Arábia e Pérsia. Já os mercadores guzerates circulavam entre uma ponta a outra do Índico, até os estreitos de Ormuz, Bab el-Mandeb e Malaca, eixos de ligação entre distintos perímetros comerciais.

Com a segmentação do comércio no Índico em circuitos mais reduzidos, essa função intermediadora se intensificou e passaram a projetar seus próprios comerciantes, que alcançam um papel de primazia no tráfego inter-regional ao longo do século XV.<sup>183</sup> Comunidades de mercadores do Golfo de Cambaia se assentam por vários portos do Índico e, de particular relevância, na Insulíndia. Essa presença é atestada em ilhas do arquipélago malaio-indonésio por lápides funerárias lá encontradas.<sup>184</sup> A produção autóctone de mercadorias, como gêneros agrícolas e manufaturados de ampla demanda, era uma das vantagens do Guzerate sobre outros nodos no tráfego marítimo do Oceano Índico, como Áden, Ormuz e Malaca. O solo fértil e altamente produtivo oferecia aos viajantes e mercadores uma variedade de grãos e frutas (manga, melancia, pêra, entre outras) que cresciam em abundância. A

<sup>181</sup> HO, Engseng. **The graves of Tarim: genealogy and mobility across the Indian Ocean.** Univ of California Press, 2006, p. 103.

<sup>182</sup> BASAK, Sohinee. Coastal Gujarat on the Eve of Portuguese Arrival. **Maritime Affairs: Journal of the National Maritime Foundation of India**, v.10, n. 1, p. 95-112, 2014, pp. 95-6.

<sup>183</sup> Como Basak coloca: "Um dos fatores mais importantes do comércio guzerate era que a base de seu comércio exterior eram seus próprios produtos, ao contrário de Goa, Malaca, Ormuz ou Áden. O solo do local era muito fértil, o que resultava em uma alta produção natural (*One of the most important factors of Gujarati trade was that the basis of its overseas trade was its own products, unlike that of Goa, Malacca, Hormuz or Aden. The soil of the place was very fertile, which resulted in high natural produce.*)" *Ibidem*, p. 96.

<sup>184</sup> Ver LAMBOURN, Elizabeth. From Cambay to Samudera-Pasai and Gresik-the export of Gujarati grave memorials to Sumatra and Java in the fifteenth century C. E. **Indonesia and the Malay World**, v. 31, n. 90, pp. 221-284, 2003.

região também se caracterizava pela volumosa produção de algodão e como escoadouro de centros produtores adjacentes.

As embocaduras dos rios Mahi, Tapti e Narmada agrupavam então os principais portos de comércio do Guzerate, dos quais Cambaia era o maior e cujo reconhecimento deu seu nome ao golfo a leste da península de Kathiawar. Ainda assim, sua enseada não era das melhores, com baixa profundidade e só acessível aos navios durante a maré cheia.<sup>185</sup> O esplendor dessa metrópole maravilhava os visitantes estrangeiros. Ao redor do empório transoceânico que era a metrópole de Cambaia, cidades portuárias satélites complementavam e estimulavam o fluxo das trocas. A proeminência dessa cidade fez o sultanato ser conhecido como “reino de Cambaia”.<sup>186</sup> Destacavam-se Baruque (Broach, conhecida na Barygaza na antiguidade), Goga, Nader, Rander e Surat (essa futuramente privilegiada pelos mogóis).<sup>187</sup> Esses dois últimos se situavam na entrada do Golfo de Cambaia e em margens opostas do rio Tapti. Suas funções eram complementares, pois o primeiro era local dos negociantes muçulmanos e o segundo de hindus. Na ponta sul da península de Kathiawar, Diu assegurava aquele conjunto de cidades marítimas. Além da função securitária, a cidade insular também realizava seu próprio comércio voltado à intermediação de produtos do Decão com os de Ormuz, Mar Vermelho e África oriental.

A manufatura têxtil do Guzerate supria mercados do Irã à Europa, da Arábia a Abissínia. Relatos dos séculos X ao XV relatam a circulação de inúmeras manufaturas guzerates de joias e marfim (braceletes, bainhas (de espada), dados, peças e tabuleiros de xadrez). Mercadores traziam das bandas do Oeste aos portos do Golfo de Cambaia pelagens, peles, escravos, eunucos, espadas; e do Leste almíscar, aloés, cânfora, canela e outras especiarias. Se re-exportava também pedras preciosas (como a esmeralda) e pérolas pela via do Mar Vermelho, sobretudo para o Egito. Produtos de Cambaia circulavam mais a leste até o estreito de Malaca e mais adiante pela Insulíndia. Mesmo comerciantes dessas regiões mais orientais

---

<sup>185</sup> BASAK, Sohinee. Coastal Gujarat on the Eve of Portuguese Arrival. *Op. Cit.*, p. 107.

<sup>186</sup> MATHEW, K. S. Nobility in the Gujarat Sultanate and the Portuguese during the Sixteenth Century. *Proceedings of the Indian History Congress*, v. 48, pp. 275-283, 1987, pp. 275-276.

<sup>187</sup> BOUCHON, Geneviève. *Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630*. *Op. Cit.*, p. 86.

acabavam por preferir Cambaia do que Bengala como entreposto com os mercados do Índico ocidental.

A extensa distribuição dos guzerates abarcava a integração do tráfego do estreito de Malaca, passando pela Baía de Bengala, Coromandel, Ceilão, Malabar, Maldivas, Golfo Pérsico, Iêmen, Hejaz e Costa Suaíli. Além do comércio através dos mares, o Guzerate também participava das trocas pela costa e interior do subcontinente indiano.<sup>188</sup> Os portos do Golfo de Cambaia eram centros privilegiados para escoamento de mercadorias das regiões adjacentes sem acesso ao mar, como a planície indo-gangética e Malwa. Os déficits na produção de grãos alimentícios eram supridos pela importação dessas mesmas regiões. Ao final do século XV, a expansão comercial do Guzerate estava em seu apogeu e envolvia todos os setores da sociedade.<sup>189</sup>

Mesmo tendo um papel dos mais importantes, os mercadores do Golfo de Cambaia não eram os únicos envolvidos naquele espaço cosmopolita que recebia gente dos vários cantos do mundo asiático, africano e até europeu. A própria classe mercantil do Guzerate era extremamente diversa, embora certos nichos econômicos fossem mais alinhados a determinados grupos confessionais.<sup>190</sup> Todavia, não havia demarcações definitivas entre as áreas de operação e as interações entre os distintos grupos de mercadores eram de interdependência. Via de regra, os navios tendiam a ser propriedade de muçulmanos, enquanto o capital para os negócios de investidores financeiro e banqueiros hindus. Os navios guzerates tendiam ser maiores que a média no Mar Arábico, seus construtores e pilotos estavam entre os mais proficientes da região.<sup>191</sup>

Partes da casta mercantil dos vaixás (sans. *vaiśya*), a terceira casta, também conhecida como *vani* ou *vania* no oeste da Índia, os banias eram notáveis especialistas em todo tipo de trato comercial ou ancilar ao mesmo, como as atividades bancárias. O termo “bania” origina-se de *vañija* ou *bañij*, palavras em sânscrito que

---

<sup>188</sup> BASAK, Sohinee. Coastal Gujarat on the Eve of Portuguese Arrival. *Op. Cit.*, p. 100.

<sup>189</sup> BOUCHON, Geneviève. **Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630.** *Op. Cit.*, p. 89.

<sup>190</sup> BASAK, Sohinee. Coastal Gujarat on the Eve of Portuguese Arrival. *Op. Cit.*, pp.102-103.

<sup>191</sup> BURNINGHAM, Nick. Shipping of the Indian Ocean World. *Op. Cit.*, p. 144.

significam “comerciante”.<sup>192</sup> Os árabes adotaram o termo *banian*, a partir do século XIV, período em que a expressão começou a aparecer em relatos e documentos legais, para descrever os mercadores hindus do Guzerate presentes também nos portos costeiros árabes do sul do Iêmen e Omã. Com a chegada dos portugueses à região no século XVI, eles passaram igualmente a referir-se a esses comerciantes como “bania” ou “banian”. A maioria desses mercadores *Banian* pertencia à casta *Vaishya*. Quanto à terminologia persa para um comerciante hindu, usavam-se as palavras *gaur/gur* (plural *gauran/guran*), significando “infiel”, ou *gabr* (plural *gabran*), termo utilizado para descrever zoroastrianos, cuja tradução literal seria “adorador do fogo”. Como mediadores das transações entre produtores e armadores de navios, encontraram os *banians* um nicho por centros portuários de uma margem a outra o Oceano Índico junto a expansão do papel do Golfo de Cambaia e de seus comerciantes nas trocas comerciais transoceânicas. Eram muitas vezes confundidos com jainistas por desempenharem funções similares. Já o sistema de crédito desenvolvido nessa inter-relação distribuía-se pelos cantos mais longínquos devido à imensa extensão do tráfego marítimo.<sup>193</sup> O uso de notas de pagamento era difundido amplamente e alguns negociantes realizavam transações exclusivamente através desses meios.

A dinastia muzafárida regia o Guzerate com respaldo de dois grupos de muçulmanos estrangeiros: escravo-soldados etíopes/abissínios (sig. *mamlūk ḥabaštī*, pl. *mamālīk ḥabaštī/aḥbaš*), uma força altamente treinada que formava amiúde comandantes e oficiais de governo; e religiosos eruditos, principalmente do Hadramaute.<sup>194</sup> Esses últimos serviam uma variedade de funções administrativas e religiosas: educadores, juizes, sábios místicos e conselheiros de corte. Esses dois grupos tinham uma forte relação de complementaridade. Capturados jovens em guerras contra cristãos na Etiópia/Abissínia, eram treinados na arte da cavalaria e instruídos nos saberes islâmicos frequentemente por seus preceptores hadramitas, notadamente *saídas* (sig. *sayyid*, pl. *sāda*), descendentes do profeta pela linhagem de seus netos. Ao ascenderem ao alto oficialato, os membros mais afortunados dessa

<sup>192</sup> AL-SALIMI, Abdulrahman. The Banians of Muscat: A South Asian merchant community in Oman and the Gulf. In: FROMHERZ, Allen James (ed.). **The Gulf in World History: Arabian, Persian and Global Connections**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2018, p. 105.

<sup>193</sup> BASAK, Sohinee. Coastal Gujarat on the Eve of Portuguese Arrival. *Op. Cit.*, p. 102.

<sup>194</sup> HO, Engseng. The Two Arms of Cambay: Diasporic Texts of Ecumenical Islam in the Indian Ocean. **Journal of the Economic and Social History of the Orient**. v. 50, n. 2-3, p. 347–361, 2007, p. 353.

“elite escrava” tornavam-se patronos de seus antigos mestres hadramitas. Nessas altas esferas de poder podiam gozar, como a nobreza e alto dignitários de diversas origens, de relativa liberdade na condução de assuntos locais. Havia ampla autonomia regional, sendo o foco menos o controle vertical de domínios exíguos, mas a soberania horizontal, ainda que mais frouxa, sobre um amplo território.<sup>195</sup> O envolvimento no comércio, diferente do interior e da maior parte do litoral indiano, era algo central aos governantes de empórios marítimos.<sup>196</sup> Essa diferença fazia das cidades costeiras do Guzerate um ambiente mais similar aos potentados costeiros das outras partes do Oceano Índico e com as quais os portugueses interagiriam prioritariamente.

## O Mar Vermelho

A região do Mar Vermelho (incluindo o Golfo de Áden) tornou-se a principal rota de escoamento para as mercadorias da Ásia Marítima, que eram distribuídas na bacia do Mediterrâneo ao menos a partir do século XIII, como já apontado anteriormente. A rivalidade mameluco-mongólica perturbou o eixo caravaneiro entre o Levante e o Golfo Pérsico, beneficiando o trajeto via Iêmen e Egito. Cidades portuárias como Áden, Jidá, Suaquém e Suez passam a constituir os entrepostos preponderantes do comércio naval com o Oceano Índico, para onde convergia a maior parte da pimenta preta, gengibre, cravo e noz moscada destina aos mercados mais ocidentais. No Mediterrâneo, os comerciantes de Veneza tornaram-se os redistribuidores quase exclusivos desses produtos da Índia e Insulíndia, um dos mais lucrativos negócios da Idade Média tardia, mormente pelo alto valor das especiarias encontravam nos outros portos europeus. Os venezianos compravam principalmente em Alexandria as especiarias para a distribuição pela Europa. Arrebatavam o bojo dos lucros desse comércio aos mercadores árabes, no eixo Índico-Mar Vermelho, e negociantes de Veneza, no eixo Egito-Mediterrâneo. O trato de especiarias enchia os cofres dos sultanatos rasúlida (Iêmen) e mameluco (Egito e Levante). O significativo

---

<sup>195</sup> BASAK, Sohinee. Coastal Gujarat on the Eve of Portuguese Arrival. *Op. Cit.*, p. 103.

<sup>196</sup> MATHEW, K. S. Nobility in the Gujarat Sultanate and the Portuguese during the Sixteenth Century. *Op. Cit.*, p. 282.

volume desse tráfico comercial possibilitava uma relativa facilidade em cobrar impostos, taxas e pedágios nos portos e bazares pelo qual passava. A participação dessas autoridades no comércio não se limitava à tributação: podiam fixar preços, forças compras, outorgar para si parte da comercialização de mercadorias e realizar transações próprias. Mas havia também outras formas mais indiretas – e sutis – de intervenção nessa economia mercantil.

No início do século XIII, os venezianos ganharam permissão do sultão aiúbida para estabelecerem em Alexandria uma feitoria (ar. *funduq*, it. *fondaco*), tornando-se residência do cônsul por volta de 1238. Até fins do século XV, os venezianos ainda mantinham duas feitorias em Alexandria, ambas estabelecidas no século XIII. Os acordos comerciais encetados com os mamelucos foram tornando-se com o tempo um costume (*‘āda* em árabe e *consuetudine* ou *usanza* em italiano) no decorrer do tempo.<sup>197</sup> No século XV, já estavam bem estabelecidos direitos como a da jurisdição consular dentro da colônia, o direito do cônsul de requisitar o juízo do sultão em disputas com muçulmanos, e o direito de não ser impostos aos venezianos a responsabilidade coletiva pelas dívidas de um dos seus ou pela pirataria de outros povos europeus. Os venezianos vendiam, no Egito, principalmente produtos de lã, tecidos e metal (principalmente cobre), que era utilizado para emissão de moedas pelos mamelucos; e compravam sobretudo especiarias como pimenta, gengibre, cravo, noz-moscada, canela e acácia – todos oriundos do Oceano Índico pela via do Mar Vermelho.<sup>198</sup>

Uma prática recorrente dos sultões mamelucos era forçar comerciantes europeus, sobretudo venezianos, a comprar uma quantidade de especiarias por um preço fixo através de seus negociantes oficiais, chamados mercados do sultão (*tujjār al-sultān*) ou mercadores do nobre erário (*tujjār al-dahīrat al-šarīfa*).<sup>199</sup> O sultão Barsbay (1422-1428) chegou a instaurar um monopólio sobre a pimenta em 1426, ampliado a todo tipo de especiaria em 1428. Devido a oposição dos venezianos, esse monopólio oficial foi abandonado em 1449. Ainda que estivessem sujeitos sob a arbitrariedade das autoridades mamelucas, o trato dessas mercadorias com os

<sup>197</sup> HORII, Yutaka. The Mamluk Sultan Qansuh Al-Ghawri (1501-16) and the Venetians in Alexandria. *Orient*, v. 38, pp. 178-199, 2003, p.180.

<sup>198</sup> *Ibidem*, p. 182.

<sup>199</sup> “Dealing in the sultan's spices was carried out by sultan's merchants (*tujjār al-sultān*), who were also known as “merchants of the royal storehouse (*tujjār al-dhakhīrat al-sharīfa*.” *Ibidem*, pp.180-181.

européus era indispensável para obtenção de metais preciosos e foi essencial para a cunhagem de moedas a partir do início do século XV.

Ao analisar a vasta documentação em árabe em busca de dados econômicos e sociais sobre os períodos das dinastias aiúbida e mameluca, frequentemente encontramos o termo *kārimī*, geralmente usado para se referir a um mercador na forma de *tājir al-kārimī*.<sup>200</sup> A origem e o significado desse termo, não nativo do árabe, permanecem um mistério. Contudo, os *kārimī* são conhecidos como “os mercadores de pimenta e especiarias”, tendo esse como seu principal segmento comercial, embora também lidassem com outros produtos, como produtos agrícolas, têxteis, seda, madeira, trigo, farinha, açúcar, arroz, armas e outros bens valiosos do Iêmen.<sup>201</sup> Essa especialização os conectou estreitamente ao Iêmen, que era, tanto sua principal fonte de abastecimento, quanto o ponto de partida de suas transações comerciais. Esses mercadores desempenharam um papel significativo na economia do Egito sob a administração mameluca. As taxas aplicadas às suas mercadorias tornaram-se uma fonte constante e crescente de receita para o governo. A magnitude do comércio *kārimī* levou à criação de novos departamentos governamentais, dedicados exclusivamente à supervisão e tributação de seu comércio.<sup>202</sup>

A ascensão dos mercadores *kārimī* parece ter origem com a fundação da dinastia aiúbida no Egito por Saladino.<sup>203</sup> No Egito, o comércio de pimenta dos *kārimī* tornou-se vital para a economia mameluca. Com o alinhamento dos interesses comerciais e estatais, o sultão Barsbay iniciou uma expansão geográfica que mais tarde incorporaria o movimento religioso. No século XV, o comércio de pimenta e especiarias dos *kārimī* foi assumido por um monopólio estatal egípcio sob o sultão mameluco Barsbay. Este monopólio, juntamente com a segurança da rota entre Alexandria e Hejaz, é sugerido como uma razão para a queda nos preços da pimenta em Veneza na época.<sup>204</sup> O aumento da tributação e as condições políticas e econômicas deteriorantes afetaram não apenas os comerciantes *kārimī*, mas toda a

---

<sup>200</sup> FISCHER, Walter J. The spice trade in Mamluk Egypt: a contribution to the economic history of medieval Islam. **Journal of the Economic and Social History of the Orient**, v. 1, n. 2, pp. 157-174, 1958, p. 158.

<sup>201</sup> *Ibidem*, p. 161.

<sup>202</sup> *Ibidem*, p. 167.

<sup>203</sup> ISLAHI, Abdul Azim. **Muslim Economic Thinking and Institutions in the 10th AH/ 16th CE Century**. Jeddah: KAU Scientific Publishing Centre, 2009, p. 91.

<sup>204</sup> HO, Engsen. **The graves of Tarim: genealogy and mobility across the Indian Ocean**. Berkeley: University of California Press, 2006, p. 119.

classe mercantil.<sup>205</sup> O êxodo desses comerciantes os levaria a se relocarem para locais onde já realizavam seus mais lucrativos negócios, como o Malabar. O fim dos kârimī pode ter sido selado no início do século XVI com a intervenção portuguesa em Calecute.

## O reino de Ormuz

O reino de Ormuz ascendeu no século XIV como o principal poder marítimo no Golfo Pérsico e na costa de Omã, sobretudo a partir do ocaso de Qays, de quem herdou a rede de domínios navais, insulares e costeiros.<sup>206</sup> Através da habilidade de lideranças sucessivas, Ormuz destacou-se como uma sociedade cosmopolita e dinâmica, estrategicamente reposicionada na ilha de Jarun para sua defesa e exercício de poder naval. A autonomia do reino, embora sob a soberania formal de potências dominantes na massa terrestre iraniana, foi astutamente reforçada através de tributos estratégicos, uma rede de fortalezas, alianças matrimoniais e inovações administrativas. Essa independência de fato permitiu a Ormuz herdar e controlar domínios marítimos exteriores significativos. Abandonando práticas de pirataria em favor de uma infraestrutura mercantil robusta, Ormuz prosperou, integrando grupos árabes diversos e expandindo sua influência para além do Estreito. A habilidade do reino em forjar uma sociedade inter-regional, móvel e cosmopolita foi evidenciada pela sua influência expansiva, estendendo-se através de Omã e enclaves na costa de Macrã, e pela vitalidade das suas cidades portuárias, criando um espaço vasto e integrado de interação cultural e econômica

Antes do século XVIII, a cultura das regiões do Golfo Pérsicos e de Omã era, em grande medida, orientada para Índia nos mais diversos aspectos da sociedade e cultura: no seus modos e costumes, em termos da composição étnica de sua população, sua comida, seu eixo comercial, e até das moedas em circulação eram distintas do interior. Sua situação fronteiriça e sua duração circunscrita entre uma era

---

<sup>205</sup> *Ibidem*, pp. 91-92.

<sup>206</sup> PIACENTINI FIORANI, Valeria. The Gulf: a cosmopolitan mobile society – Hormuz, 1475–1515 ce. In: FROMHERZ, Allen James (ed.). **The Gulf in World History**: Arabian, Persian and Global Connections. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2018, p. 37.

de impérios continentais das estepes ao de talassocracias europeias transoceânicas, faz de Ormuz um caso particular da história urbana.<sup>207</sup> Enquanto uma entidade política autônoma, esse reino nasce da transferência da cidade homônima do continente para ilha deserta de Jarun ao redor de 1300. Antes de uma típica cidade muçulmana, se caracterizava com um dos empórios do Oceano Índico, numa posição estratégica das rotas comerciais. Quase todos os aspectos de sua configuração eram marcados por uma duplicidade: “meio continental e meio insular, meio persa e meio árabe, meio mercantil e meio senhorial.”<sup>208</sup>

O balanço entre os elementos persa e árabe de Ormuz não era de exclusão e substituição total de um pelo outro, mas uma relação de complementaridade que poderia pender mais para um lado que para o outro.<sup>209</sup> Dependia não só do poderio militar à disposição, mas de como se formava o oficialato e as altas magistraturas, variando com o tempo e se sobrepondo num mesmo período, como também dos vínculos de casamento do e outras associações com as diversas famílias de uma ou outra margem do Golfo. Havia também divisões internas aos povos de cada um. Contrastante era o interior desértico e seminômade de boa parte da costa da Arábia e os árabes das cidades costeiras, muito mais cosmopolitas e entrelaçados com os persas e sua cultura. Um antagonismo até se apresentava entre interioranos e os cidadãos da costa árabe do reino de Ormuz, visto como uma extensão da elite persa desse reino, particularmente na cidade natal da dinastia em Omã, Calaiate (*Qalhāt*), considerada e laureada com alcunha de ‘morada da conquista’ (*dār al-fath*).<sup>210</sup> Ainda que os idiomas árabe e persa pudessem ter pesos equivalentes na corte, a cultura islâmica e os laços étnicos-geográficos de natureza pérsico são principalmente evidentes pelos nomes e ainda mais pelo gentílico (ar. *nisba*) que indicava origens em lugares do Irã, particularmente das províncias de Fars e Carmânia (*Kerman*):

<sup>207</sup> AUBIN, Jean. **Le Latin et l’Astrolabe**: Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. *Op. cit.*, p. 288.

<sup>208</sup> “[...] mi-continentale mi-insulaire, mi-persan mi-arabe, mi-mercantile mi-seigneurial.” *Ibidem*, p. 289

<sup>209</sup> PIACENTINI FIORANI, Valeria. Salghur Shah, malik of Hormuz, and his embargo of Iranian Harbours (1475-1505). In: COUTO, Dejanirah; LOUREIRO, Rui (Ed.). **Revisiting Hormuz**. Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period. Harassowitz Verlag, p. 3-12, 2008. p. 6

<sup>210</sup> PIACENTINI FIORANI, Valeria. Hormuz and the ‘Umānī and Arabian world (fifteenth century). **Proceedings of the Seminar for Arabian Studies**, v, 30, pp. 177–188, 2000. p. 178.

*Tarumī, Hūnjī, Fālī, Ījī, Šabānkarā'ī, Abzārī, Kāzirūnī*, entre outros.<sup>211</sup> Eram em sua maioria também importantes enclaves do reino de Ormuz.

Como o estreito a que dá nome, Ormuz localiza-se na massa de água conhecida como Mar ou Golfo Pérsico (*daryā-i fars*, em persa, e *(al-)baḥr (al-)fārs(ī)* ou *al-ḥalīj al-fārsī*, em árabe), designação dominante no pensamento geográfico de gregos, latinos, árabes e persas (mas não a única). Nos mapas do geógrafo Al-Idrissi (século XII), ambas denominações são utilizadas.<sup>212</sup> Já o navegador Ibn Majid (século XV) emprega apenas Golfo Pérsico (*ḥalīj fāris*), enquanto o cartógrafo al-Sfaqsi (século XVI) só mar pérsico (*baḥr fāris*).<sup>213</sup> Entretanto, Aubin não identifica esse termo nos relatos muçulmanos medievais para identificar a região a que pertencia a cidade na ilha de Jarun, sendo mais comum tratar como “país das costas” (árabe-persa *savāḥil*, como também *sawāḥil wa jazāyir*, lit. “costas e ilhas”), “país marítimo” (pers. *nāḥiyat-i darya, darya-bar*), zona das “terras quentes” (pers. *garmsīr, garmsīrāt*) ou “a passagem” (ar. *ma‘abar*), essa última definição pouco difundida devido sua ambiguidade.<sup>214</sup>

Na sua própria definição, Ormuz é a “costa de cá” (pers. *īn jānib*) e a Índia a “costa de lá (pers. *ān jānib*). *Armūz* ou *Harmūz* no dialeto ormuziano, *Hurmuz* ou *Hurmūz* em persa clássico, a cidade era conhecida por ser o centro do reino marítimo localizado no litoral continental no estreito homônimo. Buscando escapar às forças centrípetas, fosse do planalto iraniano, fosse das estepes asiáticas, a capital é transferida à ilha de Jarun no século XIV.<sup>215</sup> A distinção entre a velha (*Hurmuz-i Kuhna*) e a nova Ormuz (*Hurmuz-i Jadīd*) vai perdendo sentido na medida que a parte continental vai perdendo suas características urbanas. Jarun e Ormuz tornam-se sinônimos a partir daí, sendo usados de modo intercambiável. Utiliza-se, por vezes, Ormuz como o nome do reino e Jarun para a cidade em si, não só a ilha. Para se referir aos territórios continentais, se utiliza *Bīrūn* e *Bīrūnāt* no sentido mais literal de

<sup>211</sup> *Ibidem*, p. 7

<sup>212</sup> Oxford, Bodleian Library, MS. Pococke 375, fol. 66v-67r e fol. 71v-72r (golfo), fol. 132v-133r (mar); e Oxford, Bodleian Library, MS. Greaves 42, fol. 191v (golfo) e fol. 87v (mar)

<sup>213</sup> Oxford, Bodleian Library, MS. Marsh 294, fol. 5v; Ibn Majid usa o termo para o título de seu poema instrutivo (*urjuza*) chamado.” IBN MAJID, Aḥmad. *Urjūza barr al-‘arab fī ḥalīj fāris*. In: KHOURY, Ibrahim. *Les Poèmes nautiques d’Aḥmad Ibn Maḡid*, 3eme partie. **Bulletin d’études orientales**, v. 39/40, p. 191-420, 1987-1988. p. 263-269 [numeração árabe as páginas: 154-160]

<sup>214</sup> AUBIN, Jean. **Le Latin et l’Astrolabe**: Rechercher sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. *Op. cit.*, p. 289.

<sup>215</sup> *Ibidem*, p. 290.

“territórios exteriores” como também *Jarūnāt* (“territórios de Jarun”), termo que permanece em uso mesmo após a derrocado do reino de Ormuz.<sup>216</sup> Essa nomenclatura toponímica demonstra a relação umbilical e a dependência da cidade com suas áreas de suprimento, pois era necessário transportar até a água diariamente para a ilha em um tráfego incessante de barcos.

O comércio com Ormuz também havia passado a distintos papéis na história do Irã a partir do século XV, ao menos, e mais adiante. Ainda que o interior fosse assolado por invasões e conflitos, o comércio nunca foi interrompido. Poderosas famílias mercantis de Ormuz dominavam as transações de leste a oeste e a aristocracia militar provia salvo-conduto e estabilidade com sua frota naval formidável. Os laços matrimoniais vinculavam comerciantes de ambas as margens do Golfo Pérsico entre si, dando sedimentação às atividades mercantis contínuas, balanceadas por equilíbrios de poder entre as partes. O trato comercial era também muito menos ligado ao que viria ser o estado nacional e suas delimitações. Houve, também, uma alteração no polo de poder (trans)regional, movendo-se da Ásia Central para a Anatólia, ou seja, do coração do império timúrida para o sultanato otomano em ascensão.<sup>217</sup> Os laços matrimoniais vinculavam comerciantes de ambas as margens do Golfo Pérsico entre si, dando sedimentação às atividades mercantis contínuas, balanceadas por equilíbrios de poder entre as partes.<sup>218</sup> O trato comercial era também muito menos ligado ao que viria ser o estado nacional contemporâneos e suas delimitações. Houve, também, uma alteração no polo de poder (trans)regional, movendo-se da Ásia Central para a Anatólia, ou seja, do coração do império timúrida para o sultanato otomano em ascensão.

A relativa pouca importância do comércio de especiarias no Golfo Pérsico foi notada por portugueses, que identificaram seu caráter basicamente interasiático.<sup>219</sup> Os inventários de carga de Ormuz confirmam essa indicação. Se comercializava através do estreito todo tipo de mercadorias asiáticas, das quais se destacam: alimentos, joias, drogas medicinais, perfumes, minerais, metais, tecidos e objetos de

---

<sup>216</sup> *Ibidem*, p. 291.

<sup>217</sup> PIACENTINI FIORANI, Valeria. Salghur Shah, malik of Hormuz, and his embargo of Iranian Harbours (1475-1505). *Op. Cit.*, p. 5.

<sup>218</sup> *Ibidem*, p. 6

<sup>219</sup> AUBIN, Jean. **Le Latin et l’Astrolabe**: Rechercher sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. *Op. Cit.*, p. 367.

luxo. Dois negócios importantes devem ser destacados: o tráfico de escravos indianos e africanos, para o qual os registros são esparsos e o comércio de cavalos, muito bem documentado. Fornecedor de produtos essenciais como açúcar, arroz e ferro, o Decão é o maior importador de cavalos do Golfo Pérsico e de Omã, como já explanado anteriormente, por ter um clima pouco adequado à criação desse animal. A demanda é constantemente renovada e circunstancialmente intensificada na medida em que Vijayanagar se defronta com o sultano bãmame, no século XV, e os sultanatos do Decão no século XVI. Os mercadores muçulmanos suprem os dois lados, sem dar preferências confessionais.

Já o Guzerate não constitui um mercado significativo para importação de cavalos, sendo supridos pela criação local, que é pouco valorizada em outros lugares. Ainda assim, as relações com esse sultanato são as mais intensas e numerosas. É dali (dos portos de Cambay, Chaul e Dabhol) que se importam a Ormuz os mais essenciais produtos do Oceano Índico: algodão e tecidos propriamente de Guzerate, além de toda espécie de mercadoria de alhures (como Decão e Malabar) através do intermédio guzerate. São os principais parceiros comerciais de Ormuz.<sup>220</sup> Os tecidos que passavam pela alfândega de Ormuz eram estampados: a seda com cera e os outros panos com tinta. Já os cavalos eram marcados a ferro. A visão recorrente em relatos do século XV é que a taxação se resumia ao dízimo do valor das mercadorias. Ao que tudo indica, no reino de Ormuz se aplica geralmente uma taxa de dez por cento (dízimo) sobre todos os artigos comercializados, exceto ouro e prata.<sup>221</sup>

A estrutura econômica, sustentada por famílias mercantis e suas principais rotas de comércio, formava a espinha dorsal de impérios financeiro-econômicos, apoiada por uma burocracia eficiente, forças militares e um sistema sofisticado de negociações e compensações.<sup>222</sup> Mesmo em face de desordens e conflitos, esse sistema garantia refúgio, santuário e suporte militar, assegurando a estabilidade socioeconômica e a continuidade comercial. A habilidade de manter a ordem e prosperar, apesar das adversidades, era um testemunho da resiliência e

---

<sup>220</sup> *Ibidem*, p. 369

<sup>221</sup> *Ibidem*, p. 370

<sup>222</sup> PIACENTINI FIORANI, Valeria. The Gulf: a cosmopolitan mobile society – Hormuz, 1475–1515 ce. In: FROMHERZ, Allen James (ed.). **The Gulf in World History**: Arabian, Persian and Global Connections. Edinburgh: Edinburgh University Press, p. 35–56, 2018, p. 38.

engenhosidade dessas estruturas interconectadas e dos mecanismos de suporte que sustentavam os empreendimentos econômicos globais.

A dependência política para com forças centrais no continente se altera na metade do século XV, quando Hormuz adquire mais independência dos príncipes timúridas, que por sua vez viviam a fragmentação do antigo império de Timur.<sup>223</sup> O pagamento de tributos e de pedágios pela passagem de caravanas, a chamada mocarraria (*muqarrariya*, em árabe e persa), servia com uma solução conveniente para aliviar as tensões entre duas partes. Com o estabelecimento de principados túrquicos, a autonomia de facto passa a ser reconhecida mediante o já mencionado tributo (*ḥarāj*). Sem o trânsito de caravanas entre o litoral ormuziano e os centros interioranos do Irã a prosperidade da cidade na árida ilha de Jarun não se sustentaria. Mais que uma concessão e menos ainda uma submissão, o pagamento desses tributos e do 'pedágio' pela passagem de caravanas era, do ponto de vista de seus governantes uma garantia contra o próprio colapso do reino.

O rei de Ormuz tinha direito à mocarraria, às pensões, às dependências do reino, aos prêmios e às comissões e aos apontamentos (morçungos, em português, de *marsūm* em persa e árabe), sobre todos seus oficiais. A função fundamental do rei era preservar a unidade do reino.<sup>224</sup> Garantidor de unicidade e símbolo de poder: esta era a dupla natureza do rei de Ormuz. Ainda que a sorte do estado estivesse ligada à política e à economia do mundo iraniano, a dinastia era de origem árabe. A afirmação da origem árabe da dinastia reinante era um sinal da necessidade do soberano asseverar seu poder como membro de uma linhagem legítima e se distinguir dos nobres persas, assim também satisfazendo os súditos árabes do reino. Longe de ser privado de influência sobre os assuntos reais, o elemento árabe ainda assim tinha um *status* inferior ao persa, por esse estar mais centrado em um direito aristocrático sobre a posse de terras e o comando das forças armadas, além do prestígio da cultura de corte persa.<sup>225</sup> A força dessa nobreza estava na propriedade fundiária, na arregimentação de homens para o exército e a armada, nos domínios que mantinham

---

<sup>223</sup> PIACENTINI FIORANI, Valeria. Hormuz and the 'Umānī and Arabian world (fifteenth century). *Op. Cit.*, p. 182.

<sup>224</sup> AU AUBIN, Jean. **Le Latin et l'Astrolabe**: Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. *Op. Cit.*, BIN, 2000, p. 342.

<sup>225</sup> *Ibidem*, p. 343.

fortificados e nos tributos que cobravam para livre passagem por seus territórios. O aparato burocrático era bilingue: árabe e persa.<sup>226</sup>

Várias reformas realizadas nas últimas décadas do século XV mudaram a configuração das forças armadas às estruturas administrativas.<sup>227</sup> Havia a ameaça das tropas turcas e turcomenas do interior do Irã, contra as quais um embargo à construção de navios foi imposto, assim como do comércio de materiais usados para construir embarcações. Isso acabou por fortalecer os portos da costa árabe, ainda que o rei tenha buscado manter o equilíbrio com o elemento persa do reino. As tensões haviam se elevado entre essas partes e coube ao rei habilmente amortizá-las dentro do possível e desejado. A situação no lado iraniano ficou mais crítica com a ascensão dos safávidas.<sup>228</sup> O avanço para regiões adjacentes e enclaves contínuos do reino de Ormuz, com a patente intenção de obter o controle do estreito e de seu comércio marítimo, fez com que o rei tomasse medidas mais proativas e drásticas, não só assegurando o pagamento dos devidos tributos, mas contendo revoltas nas dependências em terra firme, tentando minar os particularismos, instigados pelo avanço safávida na atividade na região. O último rei antes da chegada dos portugueses, Salğur, é reconhecido nos relatos persas e portugueses como um soberano justo e generoso que, mesmo religioso, respeitava e garantia a segurança de todas as comunidades religiosas na cidade e que, por isso, ficou conhecida como a morada da salvaguarda (*dār al-amān*), conforme um relato persa coetâneo.<sup>229</sup>

Uma das reformas mais consequentes das últimas décadas dos quatrocentos foi a concentração de poder e das funções governamentais junto ao palácio. A divisão das funções dos dignitários tornou-se mais clara com Salğur Šāh (r. 1475-1505), como representadas na titulação de *wākil* (regente ou governador) e *raʿīs* (capitão ou chefe): enquanto o *wakīl* era mais um representante administrativo do rei em alguma dependência territorial, por *raʿīs* se designava o chefe de uma fortaleza ou guarnição

---

<sup>226</sup> PIACENTINI FIORANI, Valeria. The Gulf: a cosmopolitan mobile society – Hormuz, 1475–1515 ce. *Op. Cit.*, pp. 37-38.

<sup>227</sup> PIACENTINI FIORANI, Valeria. Salghur Shah, malik of Hormuz, and his embargo of Iranian Harbours (1475-1505). In: COUTO, Dejanirah; LOUREIRO, Rui (Ed.). **Revisiting Hormuz**. Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period. Harassowitz Verlag, p. 3-12, 2008, p. 8.

<sup>228</sup> AUBIN, Jean. **Le Latin et l'Astrolabe**: Rechercher sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. *Op. Cit.*, p. 361.

<sup>229</sup> PIACENTINI FIORANI, Valeria. Salghur Shah, malik of Hormuz, and his embargo of Iranian Harbours (1475-1505). *Op. Cit.*, p. 8.

militar. Esses cargos tinham como base vínculos matrimoniais e fidelidade "tribal" ou a um clã, como também a proximidade ao rei e às intrigas de corte.<sup>230</sup> Dependiam, em última instância, da aprovação do soberano, ao menos em tese. Na medida em que a situação exigia, agiam mais independentemente e/ou além das funções pré-estabelecidas (o chefe militar se encarregando da administração). Ainda que as narrativas cronísticas não forneçam muitos detalhes sobre os subalternos e as dependências territoriais do reino, elas oferecem um olhar privilegiado (figurativa e literalmente), ou seja, "de cima para baixo", já que em alguma medida refletiam o ponto de vista da corte real.<sup>231</sup> Incluíam figuras de destaque, de influência e vasta riqueza, setores da sociedade conectados a amplas redes diplomáticas e mercantis pela Ásia marítima.

O principal cargo do reino era o vizir (*wazīr*), que nos idos dos mil e quatrocentos ganhou poder máximo sobre todas as magistraturas, respondendo apenas ao Rei. Mantendo distância dos conflitos no território iraniano, o monarca não deixou de lidar com os problemas ocasionados pela elite persa, cada vez mais dominante, que teve nas medidas de centralização administrativa um meio para canalizar as insatisfações de modo perceptível aos mecanismos de informação da realeza, disseminando suspeitas e intrigas.<sup>232</sup> O antagonismo, as ambições e as rebeldias desse setor ficavam cada vez mais evidentes e o rei buscou as contrapor, fortalecendo o elemento árabe do reino.

A implementação de um embargo a materiais estratégicos para construção naval no litoral iraniano era uma estratégia que abordava, também, esse desafio nos setores persas de Ormuz.<sup>233</sup> Ficava proibido o envio de madeira, cobre, ferro, corda, pise, entre outras mercadorias essenciais, para construir e reparar navios. Essas atividades e a propriedade a ela associada foram transferidas para margem árabe. A atividade mercantil, a partir da costa iraniana, ficou, assim, mais dependente do reino

---

<sup>230</sup> AUBIN, Jean. **Le Latin et l'Astrolabe**: Rechercher sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. *Op. Cit.*, pp. 349-350.

<sup>231</sup> PIACENTINI FIORANI, Valeria. Salghur Shah, malik of Hormuz, and his embargo of Iranian Harbours (1475-1505). *Op. Cit.*, p. 9.

<sup>232</sup> AUBIN, Jean. **Le Latin et l'Astrolabe**: Rechercher sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. *Op. Cit.*, p. 344.

<sup>233</sup> PIACENTINI FIORANI, Valeria; VELDE, Christian. The battle of Julfār (880/1475). **Proceedings of the Seminar for Arabian Studies**, v. 39, p. 321–336, 2009, p. 326.

ormuziano para o tráfico marítimo, o que incluía potentados e potências como os safávidas.

A importância dos portos omanitas e do litoral árabe do Golfo Pérsico tornou-se mais estratégica e fundamental, tanto para questões militares, quanto econômicas. Toda dinastia que buscasse controlar o Golfo Pérsico tornava por mister conquistar a costa de Omã. No auge da supremacia de Ormuz, inexistia qualquer potência que disputasse o controle das cidades costeiras omanitas e o monopólio do comércio ali. Para que corte real mantivesse sua hegemonia, era também praticada uma repressão à liberdade nas águas de Omã, ficando a critério do rei e seu séquito em Jarun. O resultado era que os chefes omanitas acabavam por depender mais de Ormuz para efetuar transações comerciais marítimas.<sup>234</sup> Paradoxalmente, apesar das medidas para enfraquecer ambas as margens do reino, foi o próprio monarca que acabou debilitado, com o poder caindo nas mãos dos mais altos magistrados, como o vizir, e, no início do século XVI um regente eunuco fazia forte oposição à imposição dos portugueses em Ormuz.

## A Costa Suaíli

Localizada na secção mais austral das monções do Oceano Índico, a Costa Suaíli fornecia a navegação marítima à vela um fluxo sazonal de embarcações entre os arredores do Mar Árabe (incluindo o Golfo de Áden, Mar de Omã, Golfo Pérsico e Mar Vermelho) e a costa africana oriental.<sup>235</sup> No período entre setembro e abril, as monções produziam ventos de direção norte a sul nas regiões costeiras do Oceano Índico, o que permitia constantemente viagens marítimas do Mar Árabe até a Costa Suaíle. Até a inversão na direção dos ventos entre abril e o início de maio (antes do clima tempestuoso entre meados de maio e setembro), as embarcações comerciais poderiam permanecer meses nessas regiões portuárias, na qual Quíloa era um nodo privilegiado.

---

<sup>234</sup> *Ibidem*, p. 343.

<sup>235</sup> CAMPBELL, Gwyn. The Role of Kilwa in the Trade of the Western Indian Ocean. In: SCHNEPEL, Burkhard; ALPERS, Edward A. (ed.). **Connectivity in motion**: island hubs in the Indian Ocean world. Cham: Palgrave Macmillan, 2018, p.112.

Essa permanência requeria provisões para os comerciantes, sua tripulação, seus navios e seus animais. Esse fluxo comercial fez a fortuna das cidades portuárias suaílis, cujos soberanos e comerciantes buscaram sustentar e moldar a seu favor. Os navios ancorados ao longo da costa continental (e de Madagascar) e sua tripulação precisavam de manutenção, suprimentos e serviços. Madeira, carpintaria, fabricação de cordas e velas eram indispensáveis para as embarcações. Os comerciantes e a tripulação (em geral, somente homens), que permaneciam sazonalmente em terra por até seis meses, exigiam serviços linguísticos e religiosos, bem como entretenimento sexual, fornecidos pelos habitantes locais por um preço muito alto.

A formação de entrepostos permanentes ensejava o desenvolvimento de uma infraestrutura mais complexa de casas e lojas, além de uma variedade de trabalhos e ofícios. As estações comerciais da Costa Suaíli a conectavam ao mundo mais amplo do Oceano Índico, como Kilwa, bem como ao interior da costa africana.<sup>236</sup> Incluía tanto trabalhadores pouco especializados, como estivadores e guardas, como artesãos instruídos, tradutores, guias, supervisores, além de “esposas temporárias”, prostitutas, artistas de entretenimento e serviços.<sup>237</sup> O elemento persa parece prevalecer nas interações dos suaílis com a Ásia ocidental paralelamente à duração da dinastia abássida em Bagdá (750-1258).<sup>238</sup> Há, todavia, considerável evidência do envolvimento de mercadores de Omã a partir do século X.<sup>239</sup> A significância da rota do Mar Vermelho parece se manifestar com a ascensão do Cairo fatímida (fins do século X até meados do século XII) e se correlaciona com o desenvolvimento de centros urbanos na costa africana oriental, surgindo inúmeras construções em pedra, particularmente edifícios públicos, mesquitas e fortificações.<sup>240</sup> Esse forte centro gravitacional para o comércio do leste africano vai atingir um novo equilíbrio político-econômico no século XIII, dividindo-se primeiro entre os mamelucos no Cairo e os

---

<sup>236</sup> PRADINES, Stéphane; LE GUENNEC-COPPENS, Françoise; MERY, Sophie. L'art de la guerre chez les Swahili: les premiers forts d'Afrique orientale. **Journal des africanistes**, v. 72, n. 2, pp. 71-87, 2002, p. 82.

<sup>237</sup> CAMPBELL, Gwyn. The Role of Kilwa in the Trade of the Western Indian Ocean. *Op. Cit.*, p. 115-116.

<sup>238</sup> *Ibidem*, p. 113.

<sup>239</sup> WILKINSON, J. C. Oman and East Africa: New Light on Early Kilwan History from the Omani Sources. **The International Journal of African Historical Studies**, Vol. 14, No. 2, 1981, p. 282.

<sup>240</sup> PRADINES, Stéphane; LE GUENNEC-COPPENS, Françoise; MERY, Sophie. L'art de la guerre chez les Swahili. *Op. Cit.*, p. 73.

rasúlidas no lêmén, ao mesmo tempo que o litoral suaíli vê a ascensão de principados independentes como Quíloa, Mombasa, Melinde, Pate e Mogadíscio.

A economia comercial suaíli lidava com uma variedade de mercadorias e produtos manufaturados.<sup>241</sup> As importações para a costa leste da África incluíam contas do Oriente Próximo, perfumes persas, utensílios de cozinha, pedras preciosas, vinho, arroz indiano, especiarias, tecidos de algodão, cobre, objetos de metal, cerâmica e porcelana chinesa. Isso estimulou a fabricação local de cerâmica, a adoção do cultivo de algodão e de técnicas de tecelagem, a cunhagem de moedas, primeiro em prata e depois em cobre. As exportações mais valiosas eram de marfim, chifres de rinoceronte, casco de tartaruga, âmbar cinza (ou âmbar-gris) e ouro. As mercadorias demandadas nos mercados indiano e chinês eram exportadas via Omã até por volta do ano 900, quando começaram a ser transportadas mais diretamente para esses portos mais orientais.

Os primeiros conversos ao Islã na costa africana oriental, como em Quíloa, eram parte da elite política e mercantil.<sup>242</sup> Em um dos mais antigos relatos muçulmanos sobre essa região leste da África (conhecida em árabe como *Zanj*), al-Masudi (século X) relata a existência de populações citadinas mistas de fiéis e infiéis (idólatras), mas nenhum governante muçulmano.<sup>243</sup> Entre os séculos XII e XV, esse processo de islamização se acelerou integralmente entre os suaílis (termo árabe *swāḥilī*, lit. “costeiros”) para aqueles que habitavam as cidades portuárias e seus arredores mais imediatos. A língua árabe passa a ser uma importante língua franca para a elite e a maioria deles tinha pelo menos proficiência básica para fins de comércio marítimo em outros lugares e para peregrinação.<sup>244</sup> Testemunhos em árabe, e posteriormente em português, atestam a presença de textos religiosos, como o Alcorão, conforme esperado em qualquer comunidade muçulmana, e também uma

<sup>241</sup> CAMPBELL, Gwyn. The Role of Kilwa in the Trade of the Western Indian Ocean. *Op. Cit.*, p. 114.

<sup>242</sup> *Ibidem*, p. 116.

<sup>243</sup> Texto árabe e tradução francesa, MAÇOUDI. **Les prairies d'or**. vo. 1. BARBIER DE MEYNARD, Charles; PAVET DE COURTEILLE, Abel (trad.). Paris: Imprimerie impériale, 1861. p. 231-232; tradução inglesa, FREEMAN-GRENVILLE, Greville Stewart Parker (ed.). **The East African Coast: Selected documents from the First to the Earlier Nineteenth Century**, Oxford: Clarendon Press, 1962, p. 14.

<sup>244</sup> CAMPBELL, Gwyn. The Role of Kilwa in the Trade of the Western Indian Ocean. *Op. Cit.*, pp. 116-117.

série de livros sobre exegese e jurisprudência islâmica.<sup>245</sup> As condições climáticas na Costa Suaíli estão, em grande parte, por trás da falta de manuscritos antigos convertidos, como ocorre em outras regiões mais secas da África e da Ásia.

O sistema político suaíli foi inicialmente formado por um conselho de anciãos eleitos entre os clãs aristocráticos dessas *de facto* cidades-estados.<sup>246</sup> Esse conselho elegia um chefe superior que, com o tempo, tornou-se cada vez mais poderoso, transformando essa posição de liderança em um sultanato hereditário não eleito, no mínimo, no século XIII. O palácio foi transformado de um edifício militar em uma corte residencial do sultão. A proeminência do palácio se relaciona com uma mudança que se desenvolve, aparentemente, por influência da dinastia oriunda de Xiraz (Pérsia), onde o soberano passa a não ser mais eleito, mas um sultanato a partir já do século XIII. Entre os séculos XIV e XV, os sultões decidem abolir a eleição pelo conselho e estabelecer dinastias hereditárias.

Os conflitos mais horizontais dos suaílis com outras regiões e povos não significam a inexistência de dinâmicas de conflitos verticais entre as cidades-estados suaílis e os conflitos internos, como durante a sucessão dinástica.<sup>247</sup> A competição constante pelo acesso a recursos do interior e ao controle do comércio marítimo transregional parece indicar que os primeiros adversários dos suaílis foram eles próprios. Cada cidade-estado costumava sobrepor-se hierarquicamente sobre uma rede territorial pelo espaço costeiro, na qual não era possível a justaposição de poder com outra cidade. Uma delas, em particular, se destacava nessa posição superior sobre a costa no momento de chegada dos portugueses, conhecida pelo mesmo nome da ilha em que se localizava: *Kilwa Kiswani*.

Quíloa era uma cidade portuária de relevância na economia do mundo do Oceano Índico, sobretudo em sua seção ocidental. Apesar de indícios de mais de quatro mil anos de atividade comercial naquelas ilhas, o consenso acadêmico tende a datar a emergência dessa cidade como centro comercial transregional num período

---

<sup>245</sup> DELMAS, Adrien. Writing in Africa. The Kilwa Chronicle and other Sixteenth Century Portuguese Testimonies. In: BRIGAGLIA, Andrea; NOBILI, Mauro (ed.). **The Arts and Crafts of Literacy**. Islamic Manuscript Cultures in Sub-Saharan Africa. Berlin: De Gruyter, pp. 181-206, 2017.

<sup>246</sup> PRADINES, Stéphane; LE GUENNEC-COPPENS, Françoise; MERY, Sophie. L'art de la guerre chez les Swahili. Op. Cit., 2002, p. 76.

<sup>247</sup> *Ibidem*, p. 82.

entre os séculos IX e X.<sup>248</sup> Sua posição geográfica estratégica, principalmente no sistema marítimo das monções, tornou-a fruto de disputas entre potentados e grupos comerciais, tanto nativos, quanto estrangeiros. A elite construía casas de coral e cultivava jardins e campos de algodão. Já os artesãos locais produziam tecidos de algodão que artistas locais transformavam em panos coloridos usando tinta importada. Juntamente com organização social hierárquica das suas cidades, um estilo arquitetônico suaíli se desenvolveu e se disseminou para outras regiões, como Madagascar.

A sociedade de Quíloa tinha uma base mercantil, dependendo da importação de mercadorias do exterior para trocar por bens do continente, que posteriormente eram exportados.<sup>249</sup> A moeda de cobre que foi cunhada em grandes quantidades provavelmente era utilizada apenas para pequenas transações em dinheiro, devido ao seu baixo valor intrínseco. As trocas de mais alto valor eram realizadas por escambo ou valor em peso de ouro. O comércio ultramarino era voltado principalmente para as terras islâmicas, colocando Quíloa, em certo sentido, em uma posição economicamente ancilar ao sistema mercantil dessas regiões. Os lucros desse comércio sustentavam uma vida urbana próspera, mas sem grandes ambições expansionistas. Em termos territoriais, o escopo de Quíloa era limitado ao controle, na medida do possível, dos portos para os quais os bens que procuravam eram trazidos. Tal proeminência na Costa Suaíli é atestada ao menos a partir do século XIV, período que registra uma expansão da construção de edifícios públicos e privados em pedra coral e outros materiais rochosos. Ao longo do século XVI, essas construções de alvenaria foram caindo em desuso, mudança sobre a qual não se pode desconsiderar a atuação dos portugueses.<sup>250</sup>

Como pode ser subentendido nessa explanação, o longo período de gestão do Oceano Índico como esse “lago muçulmano”, particularmente os cem anos que antecederam a chegada dos portugueses, são marcados pela contínua expansão do

---

<sup>248</sup> CAMPBELL, Gwyn. The Role of Kilwa in the Trade of the Western Indian Ocean. *Op. Cit.*, p. 113.

<sup>249</sup> CHITTICK, Neville. **Kilwa**: an Islamic trading city on the East African coast. vol. 1. Nairobi: The British Institute in East Africa, 1974, p. 244.

<sup>250</sup> WALZ, Jonathan. Early inland entanglement in the Swahili world, c. 750–1550 CE. In: WYNNE-JONES, Stephanie; LAVIOLETTE, Adria (Ed.). **The Swahili World**. Routledge, pp. 388-402, 2017, p. 397.

Islã e da dominação ainda mais ampla de seus comerciantes pela maior parte dessa gigantesca bacia, das orlas do leste africano às ilhas Molucas. Destaca-se o papel chave que os negociantes dos sultanatos estabelecidos no século XV, Guzerate e Malaca, passaram a exercer sobre as trocas comerciais desde o Mar do Sul da China ao Mar Vermelho. No Malabar, a hegemonia de Calicute vai concentrar o bojo da exportação de pimenta através de seus portos. Tudo isso configura a realidade que frota de Vasco da Gama encontrará ao atravessar o Cabo da Boa Esperança e velejar rumo à(s) Índia(s). Essas mesmas localidades constituem alvo central da intervenção portuguesa no ecúmeno índico e seu vasto sistema de redes marítimas dominadas por negociantes muçulmanos.

## Capítulo 2 - Conquista, Navegação e Comércio: a formação do império português no Índico

Quando do retorno da bem-sucedida expedição de Vasco da Gama, o rei Dom Manuel I conclamou-se “senhor da conquista e navegação e comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia”, expandido o título vigente de “Rei de Portugal, do Algarve d'Aquém e d'Além, Senhor da Guiné” com os objetos de suas pretensões imperiais.<sup>251</sup> Tal não era mera expressão desmedida de soberba, mas sinalizava, perante a Cristandade latina, prerrogativas sobre a primazia da monarquia portuguesa ao mundo à leste da linha de Tordesilhas e todos os privilégios que decorreriam, para os quais estratégias concretas estavam sendo efetivadas.<sup>252</sup> Isso implicava, como logo ficou manifesto, a reivindicação do monopólio sobre o comércio com o Oriente. Essa titularia ia ao encontro de modelos de conquista e exploração já experimentados alhures para, então, transladá-lo à bacia do Oceano Índico, sobre os quais os primeiros esboços já haviam sido traçados.<sup>253</sup> A configuração fracionada e centrífuga daquelas orlas seria fortuita para execução desse projeto imperial “escrito nas águas”, parafraseando a expressão empregada por Subrahmanyam.<sup>254</sup> Em outras palavras: uma talassocracia.

Segundo Abulafia, um império com um componente marítimo significativo que deriva sua riqueza do comércio, particularmente quando são tão fisicamente disperso a ponto de depender de comunicação naval entre suas partes define o que podemos

---

<sup>251</sup> O direito de reivindicar “conquista, navegação e comércio” por Portugal sobre terras ao sul já estava assentado no Tratado de Tordesilhas e tinha também precedentes nas bulas papais. Dado as ambições imperiais do monarca português, não surpreende que um dos primeiros usos do título em comunicações diplomáticas tenha sido com o imperador sacro-germânico. DIAS, João José Alves. Senhor da conquista, da navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia: Em torno da titulação do rei de Portugal. In: CASTELO-BRANCO, Miguel (coord.). **Portugal no Golfo Pérsico: 500 anos**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2018, pp. 35-36.

<sup>252</sup> CASALE, Giancarlo. Tordesillas and the Ottoman caliphate: early modern frontiers and the Renaissance of an Ancient Islamic Institution. **Journal of early modern history**, v. 19, n. 6, pp. 485-511, 2015, p. 501-502.

<sup>253</sup> Da perspectiva dos artífices do império português no Oceano Índico, as experiências com a África Atlântica no século anterior foram indiscutivelmente propedêuticas. SUBRAHMANYAM, Sanjay & THOMAZ, Luís Filipe F. R. Evolution of empire: The Portuguese in the Indian Ocean during the sixteenth century. In: TRACY, James D. **The political economy of merchant empires: State power and world trade, 1350-1750**. New York: Cambridge University Press, 1991, p. 300.

<sup>254</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. Written on Water: designs and dynamics in the Portuguese Estado da Índia. in: ALCOCK, Susan; D'ALTROY, Terence N; MORRISON, Kathleen D; SINOPOLI; Carla M. **Empires: Perspectives from Archaeology and History**, 2001, pp.43-44.

*grosso modo* chamar de talassocracia.<sup>255</sup> Seu exame de várias talassocracias pela história vai desde as origens do termo na antiguidade grega no Mediterrâneo (literalmente, poder marítimo ou governo do mar, em grego), questionando a aplicação naquele tempo e/ou espaço, dado as limitadas dimensões de muitos poderes navais mediterrâneos.<sup>256</sup> O caso português, ainda que configure apenas passageira menção entre os vários exemplos citados, carece da maior parte das restrições que o autor atenta para a aplicação do termo.

Ainda que padeça de um horizonte geográfico muito mais restrito que do império português com sua dimensão transocêânica, o exemplo do Reino da Dinamarca do Mar do Norte elucida o peso dos interesses dinásticos nas políticas navais do medievo tardio.<sup>257</sup> Para satisfazer sua cobiça em controlar recursos valiosos ou lucrar com rotas comerciais, esses monarcas buscam estabelecer seu domínio portos cruciais e bases no exterior, bem como desenvolver a capacidade de patrulhar corpos de água exíguos, como estreitos. Em muitos casos, a atividade comercial marítima pode começar antes ou simultaneamente às ambições navais dos governantes, desenvolvendo seus próprios interesses em conformidade ou contradição com os interesses dos poderes centrais, geralmente uma combinação de ambas.

Malekandathil define três diferentes níveis da expansão portuguesa no Oceano Índico: o oficial, o privado e o eclesiástico.<sup>258</sup> No primeiro nível, trata-se dos acordos e da conquista oficial de entrepostos. O segundo nível foi a dispersão de casados, negociantes e renegados sobretudo pelo espaço a leste do Cabo Comorim, onde não havia tanto interesse de controle pelo Estado da Índia, chamado de “império da sombra”. O terceiro nível foi a de instituições eclesiásticas, que por sua vez conectavam os domínios formais com os assentamentos informais de particulares, ou indo até mais além.

---

<sup>255</sup> ABULAFIA, David. Thalassocracies. In: HORDEN, Peregrine; KINOSHITA, Sharon (Ed.). **A companion to Mediterranean history**. Chichester, West Sussex: Wiley Blackwell, 2014. p. 151.

<sup>256</sup> *Ibidem*, p. 139-140

<sup>257</sup> HEEBØLL-HOLM, Thomas. Medieval Denmark as a Maritime Empire. In: STROOTMAN, Rolf; VAN DEN EIJNDE, Floris; VAN WIJK, Roy. **Empires of the Sea: Maritime Power Networks in World History**. Leiden/Boston: Brill, 2019. p. 198.

<sup>258</sup> MALEKANDATHIL, Pius. **Maritime India**. *Op. Cit.*, p. 69.

Enquanto um poder propriamente imperial, em qualquer um desses níveis, os portugueses limitaram-se as orlas e as ilhas do Oceano Índico. Nesses espaços, os portugueses lidaram inicialmente com cidades portuárias costeiras que gozavam normalmente de uma semi-independência em relação aos soberanos territoriais do interior ou com pequenos potentados cosmopolitas centrados no comércio oceânico mais que com os grandes impérios continentais, como observou Jean Aubin:

No decurso da sua “conquista, navegação e comércio” no Oceano Índico, as esquadras de D. Manuel entraram em contato, e não com as potências, com as portas marítimas desses impérios terrestres, que gozavam de semi-independência de seus soberanos, como Diu, em Guzerate, ou Aden, no Iêmen, e a maioria dos quais eram metrópoles de pequenos estados dependentes do comércio oceânico, como Ormuz, Calecute, Cochim, Cananor, Quíloa, Queshm e muitos outros.<sup>259</sup>

Todas essas cidades dependiam de autonomia para exercer sua liberdade comercial e atividade portuária, cuja dimensão era internacional. Sua vida social era caracterizada por cosmopolitismo, marcado por uma diversidade étnica e religiosa. A categoria de empório comercial, ou *port of trade* no original em inglês, poderia se aplicar à essas cidades costeiras do Oceano Índico, considerando os possíveis *caveats* que Polanyi aponta sobre o envolvimento da cidade com o comércio, se mais fiscal ou mais participativo, e da organização da atividade mercantil, seja em guildas e/ou apenas mercadores individuais.<sup>260</sup> Cada assentamento urbano costeiro se desenvolveu dentro de seu próprio meio e ali construiu sua fortuna, por vezes pouco antes da chegada dos portugueses. Essas cidades mercantis do Oceano Índico fornecem a base para esclarecer as condições concretas nas quais pôde ser criado e exercido o Império de Portugal, que “herdou” desses locais um passado com o qual

<sup>259</sup> “Au cours de leur “conquête, navigation et commerce” dans l’Océan Indien, les escadres de D. Manuel entrèrent en contact, plutôt qu’avec les puissances, portes sur la mer de ces empires terrestres, jouissaient d’une demi-indépendance vis-à-vis de leur souverain, telle Diu au Gujarat ou Aden au Yémen, et dont la plupart étaient les métropoles de petits États vivant du commerce océanique, telles Ormuz, Calicut, Cochim, Cananor, Kulwa, Quishm, et bien d’autres.” AUBIN, Jean. *Le Royaume d’Ormuz au début du XVI<sup>e</sup> siècle*. In: AUBIN, Jean. **Le Latin et l’Astrolabe**: Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. Tome II. Lisbonne/Paris: Centre Culturel Calouste Gulbekian, 2000, p. 287.

<sup>260</sup> Polanyi refere-se como exemplo especificamente as cidades costeiras do Malabar, que diferem de seu modelo devido a três fatores: o caráter mais fiscal do governo, sem envolvimento direto nas vendas e compras de mercadorias visando o lucro; a administração do comércio sem um padrão claro necessariamente variando entre competição e fixação de preços; e a motivação parte coletiva, parte individual das transações, pautada em afiliações religiosas. Pelo explicado no capítulo anterior e como se verá adiante, essas questões não se aplicam do mesmo modo pelo Oceano Índico. .POLANYI, Karl. Ports of trade in early societies. **The Journal of Economic History**, v. 23, n. 1, p. 30-45, 1963, pp. 37-38

se engajava, adaptava seus meios e que revela os sucessos e falhas desses empreendimentos de conquista.<sup>261</sup>

O 'Ecúmeno das Monções' produziu uma realidade sócio-religiosa interconectada através de rotas de comércio, peregrinação e migração. O Islã ecumênico, que também pode ser relacionado às noções de Islã das monções ou Islã mercantil, via-se diante de uma nova forma de disrupção, uma força forânea que contestava não só o poder territorial sobre águas, mas os pressupostos cosmopolitas cujo consenso operava diversamente através de comunidades e entidades políticas do Oceano Índico. Um império marítimo reivindicando soberania não era de todo inovador - não havia decorrido um século desde as imponentes expedições navais da China Ming, como mencionado no capítulo anterior. Todavia, o caráter confessional somado a um amplo aparato de dominação transversal sobre rotas e intersecções no sistema de circulação era um contrassenso para o constante aumento da interconectividade transoceânica experimentada nos séculos anteriores. Poderes regionais e agentes privados buscaram proveito nas dinâmicas materiais e culturais proporcionadas pela transumância do ritmo das monções. Peregrinos e comerciantes já estavam acostumados com tributações, extorsões e pirataria presentes regionalmente em diversos estágios dos trajetos convencionais de navegação, através do Índico e mares adjacentes. Mesmo as atividades predatórias mais temidas na manutenção – e até reforço – de uma economia mercantil eram compartilhadas por todas as partes. O impedimento à movimentação por critérios gerais ideológicos e não por objetivos mais específicos, fossem até de carácter politicamente motivado, trazia um desafio inédito a um ecúmeno marítimo calcado em roteiros circulatorios acessíveis, por princípio, a qualquer parte interessada, ainda que sujeita aos caprichos de forças locais. Restrições dificilmente implicavam uma interrupção por completo de todo tráfego nas principais vias de navegação.

O fechamento total de um dos nodos centrais da ampla teia de circulação era – via de regra – um contrassenso, pois do fluxo recorrente adivinham os recursos e benefícios dos diferentes atores sociais, políticos econômicos. A hegemonia sobre pontos de passagem e parada, quando não o controle direto, podia levar a disputas acirradas. Ao final, buscava-se a continuidade do trânsito de pessoas e mercadorias,

---

<sup>261</sup> AUBIN, Jean. **Le Latin et l'Astrolabe**: Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. *Op. Cit.*, p. 288.

que traziam bens cobiçados e prosperidade. Não era de interesse de nenhum dos envolvidos fechar um mar inteiro à passagem de embarcações, como tentou a Coroa de Portugal com seu projeto de bloqueio ao Mar Vermelho. Carecia um caminho alternativo quem quer que cogitasse tal estratégia, a princípio impensável aos que dominavam o entrelaçamento comercial pelas águas do Índico e abundavam nas margens desse oceano desde séculos anteriores à chegada dos portugueses. A partir de Bartolomeu Dias e, efetivamente, de Vasco da Gama, a partir de 1498, é inaugurada uma alternativa, com a rota do Cabo da Boa Esperança.<sup>262</sup>

A circunavegação da África pela carreira transoceânica, que enviava frotas inteiras um ano após o outro, não deixou de causar certa estranheza entre as populações africanas e asiáticas, cujos testemunhos chegaram até o tempo presente. Garantindo uma via para o transporte das cobiçadas riquezas do Oriente, Portugal podia empenhar-se na concretização de estratégias sem precedentes e alheios à realidade dos mares, do Sul ao Extremo Leste. Não apenas buscavam os portugueses se imporem sobre o espaço marítimo do Oceano Índico, mas cultivavam um trajeto alternativo para o transporte naval de longa distância. Desse modo, era possível implementar um cerco a um circuito central de navegação, como era o roteiro entre o Mar Vermelho e o Mar Árábico, sem se privar dos benefícios que este trazia, sobretudo em termos de mercadorias de alto valor, como as especiarias do Sul e Sudeste asiático. Mais ainda, era possível, assim, tirar proveito de um comércio lucrativo até então diretamente inacessível aos Cristãos europeus e alcançado apenas através de intermediação através do Oeste da Ásia e Nordeste da África.

Durante muito tempo o projeto de expansão marítima portuguesa foi tratado como um processo linear e pré-estabelecido desde o princípio, visão criticada reiteradamente por Luís Filipe Thomaz.<sup>263</sup> Primeiramente, existiu um plano para a conquista do Marrocos que animou as primeiras navegações como parte de um projeto de cerco marítimo ao território muçulmano e aliança militar com o lendário rei Preste João, a ser encontrado logo mais adiante e pronto a completar o assédio aos

---

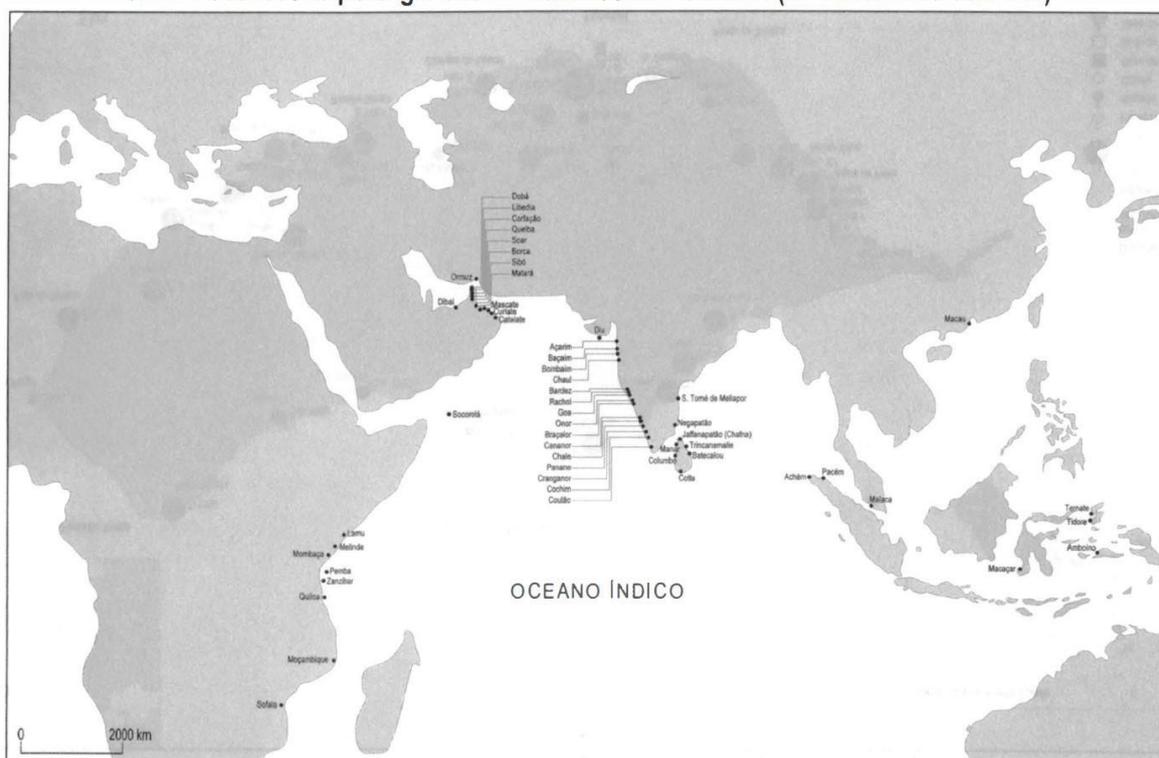
<sup>262</sup> THOMAZ, Luís Filipe Reis. The Portuguese control over Indian Ocean and the *cartaz* system. **Os mares do oriente: a presença Portuguesa CIRCA 1507: actas / X Simpósio de História Marítima**. Lisboa: Academia de Marinha, pp.267-334, 2011,p. 298.

<sup>263</sup> THOMAZ, Luís Filipe. Factions, interests and messianism: The politics of Portuguese expansion in the east, 1500—1521. **The Indian Economic & Social History Review**, v. 28, n. 1, pp. 97-109, 1991, p. 97.

territórios islâmicos centrais. As bulas papais e tratados com a Espanha asseguraram um monopólio português na exploração da África de meados à penúltima década dos 1400s. Com esse domínio quase incontestado da Costa Atlântica africana, o comércio nessa região passou a ser um nicho privilegiado de Portugal, particularmente dos setores mercantis e de seus aliados genoveses e florentinos. A falta de referências nas fontes coetâneas ao projeto manuelino indicaria uma visão de longo prazo e discrição perante inimigos muçulmanos, como os mamelucos, e rivais cristãos, como Castela e Veneza.<sup>264</sup>

### Conquista: a talassocracia portuguesa nas “gemas da mourama”<sup>265</sup>

II. 4 - Possessões portuguesas na Ásia e África Oriental (1.ª metade do séc. XVI)



Fonte: Adaptado de A. H. Oliveira Marques e João Alves Dias, *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*, Lisboa, CEH/UNL, 2003.

Mapa 3- Mapa das possessões portuguesas na Ásia na primeira metade do século XVI. RAMOS, Rui; SOUSA, B. V. E. & MONTEIRO, N. G. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p. 803.

<sup>264</sup> *Ibidem*, p. 101.

<sup>265</sup> Assim chamou Tomé Pires as regiões originais e centrais da *dâr al-Islam* na sua *Suma Oriental*. PIRES, Tomé. **A Suma Oriental de Tomé Pires**. E o livro de Francisco Rodrigues. In: CORTESÃO, Armando (ed.). Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1978, p. 129.

O expansionismo ibérico, segundo Marcocci, foi centrado na primazia da fé militante: o conquistador como um guerreiro numa missão para dilatar a Cristandade.<sup>266</sup> Da reconquista à conquista do Índico, os portugueses remoíam uma hostilidade patente ao Islã, ou, no seu entendimento, ao “mouro”: “Além do apetite e da necessidade de saque, havia o ódio atávico ao “mouro”, que foi desencadeado quando os portugueses entraram em contato com o mundo islâmico no Oceano Índico”<sup>267</sup>. Essa repulsa ao Islã recairá sobre aqueles que os portugueses identificarem com “a seita maldita” e serão “as populações das cidades costeiras da África Oriental pagaram em 1505 e 1507 pelo antigo ressentimento que a conquista árabe havia legado aos hispânicos.”<sup>268</sup> Como nota Resende, o discurso cruzadístico manuelino atrelava-se a um projeto de consolidação política de Portugal perante à Cristandade europeia, na qual o discurso anti-muçulmano ocupava um papel importante na afirmação do poder real e projetava a retórica da Reconquista ibérica a um contexto de escala planetária.<sup>269</sup> Embora a prática dificilmente se resumisse ao ideal, a construção discursiva da expansão de Portugal se configura como a antítese do herói conquistador dos mouros, que “aparecem em todas estas narrativas como os inimigos à presença portuguesa, pois esta põe em causa a sua supremacia naquelas paragens.”<sup>270</sup> O ideário de cruzada era um dos esteios ideológicos do expansionismo sob a égide dos reis de Portugal, seus príncipes e fidalgos:

[...] a ideia de cruzada foi usada como um componente essencial na legitimação das ações externas da monarquia portuguesa. Isso foi sobretudo importante a partir do século XIV, quando a monarquia redefiniu a estratégia militar portuguesa com base em uma extensão do conceito medieval de “reconquista”. A luta contra um inimigo existente em terra dentro do reino foi ampliada para se tornar uma guerra no mar. A guerra marítima e a pirataria

<sup>266</sup> MARCOCCI, Giuseppe. **A consciência de um império: Portugal e o seu mundo** (sécs. XV-XVII). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 47.

<sup>267</sup> “A l'appétit, et à la nécessité, du butin, s'ajoutit la haine atavique du “Maure”, qui se défoula au premier contact des Portugais avec le monde islamique dans l'Océan Indien”. AUBIN, Jean. **Le Latin et l'Astrolabe**: Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. *Op. Cit.*, p. 160.

<sup>268</sup> “[...] populations des cités littorales de l'Afrique Orientale payèrent en 1505 et en 1507 le vieux ressentiment avec la conquête arabe avait légué aux Hispaniques.” *Ibidem*.

<sup>269</sup> RESENDE, Vasco. Discours idéologique ou projet politique? La croisade en Terre sainte, la destruction de l'islam et l'expansion portugaise en Orient sous le règne de Manuel Ier. In: DOMINGUES, Francisco Contente; HORTA; José da Silva; VICENTE, Paulo David (orgs.). **D'Aquém, d'Além e d'Ultramar**: Homenagem a António Dias Farinha, 2 vols. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2015, p. 634.

<sup>270</sup> AVELAR, Ana Paula Menino. **Visões do Oriente**: forma de sentir no Portugal de quinhentos. Lisboa: Edições Colibri, 2003, p. 276.

assumiram o papel de cruzada. Isso criou uma dinâmica que se estendeu pelos séculos XV e XVI, fortalecida pela apropriação dessa ideia de cruzada a serviço dos interesses expansionistas da sociedade portuguesa.<sup>271</sup>

Os escritos portugueses da época também se recusaram categoricamente a reconhecer a terminologia central que os muçulmanos aplicavam a si mesmos e à sua religião, que era referida como a "seita de Mafamede" (ou "Mafoma"), termo para Muhammad (Maomé), que enfatizava pela própria nomenclatura (seita, secto) que se tratava era um "falso profeta". Descrições menos hostis tratariam as crenças e práticas dos muçulmanos por "lei de Mafamede", também indicando a função normativa da religião para suas comunidades. Por outro lado, as divergências dentro do Islã merecem ser descritas em alguns casos, assim como as distinções étnicas e, ainda, mais frequentemente, raciais. Há um aparente paradoxo nos registros portugueses de seus encontros com os muçulmanos e, por mais problemática que possa ser, a estreita parceria com alguns deles: a recorrência e a importância das interações não levaram a nenhum estudo sistemático das culturas e línguas islâmicas, particularmente como os incipientes estudos orientais em outros espaços intelectuais europeus contemporâneos.<sup>272</sup> Embora não houvesse um discurso coerente sobre o Oriente, esses exploradores coletaram informações e objetos que serviram ao seu empreendimento, os quais poderiam eventualmente chegar aos intelectuais na Europa e ajudar a promover o desenvolvimento de uma nova "visão de mundo" ou *weltanschauung*.<sup>273</sup> Como em muitos outros aspectos do império português, uma mistura de pragmatismo e dogmatismo religioso foi a atitude predominante, apesar da curiosidade inicial que alimentou a literatura da descoberta em Portugal. Em suma, na colocação de Thomaz:

Há que notar que a ênfase dada à faceta cruzadística da expansão portuguesa não implica de modo algum que os interesses comerciais estivessem dela ausentes – como tampouco o haviam estado das cruzadas

---

<sup>271</sup> "[...] the crusade idea was used as an essential component in the legitimisation of the external actions of the Portuguese monarchy. This was above all important from the fourteenth century onwards, when the monarchy redefined Portuguese military strategy based on an extension of the medieval concept of 'reconquest'. The fight against an existing enemy on land within the kingdom was extended to become a war at sea. Maritime war and piracy took on the role of crusade. This created a dynamic that extended into the fifteenth and sixteenth centuries, strengthened by the appropriation of this idea of crusade in the service of the expansionist interests of Portuguese society." FONSECA, Luís Adão da. *The Idea of Crusade in Medieval Portugal: Political Aims and Ideological Framing*. In: NIELSEN, Torben Kjersgaard; FONNESBERG-SCHMIDT, Iben (ed.). **Crusading on the edge**. Turnhout: Brepols, 2016, p. 177.

<sup>272</sup> TELES CUNHA, João. «Dares & Tomares» no Orientalismo Português. In: VON KEMNITZ, Eva-Maria (coord.). **Estudos orientais**. Lisboa: Universidade Católica Editora, p. 135-163, 2012. p.136-137

<sup>273</sup> *Ibidem*, p. 146.

do Levante, em boa parte manejadas e financiadas pela burguesia das repúblicas marítimas de Itália.<sup>274</sup>

A experiência de três quartos de século é fundamental para entender a bagagem que os portugueses traziam consigo na longa trajetória de exploração pela costa do continente africano, como apontado anteriormente.<sup>275</sup> No norte da África, desenvolveram um sistema de fortalezas num contexto de guerra quase constante, no qual a nobreza tomava a dianteira e incorporava a ideologia belicosa que caracterizava a relação com esse ambiente “mouro”. Nas ilhas do Atlântico, Portugal seguiu uma política de assentamento e colonização, formando as primeiras grandes plantações comerciais que, posteriormente, viriam a ser experiências estruturantes para ocupação territorial do Brasil. Já na costa da Guiné, seguiu-se um modelo de interação marcadamente – mas não completamente – comercial e pacífica através de feitorias costeiras, sem penetração no interior e controle sob a extração ou produção.

O processo de expansão iniciado no Norte da África constituiu o primeiro arcabouço para legitimação das conquistas territoriais que, embora fosse mudando de caráter conforme novas zonas eram alcançadas, empregavam como mecanismo central a sanção papal.<sup>276</sup> Bulas como a *Dum diversas* (1452) davam subsídios às reivindicações de exclusividade pela Coroa de Portugal, literal e figurativamente, já que a mobilização do ideário de cruzada tendia a proporcionar isenções, indulgências e outras prerrogativas. Ao mesmo tempo, a lógica da guerra santa podia ser empregada para dispensar as típicas obrigações de missionação às populações pagãs não hostis, na medida em que se avança além de regiões muçulmanas. Em particular, um precedente passou a servir ao crescente trato de escravos nas costas da África ocidental: a de manter um escravizado nessa condição mesma, regalia concedida por Gregório IX aos cruzados em relação a seus cativos muçulmanos no contexto das cruzadas.<sup>277</sup>

Na segunda metade do século XV, se soma à estratégia de dominação pela costa africana outro projeto: a conquista do sultanato mameluco, o que levaria também a recapturar Jerusalém para a Cristandade. Paralelamente à bifurcação dos

---

<sup>274</sup> THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis. D. Manuel, a Índia e o Brasil. **Revista de História**, v. 161, pp.13-57, 2º semestre de 2009, p. 16.

<sup>275</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay & THOMAZ, Luís Filipe F. R. Evolution of empire: The Portuguese in the Indian Ocean during the sixteenth century. *Op. Cit.*, p. 300.

<sup>276</sup> MARCOCCI, Giuseppe. **A consciência de um império: Portugal e o seu mundo**. *Op. Cit.*, p. 46.

<sup>277</sup> *Ibidem*, pp. 51-52.

planos de conquista territorial, os projetos de expansão mercantil e naval se dividem em duas linhas: uma buscando fortalecer a talassocracia portuguesa no Atlântico e a outra planejando a extensão das redes de Portugal para o Oceano Índico.<sup>278</sup> Mesmo durante as cruzadas na Terra Santa, interesses comerciais se imbricavam com a guerra santa. Advém conhecimentos das riquezas oriundos dos mares orientais para o Egito e Levante, entre as de maior valor as especiarias da Índia e mais além. Já se elaboram nessa época, os primeiros estratégias para estrangular economicamente os rivais da Cristandade pelo controle de Jerusalém: o bloqueio do Mar Vermelho.

Todavia, além das dificuldades práticas para se efetuar tal cerco naval, essa estratégia privaria também os mercados europeus das especiarias e outros produtos do Oriente. Com os avanços na navegação oceânica pelos portugueses, a estratégia de antigo cerco marítimo ao Islã ganha uma dimensão mercantil pela possibilidade de abertura de outra rota para as especiarias asiáticas, fosse pela rota ocidental (como para Toscanelli, o cosmógrafo florentino, e depois para Colombo), fosse pela circunavegação da África, política que o rei Dom João II preferiu tomar. Assim começam a ser formulados, nas últimas décadas do século XV, os planos de chegar à(s) Índia(s) e ter acesso direto a suas riquezas, sem intermédio muçulmano.

Após a bem-sucedida expedição de Bartolomeu Dias até o Índico, D. João II não enviou mais frotas ao Oriente até à sua morte. Ao invés disso, sua estratégia voltou-se mais à diplomacia e a missões de reconhecimento através de enviados da Coroa, como os emissários Pero de Covilhã e Afonso Paiva. O primeiro foi despachado rumo ao Malabar e às Índias orientais, enquanto o segundo para Abissínia ao encontro do misterioso Preste João. Fica subentendido, assim, um projeto mais ligado ao ideal de cruzada, ou seja, a conquista da “mourama” através de uma aliança entre reinos cristãos circundantes e a intervenção comercial asiática através do bloqueio dos fluxos de especiarias e outros produtos de valor aos reinos e sultanatos muçulmanos do Norte da África e Levante, além das possíveis rendas para financiar essa iniciativa, que tal comércio poderia proporcionar. Fica, assim, aparente que a busca das especiarias no Oceano Índico era ao menos parte do escopo do projeto da Coroa, ainda que não pudesse ser um fim em si mesma.<sup>279</sup>

---

<sup>278</sup> AVELAR, Ana Paula Menino. **Visões do Oriente**. *Op. Cit.*, p. 100.

<sup>279</sup> THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis. **De Ceuta a Timor**. Lisboa. Difel, 1994, p. 172.

A ideia de uma investida rumo ao Oriente não era consensual na corte de D. João II. Muitos consideravam uma aventura asiática de tal envergadura onerosa e de baixo retorno, além de insegura e incerta. O Atlântico parecia um espaço muito mais vantajoso, lucrativo e seguro já que não havia concorrência marítima e já estava mais assegurado e melhor estabelecido. Investir em um empreendimento longínquo para propósitos mais militares e políticos que de retorno econômico direto e mais seguro não animava todas as partes envolvidas até o momento nas navegações e nas rotas comerciais que ensejava.

O objetivo era igualmente encontrar soberanos cristãos que estariam naturalmente dispostos a se unir aos portugueses e o resto da Cristandade. Nesse viés, o controle das rotas de navegação e comércio vai se integrando, cada vez mais, às pretensões da Coroa. Desse modo, na virada do século XV para XVI, “a ideologia dominante era uma curiosa combinação de mercantilismo e messianismo.”<sup>280</sup> Sua origem deriva de uma série de contingências que trouxeram ao trono um monarca fortemente inspirado por crenças milenarista que tentará condicionar a iniciativa de circunavegação da África com seus propósitos. O milenarismo foi um fenômeno manifesto durante a expansão europeia em diversos movimentos políticos, ideologicamente os impulsionando. Serviu a rebelião e a resistência, mas também como uma ideologia dominante na construção de impérios e como “combustível da ambição imperial”.<sup>281</sup> Uma conjuntura milenarista operou em boa parte do Velho Mundo, inspirando até mesmo Colombo em sua viagem até à América. Coincidentemente, conquistadores espanhóis se esbarram com as crenças apocalípticas de povos ameríndios com paralelos com seu próprio milenarismo.<sup>282</sup>

A ascensão ao trono em 1495 após a morte de seis pretendentes melhor colocados, deu ao sucessor de Dom João II o epíteto de "o Venturoso". Esse conjunto de eventos deve ter reforçado as crenças milenaristas de sua formação e incutido nele um sentimento de estar predestinado para grandes efeitos. Ao que tudo indica, Dom Manuel foi fortemente influenciado pelo messianismo de seus educadores,

---

<sup>280</sup> “In the early sixteenth century, the dominant ideology was a curious combination of mercantilism and messianism [...]” SUBRAHMANYAM, Sanjay. **The Portuguese Empire in Asia: A Political and Economic History, 1500–1700**. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2012, p. 290.

<sup>281</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Impérios em Concorrência: Histórias conectadas nos séculos XVI e XVII**. Lisboa: ICS, 2012, p. 115.

<sup>282</sup> *Ibidem*, p. 118.

particularmente o joaquimismo de Duarte Galvão, seu conselheiro próximo.<sup>283</sup> Formou-se junto a esses homens letrados um setor da corte que alimentava crenças na graça divina do monarca, sua predestinação e seu papel na luta contra os inimigos da Santa Sé, acreditando que estava imbuído do Espírito Santo. Nessa chave cristã messiânica, o rei de Portugal via como sua missão a unificação da Cristandade, conquista do Reino de Fez, tomada de Jerusalém, destruição de Meca e subjugação final do Islã. Seu sonho era, assim, tornar-se imperador da Cristandade, ao menos da Ásia. Todavia, o interesse em dominação direta não era tão central a esse projeto global. Sua noção de império não vislumbrava o exercício de autoridade direta - era muito mais conformada às hierarquias de poder mais indiretas entre suserano e vassalo que vigoravam há séculos na Europa ocidental:

Até onde sabemos, D. Manuel não sonhava com conquistas militares na Ásia. Ele acalentava a ideia de se tornar imperador do Oriente, pretendendo - com toda a probabilidade - assumir esse título depois que Jerusalém caísse em suas mãos; e tentou agir como um imperador no sentido medieval da palavra, mesmo que não tenha de fato assumido o título. Isso significa que ele se sentiu incumbido de uma missão universal, para promover a equidade, a paz e a supremacia da fé cristã. Mas esse projeto global deixava pouco espaço para um governo efetivo e, de fato, as instruções de D. Manuel para seus agentes na Índia mostram claramente que ele estava preocupado com a suserania e não com a soberania. Como os reis de Leão e Castela haviam feito desde o século XI no contexto das chamadas taifas muçulmanas na Península Ibérica, ele tentou submeter os sultões muçulmanos da África Oriental ao pagamento de *páreas*, um tributo que significava o reconhecimento da supremacia cristã.<sup>284</sup>

Essa visão ideológica de império manifesta-se nas cartas de Dom Manuel I ao papa e ao(s) rei(s) de Castela, nos regimentos aos seus agentes no Estado da Índia e nos escritos de figuras próximas, como o já mencionado Duarte Galvão e, também, Duarte Pacheco Pereira, que formavam parte central de um setor da corte que alimentava as crenças na graça divina do monarca, sua predestinação e seu papel

<sup>283</sup> THOMAZ, Luís Filipe. *Factions, interests and messianism: The politics of Portuguese expansion in the east, 1500—1521*. *The Indian Economic & Social History Review*, v. 28, n. 1, p. 97-109, 1991, p. 99.

<sup>284</sup> “So far as we are aware, D. Manuel did not cherish dreams of military conquest in Asia. He did cherish the idea of becoming Emperor of the East, intending in all probability to assume that title after Jerusalem had fallen into his hands; and he tried to act as an emperor in the medieval sense of the word, even if he did not actually assume the title. This means that he felt entrusted with a universal mission, to foster equity, peace and the supremacy of the Christian faith. But such a global design left little room for effective rule: and in fact D. Manuel’s instructions to his agents in India clearly show that he was concerned with suzerainty rather than sovereignty. As the kings of Leon and Castile had done since the eleventh century in the context of the so-called Muslim taifas in the Iberian peninsula, he tried to submit the Muslim Sultans of East Africa to the payment of *páreas*, a tribute which meant the acknowledgement of Christian supremacy.” *Ibidem*, p. 102.

na luta contra os inimigos da Santa Sé. Acreditavam que estava imbuído do Espírito Santo.<sup>285</sup> Como percebe Abadie-Aicardi, a realidade de um império também se constrói com projeções grandiosas envoltas na tradição e na fantasia, que acabam por tornarem-se éticas.<sup>286</sup> Um horizonte utópico de expansão ilimitada se abre nesse processo no pensamento imperial, seja contíguo ou moderno. A expedição que D. Manuel I enviara à Índia foi em grande medida gerada por essa convicção que o monarca sentia de sua predestinação e no providencialismo messiânico reiterado por conselheiros próximos em augúrios e profecias.<sup>287</sup> Com essas confirmações, o rei acabou por tomar cargo da iniciativa por sua conta e contra a opinião da maioria do conselho real. Esses sentimentos, por sua vez, iam ao encontro de uma conjuntura muito mais ampla de ideias messiânicas e milenaristas do Tejo ao Ganges, na análise perspicaz de Subrahmanyam:

À medida que o século XV do calendário cristão chegava ao fim, o poder de sinais e portentos relacionados com o milénio não diminuiu; estes foram meramente modificados e apareceram sob forma inéditas. No século XVI emergiria um conjunto de condições materiais do qual o milenarismo pôde brotar e propagar-se como corrente abrangente de um grande espaço geográfico e, ao mesmo tempo, como fenómeno com manifestações locais específicas e únicas. A metáfora da circulação monetária, embora inevitavelmente imperfeita, pode ser aqui utilizada, pois o século XVI assistiu também a enormes transformações no fluxo mundial de metais preciosos, à medida que uma rede prata cada vez mais vasta cobria o globo. Todavia, as consequências deste fenómeno foram diferentes para sociedades diferentes. A inflação e a agitação social registradas na Península Ibérica tiveram apenas um pálido reflexo nos domínios otomanos e a Índia não terá sofrido qualquer inflação. O milenarismo, tal como o dinheiro, permite-nos abordar um problema de dimensões globais mas com manifestações locais bastante diferentes.<sup>288</sup>

No ultramar português, a maior expressão desse ideal foi a estratégia levada a cabo pelo segundo dirigente do Estado da Índia, Afonso de Albuquerque, primeiramente como capitão-mor e, depois, mais oficialmente na posição de governador, entre 1509 e 1515. O modelo de assentamento fronteiriço foi adotado por Albuquerque no Índico ocidental e em Malaca, análogo ao norte-africano, no qual se desenvolveu a política de casados para fornecer uma base populacional permanente

<sup>285</sup> *Ibidem*, pp. 99-100.

<sup>286</sup> ABADIE-AICARDI, Aníbal. Expansión imperial y Pathos espacial: un aspecto de la mentalidad imperial ibérica. **Mélanges de la Casa de Velázquez**, v. 23, pp. 253-279, 1987, p. 258.

<sup>287</sup> THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis. **De Ceuta a Timor**. Lisboa. Difel, 1994, p. 173.

<sup>288</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Impérios em Concorrência: Histórias conectadas nos séculos XVI e XVII**. Lisboa: ICS, 2012, p. 118.

nos portos capturados, com maior ou menor sucesso.<sup>289</sup> Para leste do Estreito de Malaca, a estratégia era mais paralela à utilizada na Guiné, predominantemente comercial e pouco conflitiva, especialmente em comparação com as práticas adotadas na costa oeste da Índia, no Golfo Pérsico, no Mar Vermelho e na África oriental. Já a Baía de Bengala permaneceu largamente fora das políticas oficiais, pouco conhecida ou explorada, até a década de 1530. Não por coincidência, esse período foi de partida drástica da ideologia manuelina por seu sucessor, D. João III. As correspondências em árabe entre a Coroa e seus vassallos e súditos no Oceano Índico refletem essa mudança de discurso imperial manuelino para joanino, pelo que se esvaece um messianismo real com sua expressão universalista, até ufanista.

Contudo, nem mesmo no auge das conquistas de Albuquerque adotou-se uniformemente uma só política com os espaços ultramarinos.<sup>290</sup> Entre 1500 e 1530, foram adotados dois modelos imperiais, um mais norte africano no Índico Ocidental e outro para leste de Malaca, baseado na experiência na costa da Guiné. Ambos tinham embasamento em uma concepção de rede ou talassocracia.<sup>291</sup> Enquanto o quadro prevalente na Insulíndia talvez se caracterize como mais propriamente manuelino, a estratégia levada a cabo num arco da costa leste africana até a costa oeste indiana, passando pelo zona do Mar Vermelho e Golfo Pérsico, seguia o arcabouço engendrado por Albuquerque.<sup>292</sup> Ambos modelos se diferem notavelmente do adotado no Brasil a partir da década de 1530, com a introdução das capitánias hereditárias para fomentar a conquista e ocupação territorial. As estruturas de dominação imperial dos portugueses na Ásia durante as décadas iniciais também se diferenciam da política castelhana nas Américas e, posteriormente, daquela adotada nas Filipinas.

---

<sup>289</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay & THOMAZ, Luís Filipe F. R. Evolution of empire: The Portuguese in the Indian Ocean during the sixteenth century. *Op. Cit.*, p. 300.

<sup>290</sup> O próprio sucesso de Albuquerque em implementar essa estratégia teria sido a causa de ser apeado do poder logo antes de falecer, tal foi a afronta aos métodos mais pragmáticos dos apologistas de uma abordagem mais mercantil. THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis. **De Ceuta a Timor**. Lisboa. Difel, 1994, p. 181.

<sup>291</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay & THOMAZ, Luís Filipe F. R. Evolution of empire: The Portuguese in the Indian Ocean during the sixteenth century. *Op. Cit.*, pp. 303-304.

<sup>292</sup> Apesar do maior alinhamento ideológico do capitão-mor com o monarca português, a parca evidência disponível sugere que Albuquerque foi instruído a seguir a mesma política do vice-rei D. Francisco de Almeida, priorizando contatos amistosos e estabelecendo acordos comerciais. AUBIN, Jean. **Le Latin et l'Astrolabe**: Rechercher sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. *Op. Cit.*, p. 158.

Ainda assim, a penetração nesses novos espaços povoados através de vastas distâncias requeria algum tipo de acomodação local, compelindo alguma convivência cotidiana com pagãos e mesmo com “mouros”, na contramão das medidas de expulsão adotadas no reino.<sup>293</sup> Essa dissonância provocava inquietudes, sem dúvida, mas era a interação intercultural – e interconfessional – “uma condição constitutiva para a própria possibilidade de presença europeia sustentada em espaços novos e desconhecidos.”<sup>294</sup> Ainda que imbuídos de um sentido de missão religiosa, os portugueses iam ao encontro de uma alteridade que não se conformava a seus ideais e levava a inevitáveis hibridizações, tanto de práticas culturais, quanto políticas. As conquistas imiscuíam os homens do reino em meios sociais cada mais diversos, que forçavam algum tipo de convivência e conivência com formas de pensar e agir contrárias aos dogmas da Igreja, tudo de modo a alcançar objetivos maiores. Essa realidade se estenderá em diferentes medidas por todo o império, se desdobrando até em poderes paralelos aos da Coroa. De parcerias temporais a acordos mais duradouros, da cooperação horizontal à submissão vertical à autoridade central, impérios se utilizam de diversas articulações de poder na administração de suas partes. A dimensão mais formalizada com suas hierarquias e leis se sobrepõe, mas nunca elimina completamente outras formas de reger a sociedade e as relações econômicas. Como nota Mawlyn Newitt, qualquer estrutura imperial necessita de uma rede mais ampla “informal”:

Todos os impérios, inclusive o de Portugal, funcionam dentro de uma complexa rede de relações econômicas, culturais e políticas - as redes do império informal, sem as quais as estruturas oficiais do império formal jamais poderiam funcionar.<sup>295</sup>

Numa talassocracia, como era o império português no Índico, a esfera “formal” do poder real podia limitar-se meramente a um número de fortalezas e feitorias pontilhando uma imensa rota transoceânica. Ainda assim, não se deve negligenciar a força e o impacto dessas formas mais indiretas e “informais”. Formalidade e

---

<sup>293</sup> SOYER, François. Manuel I of Portugal and the end of the toleration of Islam in Castile: marriage diplomacy, propaganda, and Portuguese imperialism in Renaissance Europe, 1495-1505. **Journal of Early Modern History**, v. 18, n. 4, pp. 331-356, 2014, p. 345.

<sup>294</sup> RAJ, Kapil. Spaces of Circulation and Empires of Knowledge: Ethnolinguistics and Cartography in Early Colonial India. In: FINDLEN, Paula (ed.). **Empires of Knowledge: Scientific Networks in the Early Modern World**. New York: Routledge, 2019, p. 272.

<sup>295</sup> “All empires, not least that of Portugal, function within a complex network of economic, cultural and political relations - the networks of informal empire without which the official structures of the formal empire could never function.” NEWITT, Malyn. **Formal and informal empire in the history of Portuguese expansion**. Portuguese Studies, v. 17, n. 1, p. 1-21, 2001, p. 7.

informalidade não são divisões categóricas, muito menos dicotômicas – representam pontos num espectro amplo de proximidade e distância nas relações de poder com as instituições do império e a autoridade real.<sup>296</sup> As articulações entre acordos, alianças e votos de obediência eram uma estratégia frequentemente privilegiada pela Coroa e, mais ainda, pelos setores mais mercantis da corte. Em determinados períodos e regiões, essa forma provou-se muito efetiva na extração de recursos e submissão de territórios além das cidades e fortalezas costeiras.

Descontínuo territorialmente, o império português se constituiu como uma rede, com escalas de heterogeneidade política e administrativa em sua hierarquia e por sua extensão territorial.<sup>297</sup> A fixação espacial existia em função da rede, cujo propósito não era gerar uma dominação territorial, mas a integração das partes, cuja função não era a produção e sim a circulação.<sup>298</sup> Uma gradação fina podia se constituir entre a sujeição burocrática formal e as zonas de influência fora do controle direto ou não-subordinadas formalmente. Isso se deve em grande parte ao fato de o império português ter se constituído, particularmente à leste do Cabo da Boa Esperança, sobre redes pré-existentes, sobretudo comerciais. Desse modo, constituíam braços não propriamente políticos da hegemonia de Portugal, ou mesmo, sua “sombra”.<sup>299</sup> Para além das regiões formalmente controladas e administradas pela Coroa portuguesa, havia inúmeras comunidades relativamente ou parcialmente “autônomas”, tocadas apenas indiretamente pelos poderes formais.<sup>300</sup> Essas comunidades do “império informal” poderiam ser constituídas tanto por súditos nativos das colônias e outros domínios de Portugal, como por descendentes de portugueses estabelecidos localmente nas extensões das posses da Coroa, conscientemente com a política dos “casados”.

Ainda que cogitada, e até levada a cabo em alguns tempos e lugares, a aquisição formal de territórios foi secundária à inserção portuguesa no Oriente, em especial, baseada na articulação de redes comerciais anteriores conforme seus

---

<sup>296</sup> *Ibidem*, pp. 20-21.

<sup>297</sup> “[...] os estabelecimentos em terra não existem nem se justificam senão em função da rede marítima que os une e os engloba.” THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis. **De Ceuta a Timor**. Lisboa. Difel, 1994, p. 216.

<sup>298</sup> *Ibidem*, p. 210.

<sup>299</sup> NEWITT, Malyn. **Formal and informal empire in the history of Portuguese expansion**. Op. Cit., p. 1.

<sup>300</sup> HESPANHA, António Manuel. **Filhos da terra**. Identidades Mestiças nos confins da expansão Portuguesa, Lisboa, Tinta-da-china, 2019, p. 22.

interesses. Essa organização reticular e não-contígua territorialmente ensejava uma fixação espacial pontual em nodos de uma vasta rede comercial que atravessava oceanos e ligava continentes e regiões distantes nas trocas dos mais diversos produtos.<sup>301</sup> Uma condição fundamental para o funcionamento e um meio de subsistência desses nódulos interligados era uma fixação territorial militar e domínio naval sobre as rotas marítimas através do patrulhamento relativamente regular. Os portos, segundo Antunes, eram os nodos centrais de onde emanava o império e de onde era governado, já que as comunidades locais e redes informais não constituíam por si só uma formação imperial.<sup>302</sup>

Para enquadrar as regiões sob domínio direto e indireto, os portugueses possuíam variados modelos institucionais e jurídicos para formalizar relações de vínculos políticos, advindos de uma herança acumulada por gerações, especialmente do império romano, da Igreja católica e dos reinos sucessores. Esse arcabouço multiforme foi oportuno perante a amplitude de situações deparadas em toda extensão do império marítimo, particularmente no Índico, espaço reivindicado pela Coroa de Portugal mesmo antes de alcançá-lo, mas não deixando de fazer uso das ferramentas à disposição no afã de concretizar essa ambição. Tal projeção representaria já um “mapeando imperial”, conforme a terminologia utilizada por Xavier e Županov.<sup>303</sup> O conhecimento produzido sobre esse novo território pelos agentes da Coroa se entregava a práticas administrativas do império, gerando documentos que transformavam o espaço num objeto a ser compreendido, tomado e colonizado.<sup>304</sup> A heterogeneidade das tradições e circunstâncias no ultramar levou ao uso de distintas configurações de domínio e negociação, frequentemente convivendo em paralelo e alternando-se ao longo do tempo. As partes do império, tanto hegemônicas quanto subalternas, não eram indiferentes a essas articulações institucionais e suas hierarquias, pois condicionavam as obrigações e direitos por sua própria lógica jurídica ou de funcionamento pragmático.

---

<sup>301</sup> BENTON, Lauren. Legal spaces of empire: Piracy and the origins of ocean regionalism. **Comparative Studies in Society and History**, v. 47, n. 4, pp. 700-724, 2005, p. 702.

<sup>302</sup> ANTUNES, Cátia. The Portuguese Maritime Empire: Global Nodes and Transnational Networks. In: STROOTMAN, Rolf; VAN DEN EIJNDE, Floris; VAN WIJK, Roy. **Empires of the Sea: Maritime Power Networks in World History**. Leiden/Boston: Brill, 2019. p. 299.

<sup>303</sup> XAVIER, Ângela Barreto; ŽUPANOV, Ines G. **Catholic Orientalism**. Portuguese Empire, Indian Knowledge (16th-18th Centuries). Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 36.

<sup>304</sup> *Ibidem*, p. 48.

Todavia, essa variedade estava sujeita a ambiguidades e divergências de leitura e interpretação, fruto da própria complexidade social, política e cultural, além das divisões hierárquicas.<sup>305</sup> A circunscrição da própria cultura, civilização e/ou estado perante o exótico é algo que demanda copiosa energia, especialmente em situações de comoção, instabilidade e conflito. A cultivação de contrários é fomentada entre populações, que assim se reconhecem na fixação de fronteiras morais, se diferenciando do outro, os “de fora”.<sup>306</sup> Um sentimento de normalidade, continuidade e afinidade aparentemente sustenta essas construções de identidade e sua coesão interna. A representação polarizada nas relações interculturais resulta em muitos ‘apetrechos’ de distinção e inversão compartilhados pelas tradições orais e escritas. Isso se acopla a discursos de alteridade e identificação do outro. A expansão marítima desencadeou algumas das expressões mais salientes desse tipo encontro desigual, como explica Pratt:

Assim como o cristianismo colocou em ação um trabalho global de conversão religiosa que se afirmava em todos os pontos de contato com outras sociedades, a história natural colocou em ação um trabalho secular e global que, entre outras coisas, transformou as zonas de contato em um local de trabalho intelectual e manual, e instalou ali a distinção entre os dois.<sup>307</sup>

Uma imagem sobre as Índias (orientais) se cristaliza na primeira metade do século XVI, começa a se difundir pela Europa, feita de modo a ir além dos dados mais específicos das primeiras viagens e formar uma visão geral compartilhada por desde missionários a cronista. Os portugueses se utilizam de três vias de comunicação para com os povos do Oceano Índico: da doutrina, do comércio e das armas.<sup>308</sup> A primeira e a terceira via serão implementadas de modo particularmente discricionário com “a espada espiritual para a evangelização do paganismo; a espada material contra a perfídia dos mouros.”<sup>309</sup> Cronistas como João de Barros, em especial, farão exaltar e memorizar a espada material, sobretudo a confrontação de cristãos e muçulmanos,

<sup>305</sup> HESAPANHA, António Manuel. **Filhos da terra**. *Op. Cit.*, p. 23.

<sup>306</sup> AL-AZMEH, Aziz. Barbarians in Arab Eyes. **Past & Present**, n. 134, pp. 3-18, Feb. 1992, p. 4.

<sup>307</sup> “As Christianity had set in motion a global labor of religious conversion that asserted itself at every point of contact with other societies, so natural history set in motion a secular, global labor that, among other things, made contact zones a site of intellectual as well as manual labor, and installed there the distinction between the two.” PRATT, Mary Louise. **Imperial eyes**: Travel writing and transculturation. Routledge, 2007, p. 27.

<sup>308</sup> CRUZ, Maria Augusta Lima. La vision de l'indien chez les premiers chroniqueurs portugais de l'Asie: la fixation d'une image. In: **La decouverte, le Portugal et l'Europe. Actes du colloque**. Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988. Paris: Fondation Caloust Gulbekian, Centre Culturel Portugais, 1990, p. 236.

<sup>309</sup> “Le glaive spirituel por l'evangelisation du paganisme; le glaive matériel contre la perfidie des Maures.” *Ibidem*, pp. 236-237.

enquanto a espada espiritual será tratada pela “pluma dos missionários”. Para Barros, a conquista da Ásia figura como uma extensão da guerra aos mouros na Península Ibérica, seguida pelo Norte da África após a Reconquista.

A dispersão do “império das sombras” português ou, em outras palavras, das comunidades mestiças de origem lusitana foi resultado da modesta projeção territorial de Portugal em vastidões espaciais que seu império reivindicava, especialmente no Oriente. Essa parte do mundo, sob o qual recaia seu padroado, era longínqua e acessível apenas através de viagens de longos meses a partir de Portugal, trajeto dotado de riscos e agruras. Era, além disso, uma região densamente povoada sob soberania de poderosas entidades políticas, sobretudo no interior, equiparáveis ou superiores em força militar e estruturação administrativa aos reinos da Europa ocidental naquele período inicial da Idade moderna. A lógica da colonização e da dominação imperial teve de se adaptar ao meio geopolítico coetâneo para alcançar seus objetivos econômicos e políticos, fixando-se em nódulos nas redes pré-existentes e concedendo à iniciativa particular penetração para além dos territórios controlados diretamente.<sup>310</sup> Como resume Jorge Flores, “o império asiático português nunca dispôs de muito território, habituando-se a gerir desde cedo as suas relações com boa parte dos estados asiáticos em função da prevalência do horizonte marítimo.”<sup>311</sup>

Os objetivos político-religiosos da expansão portuguesa como o cerco aos “mouros de Meca” através do bloqueio do Mar Vermelho, a (re)conquista de Jerusalém e a sonhada aliança com o mítico Prestes João estavam inevitavelmente sujeitos a considerações de caráter pragmático. A utopia imperial de uma união com cristãos do leste frente ao Islã parecia restringir-se a um círculo ao redor do rei Dom Manuel I, mas comunidades mercantis podiam se sentir atraídas pela oportunidade comerciais que essas estratégias militantes podiam engendrar.<sup>312</sup> Não era de todo contraditório mobilizar as trocas comerciais pré-estabelecidas para obter os recursos necessários à compra de especiarias e outras mercadorias a serem transportadas de volta à Europa, via Cabo da Boa Esperança. De certo modo, complementavam e até

---

<sup>310</sup> HESAPANHA, António Manuel. **Filhos da terra**. *Op. Cit.*, p. 96.

<sup>311</sup> FLORES, Jorge. **Nas Margens do Hindustão**: o estado da Índia e a expansão mongol ca. 1570-1640. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2015, p. 36.

<sup>312</sup> THOMAS, F. R. Luís. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel. 1994, p. 174.

reforçavam a execução de planos como o bloqueio naval do Mar Vermelho ao reorientarem a economia inter-regional a seu favor, prejudicando mais ainda seus inimigos da Índia ao Mediterrâneo. Só que até para esse curso de ação eram indispensáveis convenções à “seita de Mafamede”, contra quem o espírito cruzadístico se voltava. De qualquer maneira, no balanço entre os distintos propósitos e as táticas para alcançá-los, a presença portuguesa exercia um papel disruptivo nesse número.

As implicações de tais mudanças não foram imediatas e envolveram uma forte inserção por parte dos portugueses na economia circulatória do Índico. A própria manutenção do trajeto alternativo ao Egito através do Bab el-Mandeb (o “Estreito de Meca” para os portugueses) para os produtos “orientais” necessitava inserções e interferências na economia política dos empórios e reorientações dos fluxos comerciais de acordo com os interesses de Portugal. O fato é que “essa situação de hegemonia marítima de facto traduziu-se, como é sabido, desde 1502, no regímen dos cartazes, que tornava a navegação dos não-cristãos pelo Índico pendente da passagem de salvo-condutos pelas autoridades portuguesas.”<sup>313</sup> Nesse ano é criada a posição de capitão-mor do mar da Índia, com a missão de auxiliar e proteger as feitorias portuguesas, por um lado, e bloquear o fluxo de especiarias pelo Mar Vermelho, por outro.<sup>314</sup> Inicialmente um salvo-conduto para distinguir inimigos de aliados, a expansão dos domínios portugueses incorporaria como tributários outros assentamentos costeiros. Junto à difusão dos cartazes, efetivamente um sistema oficial de extorsão, conflitos de interesses brotariam inevitavelmente entre ambições particulares e ordenações reais. Por vezes, era a Coroa a exigir leniência com os súditos “infiéis” frente a abusos e hostilidade gratuita de oficiais portugueses. Em outros momentos, seriam os representantes do rei a burlar os embargos mais cruciais. Em ambos os casos, contradições emergiam de modo a gerar espaços de manobra para aqueles mesmos, a depender do tipo de trato mercantil, da rota empregada, entre outros fatores. Na contramão do fervor cruzadístico, a prosperidade de arquetípicos inimigos da fé cristã passaria até ser de interesse – e, também, indispensável para manutenção – do Estado da Índia, estabelecido em 1505 com a

---

<sup>313</sup> THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis. **De Ceuta a Timor**. Lisboa. Difel, 1994, pp. 221-222.

<sup>314</sup> PEREIRA, Carla Alexandra Lima. **A Capitania-mor do Mar da Índia: 1502-1564**. Dissertação de Mestrado em História, especialidade em História Moderna e dos Descobrimentos. FSCH. Lisboa, 2016, pp. 2-3.

nomeação do primeiro vice-rei, Dom Francisco de Almeida e a fixação permanente na feitoria de Cochim no Malabar.<sup>315</sup>

Os muçulmanos que se deparavam com os ditames da talassocracia portuguesa não podem ser reduzidos a vítimas passivas, esmagadas por entre as engrenagens da máquina imperial, fosse a cobiça extorsiva dos oficiais ou as penosas imposições desde o reino. Analisadas mais em detalhe no quarto capítulo desta pesquisa, as correspondências árabes endereçadas ao rei e/ou às autoridades do Estado da Índia apresentam, via de regra, queixas contra abusos de portugueses à serviço da Coroa (soldados, burocratas, capitães, entre outros) e/ou a excessividade das políticas oficiais (tributação, embargo e afins). A tabela abaixo contém a relação entre as cartas redigidas em árabe do período da formação. Foram elaboradas por – ou em nome de – autoridades (aliadas e vassalvas) e notáveis de três regiões do Índico Ocidental: Costa Suaíli, Malabar e reino de Ormuz. Praticamente todas apresentam exigências e alguma insatisfação com o *status quo* do Estado da Índia, mas também a maioria apresenta queixas específicas contra imposições e abusos específicos realizados por portugueses, fosse em concordância ou não com as ordens do rei:

**Tabela sobre as questões das cartas árabes com o Estado da Índia e Portugal**

<b>Autor</b>	<b>Local</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Data</b>	<b>Queixa</b>	<b>Cartaz</b>	<b>Tema</b>	<b>Nº de Referência<sup>316</sup></b>
Kolattiri (Coletery)  Rei de Eli	Cananor, Malabar	Rei de Portugal, Dom Manuel	1505-6	Sim	Sim	Confisco e destruição de navios mercantes	50
Haj Hassan (filho de ex-sultão de	Moçambique, Costa	Rei de Portugal, Dom Manuel	c. 1512	Sim	Não	Reparação pelas perdas	46

<sup>315</sup> A historiografia consagrou essa data como oficial para fundação do Estado da Índia, embora o termo em si só se torne corrente meio século mais tarde. *Ibidem*, pp. 3-4.

<sup>316</sup> Como já referido na introdução, todas as cartas em árabe originárias do Índico durante esse período estão reunidas no maço 1 do núcleo antigo 891 da coleção de cartas do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ficando no código de referência da mesma instituição: PT/TT/CART/891.1/(nº do documento).

<b>Autor</b>	<b>Local</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Data</b>	<b>Queixa</b>	<b>Cartaz</b>	<b>Tema</b>	<b>Nº de Referência<sup>316</sup></b>
Quíloa)	Suáili					e proteção	
Ibrahim, Rei de Quíloa	Quíloa, Costa Suáili	Rei de Portugal, Dom Manuel	1505 ou após 1512	Não	Não	Votos de fidedignidade e pedido de apoio	19
Kolattiri	Cananor	Rei de Portugal, Dom Manuel	1513-14	Sim	Sim	Fraude e dolo em negócios com locais	49
Kolattiri	Cananor	Rei de Portugal, Dom Manuel	1514	Sim	Sim	Solicita o retorno das rotas com Ormuz	53
Kolattiri	Cananor	António Carneiro, chanceler real	1518	Sim	Sim	Solicita importação de cavalos, recusado pelo capitão-mor	51
Bābā 'Abd Allah	Maldivas	Governador, Rei de Portugal	1519	Não	Sim	Apoio contra rival	9
Sultān 'Alī, sultão de Melinde	Melinde, Costa Suáili	Rei de Portugal, Dom Manuel	c. 1520	Sim	Não	Pedido de proteção para viagem à Índia	18
Chenicheri Kurup, vizir	Cananor	António Carneiro	1520	Sim	Sim	Reiterando pedido de envio navios com cavalos	48
Chenicheri Kurup	Cananor	Rei de Portugal, Dom Manuel	Antes de 1522	Sim	Sim	Reiterando pleito sobre importação de cavalos	80
Xeique Walij	Melinde / Moçambi	Rei de Portugal	Antes de 1522	Não	Sim	Pleito de salvo-conduto	7

<b>Autor</b>	<b>Local</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Data</b>	<b>Queixa</b>	<b>Cartaz</b>	<b>Tema</b>	<b>Nº de Referência<sup>316</sup></b>
	que					para Índia	
?	Melinde	Rei de Portugal	Antes de 1522	Não	Sim	Pleito de salvo-conduto	54
Muḥammad Šāh II, rei de Ormuz	Ormuz	Rei de Portugal, Dom João	c. 1522	Não	Não	Queixa sobre os soldados portugueses	5
Muḥammad Šāh II, rei de Ormuz	Ormuz	Rei de Portugal, Dom João	c. 1522	Não	Não	Queixa sobre os soldados portugueses	3
Muḥammad Šāh II	Ormuz	Rei de Portugal, Dom João	Entre 1522 a 1534	Não	Não	Pedido de resposta a uma carta anterior	81
Muḥammad Šāh II [?]	Ormuz	Rei de Portugal, Dom João	Entre 1522 a 1526	Sim	Não	Pedido de redução do tributo	83
Chenicheri Kurup	Cananor	Vice-rei, Vasco da Gama	c. 1524	Sim	Sim	Queixa contra capitão-mor	47
Rāšid bin Aḥmad, vizir de Ormuz	Ormuz	Rei de Portugal, Dom João	Entre 1530 a 1534	Não	Não	Solicitação de ajuda	68
Rāšid bin Aḥmad	Ormuz	Rei de Portugal, Dom João	c. 1533	Sim	Sim	Relado sobre o Estado da Índia e queixa sobre o bloqueio ao Guzerate	82
Rāšid bin Aḥmad	Ormuz	Rei de Portugal, Dom João	c. 1533	Não	Não	Solicitação de ajuda	85

Autor	Local	Destinatário	Data	Queixa	Cartaz	Tema	Nº de Referência <sup>316</sup>
Rāšid bin Aḥmad	Ormuz	Rei de Portugal, Dom João	c. 1534	Sim	Não	Notícias sobre a Síria e queixa sobre a alta tributação	88
Rāšid bin Aḥmad	Ormuz	Chancelaria real Rei de Portugal, Dom João	1534	Não	Não	Solicitação de aposentadoria	79

Ao contrário de uma estrutura imperial pulverizada e autonomia “quase total”, como pretende Hespanha, esses documentos demonstraram reiteradamente a ingerência da monarquia em questões mais localizadas do Estado da Índia durante esse período.<sup>317</sup> Ainda que a distância impusesse inúmeras limitações, havia em alguma medida direcionamentos das políticas, mediação de conflitos, destituição e instituição de cargos, através do aparato burocrático da Coroa. Essa estrutura “moderna” foi fator crucial da integração entre os demais fatores ligados a expansão marítima portuguesa, na medida em que impedia, evitava e amortecia as tensões e movimentos tanto centrífugos, quando amalgamadores entre as forças socioeconômicas dominantes no processo, o que explicaria porque essa expansão não se fragmentou e gerou novas formações políticas como havia sido durante as Cruzadas.<sup>318</sup>

<sup>317</sup> Hespanha alega que “os *dominia* portugueses eram compostos de vários modelos (Timor, Macau, costa ocidental da África), cada qual vivendo em estado de quase total autonomia até o século XIX.” A variedade de modelo é indubitável, como já demonstrado, mas a noção de uma “quase total autonomia” não se sustenta frente a vasta evidência de ingerência e de apelos à Coroa até mesmo por súditos, vassallos e aliados muçulmanos. HESPANHA, António Manuel. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. in: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.) **Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 49.

<sup>318</sup> THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis. **De Ceuta a Timor**. Lisboa. Difel, 1994, p. 39.

## Navegação: hegemonia naval no Mar Árábico

As embarcações francos navegaram ao longo do Mar de Hejaz (baḥr al-Hijaz) [Mar Vermelho] até que chegaram a mais de vinte navios. Eles começaram a interferir nos barcos de mercadores indianos, bloqueando seu trajeto em 'locais aterrorizantes' (al-amākin al-khīfa), e tomando com eles mercadorias até 'tornar escarço' ('izz wujūd) tecidos (al-šāšāt) e panos (al-uzur) do Egito e de outros países. A razão para esse incidente foi que os francos insistiram até abrir a barragem (al-sudd) feita por Alexandre filho de Filipe (Al-Iskandir Ibn Filibs), o romano (al-rūmī). Isso foi uma escavação (naqbān) em um monte entre o Mar da China e o Mar de Roma (baḥr al-Rūm) [Mar Negro ou Mar Mediterrâneo]. Os francos continuaram a aquela escavação (al-naqb) por anos até que ela foi aberta, e os navios passaram a entrar por ela no Mar de Hejaz [Mar Vermelho], sendo essa uma das principais 'causas da corrupção' (asbāb al-fasād).<sup>319</sup>

As leis são instrumentos importantes aos impérios, tocando com seus agentes diversos cantos de seu domínio. Todavia, a uniformidade legal imperial não significava uma uniformidade geográfica de suas partes. Além disso, o arcabouço jurídico do império também é fonte de muitas distensões que moldaram a diversidade espacial no globo.<sup>320</sup> Os impérios marítimos europeus da Idade moderna representam um padrão de expansão territorial por vastas regiões, mas apenas controlando faixas curtas de terras, sobretudo costeiras e as rotas de acesso e conexão entre os vários nodos de assentamento e comércio. Há similaridades nas convenções marítimas no Oceano Índico e no Atlântico, sua flexibilidade e as tensões imbuídas na sua constituição e ensejada na sua aplicação. De modo semelhante, também foram similarmente marcados pela competição imperial, assim como cooperação através de suas divisas e todo tipo de abuso. Antes dos portugueses, nenhuma potência exerceu jurisdição sobre o espaço marítimo no Índico como havia existido no Mediterrâneo.<sup>321</sup>

Os portugueses assentaram seu direito de controlar o mar no Oriente em uma suposta inexistência de qualquer forma de direito comum na região que lhes

<sup>319</sup> IBN IYĀS AL-ḤANAFĪ, Muḥammad Ibn Aḥmad. **Badā'i' al-zuhūr fī waqā'i' al-duhūr**. vol. 4. MUSTAFA, Muhammed (ed.). Meca: Maktba Dar al-Baz, 1940, p. 109.

<sup>320</sup> BENTON, Lauren. Legal spaces of empire: Piracy and the origins of ocean regionalism. *Op. Cit.*, p. 701.

<sup>321</sup> *Ibidem*, p. 703.

outorgasse a primazia de exercer a autoridade.<sup>322</sup> A legitimação dessas pretensões de domínio português sobre as águas do Oceano Índico é reproduzida, então, na memória oficial do império, como a narrativa cronística portuguesa. Ali o mouro, em especial, figura como o anti-herói, cujo perpétuo desafio lançava a imagem de um adversário quase à altura, mas destinado a sucumbir perante à superioridade portuguesa, centrada em seus valores cavalheiresco e em sua superioridade técnica com armas de fogo.<sup>323</sup>

O quão fundamental foi o fator técnico-militar para o empreendimento português é difícil de estimar, mas é mais ainda de subestimar, tendo em conta as poucas evidências de usos de armas de fogo e canhões no Índico antes dos portugueses.<sup>324</sup> Todavia, parte dos relatos em árabe enfatizam, não os portugueses, mas mamelucos e otomanos como sendo os principais responsáveis pela inserção dessa tecnologia de guerra. Ainda assim, isso viria declaradamente na esteira das primeiras incursões portuguesas pelo Mar Árabe e Mar Vermelho. A mobilização de uma armada mameluca para enfrentar os portugueses em águas indianas trouxe consigo arcabuzes e canhões que logo foram cobiçados por forças locais. Ao recontar a campanha de Amīr Ḥusayn no lêmên, almirante arregimentado pelos mamelucos para confrontar os portugueses no Índico e que embarca em suas próprias conquistas após a derrota na batalha de Diu de 1508, o cronista Nahrawālī traz a seguinte explanação dos efeitos avassaladores das armas de fogo:

E o povo do lêmên desconhecia os arcabuzes (*al-bunduqiyāt*) e os canhões (*al-madāfi'*) quando o turco [Amīr Ḥusayn] combateu o exército do lêmên pela primeira vez: alvejaram com canhoneira (*midfa'*) a maior parte do exército aglomerado, sobrepujando (*yafawqūn*) milhares. Isso os dispersou e eles se adentraram disso, abalaram-se e tomaram [o projétil de] pedra com eles até Zabid [capital da dinastia tahrída do lêmên] e surpreenderam as pessoas [lá], que ficaram maravilhados (*yata'ajibun*) e apreensivos (*yast'azimun*) com esse assunto.<sup>325</sup>

<sup>322</sup> PRANGE, Sebastian R. The Contested Sea: Regimes of Maritime Violence in the Pre-Modern Indian Ocean. *Journal of Early Modern History*, v. 17, n. 1, p. 9-33, 2013, pp. 9-10.

<sup>323</sup> CRUZ, Maria Augusta Lima. La vision de l'indien chez les premiers chroniqueurs portugais de l'Asie: la fixation d'une image. *Op. Cit.*, p. 241.

<sup>324</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. **A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, p. 141.

<sup>325</sup> AL-NAHRAWĀLĪ AL-MAKKĪ, Quṭb Al-Dīn Muḥammad Ibn Aḥmad. **Al-Barq al-yamānī fī al-fatḥ al-ʿuṭmānī**. AL-JASIR, Hamed (ed.). Ríade: Dar al-Yamama, 1967. p. 21; Al-Dayba', ele mesmo iêmenita e talvez testemunha direta dos eventos, subscreve a essa visão. AL-DAYBA', Wajih al-Dīn. **Al-Faḍl al-mazīd**, 1983, p. 369.

Sobre a estratégia de bloqueio do Mar Vermelho, a ênfase tende a ser em sua “ineficiência” ou de nunca ter sido absoluta (métrica curiosamente ausente da avaliação de outras políticas econômicas).<sup>326</sup> Durante o governo do sultão mameluco de Qanṣūh al-Ġawarī (r. 1501-2516), as tensões com os venezianos atingiram um nível crítico em decorrência de três fatores: a insuficiência para o sultão do tributo pago pelos venezianos de Chipre, conflitos dos mamelucos com outros cristãos europeus, e os termos da compra da pimenta do sultão.<sup>327</sup> A situação levou, às vezes, ao ponto de eles serem tratados como inimigos e, portanto, serem obrigados a convencer as autoridades de que se tratava de um mero mal-entendido. As tensões vieram a escalar-se com a crise na oferta de especiarias na primeira década de 1500, resultante do bloqueio naval português no Mar Vermelho em alguma medida. As exportações da feitoria veneziana em Alexandria despencaram para um terço do que fora anteriormente e para menos de um sexto em Beirute.<sup>328</sup> Não bastando, os venezianos residentes no Egito e Levante mais à mercê de retaliações pelas autoridades mamelucas na medida que intensificava o conflito com outros “francos” alhures ao qual eram genericamente associados, como os cavaleiros hospitalários em Rodes e os portugueses no Oceano Índico.<sup>329</sup> A escalada das tensões levou a uma ameaça contra o Santo Sepulcro em Jerusalém, comunicada por vias diplomáticas até o mapa.<sup>330</sup>

Fica claro, assim, que as partes afetadas pelo embargo português não foram passivas aos acontecimentos. Mais que isso, distintos atores enxergaram e fizeram uso das oportunidades que tal mudança traria. O retorno à ampla oferta de pimenta e especiarias nos portos levantinos décadas depois não foi uma mera continuidade das coisas como eram, mas envolveu novos atores e estratégias num processo de reconfiguração daqueles cenários. Tuchscherer aponta como “o fechamento do Mar Vermelho e o estabelecimento de um equilíbrio de forças real, embora precário, no

<sup>326</sup> ROTHERMUND, Dietmar. **Violent Traders: Europeans in Asia in the Age of Mercantilism**. Nova Delhi: Manohar, 2014, p. 68.

<sup>327</sup> HORII, Yutaka. The Mamluk Sultan Qansuh Al-Ghawri (1501-16) and the Venetians in Alexandria. **Orient**, v. 38, p. 178-199, 2003, p. 183.

<sup>328</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. **The Portuguese Empire in Asia: A Political and Economic History, 1500–1700**. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2012, p. 70.

<sup>329</sup> HORII, Yutaka. The Mamluk Sultan Qansuh Al-Ghawri (1501-16) and the Venetians in Alexandria. *Op. cit.*, pp. 183-184.

<sup>330</sup> BARROS, Maria Filomena Lopes de. In the Name of the Minorities: Lisbon’s Muslims as Emissaries from the King of Portugal to the Sultan of Egypt. In: BAUDEN, Frédéric; DEKKICHE, Malika (Ed.). **Mamluk Cairo, a Crossroads for Embassies: Studies on Diplomacy and Diplomatics**. Leiden/Boston: Brill, 2019, p. 720.

Oceano Índico criaram condições favoráveis para a renovação de um comércio vigoroso entre o Mediterrâneo e o sul da Ásia.”<sup>331</sup>

O termo cartaz deriva da palavra árabe *qirṭās* (pl. *qarāṭīs*) para cartão, papiro, papel ou documento, o que aponta para adaptação de algum mecanismo pré-existente.<sup>332</sup> O mais provável é que deriva dos passes emitidos pelo sultanato mameluco para navios rumo à Índia, sobretudo ao Malabar, chamados de *amān*, palavra para segurança ou salvaguarda, no sentido mais geral e que designava um salvo-conduto.<sup>333</sup> Esse termo (*amān*) era o mais apropriado e calcado na tradição jurídica islâmica, sendo o mais usualmente usado pelos cronistas árabes para se referir ao cartazes demandados pelos portugueses, como Bā Faqīh informa sobre as embarcações pelo litoral do Golfo de Áden e Hadramaute.<sup>334</sup> Diferente de um cartaz, o típico salvo-conduto (*amān*) significava na jurisprudência islâmica uma permissão para adentrar um território muçulmano para um não-muçulmano que vivesse além da morada do Islã (*dār al-Islām*).<sup>335</sup> Não havia necessariamente a necessidade de um contrato formal ou de um acordo explícito para essa garantia de segurança ser concedida por uma autoridade islâmica.<sup>336</sup>

Era de conhecimento dos portugueses o protocolo de permissão para entrar através da concessão de proteção (*amān*) pelo soberano local, tanto da parte de mercadores privados, como informa Bā Faqīh sobre uma instância, no ano de 936 H. (1529-1530), em que um indivíduo português chega em uma embarcação (de terceiros?) ao porto de Xaer e conduz seus negócios para depois partir, quanto dos

<sup>331</sup> “The closing of the Red Sea and the establishment of a real, if precarious, balance of forces in the Indian Ocean created favorable conditions for a renewal of vigorous trade between the Mediterranean and southern Asia.” TUCHSCHERER, Michel. Trade and Port Cities in the Red Sea–Gulf of Aden Region in the Sixteenth and Seventeenth Century. In: FAWAZ, Tarazi; BAYLY, C. A. (ed.). **Modernity and Culture: From the Mediterranean to the Indian Ocean**. New York: Columbia University Press, p. 28-45, 2002, p. 35.

<sup>332</sup> A antiguidade do termo é atestada por seu uso no Alcorão, uma vez no singular para indicar uma mensagem enviada do céu, na outra ocasião, na forma plural (*qarāṭīs*). KHALILIEH, Hassan S. **Islamic Law of the Sea: Freedom of Navigation and Passage Rights in Islamic Thought**. Cambridge University Press, 2019, p. 6.

<sup>333</sup> THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis. The Portuguese control over Indian Ocean and the *cartaz* system. **Os mares do oriente: a presença Portuguesa CIRCA 1507** : actas / X Simpósio de História Marítima. Lisboa : Academia de Marinha, p. 267-334, 2011, p. 277.

<sup>334</sup> BĀ FAQĪH, Muḥammad bin ’Omar Al-Ṭīb. **Tārīḥ al-Šihr wa aḥbār qarn al-’ašir**. Sanaa: Maktba al-Ashrad, 1999, pp. 194-195.

<sup>335</sup> ABOU EL FADL, Khaled. Islamic law and Muslim minorities: The juristic discourse on Muslim minorities from the second/eighth to the eleventh/seventeenth centuries. **Islamic law and society**, v. 1, n. 2, p. 141-187, 1994, p. 176.

<sup>336</sup> ALBRECHT, Sarah. **Dār al-Islām revisited: Territoriality in contemporary Islamic legal discourse on Muslims in the West**. Leiden/London: Brill, 2018, pp. 65-66.

oficiais do Estado da Índico, como demonstra o caso relatado logo em seguida, quando um navio português com prisioneiros muçulmanos aporta também ali.<sup>337</sup> Fica subentendido que eles vieram fazer algum intercâmbio relacionado com os seus cativos, mas o desfecho final não é relatado. Em outro exemplo ocorrido em 938 H. (1531-2) no porto de Mishqas, um português que chegou em uma galeota (*ḡarrād*) e solicitou uma proteção para fazer comércio.<sup>338</sup>

Anteriormente à chegada dos portugueses, salvo-condutos também eram oferecidos (ou mesmo distribuídos) pelos emissários dos mamelucos enviados a mercadores nos portos do Índico e é possível que a prática tenha sido adota por governantes locais, para o qual se usava a expressão mais corrente para nomear como simplesmente documento (*qirṭās*). Isso não significa que não houvesse abusos como os comerciantes, relatos em diversas correspondências entre a Índia e o Egito, mas esses se davam nos domínios do sultão mameluco em terra firme, não em alto mar.<sup>339</sup> Zayn al-Dīn utiliza o termo mais literal *waraq* (pl. *awrāq*), que significa folha ou papel, sinônimo do sentido original de cartaz, em sua descrição perspicaz do sistema imposto pelos portugueses:

Deve-se saber que, depois que os francos se estabeleceram em Cochim e Cananor e se instalaram nessas cidades, os habitantes, com todos os seus dependentes, ficaram sujeitos a esses estrangeiros, dedicando-se a todas as artes da navegação e aos trabalhos marítimos, fazendo viagens de comércio sob a proteção de passes dos francos; cada embarcação, por menor que fosse, recebia um passe distinto, e isso visando à segurança geral de todos. E para cada um desses passes foi fixada uma determinada taxa, mediante o pagamento da qual o passe era entregue ao capitão da embarcação, quando estava prestes a prosseguir em sua viagem. Ora, os francos, ao imporem esse pedágio, fizeram parecer que ele seria, em suas conseqüências, uma fonte de vantagem para essas pessoas, induzindo-as, assim, a se submeterem a ele; ao passo que, para fazer valer seu pagamento, se eles se deparassem com qualquer embarcação na qual não se encontrasse a carta de marquise ou passe, eles invariavelmente apreenderiam o navio, sua tripulação e sua carga.<sup>340</sup>

<sup>337</sup> BĀ FAQĪH, Muḡammad bin ‘Umar al-Ṭayyib. **Tārīḡ al-Šiḡr wa aḡbār qarn al-‘āšir**. AL-HABASHI, Abdullah Muhammad (ed.). Sanaa: Maktaba al-Ashrad, 1999, p. 194.

<sup>338</sup> *Ibidem*, p. 203

<sup>339</sup> WALRAVENS, Meia. Multiple Audiences of a History from Sixteenth-Century Malabar. *Op. Cit.*, p. 425.

<sup>340</sup> “Now it should be known, that after the Franks had established themselves in Cochin and Cannanore (Kannur) and had settled in those towns, the inhabitants, with all their dependents, became subject to these foreigners, engaged in all the arts of navigation, and in maritime employments, making voyages of trade under the protection of passes from the Franks; every vessel, however small, being provided with a distinct pass, and this with a view to the general security of all. And upon each of these passes a certain fee was fixed, on the payment of which the pass was delivered to the master of the vessel, when about to proceed on his voyage. Now the Franks, in imposing this toll, caused it to appear that it would

Portanto, a dimensão e o uso extorsivo desses passes diferem das práticas anteriores, voltadas mais a atração do que a intimidação e uso punitivo da força bruta. Exemplifica a fórmula de “exportação da violência” pela qual se criava a ameaça para a qual se impunha a cobrança pelas “contramedidas”.<sup>341</sup> Isso contava com um estímulo a mais, que era a tentação de enriquecimento próprio pela extorsão e roubo, já que o confisco e a pilhagem poderiam ser muito mais lucrativo para o capitão da embarcação que soldo que recebia para fazer cumprir o cartaz.<sup>342</sup> Mesmo na esfera oficial do Estado da Índia, o cartaz também não garantia a clemência em caso de violação pontual, como informa Zayn al-Dīn sobre o caso do ataque a Purnor, que apesar paz e pagamento de cartazes, foi incendiada pelos portugueses devido uma embarcação dali ter transportado até Jidá com uma carga de pimenta e gengibre, expressamente proibida pela política de bloqueio naval do Mar Vermelho.<sup>343</sup>

Ainda que adaptasse instrumentos pré-existentes para implementar essa política, a doutrina que fundamentava o uso dos cartazes pelo Estado da Índia tinha precedentes em concepções jurídicas desenvolvidas em meados do século XV na Cristandade latina, em particular o conceito de *mare clausum*.<sup>344</sup> Assentindo aos apelos de Portugal de privilégio exclusivo de navegação ao sul do Cabo Bojador, os papas concedem, ao menos a partir de 1455, e reiteram em várias bulas seguintes, o primado português sobre os mares austrais, sob pena de excomunicação. Todavia, essa exclusividade arrogada pela noção *mare clausum* era fundamentada no incipiente ideal de “descobrimento” e de que as águas ao sul das ilhas Canárias nunca haviam sido dantes navegadas, transplantando o princípio de “terra de ninguém” para o espaço marítimo.

---

prove in its consequences a source of advantage to these people, thus to induce them to submit to it; whilst to enforce its payment, if they fell in with any vessel, in which this their letter of marquee, or pass, was not to be found, they would invariably make a seizure both of the ship, its crew, and its cargo.” PEARSON, Michael N. *Merchants and Rulers in Gujarat: The Response to the Portuguese in the Sixteenth Century*. Berkeley: University of California Press, 1976, p. 40.

<sup>341</sup> PRANGE, Sebastian R. A trade of no dishonor: piracy, commerce, and community in the western Indian Ocean, twelfth to sixteenth century. *The American Historical Review*, v. 116, n. 5, pp. 1269-1293, 2011. p. 1270

<sup>342</sup> SALMAN, Mohammed Hameed. **Aspects of Portuguese Rule in the Arabian Gulf, 1521-1622**. Thesis submitted for the Degree of Doctor of Philosophy in the University of Hull. December 2004. P. 133.

<sup>343</sup> AL-MAHDŪM AL-MALĪBĀRĪ, Zayn al-Dīn. Tuḥfa al-mujāhidīn fī ba’ad aḥwal al-purtukālyīn. *Op. Cit.*, p. 60.

<sup>344</sup> THOMAZ, Luís Filipe Reis. The Portuguese control over Indian Ocean and the *cartaz* system. *Op. Cit.*, p. 291.

O Oceano Índico, por outro lado, era uma via de navegação desde tempos imemoriais, ainda que a travessia pela rota do Cabo da Boa Esperança fosse uma inovação portuguesa sobre a qual era implementado o monopólio real. A demanda por salvo-condutos também era uma prática já em alguma medida disseminada por aquelas partes e seu uso por si só não necessitava justificativa, mas sim a “reivindicação do direito de controle numa escala panoceânica.”<sup>345</sup> Essa vasta extensão era compreendida pelos projetos imperiais do rei de Portugal naquela virada de século. Tratado de “Senhor do Mar” por seus homens no ultramar, Dom Manuel se autoproclamava propriamente de “Senhor da Conquista, Navegação e Comércio na Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia”, titularia que é justamente foco desta análise.<sup>346</sup> Expresso pela primeira vez em uma carta endereçada à Cúria romana para informar a bem-sucedida conclusão da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia (1497-1499), o título era composição do próprio monarca “venturoso” e não designação do papa.

O ideal manuelino de suserania imperial, como referido anteriormente, não aspirava soberania direta desses vastos territórios da África oriental à Índia, mas um reconhecimento como uma entidade política superior, análogo ao modo como os califas abássidas em Bagdá, a partir da fragmentação da autoridade territorial direta dessa dinastia já no século X. Porém, a reivindicação de D. Manuel ia além da suserania simbólica e, de modo inédito, se outorgava privilégios de navegação e comércio sobre o mar aberto. Essa tática de controle naval iria ao encontro de um contexto no qual o “Oceano Índico estava condicionado para uma repolitização radical do ideal da *umma* muçulmana na tumultuada virada do século XVI.”<sup>347</sup> Para Casale, o Tratado de Tordesilhas foi, indiretamente, o catalisador inicial da mudança de orientação, com a divisão do mundo entre a Coroas espanhola e portuguesa, seguido da subsequente tentativa de implementação dessa reivindicação no Oceano Índico por Portugal.<sup>348</sup>

<sup>345</sup> “[...] claim to the right of control on a panoceanic scale.” *Ibidem*, p. 292.

<sup>346</sup> *Ibidem*, p. 293.

<sup>347</sup> “From this starting point, the Indian Ocean was primed for a radical re-politicization of the ideal of the Muslim *Umma* at the tumultuous turn of the sixteenth century.” CASALE, Giancarlo. Tordesillas and the Ottoman caliphate: early modern frontiers and the Renaissance of an Ancient Islamic Institution. *Journal of early modern history*, v. 19, n. 6, p. 485-511, 2015, pp. 500-501.

<sup>348</sup> *Ibidem*, p. 501.

A repercussão do projeto manuelino aos muçulmanos no Índico envolvia, diretamente, rotas essenciais de ligação entre partes do mundo islâmico, e mais ainda, entre essas partes e o epicentro da fé no Hejaz. A interrupção da passagem do Mar Vermelho e do Índico era uma ameaça para comunidades islâmicas e um desafio aos soberanos muçulmanos envolvidos. Isso ia na contramão das normas e práticas recorrentes antes dos portugueses, na visão de Khalilieh, que argumenta que “as entidades políticas ao redor do Oceano Índico tinham o direito natural de conduzir o comércio marítimo e navegar pelo vasto oceano sem molestamento.”<sup>349</sup> Os intrusos trouxeram modelos de comércio e guerra do Atlântico e do Mediterrâneo para a navegação no hemisfério oriental, onde outrora o perigo aos negócios pelo mar estava além das instituições normativas das sociedades, reduzindo-se a pouco mais que catástrofes naturais e pirataria.

Wink, entretanto, enxerga esse espaço de modo análogo às fronteiras nômades da estepe e do deserto.<sup>350</sup> Na contramão radical de tantos outros autores, esse historiador vê a violência como a regra nas interações pelo Índico: como a regra, não a exceção.<sup>351</sup> Como uma fronteira aberta e sem lei, a conduta das trocas comerciais estava sempre cerceada pela ameaça de força bruta, para qual eram necessárias contra-medidas, como os próprios mercadores empregando escoltas armadas ou recebendo serviços securitários por autoridades portuárias, quando esses próprios comerciantes não formavam as frotas navais de suas cidades. Várias outras atividades violentas vicejavam pelo Oceano Índico, como ataques navais, patrulhas com navios de guerra, rapina de mercadorias, razias de escravos, prevaleciam por séculos antes da chegada dos portugueses. Ainda assim, o autor admite que as esquadras de Portugal eram sem dúvida “foram a potência naval mais formidável a aparecer no Oceano Índico depois das grandes expedições Ming, em 1433.”<sup>352</sup>

---

<sup>349</sup> “Before the appearance of the European navies in the sixteenth century, the polities around the Indian Ocean had enjoyed the natural right to conduct maritime trade and navigate the vast ocean without molestation.” KHALILIEH, Hassan S. **Islamic Law of the Sea: Freedom of Navigation and Passage Rights in Islamic Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 9.

<sup>350</sup> WINK, André. **The Making of the Indo-Islamic World: c. 700–1800 CE**. Cambridge University Press, 2020, p. 221.

<sup>351</sup> *Ibidem*, p. 218.

<sup>352</sup> “Without question, the Portuguese were the most formidable naval power to appear in the Indian Ocean subsequent to the great Ming expeditions in 1433.” *Ibidem*, p. 225.

Ambos os argumentos, aparentemente irreconciliáveis, seja o da paz prevalente ou o da violência ubíqua, acabam por apresentar um quadro demasiado generalizado para as distintas configurações dos mares do Índico. Enquanto o argumento de Khalilieh centras-se nas normas jurídicas formuladas por eruditos e não nos conflitos concretos inclusive em dimensões legais, a de Wink parece negligenciar esse aspecto da legitimidade sobre interações violentas, transpondo o estereótipo de ausência de lei do deserto e da estepe para o oceano. É possível encontrar costumes e normas que regessem todos esses espaços, como exemplifica o reino de Ormuz, cuja a função de garantidor da ordem no Golfo Pérsico e de Omã era sua prerrogativa legítima, para qual exigia seus encargos de modo análogo ao modo como os senhores da terra firme impunham a mocarraria para assegurar a passagem de caravanas em seus territórios, sobre a qual Aubin sustenta que “era muito mais um seguro comercial do que um tributo de carácter político.”<sup>353</sup>

O mais importante nessa questão seja talvez diferenciar o geral do particular. A maioria das reivindicações de autoridade e força no mar apresentavam um carácter local e regional, ou seja, tinham um ponto de partida/chegada. A exceção momentânea foram as expedições da esquadra do tesouro chinês, capitaneadas pelo almirante Zheng He nas primeiras décadas do século XV. É certo que havia um direito consensual islâmico através do Índico, mas isso não excluí adaptações, medidas locais e arbitrariedade.

Ainda que seu sucessor, Dom João III, não tenha sustentado o ideal de império cristão universal de seu pai, o princípio de suserania sobre os territórios subordinados foi preservado, como demonstra a contínua reivindicação sobre o domínio dos mares, conforme resumido por Thomaz:

De acordo com essa doutrina, o direito de controle reivindicado pelos portugueses não correspondia ao direito de propriedade ou de soberania direta, mas sim a uma espécie de suserania; ele poderia, em alguns casos - teoricamente, por uma questão de justiça comum ou superior - acarretar restrições ao direito dos vassallos de navegar e comercializar, mas não um *jus utendi et abutendi*, como um verdadeiro direito de propriedade faria. A

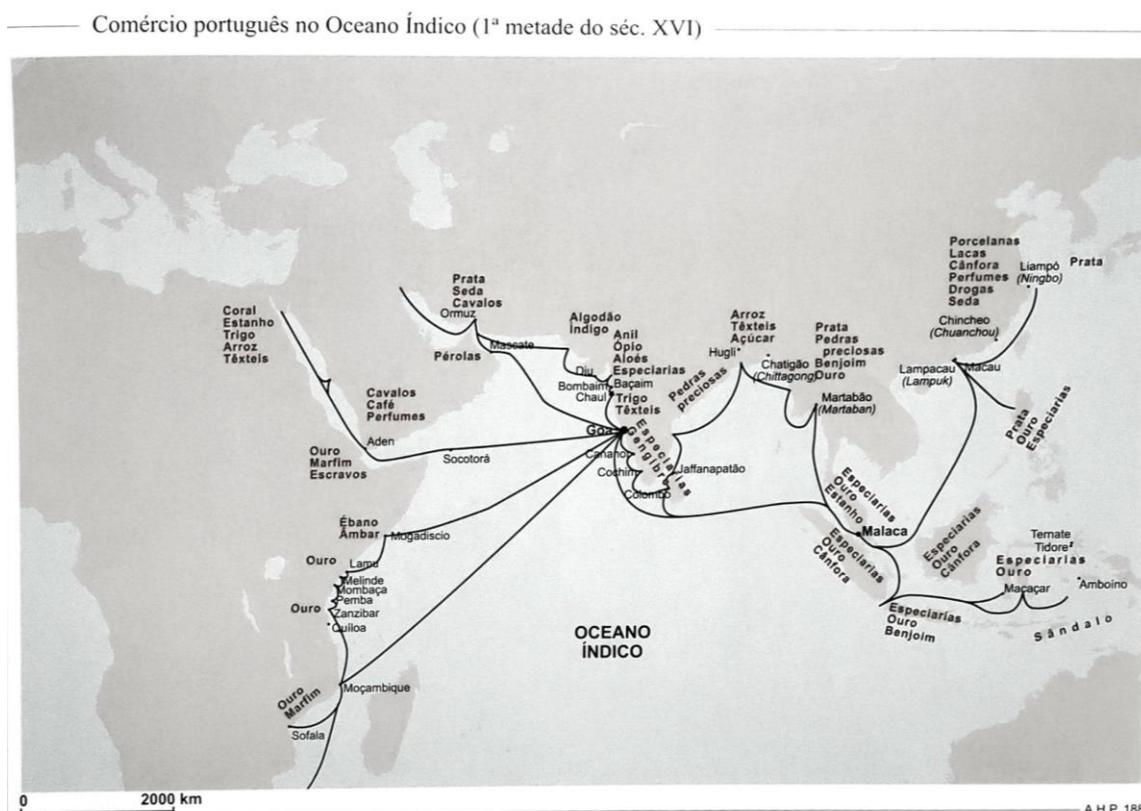
---

<sup>353</sup> “Le *muqarrariya* était beaucoup plus une assurance commerciale qu'un tribut de caractère politique.” AUBIN, Jean. **Le Latin et l’Astrolabe**: Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. *Op. Cit.*, p. 151.

principal consequência dessa visão das coisas é que, legalmente, os salvo-condutos não podiam ser vendidos.<sup>354</sup>

Originalmente concebido como auxiliar à estratégia de bloqueio do Mar Vermelho, o cartaz passou a ser usado para uma variedade de propósitos e ao menos três formas de controle: estratégico (embargo da rota do Estreito de Meca), político (debilitação de inimigos do Estado da Índia) e fiscal (taxar o comércio regional e proteger o monopólio real).<sup>355</sup>

## Comércio: monopólio e extorsão



Mapa 4- Mapa das mercadorias comercializadas pelos portugueses no Oceano Índico na primeira metade do século XVI. OLIVEIRA MARQUES, António Henrique R. de; DIAS, João José Alves. Atlas histórico de Portugal e do ultramar português. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2003, p. 217.

<sup>354</sup> "According to this doctrine, the right of control claimed by the Portuguese did not correspond to that of property or of direct sovereignty, but rather to a kind of suzerainty; it could in some cases - theoretically for the sake of commonweal or superior justice - entail restrictions to the right of vassals to navigate and trade, but not a jus utendi et abutendi as a true right of property would do. The main consequence of such a view of things is that, legally, safe-conducts could not be sold." THOMAZ, Luís Filipe Reis. The Portuguese control over Indian Ocean and the *cartaz* system. *Op. Cit.*, p. 294.

<sup>355</sup> *Ibidem*, p. 333.

Já em 1505, a coroa portuguesa concebeu várias maneiras possíveis de substituir e limitar o transporte pimenta e especiarias por essas vias, sendo as três estratégias principais: “primeiro, garantir um declínio acentuado na partida de navios das costas de Canara e Kerala [Malabar]; segundo, o patrulhamento por frotas ao redor da foz do Mar Vermelho; e terceiro, a construção de uma fortaleza na foz do Mar Vermelho.”<sup>356</sup> Era uma estratégia dupla que enriquecia a Coroa ao mesmo tempo que realizava o dever sagrado da “guerra santa”, com o bloqueio naval de potências infiéis, em especial das rotas utilizadas diretamente ou indiretamente pelo sultanato mameluco do Egito no Mar Vermelho.<sup>357</sup>

O impacto da interferência portuguesa nas circulações marítimas através do Mar Árabe e suas embocaduras adjacentes (Mar Vermelho e Golfo Pérsico) precisa ser balizado entre outras alterações importantes na história durante esse período, tendo a extensão e o limite desses processos em mente. Para aferir os efeitos do Estado da Índia sobre o comércio asiático e a interconexão transoceânica geral, é necessário levar em conta vários elementos diferentes nessas relações inter-regionais, e não destacar um aspecto específico como prova cabal de uma transformação estrutural – ou ausência da mesma – em todos os aspectos dos processos históricos, que são múltiplos e repletos de contrações. Ainda que os produtos comercializados tenham permanecido os mesmos que eram antes da chegada dos portugueses, como os vistos no mapa acima, houve tanto as mudanças de rotas quanto redução e intensificação de fluxos marítimos em diferentes momentos e entre diferentes regiões. Importante para desafiar as noções eurocêntricas do passado, a provincialização da Europa pode ser concomitante aos mitos sobre o excepcionalismo ocidental ou a imobilidade da Ásia.

A observação de que as transformações estão conectadas é fundamental para a compreensão de uma história que não se refere apenas aos principais atores e à

---

<sup>356</sup> “The three principal strategies were, first, ensuring a sharp decline in the departure of ships from the Kanara and Kerala coasts; second, the patrolling by fleets around the mouth of the Red Sea; and third, the construction of a fortress at the mouth of the Red Sea.” SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Empires between Islam and Christianity, 1500-1800**. Nova Iorque: SUNY Press, 2019, p. 38.

<sup>357</sup> PHILLIPS, Carla Rahn. The growth and composition of trade in the Iberian empires, 1450-1750. In: TRACY, James D. (ed.). **The rise of merchant empires: long-distance trade in the early modern world, 1350-1750**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 34-101, 199, p. 48.

continuação das principais tendências, mas que também considera os elementos menores e, muitas vezes, negligenciados, as regiões marginais e as tendências divergentes em uma narrativa mais ampla - como impactantes e, não raramente, contendo algumas das sementes de futuras rupturas. Ao analisar os diferentes aumentos e reduções em diferentes tipos de trocas, é indispensável não presumir uma única causa ou ator, mas sim uma infinidade de conexões que produziram as realidades em questão. O empreendimento ultramarino de Portugal no Oceano Índico foi tanto uma história de seu próprio povo quanto de todos os outros atores regionais e externos envolvidos.

Uma visão influente há mais de meio século na historiografia anglófona, em particular, afere que o comércio asiático não recebeu nenhuma inovação dos portugueses, ao contrário das narrativas triunfalistas anteriores da excelência europeia.<sup>358</sup> Altamente crítica de noções anacrônicas da “missão universal” dos portugueses, essa abordagem, entretanto, tende a se ater estritamente a categorias weberianas de modernidade e racionalidade econômica. Holandeses e ingleses imbuídos da ética protestante trariam com suas companhias de comércio a verdadeira ruptura com os padrões pré-capitalistas de economia, inaugurando uma nova era. A expansão marítima portuguesa no Oriente seria apenas um encontro do “velho mundo” consigo mesmo e os portugueses mais próximos dos asiáticos do que dos europeus do Mar do Norte. Levada ao extremo, tal perspectiva incorreria numa convicção demasiada nessa pretensa superioridade das instituições anglo-germânicas enquanto fio teleológico do processo histórico, quando as evidências demonstram um cenário muito mais intrincado, do qual não se pode extrair uma única narrativa para todos os casos.<sup>359</sup> Negligenciaria, também, fatores que não se acomodam a essa metanarrativa, preconcebendo de maneira fetichizada as companhias de comércio anglo-neerlandesas como os agentes racionais por excelência da marcha histórica para o capitalismo, movidos apenas pelo lucro e se valendo apenas dos métodos mais eficazes disponíveis. Abundam casos de violência e excesso que destoam desse quadro, mas tal questão está além do escopo desta pesquisa. O relevante na presente investigação é não se ater apenas a alguns dados

---

<sup>358</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. **The Portuguese Empire in Asia: A Political and Economic History, 1500–1700**. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2012, p. 286.

<sup>359</sup> *Ibidem*, p. 288.

macroeconômicos para a apreciação da talassocracia lusitana e sua interação com as sociedades da África e Ásia.

Destoando da visão mais minimalista da expansão ibérica, Ho vê o surgimento de uma economia verdadeiramente global na ligação do Oceano Índico ao Pacífico e ao Atlântico pelos espanhóis e portugueses.<sup>360</sup> Os portugueses talvez tenham sido os primeiros a pensar no Índico como uma unidade e, assim, elaborar uma estratégia para monopolizar a violência naval. O que tornaria o período a partir da chegada dos europeus distinto seria a importância da violência estatal para os mercados, do poder sobre a propriedade, da bandeira para o comércio, e a inseparabilidade desses fatores, simbolizados pelo “casamento entre o do canhão como navio mercante foi a inovação crucial e icônica.”<sup>361</sup>

O monopólio real estabelecido pela Coroa portuguesa sobre o comércio de especiarias (e outras mercadorias) baseava-se não só na força das armas, mas em acordos com poderes locais e diretamente com fornecedores nas regiões de produção, buscando garantir baixos preços na compra e lucros exorbitantes nas vendas na Europa.<sup>362</sup> Embora nunca tenha sido totalmente eficaz, o bloqueio naval do Mar Vermelho serviu ao seu propósito na medida em que manteve os preços altos das especiarias no Mediterrâneo. Os custos da implementação de um monopólio completo e de um bloqueio impenetrável das rotas marítimas alternativas eram muito onerosos para o distante Portugal, quase impossível diante de potentados poderosos que aceitaram o desafio. Levando em consideração o equilíbrio entre suas ambições e seus recursos limitados, as autoridades portuguesas criaram uma espécie de sistema de proteção baseado no pagamento de salvo-condutos (cartazes) para a navegação no Oceano Índico.

No entanto, esse era um sistema propenso a abusos e corrupção por parte dos oficiais locais, longe do olhar atento da Coroa. Não se pode excluir também o uso pelo próprio monarca português com os poderes locais, fornecendo uma

---

<sup>360</sup> HO, Engseong. Empire through diasporic eyes: A view from the other boat. **Comparative Studies in Society and History**, v. 46, n. 2, pp. 210-246, 2004, p. 217.

<sup>361</sup> *Ibidem*, p. 219.

<sup>362</sup> A maioria dos autores costuma sublinhar a ineficiência e/ou falta de recursos para o empreendimento. Rothermund segue mas a primeira linha e Maloni mais a segunda. ROTHERMUND, Dietmar. **Violent Traders: Europeans in Asia in the Age of Mercantilism**. Nova Delhi: Manohar, 2014, p. 68; MALONI, Ruby. Control of the seas: the historical exegesis of the Portuguese "cartaz". Proceedings of the Indian History Congress, 2011, v. 72, n. 1, pp. 476-484, 2011, p. 481.

alavancagem para com os mesmos. O fato de que metade das cartas árabes de até 1538 demandam o cartaz ou autorização formal para algum trajeto de navegação, elencadas na tabela apresentada anteriormente, demonstram que os atores locais também buscaram obter diretamente do rei esse favor, de certo modo buscando contornar os intermediários locais do sistema. Como será tratado em detalhes Capítulo 4 desta tese, os cartazes são normalmente solicitados evocando a fórmula islâmica do salvo-conduto (*amān*), mas voltada a um tipo sem precedentes de soberania, a oceânica, e sob uma autoridade não-muçulmana.

As políticas desenvolvidas sob D. Manuel buscaram continuamente acirrar seu controle sobre o comércio com a Índia por mecanismos burocráticos e legais que restringissem seus próprios súditos no além-mar. Newitt atesta como a contabilidade das despesas e atividades se capilarizava por todas esferas possíveis: “Todos os pagamentos e todas as atividades comerciais tinham de ser reportadas diretamente a Lisboa – de pagamentos a soldados individuais até as maiores compras de pimenta da Índia.”<sup>363</sup> Ilustrativo desse processo de profissionalização e ingerência do Estado nas atividades comerciais, em vistas ao monopólio da pimenta, é o ofício de “tesoureiro da especiaria”, cujas funções de registro e contabilidade de então haviam sido definidas no decreto de 1505, que estabeleceu o monopólio da Coroa sobre o comércio de especiarias.

Uma visão recorrente é que o domínio português na importação de especiarias para Europa durou apenas algumas décadas, principalmente com a evidência clara de um retorno do comércio de especiarias pelo Mediterrâneo no último terço do século XVI.<sup>364</sup> Isso se explicaria pela preferência portuguesa pela coleta de impostos e tributos, ao contrário de um verdadeiro tino comercial. Há indícios de que, ao final desse século, Portugal supria apenas metade da demanda europeia de especiarias, mesmo antes da entrada dos competidores norte europeus. Todavia, as bases estatísticas para esse argumento não são muito sólidas e foram questionadas, demonstrando que apenas em anos que os portugueses falhavam em suprir a Europa das especiarias demandadas é que o Levante provia uma alternativa. Normalmente,

---

<sup>363</sup> “All payments and all commercial activities had to be accounted for directly to Lisbon—from the wages paid to individual soldiers to the major purchases of pepper in India.” NEWITT, Malyn. **A History of Portuguese Overseas Expansion, 1400-1668**. London: Routledge, 2005, p. 67.

<sup>364</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay & THOMAZ, Luís Filipe F. R. Evolution of empire: The Portuguese in the Indian Ocean during the sixteenth century. *Op. Cit.*, p. 308.

as exportações para o Mar Vermelho a partir das áreas produtoras de especiarias, como Malabar e Achém, destinavam-se a atender os mercados do Oriente Médio (Ásia ocidental) e Norte da África.

Outras mercadorias passam a ter um espaço a mais nas cargas de retorno da Ásia, como, acima de tudo, têxteis, ganhando um espaço cada vez maior ao fim do século XVI, além de outras mercadorias como canela e índigo.<sup>365</sup> Há também outros produtos de muito mais alto valor para o espaço de carga, como seda, algodão e joias. As Ordenações da Índia de 1520 já expressam a importância de outras mercadorias para a Coroa de Portugal, como benjoim, e para articulação do seu império ultramarino, como pela confluência obrigatória em Goa de todo lucrativo comércio de cavalos da Arábia e Pérsia.<sup>366</sup> Uma análise dos orçamentos do Estado da Índia pelo século XVI revela que em grande medida manteve-se, ao menos nas contas oficiais, um saldo positivo na balança entre ganhos e gastos, excetuando períodos de maior crise, como em meados daquele século.<sup>367</sup> Ainda que não ofereça toda a realidade orçamentária, como usos discricionários e não regulares dos recursos, ainda demonstra uma situação normalmente carente de *déficits*. Algumas regiões apresentam estruturalmente um ganho (*superávit*) maior que a receita (Ormuz, Diu, Damão, Baçaim e Chaul), enquanto outros tendem a ser de perdas (Moluccas, Sri Lanka, Goa e a costa sudoeste da Índia).<sup>368</sup> A contribuição de algum desses lugares a receita do comércio pela rota do Cabo podia compensar *déficits* orçamentários para manutenção dentro das contas do Estado da Índia. Porém, é difícil estimar como se daria tal contribuição para essa finalidade (como asseguramento dos carregamentos de pimenta pela manutenção de um forte em Cochim), visto que essas contas eram mantidas separadas pela Coroa portuguesa.

O sistema de controle aplicado pelos portugueses sobre o comércio de especiarias exigia medidas que pudessem gerar uma receita adicional por meio do

---

<sup>365</sup> *Ibidem*, p. 309.

<sup>366</sup> A versão impressa original está disponibilizada no acervo digital da Biblioteca Nacional de Portugal. Ordenações da Índia. - : s.n., depois de 8 Setembro 1520]. - [6] f.; BNP RES. 80 A. CFB9, fol. 2v; Há também uma versão do século XIX: **Ordenações da Índia do senhor Rei D. Manoel de eterna memoria**. Informação verdadeira da Aurea Chersoneso, feita pelo antigo Cosmographo Indiano, Manoel Godinho de Eredia. Cartas em Lingoagem Portuguesa. [...] D. Jeronimo Osório, Bispo de Algarve, ineditas e oferecidas ao muito alto, e poderoso Senhor D. João, príncipe regente por Antonio Lourenço Caminha, Professor de Rhetorica e Poetica. Lisboa: Imprensa Régia, p. 29-61, 1807.

<sup>367</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay & THOMAZ, Luís Filipe F. R. Evolution of empire: The Portuguese in the Indian Ocean during the sixteenth century. *Op. Cit.*, p. 316.

<sup>368</sup> *Ibidem*, p. 317.

aluguel de salvo-condutos que funcionam efetivamente como uma forma de extorsão, já explanado anteriormente. O conflito pelas especiarias no Oriente era normalmente travado com adversários locais que podiam acossar ou tomar posições portuguesas, mas não tinham poder suficientemente coordenado e amplo para eliminar os domínios dos portugueses no Índico como um todo. Os otomanos, também envolvidos em muitos conflitos no Mediterrâneo e além, só passariam a desafiar a diretamente hegemonia portuguesa no Mar Árabe duas décadas depois, a partir da conquista de Áden em 1538. Ao menos 46 naus de guerra em 1523, sem contar embarcações auxiliares como fustas, patrulhando as águas do Índico e compelindo o cumprimento do sistema de cartazes.<sup>369</sup> Diu foi essencial para implantação do sistema de cartazes na baía de Cambaia.

Os muçulmanos do Malabar eram os mais hostilizados, tratados como piratas e contrabandistas, mesmo quando meros mercadores.<sup>370</sup> Alguns de fato poderiam ser embarcações do Kunjali do Samorim, outros piratas propriamente, mas a diferença era pouco fundamental do ponto de vista português. A animosidade simultaneamente religiosa e econômica condicionava as políticas da Coroa de Portugal em seus planos de dominação na Ásia. A estratégia portuguesa começou a ser formalizadas em 1505 com o Regimento das Índias, pelo qual se estabelecia o vice-reinado luso-indiano. Esse projeto imperial português não deixava de ter seus conflitos internos, bem simbolizados na rivalidade do primeiro vice-rei da Índia portuguesa (1503-09), Dom Francisco Almeida, com o segundo governador da Índia portuguesa, Afonso Albuquerque (1509-15).<sup>371</sup> Essas figuras personificavam as duas abordagens distintas que guiavam a expansão de Portugal no Oceano Índico no primeiro quartel do século XVI. A linha de Almeida era mais voltada ao comércio, focada na costa do Malabar e as regiões em torno, particularmente devido à pimenta (um monopólio real). Essa perspectiva tinha como principal preocupação a exportação de especiarias para Europa via Cabo da Boa Esperança, deixando o resto dos mares para atividades corsárias portuguesas. Tratava-se de um imperialismo sobretudo comercial, cujos defensores tinham forte presença no conselho real.

---

<sup>369</sup> PEARSON, M. N. *Cafilas and Cartazes. Proceedings of the Indian History Congress.* Indian History Congress, v. 30, p. 200-207, 1968, p. 202.

<sup>370</sup> *Ibidem*, p. 204.

<sup>371</sup> TELES E CUNHA, João. *The Portuguese Presence in the Persian Gulf.* In: PORTER, Lawrence G. (ed). *The Persian Gulf in History.* Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009, p. 208.

A vertente que seguia os desígnios particulares do rei Dom Manuel, encabeçada na Ásia por Afonso Albuquerque, era de um imperialismo mais político que de cerne principalmente econômico. O objetivo final do Rei era (re)capturar Jerusalém do domínio muçulmano, aliar-se ao Reino cristão da Etiópia (supostamente encabeçado pela figura mítica de Preste João) e se coroar como imperador de toda cristandade. Assim, uma tática central foi enfraquecer o sultanato mameluco do Egito através de um bloqueio comercial de sua principal rota de acesso ao Oceano Índico: o Mar Vermelho.<sup>372</sup>

Todavia, as incoerentes materializações desse ideal de “cruzada” contra o “infiel” muçulmano demonstram o condicionamento de tais ações a diversos fatores (internos e externos) e interesses (políticos, religiosos, etc) dentro das forças políticas e econômicas portuguesas. Indicam, por fim, outras funções de caráter legitimador que podem ter exercido de diversas maneiras uma postura cristã fiel contra o inimigo muçulmano diante de seus correligionários (leigos e eclesiásticos) e das convenções institucionais, especialmente as estabelecidas pela Santa Sé. Como nota Resende, o discurso cruzadístico manuelino atrelava-se a um projeto de consolidação política de Portugal perante a Cristandade europeia, no qual o discurso anti-muçulmano ocupava um papel importante na afirmação do poder real e projetava a retórica da Reconquista ibérica a um contexto de escala planetária. Significativo de como esse projeto de cruzada tinha uma dimensão mais estratégica que ‘puramente’ ideológica, é o modo como o maior implementador de planos manuelinos de cruzada no Oriente, Afonso Albuquerque, não menciona recaptura da “Terra Santa” em suas correspondências com o rei Dom Manuel, mesmo quando aspirava abertamente pela “destruyçam da casa de meqa.”<sup>373</sup>

Embora essa atitude tivesse um caráter indubitavelmente religioso, também estava fortemente integrada aos interesses econômicos dos portugueses, cujas políticas de dominação comercial entre Oriente e Ocidente visava nitidamente contornar os territórios dos potentados muçulmanos no Oriente Médio e Norte da

---

<sup>372</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. **The Portuguese Empire in Asia: A Political and Economic History, 1500–1700.** Hoboken: Wiley-Blackwell, 2012, p. 69.

<sup>373</sup> Carta de Afonso de Albuquerque ao Rei Dom Manuel I em que dá conta de como mandou liberar Chaul, onde estava cativo o embaixador de Preste João, e da recepção do mesmo em Goa, 1512, Dezembro 16 (Torre do Tombo, Gaveta 15, maço 19, n.º 23). CARTA CIV. In: BULHÃO PATO, Raymundo Antonio de (ed.). **Cartas de Affonso de Albuquerque**, seguidas de documentos que as elucidam. vol. 1. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1884, p. 384.

África. Mais ainda, a estratégia portuguesa tinha por objetivo irromper nessas rotas de comércio, desviando as vias de transporte de especiarias entre o Oceano Índico e o Mediterrâneo (e, por conseguinte, a Europa) e barrando o tráfego marítimo de mercadorias para o Oriente Médio, como evidencia o bloqueio da frota naval no Mar Vermelho. Desse modo, os portugueses buscavam também atingir ambições simultaneamente materiais (enriquecimento através das especiarias) e imateriais (redenção espiritual na luta contra o infiel e expansão/unificação da fé) através de medidas tanto militares quanto econômicas.

Os domínios (e as zonas de influência) de Portugal no Oriente eram um ‘amontoado’ de espaços descontínuos, ligados por mecanismos políticos e administrativos, manifestos na concepção de “Estado da Índia”, expressão que designava “o conjunto dos territórios, estabelecimentos, bens, pessoas e interesses administrativos, geridos ou tutelados pela Coroa portuguesa no Oceano Índico e mares adjacentes ou nos territórios ribeirinhos.”<sup>374</sup> Para manter esse sistema reticular articulado sob sua primazia, Portugal precisou estacionar permanentemente uma armada no Índico a partir de 1502 e, no ano seguinte, erguer uma fortaleza em Cochim (na costa do Malabar) como base naval portuguesa e apoio ao rei local contra inimigos comuns. A dominação e atividade comercial portuguesa eram reguladas pelas ordenações da Coroa por todo um arcabouço estratégico para navegação transoceânica e para o monopólio da pimenta,<sup>375</sup> balizados de um extremo do império português pelo Estado da Índia, numa ponta, e Casa da Índia, fundada em 1503, na outra.<sup>376</sup> As feitorias portuguesas estabelecidas no período manuelino estavam circunscritas ao processo de usufruto das vias de comércio pré-estabelecidas,<sup>377</sup> mais do que gerar localmente uma nova economia de produção de mercadorias para exportação. Em particular, a comercialização de pimenta oferecia alto valor de troca pela quantidade que podia ser transportada em navios cargueiros. As amplas somas

<sup>374</sup> THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis. **De Ceuta a Timor**. *Op. Cit.*, p. 207.

<sup>375</sup> PHILLIPS, Carla Rahn. The growth and composition of trade in the Iberian empires, 1450-1750. *Op. Cit.*, p. 50.

<sup>376</sup> YUN-CASALILLA, Bartolomé. **Iberian world empires and the globalization of Europe, 1415–1668**. Singapore: Palgrave Macmillan, 2019, p.69.

<sup>377</sup> Ao invés de criar suas próprias economias exportadoras no Oriente, os portugueses inicialmente buscavam mais os centros dos fluxos de comércio mais vantajosos para extrair renda, os quais identificavam rapidamente como se percebe na descrição de Tomé Pires das fontes de riqueza da cidade de Ormuz: “Vem as mercadarias a causa do qual elRei dormuz he grandemente Ryci direytos eu as mercadarias pagam a cidade dormuz he amtiga ssy em aramas rum em há to e he nestas partidas abida em muita estima”. PIRES, Tomé. **Soma horientall que trata do mar roxo ate os chims**, [1535-1536?]. - F. 41 v.-98 v., enc.; 22 cm, BNP, cota cod-299-2. fol. 50.

possíveis de serem obtidas através dessa estratégia era o suficiente para concentrar os interesses financeiros do empreendimento português no Oriente.<sup>378</sup>

Smith vê no modelo de expansão português uma emulação dos bem-sucedidos métodos venezianos de monopólio das especiarias e comboios armados de comércio no Mediterrâneo, onde se verifica um papel forte e integral do Estado tanto na articulação das relações comerciais, quanto nas garantias oferecidas aos mercadores<sup>379</sup>. Um exemplo de como Portugal aplicava o uso de sua força naval para prover-se de condições favoráveis à sua própria atividade comercial está na carta escrita em 1513 para o rei Dom Manuel I pelo governador das Índias<sup>380</sup>, Afonso de Albuquerque, em que recomenda o despacho de mercadorias à Índia em proveito do bloqueio do estreito da entrada do Mar Vermelho (Bab el-Mandeb) que ele mesmo executava:

Senhor. – A vós convem fornecer a ymdia de mercaderias daquy avamte, porque a boca do estreito prazendo o nosso senhor, carrada está, porque a destroçam que fizemos em nãos lá demtro, e ser lugar muy estreito e serem elles [os árabes] certificados que nom avemos nós de leixar aquela empresa, pois que, louvado seja nosso senhor, todallas outras cousas estão asentadas e asesegadas nam ham dousar de yr abocar lugar tam estreito [sic] [...] <sup>381</sup>

Esse tipo de estratégia intencionava a coerção dos habitantes da região pelo temor, o que obviamente era sentido nas regiões costeiras. O domínio regional através das feitorias estava ligado a essa tática de submissão, mas que também de

---

<sup>378</sup> Na era manuelina, a dimensão desse comércio foi tamanha que chegou a aumentar pela metade as rendas da Coroa e até conferiu a Dom Manuel a alcunha de “Rei da Pimenta”. Nessa época, os portugueses chegavam a gastar com pimenta metade dos recursos que enviavam para o Oriente e a outra metade com guerra e fortificações litorâneas, em grande medida para garantir o fluxo do mesmo. ROTHERMUND, Dietmar. **Violent Traders**. *Op. Cit.*, p. 68.

<sup>379</sup> SMITH, Stefan Halikowski. **Portugal and the European spice trade, 1480-1580**. Tese de Doutorado (Phd thesis). European University Institute, Fiesole, 2001. p. 33. Rothermund também entende o monopólio real português da pimenta como uma continuação das práticas de Veneza e que simultaneamente disputava com a mesma através do bloqueio das rotas marítimas no Mar Vermelho: “The Portuguese pepper trade was operated as a royal monopoly. Contracts were made with Indian local rulers for the supply of pepper at a low price while the pepper was sold in Europe at a high price. In fixing the European price the Portuguese king followed the Venetian precedent. At the same time he would see to it that the Venetian price remained high by blockading the Red Sea. This blockade was never fully effective but this was also not necessary because it served its purpose as long as it made pepper scarce and expensive in the Mediterranean”. ROTHERMUND, Dietmar. **Violent Traders**. *Op. Cit.*, p. 68.

<sup>380</sup> “Carta de Afonso de Albuquerque pedindo ao rei que mandasse prover a Índia de mercadorias, 1513, Dezembro 01, Cananor” (Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte I, maço 14, n.º 2). CARTA XXXII. In: BULHÃO PATO, Raymundo Antonio de (ed.). **Cartas de Affonso de Albuquerque**. *Op. Cit.*, pp. 167-171.

<sup>381</sup> *Ibidem*, p.167.

uma barganha de paz e violência, pela qual não somente a ordem era mantida, mas alimentava uma economia de extorsão e corso. Seria esperado que muitas vezes não funcionasse de maneira ordeira, dentro dos próprios critérios da talassocracia portuguesa, e o acúmulo resultante desse caos poderia gerar efeitos colaterais suficientemente danosos para o Estado da Índia. Boxer calcula que no começo do século XVI, os carregamentos trazidos pela rota do Cabo da Boa Esperança somavam até 50 mil quintais, dos quais de 10 a 45 mil advinham só de pimenta.<sup>382</sup> Manter em conta essas lucrativas circulações e usufruir ao máximo delas era uma preocupação central para Coroa. Segundo Braudel, é “no âmbito da economia de mercado que se constituem, ao mesmo tempo, certo capitalismo e certa modernidade do Estado.”<sup>383</sup> O monopólio comercial de uma mercadoria, como a pimenta, é percebido como um instrumento recorrente para o enriquecimento do Estado dentro dessa relação a essa dinâmica de capitalismo e modernidade. O caso português é emblemático, também, por ser pioneiro em escala praticamente global da época.<sup>384</sup> Todavia, a lógica do Estado é de certa maneira a contramão da “sabedoria burguesa” em relação ao balanço de despesas: as despesas se antecipam aos ganhos, sendo estes são procurados para cobrir aquelas.<sup>385</sup>

Assim, os documentos supramencionados (todos produzidos pela burocracia estatal ou em resposta à mesma) se inserem numa estratégia que objetivava esse acerto de contas através da tentativa de uma onipresença do Estado português nas relações de comércio em suas zonas de influência. Embora ineficiente em controlar efetivamente todas as interações comerciais, a inserção da Coroa portuguesa foi de tal modo marcante para a economia da região do Golfo Pérsico e Mar Árábico, que mesmo sobre as atividades “ilegais”, Teles e Cunha a caracterizam como assaz oficial e muito dependente do papel ubíquo das autoridades no mercado.<sup>386</sup> Em compensação, uma vantagem da capilarização estatal nessa economia eram as garantias que poderiam ser oferecidas aos comerciantes diante das imprevisibilidades das operações de longa distância.

---

<sup>382</sup> A média nesse período era uma cifra de 20 a 30 mil quintais em pimenta por carregamento. BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português: 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 2015, p.71.

<sup>383</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII, vol. 2: Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 463.

<sup>384</sup> SMITH, Stefan Halikowski. **Portugal and the European spice trade, 1480-1580**. *Op. Cit.*, p. 423.

<sup>385</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**. *Op. Cit.*, p. 463.

<sup>386</sup> TELES E CUNHA, João. *The Portuguese Presence in the Persian Gulf*. *Op. Cit.*, p. 225.

No cenário que se apresentava no Oceano Índico, os exploradores portugueses imbricavam aspectos cavalheirescos aos mercantis e vice-versa: os mouros eram o inimigo tradicional do cavaleiro e as especiarias traziam um potencial de enorme enriquecimento para o comerciante. As restrições das políticas imperiais da Coroa e o contexto ultramarino limitavam o exercício dessas atividades e as transformavam. A parca presença numérica numa vasta extensão de territórios costeiros pelo Oceano Índico e a natureza marítima do empreendimento impossibilitavam qualquer repetição de uma “Reconquista” no além-mar. Já a prática mercantil era restrita pelo monopólio real da Coroa de Portugal, instituído em 1506, e reiterado nas Ordenações da Índia de 1520, mais detalhadamente. Tanto o reino, em seu âmbito europeu, quanto o “Mundo do Oceano Índico”, não eram de forma alguma estáticos, passando por profundas transformações resultantes do contato um com o outro e de dinâmicas próprias e mais continentais.

No Índico, os portugueses se depararam não somente com uma miríade de comunidades muçulmanas autônomas pelas costas da África Oriental ao Sudeste asiático, como por uma rede integrada através de laços religiosos e culturais hegemonicamente islâmicos.<sup>387</sup> Como frequentemente no mundo das trocas anterior, a existência de mecanismos de controle internacionais ou supranacionais, o comércio precisava normalmente de um lastro comunal, amiúde étnico e/ou religioso, para garantir alguma confiança recíproca de modo que trocas à longa distância pudessem ser realizadas com expectativas concretas e alguma segurança sobre as contingências. O papel das entidades políticas locais na regulamentação do comércio era condicionado, assim, às práticas e normas transregionais que informavam os mercadores de uma orla a outra. Todavia, esse cenário mais “horizontal” passaria por mudanças profundas no decorrer do século XVI, com a crescente asserção de forças imperiais ultramarinas e continentais.

Particularmente, o império ultramarino português foi um desafio ao modo de vida dessas cidades, cujo fator constitutivo de sua existência era um cosmopolitismo marcado por diversidade étnica e religiosa. As culturas que ali se encontravam tinham origem nas diversas nas esferas sociais, de artesãos a letrados, e no espaço de circulação do além-mar às regiões continentais interioranas. A confluência nem

---

<sup>387</sup> THOMAZ, Luís Filipe F. R. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel. 1994, p. 2.

sempre era harmônica, como é de se esperar, mas as necessidades econômicas acabam por demandar coexistência. Esses empórios comerciais também ocupavam um nicho particular nas redes comerciais e rotas de navios pelo Oceano Índico. Cada cidade mercantil do Oceano Índico forneceu base para esclarecer as condições concretas nas quais pode ser criado e exercido o Império de Portugal, que “herdou” desses locais um passado com o qual se engajava, adaptava seus meios e que revela os sucessos e falhas desses empreendimentos de conquista.<sup>388</sup>

A princípio, um pequeno reino tão distante quanto Portugal, com uma população exígua e recursos comparativamente limitados, parecia ter poucas chances de impor-se em tão vasta e populosa região, muito menos ali estabelecer um império. Esse empreendimento contava, no entanto, com um trunfo: a tecnologia naval de artilharia. Num oceano que até então desconhecia o uso militar da pólvora, os portugueses, em suas naus armadas com canhões, podiam sobrepujar embarcações inimigas mais numerosas e forçar cidades portuárias a submissão.<sup>389</sup> O sucesso fulgurante da maioria das primeiras incursões ocasionou num duplo dilema: a posse de territórios de maioria muçulmana e a contraofensiva de armadas mais bem equipadas, como inicialmente a mameluca. Dentro e fora de territórios conquistados, os portugueses buscaram impedir o comércio e a circulação de muçulmanos.

Todavia, a dimensão numérica das populações muçulmanas impossibilitava que tal prática fosse levada a fundo de modo consistente. Ao contrário, logo o ‘guerreiro da fé cristã’ teve que adaptar-se também às incumbências do ofício mercantil. O próprio curso contra o “infiel” muçulmano precisava ser balizado dentro dos ditames da Coroa, para que navios carregados de especiarias não se aventurassem nessa prática. Parece que já nas Ordenações da Índia de 1520, o espírito de cruzada arrefecia até no rei Dom Manuel I, em seus últimos anos de vida, que exigia, por exemplo, aos capitães desses cargueiros que “nom façam presa, nem tomadias em algu[m]as náos, posto que se possa dizer, que sam mouros.”<sup>390</sup> Na trindade dos termos referidos para caracterizar a formação do império português no

---

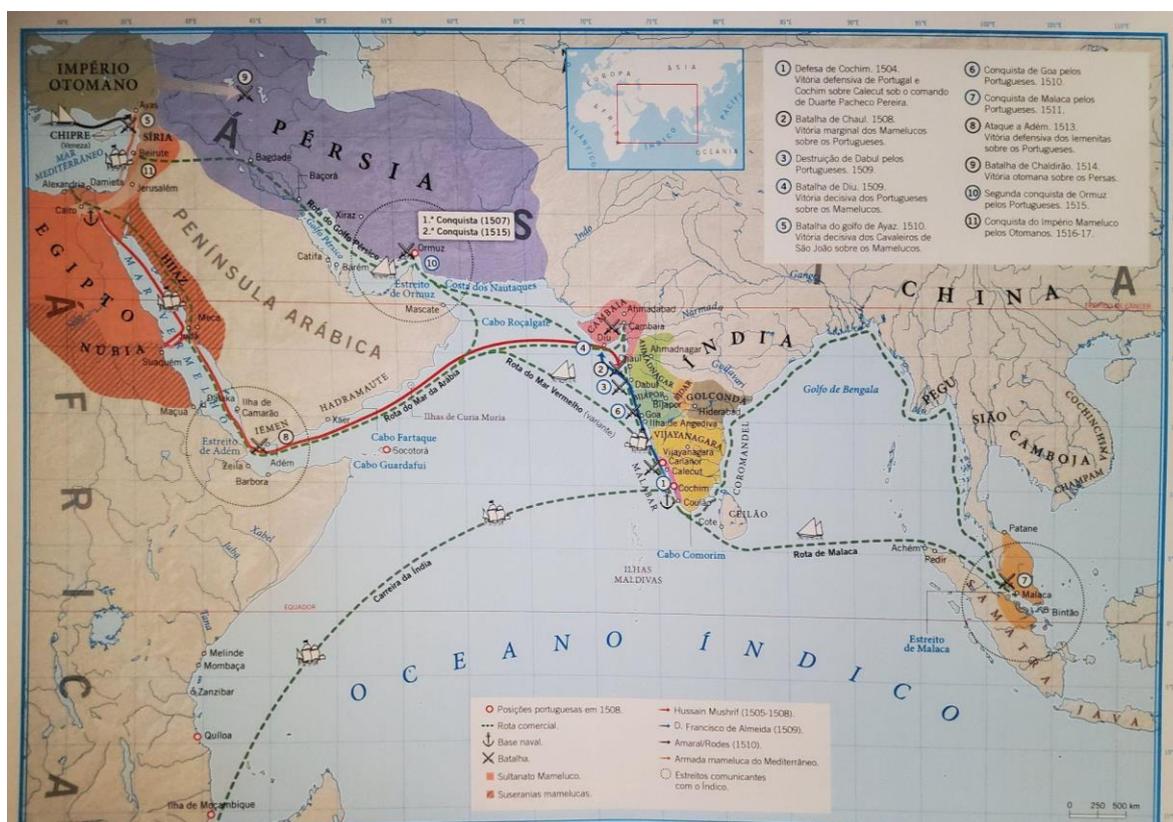
<sup>388</sup> *Ibidem*, p. 288.

<sup>389</sup> YUN-CASALILLA, Bartolomé. **Iberian world empires and the globalization of Europe**. *Op. Cit.*, p.68.

<sup>390</sup> Ordenações da Índia. CAMINHA, António Lourenço (ed.). Lisboa: Imprensa Regia, 1807, p. 41.

período manuelino a partir dos títulos que o rei de Portugal assume para si, talvez seja o senhorio do comércio o mais duradouro para o Estado da Índia.

### Capítulo 3: A pungência dos francos sobre o mar: a talassocracia portuguesa nas crônicas árabes



Mapa 5- Mapa das primeiras campanhas navais portuguesas no Índico. COUTO, Jorge (dir.). Atlas de história de Portugal: uma perspectiva geopolítica. Lisboa: Sociedade Francisco Manuel dos Santos, 2021, p. 131.

A intensificação das conexões marítimas durante a chamada "Era da Exploração" liderou desenvolvimentos na historiografia cosmopolita muçulmana no Oceano Índico e além. Ao lado de uma escrita historiográfica persa desenvolvida do século XIV em diante, uma historiografia árabe transoceânica emerge ao redor do Mar Arábico do século XVI, como Christopher D. Bahl analisou pormenorizadamente.<sup>391</sup> Um cosmopolitismo integrado ao Islã cruzava o Oceano Índico do Hejaz até o Guzerate, do Iêmen à Costa Suaíli, do Malabar ao Golfo Pérsico tendo no árabe um idioma indispensável à religião, mas, também, uma língua franca nas interações transregionais, uma escrita de prestígio e uma marca erudição entre

<sup>391</sup> Cf. BAH, Christopher D. Transoceanic Arabic historiography: sharing the past of the sixteenth-century western Indian Ocean. *Journal of Global History*, Cambridge University Press, v. 15, n. 2, 15: 2, pp. 203–223, Junho, 2020.

diversos grupos, crucial também para escrita da história e uma memória coletiva compartilhada. Essas narrativas históricas forjavam uma percepção de passado compartilhado entre comunidades, lugares e tradições culturais em um espaço transoceânico interconectado.

No cenário geopolítico do século XVI, marcado pela efervescência de transformações significativas, o Decão destacou-se pela forma singular com que seus sultões patrocinavam estudiosos itinerantes, engajados em projetos de historiografia árabe com dimensões transoceânicas.<sup>392</sup> Esse mecenato real refletia as nuances do contexto político mais amplo do Oceano Índico na época moderna, particularmente a chegada dos portugueses, cujas ambições comerciais e expansionistas se entrelaçavam com a política otomana. Esse complexo xadrez geopolítico era alimentado por aspirações universais, estratégias militares e alianças temporárias que transcendiam fronteiras e impérios, como evidenciado nas interações entre o império mameluco e o reino de Bijapur.<sup>393</sup>

Concomitantemente, o século XVI testemunhou no Oceano Índico ocidental uma extraordinária confluência de fatores que catalisaram o florescimento dessa historiografia árabe transoceânica. Essa erudição, que se estendia do Guzerate ao Decão e Malabar, era impulsionada por acadêmicos nômades, cujos trabalhos refletiam e integravam as experiências coletivas de comunidades arabófonas dispersas. Estas narrativas, enraizadas na escrita e na leitura, não apenas solidificaram uma zona cultural distinta, mas também ofereceram caminhos empíricos para sondar os contornos da integração cultural transregional.<sup>394</sup> Aprofundando-se na metanarrativa, a historiografia árabe transoceânica emerge como um prisma único através do qual se podem investigar os processos e performances do diálogo cultural – a multacentralidade de um mundo onde as esferas de influência árabe e persa coexistiam e se entrelaçavam. Essa tapeçaria cultural, tecida a partir de manuscritos e textos históricos, não só destaca a complexidade do mundo do Oceano Índico, mas, também, ressalta a historiografia árabe como uma manifestação quintessencial da integração cultural transregional neste contexto.

---

<sup>392</sup> *Ibidem*, p. 218.

<sup>393</sup> *Ibidem*, p. 221.

<sup>394</sup> *Ibidem*, pp. 222-223.

As obras historiográficas árabes do século XVI receberam pouca atenção nos estudos acadêmicos comparado às histórias e crônicas do período clássico do Islã durante a dinastia abássida ou em Al-Andalus, como também em relação às fontes portuguesas referentes ao mesmo período, como apontado por Alam e Subrahmanyam.<sup>395</sup> Esta pesquisa argumenta que a visão sobre o passado, produzida nesse contexto de integração do Índico a uma interligação global, foi condicionada pela interação desses dois elementos, o árabe e o português, e suas respectivas tradições. A escrita da história não se transformou somente nas crônicas europeias, mas também na tradição de *tārīḥ* perso-árabe. Entre os elementos que essas histórias lidavam eram os próprios europeus.<sup>396</sup>

A palavra árabe para história ou crônica, no singular *tārīḥ* e no plural *tawārīḥ*, refere-se a um termo técnico utilizado de modo geral para designar uma data, como também a uma obra historiográfica ao menos de desde o início do século nono.<sup>397</sup> Por esse laço semântico com a datação, o termo indica na historiografia árabe, via de regra, um trabalho cronológico, uma crônica no sentido de trabalho organizado por datas.<sup>398</sup> Esse estilo emerge das narrativas de conquistas sob a liderança do profeta Muḥammad (*maḡāzī*, lit. 'expedições') adaptados a uma abordagem mais secular para relatar a expansão das dinastias governantes, estabelecendo um registro preciso para os triunfos e aquisições de novos territórios.<sup>399</sup>

O outro termo comumente utilizado para escrita sobre o passado é *aḥbār*, plural de *ḥabr* (notícia, informação, relato) e indica a narrativa de eventos particulares e/ou anedotas. Não implica necessariamente em uma fixação temporal, nem precisa ser conectada organicamente a uma série de eventos.<sup>400</sup> Refere-se a todo tipo de acontecimento relevante, seja religioso ou secular. A raiz dessa palavra em sua forma verbal é utilizada de modo protocolar para toda tradição referente aos ditos e feitos do profeta Muḥammad, transmitidos por uma cadeia de informantes (*isnad*): as

<sup>395</sup> ALAM, Muzaffar & SUBRAHMANYAM, Sanjay. A View from Mecca: Notes on Gujarat, the Red Sea, and the Ottomans, 1517–39/923–946 H. **Modern Asian Studies**, v. 51, n. 2, pp. 268-318, 2017. p. 315

<sup>396</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Europe's India: Words, People, Empires, 1500-1800**. Cambridge: Harvard University Press, 2017, p. 80.

<sup>397</sup> ROSENTHAL, Franz. **A History of Muslim Historiography**. *Op. Cit.*, pp. 11-12.

<sup>398</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>399</sup> KHALIDI, Tarif. **Arabic historical thought in the classical period**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. p. 65

<sup>400</sup> ROSENTHAL, Franz. **A History of Muslim Historiography**. *Op. Cit.*, p. 11.

narrativas dos ditos e feitos proéticos (sig. *hadīṭ*, pl. *ahādīṭ*). Grosso modo, ambos os termos (de praxe *tārīḥ*, no singular, e *aḥbār*, no plural) servem invariavelmente para designar um escrito de história, amiúde nos títulos dessas obras. A *isnad* ('cadeia de transmissão') era de início um mecanismo de verificação dessas informações pela linhagem e piedade de quem transmitia as tradições (ditos e feitos) do profeta, mas com a emergência de uma classe de estudiosos serviu, também, de base metodológica para entrelaçar uma rede de relações acadêmicas provavelmente originada de polêmicas iniciais.<sup>401</sup> Se depreende dessa relação com determinadas correntes de saber religioso como a fiabilidade da transmissão se torna uma questão mais relevante que a veracidade absoluta, fundamental na 'ciência da tradição profética' (*hadīṭ*), bem como na historiografia árabe em alguma medida.<sup>402</sup>

A biografia do profeta Muḥammad, ou *sīra*, tornou-se a fundação na qual os materiais para a edificação do Islã foram extraídos.<sup>403</sup> A transmissão dos detalhes de sua vida dependia de indivíduos, e a credibilidade dessas transmissões estava ligada aos detalhes de suas próprias vidas. Grande parte do debate dogmático no Islã aconteceu em nome de personalidades e seus respectivos méritos ou deméritos. Desse modo, a biografia se tornou essencial para os teólogos, proporcionando aos historiadores uma valiosa oportunidade de contribuição na organização social islâmica. O envolvimento dos historiadores com figuras influentes também os levou à biografia. Califas, governantes, oficiais e a população educada buscavam modelos de comportamento ético nas vidas dos grandes homens do passado. Escrever suas biografias atendia às demandas desse público. Adicionalmente, havia a crença compartilhada entre os muçulmanos de que toda política era obra de indivíduos, interpretável através de suas qualidades e experiências pessoais. Na perspectiva de muitos muçulmanos, a história se tornou quase sinônimo de biografia. Sob a influência da teologia, até mesmo a história de diferentes campos do saber foi percebida como uma coleção de biografias de estudiosos renomados.

O formato de biografia que compila várias vidas notáveis de um século foi introduzido por Ibn Ḥajar al-'Asqalānī no século IX da Hégira com a obra *Durar al-*

<sup>401</sup> KHALIDI, Tarif. **Arabic historical thought in the classical period**. *Op. Cit.*, p. 23.

<sup>402</sup> AL-AZMEH, Aziz. Histoire et narration dans l'historiographie arabe. **Annales**. Histoire, Sciences Sociales, 41e Année, n. 2, pp. 411-431, mars-avril, 1986. p. 413.

<sup>403</sup> ROSENTHAL, Franz. **A History of Muslim Historiography**. *Op. Cit.*, p. 101.

*Kāmina* (“Pérolas Escondidas”), abordando figuras eminentes do século VIII da Hégira.<sup>404</sup> O gênero biográfico se distingue na organização em duas formas que são: a *ṭabaqāt* (lit. ‘níveis’ ou ‘classes’), com abordagem cronológica, e o dicionário biográfico, que segue uma ordem alfabética. Conhecimento íntimo dos estudiosos ortodoxos e dos *aḥādīṭ* tornou-se essencial, enfatizando a importância da literatura biográfica.<sup>405</sup> A *isnad* estava se tornando uma ciência dominada por uma elite, com convenções literárias distintas emergindo na prática. A rigidez foi criticada, e um critério de possibilidade racional foi proposto para a aceitação dos relatos, além da transmissão oral direta. O *ḥadīṭ* foi estruturado de forma clara, com ênfase na sua utilidade prática.

O papel da história escrita, como outras narrativas do passado, é sempre multifacetado. Não podia ser diferente nas culturas moldadas por uma religião que também herdava as tradições clássicas greco-romanas, abraâmicas e iranianas, que desenvolveu sua leitura peculiar sobre os acontecimentos relevantes e as implicações que tais teriam para a vida individual e coletiva. A própria organização da sociedade no Islã foi concebida como uma série de preceitos derivados de exemplos passados funcionalmente normativos.<sup>406</sup> Documentos tanto burocráticos quanto literários ou advindos da oralidade não eram alheios à escrita da história, ainda que a questão da autenticidade fosse invariavelmente apontada. Entender a reprodução de documentos externos (decretos, epígrafes, cartas, poesias, entre outros) na narrativa histórica como mero enxerto anedótico é enganoso: a função de um registro ou poema não era superficial ou dispensável. Sua função era de testemunha dos eventos, como causa e feito.

A produção de uma história da origem da comunidade islâmica a diferencia da maior parte das expressões baseadas na tradição judaico-cristã.<sup>407</sup> A formulação da história ou duma historiografia propriamente implica um grau de confiança social e política. Elementos da tradição histórica judaico-cristão foram incorporados ao repertório islâmico. As seções históricas do Alcorão são amplamente dedicadas às

---

<sup>404</sup> HO, Engsen. **The graves of Tarim: genealogy and mobility across the Indian Ocean.** Berkeley: University of California Press, 2006, p. 119.

<sup>405</sup> KHALIDI, Tarif. **Arabic historical thought in the classical period.** *Op. Cit.*, p. 43.

<sup>406</sup> WANSBROUGH, John E. **The sectarian milieu: Content and composition of Islamic salvation history.** Oxford: Oxford University Press, 1978, p. 36.

<sup>407</sup> *Ibidem*, pp. 39-4.

histórias dos profetas, tanto bíblicos quanto não bíblicos. Essas histórias são essencialmente recontadas para se encaixarem em um padrão que compreende uma missão profética, com o convite para se submeter ao único Deus, a rejeição dessa missão pelos orgulhosos, e o desastre subsequente que acontece à comunidade (*umma*) de cada profeta.<sup>408</sup> O triunfo do califado islâmico sobre vastos domínios imperiais acabou por influenciar um viés teleológico (orientado por um propósito) na escrita árabe da histórica, particularmente nas crônicas que traçam a jornada expansiva da Arábia à Espanha e Ásia Central.<sup>409</sup> Tais narrativas frequentemente insinuam um favor divino, retratando as conquistas históricas não apenas como vitórias estratégicas, mas também como endossos espirituais. As vicissitudes dos regimes islâmicos e da expansão islã além desses territórios imperiais contíguos, traria novas questões para historiografia muçulmana que, todavia, não deixaria de sentir o peso dessa tradição narrativa constituída em tempos mais gloriosos sobre o passado, ao menos para vertente sunita do Islã.

Tarif Khalidi apresenta três arquétipos para historiografia árabe após o período formativo clássico: *adab*, *hikma* e *siyasa*.<sup>410</sup> A história como *adab* ('cultura letrada' ou 'literatura', no uso mais atual) significava que a narrativa de eventos era traduzível em padrões e tendências que podiam se observar e delas extrair linhas guias para a conduta política e a ética. Já a história como *hikma* ('sabedoria') indicava uma atenção mais rigorosa para acepção de relatos, tendo a racionalidade como critério para separar fato e lenda. Por fim, a história como *siyasa* ('política') atrelava-se mais ao exercício da autoridade na forma de registros com uma função administrativa, ou seja, a "história como uma crônica imperial, autoritativa compreensiva e designada primariamente para o uso administrativo."<sup>411</sup> Essa última definição é particularmente relevante no século XVI, para histórias árabes das franjas do ecúmeno islâmico no Mar Árabe, por se tratar de espaços marginais às grandes formações políticas e aos impérios de suas épocas, narrando mais a saga de dinastias locais, frequentemente durante seu ocaso ou logo após o mesmo (crônicas das dinastias muzafárida do Guzerate e da tahrída do lêmén); de cidades importantes, mas não verdadeiras cortes

---

<sup>408</sup> KHALIDI, Tarif. **Arabic historical thought in the classical period**. *Op. Cit.*, pp. 68-69.

<sup>409</sup> AL-AZMEH, Aziz. **Times of History: Universal Topics in Islamic Historiography**. Budapest/New York: Central European University Press, 2007, p. 74.

<sup>410</sup> KHALIDI, Tarif. **Arabic historical thought in the classical period**. *Op. Cit.*, pp. 232-233.

<sup>411</sup> *Ibidem*, p. 233.

e capitais (como as crônicas de Áden e Xaer); ou, de regiões que sequer possuíam uma autoridade governamental muçulmana, embora tal quiçá fosse desejável (Malabar). Desse modo, pode-se dizer que as histórias árabes aqui analisadas representam um amálgama particularmente dos três modelos, principalmente num aspecto de *hikma* (no sentido de ‘saber’) frente a uma *siyasa* (significando mais ‘exercício da autoridade’) deficiente ou ausente.

O Oceano Índico às vésperas da chegada dos portugueses é descrito amiúde como um “lago muçulmano”, pontilhado por comunidades e redes muçulmanas, tanto de caráter mercantil quanto sociorreligioso. O árabe era provavelmente a mais difundida “língua franca”, dentro de uma multitude de outros idiomas, como o persa, tamil, suaíli, etc. O Islã havia se expandido para além do Oriente Próximo e Norte da Índia, para regiões costeiras da África até o Sudeste Asiático, sobretudo através das rotas marítimas mercantis. A crescente interconexão desses espaços simultaneamente era fruto e fortalecia mutuamente o senso de ‘comunidade islâmica’ (*umma*) entre as várias populações muçulmanas, principalmente entre os setores mais privilegiados (nobres, mercadores, eruditos, etc). Nesse contexto, a hostilidade portuguesa aos “mouros” e sua “seita de Maomé” foi uma força disruptiva, um desafio que confrontou e dialogou com os processos transregionais de interconexão comercial e comunitária que fomentou nesse mesmo momento uma narrativa comum e incentivou a produção historiográfica em árabe pelo chamado Mundo do Oceano Índico (em inglês, *Indian Ocean World*).

Através do século X da Hégira (entre 1495-1591), as conexões marítimas mais intensas no Oceano Índico propiciaram um ambiente para escrita de histórias cosmopolitas que refletissem essa realidade. Fruto dessa maior interligação transregional, a mais abundante difusão da erudição árabe fornecia aos letrados muçulmanos, em distintas regiões do Índico, os instrumentos necessários para disseminação de uma escrita interconectada de histórias ou crônicas em idioma árabe. Na terminologia já referida de Bahl, identifica nesse período o surgimento de uma “historiografia árabe transoceânica”, que compartilhava elementos de trabalhos cronísticos e biográficos presentes no Mediterrâneo oriental e Mar Vermelho, dali até o subcontinente indiano e adiante.<sup>412</sup> Dialogava particularmente com as historiografias

---

<sup>412</sup> BAHL, Christopher D. Transoceanic Arabic historiography. *Op. Cit.*, p. 204.

dos grandes impérios do período, escritas majoritariamente em turco otomano e persa. Esses trabalhos historiográficos refletem as histórias de comunidades e eventos no Oceano Índico Ocidental, assim integrando a região numa historiografia árabe transoceânica. Textos difundidos pelos distintos lados desse oceano refletiam uma consciência histórica e memória compartilhada que interligavam sociedades muçulmanas por amplas distâncias, num processo no qual “comunidades móveis e redes letradas tornaram-se cruciais para estudar as dinâmicas sociais e culturais de entrelaçamentos transoceânicos.”<sup>413</sup>

Essa configuração resultava de transformações nos séculos anteriores que fortaleceram trajetos oceânicos contornando as zonas mais conturbadas pelas conquistas mongólicas e disputas intra/inter-dinásticas subsequentes. A mudança nas rotas comerciais de leste a oeste do Golfo Pérsico para o Mar Vermelho trouxe o Iêmen (de Hadramaute a Áden) a um contato mais intenso com o Hijaz, o Egito e a Índia. Paralelamente, desenvolveram-se e disseminaram-se práticas e ideais culturais na escrita histórica do Mar Vermelho ao Guzerate. As rotas comerciais marítimas de longa distância entre Oriente e Ocidente se consolidaram em três setores: do Mar Vermelho ao Guzerate, dali até Malaca e de Malaca até a China.<sup>414</sup> Essa divisão facilitou a dinâmica de retorno nesse comércio, devido aos períodos e distâncias de navegação mais curtas para cada parte envolvida na rede de transação e troca à longa distância. O Islã atravessa o Oceano Índico com comerciantes árabes e guzerates do Mar Vermelho a Malaca, que dominavam essa rota de longa distância, e muitas cidades portuárias muçulmanas foram fundadas pela região.

A circulação da historiografia árabe pelo Oceano Índico no século XVI, sobretudo ao redor do Mar Árabe, através das redes de comércio, migração (sobretudo de ulemás) e de peregrinação que difundiriam nessas viagens os textos e relatos concernentes aos eventos do Hejaz, do Iêmen, do Egito e, evidentemente, do subcontinente indiano.<sup>415</sup> Além dos estímulos pessoais, por aspirações religiosas e

---

<sup>413</sup> “[...] mobile communities and literary networks have become crucial for studying social and cultural dynamics of transoceanic entanglements”. *Ibidem*, p. 215

<sup>414</sup> HO, Engseng. The Two Arms of Cambay: Diasporic Texts of Ecumenical Islam in the Indian Ocean. **Journal of the Economic and Social History of the Orient**, Leiden, v. 50, n. 2-3, p. 347–361, Janeiro, 2007. p. 352; PHILLIPS, Carla Rahn. The growth and composition of trade in the Iberian empires, 1450-1750. TRACY, James D. (org.). **The rise of merchant empires: long-distance trade in the Early Modern World, 1350-1750**. Cambridge: Cambridge University Press: 1990. p. 34-101. p. 48

<sup>415</sup> BAHL, Christopher D. Transoceanic Arabic historiography. *Op. Cit.*, p. 205.

intelectuais, havia também o ‘mecenato’ das elites subcontinente indiano, a exemplo dos sultões do Decão que ofereciam patrocínio a eruditos móveis em seus projetos transoceânicos de história em árabe.<sup>416</sup> As marcas dessa disseminação podem-se verificar nos encontros registrados em biografias, nas assinaturas de posse, nas notas de leitura e outros traços de uso e transmissão contidas nos manuscritos dessas regiões. Essas evidências indicam não só a recepção dos textos, mas, também, sua leitura.

Uma questão que paira sobre às vicissitudes desse processo ao longo do século XVI é a “intromissão” de um novo e hostil elemento, “o franco”, ou *al-franj* em árabe (pl. *ifranj*), como as crônicas e outros textos coetâneos se referem aos portugueses. Conforme a narrativa tradicionalmente eurocêntrica tende a tratar a história do Oceano Índico pós-Vasco da Gama, esses intrépidos navegadores vindos de Portugal teriam profundamente transformado as dinâmicas comerciais marítimas logo após sua chegada<sup>417</sup>. Essa visão de uma ruptura radical contrasta com os processos identificados acima de intensificação dos vínculos transoceânicos entre as distintas comunidades muçulmanas, ao ponto de o desenvolvimento e circulação de uma historiografia compartilhada. Tomadas em conjunto, essas leituras podem ser vistas como contraditórias, mesmo incompatíveis. As dinâmicas de interação entre os distintos atores (comunidades locais, classes mercantis, potentados, impérios), revelam um cenário mais complexo muito além de uma dicotomia simplista entre “mouros” e “francos” como grupos homogêneos. Refletindo a respeito do impacto dos portugueses sobre o mundo entrelaçado de redes e comunidades muçulmanas do Mar Vermelho à Índia à luz das crônicas hadramitas coetâneas, Serjeant escreveu:

Nesse mundo familiar e bem-organizado de dhows oceânicos, aparecendo em suas temporadas regulares de todas as partes da África oriental, do mar Vermelho, do Golfo pérsico, e da Índia, do tráfico interior carregado em embarcações locais, e de pescadores – tudo isso sujeitos às exações de governantes tribais que detinham e desfrutavam das rendas dos portos, ali

---

<sup>416</sup> *Ibidem*, p. 218.

<sup>417</sup> Subrahmanyam analisa os méritos e limites das teses ainda muito debatidas sobre o verdadeiro impacto da abertura da Rota do Cabo sobre as economias euro-asiáticas, definindo o dilema dessa aporia historiográfica numa ideia um “equilíbrio de ignorância” (“balance of ignorance”) entre o que o historiador contemporâneo pode compreender e aquilo que as fontes da época conscientemente apresentam em relação a seu tempo. SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Empires between Islam and Christianity**, 1500-1800. Nova Iorque: SUNY Press, 2019, p.54.

chegou a intrusão repentina do português, infiéis e agressores que conseqüentemente trouxeram os mamelucos e os turcos<sup>418</sup>.

A formação de um império marítimo português no Oriente coincidiu com a consolidação de poderosas dinastias muçulmanas - otomanos, safávidas, sultanatos do Decão, mogóis - cuja “ascensão e dominação ao redor da orla do Oceano Índico trouxe mudanças no caráter de *dār al-Islām* e uma nova concepção de sua expansão política num mundo real confuso de alianças e lealdades voláteis.”<sup>419</sup> As relações entre os potentados islâmicos mais interioranos com seus correligionários em cidades e vilas costeiras poderia ser fortemente conturbada ou mesmo beirando a indiferença, ainda que diante da ameaça portuguesa. A identidade comum ansiada no ideal de ‘comunidade islâmica’ (*umma*), cultivada paralelamente às intensificações das redes transregionais no período, não se traduzia necessariamente em interesses comuns, muito menos unidade de ação política. O contato não transformou a escrita da história somente nas crônicas europeias, amplamente difundidas por toda uma literatura dos “descobrimientos”, mas também na tradição de *tārīḥ* perso-árabe.<sup>420</sup> Entre os elementos que essas histórias lidavam eram os próprios europeus. As narrativas históricas árabes sobre o advento dos “francos portugueses” inserem-se nesse contexto contraditório de múltiplas conexões, afiliações e conflitos dentro do chamado *dār al-Islām*. Os cronistas árabes representavam, todavia, apenas uma parte das sociedades muçulmanas em meio a essa complexa conjuntura. Essa classe de eruditos (*‘ulamā*) tinha seus ideais, interesses e leitura particular dos eventos, nos quais a piedade religiosa tendia a desempenhar um papel central.

O Islã é um elemento essencial nas crônicas árabes transoceânicas do século XVI, visto que comunidades não-muçulmanas no Oceano Índico não deixaram histórias em árabe, ainda que a língua e a escrita fossem utilizadas extensivamente

---

<sup>418</sup> “Into this familiar well-organized world of ocean dhows, appearing at their regular seasons from all parts of East Africa, the Red Sea, Persian Gulf, and India, of country coastal traffic carried on in local craft, and of fishermen – all of it subject to the exactions of tribal rulers who held and enjoyed the revenues of the ports, there came the sudden intrusion of the Portuguese, infidels and aggressors, which in turn brought down the Mameluke and the Turk”. SERJEANT, R. B. **The Portuguese off the South Arabian Coast**: Hadrami Chronicles. Oxford: Clarendon Press, 1963, pp..23-24.

<sup>419</sup> “[...] rise and domination of the regions around the Indian Ocean rim brought with it major changes in the character of *dār al-Islām* and a new conception of its political expansion in a confusing real world of shifting alliances and allegiances”. AMER, Ayal. The rise of jihadic sentiments and the writing of history in sixteenth-century Kerala. **The Indian Economic and Social History Review**, SAGE Journals Online, v. 53, n. 3, p. 1–23, Julho-Setembro, 2016, p. 2.

<sup>420</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Europe’s India** - Words, People, Empires, 1500-1800. Cambridge: Harvard University Press, 2017, p. 80.

por diversos grupos sócio-religiosos. A inexistência de grandes entidades políticas cujo idioma administrativo fosse o árabe após o ocaso dos Mamelucos no Egito trouxe mudanças no *status* e cultivo da língua do sagrado Corão. Por um lado, a importância e prestígio do idioma da revelação permaneceu como essencial ao culto religioso e à jurisprudência islâmica, conjuntamente a seus respectivos corpos textuais. Por outro lado, na medida que o turco ganha proeminência no Império otomano e o prestígio do persa ascende nas cortes iranianas e indianas,<sup>421</sup> declina consideravelmente a erudição (interconfessional e científica) em língua árabe, exceto na produção historiográfica.<sup>422</sup>

O conjunto de obras historiográficas árabes pode parecer pequeno comparado ao de crônicas, prosopografias e hagiografias persas em locais como o subcontinente indiano, mas essa exiguidade por si só não indica insignificância, pois essas obras refletem confluências particulares do Oceano Índico ocidental no século XVI.<sup>423</sup> A historiografia persa florescia nas cortes do Guzerate, do império mogol e no Decão, mas a escrita árabe alcançava outros leitores e audiências, especialmente nas margens e além da esfera de controle político dessas dinastias.<sup>424</sup> Nessas regiões, particularmente nas orlas dos mares do Mar Árabe, o árabe era frequentemente a língua letrada mais familiar e/ou prestigiada para elites locais, mercadores e, obviamente, os eruditos da fé (*'ulamā'*), instruídos nas escrituras religiosas e nas tradições árabes escritas. Para esses últimos em especial, uma educação balizada pelo vasto legado literário árabe condicionava profundamente a visão de mundo e interpretação dos acontecimentos.

O contato com os portugueses invocava uma série de estereótipos, lugares-comuns e 'apetrechos' de distinção (exótico, "bárbaro", infiel) provenientes de uma longa tradição de registro e transmissão de noções de alteridade cultural.<sup>425</sup> À essa

---

<sup>421</sup> Muzaffar Alam descreve como a "substituição da língua árabe 'sagrada' por uma [língua] persa relativamente 'secular'" ("the substitution of the 'sacred' Arabic language by a relatively 'secular' Persian") como idioma administrativo e cultural das elites no Oriente islâmico. ALAM, Muzaffar. **The languages of political Islam**, Índia, 1200–1800. Chicago: University of Chicago Press, 2004, p. 141.

<sup>422</sup> BAHL, Christopher D. Transoceanic Arabic historiography. *Op. Cit.*, p. 212.

<sup>423</sup> *Ibidem*, p. 209.

<sup>424</sup> *Ibidem*, p. 216.

<sup>425</sup> "A classificação em termos de polaridade é uma das formas mais elementais de representação coletiva, e uma encontrada quase universalmente no discurso intercultural (*Classification in terms of polarity is one of the most elementary forms of collective representation, and one almost universally encountered in cross-cultural discourse*)." AL-AZMEH, Aziz. Barbarians in Arab Eyes. **Past & Present**, Oxford, v. 134, n. 1, pp. 3-18, Fevereiro, 1992, p. 3.

bagagem 'etnológica', somavam-se às condições locais e o desenrolar do esbarro inicial com os navegantes de tão longe. A narrativa historiográfica desse encontro produziu, assim, o que Mary Louise Pratt definiu como “zona de contato”: um espaço social “onde culturas díspares se encontram, se chocam e se altercam umas com as outras, frequentemente em relações altamente assimétricas de dominação e subordinação.”<sup>426</sup> A realidade multifacetada dos domínios e incursões portuguesas nos mares orientais nem sempre configurava propriamente uma assimetria, ainda que mantivessem certa supremacia naval em águas oceânicas que mesmo os vastos impérios muçulmanos não conseguiram erradicar.<sup>427</sup>

### A reavaliação do passado na zona de contato

A estrutura da narrativa histórica não é o produto de uma intenção transcendental ou prévia, mas sim o esboço gravado na linguagem que produz a especificidade que é o tipo de narrativa estudada. Não é tanto a técnica literária do autor (estilo) ou a cultura específica (tradição) que está em jogo, mas a articulação implícita do conhecimento histórico, a “estrutura profunda”, para usar a terminologia usual, da qual surgem as manifestações de desempenho. Dessa forma, o implícito, que constitui a forma manifesta, bem como o conteúdo do trabalho histórico, transcende o discurso histórico, o que não significa, entretanto, que ele vá além da história. Pois a historicidade das regras da narrativa é a da cultura na qual as formas específicas são articuladas, e não a das expressões ou textos específicos em questão. A historicidade aqui é uma macro-historicidade que não intervém na elaboração teórica das estruturas que subsistem em seu domínio e que fixa o objeto e a modalidade do conhecimento histórico.<sup>428</sup>

---

<sup>426</sup> Na frase original estão no plural os termos “contact zones” (“zonas de contato”) e “social spaces” (espaços sociais), mas a descrição não se altera: “where disparate cultures meet, clash, and grapple with each other, often in highly asymmetrical relations of domination and subordination”. PRATT, Mary Louise. **Imperial eyes: Travel writing and transculturation**. Londres: Routledge, 2007, p. 7.

<sup>427</sup> THOMAS, F. R. Luís. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel. 1994. p. 183.

<sup>428</sup> “La structure du récit historique n'est pas le produit d'une intention transcendantale ou antérieure, mais plutôt le contour gravé dans le langage et qui produit la spécificité qui est le type de récit étudié. Ce n'est pas tant la technique littéraire de l'auteur (le style), ni sa culture spécifique (la tradition) qui sont en jeu, mais l'articulation implicite de la connaissance historique, la «structure profonde», selon la terminologie habituelle, à partir de laquelle jaillissent les manifestations de la performance. De la sorte, l'implicite qui constitue la forme manifeste ainsi que le contenu de l'œuvre historique, transcende le discours historique, ce qui ne signifie pas pour autant qu'il va au-delà de l'histoire. Car l'historicité des règles du récit est celle de la culture dans laquelle les formes spécifiques s'articulent et non pas celle des expressions spécifiques ou des textes concernés. L'historicité est ici une macro historicité qui n'intervient pas dans l'élaboration théorique des structures qui subsistent dans son domaine et qui fixe l'objet et la modalité de la connaissance historique.” AL-AZMEH, Aziz. *Histoire et narration dans l'historiographie arabe*. **Annales**. Histoire, Sciences Sociales. Cambridge University Press, v. 41, n. 2, p. 411-431, 1986, p. 415.

O prisma que o olhar historiográfico proporciona aos eventos passados configura certas particularidades. O escrutínio sobre o passado é, mormente, um tipo de retorno às origens. Esse interesse pelas origens encontra-se desde as culturas da antiguidade até da modernidade industrial, esta última se diferenciando pelas ideias de contrato social e evolucionismo, em suma, por uma origem inferior que progride com o tempo ao invés de uma “regressão” ou “degeneração” a partir de um passado idílico de heróis, deuses e/ou profetas.<sup>429</sup> No monoteísmo, a inauguração e repetição são estruturalmente entrelaçados pela reprodução e finalizações de grandes ciclos históricos até seu término derradeiro no apocalipse. No Islã, como no Cristianismo, a degeneração justifica a existência do tempo histórico, cuja passagem levaria a uma conclusão que resultaria na redenção. Na tradição árabe clássica, o principal desses ciclos era da revelação profética até o final dos tempos.<sup>430</sup> As obras árabes, lidando com o passado (bíblico, mítico, profético e/ou histórico), formaram uma parte significativa das obras escritas por autores muçulmanos desde o surgimento e expansão da fé.<sup>431</sup>

A historiografia árabe teve seus alicerces numa tradição clássica, cuja expressão era em língua árabe sob um modelo árabe-islâmico que abraçava diferentes povos com seus idiomas nativos e legados religiosos próprios em uma vasta área unida por redes comerciais e moeda comum.<sup>432</sup> Essa cultura árabe dos primeiros séculos da expansão do Islã foi constituída por uma interconexão entre as orlas do Oceano Atlântico ao Índico, alimentada pela uniformidade política nos primeiros califados e por vigorosas classes políticas e mercantis. Um elemento central dessa tradição cultural era que ela compartilhava uma preocupação quase universal com as origens e começos, do mundo, da ordem social, tanto quanto de artefatos particulares e de costumes.<sup>433</sup> A busca pelas origens servia a explicação e legitimação do *status quo* dentro de uma noção genérica de continuidade histórica pelo tempo.<sup>434</sup>

---

<sup>429</sup> AL-AZMEH, Aziz. **Times of History: Universal Topics in Islamic Historiography**. Budapest/New York: Central European University Press, 2007, pp. 27-28.

<sup>430</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>431</sup> ROSENTHAL, Franz. **A History of Muslim Historiography**. Leiden: Brill, 1968, p. 194.

<sup>432</sup> AL-AZMEH, Aziz. Barbarians in Arab Eyes. **Past & Present**, Oxford, v. 134, n. 1, p. 3-18, Fevereiro, 1992, pp. 3-4.

<sup>433</sup> “[...] shares an almost universal concern with origins and beginnings, of the world, of social order, as of particular artefacts and customs.” AL-AZMEH, Aziz. **Times of History: Universal Topics in Islamic Historiography**. Budapest/New York: Central European University Press, 2007, p. 27.

<sup>434</sup> *Ibidem*, p. 28.

Nessa construção do passado, inevitavelmente se deparava com questões de alteridade e da representação do “outro”. É difícil precisar as origens entre os árabes de uma noção genérica de “bárbaro” ou dos “povos agressivos e selvagens”, de acordo com a análise de Al-Azmeh.<sup>435</sup> Essa compartilha elementos da cultura greco-romana, mas também da intersecção e justaposição de sincretismos helenísticos orientais, semíticos (siríacos, hebraicos e afins) e iranianos. Ali se misturaram representações das próprias culturas chinesas e indianas, que alcançaram as regiões do chamado Oriente Próximo. As convenções etnológicas sobre o fantástico e o exótico se assentam na referida tradição clássica árabe constituídas nos séculos IX e X, formulando os *topoi* do discurso árabe sobre alteridade “cultural” e “civilizacional”. Tahar Labib atenta para o fato que a definição de “bárbaro” não expressa esse elemento intermediário num espectro entre a esfera de maior sofisticação urbana e “alta cultura” e o propriamente “selvagem”.<sup>436</sup> Advindo de relatos de viagens, contos de navegadores e literatura de/sobre os outras regiões, assenta-se nos séculos seguintes um repertório de estereótipos, clichês e lugares-comuns, transmitidos através de escritos históricos, geográficos e de outros tipos, como obras literárias e manuais de comércio, navegação, etc.<sup>437</sup> Nesse repertório incluía-se o estereótipo do “franco” (*franj*), correspondendo aos cristãos europeus ocidentais, cuja característica era, usualmente, a falta de higiene ou “imundice” (física e moral) nas narrativas clássicas dos primeiros séculos do Islã.<sup>438</sup> Essas imagens não eram homogêneas e dependiam das interações que os autores (ou seu meio social mais imediato) possuíam com cada população.<sup>439</sup>

De modo geral, as terras desses “francos” (*ifranj*), o que os próprios entendiam como Cristandade (latina, ou seja, da Igreja de Roma), inseria-se num espaço “inferior” nas convenções referentes as divisões climáticas do mundo herdadas das ciências helenísticas. Como outros povos em regiões além da “zonas intermediárias”, os francos estariam condicionados a desequilíbrios nos humores, proporcionais à distância dos climas centrais.<sup>440</sup> As cruzadas e a Reconquista na Península Ibérica

---

<sup>435</sup> AL-AZMEH, Aziz. Barbarians in Arab Eyes. **Past & Present**, Oxford, v. 134, n. 1, pp. 3-18, Fevereiro, 1992, p. 4.

<sup>436</sup> LABIB, Tahar. The Other in Arab Culture. In: Tahar Labib (ed). **Imagining the Arab Other: How Arabs and Non-Arabs View Each Other**. London/New York: I.B.Tauris, p. 47-91, 2008, p. 60.

<sup>437</sup> AL-AZMEH, Aziz. Barbarians in Arab Eyes. *Op. Cit.*, p. 5.

<sup>438</sup> *Ibidem*, p. 5-6

<sup>439</sup> LABIB, Tahar. The Other in Arab Culture. *Op. Cit.*, p. 74.

<sup>440</sup> AL-AZMEH, Aziz. Barbarians in Arab Eyes. *Op. Cit.*, p. 7.

constituem um primeiro ponto de inflexão nesse olhar sobre a Cristandade latina, com o avanço desse grupo como conquistadores de terras islâmicas pelo Mediterrâneo, ainda que tenham recuado do Levante.<sup>441</sup> Essa percepção clássica e localizada espacialmente parece ainda mais desafiada diante do aparecimento de um vulto ameaçador sobre a forma de embarcações armadas com canhões, como relatado nas crônicas árabes das orlas do Índico aos mares adjacente, que surgem das águas e cuja terra natal distante não está ali, mas também parece uma realidade de outro mundo, inalcançável ou irrelevante.<sup>442</sup> O advento dos francos no Oceano Índico, simultaneamente desafiava essas noções pré-concebidas, contradizendo noções de inferioridade na técnica, e as confirmava, por outro lado, pelas agressões “bárbaras” dos portugueses contra muçulmanos. Uma narrativa comum dos francos emergiria dessas interações, ainda que lida inicialmente e condicionada à experiência local. Assim, a historiografia árabe, como a persa, se modificaria para acomodar e fazer sentido nessa nova realidade, como analogamente aconteceu com a portuguesa:

O século XVI não viu transformações e ajustes apenas na tradição *crónica*. A *tārīḥ* [história ou crônica] perso-árabe produzida no Oceano Índico também foi consideravelmente modificada, por uma variedade de razões. Uma delas era enganosamente simples, a saber, a necessidade de escrever histórias que tratassem de novos elementos, como os próprios portugueses<sup>443</sup>.

Os ecos dos processos que integravam partes do mundo em redes e impérios em escala cada vez mais global ressoavam no pensamento erudito sobre os acontecimentos, que precisava dar sentido a essas transformações em diálogo com sua cosmovisão milenar. Obviamente, nem todos procuram entender os eventos em sua dimensão mais ampla. De modo semelhante, não foi exclusividade de uma ou outra tradição intelectual a curiosidade por esses fenômenos, interligando as extensões mais distantes do mundo. As narrativas sobre o advento do português, fornecem um vislumbre das reações, na perspectiva historiográfica árabe. Alguns autores dessas histórias e crônicas árabes relatam mais factualmente e brevemente

<sup>441</sup> LABIB, Tahar. *The Other in Arab Culture*. *Op. Cit.*, pp. 79-80.

<sup>442</sup> Como sintetiza Subrahmanyam, era uma visão de “europeus sem Europa” (*Europeans without Europe*). SUBRAHMANYAM, Sanjay. Taking stock of the Franks: South Asian views of Europeans and Europe, 1500–1800. *The Indian Economic & Social History Review*, v. 42, n. 1, pp. 69-100, 2005, p.73.

<sup>443</sup> “The sixteenth century did not see transformations and adjustments in the tradition of the *crónica* alone. The Perso-Arabic *tārīḥ* produced in the Indian Ocean was also considerably modified, for a variety of reasons. One of these was deceptively simple, namely, the need to write histories that dealt with new elements such as the Portuguese themselves”. SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Intertwined Histories: Crónica and Tārīḥ in the Sixteenth-Century Indian Ocean World*. *History and Theory*, Wesleyan University, v. 49, n. 4, pp. 118-145, Dezembro, 2010, p. 142.

as ações dos portugueses, particularmente no início do século XVI, talvez ainda deslumbrados ou intrigados com o aparecimento de uma figura (o “franco”) relativamente familiar na história de outras regiões adjacentes, como o Egito e o Levante, mas quase desconhecida naquelas partes do Índico. Outros, principalmente a partir de meados do século XVI, já buscavam compreender as origens e as conexões de eventos que desafiam as convenções, como o aparecimento dos *ifranj* (“francos”) naquelas partes, provavelmente, algo muito mais evidente e familiar nesse momento.

Na definição do outro, condiciona-se à circunscrição da própria cultura, civilização e/ou estado perante o exótico e é algo que demanda copiosa energia, especialmente em situações de comoção, instabilidade e conflito. O cultivo da contraposição identitária (nós *versus* eles) é fomentada também entre as massas, que se reconhecem na fixação de fronteiras morais, se diferenciando do outro, os “de fora.”<sup>444</sup> O contraste frequentemente define a (auto)definição cultural, na qual a oposição ao outro molda os traços culturais e elementos particulares de um grupo perante os de fora.<sup>445</sup> A dicotomia é, por vezes, até conscientemente enfatizada, reforçando práticas e hábitos de modo a se distinguir o que é hostilizado no outro e/ou manifestar autenticidade perante esse outro, visto como hostil (à preservação da identidade e de valores, ao menos). O modo como uma cultura reage às influências e contato com outras culturas nunca é homogêneo, pois dentro de uma mesma sociedade pode haver vários encontros distintos. Setores diversos podem ter experiências muito diferentes a esse fenômeno e relacionarem-se de modo diametralmente oposto ao que “vem de fora”.<sup>446</sup> Um sentimento de normalidade, continuidade e afinidade aparentemente sustenta essas construções de identidade e sua coesão interna. A teorização etnológica da diferença não é a expertise das massas, pois nela essa dicotomia se baseia na inversão do próprio ser (autoimagem), patologizando o outro assim construído.<sup>447</sup>

No encontro intercultural, assim como nos hibridismos resultantes, a posição dos atores nas hierarquias locais e supralocais definem vetores da transmissão,

---

<sup>444</sup> AL-AZMEH, Aziz. *Barbarians in Arab Eyes. Op. Cit.*, p. 3.

<sup>445</sup> BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010, p. 81.

<sup>446</sup> *Ibidem*, p. 85.

<sup>447</sup> AL-AZMEH, Aziz. *Barbarians in Arab Eyes. Op. Cit.*, p. 3.

adaptação e/ou apropriação entre dois ou mais grupos distintos<sup>448</sup>. Outra concepção análoga é a de zona de fronteira. É possível descrever as zonas de fronteira, analogamente aos espaços cosmopolitas, como "interculturais", não apenas de encontro, mas de sobreposição e interseções culturais numa mistura que gera algo próprio.<sup>449</sup> Burke distingue a reação a “importações” ou “invasões” culturais, que também podem ser estendidas ao contato mais inicial ou encontro: “aceitação, rejeição, segregação e adaptação.”<sup>450</sup> Essas distintas reações marcaram a intensificação sem precedentes das conexões globais no século XVI, quando o confronto de dois universalismos religiosos (do Islã e do Cristianismo) teve um papel considerável.

O período moderno inaugurou uma era em que “as regiões do mundo entraram em contato permanente e sustentado umas com as outras, e as interações interculturais influenciaram profundamente as experiências de todos os povos na terra.”<sup>451</sup> Essas interações interculturais transformaram significativamente a historiografia em geral através do século XVI, um momento conjuntural efusivo nas mudanças das convenções sobre a escrita da história com a ascensão de uma forma inovadora de “história mundial” ou escrita histórica em escala mundial.<sup>452</sup> Difere-se das formas de histórias não-locais (incluindo das autodeclaradas “universais”) que existiram nos séculos anteriores juntamente com histórias mais particulares e locais. Histórias de amplitude genérica eram produzidas antes de 1500, mas apesar dessas ambições boa parte do mundo estava além dos conhecimentos disponíveis aos autores para abarcar uma história propriamente global. É no século XVI que surgem as pré-condições necessárias para a escrita de uma história verdadeiramente global e não apenas para autores europeus.<sup>453</sup>

Mas nem todo processo corresponde exatamente a mesma extensão dessa globalidade, o que não deixa de indicar uma intensificação nas relações de longa

---

<sup>448</sup> BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. *Op. Cit.*, p. 66.

<sup>449</sup> *Ibidem*, p. 73.

<sup>450</sup> *Ibidem*, p. 77.

<sup>451</sup> “[...] the regions of the world have come into permanent and sustained contact with each other, and cross-cultural interactions have profoundly influenced the experiences of all peoples on earth”. BENTLEY, Jerry H. Cross-Cultural Interaction and Periodization in World History. **The American Historical Review**, University Press, v. 101, n. 3, pp. 749-770, Junho, 1996, p. 751.

<sup>452</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. On World Historians in the Sixteenth Century. **Representations**, University of California Press, v. 91, n. 1, p. 26-57, Verão, 2005, p. 28.

<sup>453</sup> *Ibidem*, p. 35.

distância. Bahl verifica nas coleções de manuscritos da Índia um corpo diverso de textos historiográficos árabes do período moderno e contemporâneo, sendo que em quase todos os manuscritos das mais proeminentes entre essas coletâneas se nota uma preocupação particular com a história da região do Mar Vermelho, em especial do Egito, Hijaz e Iêmen.<sup>454</sup> Segundo o autor, a análise das declarações de posse, notas de leitura e outros traços de uso e transmissão desses manuscritos permite vislumbrar a recepção e aspectos da leitura dessa historiografia árabe transoceânica. Entre os manuscritos consultados, pode-se perceber indícios de tais conexões, como se verá adiante.

Os processos que levaram a essa contínua interligação das partes do mundo não só antecederam a expansão marítima europeia: possuíam uma relação umbilical com as origens dessas ‘viagens de descobrimento’, o que não cessou após a penetração portuguesa nas “Índias”. Ao contrário, as distintas dinâmicas ‘centrífugas’ e ‘centrípetas’ de cada ator e fenômeno coetâneos afetaram-se mutuamente no desenrolar dos eventos e processos que configuraram a chamada “primeira mundialização”. No oriente, os portugueses se deparariam com um contexto de crescente integração regional, sobretudo no aspecto comercial, como já apresentado no primeiro capítulo. Os enviados da Coroa de Portugal o enfrentariam e estimulariam, mas também se acomodariam a certos aspectos das dinâmicas pré-existentes e as desenvolvidas ao longo desse período por outros povos.

Constitutivo principal dessa altercação era o “Islã ecumênico” no Oceano Índico, fruto de mudanças dramáticas a partir do século XIII, que resultaram num espaço entendido em grande medida como um “lago muçulmano”. As interações iniciais dos portugueses com soberanos locais foram permeadas por desentendimentos, interesses conflitantes e tentativas de acomodação. O antagonismo português com os chamados “mouros de Meca” era central, um fio condutor hegemônico na rede comercial que desembocava no Mediterrâneo através do Sultanato do Egito, onde tinham papel de mediadores, assegurando o fluxo pela rota das especiarias entre o Malabar e o Mar Vermelho.<sup>455</sup> Por mais importante que fosse essa rivalidade, não significa que a imagem simplista de ‘mouros’ e ‘francos’ se digladiando em disputa pela hegemonia do “Velho Mundo” corresponde à totalidade

---

<sup>454</sup> BAHL, Christopher D. *Transoceanic Arabic historiography*. *Op. Cit.*, p. 206.

<sup>455</sup> THOMAS, F. R. Luís. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel. 1994, p. 176.

do que se passou durante esse intrincado processo de interação entre dois campos culturais, repleto de negociações, acordos e alianças. Todavia, tal percepção dualista dos eventos não era de todo ausente nas narrativas históricas de segmentos eruditos dessas sociedades, marcadas pela formação doutrinária e pela identidade religiosa.

A memória coletiva, especialmente traumática, não é de forma alguma exclusiva do discurso narrativo dos historiadores.<sup>456</sup> A interação entre o passado e a lentidão da história coloca desafios únicos ao historiador, especialmente ao enfrentar relatos poderosos de testemunhas de eventos traumáticos. Esta situação suscita o questionamento sobre o papel do historiador, que deve reconhecer que grandes traumas, em sua natureza multifacetada, muitas vezes possuem verdades que escapam à compreensão completa. Ao mesmo tempo, os historiadores frequentemente se deparam com uma resistência psicológica a se envolverem completamente com tais eventos, devido à sua natureza horrenda, e a necessidade de manter um certo distanciamento para enfatizar sua inumanidade sem simplificação.

Há outras formas de expressões escritas e orais, as quais estão além. Uma das curiosas manifestações literárias dessa reinterpretação diante das mudanças ensejadas pelos portugueses está presente nos versos do poema náutico al-Sufaliyya, de Ibn Mājid, que Khoury indica terem sido acrescentados por algum copista.<sup>457</sup> Ele aponta várias inconsistências que excluíram a menção aos portugueses pelo navegador Ibn Mājid como um anacronismo: a morte do autor, no início do século XVI, o número de versos apresentados na própria poesia, entre outros. Alguns dos argumentos levantados por Khoury são, todavia, facilmente desbancados pela ampla evidência histórica dos outros relatos iemenitas e hejazis, como a alegação de que:

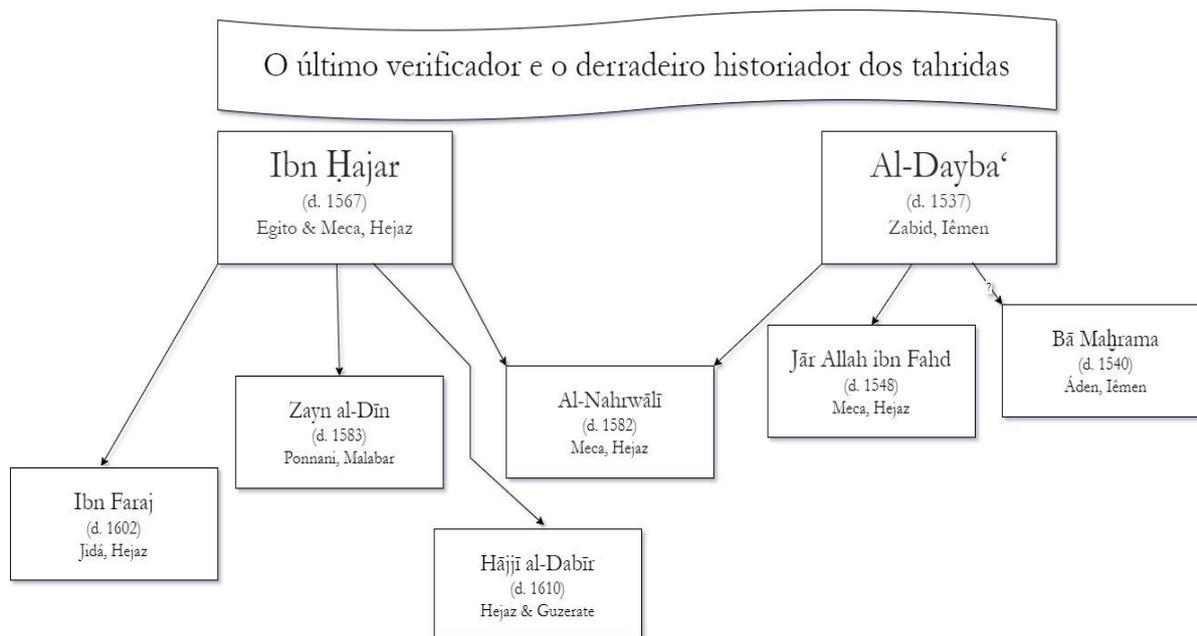
[...] os árabes no Iêmen, em Meca ou em qualquer outro lugar na Arábia, nunca ouviram qualquer notícia sobre os francos (portugueses) até o final do mês de Ša'bān 913 H./1507 A.D. e até que lutaram contra eles em 919 H./1513 A.D., ou seja, em uma data em que Ibn Mājid tinha 80 anos de idade ou estava morto, e muito tempo depois da composição de al-Sufaliyya, que

<sup>456</sup> VALENSI, Lucette. *Présence du passé, lenteur de l'histoire*. **Annales**. Economies, Histoire, Sciences Sociales. v. 48, n. 3, pp. 491-500, 1993, p. 499.

<sup>457</sup> KHOURY, Ibrahim. *As-Sufaliyya. The Poem of Sofala by Ahmad Ibn Magid. Translated and Explained*. **Centro de Estudos de Cartografia Antiga e Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga Lisboa**, n. 148, pp. 1-138, 1983, p. 20.

não poderia logicamente mencionar qualquer notícia não conhecida em toda a Arábia, mesmo pelas crônicas contemporâneas.<sup>458</sup>

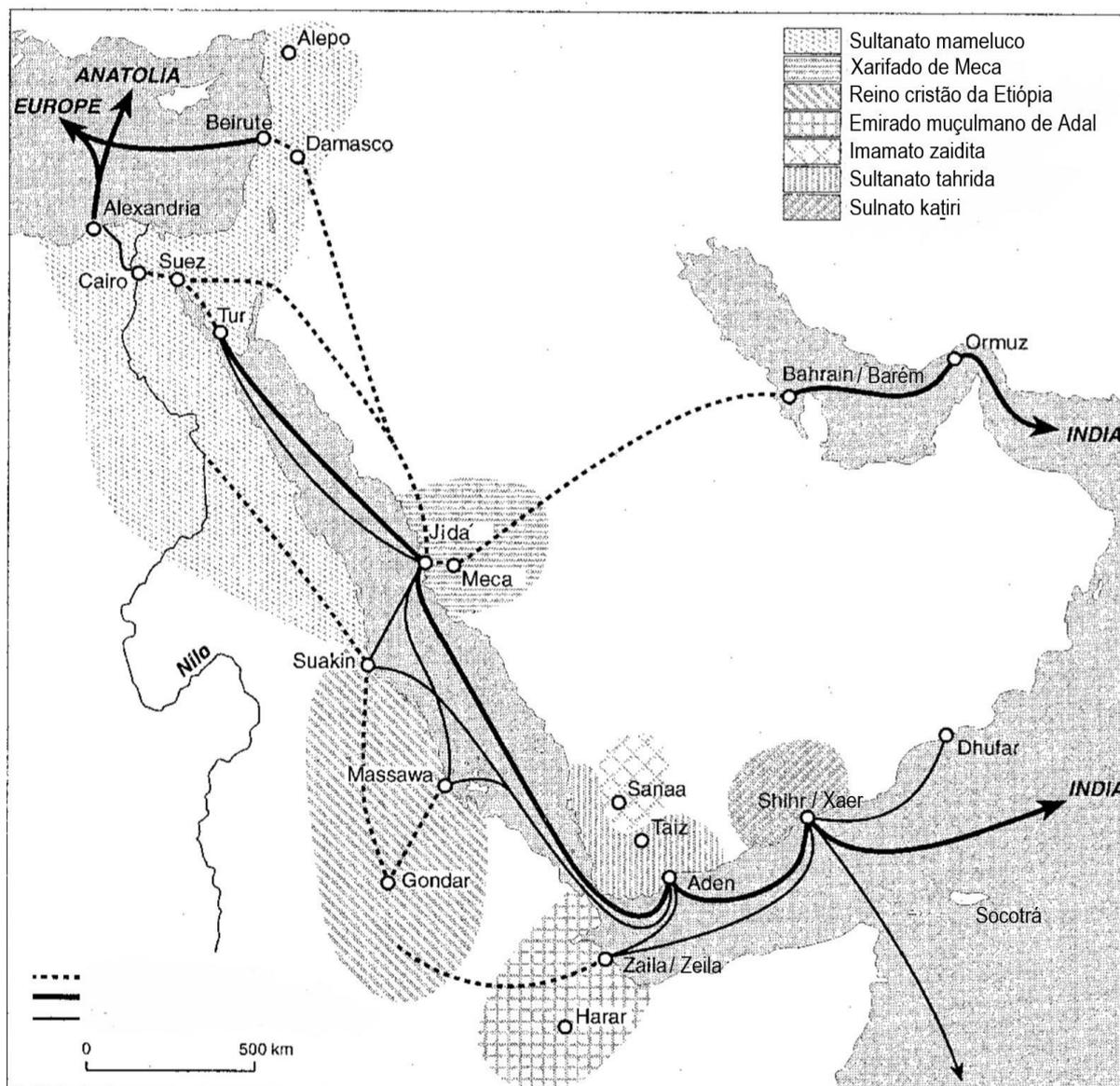
Desprova-o até mesmo o relato que escolhe como prova. Na sua tradução do trecho do cronista iêmenita Ibn Muṭahhar (m. 1048 H./1638), nas páginas 18 a 19, em que menciona eventos no Decão, em 1507 (913 H.), e da captura de Ormuz, cidade que dominava a costa omanita também atacada pela armada portuguesa durante essa campanha. Apesar da vasta erudição sobre a navegação árabe desse período, Khoury parece ignorar ou não estar familiarizado com eventos históricos coetâneos destacados, já que naquele ano também os mamelucos desde o Egito, portanto mais distantes ainda, enviam uma frota para combater os portugueses na costa noroeste da Índia. Mesmo antes disso, em 1506, os portugueses haviam conquistado um forte na ilha de Socrotá e lá se estabelecido. Ainda assim, os outros argumentos traduzidos por ele são suficientemente convincentes para entender os versos sobre os portugueses (“os francos”) como enxertos na versão original da obra. Por tratar apenas dos portugueses e de sua hegemonia por aquelas águas, esses acréscimos seriam muito provavelmente de algum período entre as primeiras décadas do século XVI e o início do século XVII.



<sup>458</sup> “[...] the Arabs in Yemen, Mecca or elsewhere in Arabia, never heard any news about the Franks (Portuguese) until the end of the month of Šaʿbān 913 H./ 1507 A.D. and until they fought against them in 919 H./1513 A.D. that is in a date when Ibn Māǧid was 80 years old or dead, and a long time after the composition of as-Sufaliyya which could not logically mention any news not known throughout the Arabia even by the contemporary chronicles.” *Ibidem*.

Figura 1- Diagrama das conexões diretas entre eruditos islâmicos relevantes para historiografia árabe transoceânica do século XVI

## Crônicas das incursões portuguesas no Sul da Arábia



Mapa 6-Mapa do Sul da Península Arábica no Século XVI. Adaptado TUCHSCHERER, Michel. *Trade and Port Cities in the Red Sea–Gulf of Aden Region in the Sixteenth and Seventeenth Century*. In: FAWAZ, Leila Tarazi; BAYLY, C. A. (ed.). *Modernity and Culture: From the Mediterranean to the Indian Ocean*. New York: Columbia University Press, pp. 28-45, 2002. p.34

As costas do Iêmen eram um nó estratégico na circulação do Oceano Índico, economicamente (redes comerciais, portos) e cultural-religiosamente (migração,

peregrinação e transferência de conhecimento). Da zona ao redor do estreito de Bab el-Mandeb ao cabo de Fartaque (no mapa da saída do Mar Vermelho até a área ao redor de Zufar), essas regiões produziram alguns dos primeiros testemunhos escritos sobre a agressão dos “francos” portugueses que lá chegaram no alvorecer do décimo século da Hégira. Com suas costas voltadas para o Mar Arábico, a região de Hadramaute foi a origem de uma multidão de famílias mercantes e intelectuais em todo o Índico. No início, os cronistas do Iêmen referenciam de forma passageira as aparições dos portugueses no Oceano Índico, mas à medida que seus ataques e a apreensão sobre as rotas comerciais marítimas na costa indiana e na costa suaíli se intensificam, os “francos desgraçados” ganham cada vez mais atenção nas narrativas.<sup>459</sup>

Os navios da Coroa portuguesa tentaram bloquear a entrada do Mar Vermelho em 1507, se não antes, levando a uma aliança entre Mamelucos e o Sultanato do Guzerate, eventualmente derrotada perto da costa de Diu. Áden é sitiada e as ilhas de Karaman ocupadas em 1513, de onde os portugueses cobiçavam atingir o Egito e a Terra Santa (Palestina), ao mesmo tempo que buscavam desviar para a rota do Cabo da Boa Esperança o fluxo de especiarias pelas vias marítimas do Mar Vermelho. Nessa conjuntura, “o sistema comercial, religioso e político centrado entre o Índico e o Mediterrâneo estava sob risco.”<sup>460</sup> Ainda que Áden não tenha sido conquistado na fatídica campanha de 1513, os portugueses não deixaram de navegar pela costa sul da Arábia e pelo Chifre da África por todo o século XVI, realizando, ocasionalmente, expedições ao Mar Vermelho.<sup>461</sup> O impacto da ofensiva de Albuquerque de 1513 é refletido nos registros desse evento em quase todas as crônicas árabes. Não só a tentativa de tomada de Áden ganha atenção, mas a subsequente incursão através do estreito de Bab el-Mandeb.

Era a primeira vez que uma esquadra cristã europeia dessa dimensão adentrava o Mar Vermelho.<sup>462</sup> A partir desse período a presença portuguesa passa a

---

<sup>459</sup> SERJEANT, Robert B. **The Portuguese off the South Arabian Coast**: Hadrami Chronicles. Oxford: Claredon Press, 1963, p. 13.

<sup>460</sup> *Ibidem*, p. 42.

<sup>461</sup> LOUREIRO, Rui Manuel. Portas do Estreito: the Ports of Red Sea and Gulf of Aden in the Sixteenth Century Portuguese Iconography. In: PTAK, Roderich; KAUZ, Ralph (ed.). **Asian Sea Straits: Functions and History** (c. 500 to 1700). München: Edition Global, p. 126–142, 2015. p. 127

<sup>462</sup> CHELHOD, Joseph. Les Portugais au Yemen, d'après les sources arabes. **Journal asiatique**, v. 283, n. 1, p. 1-18, 1995, p. 6.

se tornar um dilema incontornável para as classes letradas das regiões costeiras do Iêmen como um todo. Ainda que já afetassem anteriormente o litoral do sul da Arábia, como o Hadramaute governado pela dinastia do clã al-Kaṭīrī, os cronistas iemenitas tendem a se resumir a meras alusões curtas às incursões daqueles francos no “Mar da Índia” (Oceano Índico). Percebe-se certa distância na brevidade em que os eventos são reportados, ainda que se atente a gravidade das ações daqueles “infiéis” contra os muçulmanos. O local até então mais diretamente afetado no sudeste da Arábia fora a ilha de Socotrá, cuja população fala uma língua distinta do árabe, o mehri, e era majoritariamente cristã, de acordo com as fontes portuguesas da época.<sup>463</sup> Talvez por essa razão a incursão de 1506 tenha apenas uma ou outra breve menção nas fontes históricas num primeiro momento. A partir da incursão portuguesa de 1513, as narrativas tornam-se muito mais detalhadas sobre os eventos relatados.<sup>464</sup>

Provavelmente o mais antigo relato escrito em árabe sobre os portugueses, *Tārīḥ al-Šanbal*, é um registro anual dos eventos do ano 501 H. (1107) até o ano 920 H. (1514-5). Descreve principalmente episódios políticos importantes, desastres naturais e passagem de pessoas notáveis, organizadas cronologicamente por datas que encabeçam cada seção ou “capítulo”. Pouco se sabe sobre o autor, cujo nome, o Xarife (*al-Šarīf*) Aḥmad ‘Abd Allah bin ‘Alawī Šanbal, e a data de nascimento (872 H. ou 1467-8) estão registrados na crônica, como muitas vezes é o caso neste gênero. Uma nota num manuscrito da obra, analisada por Robert B. Serjeant, informa que o autor morreu em 920 H. (c. 1515), ano da conclusão da crônica.<sup>465</sup> A mesma nota afirma que o Šanbal teria escrito uma história intitulada *Tārīḥ al-Sāda wa al-Ašrāf* (“História dos sayyids e dos xarifes”), quiçá o título original da obra ou, talvez, uma outra crônica. Fora esses dados, quase nada se sabe sobre quem foi Aḥmad Šanbal.

Uma vez que a obra se estende por um período tão longo, uma conexão mais

---

<sup>463</sup> Castanheda relata que a população local teria por isso aceitado bem a ocupação da ilha por portugueses por serem seus correligionários, ao contrário de seus antigos senhores muçulmanos. CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **História do descobrimento & conquista da Índia pelos portugueses**, vol. 1. Coimbra: João de Barreyra & João Alvares, 1552, p. 84.

<sup>464</sup> SERJEANT, Robert B. **The Portuguese off the South Arabian Coast**. *Op. Cit.*, p. 13.

<sup>465</sup> Serjeant informa que a nota da página se refere ao autor como “al-Sharif Ahmad Shanbal ‘Abdullah b. ‘Alawi”, e quem a escreveu, um certo Al-Rābitat al-‘Alawiya, informa da autoria dessa (outra?) crônica com um título distinto (ou, talvez, o original): *Tārīkh al-Sāda wa-l-Ashrāf*. SERJEANT, Robert B. **Materials for South Arabian History: Notes on new MSS from W24 from Hadramawt**. **Bulletin of the School of Oriental and African Studies**, SOAS, Cambridge University Press, v. 13, n. 3, pp. 581-601, October 1950, p. 292.

direta entre os eventos do século XVI e da história anterior pode ser inferida. A primeira referência aos francos ocorre, na verdade, num relato ainda no século VI da Hégira (em grande parte equivalente ao século XI) em que se conta das batalhas deles com os governantes muçulmanos da Grande Síria (*Bilād al-Šām*). Após o fim dos Estados Cruzados por Baibars, no século VII H. (século XIII), séculos passam antes que os francos sejam mencionados novamente, em 904 H. ou 1498, quando a frota de Vasco da Gama chega na costa suaíli e mais tarde na Índia. Embora talvez não seja exato na ordem cronológica dos eventos como são comumente conhecidos, revela uma profunda conexão entre Hadramawt e as outras bordas do Oceano Índico Ocidental, numa passagem que relata que: “neste anos os francos infiéis (*kufāra*) apareceram em Mogadíscio e rumaram para Índia, foram trazidos em seu caminho para o Mar de *Zanj* [Costa Suaíli], voltaram-se para Quíloa e ali ergueram um forte.”<sup>466</sup> Aqui talvez o autor tenha confundido Mogadíscio com Moçambique, o que tornaria esta descrição mais cronologicamente precisa em relação aos eventos, excetuando a construção do forte Quíloa nesse momento, pois essa ocorreu apenas alguns anos depois. Como em outras narrativas, é dada atenção aos eventos ligados aos primeiros engajamentos entre mamelucos e portugueses no Índico:

Nesse [ano de 914] os francos (*al-ifranj*) tomaram Dabul, saquearam-na e a incendiaram. Os francos também preparam [uma expedição] ao *Judrān* [Guzerate], rumando para Diu, sendo recebidos pelo emir do Egito que estava então em Diu ‘como um lutador da fé’ (*mujāhidā[n]*) no caminho de Deus (*fī sabīl Allah*). Engajaram-se no mar à frente do porto, sendo mortos muitos de combatentes francos, mas depois a vitória dos francos se fez sobre os mulçumanos, morrendo um grande contingente do exército de 900 homens de Amīr Ḥusayn, os restantes fugindo para Diu. Os francos não foram embora até lhes fosse pago vasta soma de dinheiro.<sup>467</sup>

A descrição dos eventos relativos aos portugueses multiplica a cada ano, tanto quanto a ameaça que suas ações representavam. A narrativa abrange acontecimentos do Iêmen, Guzerate e Malabar, com níveis semelhantes de detalhes, sublinhando ainda mais as profundas conexões entre essas partes do Oceano Índico. Talvez devido à sua natureza abreviada, a narrativa histórica de *Šanbal* carece de exortações a Deus, como “[que Deus] os amaldiçoe” (*la’anhum Allah*) ou “[que] Deus os abandone” (*ḥaḍalhum Allah*). Define os portugueses unicamente como “infiéis” (*kufār*), prescindindo da definição quase ubíqua de “desgraçado(s)” ou

<sup>466</sup> ŠANBAL, Aḥmad ‘Abd Allah bin ‘Alawī. *Tārīḥ al-Šanbal*. AL-HABASHI, Abdullah Muhammad (ed.). Sanaa: Maktaba Sanaa’ al-Atharyia, 2003, p. 216.

<sup>467</sup> *Ibidem*, p. 235.

“abandonado(s) [por Deus]” (*maḥdūl*), empregada por quase a totalidade crônicas árabes do Oceano Índico do século XVI para praguejar sobre os portugueses. Como um dos primeiros escritos em árabe a registrar o advento dos portugueses na região, talvez ainda considerasse a irrupção daqueles “francos” uma novidade passageira, a desgraça de eventualmente desaparecer, não uma presença bem estabelecida em muitos nós estratégicos das redes de circulação marítima.

Coetâneo à história de Šanbal, o complemento, ou “mérito adicional” (*Al-Faḍl al-mazīd*), à crônica da cidade de Zabid obra *Buġia al-mustafīd fī aḥbār madīna Zabīd* (‘Aspiração daqueles que se interessam pelos acontecimentos da cidade de Zabid’) foi escrito por Wajih al-Dīn ‘Abd al-Raḥman Ibn Al-Dayba’ (1461-1537) mais de duas décadas depois de sua primeira versão, em 1495, até o ano da conquista da cidade pelos mamelucos em 1517. Formulado como uma série de anal principalmente sobre a cidade de Zabid, desde sua origem, a parte complementar da obra muda sua estrutura textual para uma narrativa mais direta dos acontecimentos. Não é de surpreender, pois essa parte é escrita logo após o fatídico ocaso da dinastia tahrída com a morte em batalha de seu último soberano, o sultão ‘Amir II, a quem a obra é dedicada. Ele tombara em 1517 nas muralhas da cidade de Sanaa, que havia conquistado há 13 anos dos zaiditas, uma vertente do xiismo encontrada nas terras altas do lēmen. Ironicamente, não foram os zaiditas que sitiaram Sanaa e mataram ‘Amir II, mas sim seus ‘correligionários’ mamelucos (sunitas da mesma vertente xafiita), que por sua vez seriam conquistados pelos otomanos naquele mesmo ano. A cidade do autor, Zabid, começa aí a perder o prestígio, que nunca mais recuperou. O advento dos portugueses é um dos marcos na mudança de sorte do lēmen tahrída, a quem autor não poupa vitupérios em sua descrição:

Nesse ano [1504] intensificou-se a pungência (*šawka*) dos corruptos (*al-musafidīn*) sobre o mar e [eles] bloquearam o caminho dos muçulmanos entre a Índia e Ormuz. E foram enormes os danos do secto dos francos. Pois fizeram com os muçulmanos suas artimanhas (*al-fa’yl*) e raivosamente tomaram todos navios, e mancharam o sangue dos muçulmanos, suas riquezas, suas mulheres e seus filhos.<sup>468</sup>

Há algum ‘acerto de conta’ por essa afronta com o fracasso na tentativa de conquistar Áden em 1513, que transparece na narrativa de Al-Dayba’ pela maneira

<sup>468</sup> AL-DAYBA’, Wajih al-Dīn ‘Abd al-Raḥman. **Al-Faḍl al-mazīd**, Le surcroît de mérite: Neuf siècles d’histoire de l’Arabie du Sud. CHELHOD, J. (ed.). Sanaa/Beirute, Dar al-‘Awda, 1983, pp. 300-301.

como retrata a derrota portuguesa, como nada menos que retumbante.<sup>469</sup> Possíveis exageros a parte, se verifica aqui, também, as fórmulas típicas da historiografia árabe de encaixar os acontecimentos numa perspectiva providencialista, seja implícita ou explicitamente. Já o significado específico de cada evento variava em cada narrativa, ainda que se mantivesse a ‘metanarrativa’ da providência divina. Assim, a ênfase dada ao referido ataque português ao porto iêmenita poderia ser diametralmente oposta, focando-se nos impactos negativos.

Uma outra crônica do mesmo autor intitulada *Qurra al-‘uyūn bi-aḥbār al-Yaman al-maymūn* (‘Deleite para os olhos nos relatos sobre o lêmén venturoso’) é uma história mais ampla do país, mas que repete algumas das narrativas presentes na obra anterior, se estendendo até meados da década de 1530, poucos anos antes da morte do autor. A obra parece ter sido amplamente difundida e copiada, dado o número de manuscritos sobreviventes. Há versões manuscritas disponíveis para consulta *online* na *Bibliothèque nationale de France* (Arabe 5821 e Arabe 6058) e *in loco* na *Cambridge University Library* (Add. 2894 e Or. 226), como também na *Bodleian Library em Oxford* (MS. Bodl. Or. 737). Uma edição da obra foi publicada pela *Maktaba al-Yamanyā al-Hawlyā*, em 1988. Como uma história do lêmén dos séculos XV ao XVI, contém valiosas informações sobre assuntos relevantes, desde as viagens da armada do tesouro de Zheng He, até a permanência de um senhorio dos mamelucos no lêmén após a perda do Egito para otomanos em 1517, mas não parece fornecer comparativamente muitos detalhes a mais que *Al-Faḍl* em relação aos portugueses.

A importância de al-Dayba‘ na historiografia árabe de sua época vai muito além de suas obras, pois instruiu outros historiadores, como os eminentes cronistas de Meca Jār Allāh e al-Nahrawālī, tratados mais adiante. Rosenthal o considera o “historial iêmenita local por excelência” que soube lidar com a variedade de um mesmo tema (sua cidade) e a relação “com a excelência (*faḍl*) do lêmén, sua islamização, seus governadores sob os omíadas e abássidas, e os sármatas no lêmén e as sucessivas dinastias em Sanaa e Áden.”<sup>470</sup> Nativo de Zabid, Al-Dayba‘

---

<sup>469</sup> *Ibidem*, p. 345.

<sup>470</sup> “The Yemenite local historian par excellence [...] he dealt, for instance, with the excellence (*faḍl*) of the Yemen, its Islamization, its governors under the Umayyads and ‘Abbasids, the Qarmatians in the Yemen, and the successive dynasties in San‘a’ and ‘Aden.” ROSENTHAL, 1968, p. 159.

vive a maior parte de sua vida nessa cidade e lá teria recebido os interessados em sua erudição.<sup>471</sup> A narrativa de sua vida por al-Šillī revela um personagem sagaz e cuja fama de historiador foi significativa:

E nesse [ano de 944 H. (1538)], no mês de Rajab, al-Hāfiz Wajih al-Dīn ‘Abd al-Raḥman ‘Alī Al-Dayba’ faleceu [...] autor de obras famosas e de muitas saberes (*al-‘ulūm*), raro no mundo [como] o cume mais alto das ‘quatro partes do mundo habitado’ (*‘ālam al-ruba’ al-maskūn*). [...] Ele nasceu, que Deus esteja satisfeito com ele (*raḍī Allah ‘anhi*), numa quinta-feira, dia 4 de Muḥarram do ano de 866 H. (1461) - oitocentos sessenta e seis - na cidade de Zabid. E memorizou o ‘grandioso Alcorão’ (*al-qur’ān al-‘aẓīm*) na juventude, e trabalho com êxito nas ciências da lei islâmica (*al-‘ulūm al-šar‘a*) e nas artes letradas (*al-funūn al-adabiya*). Provou-se na ciência (bi-‘ilm) da recitação (*al-qarā’āt*) e da exegese (*al-tafsīr*) e excedeu-se no ‘saber da tradição profética’ (*‘ilm al-ḥadīth*). [...] Foi proveitoso em muitas artes e compilou livros úteis, numerosos bons, entre eles: *Tamyyīz al-ṭayb min al-ḥabīṭ* [‘Distinção do bem do [que é] mal’] e *Buġya almustafīd bi-aḥbār madina Zabid* (‘Aspiração dos interessados nas notícias da cidade de Zabid’) e *Al-Faḍl al-mazīd fī al-tārīḥ Zabid* [‘O mérito adicional na história de Zabid’].<sup>472</sup>

Al-Ṭayyib Ibn ‘Abd Allah ibn Aḥmad Bā Maḥrama foi outro cronista iêminita cuja produção contém valiosas informações sobre as ações dos portugueses na região, da perspectiva nativa. Entre várias obras importantes que escreveu, ao menos duas são obras de história que abrangem o período da chegada dos portugueses: *Qilāda al-nāḥr fī wāfayāt al-‘aiyān al-duhur* e *Tārīḥ ṭagr ‘Adan*. Sobre Bā Maḥrama, al-‘Aydārūs escreve a seguinte nota biográfica:

No ano de [novecentos e] quarenta e sete (1541), faleceu em Áden o ulemá (*al-‘ulāma*) Al-Ṭayyib ‘Ibn al-Faqīh al-Imām al-‘Ulamā’ [filho do imam jurista dos ulemás] Abd Allah ibn Aḥmad Maḥrama morre. Ele foi enterrado no cemitério de seu avô materno, o estudioso (ulemá) Muḥammad bin Mas‘ūd Abī Shakīl Bū Ṣaya, por testamento, na cúpula do xeique (*šayḥ*) Jawhar, que Deus excelso tenha piedade deles. [...] Nasceu em Áden numa noite de domingo, no dia doze do mês de Rabī‘ al-Ṭānī, no ano de oitocentos e setenta (1465) [...] Ele dominava os saberes e [neles] se distinguia. Emitiu *fatāwá* [sentenças ou pronunciamentos jurídicos] e [publicou] trabalhos. Era uma das pessoas mais mentalmente saudáveis, o mais inteligente deles na retórica e o mais preciso na interpretação. Foi um dos melhores juristas (*al-fuqahā*) no ensino, de modo que um conjunto de estudantes (*al-ṭalaba*) e outros [mais] mencionam que não viram nada parecido com ele [em termos de] boa docência e na ‘resolução de problemas de jurisprudência’ (*ḥal al-mu škilāt al-fiqh*). No final de sua vida, ele se tornou administrador das *fatāwá* [sentenças] em Áden.<sup>473</sup>

<sup>471</sup> CHELHOD, Joseph. Les Portugais au Yemen, d’après les sources arabes’. *Journal asiatique*, v. 283, n. 1, p. 1-18, 1995, p. 4.

<sup>472</sup> AL-ŠILLĪ AL-YAMANĪ, Al-Sayyid Muḥammad. *Al-Sanā’ al-Bāhr bi-takmīl al-nūr al-sāfir*. Maktaba Al-Irshad, 2004, p. 310.

<sup>473</sup> AL-‘AYDARŪS, ‘Abd al-Qādir. *Al-Nūr al-Sāfir ‘an akhbār al-qarn al-‘āšir*. Beirut: Dar Sader, 2001, p. 303.

Intitulada *Tārīḥ tağr ‘Adan*, a “História do porto de Áden” de Bā Maḥrama fala sobre os edifícios e figuras importantes dessa cidade. Estendendo-se até o ano de 934 H. (aproximadamente 1538), período imediatamente após a conquista otomana de Áden e da batalha agitada de Diu, em 1538, que se seguiu diretamente (como uma fatídica reconstituição dos eventos de 1508 no mesmo porto do Guzerate). De todos os escritos árabes aqui abordados, é o que menos refere-se aos portugueses, mencionando-os incidentalmente, embora em uma descrição essencial do porto da cidade e de uma de suas primeiras fortificações: um trabalho destruído durante o cerco de 1513. Por mais curto que possa ser visto, manifesta-se nesta breve menção os *topos* negativos identificáveis, compartilhados com outros escritos históricos árabes de sua época em relação aos portugueses<sup>474</sup>. A passagem diz:

Os francos, [que Deus] os abandonem, chegaram a Aden no ano 919. Eles apreenderam o trabalho e instalaram canhões nele, e eles estavam atirando dele na cidade, causando assim danos à cidade. Então foi demolido e foi construído em seu lugar, a fortaleza no Monte Sirah como uma fortaleza apertada vigiando o porto.<sup>475</sup>

O ataque português a sua própria cidade provavelmente gerou um ressentimento particular em Bā Maḥrama. Sua excreção dos francos é provavelmente a mais assertiva pelas atrocidades cometidas na incursão ao redor da “Porta do Estreito de Meca” (terminologia do português, não do árabe). Concluindo a narrativa com certo tom de alívio, relata dos eventos que concernem a expedição da armada portuguesa pelo Golfo de Áden e Mar Vermelho, e assevera que os portugueses “verificaram que partido de Satã (al-Šaitān) não se sobressairia sobre o partido de [Deus] Misericordioso (Al-Raḥmān)”, que Deus os afaste e os disgrace (lit. ‘abandone’).”<sup>476</sup>

A última das narrativas históricas nativas do Sul da Arábia analisadas, a obra intitulada *Tārīḥ al-Šiḥri wa aḥbār qarn al-‘āšir* (‘História de Xaer e notícias do século dez), por Muḥammad bin ‘Umar Al-Ṭayyib Bā Faqīh, é outro texto histórico cronológico com epicentro em Hadramaute, assim como seu antecessor *Tārīḥ al-Šanbal*. Difere,

<sup>474</sup> Aqui se reafirma o já mencionado estereótipo identificado por Subrahmanyam do franco como corrupto e enganador. SUBRAHMANYAM, Sanjay. Taking stock of the Franks: South Asian views of Europeans and Europe, 1500–1800. **The Indian Economic & Social History Review**, SAGE Publishing, v. 42, n. 1, pp. 69-100, Março, 2005, p. 75.

<sup>475</sup> ABŪ MAḤRAMAH, Al-Ṭayyib Ibn ‘Abd Allah ibn Aḥmad. *Tārīḥ tağr ‘Adan*. ‘ABDELHAMID, ‘Ali Hussein ‘Ali. Omã/Beirute: Dar ‘Umar/Dar Jil, 1987, p. 25.

<sup>476</sup> ABŪ MAḤRAMAH, Al-Ṭayyib Ibn ‘Abd Allah ibn Aḥmad. *Qilāda al-naḥr fī wa fayāt al-‘aiyān al-dahr*. vol. 6. Jeddah: Dar al-Minhaj, 2008, p. 568.

no entanto, em seu escopo temporal (um século em vez de quatro) e a densidade no relato de cada evento individualmente, geralmente mais detalhado. Foi escrita em fins do século XVI e completa provavelmente pouco antes da morte de seu autor, Bā Faqīh, em 1602, sobre o qual não há quase nenhuma informação biográfica. Escrita na forma de anais, trata de acontecimentos relevantes de Xaer e eventos influentes em outras regiões muçulmanas. Iniciando-se no ano 901 da Hégira (1495-1496) e indo até o final do século dez do calendário islâmico (século XVI até 1593), toma a forma de anais: os anos mencionados sempre em vermelho no manuscrito consultado por Serjeant.<sup>477</sup>

Seus escritos abrangem extensivamente as ações dos portugueses e fornecem um quadro particular de como as imposições afetaram a região de Hadramaute. Como também é expresso em escritos como de Al-Nahrawālī, *Al-Barq al-yamānī fī al-fataḥ al-oṭmanī*, Bā Faqīh relaciona a chegada dos francos com um dos marcos do início do décimo século da Hégira, recontando que “no início do século X, os francos apareceram pela primeira vez em terras árabes, [pode] Deus mais alto abandoná-los, e vagando em um navio fortificado perto de Xaer no ano 908 ou 909.”<sup>478</sup>

Esse providencialismo parece marcar sua narrativa histórica de maneira peculiar, como de outro conterrâneo. Amiúde, Šanbal e Bā Faqīh parecem ambos correlacionar eventos como as incursões dos portugueses no Mar Árabe a fenômenos naturais ou semi-naturais, mormente catástrofes: aumento de preço de um tipo de tâmara; aparecimento de um lobo malhado que matava tudo que se defrontava com ele, entre os quais vinte pessoas e um número indefinido de animais; uma chuva intensa em Áden, uma seca intensa em Tarim (Hadramaute) que leva a morte de muitos em todas as tribos; vento e chuva intensa em Xaer; ventos fortes vindos norte em Xaer e um cometa da direção leste que brilhou por três dias; um tremor no ar por conta de um trovão que caiu no mar; uma seca no lēmen e no Hadramaute a ponto de pessoas serem levadas a comerem couro.<sup>479</sup> Tais incidentes nunca são diretamente interligados, mas são relatados sempre separadamente logo

<sup>477</sup> SERJEANT, Robert Bertram. Materials for South Arabian History: "Notes on New MSS from Haḍramawt". *Bulletin of the School of Oriental and African Studies*, University of London, p. 281-307, 1950, p. 293.

<sup>478</sup> BĀ FAQĪH, Muḥammad bin 'Omar Al-Ṭīb. *Tārīḥ al-Šihr wa aḥbār qarn al-'ašir*. *Op. Cit.*, p. 47.

<sup>479</sup> Respectivamente: ŠANBAL, Aḥmad bin 'Abdallah. *Tārīḥ al-Šanbal*. *Op. Cit.*, pp. 226, 239, 244, 256; BĀ FAQĪH, Muḥammad bin 'Omar Al-Ṭīb. *Tārīḥ al-Šihr wa aḥbār qarn al-'ašir*. *Op. Cit.*, p. 82, 200, 249, 266.

antes ou a seguir, onde parecem estarem mais associados, ou apenas no mesmo ano, sendo aí mais incerta uma implicação direta. De forma alguma exclusiva ao caso dos portugueses, essa concatenação entre o humano e o natural poderia ser de uma forma talvez particular dessa tradição de história providencialista no Hadramaute, de todo modo fortemente integrada a relação entre providência divina e causas naturais na jurisprudência islâmica.<sup>480</sup>

Por vezes, a relação entre catástrofes naturais e a dimensão humana é mais estreita, pairando implícito o arbítrio de Deus. Em um naufrágio de quatorze embarcações portuguesas no ano de 935 H. (1528-9) teria levado a (fortuita) libertação de um número de prisioneiros muçulmanos, que escaparam do incidente sãos e salvos.<sup>481</sup> Tanto na edição da obra por Al-Habash, publicada em 1999, quanto no manuscrito Or. 2177 da Universidade de Cambridge (fol. 101), não há menção à causa do naufrágio, distintamente da versão de Serjeant retirado dos manuscritos que consultou, na qual informa que a causa foi um tufão (*tūfān*).<sup>482</sup>

De modo geral, não há divergência nesses relatos em relação às informações providas pelos escritos quinhentistas dos portugueses. Há, além da perspectiva nativa dos povos do lêmén, detalhes sobre figuras que interagiram com os portugueses ou foram afetados (até fatalmente) por suas ações. Agius vê, de modo um tanto restrito, um valor particular nessas narrativas, pela atenção dada aos diferentes modelos de navios diferentemente empregados pelos muçulmanos e pelos portugueses:

Ao contrário das fontes portuguesas, que fornecem relatos detalhados de suas conquistas e ocupações, as fontes islâmicas, como as crônicas hadramitas sobre as atividades portuguesas (904-984/1498-1577), carecem de conteúdo: muitas fases e aspectos das mudanças políticas e econômicas na região permanecem irregulares e muitas vezes obscuros. Por outro lado, as informações que eles possuem sobre os tipos de embarcações de guerra muçulmanas e portuguesas (ou francas) são úteis, e seus dados são úteis se adicionados a outras fontes que fornecem esse tipo de informação. Alguns dos navios de guerra mencionados são: *barša* “galeota”, *ǧalyūn* “galeão”, *ǧurab*, *qilyata*, ambos [tipos de] “galés”, e *tarrada* “barco aberto”.<sup>483</sup>

<sup>480</sup> AL-AZMEH, Aziz. **Times of History**. *Op. Cit.*, p. 81-82.

<sup>481</sup> BĀ FAQĪH, Muḥammad bin 'Omar Al-Ṭīb. **Tārīḥ al-Šihr wa aḥbār qarn al-'ašir**. *Op. Cit.*, p. 188.

<sup>482</sup> SERJEANT, R. B. **The Portuguese off the South Arabian Coast**. *Op. Cit.*, p. 54.

<sup>483</sup> Unlike the Portuguese sources which give detailed accounts of their conquests and occupations, Islamic sources such as the Hadrami chronicles on Portuguese activities (904–984/ 1498–1577) are lacking in content: many phases and aspects of the political and economic changes in the region remain patchy and often obscure. On the other hand, the information they hold on types of Muslim and Portuguese (or Frankish) war vessels is helpful and their data is useful if added to other sources that

O que tem se demonstrado nessa pesquisa é que o conteúdo as narrativas árabes do século XVI, ao contrário da citação acima, oferecem dados ímpares sobre dinâmicas políticas e econômicas, não da respectiva sociedade dos autores, mas da conjuntura histórica mais ampla. Os detalhes que fornecem sobre esses aspectos náuticos são apenas um dos que podem ser explorados pelo historiador do período e mesmo dos portugueses no Oceano Índico, por mais que careçam de informações internas ao Estado da Índia, algo nada inesperado visto o distanciamento e o estranhamento dos autores para com aqueles “francos”.

### Ecoss do avanço franco no santuário do Islã

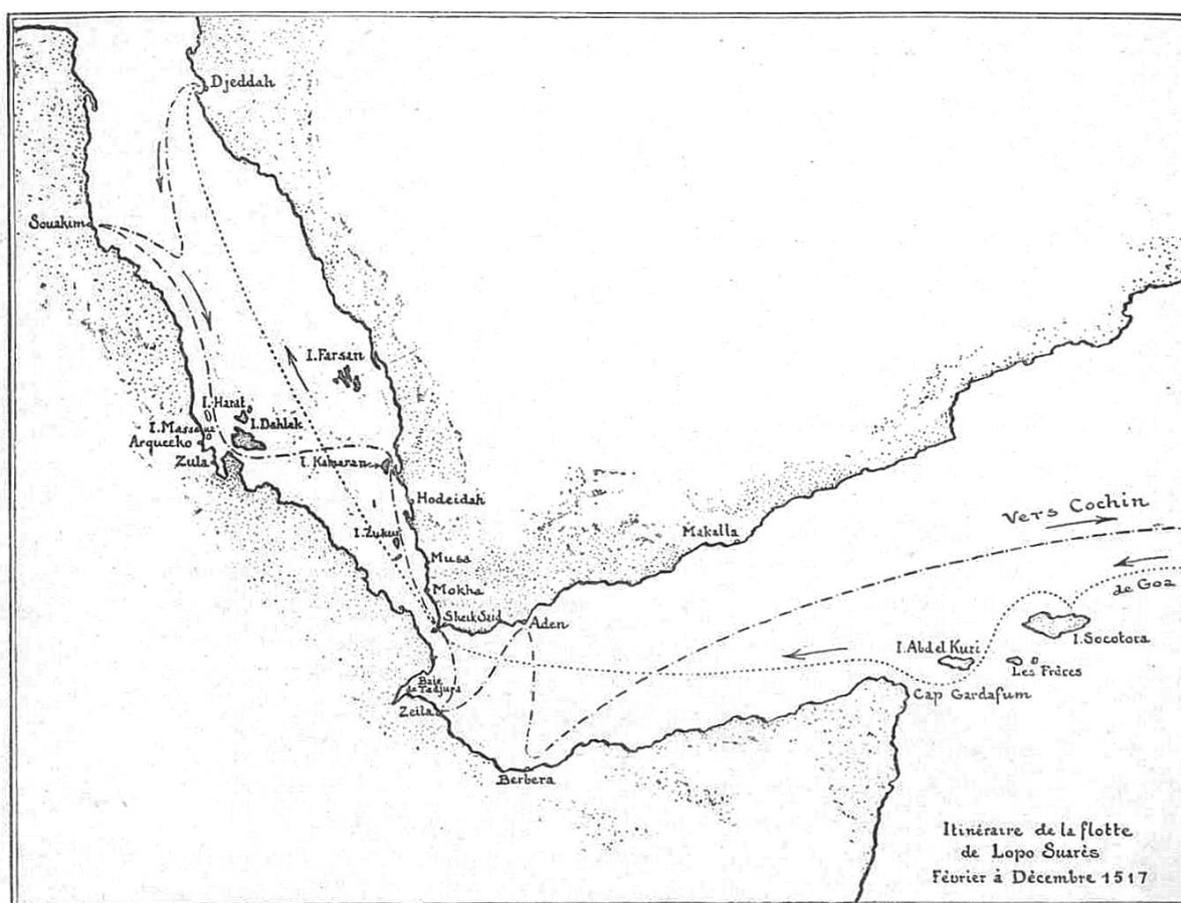


Fig. 58. — Lopo Soares dans la mer Rouge.

Mapa 7- O Mar Vermelho durante a expedição do governador Lopo Soares (1517). SIMON, J. *La Mer Rouge, l'Abyssinie et l'Afrique depuis l'antiquité*. Tome II. Les guerres du poivre. Les Portugais dans l'océan Indien et

provide this sort of information. Some of the warships mentioned are: *barsha* “galliot”, *ghalyun* “galleon”, *ghurab*, *qilyata*, both “galleys”, and *tarrada* “an open skiff”.

AGIUS, Dionisius A. *Classic Ships of Islam: From Mesopotamia to the Indian Ocean*. Leiden: Brill, 2008, p. 256.

*la mer Rouge au XVI e siècle. Histoire de la cartographie orientale. Le Caire: Société Royale de Géographie d'Égypte, t. XVI). 1938, p. 267.*

No Hejaz, as rotas de peregrinação e comércio Oriente-Occidente se encontravam. Pela via marítima, Jidá (Djeddah no mapa acima) era o porto central para as duas mais sagradas cidades do Islã, Meca e Medina, também conhecidas pelo epíteto de “os dois santuários” (*ḥaramayn*, em árabe). Como berço original de fé islâmica e principal centro de peregrinação, a região que hospeda os dois santuários sempre se beneficiou por alguma forma de patrocínio de governantes e elites muçulmanas. Além de epicentro religioso para os muçulmanos, era também em muitos aspectos importantes um nodo informacional em uma vasta rede transcontinental. Do do século XV ao XVI, uma família de estudiosos de Meca, o (clã) Banū Fahd, que por três gerações documentou a vida em Hejaz e as notícias que chegavam até ali.<sup>484</sup> Junto ao pioneirismo do historiador magrebino al-Fāsī, as obras seguidas das três gerações da família Ibn Fahd fornecem uma detalhada história de Meca do século XV a meados do século XVI, abrangendo 150 anos.<sup>485</sup> Seguindo os passos de seu mestre, o patriarca dessa família, Najm al-Dīn Ibn Fahd, escreveu uma história cronológica de Meca desde o primeiro ano da Hégira até sua própria morte em 885 H. ou 1480. A crônica foi intitulada *Ithāf al-warā bi-aḥbār Umm al-Qurá* e comporia a parte final do título dos anais históricos de seu filho e, posteriormente, de seu neto também, cujas obras buscavam atualizar essa compilação histórica a partir de Meca, a ‘mãe das vilas’ (*Umm al-Qurá*).

‘Izz al-Dīn ‘Abd al-‘Aziz Ibn al-Najm Ibn Fahd Al-Makkī, filho de Najm al-Dīn, continuou o trabalho de seu pai. Esta compilação detalhada de anais termina na época da conquista otomana do sultanato mameluco. ‘Izz al-Din, como o segundo historiador da linhagem Ibn Fahd, representa a segunda geração (terceira contando com a obra de al-Fasi, o historiador originário de Fez que inspirou seu pai). Compilou um acréscimo (*dayf*) dos anais de seu pai, que prossegue cronologicamente onde Najm al-Din havia deixado os assuntos e os levou até o ano de sua própria morte.

<sup>484</sup> ALAM, Muzaffar & SUBRAHMANYAM, Sanjay. A View from Mecca. *Op. Cit.*, p. 315.

<sup>485</sup> MELOY, John L. Money and Sovereignty in Mecca: Issues of the Sharifs in the Fifteenth and Sixteenth Centuries. *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, v. 53, p.712-738, 2010, p. 720.

A crônica intitulada *Bulūġ al-qirā fī ḡayl ithāf al-warā bi-aḥbār Umm al-Qurā* contém inúmeros detalhes sobre todos os tipos de assuntos relacionados à política, economia e sociedade em geral, centrados em torno do 'Nobre Santuário' (*Al-Ḥaram Al-Šarīf*) e o que quer que esteja relevantemente ligado a ele, como a peregrinação (*ḥajj*). 'Izz al-Dīn segue o estilo de seu pai, escrevendo extensivamente sobre xeiques (*šuyuh*) e eminentes contemporâneos em um modo biográfico, quase hagiográfico. Acompanhando de perto os eventos no Oceano Índico, ele relatou logo que a primeira expedição mameluca foi enviada contra os portugueses que:

[...] e na quinta-feira mencionada chegou para Meca ou Jidá dos mamelucos [que] se voltavam para Índia com Amīr Ḥusayn da parte do país de Ibn Jabr [interior da Arábia] por terra e a notícias disso escutamos que eles haviam sido vitoriosos sobre os francos e destruíram e tomaram dos francos embarcações e escutamos que antes disso eles matara dos infiéis (*al-kufār*) até quinhentos e estava na embarcação do navio que capturaram o filho do rei deles e o sobrinho dele e que eles se afogaram ou se mataram, e os infiéis mataram dos muçulmanos até trezentos e capturam deles três fragatas [navios de guerra] (*aġrab*) , e que Malik Ayaz e sua esquadra não combateram porque suas embarcações eram pequenas, e depois da fuga dos infiéis (*al-kufār*), voltou Amīr Ḥusayn e Malik Ayaz para sua cidade pela intenção de transportar as embarcações maiores e do retorno para eles. Deus os fez alcançar seus destinos (*maqasidhum*) e o sucesso de seus propósitos (*maqasidhum*) e concedeu vitória (*yansarhum*) sobre seus inimigos pela glória (*jah*) de nosso senhor Muḥammad.<sup>486</sup>

Mais a frente, dá uma dimensão numérica da gloriosa vitória naval dos mamelucos sobre os portugueses, sob a liderança de Amīr Ḥusayn:

Diz-se que o exército de Amīr Ḥusayn tinha até 800 [homens], e os francos em cada navio eram dois mil - Deus sabe melhor. E Deus concede a vitória aos muçulmanos e destrói os inimigos da religião e os torna arruinados por um tempo ou outro.<sup>487</sup>

Diferente de seu filho, 'Izz al-Dīn não ganha uma biografia própria na célebre coletânea de biografia do século dez da Hégira (1495-1591) de al-'Aydārūs, *Al-Nūr al-sāfir 'an akhbār al-qarn al-'āšir*, mas obtém no completo da mesma por al-Šhillī, *Al-Sanā' al-Bāhr bi-takmīl al-nūr al-sāfir*, que relata que no ano de 922H (1516):

Faleceu o xeique dos 'especialistas nas tradições' (*al-muḥadīṭīn*) no país de Deus, o Fidedigno, Abū Ḥayr Muḥammad 'Izz al-Dīn 'Abd al-Azīz bin 'Umar [...] bin Fahd [...] Ibn al-Imam 'Alī bin Abi Talib Al-Hashamī al-'Alawī al-Makkī al-Šafi'ī, um dos eruditos (*'ulama*) mais famosos e mais 'dignos de menção' (*faḍalā' al-maḍkurīn*), nasceu em Meca e lá cresceu com seu pai, tio e outros

<sup>486</sup> IBN FAHD AL-MAKKĪ, 'Izz al-Dīn 'Abd al-'Aziz ibn al-Najm. **Bulūġ al-qirā fī ḡayl ithāf al-warā bi-aḥbār Umm al-Qurā**. 4 vols. IBRAHIM, Salah al-Din ibn Khalīl; ABU AL-KHUYUR, 'Abd al-Rahman ibn Husayn; AL-MAHLABDI, 'Alyan ibn 'Abd al-'Alī (ed.). Cairo: Dar al-Qahira, 2005, pp. 1636-1637.

<sup>487</sup> IBN FAHD AL-MAKKĪ, 'Izz al-Dīn 'Abd al-'Aziz ibn al-Najm. **Bulūġ al-qirā fī zayl ithāf al-warā bi-aḥbār Umm al-Qurā**. *Op. Cit.*, p. 1668.

[familiares]. Excedeu-se (*bara'*) no saber da tradição profética (*'ilm al-hadīṭ*), em história (*al-tārīḥ*) e na [língua] árabe, obteve licença para a ensinar e emitir sentenças (*fatāwá*). Foi autor de muitas obras sobre tradições (*aḥādīṭ*) e crônicas (*al-tawārīḥ*), preenchendo a 'função de xeique' (*mašyaḥa*) que seu pai exerceu para o Sayyid al-Samhudī.<sup>488</sup>

Seu filho, Jār Allah, deu continuidade ao trabalho da família Ibn Fahd a partir do ano de 1517 (922-3 H.), o ano da conquista otomana de Hejaz, e ponto em que os anais de Izz al-Dīn haviam parado. O legado que carregava mais consciente, um prestígio alcançava fama em alguns dos mais distantes recantos do mundo e envolvia a (correta) difusão muitos acontecimentos chaves daquele período:

Jār Allah, é claro, tinha plena consciência de que pertencia a uma família de Meca particularmente importante, com uma cadeia genealógica que se estendia ostensivamente até Muḥammad ibn Ḥanafiyya. De status elevado, embora não fossem Sayyids [descendentes do profeta pela linhagem masculina], a família estava estabelecida há muito tempo em Asfun, no Alto Egito, conhecida por sua extensa população xiita. Eles parecem ter se mudado para Meca no século VIII Hijri ou por aí, e alguns membros são mencionados em pelo menos um dos livros de Taqi al-Fasi, como Abu'l Khayr ibn Fahd (falecido em 735 H.) e Jamal al-Dīn ibn Fahd (também falecido em 735 H.). Além da história, a família Banu Fahd era bastante diversificada em seus interesses intelectuais, em áreas como *hadīṭ* e *adab* (letramento); quatro deles (incluindo o próprio Jarullah) eram conhecidos como *hāfiz* [memorizador] na questão do *hadīṭ*, o que significava que haviam memorizado milhares de tradições do Profeta e suas cadeias de transmissão (*isnād*). Outras famílias proeminentes de Meca aceitavam regularmente alianças matrimoniais com eles, e vários deles também alcançaram posições administrativas importantes em Hijaz. Sua proeminência como uma dinastia intelectual de Meca parece ter durado cerca de três séculos, e um de seus últimos membros eminentes foi 'Abd al-Rahman ibn 'Abd al-Qadir ibn al-'Izz ibn Fahd (falecido em 995 H.), na segunda metade do século XVI, possivelmente um sobrinho do próprio Jār Allah. Estamos lidando, portanto, com um conjunto de intelectuais autoconscientes, cientes de seu próprio status e imbuídos de algum senso de importância; sabemos que duas gerações antes de Jār Allah, Najm al-Dīn já havia escrito uma história da família, intitulada *Baṣṣ al-jahd* ("O uso proveitoso do esforço").<sup>489</sup>

<sup>488</sup> AL-ŠILLĪ AL-YAMANĪ, Al-Sayyid Muḥammad. **Al-Sanā' al-Bāhr bi-takmīl al-nūr al-sāfir**. Maktaba Al-Irshad, 2004, p. 143.

<sup>489</sup> "Jarullah was of course fully aware that he was from a particularly important Meccan family, with a genealogical chain ostensibly extending to Muhammad ibn Hanafiyya. Of high status, albeit not Sayyids, the family had long been settled in Asfun in Upper Egypt, known for its extensive Shi'ite population. They appeared to have moved to Mecca in the eighth century Hijri or thereabouts, and a few members find mention in at least one of Taqi al-Fasi's books, such as Abu'l Khayr ibn Fahd (d. 735 H.) and Jamal al-Din ibn Fahd (also d. 735 H.). Besides history, the Banu Fahd family was quite diverse in its intellectual interests, in areas like *hadīth* and *adab*; four of them (including Jarullah himself) were known as *hāfiz* in the matter of *hadīth*, which meant they had memorized thousands of traditions of the Prophet and their chains of transmission (*isnād*). Other prominent Meccan families regularly accepted marriage alliances with them, and several of them also attained significant administrative positions in the Hijaz. Their prominence as a Meccan intellectual dynasty seems to have lasted about three centuries, and one of their last eminent members was 'Abd al-Rahman ibn 'Abd al-Qadir ibn al-'Izz ibn Fahd (d. 995 H), in the second half of the sixteenth century, possibly a nephew of Jarullah himself. We are thus dealing with a self-conscious set of intellectuals, aware of their own status and imbued with some sense of importance; we know that two generations before Jarullah, Najm al-Din had already written a family

Em grande medida devido sua própria projeção nas altas esferas do império otomano, a biografia de Jār Allah Ibn ‘Abd al-‘Aziz Ibn al-Najm Ibn Fahd Al-Makkī é conhecida e registrada entre as célebres vidas do século XVI, por al-‘Aydarūs, na já mencionada obra *Al-Nūr al-sāfir*.<sup>490</sup> Nascera em Meca no ano de 891 H. (1486) e falecera em 954 H. (1548). Teria sido instruído nos saberes corânicos desde a mais a tenra idade, com quatro, tendo logo memorizado o Alcorão inteiro. Em 913 H. (1507), muda-se para o Cairo para continuar seus estudos, viajando no ano seguinte para Zabid, no Iêmen, onde estuda com o já mencionado historiador ‘Abd al-Raḥman al-Dayba’, autor de *Buġia al-mūstafīd* e *Qurra al-‘uyūn*. Estaria na Síria em 922 H. (1516), quando da tomada otomana do país das mãos dos mamelucos, ano, também, em que seu pai falecera. Visita o coração do império otomano várias vezes nos anos seguintes. Jar Allah era próximo de várias autoridades de diversas partes, como o xarife de Meca, os administradores otomanos e do célebre vizir do Guzerate, Aṣaf Ḥān, que viveu em Meca pelos anos 1520 e para onde retornou buscando refúgio para corte e os tesouros do sultão Bahādur Šāh contra o avanço mogol em seu território.<sup>491</sup> Foi autor de várias obras, ao menos duas dedicadas à celebração do sultão Suleimã e seus feitos.

Ele relatou como os ataques francos portugueses (*ifranj*) impactaram a economia transregional do Oceano Índico, causando aumentos significativos nos preços. Na época dos ataques portugueses do início da década de 1530 contra as redes ligadas ao Guzerate, relata-se que os preços de produtos, como o arroz, atingiram um nível de escassez que quadruplicou seu valor em muitos lugares e que alguns produtos indianos se tornaram sete vezes mais caros no Levante e arredores. Desde que ele pegou onde seu pai tinha parado, seus primeiros avisos sobre os portugueses dizem respeito ao rescaldo de seu ataque contra a cidade portuária de Jidá, o principal porto de Meca:

Assim foi registrada a portaria do xarife [Barakat de Meca]: sua gratidão e notícia da chegada de seu delegado e negociações com o rei dos príncipes [o sultão otomano], que reuniu um exército no mar em navios que chegavam

---

history, entitled *Bazl al-jahd* (‘The Profitable Use of Effort’).” ALAM, Muzaffar and SUBRAHMANYAM, Sanjay. A View from Mecca: Notes on Gujarat, the Red Sea, and the Ottomans, 1517–39/923–946 H.. **Modern Asian Studies**, v. 51, n. 2. p. 268-318, 2017, p. 278.

<sup>490</sup> AL-‘AYDARŪS, ‘Abd al-Qādir. **Al-Nūr al-Sāfir ‘an akhbār al-qarn al-‘āšir**. Beirut: Dar Sader, 2001, pp. 323-324.

<sup>491</sup> BURAK, Guy. Between Istanbul and Gujarat: descriptions of Mecca in the sixteenth-century Indian Ocean. **Muqarnas Online**, v. 34, n. 1, pp. 287-320, 2017, p. 289.

a Jeddah contra os desonrados (*maḥḍūl*) franco[s]. [...] É a vontade dos xarifes manter as naves em Jidá e outros aparelhos lá. Este registro foi escrito no décimo quarto [dia do mês] de Ša'abān no ano datado [de 924 H. ou 1518].<sup>492</sup>

O prestigioso jurista também escreveu uma obra sobre as construções otomanas na cidade de Meca, quando o santuário completava um quarto de século sob Istambul, em 1543. Teria apresentado um rascunho para o governador otomano da cidade de Jidá, principal porto do Hejaz, que o teria estimulado a enviar uma versão final à Sublime Porta, por estar pessoalmente motivado por seu próprio desejo de relatar seus feitos em Meca para o sultão. Esse, talvez, devido as articulações e habilidade de Jār Allāh na esfera política, praticamente em relação aos otomanos que já dominavam sua terra natal desde 1517.<sup>493</sup> Excetuando o conflito com os portugueses em Jidá, a tomada do Hejaz pelos otomanos foi realizada pacificamente, com a entrega das chaves de Meca e Medina ao sultão Selim I como o novo guardião dos dois santuários sagrados do Islã. Esse *status* tornou-se central para reivindicação da legitimidade dos sultões em Istambul sobre todo o imenso território muçulmano que passaram a governar com as conquistas decorridas na primeira metade do século XVI. Os xerifes de Meca mantiveram, como durante o domínio mameluco, sua autoridade local como senhores da cidade, até cunhando suas próprias moedas. Todavia, a Sublime Porta buscou assinalar sua primazia sobre a cidade, impondo sua marca imperial nas instituições e nos afazeres locais. Assim, como parte das medidas centralizadoras do sistema legal do império, tão cara ao sultão Qanūnī (“o legislador”, como era conhecido o Sultão Suleimã), substituiu, em 1537, os juízes principais de Meca por graduados em madrassas otomanas e outros membros da alta cúpula letrada do sultanato.

Um sucessor à sua maneira dos Ibn Fahd, um ‘clã’ (*banū*) de juristas da escola xafiita, Quṭb Al-Dīn Muḥammad Ibn Aḥmad Al-Nahrawālī Al-Makkī (1511-1582) foi um jurista de Meca que seguia a vertente de jurisprudência hanafita, a oficial do império otomano, mas distinta da escola xafiita do clã Banū Fahd. Sua origem familiar remonta a uma importante cidade de Guzerate (Anhilwada-Patan ou Nahrawal), sendo o historiador uma das personalidades guzerates que promoveram e ajudaram a

<sup>492</sup> IBN FAHD AL-MAKKĪ, Jār Allah ibn al-‘Izz ibn al-Najm. **Kitāb Nayl al-muná bi-ḍayl Bulūḡ al-qirá li-takmila ithāf al-wará:** Tārīḡ Makka al-Mukarrama min sana 922 H. ilá 946 H., 2 vols. AL-HILA, Muhammad al-Habib (ed.), Riyadh: Mu’assasat al-furqan lil-turath al-Islami, 2000, p. 85.

<sup>493</sup> BURAK, Guy. Between Istanbul and Gujarat: descriptions of Mecca in the sixteenth-century Indian Ocean. *Op. Cit.*, p. 287.

cimentar laços entre sua terra natal e as cidades sagradas do Islã no século XVI. A classe letrada, em particular, teve um papel importante na manutenção do vínculo entre essas duas regiões e, mais ainda, com a tradição intelectual em árabe, como explica Subrahmanyam:

Nahrawali [...] foi uma das várias figuras cuja intervenção ajudou a consolidar as relações entre Guzerate e as cidades sagradas muçulmanas no século da conquista mogol do sul da Ásia. Eles também garantiram que o árabe continuasse a ter uma carreira proeminente como língua literária em Guzerate, enquanto o persa passou a dominar em outras partes do sul da Ásia islâmica.<sup>494</sup>

Um de seus escritos de história, *Al-Barq al-yamānī fī al-faṭḥ al-‘uṭmānī*, foi composto por ordem do vizir otomano Sinan Paxá, que conquistou as terras altas do Iêmen entre 1569 e 1571.<sup>495</sup> É dividido em quatro livros e um apêndice (perdido): o primeiro livro sobre os soberanos do Iêmen desde o início da Hégira até a conquista otomana da maior parte do território iemenita; o segundo e terceiro livros tratam da própria conquista otomana; e o quarto sobre os governantes iemenitas dos tempos do autor. Particularmente notável é sua descrição detalhada das explorações portuguesas de Ceuta para a Índia:

Aconteceu no início das ocorrências calamitosas (*nawādir fawādiḥ*), a chegada de Portugal (*al-Furtuqāl*) [dos] malditos (*la‘ayn*), da seita (*tāi’fa*) dos amaldiçoados francos[s], às terras da Índia. Seus partidários estavam embarcando dos estreitos de Ceuta no mar e levando refugiados na escuridão, passando perto das montanhas de Comor, a fonte dos fluxos do Nilo para o Oriente (*al-Mašriq*), passando perto da costa em um estreito, um lado por uma montanha e o outro lado pelo mar de escuridão, um lugar cheio de ondas. Suas navas não estabilizaram sobre ele, quebrando e deixando nenhum deles. Assim, permanecem nesse período, perecendo lá, sem nenhum de sua seita chegar ao Mar da Índia, até que uma de suas galés acabou [procedendo] ao Mar da Índia. No entanto, nenhum conhecimento sobre este mar foi informado, até que alguém lhes indicou um piloto, que dizem ser [navegador] Aḥmad bin Mājīd.<sup>496</sup>

A associação do célebre mestre da navegação, Ibn Mājīd, ao piloto que conduziu Vasco da Gama à Índia parece ser apenas do próprio autor, não encontrando embasamento em outros escritos da época. Esse tipo de anedota é

<sup>494</sup> “Nahrawali hailed from a great medieval town in Gujarat (Anhilwada-Patan or Nahrawal), and was one of a fair number of figures whose intervention helped cement relations between Gujarat and the Muslim holy cities in the century of the Mughal conquest of South Asia. SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Empires between Islam and Christianity, 1500-1800**. New York: SUNY Press, 2019, p. 331.

<sup>495</sup> SMITH, Clive K. Introduction. In: AL-NAHRAWALLI AL-MAKKI, Qutb al-Din; SMITH, Clive K.. **Lighting over Yemen: A history of the Ottoman Campaign 1569-71**. London. I.B. Tauris, 2002, p. 3.

<sup>496</sup> AL-NAHRAWĀLĪ, Quṭb Al-Dīn Muḥammad Ibn Aḥmad. **Al-Barq al-yamānī fī al-faṭḥ al-‘uṭmānī**. Riyadh: Dar al-Yamamah, 1967, p. 18.

certamente um dos fatores que Lopes teve em mente ao afirmar que Quṭb Al-Dīn “não é minucioso nesses factos que narra, como quem só pretende reatar o fio dos acontecimentos e voltar ao objecto principal.”<sup>497</sup> Isso não significa que não fosse um intelectual dedicado, ao contrário, todas evidências apontam que era alguém que não evitava debates com seus coetâneos, sendo possível discernir em seus escritos “suas redes intelectuais, suas afinidades e suas inimizades.”<sup>498</sup>

Natural de Meca, Al-Nahrawālī ali nasceu em 920 da Hégira (circa 1513-1514), formando-se como jurista da escola sunita hanafita, função que exerce, entre outras, até sua morte, na sua cidade natal, no ano de 990 da Hégira (circa 1582-1583). Chelhod, ao contrário dos outros autores, identifica seu local de nascimento como a cidade de Lahore, tendo emigrado para Meca ainda muito jovem.<sup>499</sup> De qualquer forma, teria visitado e vivido na terra de seus pais diversas vezes, exatamente num período marcado pelos distúrbios causados pelo avanço mongol por terra e o curso português no mar, além todas as maquinações que envolveram as ações desses distintos impérios frente ao sultanato muzafárida.<sup>500</sup> Durante sua vida, Nahrawali vai compor obras sobre religião, literatura e, evidentemente, história. Além da narrativa sobre a conquista otomana do Iêmen, também é de sua autoria uma conhecida crônica e descrição da cidade de Meca.

Quṭb Al-Dīn visitou a capital do império otomano, Istambul, duas vezes: a primeira vez em 942 H.(1536), a segunda em 965 H.(1557/8).<sup>501</sup> Na primeira visita, compunha uma delegação do Guzerate, pleiteando apoio otomano contra os portugueses no contexto da tomada de Diu pelos mesmos e a eventual morte do sultão Bahādur Šāh. Já na segunda, era o emissário de confiança do Xarife de Meca para com a Sublime Porta. Durante esse período de estadia em Istambul, a cidade passava por certa conturbação, já que em maio de 1558, um acontecimento peculiar, envolvendo a execução de um xeique chamado Zayn al-Dīn em razão de suspeitas de “heresia” xiita, o que trazia à tona as tensões religiosas e políticas que permeavam

---

<sup>497</sup> LOPES, David. **Extractos da Historia da Conquista do Yaman Pelos Othmanos**. Contribuições Para a Historia do Estabelecimento dos Portugueses na India. Memoria destinada à X Sessao de Congresso Internacional Dos Orientalistas. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892, p. 4.

<sup>498</sup> SUBRAHMANYAM, 2019, p. 332.

<sup>499</sup> CHELHOD, Joseph. Les Portugais au Yemen, d'après les sources arabes'. **Journal asiatique**, v. 283, n. 1, p. 1-18, 1995, p. 5.

<sup>500</sup> SMITH, Clive K. Introduction. *Op. Cit.*, p. 3.

<sup>501</sup> *Ibidem*, p. 4.

a sociedade otomana da época.<sup>502</sup> O objetivo da missão de Al-Nahrawālī era obter do sultão a remoção do governador otomano de Medina, com que o Xarife tinha divergências. Aparentemente, a discórdia que emergiu entre ele e os outros membros da delegação levou a sua retirada. O pivô teria sido o *qādī* (juiz) de Medina, contra quem teria levantado alegações, levando a hostilidade e insultos dos outros hejazis, que exigiam que Quṭb al-Dīn se explicasse. Por fim, acabou em Istambul apenas como um tradutor turco e sem meios de representar quem, em última instância o encarregou para lá estar, o Grande Xarife, pois sequer o conhecia pessoalmente.

Não foi nessa ocasião que conheceu Sinan Paxá, quem o encarregaria de escrever sobre sua campanha no lêmén entre 1569-1571 na forma de uma crônica sobre suas vitórias no lêmén.<sup>503</sup> No entanto, vai dedicar a esses eventos apenas a quarta parte de sua obra, *Al-Barq al-yamānī fī al-faṭḥ al-‘uṭmānī*, recuando sua narrativa da saga do Sul da Arábia para o início do décimo século da Hégira (1494-1591). A escrita dessa crônica teria sido finalizada no ano 985 da Hégira (1577-1578), embora haja na *Bibliothèque nationale de France* ao menos uma versão manuscrita anterior a essa data, que apresenta um texto incompleto, somente até o capítulo 32, e que, no fôlio, 87, indica a data da cópia do manuscrito por 981 H. (1573-74) e o nome do copista, Husayn Ibn Muḥammad.<sup>504</sup> Nenhuma das cópias ou versões do manuscrito contém o quarto livro anunciado na introdução da obra. Há várias outras cópias manuscritas da obra na Europa. Na *Bibliothèque nationale de France* há sete versões manuscritas da obra, todas digitalizadas e disponíveis *online* pelo *site* oficial da biblioteca. David Lopes utiliza o manuscrito BnF Arabe 1648, redigido por certo Šarīf al-Dīn al-Ġamrī e completa no ano 1002 H. (1592-1593) para compilar vários extratos com menções aos portugueses.<sup>505</sup> O destacado orientalista português também registra em sua época outras cópias manuscritas em bibliotecas europeias: duas na Biblioteca do Escorial, e manuscritos em Berlim, em Copenhague, em Gotha, em São Petersburgo, em Oxford e no Museu Britânico.

As referências de al-Nahrawālī revelam um mundo compreendido entre o legado de uma tradição geográfica e as conexões transformadoras que surgiam.

<sup>502</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Courtly encounters**: translating courtliness and violence in early modern Eurasia. Cambridge/London: Harvard University Press, 2012, p. 105.

<sup>503</sup> SMITH, Clive K. Introduction. *Op. Cit.*, p. 3.

<sup>504</sup> Ver BnF Arabe 1646

<sup>505</sup> LOPES, David. **Extractos da Historia da Conquista do Yaman pelos Othmanos**. *Op. Cit.*, p. 6

Meca no século XVI era um verdadeiro eixo do Islã, não apenas espiritual. Escritos árabes, como *Al-Barq al-yamānī*, demonstram em especial a vastidão do mundo que cada vez mais se integrava através de redes transoceânicas. Para Subrahmanyam, tanto al-Nahrawālī (amplamente copiado em sua época e depois), quanto Jār Allah (cuja obra *Nayl al-Muná* sobrevive em apenas um manuscrito) seriam exemplos de intelectuais verdadeiramente globais da história da “mundialização” da Idade Moderna temprana:

Homens como Jār Allah e al-Nahrawālī deveria ser considerados como pertencendo a um relato da história intelectual global da primeira modernidade por duas razões: por suas extensivas redes e conexões, e porque eles certamente eram conscientes de (e escreveram sobre) um mundo que se estendia do Mediterrâneo ao Sudeste Asiático.<sup>506</sup>

Os dois autores também estiveram diretamente sob a influência imperial otomana, que patrocinara a escrita da história, não só como celebração e afirmação do poder do sultão, mas como parte de sua disputa ideológica com impérios rivais, como os Habsburgo e os safávidas.<sup>507</sup> Durante o reinado de Suleimã, o Magnífico (para os europeus), o Legislador (para seus súditos), ocorreu uma “explosão historiográfica”.

Também da região do Hejaz, mas diferente dos outros autores mencionados, baseado na cidade portuária de Jidá, no Mar Vermelho, ‘Abd al-Qādir bin Aḥmad bin Muḥammad bin Faraj al-Šāfi’ī escreveu uma crônica dedicada a mesma. Nascido ali em data desconhecida, ficou conhecido como o ‘pregador de sermões’ (*ḥatīb*) de Jidá, onde morreria no dia 17 de Ramadã de 1010/11 (março de 1602).<sup>508</sup> Sabe-se que foi um especialista em lei islâmica (*šarī‘a*) e da tradição (*al-ḥadīth*). Em Meca, teria estudado com Ibn Ḥajar al-Haythami, entre outros. A única obra citada por outros é *Silāḥ*, embora mencionem a autoria de outros textos. Por seu próprio escrito, sabe-se

<sup>506</sup> “Men like Jarullah and Nahrawali should rightly be thought to belong in an account of early-modern global intellectual history for at least two reasons: because of their extensive networks and connections, and because they were certainly aware of (and wrote about) a world that stretched from the Mediterranean to South East Asia.” SUBRAHMANYAM, Sanjay & ALAM, Muzaffar. *A Handful of Swahili Coast Letters, 1500–1520. Op. Cit.*, p. 336.

<sup>507</sup> ŞAHIN, Kaya. *Empire and Power in the Reign of Süleyman: Narrating the Sixteenth-Century Ottoman World*. Cambridge University Press, 2013, p. 163.

<sup>508</sup> SMITH, Gerald Rex; ‘UMAR ZAYLA’Ī, Aḥmad. Introduction. In: IBN FARAJ, ‘Abd Al-Qādir Ibn Aḥmad; SMITH, Gerald Rex; ‘UMAR ZAYLA’Ī, Aḥmad. **Kitāb Al-Silāḥ Wa-al-‘uddah Fī Tārīkh Bandar Juddah**. *Bride of the Red Sea: A 10th/16th Century Account of Jeddah*. University of Durham, Centre for Middle Eastern and Islamic Studies, p. ii-vi, 1984, p. ii.

que ele seria de origem iêmenita e que seu avô teria vindo com seu pai para Jidá, tornando-se imam de uma mesquita importante.

‘Abd al-Qādir bin Muḥammad Al-Jazīrī possuía extensiva experiência pessoal e familiar com o *hajj*, a peregrinação ao santuário de Meca, tendo ele e seu pai trabalhado diretamente com a administração dessas caravanas, num ofício que se encarregava de prover as caravanas com caminhos, comida e outros suprimentos essenciais e que já era ativo sob o domínio dos sultões mamelucos e continuado com os otomanos.<sup>509</sup> Com o amplo registro que tinha à disposição, aliado a sua formação erudita, típica de um jurista islâmico, escreveu a obra histórica sobre a peregrinação sagrada intitulada *al-Durar al-Farā'id al-Munazzama fī aḥbār al-ḥājj wa ṭarīq Makka al-Mu'azzama*. Entre os fatos que registra, está o efeito dos portugueses sobre as rotas marítimas de peregrinação para o Hejaz e sobre o suprimento de mercadorias do Índico.

A história de Jidá de Ibn Faraj, intitulada *Kitāb Al-Silāḥ wa al-'udda fī tārikh bandar Jidda*, é dedicada a um certo Sayyid Dā'ūd bin Hāšim.<sup>510</sup> Porém, os governantes de Meca na época em que Ibn Faraj viveu eram Abū Numayy e seu filho al-Ḥasan bin Abī Numayy. Para Smith e ‘Umar al-Zayla‘ī, a explicação para isso pode ter sido a confusão de uma figura de séculos anteriores, responsável pela destruição de Jidá, com o governante da cidade de Meca ao final do século XVI por algum copista.<sup>511</sup> As fontes de Ibn Faraj para períodos anteriores a sua época são de célebres autores muçulmanos, como al-Ghazali e Ibn Jubayr.<sup>512</sup> O estilo e a linguagem é remanescente do sermão de sexta-feira (*ḥuṭba*), função da qual o autor era encarregado numa mesquita da cidade, como fora seu avô. O estilo retórico é elaborado, com um grande elogio ao princípio a maneira de *saj'*, além de inúmeros recursos a linguagem e expressões corânica. Há também coloquialismos e erros gramaticais, possivelmente dos copistas.

<sup>509</sup> FAROQHI, Suraiya. **Pilgrims and Sultans: the hajj under the Ottomans 1517-1683**. London/New York: I.B. Tauris & Co, 1994, pp. 69-70.

<sup>510</sup> IBN FARAJ, ‘Abd Al-Qādir Ibn Aḥmad; SMITH, Gerald Rex; ‘UMAR ZAYLA‘Ī, Aḥmad. **Kitāb Al-Silāḥ Wa-al-'uddah Fī Tārikh Bandar Juddah**. Bride of the Red Sea: A 10th/16th Century Account of Jeddah. University of Durham, Centre for Middle Eastern and Islamic Studies, 1984, p. 4-5.

<sup>511</sup> SMITH & ‘UMAR ZAYLA‘Ī, 1984, p. ii.

<sup>512</sup> *Ibidem*, p. iii.

O relato de Ibn Faraj centra-se nos eventos relacionados ao primeiro grande conflito naval declarado entre portugueses e otomanos, em 1538, quando um rumor circulou que os francos iriam tomar todos os portos com uma grande expedição por terra e mar.<sup>513</sup> A informação veio do vizir do Guzerate, em asilo na sagrada cidade de Meca, cujo sultão havia sido morto em Diu, num confronto com os portugueses. Ainda que a fracassada investida portuguesa contra Jidá não seja mencionada, pode-se inferir uma alusão expressa, em termos paralelos ao vocabulário das obras jihadistas a serem analisados no Malabar. Entre as tradições que cita sobre a cidade, o historiador de Jidá escreve que “quando alguém morre, seus feitos se encerram, exceto aquele que se esforça na causa de Deus” e continua um mais adiante relatando que “Muḥammad, que Deus o abençoe e lhe dê paz, nos informa que existem inefáveis [prêmios] aos ‘piedosos campões’ (*al-murābiṭūn*), especialmente para aqueles de Jidá.”<sup>514</sup> O prospecto de guerra sagrada contra os infiéis, certamente afetado pelos portugueses como a primeira frota hostil não-muçulmana a alcançar o porto de Meca, é expressivo na passagem que antecede o trecho acima:

É mister para quem entrar nesse porto abençoado (*al-ṭāgr al-mubārak*) que venha a intenção de fortificação (*ribāṭ*), de jihad e de defesa dessa antiga casa de Deus (*bayt Allah al-‘atīq*) e traga consigo algum tipo de equipamentos militares para repelir os infiéis e mal-feitores (*al-‘inād*).<sup>515</sup>

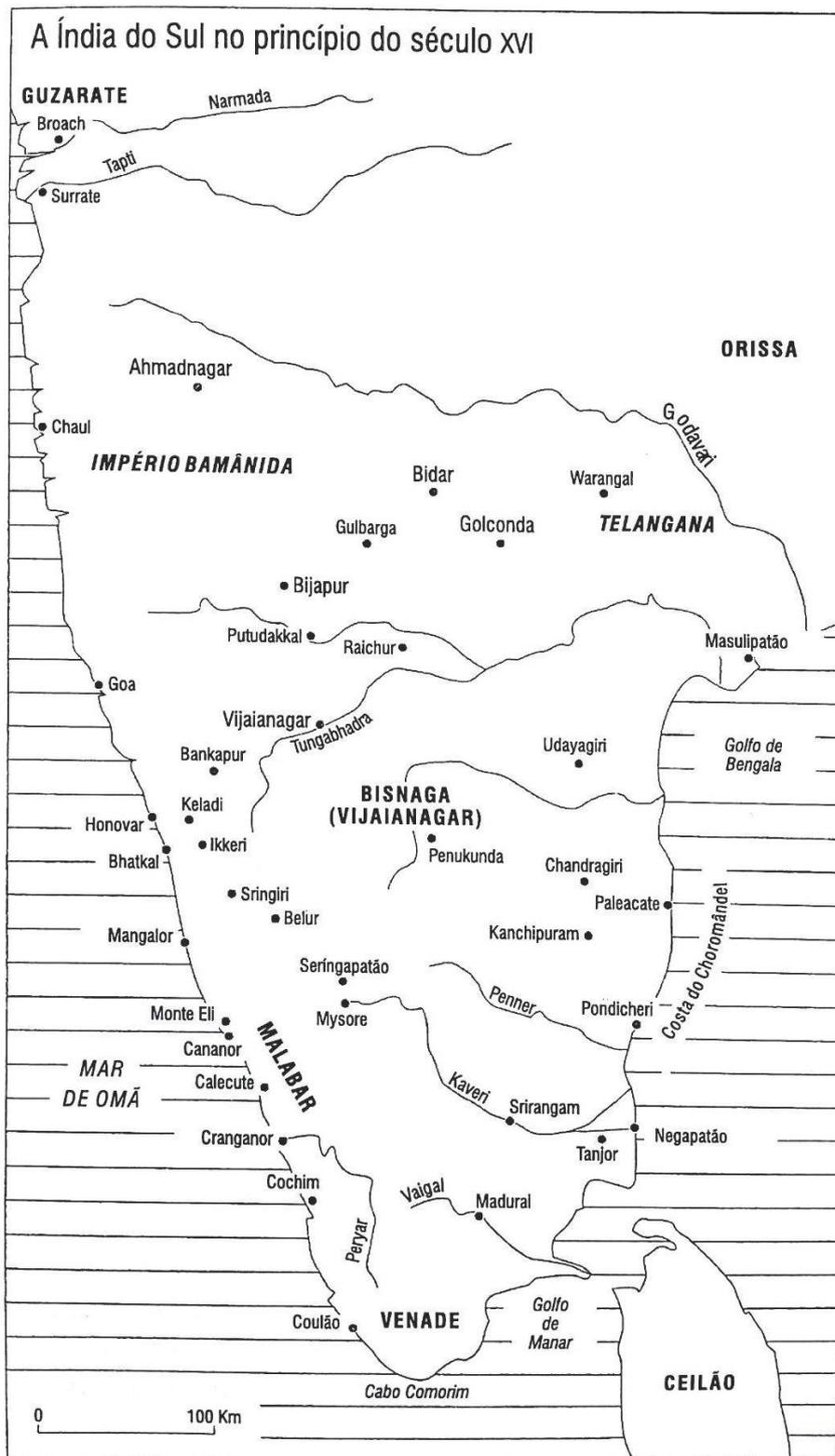
---

<sup>513</sup> IBN FARAJ, ‘Abd Al-Qādir Ibn Aḥmad; SMITH, Gerald Rex; ‘UMAR ZAYLA‘Ī, Aḥmad. **Kitāb Al-Silāḥ Wa-al-‘uddah Fī Tārīkh Bandar Juddah**. *Op. Cit*, 1984, p. 37.

<sup>514</sup> *Ibidem*, p. 43.

<sup>515</sup> *Ibidem*, p. 42.

Um libelo contra os adoradores da cruz



Mapa 8- Mapa do sul da Índia no século XVI. BOUCHON, Geneviève. Vasco da Gama. Lisboa: Terramar, 1998, p. 111.

[Os Francos] chegaram a Cãlicūt – faze atenção a este capítulo útil

no começo do ano 906 [1500-1501].

Ali vendiam e compravam, e tinham poder, subornaram os sāmīrī e

oprimiam a gente.

Chegou com eles o ódio ao islame! E a gente teve medo e angústia.

E a terra dos sāmīrī foi arrancada de Meca, e o Guardafui foi ve-

dado aos viajantes.<sup>516</sup>

[Pseudo-]Ibn Mājīd

A intromissão portuguesa em sua chegada ao Mar Árábico ameaçou o *status quo* preexistente nas redes entrelaçadas e na dinâmica de poder entre comerciantes e governantes, já que sua pretensão declarada era erradicar o comércio marítimo muçulmano e monopolizar o comércio de especiarias.<sup>517</sup> Ao visar ativamente os infiéis da "seita de Maomé" e tentar removê-los das rotas oceânicas, suas ações acabaram perturbando a posição predominante da comunidade muçulmana e intensificando os antagonismos dentro dela. A hostilidade dos cristãos católicos fanáticos, em um primeiro momento, voltou-se principalmente para os muçulmanos envolvidos no comércio marítimo externo em Calecute, principal empório de exportação de pimenta preta.<sup>518</sup> Buscando controlar a exportação de especiarias da costa de Malabar, os portugueses procuraram expulsar os comerciantes muçulmanos e bloquear suas viagens para a Arábia ou a "terra dos árabes" (*barr al-‘arab*), na expressão corrente da época.<sup>519</sup> Isso visava principalmente os comerciantes muçulmanos estrangeiros, em oposição aos Mappilas locais, que desempenhavam um papel inferior na especiaria. Naturalmente, os conflitos entre esses diferentes segmentos poderiam

<sup>516</sup> CHUMOVSKY, T. A. Três roteiros desconhecidos de Aḥmad Ibn-Mājjid o piloto árabe de Vasco da Gama, tradução portuguesa de Myron Malkiel-Jirmounsky. **Lisbon: Comissão executiva das comemorações do quinto centenário da morte do infante D. Henrique**, 1960, pp.45-46.

<sup>517</sup> KOORIA, Mahmood. An Abode of Islam under a Hindu King: Circuitous Imagination of Kingdoms among Muslims of Sixteenth-Century Malabar. **Journal of Indian Ocean World Studies**, McGill University, v. 1, n. 1, pp. 89-109, 2017, pp. 91-92.

<sup>518</sup> AMER, Ayal. The rise of jihadist sentiments and the writing of history in sixteenth-century Kerala. *Op. Cit.*, p. 4.

<sup>519</sup> AL-MAḤDŪM AL-MALĪBĀRĪ, Zayn al-Dīn. Tuhfa al-mujāhidīn fī ba‘ad aḥwal al-purtukālyīn. In: LOPES, David. **História dos Portugueses no Malabar por Zinadim**. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 1-94 [árabe], 1898. p. 37; Royal Asiatic Society (RAS) Arabic 28, p. 36

afastá-los ainda mais, e as evidências portuguesas notam tensões contínuas na época de sua chegada.

A região Sudoeste do Subcontinente Indiano foi um centro comercial movimentado por milênios, particularmente com o comércio das especiarias produzidas na região, como pimenta preta e gengibre. Embora seu comércio externo tenha sido dominado por muçulmanos (como em outros lugares do Oceano Índico), o Malabar (região conhecida também como Kerala) era governado predominantemente por soberanos hindus, que governavam sobre pequenos reinos como o Samorim em Calicut, o reino do *Kolattiri* (chamado Coletery pelos portugueses), em Kollattunatu ou Cananor e os rajas, de Perumpatappunatu ou Cochim<sup>520</sup>. No final do século XV, Samorim tornou-se o governante mais poderoso da região, merecendo, assim, o epíteto *samudra raja* (rei dos oceanos), bem como *kunnalakkon* (Senhor do Mar e da Montanha). Os muçulmanos em Malabar eram uma minoria com fortes conexões de mercado, cultura e política em todo o Oceano Índico, gozavam de *status* privilegiado diante de Samorim em termos comerciais, políticos e religiosos, controlando basicamente todo o comércio marítimo, como afirmado pelos cronistas portugueses.<sup>521</sup> Isso os fez alvo central da hostilidade portuguesa, alimentada duplamente pela hostilidade anti-islâmica e ambição pelas especiarias. As ações dos portugueses geraram uma pressão enorme sobre a comunidade muçulmana, que desenvolveu um forte sentimento jihadístico em contrapartida.<sup>522</sup> A obra do eminente jurista islâmico Zayn al-Dīn ibn ‘Abd al-‘Azīz al-Ma‘abarī al-Malībārī al-Maḥdūm, *Tuḥfa al-mujāhidīn fī ba‘aḍ aḥbār al-purtukalyīn* ('Obra-prima dos lutadores da fé (*al-mujāhidīn*) em alguns relatos sobre os portugueses'), foi o principal escrito propriamente historiográfico imbuído desse ideal de jihad contra os portugueses.<sup>523</sup>

<sup>520</sup> KOORIA, Mahmood. An Abode of Islam under a Hindu King. *Op. Cit.*, p. 90.

<sup>521</sup> Os principais cronistas quinhentistas salientam esse controle do comércio pela comunidade muçulmana do Malabar, fato que convergia a animosidade religiosa anti-islâmica com os desígnios monopolísticos da Coroa de Portugal. BARROS, Joam de. **Asia de Joam de Barros**. Lisboa: Bermão Balharde, 1552. p. 111; CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **História do descobrimento & conquista da Índia pelos portugueses**, vol. 1. Coimbra: João de Barreyra & João Alvarez, 1552, p. 40; CORREIA, Gaspar. **Livro Primeiro das Lendas da Índia**. 1 liv (497 f.); papel, ANTT, Códices e documentos de proveniência desconhecida, n.º 40. fl. 38r-38v.

<sup>522</sup> HUSAIN, K. The tradition of "jihad" in the evolution of anti-colonial struggles in Malabar. **Proceedings of the Indian History Congress**, v. 60, pp. 709-714, 1999, pp. 709-710.

<sup>523</sup> AMER, Ayal. The rise of jihadist sentiments and the writing of history in sixteenth-century Kerala. *Op. Cit.*, p. 3.

Zayn al-Dīn embasa na jurisprudência islâmica (*fiqh*) a justificação e o dever da ‘luta sagrada’ (*jihād*) a todos os muçulmanos numa situação defensiva, como aquela em que se encontravam diante da opressão dos portugueses. Essa argumentação jurídica perpassa a obra, que é dividida em quatro partes. Nessa introdução, Zayn al-Dīn faz um apelo ao jihad contra os portugueses e dedica o trabalho ao sultão ‘Alī ‘Ādil Shāh de Bijapur. A primeira parte contém uma explicação legal do princípio jihad, baseado em exegese e comentários junto a uma seleção de versículos do Alcorão e das tradições (ditos e feitos) do profeta (sing. *ḥadīṭ*, pl. *ahādīṭ*) aplicáveis. A segunda parte trata da história da comunidade muçulmana no Malabar e suas origens remotas, no fundador mítico do reino de Kerala, além de uma breve apresentação das estruturas políticas da região. A terceira parte trata dos costumes “curiosos” dos “infiéis” no Malabar, o que denota uma escrita voltada também a um ‘público-alvo’ forâneo, como o próprio sultão de Bijapur (estado mais ao norte do Malabar), a quem a obra é dedicada. Foca especificamente nos preceitos e hábitos das castas brâmane e naire. A quarta e maior parte é voltada a um longo relato histórico das ações dos portugueses e da resistência dos malabares, sobretudo dos muçulmanos ‘esforçados na fé’ (*mujāhidīn*), embora não consiga negligenciar o papel do “gentio” samorim e sua casta de guerreiros (os naires), cobrindo o período de 1498 a 1583 (e com alguns adendos sobre datas posteriores na versão da RAS).

As únicas cópias conhecidas desse texto encontram-se preservadas em quatro manuscritos preservados em diferentes bibliotecas de Londres, na Inglaterra. Na época em que realizou sua edição, David Lopes afirma que apenas a versão em posse na época do Museu Britânico pode ser considerada mais completa, já que falta a primeira parte no manuscrito na *Royal Asiatic Society* (RAS) e num dos que se encontravam no *Indian Office* nessa época.<sup>524</sup> Atualmente, uma das versões da obra está preservada na *Wellcome Collection*, do *Wellcome Trust*, enquanto duas se encontram na *British Library* e uma na *Royal Asiatic Society*. Esta pesquisa pôde se basear na comparação da edição de Lopes com a da *Royal Asiatic Society*, consultada *in loco*, assim como um dos manuscritos da *British Library*. A versão da *Wellcome Collection* foi digitalizada em alta resolução pela própria instituição.<sup>525</sup> Ao contrário do que Lopes alega em relação aos quatro manuscritos consultados em sua

<sup>524</sup> LOPES, David. **História dos Portugueses no Malabar por Zinadim**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898, p. ci.

<sup>525</sup> Permanent link: <https://wellcomecollection.org/works/xbpsc323>.

época, há três versões completas (com todos os partes e (sub)capítulos), tanto a da *Royal Asiatic Society* (que parece ser a que ele se baseia, do título a distribuição do texto nas páginas), a da *Wellcome Collection* e a do manuscrito *British Library IO ISLAMIC 2807*, uma coletânea de textos do Malabar que inclui a obra *Tuḥfa al-mujāhidīn* entre os fólios 111 e 151. A diferença entre esses três são as informações do copista ao final, detalhadas na versão da *Royal Asiatic Society*, mas inexistente nas outras duas. Essas informações concernem o oficial inglês que comissionou aquela cópia, bençãos a outro administrador britânico e a data no ‘ano de Jesus’ (*sana al-‘isawiya*) de 1831.<sup>526</sup> A versão consultada *in loco* na Biblioteca Britânica (*British Library Add 22375*) começa na segundo parte, faltando-lhe a introdução e o primeiro capítulo, que compila tradições e opiniões de juristas sobre a jihad.

Também intitulada com alguma variação de “Dádiva para os guerreiros sagrados (*al-mujāhidīn*) acerca de algumas circunstâncias dos portugueses”, teria sido escrita entre fins da década de 1570 e início da década de 1580, sendo a data mais frequentemente citada para sua finalização o ano de 1583. A diferença na tradução do título deve-se ao entendimento da palavra *tuḥfa* mais como um presente aos *mujāhidīn*, que uma referência conjunta a seus feitos, como aqui entendido. No próprio título original em árabe há também uma diferença no uso o termo *aḥwāl* (“circunstâncias”) ao invés de *aḥbār* (“relatos”) no manuscrito da Sociedade Real Asiática (RAS Arabic 28) e na edição de David Lopes de 1898, de modo a ficar o nome completo da obra *Tuḥfa al-mujāhidīn fī ba‘ḍ aḥwāl no al-purtukāliyyīn*. A versão da *Wellcome Collection* (MS Arabic 726) utiliza relatos (*aḥbār*), assim como a da *British Library IO ISLAMIC 2807*. Optou-se nesta pesquisa pela palavra *aḥbār*, mais calcada na tradição historiográfica árabe já referida, e por entender que seria mais um erro de interpretação do copista, levado adiante, posteriormente, por David Lopes em sua edição. Quanto a referência aos fólios, a marcação é inexistente nos manuscritos *Wellcome Collection* MS Arabic 726 (nesse há apenas uma incerta referência como 5L, a lápis no início) e no *British Library Add 22375*, de modo que se utilizou da primeira página escrita como fólio de referência (fol. 1r). Já o RAS Arabic 28 usa uma paginação moderna, ao invés por fólios, e aqui preferiu-se mantê-la para evitar confusão.

---

<sup>526</sup> Royal Asiatic Society (RAS) Arabic 28, pp. 84-85.

O autor dessa obra de história “jihadística”, Zayn al-Dīn al-Ma‘abarī Al-Malībārī al-Maḥdūm teria nascido em uma data incerta (talvez 1530) e crescido no Malabar em uma família que teria se mudado da costa do Coromandel para o Malabar no século XV.<sup>527</sup> Em um santuário dedicado a um de seus ancestrais em Cochim, estariam os registros genealógicos da família relatados a Shokoohy quando de sua pesquisa *in loco*.<sup>528</sup> Esse ancestral, também chamado Zayn al-Dīn, teria imigrado do Irã para Índia no século XV e se estabelecido primeiro no sudeste indiano, até transferir-se para o Malabar. Seu neto, outro Zayn al-Dīn, teriam se mudando com outros membros da família para Ponnani, onde teriam fundado a primeira mesquita local, destruída posteriormente no confronto com os portugueses e, subsequentemente reconstruída sob sua direção na década de 1520.<sup>529</sup> Também conhecido pelo patronímico (*kunya*) de Abū Yahya, esse é o avô do autor da *Tuḥfa al-Mujāhidīn* e também um renomado jurista, autor de vários escritos, inclusive alguns dedicados ao tema da jihad e que exerceriam forte influência sobre seu neto. Esse por sua vez, cujo nome próprio (*ism*) seria Aḥmad (Zayn al-Dīn), teria nascido em Mahé, ao norte de Calecute.<sup>530</sup>

Seja qual for seu verdadeiro local de nascimento, o cerne da vida de Zayn al-Dīn esteve ligado a sua educação e atividade religiosa em Ponnani. A importância central dessa cidade para o Islã no Malabar lhe rendeu a alcunha de “Meca do Sul da Índia” ou “Pequena Meca” (em malaiala, *Dakṣiṇēntiayuṭe Makka* or *Cērumakka*).<sup>531</sup> No início do século XVI, Ponnani viu a chegada de famílias mercantis muçulmanas de outros portos, como Cochim, devido à hostilidade portuguesa.<sup>532</sup> A família Maḥdūm teria tido um papel central nas mudanças ocorridas nessa cidade que, por fim, teria lhe concedido o epíteto de ‘pequena filial’ do santuário nevrálgico da fé islâmica. Acontecendo, acompanhando ou seguindo-se à diáspora de comerciantes muçulmanos para ali, o fato é que a função religiosa tornou-se o apanágio de Ponnani, cuja mais renomada família de ulemás era precisamente a de Zayn al-Dīn.<sup>533</sup>

<sup>527</sup> KOORIA, Mahmood. An Abode of Islam under a Hindu King. *Op. Cit.*, p. 93.

<sup>528</sup> SHOKOOHY, Mehrdad. **Muslim architecture of South India**: the sultanate of Ma'bar and the traditions of the maritime settlers on the Malabar and Coromandel coasts (Tamil Nadu, Kerala and Goa). London: RoutledgeCurzon, 2003, p. 241.

<sup>529</sup> KOORIA, Mahmood. **Islamic Law in Circulation**: Shāfi'ī Texts across the Indian Ocean . and the Mediterranean. Cambridge: Cambridge University Press, 2022, pp. 231-232.

<sup>530</sup> SHOKOOHY, Mehrdad. **Muslim architecture of South India**. *Op. Cit.*, p. 242.

<sup>531</sup> KOORIA, Mahmood. **Islamic Law in Circulation**. *Op. Cit.*, p. 229.

<sup>532</sup> *Ibidem*, p. 229-230

<sup>533</sup> SHOKOOHY, Mehrdad. **Muslim architecture of South India**. *Op. Cit.*, p. 241.

Zayn al-Dīn (chamado por vezes de o mais novo ou *al-ṣaġīr*) teria estudado algum tempo em Meca sob o célebre mufti (jurisconsulto) Shihāb al-Dīn Ibn Ḥajar al-Haytamī (m. 974 H. / 1567), embora seu nome não figure nos registros dos estudantes que esse mestre teria instruído durante sua vida.<sup>534</sup> Curiosamente, a primeira página do manuscrito da *British Library Add 22375* começa com uma breve nota da morte desse renomado xeique: “e havia falecido o xeique do Islā (*ṣayḥ al-Islām*), ‘último dos verificadores’ (*ḥātima al-muḥaqqiqīn*), Ibn Ḥajar al-Haytamī [no] ano novecentos e setenta e quatro, ano 974 (1567).”<sup>535</sup> Já principal obra de jurisprudência islâmica de Zayn al-Dīn Aḥmad, intitulada *Faḥḥ al-muʿīn*, é respalda nas opiniões legais do “nosso preceptor, o último dos verificadores (*ḥātima al-muḥaqqiqīn*), Shihab al-Dīn bin Ḥajar al-Haytamī e outros hermeneutas (*mujtahids*).”<sup>536</sup> Um epíteto um tanto quanto análogo é o utilizado por al-ʿAydarūs no início de sua biografia de Ibn Ḥajar: *ḥātima ahl al-fatyā wa al-tadrīs* (“último daqueles de jurisdição e da docência”).<sup>537</sup> A ligação entre Zayn al-Dīn e uma figura tão prestigiada na escola de jurisprudência xafiita é representativa da importância dos vínculos entre Meca e “a terra do Samorim”, mesmo diante da ameaça portuguesa e do apartamento dessas regiões a que se refere nos versos enxertados na poesia *al-Sufaliyya*, citados no início desse subcapítulo.

O ‘opus magnum para os mobilizados na luta pela fé’, *Tuḥfa al-Mujāhidīn*, ganhou difusão no subcontinente a figurar na história geral do Hindustão composta por Ferishta no início do século XVII.<sup>538</sup> Embora uma obra escrita em árabe, foi depois traduzida para o malayalam e distribuída amplamente nas duas línguas até os dias de hoje. Inicialmente, no entanto, foi redigido para divulgação entre versados no idioma árabe (certamente a escrita, mas possivelmente também a falada), que era uma língua muito importante no Oceano Índico daquele período, embora proporcionalmente poucos pudessem lê-la diretamente.<sup>539</sup> A *Tuḥfa*, além de ser uma

<sup>534</sup> KOORIA, Mahmood. **Islamic Law in Circulation**. *Op. Cit.*, p. 234.

<sup>535</sup> Ibn Ḥajar al-Haytamī é um dos cinco juristas (*ʿulamāʾ al-ḥams*) da escola do imam Šāfiʿī considerados expoentes da ‘era dos verificadores’ (*ʿaṣr al-muḥaqqiqīn*) pela contribuição para *tarjih* ou determinação de preponderância, pela qual se interpela as contradições produzidas nessa vertente de jurisprudência em termos de prioridade e hierarquia. *Ibidem*, p. 108

<sup>536</sup> Baseado na tradução de Kooria para inglês do trecho selecionado de *Faḥḥ al-muʿīn*. *Ibidem*, p. 244

<sup>537</sup> AL-ʿAYDARŪS, ʿAbd al-Qādir. **Al-Nūr al-Sāfir ʿan akhbār al-qarn al-ʿāšir**. Beirut: Dar Sader, 2001. pp. 390-391.

<sup>538</sup> DALE, Stephen F. The Islamic Frontier in Southwest India. The shahīd as a cultural ideal among the Mappillas of Malabar. **Modern Asian Studies**, v. II, n. I, p. 41-55, 1977, p. 43.

<sup>539</sup> RIBEIRO, Fernando Rosa. Two Sixteenth-Century Indian Ocean Intellectuals in Goa and Malabar: Orta and Zainuddin. In: PEARSON, Michael. **Trade, Circulation, and Flow in the Indian Ocean World**. New York: Palgrave Macmillan, p. 153-166, 2015, pp. 157-158.

obra muçulmana abertamente “anticolonial” no sentido mais amplo, também contém algumas das primeiras referências escritas de que se tem conhecimento, se não a mais antiga, sobre mitos fundacionais da origem da região de Kerala, como de seu criador hindu mítico Parasuranama e sobre o último rei Chera, que teria se convertido ao Islã e, em seguida, dividido seu reino antes de partir para a Arábia. Sua descrição “etnológica” local parece marcada por um estranho exotismo, apesar de ser um nativo da região, não obstante sua origem estrangeira. Sua descrição da casta guerreira dos naires é detalhada de tal modo como se estivesse voltada para um público mais geograficamente amplo do que o meio em que vivia. Pode-se até associar hipoteticamente a escrita do texto em língua árabe com alguma intencionalidade de leitura islâmica “translocal”.

A análise do desenvolvimento político no Oceano Índico durante o início da era moderna é fundamental para compreender a ascensão do texto histórico de *Tuḥfa al-Mujāhidīn*.<sup>540</sup> O belicismo e o sectarismo de Portugal sobre a costa do Malabar tinham um caráter e dimensão sem precedentes, ainda que se utilizasse práticas locais à sua maneira.<sup>541</sup> Nem a violência sectária e nem a guerra naval eram desconhecidas no subcontinente indiano como um todo, ao contrário, e certamente tinham ecos em Kerala. Todavia, o aspecto extensivo e monopolístico da talassocracia portuguesa à partir de suas reivindicações “extra territoriais”, outorgada com total desprezo pelos costumes locais, eram indubitavelmente uma anomalia, cujo manifesto desacato contra normas invioláveis (abatimento de vacas e desrespeito a hierarquia de castas) era expressamente denunciada nas correspondências com os oficiais do Estado da Índia e, mais frequentemente, com o próprio Rei de Portugal, como será analisado no próximo capítulo.

O poderio português no Malabar, ao longo do século XVI, também desafiou os padrões de atividade econômica dos muçulmanos, seus vínculos com as autoridades nativas e sua relação com a sociedade malabare mais ampla.<sup>542</sup> Ainda assim, longe de um consenso uniforme de como agir, diferentes táticas e estratégias foram elaboradas sem necessariamente alcançarem a unanimidade de opinião, por todo um espectro de como responder à crise. Os desafios gerados pelo poder português às

---

<sup>540</sup> BAHL, Christopher D. *Transoceanic Arabic historiography*. *Op. Cit.*, p. 221.

<sup>541</sup> BOUCHON, Geneviève. **Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630**. *Op. Cit.*, p. 233.

<sup>542</sup> *Ibidem*, p. 22.

comunidades muçulmanas no Malabar produziram distintas reações e respostas, sem que uma unidade ou consenso se estabelecesse. As vozes contrastantes se manifestaram mesmo no ideal talvez analisado de modo tão uniforme como “guerra santa” (jihad) a pensar numa divisão tão dicotômica entre fiel e infiel. (sig. *kāfir*, pl. *kufār*). Os distintos segmentos da comunidade muçulmana no Malabar, ocupando posições distintas nos nichos sociais e econômicos, com suas distintas origens étnicas e ancestralidades, ponderaram sobre a agressão portuguesa de maneiras distintas, abordaram o problema (e as oportunidades) e elaboram variadas soluções para o(s) dilema(s).

A existência de vozes contrastantes exemplifica essa complexidade e serve de precaução a presunções essencialistas de como mapas responderam a interposição de europeus no seu meio. Mesmo a ideia de jihad poderia ser formulada de modos significativamente distintos, envolvendo divergência de fidedignidade a autoridades juridicamente tão apartadas nas concepções religiosas clássicas quanto uma pagã (e ímpia) e uma propriamente islâmica. Se no campo da erudição religiosa já se apercebe tal contraste, pode-se inferir muitas mais variações nos diferentes estamentos da sociedade muçulmana do Malabar. Narrativas históricas voltavam-se em favor e contra, tanto fiéis quanto infiéis, nativos e estrangeiros, instrumentadas como libelos que “podiam ser utilizados não apenas contra intrusos infiéis, mas também serviam a propósitos partidários dentro da própria comunidade religiosa dos escritores.”<sup>543</sup>

Parte significativa dos muçulmanos do Malabar no século XVI ainda traçava suas origens fora da região. Como o caso do autor da obra aqui estudada, o xeique Zayn al-Dīn al-Malībārī al-Maḥdūm, cuja origem, distante no Iêmen (talvez no Hadramaute), reivindicava descendência por linhagem oriunda do Califa Abu Bakr (o primeiro sucessor do profeta Muḥammad).<sup>544</sup> Sua família teria migrado para Malabar a partir de seu primeiro local de estabelecimento na costa de Coromandel. Como os portugueses rapidamente percebem, era significativa a divisão na comunidade

<sup>543</sup> “Historical narratives, thus, could be deployed not only against infidel interlopers but also serve partisan purposes within the writers’ own religious community.” *Ibidem*, p. 22.

<sup>544</sup> KOORIA, Mahmood. *An Abode of Islam under a Hindu King*. *Op. Cit*, p. 90; Sobre a questão de uma origem especificamente do Hadramaute, Prange considera que trata-se sobretudo de uma projeção da imigração hadrami do século XVIII para os séculos anteriores, mas infere que a família de Zayn al-Dīn seria um caso à parte no século XVI. PRANGE, Sebastian R. **Monsoon Islam: Trade and faith on the medieval Malabar Coast**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, pp. 55-56.

muçulmana entre aqueles que eram de fora e que controlavam o lucrativo comércio marítimo estrangeiro, os *pardesis* (*paradeśi*), e os moradores internos, que se aprofundaram no comércio interior, os *mapilas* (*māppiḷḷa*).<sup>545</sup> O antagonismo português em primeira mão foi voltado principalmente para os primeiros, os muçulmanos envolvidos no comércio marítimo externo. Buscando controlar a exportação de especiarias da costa do Malabar, os portugueses procuraram expulsar os comerciantes muçulmanos e bloquear suas viagens à Arábia ou à "terra dos árabes" (*barr al-'arab*). De qualquer modo, o Samorim rejeitou a exigência portuguesa para a expulsão dos muçulmanos, declarando que seria impensável expulsar quatro mil famílias que viviam como nativas e proporcionaram muito ganho ao reino. A animosidade entre os portugueses e o soberano de Calicute entra em erupção a partir de então, como relatado pelo próprio Zayn al-Dīn:

Após alguns anos, seis navios chegaram e entraram em Calecute com a intenção de negociar e conduzir negócios comerciais. Eles disseram aos agentes do Samorim para proibir os muçulmanos de negociar e viajar para a Arábia (*barr al-'arab*) e que "maiores benefícios seriam obtidos de nós [os portugueses]". Então, eles mostraram-se inimigos dos muçulmanos em seus negócios, então os Samorim ordenaram que eles fossem mortos e entre sessenta a setenta homens foram mortos, o resto fugindo de volta para seus navios<sup>546</sup>.

Naturalmente, podem surgir cisões entre esses diferentes segmentos, já que os portugueses focaram inicialmente nos muçulmanos estrangeiros, conseguindo sua efetiva expulsão em 1513, após a aliança entre o Samorim (usurpador do trono do tio, que envenenou) e o governador Afonso de Albuquerque para construção de um forte e o trato exclusivo com os portugueses a preço fixo.<sup>547</sup> Já em relação aos *mapilas*, particularmente a poderosa família de mercador Marakkar, houve até fomento de parcerias num primeiro momento.<sup>548</sup> A esses muçulmanos malabares foram até concedidos cartazes para viagem até os portos da Arábia e do Mar Vermelho, na contramão da política oficial da Coroa de bloqueio completo dessa rota. Zayn al-Dīn em larga medida ignora essas tensões internas aos dois segmentos das comunidades

<sup>545</sup> AMER, Ayal. The rise of jihadist sentiments and the writing of history in sixteenth-century Kerala. *Op. Cit.*, p. 3.

<sup>546</sup> AL-MAHDŪM AL-MALĪBĀRĪ, 1898, p. 37, Royal Asiatic Society (RAS) Arabic 28, p. 36; British Library Add 22375, fol. 10r; Wellcome Collection MS Arabic 726, fol. 27v.

<sup>547</sup> BOUCHON, Geneviève. *Inde découverte, inde retrouvée*, 1498-1630: études d'histoire indo-portugaise. Fondation Calouste Gulbenkian, 1999, p. 233.

<sup>548</sup> MALEKANDATHIL, Pius. From merchant capitalists to corsairs: the response of the Muslim merchants of Malabar to the Portuguese commercial expansion (1498-1600). *Proceedings of the Indian History Congress*, v. 64 p. 466-490, 2003, p. 470.

muçulmanas. Sua narrativa apresenta uma comunidade muito mais unida religiosamente, sob a liderança dos eruditos religiosos (*'ulamā'*), do que outras evidências dos períodos parecem apontar.<sup>549</sup> Essa omissão provavelmente se deve à expulsão temprana dos pardesis, sobre o qual a memória de divergências particulares com os nativos deveria já ter sido em alguma medida esquecida ou se tornado pouco relevante, do que um desejo do próprio, em que ele mesmo condena repetidamente por “impiedade”. Mesmo que fosse conhecida, não deveria parecer mais que um hiato em retrospecto. Não por acaso a brevidade de tal convivência se desfaz já na década de 1520: as contradições de interesse não puderam mais se sustentar e o confronto eclodiu entre as partes, representando o caso de um fenômeno mais amplo de mudança da economia mundo e dos sistemas que regiam a velha e a nova ordem em formação. O curso naval emerge, assim, como uma alternativa para persistir diante do jugo português.<sup>550</sup>

A reação dos mapilas ao arbítrio português estava condicionada às realidades locais, estruturas sociopolíticas e laços regionais.<sup>551</sup> Em Cananor e Calecute, os Ali Rājās e os Kunjāli Marakkārs puderam cavar seus potentados, pois já lhes era conferido algum controle administrativo sobre o comércio pelas autoridades hindus. A consolidação de poder estava mais sedimentada nos interesses comerciais que na identidade islâmica com a *umma* universal. As expressões de jihad permaneceram enraizadas no local e compartilhavam o ethos bélico (*chāvēr* em malaiala) dos conterrâneos da casta guerreira hindu dos naires. Neste contexto, muitos muçulmanos galvanizaram o apoio ao líder hindu, mobilizando sua comunidade e arrecadando fundos para ações militares.

A luta transformou-se rapidamente de uma rivalidade comercial em uma guerra de defesa pelo território do Islã (*dār al-Islām*) contra ameaça exógena, onde tradições como o martírio (*šahāda* ou *istišhād*) e guerra sagrada (*jihād*) se articulavam. Várias obras “jihadísticas” circularam em Kerala nesse momento, de sermões a poemas escritos em árabe, invocando a jihad, até livros de história da comunidade islâmica

<sup>549</sup> AMER, Ayal. The rise of jihadist sentiments and the writing of history in sixteenth-century Kerala. *Op. Cit.*, p. 3.

<sup>550</sup> MALEKANDATHIL, Pius. From merchant capitalists to corsairs: the response of the Muslim merchants of Malabar to the Portuguese commercial expansion (1498-1600). **Proceedings of the Indian History Congress**, v. 64, p. 466-490, 2003, p. 472.

<sup>551</sup> ABRAHAM, Renu Elizabeth. **History Writing and Global Encounters in Sixteenth-Century Kerala**. Doctor of Philosophy (PhD) thesis, University of Kent, University of Porto. 2020. p. 218

na região.<sup>552</sup> Esse conjunto de obras faziam parte de um corpo literário mais amplo, que moldava os códigos culturais da comunidade muçulmana ali, assim como suas doutrinas religiosas e suas agendas políticas. Todavia, não se travava de escritos meramente consonantes, homogêneos ou com completo acordo nas questões centrais, pois havia um intenso debate entre os eruditos religiosos (*'ulama'*) sobre o status da comunidade muçulmana em Kerala.

Escritos religiosos evocam um forte senso de jihad em termos teológicos islâmicos clássicos, como “morada do Islã” (*dār al-Islām*), morada da impiedade (*dār al-kufr*), “morada de guerra” (*dār al-ḥarb*).<sup>553</sup> Zayn al-Dīn anuncia aqui sua interpretação das ações dos portugueses com não apenas um ataque aos muçulmanos em Malabar, mas uma invasão do território muçulmano, que ele refere como “país dos muçulmanos” (*bilād al-muslimīn*) e não a referida fórmula tradicional de morada do Islã (*dār al-Islām*), que incorreria na guerra santa obrigatória (*jihād*) a todos os crentes para defendê-la. Todavia, o autor explicita logo adiante que sua região não é governada por muçulmanos, divergindo de muitas interpretações tradicionais do que constitui um território propriamente islâmico:

Não é segredo que os muçulmanos malabares (*muslimā Malībār*) não têm um chefe (*amīr*) detentor de pungência (*dū šawka*) que os governe e guarde seus interesses. Ainda que seja todos súditos (*r'āyā*) de infieis, com isso têm se mobilizado (*ajāhidū*) e despenderam no combate pela fé (*jihād*) seus recursos (*al-'amwāl*) dentro do que foram capazes (*'alā qadr tāqatihim*) com apoio (*bi-m'aūna*) do fiel-amigo (*muḥibb*) dos muçulmanos (*muḥhib al-muslimīn*), o Samorim.<sup>554</sup>

Ao contrário de uma ideia monolítica e estanque do que constitui morada do Islã (*dār al-Islām*), Abou El Fadl identifica ao longo tempo e do espaço nas distintas escolas de jurisprudência islâmica (sig. *madhab*, pl. *madāhib*).<sup>555</sup> Nota-se, nessa

<sup>552</sup> AMER, Ayal. The rise of jihadist sentiments and the writing of history in sixteenth-century Kerala. *Op. Cit.*, p. 2.

<sup>553</sup> Mahmood Kooria compara o trabalho de Zayn al-Dīn com outros relatos não históricos da luta com os portugueses, como o ‘sermão’ poético de seu avô (Ibrahim Zayn al-Dīn) *Tahrīq ahl al-imān* e o qaṣīda (ode ou poema) *Faṭḥ al-mubīn* por Muḥammad al-Kālikūtī. KOORIA, Mahmood. An Abode of Islam under a Hindu King. *Op. Cit.*, p. 92.

<sup>554</sup> AL-MAḤDŪM AL-MALĪBĀRĪ, Zayn al-Dīn. Tuhfa al-mujāhidīn fī ba'ad aḥwal al-purtukālyīn. *Op. Cit.*, p. 10; RAS Arabic 28, p. 8; Na tradução de Lopes: “É sabido que os muçulmanos do Malabar não teem príncipe que os governe, e administre os seus bens, antes todos são subditos de infieis; mas apesar d’isso luctam com os inimigos da fé, e gastam em guerras grandes somas, segundo as suas posses, ajudados do Samorim, o amigo dos muçulmanos.” LOPES, 1898, p. 10.

<sup>555</sup> ABOU EL FADL, Khaled. Islamic law and Muslim minorities: The juristic discourse on Muslim minorities from the second/eighth to the eleventh/seventeenth centuries. **Islamic law and society**, v. 1, n. 2, p. 141-187, 1994, p.182.

interpretação, uma visão semelhante ao entendimento desenvolvido mais tardiamente na escola hanafita sobre uma legítima morada do Islã sob soberano não-muçulmano, desde que esse respeite a lei islâmica (*šarī'a*) entre seus súditos muçulmanos.<sup>556</sup> Embora a ambivalência esteja presente nos escritos de juristas xafiitas (Ibn Ḥajar, al-Ramlī) e hanbalitas (Ibn Taymiyya), é com o jurista Qaradawī, no século XVIII, que a questão de estar sobre um regime islâmico ou fora encontra uma espécie de intermediário na noção de *'ahd* (“acordo”), através da qual muçulmanos sob soberanos não-muçulmanos se situariam na “morada do acordo” (*dār al-'ahd*), onde a aplicação da xaria sob a chancela do sultão otomano, reconhecido como califa em sua autoridade religiosa, garante a permanência do legítimo *modus vivendi* da comunidade muçulmana.<sup>557</sup> Embora tal concepção esteja claramente formulada por Zayn al-Dīn, talvez não seja mero acaso o uso de “país dos muçulmanos” (*bilād al-muslimīn*) para o Malabar, ao invés do termo *dār islām* como emprega uma única vez em sua obra para os territórios defendidos e expandidos pelo sultão de Samudera, ao norte da Ilha de Sumatra:

Dizia-se que os negócios (*tijārāt*) dos muçulmanos era apenas pelos navios dos portugueses e ninguém se aventurava a capturar os fortes (*qa'alāt*) que eles [os portugueses] construíram, exceto o sultão combatente pela fé (*al-mujāhid*), o sultão 'Alī al-Ašī, Deus ilumine (*nuwar Allah*), que conquistou Sumatra (*Šamatra*) e fez dela uma “morada do Islã” (*dār Islām*), Deus lhe recompense (*jazāhu Allah*) em favor dos muçulmanos (*'an al-muslimīn*) com a boa graça (*ḥayr al-jizā'*).<sup>558</sup>

Ainda que seja agraciado amplificador da ‘morada do Islã’, a dedicação da “obra-prima” (*tuḥfa*) é voltada ao soberano do sultanato de Bijapur, apesar de inicialmente advertir os governantes muçulmanos em geral por seu desinteresse pela observância religiosa e pelo destino de seus correligionários sob os francos, em vez de se entregar a prazeres mundanos. Há incongruências cronológicas nessa dedicação ao soberano, morto por um eunuco em 1579, se, de fato, a obra foi escrita em 1583

<sup>556</sup> *Ibidem*, p. 183.

<sup>557</sup> CALASSO, Giovanna. Constructing and deconstructing the *dār al-Islām/dār al-ḥarb* opposition. **Dār al-Islām/dār al-ḥarb. Territories, people, identities**, Leiden, pp. 21-48, 2017, p. 41.

<sup>558</sup> Todos os manuscritos consultados usam o termo dessa forma não usual (*dār Islām* ao invés de *dār al-Islām*), embora David Lopes indique nota de sua edição uma correção com a inclusão do artigo (*al*). AL-MAHDŪM AL-MALĪBĀRĪ, 1898, p. 68; RAS Arabic 28, p. 68; British Library Add. 22375 (sem paginação); Wellcome Collection MS Arabic 726, fol. 42. Talvez por *Šamatra* Zayn al-Dīn esteja se referindo especificamente a Samudera [Pasai] ou Pacém, sultanato do norte de Sumatra, mais do que a ilha como um todo, da mesma forma que Peacock identifica o uso da palavra *Šūmūtra* na carta do sultão Zayn al-'Abidin IV ao Estado da Índia, datada de fins de 1516 e início de 1517. PEACOCK, Andrew Charles Spencer. Three Arabic letters from North Sumatra of the sixteenth and seventeenth centuries. **Indonesia and the Malay World**, v. 44, n. 129, pp. 188-210, 2016, p. 202.

conforme o concesso acadêmico. Além disso, ‘Alī ‘Ādil Šāh foi um xiita ardente que proibiu algumas práticas sunitas, algo que um jurista xafiita como Zayn al-Dīn dificilmente aceitaria. Na opinião de Kooria, é possível que o autor tenha confundido ‘Alī ‘Ādil Šāh com seu sucessor, Ibrahim ‘Ādil Šāh II.<sup>559</sup> Se for o caso, a dedicação e benção no prefácio da obra fariam mais sentido, pois esse soberano foi um vigoroso adepto do sunismo desde que subira ao trono, ainda jovem, tornando esta a vertente oficial do sultanato. Zayn al-Dīn, um fervoroso religioso sunita, talvez almejasse encorajar o recém-empossado soberano, um restaurador do sunismo em seu domínio, a se posicionar contra ideias heréticas e valorizar a ortodoxia que os ‘esforçados na fé’ (*mujāhidūn*) idealmente representariam.<sup>560</sup> Distanciando-se do engajamento oscilante de seu pai com o Estado da Índia, Ibrahim II se mostrou reticente em estabelecer relações com os portugueses no princípio de seu reinado. Porém, à época da conclusão da escrita da *Tuḥfa* por Zayn al-Dīn, sultão do Bijapur já teria forjado relações sólidas com Portugal, levando ao auge das interações entre essas partes.<sup>561</sup>

Por sua vez, Bouchon sugere que a inspiração pode ter vindo de um evento anterior, a derrota do império Vijayanagar pela coalização de sultanatos do Decão em 1565.<sup>562</sup>

Em vista da língua em que a obra foi escrita (o árabe), a dedicatória a um soberano estrangeiro e as constantes referências a eventos fora do Malabar, Walravens argumenta que a identificação da obra com um público-alvo mapila seria enganosa.<sup>563</sup> Como também o faz Prange, que vê a tendência de explicar as ações políticas dessa comunidade como fruto de uma herança literária, como carecendo de substância sem uma examinação dos vínculos entre os textos e as práticas.<sup>564</sup> Em vez disso, Walravens argumenta que *Tuḥfa al-Mujāhidīn* foi dirigido a um público múltiplo de elites, incluindo governantes muçulmanos do mundo islâmico mais amplo,

<sup>559</sup> KOORIA, Mahmood. An Abode of Islam under a Hindu King. *Op. Cit.*, p. 101.

<sup>560</sup> KOORIA, Mahmood. An Abode of Islam under a Hindu King. *Op. Cit.*, 102.

<sup>561</sup> *Ibidem*, p. 102.

<sup>562</sup> BOUCHON, Genevieve. Sixteenth Century Malabar and the Indian Ocean. In: GUPTA, Ashin Das & PEARSON Michael N. (ed.). **India and the Indian Ocean, 1500-1800**. Oxford: Oxford University Press, p. 162–184, 1987, p. 179.

<sup>563</sup> WALRAVENS, Meia. Multiple Audiences of a History from Sixteenth-Century Malabar: Zayn al-Dīn al-Ma‘barī’s Gift of the Strugglers for Jihad. **South Asian Studies**, v. 35, n. 2, p. 226-236, 2019, p. 228.

<sup>564</sup> Para Prange, não está claro se os eruditos (*‘ulamā’*) desempenharam um papel significativo na inspiração da jihad e do martírio entre os mapilas. PRANGE, Sebastian R. **Monsoon Islam: Trade and faith on the medieval Malabar Coast**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 151-152.

mas aí a dedicatória ao sultão de Bijapur deve ser abordada com cautela, pois haveria fortes indícios de que a obra não tenha sido escrita exclusivamente para ele.<sup>565</sup> Há a possibilidade de *Tuḥfa* ter sido dirigida aos governantes muçulmanos do mundo islâmico mais amplo, visto que Zayn al-Dīn critica os sultões e emires muçulmanos por não tomarem a iniciativa de combater os portugueses no Malabar e menciona, repetidamente, que o Samorim de Calecute escreveu sem sucesso a vários desses governantes com pedidos por ajuda.<sup>566</sup> O imperador mogol Akbar é uma outro dos soberanos muçulmanos a respeito de quem o autor expressa sua aspiração de que combata os portugueses e os expulse dos portos do Guzerate. Portanto, elementos no texto sugerem que a obra seria uma mensagem destinada aos governantes poderosos ao longo da borda do Oceano Índico ocidental que potencialmente compartilhariam a inimizade contra os portugueses – ou assim deveriam.

Todavia, tanto a análise de Walravens, quanto a de Prange parecem supor uma clivagem acentuada entre a classe intelectual de elite e o restante da população mapila menos instruída. Haveria, assim, uma distinção clara entre as formulações jihadísticas da *Tuḥfa* e os objetivos da obra frente às formas mais populares de resistência aos portugueses. Um dos argumentos que Prange traz em defesa desse argumento é a ausência de referências ao martírio e a lacônica passagem sobre jihad em uma de suas obras de jurisprudência anterior, *Faṭḥ al-mu'īn*, finalizada quase uma década antes da *Tuḥfa*, essa por sua vez escrita (tardiamente) após décadas de jihadismo “popular”.<sup>567</sup> Todavia, um poema de evocação a jihad já havia sido escrito por seu avô, em 1515, que também registrou inúmeras tradições sobre o tema, quando setores dos muçulmanos nativos aproveitavam o êxodo dos paradises, os muçulmanos estrangeiros, de Calecute, o que teria proporcionado lucrativas oportunidades aos comerciantes muçulmanos nativos, com quem os portugueses ainda se dispunham a colaborar.<sup>568</sup> Até mesmo cartazes foram concedidos a esses muçulmanos pelo Estado da Índia antes do deterioramento generalizado das relações e o início da guerra de corso aberta em meados da década de 1520. Há de se

---

<sup>565</sup> WALRAVENS, Meia. Multiple Audiences of a History from Sixteenth-Century Malabar. *Op. Cit.*, p. 230.

<sup>566</sup> *Ibidem*, p. 229.

<sup>567</sup> PRANGE, Sebastian R. **Monsoon Islam**. *Op. Cit.*, p. 252.

<sup>568</sup> MALEKANDATHIL, Pius. From merchant capitalists to corsairs: the response of the Muslim merchants of Malabar to the Portuguese commercial expansion (1498-1600). *Op. Cit.*, p. 470.

considerar que a tradição intelectual islâmica e o *ethos* popular guerreiro se interpelaram, dialogaram e se influenciaram mutuamente.

Já Walravens parece dividir os mapas da elite Marakkar, essa sim primordialmente interessada na guerra com os portugueses, por afetar seus negócios marítimos estrangeiros, enquanto aqueles, mais interioranos, tinham uma posição mais ambígua ou distante.<sup>569</sup> Os ataques sistemáticos aos locais de culto islâmicos e perseguição indiscriminada aos muçulmanos do Malabar pelos portugueses contradizem tal leitura. A relação entre a camada religiosa e as massas evidencia-se pela reverência a essas lideranças religiosas eruditas por amplos setores da sociedade mapila, a sacralidade de suas tumbas como santuários e a recordação em forma de canção.<sup>570</sup> Sem dúvida, a visão contrária de que a *Tuḥfa* fundamentaria essa cultura de guerra sagrada e martírio, como sugerido por Dale, também ignora os antecedentes e os aspectos populares dessa prática, que não se acomodam tão facilmente aos preceitos jurídicos do Islã. Ainda que o público de Zayn al-Dīn fosse prioritariamente de elite, como seria a leitura direta de uma obra escrita em qualquer sociedade majoritariamente ágrafa, isso não exclui a possibilidade de que intentasse atingir, de alguma maneira, a população mais ampla.

Embora não surpreenda, o português é, invariavelmente, retratado unidimensionalmente na narrativa de Zayn al-Dīn, como é também geralmente nos relatos históricos árabes do século XVI. A diferença deste para os outros relatos é os portugueses serem um dos focos centrais da “obra-prima dos lutadores da fé” (*tuḥfa al-mujāhidīn*). Por mais centrado nos portugueses que qualquer outro trabalho histórico coetâneo possa ser, não difere desses na mera categorização genérica do franco ‘desgraçado’ (*maḥdūl*). Como Sanjay Subrahmanyam notou, a obra carece de informações relevantes sobre seu tema principal: o português.<sup>571</sup> Detalhes importantes, como nomes próprios, estão basicamente ausentes, com quase nenhum detalhe ou menção a Portugal enquanto tal. Ainda assim, nenhum outro trabalho histórico conhecido dessa época em árabe foi tão profundamente focado em

---

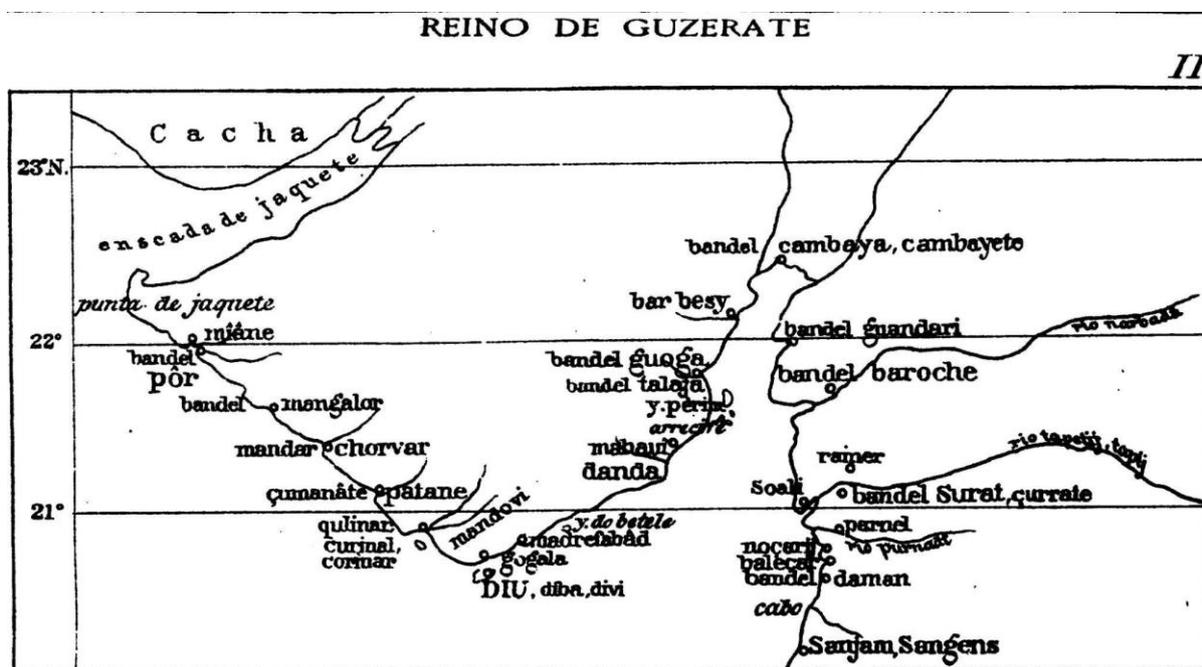
<sup>569</sup> WALRAVENS, Meia. Multiple Audiences of a History from Sixteenth-Century Malabar. *Op. Cit.*, p. 231.

<sup>570</sup> SHOKOOHY, 2003, p. 241

<sup>571</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. Taking stock of the Franks: South Asian views of Europeans and Europe, 1500–1800. **The Indian Economic & Social History Review**, SAGE Publishing, v. 42, n. 1, p. 69-100, Março, 2005, p. 72.

descrever as ações dos portugueses, desde sua chegada ao que significava e implicava para os muçulmanos.

## Recordações de uma dinastia naufragada



Mapa 9- Mapa do Guzerate no século XVI. LOPES, David. *História dos Portugueses no Malabar por Zinadim*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898, p. 143.

O litoral do Golfo de Cambaia era uma região de agitada movimentação comercial cujas redes se projetavam por quase todas as orlas do Oceano Índico desde, ao menos, o século XV. Ainda que a cidade de Cambaia fique na extremidade norte daquele golfo, como visto no mapa (escrito cambaya ou cambayete), outros empórios servem de auxílio e/ou preservam a dinâmica mercantil da região como um todo, como aqueles visto na abertura do golfo (Diu, Surat(e), Daman (Damão), entre outros). As cidades portuárias do Guzerate gozavam, principalmente, de relativa autonomia sob o controle de figuras locais eminentes, sobretudo em questões como a condução dos assuntos mercantis e negócios próprios. Uma análise mais detalhada das diferentes respostas da nobreza aos portugueses esclarece os interesses

econômicos em jogo durante esse período de intensa mercantilização das sociedades.

O cenário político descoordenado entre as potências muçulmanas proporcionou condições favoráveis à instalação dos portugueses na costa oeste da Índia da primeira metade do século XVI. Ao norte do Malabar, a ausência de um poder central em Delhi, as lutas intestinas dos sultanatos do Decão e a estrutura administrativa descentralizada do Guzerate dificultavam a congregação de forças ante as investidas do Estado da Índia contra os portos e águas territoriais dos sultanatos. Os portugueses conseguiram afirmar seu domínio no Mar Arábico e no Oceano Índico devido à sua superioridade naval, técnicas militares avançadas (notadamente, o canhão a bombordo e estibordo) e liderança política eficaz frente às intrigas e dissensões locais. Em contrapartida, o sultanato do Guzerate se absteve de interferir, a menos que seus interesses específicos estivessem diretamente ameaçados. Os sultões, como Muzafar Šāh e Bahādur Šāh, que governaram o Guzerate durante a primeira metade do século XVI, não compreenderam a importância de manter uma marinha forte ou de resistir à presença portuguesa. A falta de estratégia marítima a partir do centro da dinastia muzafárida acabou servindo aos interesses portugueses, ainda que governantes e agentes locais articulassem uma resistência considerável.<sup>572</sup>

Referências às ações dos portugueses no Guzerate abundam em escritos históricos árabes do século XVI do sul da Índia ao Egito, como aqui examinado. ‘Abd Allāh Muḥammad ibn ‘Umar Uluḡhānī, conhecido também pelo epíteto (*Jaqab*) como Ḥājjī al-Dabīr, foi um estudioso guzerate nascido em Meca entre 1539 e 1540.<sup>573</sup> Sua família foi responsável por doações religiosas no Hejaz pertencentes ao Sultão do Guzerate e, este último, aos mogóis. Ele serviu vários patronos ao longo de sua vida e foi bem relacionado com as elites árabes no Mar Vermelho. Sua obra histórica trata da genealogia dos governantes de Guzerate (pelo tempo, antigos) e de uma série de eventos contemporâneos, incluindo avisos biográficos e informações pessoais, seguidos por um relato de outras dinastias muçulmanas do norte da Índia. O título,

---

<sup>572</sup> BASAK, Sohinee. Coastal Gujarat on the Eve of Portuguese Arrival. *Op. Cit.*, p. 104.

<sup>573</sup> HO, Engsen. **The graves of Tarim**: genealogy and mobility across the Indian Ocean. Berkeley: University of California Press, 2006. p. 105; BAHL, Christopher D. Transoceanic Arabic historiography. *Op. Cit.*, p. 215.

*Ẓafar al-wālih bi-Muzaffar wa alih [fī tāriḥ Kujarat]* ou ‘Vitória daqueles fervorosos para com Muzaffar e sua família (na história de Guzerate)’, indica abertamente a conexão com a dinastia guzerate dos séculos XV e XVI, que, no tempo do autor, já havia sido submetida ao domínio mogol. No entanto, está longe de ser o único elo apresentado no início do trabalho de Hājī al-Dabīr. Elementos do nome completo do autor, principalmente na *nisba* (“gentílico”) que pode expressar sua nascerça, Uluḡhānī<sup>574</sup> e al-Nahrwālī<sup>575</sup>, refletem sua conexão com as redes intelectuais e de patrocínio através do Oceano Índico ocidental.

O nome completo do autor, com sua genealogia (*nasab*) mais detalhada, é ‘Abd Allah Muḡammad bin Sirāj al-Dīn ‘Umar al-Nahrwālī bin Kamāl al-Dīn Muḡammad bin Farīd al-Dīn Muḡammad bin Ḥasan bin Qāsim [al-Makkī al-Aṣafī Uluḡhānī].<sup>576</sup> O seu epíteto, Hājī al-Dabīr, foi dado por seu principal patrono, Muḡammad Uluḡhān, preso por Akbar em 980 H. (1573). O autor relata que as posições religiosas de alto prestígio ficavam a encargo (eram designadas para) de membros da sua família (extensiva?) em Ahmedabad: mufti, *mudarris* (professor), *qādī* (juiz islâmico), entre outros. Seu pai tornou-se próximo do futuro vizir do sultão Bahādur Šāh, Aṣaf Ḥān, quando ainda era conhecido mais como filho de um aristocrata importante por seu nome próprio, ‘Abd al-‘Aziz.

Ross considera como um tanto de descuido o estilo de Uluḡhānī em *Ẓafar al-wālih*, mas sem dúvida manifestaria o domínio do árabe de um nativo de Meca que só mais tarde o principal idioma administrativo e de corte nos sultanatos indianos, o persa, apesar de sua família ter origem remota no Irã, tendo fugido para Índia durante

<sup>574</sup> O nome está relacionado a um senhor de origem abissínia, Muḡammad Uluḡhān, que foi um dos muitos soldados escravos que subiram de posto e se tornaram importantes patronos da erudição árabe. CHEKROUN, Amélie. Manuscripts, éditions et traductions du Futūḥ Al-Ḥabaša: état des lieux. **Annales islamologiques**, IFAO, Cairo, n. 46, p. 293-322, 2012. p. 306; HO, Engsen. The Two Arms of Cambay: Diasporic Texts of Ecumenical Islam in the Indian Ocean. **Journal of the Economic and Social History of the Orient**, Leiden, v. 50, n. 2-3, p. 347–361, Janeiro, 2007, p. 353.

<sup>575</sup> “Patan, também al-Nahrwāla nas fontes árabes e persas (daí a designação de al-Nahrwālī no nome completo de Hājī al-Dabīr), foi um centro acadêmico em Gujarat que ficou famoso por uma proliferação de figuras aprendidas (*Patan, also al-Nahrwāla in the Arabic and Persian sources (hence the element al-Nahrwālī in Hājī al-Dabīr’s name), was a scholarly centre in Gujarat that was famous for a proliferation of learned figures*).” BAH, Christopher D. Transoceanic Arabic historiography. *Op. Cit.*, pp. 215-216.

<sup>576</sup> ROSS, Edward Denison. Introduction. In: ULUḡHĀNĪ, [al-Hājī al-Dabīr] ‘Abd Allah Muḡammad ibn ‘Umar Al-Makkī Al-Aṣafī. **An Arabic history of Gujarat; Ẓafar al-wālih bi-Muzaffar wa alih**. vol. II. ROSS, Edward Denison (ed.). London: John Murray, p. v-xxxiv, 1921, pp. xviii-xix.

as invasões mongólicas, como o próprio relata.<sup>577</sup> O manuscrito possui 544 fólios, com alguns papéis inseridos contendo informações adicionais, demonstrando ser uma obra em constante (re)elaboração, algo também evidenciado pelas marcas de revisão e correção. Entre as referências e citações, estão obras historiográficas persas, algumas perdidas, e outras bem conhecidas, como *Mirat-i Sikandari*, que sabe-se só ter sido conhecidas a partir de 1611. Isso contrasta com a data final dos eventos da obra ser 1605, ano da morte de Akbar, embora a mesma não seja relatada em nenhum momento. Por alguma razão, a obra de Uluġhānī permaneceu desconhecida por três séculos, talvez devido a morte súbita do autor, ou a perda/extravio do manuscrito. Curiosamente, o texto se refere repetidas vezes a obras perdidas, principalmente a conhecida pelo título *Ta'rikh-i-Bahādor Shāhī*, também citada frequentemente na já mencionada *Mirat-i Sikandari*.<sup>578</sup> O primeiro volume da obra conta a história da dinastia muzafárida de Guzerate, a partir de Muḥammad Shāh, em 1443, até o assassinato de Mahmūd Shāh III, em 1553. Entre as várias digressões há uma história de Zabid (páginas 88 e 97 da edição), uma crônica da conquista islâmica do Decão até o ano de 1605 (páginas 154 e 192 da edição) e a reprodução da biografia do vizir 'Abd al-'Azīz Aṣaf Ḥān, obra outrora desconhecida e de autoria do eminente erudito de Meca, Ibn Ḥajar Haytamī.

Única versão conhecida, o manuscrito de *Zafar al-wālih bi-Muzaffar wa alih* de Calcutá parece ser o rascunho original do autor, que provavelmente nunca chegou a ser completo ou, se foi, teve essas partes perdidas.<sup>579</sup> Nascido em Meca em 1540, 'Abd Allah Muḥammad bin 'Umar al-Makkī al-Aṣafī Uluġhānī mudou-se com sua família para a capital do Guzerate, Ahmedabad, em 1555. Tinha cerca de 15 anos de idade e talvez fosse a primeira vez pisando na terra de onde sua família viera. Quatro anos depois, em 1559, entrou para o serviço do nobre general abissínio chamado Muḥammad Uluġhān, atuando como seu secretário. Participou da batalha célebre de Baroda (entre os mogóis e os muzafáridas) de modo a ser recompensado por sua devoção ao sultanato de Guzerate nessa ocasião com as rendas fundiárias (*iqta'*) de duas vilas. Quando Akbar, da dinastia mogol, conquistou o Guzerate em 1573, com

---

<sup>577</sup> ROSS, Edward Denison. Introduction. In: ULUĠHĀNĪ, [al-Hājjī al-Dabīr] 'Abd Allah Muḥammad ibn 'Umar Al-Makkī Al-Aṣafī. **An Arabic history of Gujarat**; *Zafar al-wālih bi-Muzaffar wa alih*. vol. I ROSS, Edward Denison (ed.). London: John Murray, p. v-x, 1910, p. vii.

<sup>578</sup> *Ibidem*, p. ix.

<sup>579</sup> *Ibidem*, p. vi.

apoio da maior parte da nobreza local, seu pai foi indicado diretamente pelo imperador/sultão para a administração da terra dos dois santuários do Islã no Hejaz, Meca e Medina, da real *waqf* (doação para instituições religiosas em forma de (renda sobre) propriedade ou fundo de caridade). Uluġhānī foi então encarregado de levar as somas de dinheiro doadas e redistribuir de acordo com os preceitos religiosos. Com a morte de seu pai em 1576, volta ao Guzerate, primeiro a serviço de Sayf al-Muluk, até a morte da sua mãe em 1595, quando passa a servir Fūlād Ḥān, mais célebre nobre de Khandesh até 1605. Nesse ano, tanto esse patrono quanto o próprio sultão Akbar falecem, coincidência que tornar-se mais estranha pelo fato de não ser mencionada especificamente a morte do imperador mogol.

A obra começa seu primeiro relato dos portugueses recontando como no ano 913 H. ou 1507 “um grande acontecimento com os francos na costa da Índia [em resposta do qual] o Sultão [Maḥmud do Guzerate] emergiu de Champaner (*Janpanir*) empenhado em *jihād* [contra eles] passando pela costa do mar para Damão e ancorando lá.”<sup>580</sup> Continua narrando a preparação para a luta contra os portugueses, na qual o sultão invocou o governador de Diu, Malik Ayaz, que havia recebido reforços de Amīr Ḥusayn Beg do Egito, com uma frota de dois navios e três barcos menores. Continua percebendo que esta frota “havia sido montada pelo governante do Egito, Qanṣūh al-Ġawarī, contra os francos no mar indiano e Ormuz, uma vez que ele foi informado de sua maldade (*fasād*) nesses mares.” Os detalhes que se seguem sobre a batalha são muito exagerados, especialmente se comparados, tanto às contas portuguesas, quanto a outras árabes. No entanto, as intenções do autor poderiam ter sido menos de precisão histórica e mais de reforço em uma espécie de prosa panegírica para os governantes muçulmanos (antigos) do Guzerate e seus aliados.

A terminologia aqui utilizada para o português e suas ações é em par com outros relatos históricos da época. Corrupção ou maldade (*fasād*) é um *topos* recorrente em praticamente todas as narrativas abordadas aqui, usadas neste segmento para descrever os atos francos no Oceano Índico. Entendem-se, assim, o papel na narrativa que possui a descrição dos pormenores da derrota contra os portugueses e suas consequências. Aqui, os autores da tragédia são os líderes

---

<sup>580</sup> ULUĠHĀNĪ, [al-Hājjī al-Dabīr] ‘Abd Allāh Muḥammad ibn ‘Umar Al-Makkī Al-Aṣaf. **An Arabic history of Gujarat**, Zafar ul-wāliḥ bi Muzaffar wa ālih, vol 1. ROSS, E. Denison (ed.). Chapel Hill: University of North Carolina, 1910, p. 37.

muçulmanos e a derrota aos “malditos francos” fruto de sua impiedade, cujo contraponto é a própria virtude do sultão do Guzerate:

E quando ele [Mālīk Ayāz] e Emīr Husaīn voltaram-se à costa. Foram recebidos pelo Sultão [Maḥmūd] com honra pelo sentimento de (*jihād*) [...] E [Mālīk Ayāz] escusou-se [pela derrota em Diu] preparando um sultanato para ele até o porto de Ormuz para defesa contra francos.<sup>581</sup>

A narrativa segue com uma menção autoritária da história de outro estudioso, que afirma que os portugueses já estavam fortemente entrincheirados no Oceano Índico no ano anterior aos eventos narrados no ano 912 H. (1506), indicado não um mero julgamento do autor:

Ḥāfiẓ Al-Mušaralī nos informou em sua crônica aqui citado que, no ano de 912, fortaleceu-se (*qawīṭ*) a punção (*šawka*) do[s] franco[s] no Mar da Índia e em Ormuz, prejudicando muito os muçulmanos. Logo em seguida, o rei (*al-malik*) Al-Zāfir [...] bin Ṭāhr ordenou que se preparasse [uma expedição] contra eles desde Áden e partiu com intenção de [realizar] *jihad* acompanhado de grandes homens (*al-akābir*) [...] <sup>582</sup>.

O termo acima transmite a ideia de “punção” ou “pungência”, *šawka*, embora mais literalmente possa aludir a uma “estocada”, já que significa, também, “espinho”, “espeto” ou “aguilhão”. A narrativa é articulada de maneira semelhante para a entrada do mesmo ano (912 H.) pelo historiador hadramita Muḥammad bin ‘Umar al-Ṭayyib Bā Faqīh na sua obra *Tārīḥ al-Šiḥr wa aḥbār qarn al-‘āšir*: “e neste ano os francos fortaleceram a estocada [de sua força militar] (*šawka*) e causaram grande sofrimento sobre os muçulmanos na Índia.”<sup>583</sup> A diferença é que não menciona aqui esse mesmo historiador (Al-Mušaralī) como sua fonte, pois sua principal referência mais próxima aos eventos são os cronistas que cita reiteradamente, Al-Šanbalī e (‘Abd Allah) Bā Maḥrama. Isso significa que existe uma noção comum e compartilhada de uma “pungência franca no mar” (efetivamente, uma talassocracia), que era disseminada entre letrados árabes no século XVI. Frente a essa ameaça, cabia uma mobilização ou esforço pela fé (*jihād*), tema comum a muitos relatos árabes desse período sobre os portugueses.

<sup>581</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>582</sup> *Ibidem*, p. 39

<sup>583</sup> BĀ FAQĪH, Muḥammad bin ‘Omar Al-Ṭīb. *Tārīḥ al-Šiḥr wa aḥbār qarn al-‘āšir*. *Op. Cit.*, p. 79.



Na Costa Suaíli, como em geral no Oceano Índico de então, o idioma árabe era uma importante língua franca para a elite e a maioria deles tinha pelo menos proficiência básica para fins de comércio marítimo em outros lugares, bem como para realizar deveres religiosos, como a peregrinação.<sup>584</sup> O período de estadia entre as monções, isto é, a que trazia as embarcações do norte a partir de janeiro e a que as que levava a partir de julho, como demonstrado no mapa acima, significava que era necessária uma certa infraestrutura para acomodar os viajantes, e que disso resultava mais que intercâmbios comerciais, mas também trocas culturais. Chegando com os primeiros mercadores árabes e sendo localmente adotada com a islamização da sociedade, a escrita árabe serviu não apenas para registrar o Sagrado Alcorão, mas, também, como uma ferramenta dos governantes para afirmar seu poder e aumentar sua riqueza. Moedas de cobre com nomes de governantes em árabe foram cunhadas por cidades suaílis prósperas a partir do século XI. Essa, também, é a época estabelecida por crônicas posteriores para a chegada nas Costa suaíli das dinastias islâmicas da Pérsia e da Arábia, responsáveis pela fundação das primeiras entidades estatais muçulmanas e de importantes cidades. O mais antigo desses escritos foi uma história das dinastias que governaram a cidade até a chegada dos portugueses.

A crônica árabe de Quíloa foi provavelmente composta em meados do século XVI, mas foi encomendada muito antes pelo governante da cidade ou por um pretendente ao trono durante a contenda desencadeada com a chegada das primeiras frotas de Portugal.<sup>585</sup> Traçando a linhagem dos sultões da cidade, desde um semi-mítico fundador Xirazi (de Xiraz, na Pérsia) até a dinastia árabe dos Mahdali, a narrativa parece trazer argumentos à causa de uma facção oposta àquela apoiada pelos portugueses na disputa pelo trono de Quíloa. Expressões como "restauração", "consolação" e "desgraça" indicam uma relação com a ocupação portuguesa e a restauração dinástica após 1512. O texto também menciona que o autor nasceu em 904 da Hégira (correspondente a 1498) e, portanto, viu o período de interferência portuguesa e a restauração dinástica de uma linhagem de sultões soberanos. A primeira menção da manifestação dos "francos" já expressa uma das mais

---

<sup>584</sup> CAMPBELL, Gwyn. The Role of Kilwa in the Trade of the Western Indian Ocean. In: SCHNEPEL, Burkhard; ALPERS, Edward A. (ed.). **Connectivity in motion: island hubs in the Indian Ocean world**. Cham: Palgrave Macmillan, p. 111-134, 2018. p. 112.

<sup>585</sup> SAAD, Elias. Kilwa dynastic historiography: a critical study. **History in Africa**, v. 6, pp. 177-207, 1979, p. 177.

recorrentes caracterizações dos portugueses em quase todas as crônicas árabes do período, relatando que “no [reinado] de al-Fudail estabeleceu-se a discórdia (*fitna*) dos francos desgraçados (*muḥāḍīl*), [que] Deus os desfavoreça.”<sup>586</sup>

O [*Kitāb*] *Al-sulwa fī aḥbār* apresenta a chegada dos francos de Portugal como um desafio, ruína (*ḥurbāt*) e corrupção (*fasād*).<sup>587</sup> Relaciona-se com a narrativa anterior de lutas internas e luta dinástica, que os portugueses exploram instalando um governante fantoche de 1505 até 1512. Como aponta Adrien Delmas, isso provavelmente se deve à importância compartilhada da legitimidade dinástica que tanto os portugueses (na versão da Crônica de Kilwa inserida nas *Décadas da Ásia* de João Barro) quanto o povo de Kilwa tentaram transformar em seu respectivo favor canalizando uma narrativa estabelecida do passado.<sup>588</sup> O encontro em si produziu as narrativas duplas, o que Delmas chama de “o paradigma escritural dos encontros.”<sup>589</sup>

A genealogia dinástica pode ter sido transmitida oralmente até que o encontro com os portugueses levou a dupla escrita nas perspectivas politicamente opostas. Para o lado suaíli do encontro, significou possivelmente não só a escrita, mas a atualização dessa genealogia perante os novos desafios dinásticos trazidos pelos portugueses. Há, todavia, menção a historiadores, literalmente ‘pessoas da história’ (*ahl al-tārīḥ*) na versão árabe. Essa referência à informações coletadas desses historiadores não significa necessariamente textos históricos escritos.<sup>590</sup> A tradição genealógica de raiz árabe-islâmica pode ter sido transmitida ao leste africano, porém, antes da escrita de *Al-sulwa*, os meios de realizar a transmissão da memória das linhagens dinásticas em Quíloa é ainda incerto, podendo envolver uma mistura de escrita e oralidade. Saad argumenta que uma crônica foi escrita no século XV e subsequentemente censurada ou avariada.<sup>591</sup>

O advento dos portugueses na obra aparece em detalhes nesse momento contencioso que forma a parte final da sucessão dinástica descrita, parece ter

<sup>586</sup> **Al-sulwa fī aḥbār Kilwa**. AL-SALIBI, Muhammed Ali (ed.). Omã: Wazira al-Turath al-Qawmi wa al-Thaqafah, 1985, p. 48.

<sup>587</sup> *Ibidem*, pp. 50-51.

<sup>588</sup> DELMAS, Adrien. Writing in Africa. The Kilwa Chronicle and other Sixteenth Century Portuguese Testimonies. In: BRIGAGLIA, Andrea; NOBILI, Mauro (ed.). **The Arts and Crafts of Literacy**. Islamic Manuscript Cultures in Sub-Saharan Africa. Berlin: De Gruyter, 2017, pp. 189-190.

<sup>589</sup> “[...] the scriptural paradigm of encounters.” *Ibidem*, p. 187.

<sup>590</sup> *Ibidem*, p. 201.

<sup>591</sup> SAAD, Elias. Kilwa dynastic historiography: a critical study. *Op. Cit.*, p. 197.

sobrevivido apenas de forma incompleta, encerrando repentinamente após a asserção dos portugueses sobre Quíloa. Expressões como “restauração”, “consolação” e “infortúnio” indicam uma relação com a ocupação portuguesa e a restauração dinástica após 1512.<sup>592</sup> O texto também menciona que o autor nasceu em 904 da Hégira e, portanto, viu o período da intromissão portuguesa e da restauração do sultão anterior. Após a breve menção no título do capítulo e sobre o reinado de al-Fudail, começa a narrar o advento dos portugueses, mencionando que “[...] chegou notícia de Moçambique (*musĩmbih*) aparecimento na terra do país de francos”.<sup>593</sup> Continua informando que “estavam em três navios e seu capitão (*nwāḥid*) chamava-se “Almirtī”, figura que Strong identifica como o “almirante” Vasco da Gama.<sup>594</sup> Sobre a cooperação de Melindi e a ida à Índia, o autor *Al-sulwa* da informa:

[Os francos] viajaram para o lado Melindi. Logo que o povo de Melindi os viu [os francos], eles souberam que eles eram portadores de ruína (*al-ḥurab*) e corrupção (*al-fasād*), e ficaram perturbados com muito medo. Eles lhes deram tudo o que pediram, água, comida, lenha e tudo mais. Em seguida, os Francos pediram um piloto para guiá-los até a Índia, e depois disso voltaram para sua própria terra – Deus os amaldiçoe!<sup>595</sup>

A narrativa subsequente se propõe a mostrar os modos enganosos como os portugueses tentavam esconder que eram um povo corrupto ou degenerado (*ahl al-fasād*), fingindo ser um “povo do bem e da paz” (*ahl al-ḥayr wa al-salāḥ*), embora sempre houvesse alguém que identificasse a verdadeira ‘natureza’ daqueles (cristãos) nazarenos (*naṣārī*).<sup>596</sup> Oposta às noções de “bem” (*al-ḥayr*) e “conciliação” ou “paz” (*al-salāḥ*), a ideia corrupção (*fasād*), atribuída aos portugueses na *Al-sulwa*, implica conotações mais profundas de degeneração moral ou contravenção de normas por cobiça individual. Como explica Khalilieh, o termo, na tradição corânica, alude à violação inescusável da ordem social e o assalto de inocentes, sendo um dos conceitos chaves para configuração de um ato de rapina (ou pirataria quando no mar) na jurisprudência islâmica:

<sup>592</sup> DELMAS, Adrien. Writing in Africa. *Op. Cit.*, p. 198.

<sup>593</sup> *Al-sulwa fī aḥbār Kilwa*. *Op. Cit.*, p. 50.

<sup>594</sup> STRONG, S. Arthur. The History of Kilwa. **The Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland**, Londres, p. 385-430, 1895, p. 401.

<sup>595</sup> *Al-sulwa fī aḥbār Kilwa*. *Op. Cit.*, p. 51.

<sup>596</sup> Essa caracterização torna-se um recurso retórico recorrente: “This idea of Frankish deceit actually comes to be enshrined in a well-known *topos* [...]”. SUBRAHMANYAM, Sanjay. On World Historians in the Sixteenth Century. **Representations**, University of California Press, v. 91, n. 1, p. 26-57, Verão, 2005, p. 75.

Uma análise atenta do termo *fasād* no Alcorão revela que este ato pode assumir muitas formas, abrangendo: cometer desobediência, vícios e actos proibidos; causar a destruição de nações; prejudicar o ambiente, resultando numa perda de água e numa diminuição dos campos cultivados; praticar magia; tirar vidas; e perpetrar roubos de estrada contra vítimas inocentes.<sup>597</sup>

Não é de se surpreender que as transgressões que os portugueses realizavam na Costa Suaíli dialogassem com tais concepções. A crônica continua narrando os consecutivos capitães e suas frotas tentando enganar o povo suaíli para que conspirassem com eles. Finalmente, o Almirtī (Vasco da Gama) retorna e força a cidade ao status de tributária dos portugueses. Muḥammad Rukn é nomeado seu governante devido a seus méritos, embora implicitamente não por sua linhagem.<sup>598</sup> Como uma última observação, o autor menciona como seus próprios tios estavam entre os humilhados nesse enigma. Em seguida, a narrativa é interrompida abruptamente, o que indica que uma seção seguinte da crônica original foi perdida ou que ela nunca foi concluída.

### **Execração piedosa contra os francos malditos**

As narrativas históricas árabes do século XVI fornecem uma visão abrangente das interações globais da época, não apenas através das viagens marítimas europeias, mas, também, pelos processos que as precederam. O século XVI é frequentemente considerado o primeiro século verdadeiramente global, caracterizado por uma integração transcontinental entre as principais regiões do mundo. As fontes aqui apresentadas permitem uma visão mais ampla da interconexão, não só gerada pelas viagens marítimas europeias, mas, também, por muitos processos que as precederam. As noções compartilhadas mostram uma imagem mais complexa da

---

<sup>597</sup> “Close examination of the term *fasād* in the Qur’ān reveals that this act can take many forms to encompass: committing disobedience, vices, and forbidden deeds; causing the destruction of nations; harming the environment resulting in a loss of water and a decrease in cultivated fields; practicing magic; taking lives; and perpetrating highway robbery against innocent victims.” KHALILIEH, Hassan S. **Islamic Law of the Sea: Freedom of Navigation and Passage Rights in Islamic Thought**. Cambridge University Press, 2019, p. 176.

<sup>598</sup> Muhammad Rukn era um rico comerciante respeitado pela comunidade de Quíloa, mas não possuía pedigree aristocrático, fato não mencionado explicitamente na crônica. KILWA, p 52. Outras fontes do período atestam sua falta de nobreza, como a carta escrita ao rei de Portugal por seu filho, Hajj Hasan. ANTT, Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 46.

realidade do século XVI, o primeiro século verdadeiramente globalizado no sentido de uma integração transcontinental entre as grandes partes do mundo, que se interligavam continuamente através das novas e velhas redes. Os povos na orla do Oceano Índico não eram meros espectadores desses eventos. Eles se informaram, interpretaram e agiram sobre eles, influenciando a realidade em que viviam. Os escritos históricos apresentados acima dão uma visão da variedade de processos de interação transcultural que, como Kapil Raj afirma, foi “uma condição constitutiva para a própria possibilidade de presença europeia sustentada em espaços novos e desconhecidos.”<sup>599</sup>

As crônicas árabes demonstraram como muitas vezes os portugueses, “os francos desgraçados”, eram mais catalisadores de eventos, parte de uma visão providencialista que tenta entender suas ações enquanto agentes da vontade divina, inescrutável em última instância, mas cuja manifestação terrena o piedoso pode perscrutar e dela extrair as lições necessárias, conforme a revelação corânica e a tradição do profeta Muḥammad. Produzidos principalmente por religioso de formação jurídico-confessional, os relatos históricos se calcavam nesse arcabouço, em que “[...] cada narrativa da tradição muçulmana de consequência legal é um “oráculo judicial” singular, e o logos oracular é invariavelmente criptografado.”<sup>600</sup> O progredir da narrativa expressa os sinais sorratamente dessa providência e, como os religiosos são aqueles a entenderem e clamarem pelo devido remédio (jihad), como ela infere sobre o ataque português a Áden em 1513:

E foram enormes os danos do secto dos francos. Pois fizeram com os muçulmanos suas façanhas (*al-afa'yl*) e raivosamente tomaram todos navios, e verterem o sangue dos muçulmanos, seu dinheiro, suas mulheres e seus filhos. Fizeram e continuaram assim por um tempo. Renovou-se o povo da cidade de Áden. A notícia chegou ao nosso senhor (*mawlanā*) sultão, um grupo de estudiosos e estudantes religiosos saiu de Áden para conclamar a luta sagrada (*jihād*) em nome de Deus, orando em várias cidades, incluindo Zabid e Aden.<sup>601</sup>

<sup>599</sup> RAJ, Kapil. Spaces of Circulation and Empires of Knowledge: Ethnolinguistics and Cartography in Early Colonial India. In: FINDLEN, Paula (org.). **Empires of Knowledge: Scientific Networks in the Early Modern World**. Nova Iorque: Routledge, p. 269-294, 2019, p. 272.

<sup>600</sup> [...] each narrative of Muslim tradition of legal consequence is a singular “judicial oracle,” and oracular logos is invariably encrypted.” AL-AZMEH, Aziz. **Times of History: Universal Topics in Islamic History**. Budapest/New York: Central European University Press, 2007, p. 87.

<sup>601</sup> AL-DAYBA', Wajih al-Dīn 'Abd al-Raḥman. **Al-Faḍl al-mazīd**, Le surcroît de mérite: Neuf siècles d'histoire de l'Arabie du Sud. CHELHOD, J. (ed.). Sanaa/Beirute, Dar al-'Awda, 1983, p. 301.

As primeiras menções aos portugueses no relato desse autor informam como, já no ano de 910H. (1504), “a punção (ou poderio) dos ímpios se fortaleceu sobre o mar e o cerco aos muçulmanos na Índia e em Ormuz.”<sup>602</sup> O termo para punção, pungência e poderio (*šawka*) significaria, na concepção do imam (fundador da escola de jurisprudência islâmica dominante nas bordas do Índico), o poder de sobrepujar aqueles de fora.<sup>603</sup> Nota-se na descrição dos eventos subsequentes o papel dos ulemás na mobilização contra essa ameaça. Isso exemplifica o aspecto providencialista do gênero narrativo na historiografia árabe, conforme a explanação Al-Azmeh:

A primazia da narrativa sobre o processo nesse tipo de discurso histórico foi observada; a narrativa da sucessão epifânica e providencial com suas sucessões de calques - como tipos, prefigurações e realizações - constitui o tempo do sagrado como um espaço de narrativa. Para compreender a continuidade ao longo do tempo, a sucessão precisa ser representada por um paradigma espacial de contiguidade, independentemente de uma descontinuidade que, sendo meramente cronológica, é apenas virtual.<sup>604</sup>

Longe de ser um fatalismo imobilizante, infere-se dos relatos a função elevada dos ulemás como intérpretes da verdadeira vontade de Deus por serem piedosos estudiosos da revelação corânica e da tradição do profeta. Na descrição de Bā Maḥramah sobre a mesma incursão portuguesa de 1513 sobre Áden, ele próprio dessa cidade, a ênfase parece estar no papel dos homens de fé em guiar as autoridades muçulmanas para decisões justas, contra suas disposições pecaminosas:

Todos eles avançaram em direção à cidade com rifles e armas. O emir enviou-lhes um mensageiro com carneiros e frutas como sinal de hospitalidade. No entanto, eles recusaram isso e afirmaram que só vieram para tomar a cidade, seja por consentimento ou à força. Eles mencionaram que estavam preparados para a guerra desde a manhã de sábado. Em seguida, um grupo deles avançou para um lugar próximo ao forte. Nenhum dos líderes costeiros e fortes se opôs a eles de alguma forma. Eles avançaram na cidade com ganância e ambição. [...] O príncipe havia decidido abandonar a luta e ficar na Morada da Bem-Aventura (*dār al-sa'āda*). No entanto, Ibn Maqras e Ibn al-Mahrī o convenceram de que a Morada da Bem-

<sup>602</sup> *Ibidem*, pp. 300-301.

<sup>603</sup> KHALILIEH, Hassan S. **Islamic Law of the Sea: Freedom of Navigation and Passage Rights in Islamic Thought**. *Op. Cit.*, p. 117.

<sup>604</sup> “The primacy of narrative over process in this type of historical discourse has been noted; the narrative of epiphanic and providential succession with its successions of calques—as types, prefigurations, and accomplishments—constitutes the time of the sacred as a space of narrative. In order to comprehend continuity over time, succession has to be represented by a spatial paradigm of contiguity regardless of a discontinuity which, being merely chronological is only virtual.” AL-AZMEH, Aziz. **Times of History: Universal Topics in Islamic Historiography**. Budapest/New York: Central European University Press, 2007, p. 74.

Aventura não seria defendido se a cidade fosse capturada e o encorajaram a sair para lutar contra eles. Se Deus os ajudasse, ele ganharia glória aos olhos de Deus, e se o destino fosse diferente, ele seria recompensado com o martírio.<sup>605</sup>

Nesse relato a força dos canhões é contrastada com a piedade e bravura, particularmente de piedade na fé, como os ulemás. Martírio e jihad são dois temas recorrentes no narrar sobre os confrontos com os portugueses, o que por vezes pode indicar mais o contorno religioso dado pelo autor sobre os personagens dos eventos que a real motivação dos mesmos. A intenção (*niyya*) de jihad é um lugar-comum nessas crônicas para se referir à disposição de combater o “infiel”. Ḥājjī al-Dabīr relata as batalhas navais de 1508 nas costas do Guzerate

[Em 913] ocorreu um grande evento para os francos na costa da Índia. O sultão partiu de Champaner (*Jānpānāīr*) com a intenção (*bi-niyya*) de [realizar] a jihad e chegou à costa do mar no local chamado Daman e aku desceu. Havia escrito [um comunicado] para Malik Ayaz, ‘vassalo do sultão’ (*hāṣ sulṭānī*), o senhor de Junagadh e do porto de Diu, para que se preparasse contra os francos no mar. O povo da Índia escrevia o nome deste porto como Dīb [...].<sup>606</sup>

Um termo análogo, mais de caráter mais ofensivo, também figura nas narrativas paralelamente a jihad: *ġazw* (‘razia’ ou ‘incursão’). Tendo em vista as sutilezas na escolha das palavras, pode-se perceber a utilização em um sentido menos elevado. Talvez indicando certa desaprovação pela figura de Suleimā Paxá, Al-Nahrawālī refere-se à expedição naval do almirante otomano no Mar Arábico como um razia na senda de Deus (*ġazw fī sabīl Allah*).<sup>607</sup> Na oposição a essa forma piedosa, as ações dos portugueses são apresentadas como corruptas e amaldiçoadas, quando bem-sucedidos, ou como covardes e sem moral, quando mal-sucedidos. A interpretação providencial do último caso é inequivocamente expressa na conclusão do relato de Bā Maḥramah sobre a improdutiva campanha de Albuquerque pelo Golfo de Áden e Mar Vermelho que, malgrado todas as atrocidades, falha na segunda tentativa de conquistar a cidade do autor:

Eventualmente, eles se reuniram com seus companheiros em Áden. Quando seus companheiros chegaram de Zeila, eles hastearam suas bandeiras e dispararam seus canhões. Antes da chegada de seus companheiros de

<sup>605</sup> ABŪ MAḤRAMA, Al-Ṭayyib Ibn ‘Abd Allah ibn Aḥmad. *Qilāda al-naḥr fī wa fayāt al-‘aiyān al-dahr*. vol. 6. Jeddah: Dar al-Minhaj. 2008, p. 567

<sup>606</sup> ULUĠĤĤĀNĪ, [Ḥājjī al-Dabīr] ‘Abd Allāh Muḥammad ibn ‘Umar Al-Makkī Al-Aṣafī. *An Arabic history of Gujarat*, Zafar ul-wālīh bi Muzaffar wa āliḥ, vol 1. ROSS, Edward Denison (ed.). London: John Murray, 1910, pp. 37-38.

<sup>607</sup> AL-NAHRAWĀLĪ AL-MAKKĪ, Quṭb Al-Dīn Muḥammad Ibn Aḥmad. *Al-Barq al-yamānī fī al-fatḥ al-‘uṭmānī*. AL-JASIR, Hamed (ed.). Ríade: Dar al-Yamamah, 1967.

Zeila, eles lutaram contra o povo de Áden. A cidade não havia sido fortificada. Quando seus companheiros chegaram de Zeila, desafiaram [o povo de Áden] a descer e lutar, queimando os barcos largados pela costa. Eles [os portugueses] desembarcaram à noite nos sambucus (*al-sanābīq*). A população local tomou conhecimento de sua presença, e a costa ficou repleta de tropas navais e esquadras de navios, entre outros. A sublevação contra eles começou e resultou em derrota, morte de alguns e ferimentos de outros. Confirmou-se que o partido de Satã não sobressairia sobre o partido do Misericordioso (*Al-Raḥmān*). Que Deus os afaste e os desgraça (lit. abandone).<sup>608</sup>

As referências ao “partido de Satã” (*ḥizb al-Šayṭān*) e ao “partido do Misericordioso” (*ḥizb Al-Raḥmān*) destacam a percepção moral e religiosa da invasão portuguesa pelos habitantes locais, sendo os portugueses associados ao mal e os muçulmanos ao bem. A derrota dessa campanha é revestida em linguagem evocativa de certo providencialismo também em *Al-Faḍl* de Al-Dayba‘, cujo relato termina descrevendo que os portugueses retornaram a Índia “quebrados (*maksūrīn*), desamparados (*maḥḍūlīn*), repreendidos (*maḍmūmīn*), repelidos (*maḥḍūrīn*).”<sup>609</sup>

A chegada e saída dos portugueses em diferentes portos da região são registradas, ressaltando seu caráter invasor e o resistente espírito dos povos locais em defender seus territórios. Nessa tradição, a inauguração e repetição são estruturalmente entrelaçados pela reprodução e finalizações de grandes ciclos históricos até seu término derradeiro no apocalipse.<sup>610</sup> No Islã, como no cristianismo, a degeneração justifica a existência do tempo histórico, cuja passagem levaria a uma conclusão que resultaria na redenção. O principal desses ciclos era a manifestação da revelação profética até o final dos tempos. A autoridade para repetição tipológica casual se alocava no passado. Não é de estranhar que a expedição de Lopo Soares de Albergaria parecesse reforçar esse ciclo de provação para os muçulmanos, tendo de resultar uma inevitável derrota dos francos ao avançar para águas do Mar de Hejaz (um outro nome para o Mar Vermelho que atenta para a especial importância para a cidade sagrada de Meca):

E nesse [ano de 923 H./1517]: chegaram os francos, Deus os amaldiçoe, da Índia para o porto de Áden como trinta embarcações (*ḥašaba*) entre navios (*ḡurbān*) e barcos (*barš*). Manifestaram [os francos] a (sua) felicidade para o povo de Áden sobre os egípcios. Não prejudicaram coisa alguma no porto,

<sup>608</sup> ABŪ MAḤRAMAH, Al-Ṭayyib Ibn ‘Abd Allah ibn Aḥmad. **Tārīḥ ṭaḡr ‘Adan**. ‘ABDELHAMID, ‘Ali Hussein ‘Ali. Omã/Beirute: Dar ‘Umar/Dar Jil, 1987, p. 568.

<sup>609</sup> AL-DAYBA‘, Wajih al-Dīn ‘Abd al-Raḥman. **Al-Faḍl al-mazīd**, Le surcroît de mérite: Neuf siècles d’histoire de l’Arabie du Sud. CHELHOD, J. (ed.). Sanaa/Beirute, Dar al-‘Awda, 1983, p. 348.

<sup>610</sup> AL-AZMEH, Aziz. **Times of History: Universal Topics in Islamic Historiography**. Budapest/New York: Central European University Press, 2007, p. 29.

desceram à costa e foram recebidos pelo emir Marjān, que lhes ofereceu uma grande hospitalidade em seus navios. Eles pediram por pilotos para guiá-los até Jeddah, e o emir Marjān forneceu a eles um grupo de pilotos do Levante (*Al-Šām*) em troca de uma quantia de dinheiro, o que foi suficiente para afastar os francos. Em seguida, eles navegaram para Jidá e atracaram em seu porto, onde o emir Salmān estava com uma multidão de turcos, entre outros [soldados], tendo ciência do trajeto deles para Jidá.<sup>611</sup>

Como visto em abundantes exemplos acima, a execração piedosa do inimigo infiel é um *topos* típico da escrita dessa história por ulemás. Quanto mais indignante a transgressão dos portugueses, mais intenso parece ser o praguejamento. No relato de um dos ataques portugueses a embarcações de muçulmanos no Índico, Jār Allah parece demonstrar particular inconformidade com o ocorrido:

[No ano de 926 H./1520] chegaram muitos documentos com um escravos [que] veio para Xaer da Índia e neles [havia] notícias do zarpar de [que] um destacamento de quarenta navios dos ‘francos desgraçados’ (*al-franj al-mahḡūlīn*) perto da Índia, combateram uma frota de 48 navios de al-Šāhī e mataram cerca de dez indivíduos deles, entre eles o cunhando (*šihr*) do senhor (*ḡwājā*) Ibn al-Qūyḡī e o escravo do senhor (*li-ḡwājā*) Ibn Qarmūṡ, o senhor (*ḡwājā*) ‘Izz al-Dīn al-Lārī feriu-se em sua mão, al-Šāhī ficou incólume e adentrou a Índia com alguns navios. Os francos capturaram quatro embarcações de Áden, entre os quais o navio de ‘Abd Allah al-Ḥawrānī, enquanto o navio de Barakāt al-Ḥalabī dirigiu-se para Xaer. Deus excelso assegure os muçulmanos e desgrace (lit. abandone) os ‘infiéis ímpios’ (*al-kufara al-mulḡidīn*), especialmente os francos desgraçados (*al-franj al-mahḡūlīn*)!<sup>612</sup>

Embora a referência direta a fontes muçulmanas pudesse ser incomum nas crônicas portuguesas do século XVI,<sup>613</sup> com exceções notáveis como Barros, o reverso parece estar totalmente ausente na historiografia árabe. Até mesmo o reconhecimento de portugueses como personalidades individuais, com nomes próprios. À parte de Al-Sulwa, a maioria das narrativas históricas árabes mal se refere a qualquer nome próprio de algum *franj*, com exceção de [Afonso de] Albuquerque (*Al-Dukk*) em *Tārīḡ al-Šanbal* (*‘Ayn Baqr*) em *Tārīḡ al-Šihr*. Normalmente são apenas os títulos oficiais que figuram: almirante (*Almirtī* na Sulwa e *Alī Malandī* [lit. “Alī de Melinde”], em *Al-Barq al-yamānī*), governador (*al-warnadūr*) e vice-rei (*bīzray*).<sup>614</sup>

<sup>611</sup> BĀ FAQĪH, Muḡammad bin ‘Umar al-Ṭayyib. *Tārīḡ al-Šihr wa aḡbār qarn al-‘āšir*. AL-HABASHI, Abdullah Muhammad (ed.). Sanaa: Maktaba al-Ashrad, 1999, p.133.

<sup>612</sup> IBN FAHD AL-MAKKĪ, Jār Allah ibn al-‘Izz ibn al-Najm. *Kitāb Nayl al-muná bi-ḡayl Bulūḡ al-qirā li-takmila ithāf al-warā*: Tārīḡ Makka al-Mukarrama min sana 922 H. ilá 946 H., 2 vols. AL-HILA, Muḡammad al-Habib (ed.), Riyadh: Mu’assasat al-furqan lil-turath al-Islami, 2000, pp. 215-216.

<sup>613</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. Intertwined Histories: Crônica and Tārīkh in the Sixteenth-Century Indian Ocean World. *History and Theory*, v. 49, n. 4, p. 118-145, 2010, p. 127.

<sup>614</sup> *Al-Dukk* (‘o duque’ ou ‘Albuq[uer]que’): ŠANBAL, 2003, p. 241; *‘Ayn Baqr* (‘Albuquerque’): BĀ FAQĪH, Muḡammad bin ‘Omar Al-Ṭīb. *Tārīḡ al-Šihr wa aḡbār qarn al-‘āšir*. *Op. Cit.*, p. 103; *Alī Malandī* (provavel corruptela de ‘almirante [Vasco da Gama]’), escrito sem a letra ‘ayn de modo a indicar um nome incomum (distinto de ‘Alī), e *warnadūr* (‘governador’): AL-NAHRAWĀLĪ AL-MAKKĪ, Quṡb Al-Dīn

Essa nomeação é um dos contrastes mais evidentes com as correspondências árabes, cuja a proximidade distingue da distância que as crônicas árabes exibem.

---

Muḥammad Ibn Aḥmad. **Al-Barq al-yamānī fī al-fatḥ al-‘uṭmānī**. AL-JASIR, Hamed (ed.). Ríade: Dar al-Yamamah, 1967, p. 83; *al-warnadūr* ('o governador') e *bīzray* ('vice-rei'): ULUGḤĀNĪ, [Ḥājī al-Dabīr] ‘Abd Allāh Mu.ḥammad ibn ‘Umar Al-Makkī Al-Aṣafī. **An Arabic history of Gujarat**. *Op. Cit.*, p. 261.

## Capítulo 4 - “Ao rei de Portugal, sultão do mundo”: negociação e articulação com o Estado da Índia e a Coroa

O século XVI é repleto de fenômenos transcontinentais que desafiam as narrativas eurocêntricas tradicionais sobre a história global, expressos nos termos evocados por Bierdemann: reflexos, ecos, conexões.<sup>615</sup> A expansão marítima de Portugal, como reiteradamente demonstrado nesta pesquisa, não foi obra exclusivamente dos “grandes homens” (monarcas, barões, capitães, fidalgos), pois todo um complexo quadro de interações com os povos encontrados no além mar, usualmente caracterizados como as partes passivas desse processo, moldaram o desenrolar dos acontecimentos em atos dos tão variados quanto a troca, resistência ou indiferença.<sup>616</sup> Em várias situações, o engajamento com outras entidades políticas mais distantes passou a desempenhar um papel chave nas questões internas e disputas regionais, um palco para superar as divergências situadas localmente, como, também, para perpetuá-las “a esfera externa passou a funcionar como um palco para superar as diferenças locais, ou para perpetuá-las, ou uma tensa combinação de ambos.”<sup>617</sup> Há que, todavia, entender essas articulações dentro de seus escopos pertinentes e não aplainar as disparidades (sejam militares, políticas ou econômicas), pois “as sociedades não interagem em pé de igualdade.”<sup>618</sup>

O encontro intercultural não é um fenômeno, do mesmo modo, idêntico entre as partes. Não existe somente uma bagagem de cada respectiva tradição, mas, também, a conjuntura específica que avalia o peso desse legado frente aos interesses dos envolvidos. Há diferenças na relação de tradução cultural entre os “doadores” e os “receptores” em seus respectivos pontos de vista. Para os primeiros, qualquer tradução aparenta um erro, enquanto para os últimos as modificações são formas de

---

<sup>615</sup> BIEDERMANN, Zoltán. Three Ways of Locating the Global: Microhistorical Challenges in the Study of Early Transcontinental Diplomacy. **Past & Present**, v. 242, n. Supplement 14, pp. 110-141, 2019, p. 110.

<sup>616</sup> DAVIS, Natalie Zemon. Decentering history: Local stories and cultural crossings in a global world. **History and Theory**, v. 50, n. 2, p. 188-202, 2011, p. 190.

<sup>617</sup> “[...] the external sphere came to function as either a stage for an overcoming of local differences, or one to perpetuate them, or a tense combination of both.” BIEDERMANN, Zoltán. Three Ways of Locating the Global. *Op. Cit.*, p. 123.

<sup>618</sup> YUN CASALILLA, Bartolomé. **Historia global, historia transnacional e historia de los imperios**. El Atlántico, América y Europa (siglos XVI-XVIII). Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2019, p. 10.

corrigir enganos.<sup>619</sup> As diferentes situações em que se dá o encontro intercultural necessitam de terminologias próprias para compreensão da diversidade de relações de poder, aceitação, cooperação, resistência, imposição, em suma, horizontalidades e verticalidades. Pode-se dizer, assim, que “os relatos de encontros culturais entre iguais em termos de poder e aqueles entre desiguais têm enredos diferentes.”<sup>620</sup> Nem todas as situações, espaços e grupos sociais são igualmente permeáveis ao intercâmbio cultural, a miscigenação e a absorção de elementos forâneos, em outras palavras, “como culturas inteiras, há locais específicos que são particularmente favoráveis à troca cultural, especialmente as metrópoles e as fronteiras.”<sup>621</sup> É importante compreender os distintos significados da troca de dados por cada lado envolvido, como na diplomacia, cujo pré-requisito é a existência de dois polos de ação, ao menos, e reafirmam a posição de ambos.

A heterogeneidade de quem acabava por exercer essas funções nesse vasto ambiente multifacetado que era o Oceano Índico (a Ásia Marítima e a borda oriental da África) fica evidente pelos relatos sobre os embaixadores de Portugal como provendo de distintos estratos sociais, origem étnica e até religião. Empregavam-se e adaptavam-se os recursos humanos disponíveis para sedimentar laços diplomáticos, gerar e cultivar relações de confiança e firmar acordos.<sup>622</sup> Percebe-se uma transição da conveniência para a teatralidade ao final do século XV, conforme a expansão marítima alcança novos confins e os reis de Portugal buscam concentrar na sua figura o controle de tal empreendimento. A visibilidade passa a ser um dos aspectos centrais desse processo. Os portugueses aprendiam com o ultramar etiqueta e práticas diplomáticas.

A relação entre os portugueses e os povos muçulmanos ao redor do Mar Árabe, entendida aqui como as regiões do Índico ocidental, foram permeadas pela cultura árabe, arabizadas e/ou islamizadas em distintas formas, medidas e intensidade. Incluem-se regiões, tanto majoritariamente árabes e muçulmanas (sobretudo na Península Arábica), como comunidades muçulmanas minoritárias em regiões sob domínio “pagão”, particularmente no Malabar. Ali as primeiras

---

<sup>619</sup> BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010, p. 60.

<sup>620</sup> *Ibidem*, p. 65.

<sup>621</sup> *Ibidem*, p. 69.

<sup>622</sup> MARTINS, Nuno. Aprendizagem e adaptação da diplomacia no império português na Ásia (1505-1515). **Revista 7 Mares**, n. 4, p. 49-58, Junho 2014, p. 56.

abordagens diplomáticas encetadas refletiram uma estratégia já há muito desenvolvida: “travar uma guerra contra os mouros que controlavam as rotas comerciais e convencer os gentios, por meio de persuasão ou, se necessário, pela força, das vantagens de se aliar aos portugueses.”<sup>623</sup>

A experiência das incursões, hegemonia e colonização amiúde gerou uma reação em camadas letradas através de escritos que expressavam suas perspectivas sobre tal encontro, algo que se identifica em muitas localidades conquistadas e colonizadas por europeus. A comunicação epistolar em língua árabe com os portugueses no Oceano Índico ocidental representa uma das facetas desse processo entre a imposição e a negociação de um domínio imperial, da formalização de laços de suserano-vassalo, e da absorção de entidades políticas ou mesmo populações locais ao jugo português, por um lado, mas também à objeção, contenção e resistência aberta a política monárquica de Portugal e/ou a ação de seus agentes *in loco*. Também revela as várias estratégias de articulação do poder e o jogo de rivalidades por ambas as partes. A comunicação através de cartas é – via de regra – instrumento para alcançar objetivos (políticos, econômicos, pessoais, entre outros) e, não por menos, aquelas enviadas no idioma árabe por esses súditos, vassalos e aliados do Estado da Índia expõe a agência própria desses indivíduos. A variedade de protocolos diplomáticos era uma realidade de longa-duração no Índico e cabia à missão diplomática a decodificação dos protocolos e da linguagem simbólica do outro lado.<sup>624</sup>

O árabe era uma língua franca de grande importância no contexto mediterrânico e indico, como também era na costa atlântica do norte da África e por regiões islamizadas abaixo do Cabo Bojador, a ponto de soberanos não-muçulmanos a utilizarem para correspondência estrangeira, como o rei Cananor faria em suas comunicações diplomáticas com os portugueses.<sup>625</sup> Conscientes do que encontrariam além do Cabo da Boa Esperança, os portugueses trouxeram intérpretes familiarizados com o idioma árabe já na primeira expedição enviada às Índias. Frequentemente, o

<sup>623</sup> “[...] faire la guerre aux Maures qui contrôlaient les circuits commerciaux et convaincre les Gentils, par la persuasion ou, si nécessaire, par la force, des avantages de se mettre du côté portugais.” CRUZ, 1990, p. 238.

<sup>624</sup> MARTINS, Nuno. Aprendizagem e adaptação da diplomacia no império português na Ásia. *Op. Cit.*, p. 52.

<sup>625</sup> BOUCHON, Geneviève. **Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630**: études d'histoire indo-portugaise. Lisbonne/Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, p. 304.

árabe não era sequer a língua nativa daqueles que fizeram uso dela na diplomacia e comunicação epistolar com os portugueses. Embora seja difícil determinar em muitos casos, por vezes o autor da carta, não tinha qualquer domínio dessa língua, fazendo uso dela por meio de escribas, que a dominavam em algum grau de proficiência. Os desvios da norma culta árabe, de erros gramaticais a ortográficos, não constituem o foco desta análise além do que permitem vislumbrar a relação do autor com o texto, assim como o papel do escriba nessa intermediação quando é possível inferir.

Os primeiros intérpretes possivelmente eram uma mistura de intermediários, mercadores persas com algum conhecimento de português por interação, como um convertido (ao cristianismo) falante de persa ou portugueses com alguma intimidade com os sultanatos indianos, esses últimos oriundos tipicamente da sociedade de fronteira do império português era composta por uma diversidade de indivíduos: ex-renegados e cativos, nativos e escravos convertidos, judeus e cristãos-novos, aventureiros e condenados.<sup>626</sup> Embora as funções de intérpretes pudessem ser executadas por aqueles que não eram marginalizados, o perfil ideal para preencher competentemente esta posição apresentava características como a facilidade de navegar em vários mundos, uma qualidade não encontrada nos meios da sociedade importada.

O recorrente status de marginalidade, exacerbava a desconfiança em relação aos intérpretes, também relacionada ao medo de traição e à divulgação de segredos de Estado da Índia. A expressão italiana “*traduttore, traditore*”: indica não só o problema da fidedignidade, mas o potencial traiçoeiro da parte dos intérpretes.<sup>627</sup> Intérpretes enfrentavam desconfiança e suspeita, apesar de suas habilidades e dedicação. Eram temidos por adentrarem um mundo desconhecido e por adotarem línguas e pensamentos diferentes. No entanto, desconfianças antigas desaparecem quando se reconhece o papel vital dos intérpretes na divulgação de conhecimento sobre as culturas asiáticas.<sup>628</sup> A desconfiança em relação aos intérpretes diminui quando se reconhece seu papel vital na compreensão de culturas estrangeiras. Os intérpretes foram instrumentos importantes para entender civilizações avançadas.

---

<sup>626</sup> COUTO, Dejanirah. The role of Interpreters, or Linguas, in the Portuguese Empire During the 16th Century. **e-Journal of Portuguese History** (e-JPH), v. 1, n. 2, p. 1-10, 2003. p. 1.

<sup>627</sup> BOUCHON, Geneviève. **Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630**. *Op. Cit.*, p. 306.

<sup>628</sup> *Ibidem*, p. 309.

Eles desempenharam um papel crucial ao abrir as portas para o mundo das mentalidades asiáticas.

As primeiras décadas foram fundamentalmente propedêuticas para os portugueses se familiarizarem com as normas e práticas de diplomacia no Oceano Índico, como seria de esperar.<sup>629</sup> As sociedades que entravam em si já eram familiarizadas com o protocolo diplomático, tanto a portuguesa quanto os distintos interlocutores asiáticos e africanos. As formas que as relações entre entidades políticas podiam tomar era de comitivas normalmente com envio de presentes e um cortejo de dignitários; ou uma missão permanente na corte estrangeira. O procedimento padrão nos primeiros anos era, não surpreendentemente, o envio de delegações.

Entre esses intermediários estavam os intérpretes, que desempenharam um papel indispensável na aventura portuguesa no Oceano Índico. Alguns intérpretes eram portugueses que aprenderam línguas orientais, enquanto outros eram convertidos de diferentes origens. Documentos nos arquivos portugueses, como traduções de cartas, revelam a importância desses intérpretes. Portugueses de camadas diversas da sociedade acabavam por obter habilidades linguísticas em experiências no campo, sendo os membros da aristocracia com conhecimento linguístico, um tipo altamente valorizado. Todavia, letrados com maior instrução formal em idiomas raramente atuavam como intérpretes.<sup>630</sup> Membros do clero podiam servir ocasionalmente em missões diplomáticas e emprestar suas habilidades linguísticas como intérpretes. Em suma, a condição social e origem dos indivíduos que desempenhavam essa função variava amplamente com diversidade e o número de intérpretes escapava à classificação. Os papéis eram imprescindíveis para negociações diplomáticas entre culturas, mas suas vidas revelam ser efêmeras e incertas pelo que se conhece. Os agentes empregados não respondiam apenas às esferas mais altas, assim como não só engajavam com os soberanos juridicamente reconhecidos sobre um território.

---

<sup>629</sup> MARTINS, Nuno. Aprendizagem e adaptação da diplomacia no império português na Ásia. *Op. Cit.*, p. 50.

<sup>630</sup> BOUCHON, Geneviève. **Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630.** *Op. Cit.*, p. 306.

A elaboração de acordos, alianças e votos de obediência era uma estratégia frequentemente privilegiada pela Coroa e mais ainda pelos setores mercantis da corte. Em determinados períodos e regiões, essa forma provou-se muito efetiva na extração de recursos e submissão de territórios além das cidades e fortalezas costeiras. Os projetos de missões diplomáticas e embaixadas podiam servir para estabelecer contatos oficiais onde não havia, explorar contatos novos, obter informações, firmar tratados de comércio, afirmar o poder do Rei de Portugal, forjar alianças militares, entre outros.<sup>631</sup> O procedimento padrão nos primeiros anos era, não surpreendentemente, o envio de delegações, cuja função era ainda de exploração e reconhecimento, sem contar a missão sempre presente nos encontros diplomáticos de forjar acordos, por livre arbítrio ou coerção, e, posteriormente, expandir e sustentar os já consolidados.

Cada detalhe importava: do local às vestimentas, da decoração às cortesias, dos gestos cerimoniais aos presentes, da refeição ao entretenimento.<sup>632</sup> Naquelas bandas, tal tarefa era consideravelmente mais árdua considerando que a identificação cultural entre as partes era mínima ou praticamente nula. Os elementos de cada sociedade que circulassem entre esses espaços eram importantes pelo fato de já se familiarizarem de algum modo com os protocolos, a etiqueta e os simbolismos do outro lado. De tal modo que se arregimentava para o serviço toda espécie de comerciantes, mercenários, aventureiros, renegados, conversos que estivessem à disposição para se não orientar e oferecer informações chaves. Todos esses elementos precisavam ser endereçados e se refletia cuidadosamente sobre eles em qualquer engajamento sério. Além da miríade de idiomas, culturas protocolares e organizações sociopolíticas, era mister estar ciente das relações entre as autoridades e soberanias diferentes, principalmente devido a intrincada hierarquia que poderia existir entre as mesmas. Essas diferenças podiam ser fundamentais não só para o sucesso da missão, mas ser os objetivos da mesma, fosse reconhecimento, exploração ou articulação.

Algumas tradições diplomáticas podiam facilitar o engajamento dos portugueses, como a prática difundida de hospitalidade nas cortes da Ásia, onde

---

<sup>631</sup> MARTINS, Nuno. Aprendizagem e adaptação da diplomacia no império português na Ásia. *Op. Cit.*, p. 51.

<sup>632</sup> *Ibidem*, p. 52.

poderia ser uma questão de honra a alimentação e acomodação mesmo em embaixadas que aparecessem sem ser anunciadas.<sup>633</sup> Era comum que senhores locais e governadores nas rotas pela Pérsia e Ásia Central emitissem convites às delegações em passagem. O terreno para a existência de tradições políticas e uma linguagem diplomática comum aos estados europeus e asiáticos foi preparado pelos muçulmanos, que haviam difundido por onde passaram aspectos da herança helenística e abraâmica que compartilhavam com os cristãos.<sup>634</sup>

Outro fator na diplomacia era a própria dispersão geográfica do Estado da Índia, a descontinuidade territorial do império português e o papel dos oficiais locais em configurar (ainda mais em consideração a duração do cargo em que eram designados, o que poderia levar a toda uma rápida mobilização dos instrumentos governamentais que favorecessem quem o ocupasse). As distintas orlas do Índico englobadas por essas interações com os portugueses no alvorecer do século XVI representam, cada uma à sua maneira, a ascensão e declínio de uma particular política de vassalagem, configurada em uma noção simultaneamente econômica e messiânica de império durante o reinado de Dom Manuel I. A distância tornava difícil que as questões fossem resolvidas com a devida velocidade, já que a demora de muitos meses ou anos para a chegada e o retorno dos navios entre o Estado da Índia e a chancelaria do rei de Portugal tornavam qualquer medida, por definição, tardia quando sequer fosse mais relevante, como observa Salman à respeito das delongadas entre Ormuz, Goa e Lisboa.<sup>635</sup>

A maior parte das cartas árabes preservadas na Torre do Tombo são da primeira metade do século XVI. O número mais substantivo refere-se ao Norte da África, mas não está muito a frente das cartas do Oriente, que também contam com um número semelhante de correspondências em persa. O conjunto das correspondências analisadas permite vislumbrar um pouco das dinâmicas de interação de muçulmanos com as vicissitudes da talassocracia portuguesa em seu

---

<sup>633</sup> HALIKOWSKI-SMITH, Stefan. 'The friendship of kings was in the Ambassadors': Portuguese diplomatic embassies in Asia and Africa during the sixteenth and seventeenth centuries. **Portuguese Studies**, v. 22, n. 1, p. 101-134, 2006, p. 117.

<sup>634</sup> BIEDERMANN, Zoltán. Portuguese Diplomacy in Asia in the Sixteenth Century: A Preliminary Overview. **Itinerario**, v. 29, n. 2, p. 13-37, 2005. P. 21

<sup>635</sup> SALMAN, Mohammed Hameed Salman. **Aspects of Portuguese Rule in the Arabian Gulf, 1521-1622**. Thesis submitted for the Degree of Doctor of Philosophy in the University of Hull. December 2004, p. 172.

primeiro meio século de existência no Oceano Índico. O hábil emprego da linguagem expressa o papel ativo, tanto como política quanto como cultura, que tiveram as partes locais no direcionamento das estratégias do reino de Portugal e de seu Estado da Índia. Os emissários e embaixadores eficientes eram aqueles que sabiam aprender rapidamente os costumes locais, ler pragmaticamente os códigos de etiqueta local e conferir um sentido de majestade à sua presença.<sup>636</sup>

Essas interações com um poder expansionista cristão foram intrincadas e desiguais, marcadas por tensões. As projeções manuelinas de um império universal (católico) refletem-se de modo notável na etiqueta epistolar em árabe durante o seu reinado, esvaecendo na década subsequente a seu falecimento perante a nova conjuntura e a medidas adotadas por seu sucessor, Dom João III. No Oceano Índico, as cartas provêm de três regiões: da Costa Suaili (Quíloa, Melinde e Moçambique), Malabar (exclusivamente de Cananor) e do Reino de Ormuz. Talvez o próprio recuo no Norte da África tenha sido um fator fundamental não só para o esperado declínio nas correspondências, ali recuado a apenas uma praça/fortaleza mais como um enclave isolado, mas, também, estimulado a diminuição na prática no Oriente.

Formalmente, a coroa portuguesa nunca se submeteu a nenhum príncipe asiático, mas na prática, muitos embaixadores enfatizavam a paridade mútua e, às vezes, a superioridade simbólica de suas contrapartes.<sup>637</sup> Em recepções diplomáticas nas cortes asiáticas, os portugueses muitas vezes pareciam insignificantes, um agrupamento patético de enviados fingindo ser de alguma importância.<sup>638</sup> Ainda assim, a Coroa de Portugal reivindicava a “conquista” do Oriente como seu direito, ao menos em teoria, mas na prática, a maioria das relações com as políticas orientais se baseava em um conjunto complexo de ligações negociadas de “amizade” ou submissão indireta.<sup>639</sup>

Não era apenas dos povos do ultramar que reproduziam os títulos gerados por Dom Manuel I em seu protocolo diplomático. Logo em seguida da morte desse monarca, em 1521, uma carta de um veneziano estabelecido em Lisboa se endereça ao recém-coroadado D. João III com o conjunto de títulos criados por seus antecessores:

---

<sup>636</sup> BIEDERMANN, Zoltán. Portuguese Diplomacy in Asia in the Sixteenth Century. *Op. Cit.*, pp. 24-25.

<sup>637</sup> *Ibidem*, pp. 24-25.

<sup>638</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>639</sup> *Ibidem*, p. 25.

“Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em África, senior de Guiné e da conquista navegazam e comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia.”<sup>640</sup> Já a leste do Cabo Bojador, surpreende esse tipo de manifestação em outras línguas, tendo em vista o que é mais ou menos comensurável entre cada tradição, o significado de cada palavra, o entendimento do que eram esses lugares, entre outras questões. Isso é o precioso da coleção de cartas orientais da Torre do Tombo, ainda que uma fração das coletâneas em português, pois revelam a perspectiva reversa dos assuntos dessas, como Nasiri-Moghaddam reparou no caso dos documentos persas de Ormuz.<sup>641</sup>

Afinal, qual seria a necessidade do envio e preservação das versões na(s) língua(s) de origem dos documentos da chancelaria? Além do *status*, da cerimônia e possível valor simbólico dessas cartas, muitas com selos oficiais, havia um aspecto prático na tradução para o rei dos documentos enviados a ele e a seus oficiais por um tradutor próximo e de sua confiança (a questão de tradutore/traditore trazida por Bouchon) ou talvez mais de um (de modo a comparar as traduções, quiçá?). A análise detalhada das traduções para o português, identificáveis para parte das cartas o fato de terem sido produzidas *in loco* ou em Portugal, além de outros fatores, está fora do escopo desta pesquisa. A existência de cartas traduzidas com os selos oficiais ou assinatura em árabe mostra que ao menos parte era feita no local de origem, pois parece contraintuitivo que se assinasse um papel em branco para uma futura tradução, em vista de todo protocolo oficial, além de desconfiança, intriga, etc. Todavia, há indícios de que tal fator tenha sido importante na diminuição das cartas em caracteres orientais, conforme se indica em relação ao documento informar que não havia mais necessidade de um tradutor local (que seria mais um oficial português a se lidar), pois todos falavam português. Ainda que não escrevessem.

---

<sup>640</sup> OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de Oliveira. **Veneza e Portugal no Século XVI**. Subsídios para sua história. Lisboa: Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses/Imprensa Nacional, 2000, p. 240.

<sup>641</sup> NASIRI-MOGHADDAM, Nader. Les document persans des Archives Nationales du Portugal (Torre do Tombo) et leur importance pour l'histoire du golfe Persique aux XVIe - XVIIe siècles. In: COUTO, Dejanirah Couto; LOUREIRO, Rui Manuel (ed.). **Revisiting Hormuz: Portuguese interactions in the Persian Gulf: region in the early modern period**. Harrassowitz Verlag/Wiesbaden: Calouste Gulbekian Foundation, p. 13-27, 2008, p. 26.

## Vassalos e súditos suaílis entre a subordinação e a obstinação

Já na primeira viagem de Vasco da Gama, ficou claro que a Costa Suaíli era um ponto essencial para a presença portuguesa no Oceano Índico. O êxito dos planos de controle do comércio pelo Índico dependia de alicerces nos postos mercantis na costa leste africana como parada no longo trajeto de circunavegação da África. As riquezas que ali circulavam também poderiam servir de moeda de troca pelas especiarias da Índia, em particular o ouro.<sup>642</sup> Na costa leste da África, os portugueses tentaram proibir os muçulmanos árabes e indianos de comercializarem marfim e ouro. Estando fora de alcance o cobiçado acesso direto às jazidas de ouro, os portugueses visavam cortar os intermediários na cadeia de fornecimento.

No entanto, sua rede tinha uma malha ampla (a corrupção dos administradores portugueses pode ter sido uma razão para sua ineficiência) e o comércio suaíli – mal desacelerou – continuou ao longo das costas e no interior. Mais adiante, os portugueses estenderam esse bloqueio às importações de têxteis do Guzerate, impondo medidas drásticas em 1530, como fixar um preço quarenta vezes maior do que o valor original dos tecidos.<sup>643</sup> Naturalmente, o “contrabando” floresceu, aproveitando as muitas redes estabelecidas e a produção de têxteis local se desenvolveu, especialmente em Pate, onde essa manufatura estava nas mãos de grupos influentes nas elites dessa sociedade. Nesse quadro mais geral, no entanto, pode-se perder de vista que os atores não foram igualmente afetados e que as reconfigurações geradas ante a intromissão levaram a ruína de uns e a prosperidade de outros.

Substituir os muçulmanos foi uma tarefa concebida como viável em diversos empórios no continente, apesar das dificuldades. Mas ali o interesse era mais concentrado na aquisição de ouro. Já na segunda viagem de Portugal à Índia, comandada por Pedro Álvares Cabral, foi ordenada a construção de uma feitoria em

---

<sup>642</sup> ROQUE, Ana. The Sofala Coast (Mozambique) in the 16th Century: between the African trade routes and Indian Ocean trade. In: WALKER, Iain; RAMOS, Manuel João; KAARSHOLM, Preben. **Fluid Networks and Hegemonic Powers in the Western Indian Ocean**. Lisboa: Centro de Estudos Internacionais, p. 19-36, 2017, p. 24.

<sup>643</sup> BEAUJARD, Philippe. *The Worlds of the Indian Ocean: Volume 2, From the Seventh Century to the Fifteenth Century CE: A Global History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 608.

Sofala, principal porto de escoamento do ouro das terras altas do interior.<sup>644</sup> Um dos principais objetivos dos portugueses era estabelecer um monopólio sobre o comércio desse metal precioso.<sup>645</sup> As cidades-estados suaílis, particularmente Quíloa, tinham em Sofala o alicerce de sua prosperidade material.<sup>646</sup> Era necessário, de qualquer modo, a utilização de uma rede de alianças locais para assegurar o sucesso do projeto de dominação portuguesa. A conduta dos negócios era feita de acordo com um protocolo local, com grupos de mercadores que tratavam do comércio regional sob a supervisão de chefes locais. Com efetivos numéricos limitados, os portugueses precisavam aceitar essas dinâmicas e adaptar seus intentos às diversas condições de ação existentes nos distintos cantos da Costa Suaíli.

A hegemonia imperial portuguesa era alicerçada em uma fixação territorial limitada a um punhado de fortificações (Sofala, Moçambique e, temporariamente, Quíloa) e exercida através de um sistema de monopólio comercial imposto através de tratados, bloqueio naval e repressão ao “contrabando”.<sup>647</sup> A submissão política à Coroa de Portugal poderia ser imposta pela conquista armada, como em Quíloa; ou consentida pelo pagamento de tributos em reconhecimento da autoridade portuguesa, como em Zanzibar. Poderia, ainda, ser através de alianças com soberanos de cidades regionalmente importantes, como em Melinde, ou com a negociação com chefes locais para garantir exclusividade comercial, como em Sofala. Essas configurações estavam em consonância com práticas pré-estabelecidas e não significavam a supressão de interesses e objetivos próprios para nenhuma das partes:

Longe de significar que eles estavam desistindo de seus objetivos, a atitude dos portugueses estava de acordo com a prática comum entre os chefes locais. Ela mostrava uma consciência de uma situação que exigia mudanças e ajustes com impacto imediato no posto comercial e na sobrevivência das pessoas que ali viviam e trabalhavam. Neste contexto, a disponibilidade de bens adequados em demanda nos mercados locais e regionais africanos era tão importante quanto garantir o fornecimento regular de alimentos ao posto de comércio.<sup>648</sup>

<sup>644</sup> ROQUE, Ana. The Sofala Coast (Mozambique) in the 16th Century. *Op. Cit.*, p. 23.

<sup>645</sup> CAMPBELL, Gwyn. The Role of Kilwa in the Trade of the Western Indian Ocean. *Op. Cit.*, p. 117.

<sup>646</sup> ROQUE, Ana. The Sofala Coast (Mozambique) in the 16th Century. *Op. Cit.*, p. 24.

<sup>647</sup> NEWITT, Malyn. Formal and informal empire in the history of Portuguese expansion. **Portuguese Studies**, v. 17, n. 1, p. 1-21, 2001, p. 16.

<sup>648</sup> “Far from meaning they were giving up on their goals, the attitude of the Portuguese was in line with common practice among local chiefs. It showed an awareness of a situation that required changes and adjustments with immediate impact on the trading post and the survival of the people living and working there. In this context, the availability of suitable goods in demand in the local and regional

Através da abordagem diplomática com poderes locais e reinos, os portugueses cultivaram um sistema de alianças para que os suprimentos essenciais aos postos mercantis não fossem colocados em risco. Essa atuação na Costa Suaíli demonstra a plasticidade do império português e como as circunstâncias se transformavam em conjunto:

O domínio colonial português reorientou o cenário político do mundo suaíli. No final do século XVI, quase todas as políticas suaílis estavam sujeitas a uma única entidade política: o Estado da Índia português com seu centro administrativo em Goa. O Estado da Índia governava através das elites locais, idealmente sultões flexíveis à sua escolha. No entanto, os líderes políticos suaílis também influenciaram a expansão colonial portuguesa.<sup>649</sup>

A articulação diplomática de rivais políticos, vassallos contra suseranos, e outras divergências locais ou regionais, foi instrumental para a inserção dos portugueses em muitas regiões, desde o exercício mais geral de sua influência até o domínio direto.<sup>650</sup> Na Costa Suaíli, os portugueses tiraram proveito da rivalidade do sultão de Melinde com a ascendente Mombaça, e, principalmente, o mais poderoso e próspero sultanato de Quíloa, já em processo de declínio. Uma clivagem nas estruturas políticas polarizava as altas esferas dessa cidade: de um lado a legítima linhagem do reinado (*al-mulk*) e, do outro, a administração efetiva do governo (*al-imara*).<sup>651</sup> Em suma, fraturas internas e externas da sociedade suaíli ofereciam amplas oportunidades para uma força estrangeira – e oportunista – explorar. Logo na segunda expedição às Índias, capitaneada por Pedro Álvares Cabral, foram dadas instruções expressas de fortalecer laços diplomáticos. O próprio Rei teria instruído pessoalmente o almirante Cabral para presentear o sultão de Melinde em uma cerimônia aberta, de modo a afirmar publicamente essa aliança.

As correspondências enviadas ao Rei de Portugal expressam essa intercessão das lideranças suaílis sobre o rumo do império português na Costa Suaíli. Exemplar é o caso do sultão ‘Alī ibn Sultān ‘Alī de Melinde, que decidiu acomodar-se aos

---

African markets was as important as ensuring the regular supply of food to the trading post.” ROQUE, Ana. The Sofala Coast (Mozambique) in the 16th Century. *Op. Cit.*, p. 26.

<sup>649</sup> “Portuguese colonial rule reoriented the political landscape of the Swahili world. By the end of the sixteenth century nearly all Swahili polities were subject to a single political entity: the Portuguese *Estado da Índia* with its administrative centre in Goa. The *Estado da Índia* ruled through local elites, ideally pliable sultans of their choosing. Yet Swahili political leaders also influenced Portuguese colonial expansion.” PRESTHOLDT, Jeremy. Navigating the Early Modern World: Swahili polities and the continental–oceanic interface. In: WYNNE-JONES, Stephanie & LAVIOLETTE, Adria. **The Swahili World**. Routledge, p. 517-528, 2017, p. 520.

<sup>650</sup> BIEDERMANN, Zoltán. Three Ways of Locating the Global. *Op. Cit.*, p. 117.

<sup>651</sup> SAAD, Elias. Kilwa dynastic historiography: a critical study. *Op. Cit.*, p. 184.

intentos dos portugueses e abertamente declarar amizade à Coroa desde o primeiro momento. Na carta, em árabe, endereçada a Dom Manuel, o sultão de Melinde busca demonstrar sua subordinação com excessiva adulação:

Esta carta é enviada ao lorde sultão, Dom Manuel, sultão de Portugal, soberano (*ṣāhib*) da Guiné (*ġanāwa*) e dos dois Algarves, senhor (*sayyid*) das minas (*al-ḡahbīn*), possuidor (*mālik*) de zonas (*aqālīm*) em terra e mar, dono (*mālik*) das ilhas do Mar Árabe (*al-‘arabiya*) e da Pérsia (*al-‘ajamiya*) e das bandas (*aqālīm*) dos indianos e persas, conquistador de todos os países e cidades, mestre [dono] da terra (*balda*) [*i.e.*, Portugal] auspiciosa, afortunada, protegida e guardada, residente de um palácio fechado brilhante que domina o mundo. Aquele sultão que é famoso por seus atributos nobres, e cuja qualidades firmes e estabelecidas e inclusiva generosidade são amplamente conhecidas, e que se orgulha de envolver o máximo afeto e amor, que tinham feito esforços para fortalecer a confissão [lit. “Islã”] dos cristãos’ (*Islam al-naṣara*), de tal forma que ele brilha, reunindo os mantos de honra e glória.<sup>652</sup>

Como o emprego da linguagem, os detalhes estilísticos da carta são dignos de nota. Escrito com clareza no estilo *nashī* (cursiva do alfabeto amplamente difundida em documentos oficiais e na redação de livros), o texto é formado simetricamente e margeado em vermelho. Os sinais diacríticos são também marcos com clareza, em tinta vermelha. Percebe-se um cuidado e um valor especial na elaboração estética, por si só um gesto de cortesia. O verso da carta possui um sumário de envio, em uma “caixa” retangular e simétrica, traçada com a mesma tinta vermelha, no qual se endereça o destinatário pelo nome próprio, o Rei Dom Manuel, com uma pompa equivalente a do corpo principal da carta, mas de forma mais resumida:

Para o grande sultão, governante de Portugal, soberano (*ṣāhib*) das minas, senhor (*sayyid*) da Guiné e dos dois Algarves, o conquistador de países e cidades, uma pessoa de grande graça, excelência, virtude e generosidade, com um exército numé agradável [ilegível]. Em suas mãos são generosidade, excelência e munificência [ilegível]. Que Deus o mantenha [para sempre]. Amém.<sup>653</sup>

O uso extenso dos epítetos do Rei e toda sua pretensa grandiosidade aparece mais nas correspondências vindas de Melinde que de outras cidades, o que estava em clara consonância com a estratégia de aliança dessa cidade para com os portugueses, como notaram Alam & Subrahmanyam: “a chancelaria de Melindi [...] parece ter tido pleno conhecimento dos títulos pretensiosos que o próprio Dom

<sup>652</sup> ANTT, Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 20, frente. A tradução aqui difere em alguns pontos na interpretação feita pela tradução inglesa de Subrahmanyam e Alam. SUBRAHMANYAM, Sanjay & ALAM, Muzaffar. A Handful of Swahili Coast Letters, 1500–1520. **International Journal of African Historical Studies**, v. 52, n. 2, 255-281, 2019, p. 272.

<sup>653</sup> ANTT, Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 20, verso.

Manuel tinha começado a usar [...].<sup>654</sup> Mais que mera soberba, a diplomacia era um vetor da imagem do senhorio imperial de Dom Manuel I, dentro e fora do reino.<sup>655</sup> Mesmo as alianças não eram sem custos, já que capitães portugueses patrulhando as costas extorquiam navios e povoações costeiras. Parte da estratégia de apelo direto a autoridade real, era se contrapor aos ditames dos capitães portugueses e outros agentes da Coroa, que abusavam de seu poder local para benefício próprio:

Estes exemplos sugerem que as opções abertas aos governantes das cidades-estado da costa suaíli diante do desafio inicial português foram todas desagradáveis em algum grau. Uma outra complicação foi que os capitães e oficiais portugueses tinham frequentemente ideias e projetos próprios, que estavam em desacordo com as ordens reais, assim como com as políticas oficiais do Estado da Índia Oriental.<sup>656</sup>

O diálogo simbólico, não somente as questões de caráter mais pragmáticas, estavam em jogo de modo sensível nessas interações em que se representava cuidadosamente o nível de poder dos distintos soberanos de modo a forjar laços de confiança e boa vontade, mobilizados “num subtexto simbólico e retórico em que todos os detalhes eram cruciais.”<sup>657</sup> Todos esses elementos precisavam ser endereçados e se refletia cuidadosamente sobre eles em qualquer engajamento sério. Além da miríade de idiomas, culturas protocolares e organizações sociopolíticas, era mister estar ciente das relações entre as autoridades e soberanias diferentes, principalmente devido a intrincada hierarquia que poderia existir entre as mesmas. Essas diferenças podiam ser fundamentais, não só para o sucesso da missão, mas ser os objetivos da mesma, fosse reconhecimento, exploração ou articulação. O sucesso sem articulação da diplomacia e a aquiescência (de bom grado ou pela coerção) de senhores de pequenos à médios potentados poderia ser muito mais efêmero e difícil de sustentar.<sup>658</sup> A oposição interna montada contra a autoridade portuguesa poderia ser muito mais significativa. Essa questão demonstra um balanço de energias em que a perspectiva imperial do passado percebia um desequilíbrio.

---

<sup>654</sup> “The Malindi chancery [...] seem to have been fully aware of the pretentious titles that Dom Manuel himself had begun to use [...]” SUBRAHMANYAM, Sanjay & ALAM, Muzaffar. *A Handful of Swahili Coast Letters*, *Op. Cit.*, 2019, p. 267

<sup>655</sup> BIEDERMANN, Zoltán. *Three Ways of Locating the Global*. *Op. Cit.*, p. 131.

<sup>656</sup> *Ibidem*, p. 269.

<sup>657</sup> MARTINS, Nuno. *Aprendizagem e adaptação da diplomacia no império português na Ásia*. *Op. Cit.*, p. 53.

<sup>658</sup> BIEDERMANN, Zoltán. *Three Ways of Locating the Global*. *Op. Cit.*, p. 134.

Quíloa era uma cidade portuária central na economia do mundo do Oceano Índico ocidental, ainda que passasse por atribulações.<sup>659</sup> Sua posição geográfica estratégica no limite austral do sistema marítimo das monções a tornou fruto de disputas entre potentados e grupos comerciais, tanto nativos, quanto estrangeiros. A prosperidade que essa cidade gozava não foi sem consequências disruptivas. Desde meados do século XV, uma polarização nas estruturas de poder recrudescia entre quem ocupava o cargo oficial de soberano (o trono) e quem passava a efetivamente exercer a autoridade política. A chegada das caravelas portuguesas exacerbou essas fraturas no seio da sociedade. Com cada nova expedição, esses novos atores se imiscuíam mais e mais na política interna da cidade suaíli. Já em 1505, desavenças entre portugueses e seus “anfitriões” suaíli levou a intervenções armadas para substituir o soberano local por um mais favorável aos interesses de Portugal.<sup>660</sup> O tom mais austero no tratamento na carta enviada pelo sultão de Quíloa reflete, talvez, uma animosidade latente para quem estava na origem de tanta adversidade:

Para o sultão que é munificente, o rei que é grande, Dom Manuel, Sultão de Portugal, que é como um leão, e que é apoiado por Deus e é vitorioso. Que Deus prolongue seu poder e dê-lhe uma vida longa. Que todos os muçulmanos se beneficiem de seu poder, tanto de manhã quanto à noite.<sup>661</sup>

A conquista da cidade só pode ter sido sentida como humilhante, com a assinatura pública de um acordo de submissão, estipulando o pagamento de um pesado tributo, cerca de cinco quilos de ouro extraído como páreas, que chegando a Portugal acabaria por servir ao rei Dom Manuel I para a demonstrar em um cortejo solene, perante sua corte, a força de seus domínios ultramarinos.<sup>662</sup> Diferente dos sultões de Melinde, não houve o mesmo conluio de interesses com Quíloa, conformando uma ocupação tensa da cidade, cujo comércio só decaiu sob o soberano títere e o forte português. Os portugueses acabam por abandonar o porto em 1512, pois seu comércio havia diminuído consideravelmente.<sup>663</sup>

---

<sup>659</sup> CAMPBELL, Gwyn. The Role of Kilwa in the Trade of the Western Indian Ocean. *Op. Cit.*, p. 112.

<sup>660</sup> NEWITT, Malyn. **Formal and informal empire in the history of Portuguese expansion**. *Op. Cit.*, pp. 15-16.

<sup>661</sup> ANTT, Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 19, verso. SUBRAHMANYAM, Sanjay & ALAM, Muzaffar. A Handful of Swahili Coast Letters, *Op. Cit.*, pp. 272.

<sup>662</sup> BIEDERMANN, Zoltán. Three Ways of Locating the Global. *Op. Cit.*, pp. 132-133.

<sup>663</sup> NEWITT, Malyn. **Formal and informal empire in the history of Portuguese expansion**. *Op. Cit.*, p. 16.

O sultão Ibrahim, expulso em 1505, teria talvez retornado após a saída dos portugueses junto com seu aliado Mikati. Na carta, seu tom é um tanto afrontoso quando exige que “continues firme nisso [manutenção da ordem e do *status quo*], caso contrário, as pessoas se dispersarão em pânico e diferenças surgirão por medo, o que seria inadmissível para um rei como tu.”<sup>664</sup> Por isso, é difícil precisar se o documento é do contexto imediatamente anterior à instalação de uma presença portuguesa ou após a retirada dos portugueses. Ibrahim havia conspirado contra a dinastia anterior, assassinando o sultão e assumindo o trono em nome de um sucessor ausente, mas havia tergiversado sobre aliar-se aos portugueses.<sup>665</sup> Em Melinde, por outro lado, a aliança persistiu. Os portugueses nunca construíram uma fortaleza lá, mas usaram o porto como base para uma frota que impôs o monopólio real ao longo da costa norte.

Longe de concentrar suas interações às mais altas esferas de poder, como com a figura do sultão, a Coroa abria canais de comunicação direto com a aristocracia local. Essa ingerência se relacionava ao fato de que as funções de governo nas cidades suaílis eram alocadas a membros das camadas mais prestigiadas e não a oficiais de carreira.<sup>666</sup> Questões como taxaço, comércio, justiça e organização militar eram subdivididas entre clãs, grandes famílias e alianças. As mudanças nos arranjos provocados pela interferência portuguesa criavam âmbitos de barganha. É notável na carta de um certo xeique de Melinde, cujo nome próprio é difícil de determinar (Waīj Ruḥ?), o reconhecimento não só da titularia oficial do rei Dom Manuel, mas de sua reivindicação de uma posição imperial acima de todos os poderes do mundo, endereçando “às mãos do sultão Dom Manuel, sultão do mundo (*al-dunyā*) inteiro”. Ainda que seja basicamente um pedido de salvo-conduto para viajar até a Índia, a carta não poupa lisonjeira, retomando o panegírico após breve apresentação e retornando na metade com letras grandes “sultão Dom Manuel Deus excelso o proteja”. Antes desse trecho, espelha algumas das projeções de suserania do monarca em uma longa lista de elogios (aqui só parcialmente reproduzidos), embora

<sup>664</sup> ANTT, Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 19, frente.

<sup>665</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay & ALAM, Muzaffar. A Handful of Swahili Coast Letters, *Op. Cit.*, p. 264.

<sup>666</sup> SINCLAIR, Paul J.J. & HAKANSSON, Thomas. The Swahili City-State Culture. In: HANSEN, Mogens Herman (ed.). **A Comparative Study of Thirty City-State Cultures**. Copenhagen: Kgl. Danske Videnskabernes Selskab, p.463-482, 2000, p. 471.

sem a mesma familiaridade com os títulos oficiais portugueses da chancelaria de Melinde:

Sultão dos climas (*aqālīm*), coroa (*tāj*) suspensa (*al-dalā'a*) avante (*awwalī*) à 'glória suprema' (*al-faḥr al-'aẓīm*), diadema (*akīlī*) dos senhores (*al-sādāt*) de prima (*awwalī*) generosidade (*al-jūd*) universal (*al-'amīm*). Que é rei da Índia, de Sind, da Arábia (*al-'Arab*), da Pérsia (*al-'Ajam*), do Egito (*al-Miṣr*), da Síria (*al-Šām*), do Iêmen e de Tihama [borda árabe do Mar Vermelho], rei de todos países e de sua subjugação (*qahrhā*).<sup>667</sup>

O absurdo da reivindicação de controle do globo inteiro tem sua lógica própria dentro de contexto intelectual, numa conjuntura histórica na qual “o gesto é perfeitamente, aterrorizadamente racional.”<sup>668</sup> No âmbito das relações de poder estabelecidas, de algum modo, a maior parte do mundo só se abriria com a anuência dessa autoridade ultramarina que se impunha de fora. Já no reino, o sentido messiânico de tal reivindicação de universalidade antecederia a efetiva dominação pela crença na eventual manifestação desse plano divino, o que, evidentemente, não era compartilhado por todos, sequer na própria corte do monarca português Dom Manuel I. Talvez, seja esse um dos fatores na obtenção das cartas e em sua preservação, como mais um instrumento em defesa do projeto imperial manuelino. É importante atentar para a discrepância de poder e projeto que tal interação poderia gerar. Aplinar o cenário pode ofuscar as hierarquias entre os atores em jogo. As cortes locais podiam ser pilares indispensáveis do poder dos monarcas ibéricos, mas nada rivalizava o alcance transoceânico que esses tinham.<sup>669</sup>

Uma carta muito semelhante, mas parcialmente danificada, apresenta escrita com a mesma letra, frases iniciais quase idênticas, apresentado referências aos mesmos indivíduos: o sultão de Melinde e o (falecido) Muḥammad Rukn, antigo sultão de Quíloa. A única diferença é que o provável autor, o tal xeique (Waīj Ruḥ) aparece ao invés de emissor, como um outro personagem da carta, logo antes da secção danificada: “[ilegível] então depois disso, em seguida, nos enviou xeique Waīj Ruḥ e

<sup>667</sup> É identificado erroneamente na carta um suposto “rei Bachir” a partir da leitura do qualificativo após sultão do mundo (*sulṭān al-dunya*) de “inteira”, literalmente “por sua extensão” (*bi-asarhā*), embaixo da qual está escrito em português “Nome do Rey Bachir”. No alto, acima do canto esquerdo da carta, está escrito também “Passaporte em nome do Rey Bachir”. O autor da carta se identifica várias vezes como xeique (šayḥ) W[a]īj Ruḥ, mas é incerto como seria a transliteração correta ou até a leitura das letras, escritas de modo ambíguo, podendo haver um *lām* antes de *ya'* ou *jīm*: Waīj? Waīlj?. A final da carta tem outro estilo de escrita em traços mais grossos. ANTT, Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 7, frente.

<sup>668</sup> “[...] once placed into its historical, intellectual context, the gesture is perfectly, frighteningly rational.” BIEDERMANN, Zoltán. Three Ways of Locating the Global. *Op. Cit.*, p. 140.

<sup>669</sup> *Ibidem*, p. 138.

homens de [ilegível].”<sup>670</sup> João de Sousa, em sua transcrição/ tradução pouco rigorosa, de fins do século XVIII, identifica em uma nota como “Xeque Wagerage” que “era o senhor de Melinde, com quem Vasco da Gama fez a paz no ano 1500, e trouxe com sigo hum Embaixador seu a Portugal, e hum rico presente a El-Rei D. Manoel.”<sup>671</sup>

Já na carta de um xarife residente na ilha de Moçambique e súdito do sultão de Melinde, nota-se uma ausência dos títulos grandiosos de Dom Manuel, mas não de suas pretensões imperiais tendo em vista com tal adulação a obtenção de um salvo-conduto de viagem até a Índia. O autor da carta, xarife Muḥammad al-‘Alawī, não deixa de elogiar a generosidade e a influência de Dom Manuel, solicitando um cartaz, literalmente “documento [que] me salvaguarde” (*waraqā yū’mmnī*), para viagem da costa de Sofala à Índia. O xarife de Moçambique se apresenta como um pequeno servo do Rei em busca de seu generoso favor, expressando gratidão antecipada pela benevolência real, mas não deixando de expressar sua fé islâmica ao endereçar-se ao monarca católico:

O propósito deste pedido é a sua beneficência, que não podemos esquecer. Ele pode me enviar um cartaz (*waraqā yū’mmnī*) de Sofala para o povo da Índia (*barr al-Hind*), e para viajar em nosso navio em todas as suas terras, para que ninguém possa nos prejudicar ou confrontar. Isso será um dos presentes de [Dom Manuel], que elevará minha posição entre todos os muçulmanos. [Como resultado], continuaremos a agradecê-lo a todas as horas do dia e da noite. Orações e paz estejam sobre o Profeta e sua família. [margem invertida] Quem escreve esta carta é vosso tacanho servo. Ele busca ajuda de Deus, de Seu Profeta e, em seguida, do leitor desta carta. Ele solicita assim a beneficência do rei para o seu povo. Eu não tinha nada, e o que eu tinha foi perdido [lit. afundado], e eu permaneci perplexo. Minhas saudações de mim a ti e ao povo de teu reino. Que as orações e a paz estejam sobre o [Profeta].<sup>672</sup>

[Selo] Do xarife Muḥammad bin[?] xarife (*al-Šarīf*) al-‘Alawī, residente de Moçambique (*Musbīh*). Este documento está sendo enviado ao poderoso senhor, o refúgio inexpugnável [lit. caverna], o mestre de nossa era e tempo, cuja beneficência é incomparável, cujo esplendor e poder são ilimitados, ouviu-se dizer que ele dá presentes sem ser pedido. Eu fiz um pedido a ele e estou aguardando em silêncio [?]. Saiba-se que ele é o senhor, sultão Dom Manuel, que Deus eleve a sua posição.<sup>673</sup>

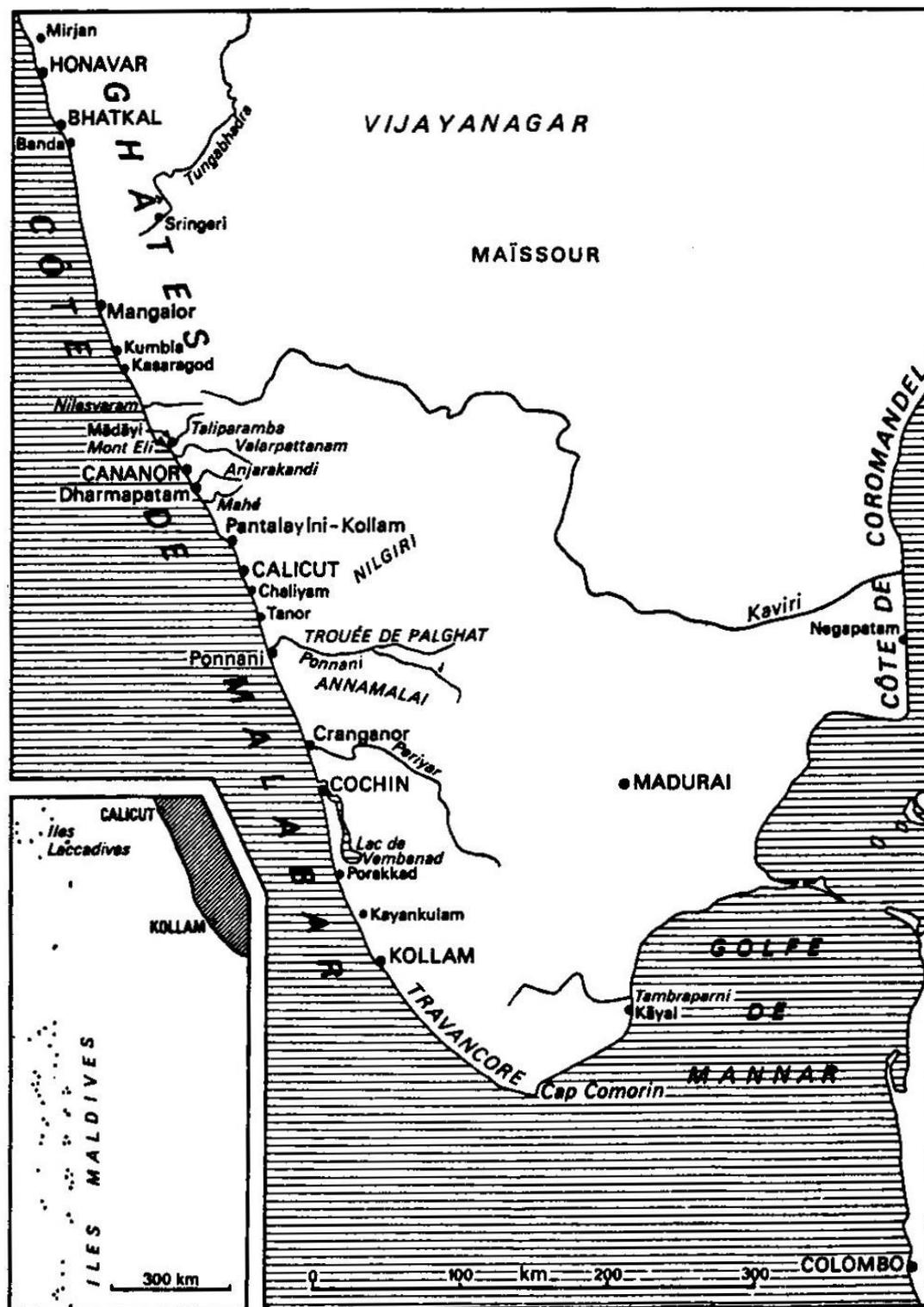
<sup>670</sup> Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 54

<sup>671</sup> SOUSA, João de. **Documentos arabicos para a historia portugueza copiados dos originaes da Torre do Tombo**. Lisboa: Academia real das sciencias, 1790, p. 71.

<sup>672</sup> A palavra profeta está um pouco abreviada, mas compreensível como expressão típica. ANTT, Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 18, frente; tradução para o inglês em SUBRAHMANYAM, Sanjay & ALAM, Muzaffar. *A Handful of Swahili Coast Letters*, *Op. Cit.*, p. 270.

<sup>673</sup> ANTT, Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 18, verso; tradução para o inglês em SUBRAHMANYAM, Sanjay & ALAM, Muzaffar. *A Handful of Swahili Coast Letters*, *Op. Cit.*, p. 270.

## Alianças relutantes do Malabar às Maldivas

Le Kerala et la côte malabare au début du XVI<sup>e</sup> siècle.

Mapa 11-Mapa da costa do Malabar no início do século XVI. BOUCHON, Geneviève. *Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630: études d'histoire indo-portugaise*. Lisbonne/Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

Governado por um rei hindu com o título de Kolattiti (Coletery para os portugueses na época), a cidade de Cananor era um dos únicos potentados do Malabar a não se submeter ao Samorim, embora tivesse que sustentar maior pressão para o pagamento de tributos ao império Vijayanagar. Um acordo com aquele novo grupo de recém-chegados, os portugueses, parecia uma boa oportunidade para contrabalancear o poder do Samorim e atrair maior comércio para o seu porto. Através de subterfúgios, o feitor português local conseguiu aos poucos fincar os alicerces do forte Estado da Índia, alegando ser uma feitoria que necessitava de reforços para sua proteção. Não há dúvida que as frotas portuguesas foram um fator de peso na bem-sucedida persuasão do soberano local.<sup>674</sup>

Como outros documentos até o momento apresentados e analisados (histórias, crônicas, poemas, *fatāwá*) a intersecção de Portugal sobre o tráfego no Mar Árabe é uma questão premente e, onde havia mecanismos de negociação, busca-se a conivência dos oficiais do Estado da Índia, senão do próprio monarca português. Fosse o próprio soberano ou outros membros da elite, esse corpo epistolar reitera pleitos por livre navegação entre as partes do Oceano Índico ocidental em que os portugueses impunham seu bloqueio naval. Cananor era um dos principais portos de importação de cavalos do Reino de Ormuz, cujos territórios incluíam tanto a margem iraniana do Golfo Pérsico, como a árabe e o litoral omanita. Mesmo antes da submissão definitiva desse reino à vassalagem ao rei de Portugal, as primeiras cartas do Kolattiri indicam que esse bloqueio já estava em andamento. Mesmo antes da conquista de Goa, o Estado da Índia passa a forçar todo comércio marítimo de cavalos da Arábia e Pérsia a concentrar-se nesse porto. Poderia ser uma queixa contra o desrespeito à concessão de tais viagens através de um cartaz, solicitação de permissão para importação de cavalos naquele porto, conclamação da necessidade de se conceder passagem para os navios entre o Malabar e o Mar Vermelho (Áden e Jidá, principalmente).

Apesar de lidar com a comunicação oficial de um soberano hindu, a linguagem das cartas é carregada de termos e conceitos islâmicos. Ainda assim, os documentos parecem aludir pontualmente à identidade não-muçulmana dos interlocutores por

---

<sup>674</sup> ALAM, Muzaffar & SUBRAHMANYAM, Sanjay. Letters from Kannur, 1500–50. In: DEVADEVAN, Manu (ed.). **Clio and Her Descendants**: Essays for Kesavan Veluthat. New Delhi: Primus Books, p. 99-131, 2018, p. 103.

alguns dos vocabulários empregados (em alguma medida de modo intercambiável e não exclusivo), como o título de “Rei”, em português, em forma transliterada como *ray*. As sutilezas nos usos de títulos dos monarcas podem ser percebidas, também, em comparação às correspondências das ilhas Molucas de 1521-2, transcritas e traduzidas no artigo *Two Malay Letters from the Molucas*, em que o sultão de Ternate refere-se a si mesmo e ao Rei de Portugal como sultões, enquanto o soberano rival na ilha de Tidore é tratado como “raja”, termo hindu para rei, assim como o monarca da Espanha, cujo contato havia sido encetado pela primeira expedição de Magalhães.<sup>675</sup> Segundo o relato do feitor de Malaca em sua *Suma Oriental*, os habitantes dessas ilhas haviam se convertido ao Islã décadas antes, 30 anos ou meio século. Aos recém-convertidos, o afastamento do legado da religião anteriormente hegemônica nas ilhas, o hinduísmo, podia ser invocado como uma distinção de prestígio e a aproximação do mesmo uma de rebaixamento.

No que parece ser a primeira carta árabe restante de Kolattiri (Coletery numa das grafias portuguesas comuns da época que é utilizada no Arquivo do Tombo), número 50 da coleção de cartas em caracteres árabes do Oriente, datada provavelmente de 1505-6, encontra-se uma um tanto fragmentada, embora isso não impeça de entender a maior parte de seu conteúdo. Após as cortesias e elogios ao suserano português como “Rei do mundo” (*ray al-‘ālam*), Kolattiri relata terem enfrentado inimizade de outros reinos devido a injustiças cometidas por soldados portugueses contra embarcações mercantis, situação insólita e indignante:

O que aconteceu entre nós e Calecute... desde que eles cometeram injustiças contra seus homens, o resto dos reis e os portos da Arábia (*al-‘Arab*) e da Pérsia (*al-‘Ajam*)... todos se tornaram nossos inimigos. Mas não nos importamos com eles, nem nos importamos com sua inimizade e suas reclamações. Tudo o que queremos na vida é o seu amor e apoio. Em todo o mundo, ficou conhecido entre os reis, assim como os pequenos e grandes, que o Rei Dom Manuel e o Kolattiri são um só. Não há dúvida quanto a isso. Isso é o que desejamos. Se todos se tornarem nossos inimigos, tudo o que desejamos é seu carinho. Estamos firmes nisso. Nunca mudaremos dessa posição. Nós só vimos boas ações por parte de seus exércitos (*‘asākir*), exceto nesta... chegou... a Ormuz ao porto e se aproximou da costa. Antes que eles conseguissem chegar, por medo... por causa da carta escrita por minha mão e das considerações na carta de seus homens, navios vieram de

---

<sup>675</sup> BLAGDEN, Charles Otto. Two Malay letters from Ternate in the Moluccas, written in 1521 and 1522. *Bulletin of the School of Oriental and African Studies*, v. 6, n. 1, pp. 87-101, 1930.

Ormuz e do antigo porto de Cananor... Eles estão reclamando comigo, e estou escrevendo esta carta por causa de suas reclamações.<sup>676</sup>

Um ponto interessante dessa carta árabe mais antiga, enviada pelo Kollatiri, é que ela peça que seja permitido enviar navios de Ormuz, ao que tudo indica, para trazer cavalos, uma das mercadorias mais lucrativas da costa oeste da Índia, altamente requisitados pelos exércitos dos potentados do interior. Cananor era um dos principais portos de importação desses valiosos espécimes da Arábia e da Pérsia. Isso significa que uma política de monopólio e concentração da venda de cavalos, antes mesmo da captura de Goa, já estava em andamento, ao menos para os não-portugueses. Após a captura dessa cidade, o monopólio só veio a figurar no ordenamento jurídico do império português anos depois, com as Ordenações da Índia de 1520, em que um dos itens estabelece: “defendemos e mandamos que ninhuu capitam [...] nem quaisquer [...] pessoas de qualquer qualidade, e condição que sejam, que portugueses forem, não possam trautar em cauallos, saluo dentro da nossa cidade de Guoa.”<sup>677</sup>

Alguns anos depois, provavelmente entre 1513-4, a queixa do bloqueio naval permanece e um novo pedido é realizado. Como de praxe, Kolattiri expressa sua amizade para com o rei Dom Manuel em tons ainda mais laudatórios que na carta anterior, talvez refletindo algum protocolo da Coroa para com seus vassallos e súditos nesse período, destacando a importância de tratar bem os súditos em Cananor. Em seguida, faz um apelo para que injustiças sejam evitadas, um indicativo que a situação dos anos anterior não fora remediada. Mais que tudo, é o verdadeiro panegírico ufanista que distingue a carta da anterior:

Esta é uma carta de afeto e fraternidade, que este ‘amigo afetuoso’ (*muhibb*) envia do reino de Cananor no Malabar, na Índia, ao grande e muito alto, generoso e virtuoso, honrado e maior mestre, que é um leão entre os reis do mundo. Mestre de terra[s] (*al-barr*) e mar[es] (*al-baḥt*), a leste (*šarqan*) e a oeste (*ḡarban*)... Ele é nosso grande irmão e grande em seu afeto. Ele é o maior rei da Terra, em comprimento e largura [de seus domínios], o conquistador apoiado e vitorioso por Deus, possuidor dos países da Arábia (*al-‘Arab*), Pérsia (*al-‘Ajam*), Índia (*al-Hind*) e China (*al-Šīn*), a leste (*šarq*) e a oeste (*ḡarb*)... Os reis do mundo inteiro temem sua espada, e seu nome é *grande* em toda a terra, mais brilhante que o sol, alto em status, na elevada terra de Portugal, como o sol no meio do céu. Aquele que possui esplendor e majestade... famoso em todo o universo, sem limites nesta era, quer em particular ou em público, que Deus mantenha para sempre seu sultanato e

<sup>676</sup> ANTT, Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 50; estimativa das datas e tradução para o inglês em ALAM & SUBRAHMANYAM, 2018, pp. 213-214

<sup>677</sup> Ordenações da Índia. - : s.n., depois de 8 Setembro 1520]. - [6] f.; BNP RES. 80 A. CFB9, fol. 2v.

sua posição, e que Deus lhe dê a posse de todos os países da terra até seus limites.<sup>678</sup>

Se a estimativa da data acima estiver correta, a carta abaixo foi enviada pouco tempo depois. A parte os elogios habituais, são relatados também eventos mais específicos de relevância para o relacionamento diplomático entre as partes, como a visita do oficial português, Manuel de Melo, com um grande presente, para o qual já é anunciada uma retribuição. Há uma advertência sobre a importância de manter a união e evitar difamações entre Reis, possivelmente uma referência a intrigas e rumores que circulavam entre oficiais portugueses e a corte. Mais uma vez, o Kolattiri insiste em solicitar a permissão para o comércio com o Golfo Pérsico e a retomada do transporte de cavalos de Ormuz para Cananor. A data expressa nessa carta (26 de Muharram de 920 H., março de 1514), não surpreendente no calendário islâmico, em conformidade com o uso do árabe. A questão era a renovação do acordo, considerado uma formalidade desnecessária, pois tudo ainda estava suposta como estipulado (ou assim o Rei de Cananor queria deixar a entender). No alto do documento, no canto esquerdo está escrito em vermelho “Dom (*Dū*) Manuel, rei (*ray*) do mundo (*al-‘ālam*), rei de Portugal”, enquanto no canto inferior esquerdo são fornecidos os detalhes dos presentes enviados ao monarca, um dos diferenciais desse documento junto com a data mais antigas fornecidas em tais cartas:

[logo abaixo, no centro] Escrito em 26 Muharram 920.

[Canto inferior esquerdo] Enviamos símbolos de nosso afeto, mas não de acordo com seu status. São 30 medidas (*mitqāl*) [cerca de 130 gramas] de almíscar (*musk*) e dois anéis, um mais valioso (*aḡal*), de uma medida (*mitqāl*) [cerca de 7 gramas] e outro de meia medida (*mitqāl*) [cerca de 2 gramas] de peso. Enviamos isso nas mãos de Manuel de Melo.<sup>679</sup>

Presentes diplomáticos como o acima ilustram histórias de encontros políticos e podem levar a reflexões mais profundas sobre a interligação de palavras, atos e coisas no centro de processos históricos mais amplos.<sup>680</sup> É patente a escolha por objetos de luxo, com alto valor em relação ao peso, significando que poderiam ser

<sup>678</sup> ANTT, Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 49; tradução para o inglês em ALAM & SUBRAHMANYAM, 2018, pp. 215-216.

<sup>679</sup> ANTT, Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 53; tradução para o inglês em ALAM & SUBRAHMANYAM, 2018, pp. 216-218.

<sup>680</sup> BIEDERMANN, Zoltán; GERRITSEN, Anne; RIELLO, Giorgio. Introduction: Global Gifts and the Material Culture of Diplomacy in Early Modern Eurasia. In: ZOLTÁN BIEDERMANN, ANNE GERRITSEN, GIORGIO RIELLO (ed.). Global Gifts: The Material Culture of Diplomacy in Early Modern Eurasia. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 14.

carregados com mais facilidade junto a uma carta, diferente de presentes mais exuberantes que por si constituíam a mensagem principal. O entendimento dos presentes diplomáticos é moldado por várias questões adicionais, incluindo como os artefatos dados funcionavam (ou às vezes não funcionavam) nas trocas diplomáticas entre culturas diferentes.<sup>681</sup> Presentes costumavam ser parte importante do protocolo e lista de sugestões de presentes podiam ser enviadas com antecedência, embora tal não se verifique abertamente em nenhuma das correspondências árabes.<sup>682</sup> Ofensas também podiam decorrer com facilidade, seja por desentendimento, falta de apreciação, inadequação do presente ou algum outro motivo mais subjetivo. O fator simbólico também era importante, o que fazia pesar a tradição cultural específica a cada parte. Itens de luxo, cobiçados em mercados, portos e outros recantos, costumavam ser a aposta mais certa e com mais chance de agradar.

Após anos de trocas de correspondência, o rei de Cananor, como talvez sua corte ou a própria chancelaria, sente-se à vontade para trazer como sugestão um decreto (pers. *farmān*) por parte do monarca português para que o comércio de cavalos fosse permitido, tema que será repetido em correspondências seguintes. Na carta de 922 H. (1515-6), ele expressa seu contentamento por receber a carta do Rei Dom Manuel, relatando a chegada de todas as mercadorias enviadas de Portugal e menciona a compra de especiarias e porcelana chinesa. Além de sugerir ao monarca português que estabeleça uma ordem expressa permitindo o envio de cavalos de Ormuz e Guzerate para Cananor, o Kolattiri também solicita permissão para enviar dois representantes a corte em Lisboa e destaca a importância de não se impedir essa comunicação:

Todas as mercadorias chegaram de Portugal nos navios e foram descarregadas em Cananor. Essas mercadorias estão sendo compradas e vendidas. As mercadorias encontradas em Malabar, como pimenta, gengibre, canela e porcelana chinesa, etc., estão sendo compradas [por seus homens] como desejam em Cananor. O porto de Cananor pode ser considerado seu. Seria apropriado que o Rei [de Portugal] ordenasse o envio de cavalos de Ormuz e Guzerate para este porto de Cananor. Quatro ou cinco navios grandes deveriam ser enviados, e da mesma forma com cavalos do Guzerate. Também é importante que o capitão de Cananor cuide de

---

<sup>681</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>682</sup> HALIKOWSKI-SMITH, Stefan. 'The friendship of kings was in the Ambassadors': Portuguese diplomatic embassies in Asia and Africa during the sixteenth and seventeenth centuries. **Portuguese Studies**, v. 22, n. 1, p. 101-134, 2006, p. 118

nossas necessidades com relação ao nosso porto. Isso deve ser escrito na forma de um decreto real (*fī farmānihi al-a‘āzam*).<sup>683</sup>

Os veículos de diplomacia não eram monopólio dos monarcas e existe, da mesma maneira, uma importante comunicação epistolar entre altos oficiais de ambas cortes. Embora esteja com grandes lacunas, a carta enviada por um oficial de Cananor ao Secretário Real António Carneiro contém muitas informações valiosas sobre os mecanismos diplomáticos e as relações do local com o imperial, nas quais agentes locais podem ser escoltados por poderes supra-locais, mobilizando de “baixo para cima” suas conexões, mais do que meramente agir como marionetes das forças maiores.<sup>684</sup> O documento aborda várias questões importantes, como o comércio com Portugal, permissões para navios de outras regiões e o envio de representantes para a corte do ‘rei supremo’ (*al-ray al-a‘āzm*). Também menciona presentes enviados como gesto de amizade. O emissor busca respostas claras e inequívocas para suas preocupações:

Quando for o momento oportuno, o ‘rei supremo’ (*al-ray al-a‘āzm*) deve ser informado de que ele também deve escrever sobre a permissão para navios de Áden e Jidá. Isso é apenas se você considerar adequado, caso contrário, faça o que está em seu coração. Anteriormente, o porto de Cananor sempre estava cheio de navios e cavalos de Ormuz. Atualmente, tudo isso parou. Portanto, é necessário que o rei envie um decreto (*farmān*) para o capitão-mor (*kabtān-mūr*) permitir a vinda de navios de Ormuz para Cananor. Este é o assunto mais importante de todos. Confiamos que o ‘amigo afetuoso’ (*muhibb*) entenderá assim o que está em nossos corações. Também pode ser notado que pretendo enviar duas pessoas que estarão presentes na presença do grande rei, e também estarão próximas a você, porque o mundo não está sem inimigos e amigos.<sup>685</sup>

A questão do papel do intermediário traz à frente um personagem interessante na relação dos portugueses com o arquipélago das Maldivas e com a costa oeste indiana numa curiosa triangulação. A carta de Bābā ‘Abd Allah (Baba Abdullah na grafia mais corrente), um muçulmano de Ormuz, começa relatando sua visita ao capitão-mor Afonso de Albuquerque, em Cochim. Lá foi designado como intermediário entre o capitão e o sultão das Maldivas para promover uma reconciliação e coletar tributos em nome de Portugal. Um muçulmano de Cananor, Mām ‘Alī al-Malībārī

<sup>683</sup> ANTT, Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 52; tradução para o inglês em ALAM & SUBRAHMANYAM, 2018, pp. 219-220.

<sup>684</sup> BIEDERMANN, Zoltán. Three Ways of Locating the Global: Microhistorical Challenges in the Study of Early Transcontinental Diplomacy. *Past & Present*, v. 242, n. Supplement 14, pp. 110-141, 2019, p. 111.

<sup>685</sup> ANTT, Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 97; tradução para o inglês em ALAM & SUBRAHMANYAM, 2018, pp. 218-219.

(Mamale, mais tipicamente conforme a grafia portuguesa do período), que anteriormente recolhia parte da receita das Maldivas, teria aceitado cedê-las a Portugal. A carta também menciona uma luta pela fortaleza de Benasterim em Goa e a intenção de enviar tropas às Maldivas:

[Parte superior, lado esquerdo] Louvado seja Deus, o único (*waḥduhu*)

[Parte superior, lado direito] primeira folha

Esta carta é de seu servo Bābā ‘Abd Allah, um muçulmano, do porto de Ormuz. Ele chegou do porto de Malé ao porto de Cochim, e o embaixador (*bāšdur*) de Ormuz me apresentou ao capitão-mor (*al-kaftān al-mūr*), cujo nome é Afonso de Albuquerque (*Afūnsū Bakīrk*). O referido embaixador, que já havia beijado a mão do capitão-mor quando ele retornou do porto de Melaka, disse a ele: “Peça a Bābā ‘Abd Allah todas as notícias sobre as Maldivas e as regiões ao redor, pois ele tem pleno conhecimento de tudo que se tem relatado (*jamī’a al-ḥakāit*) de lá.” Então, meu senhor, o serviçal (*al-mamlūk*) esclareceu ao capitão-chefe o que estava acontecendo nas Maldivas e o que dizia respeito às suas receitas. Em seguida, ele me ordenou: ‘Você será o intermediário entre mim e o sultão das Maldivas para que haja uma reconciliação entre nós. Você é meu tradutor e ‘ministro particular’ (*al-wazīr al-ḥāṣa*).<sup>686</sup>

Sobre a missão da qual fora encarregado, Bābā ‘Abd Allah informa, era de atuar como intermediário entre o capitão-mor português e o sultão das Maldivas. O nome desse governante não é mencionado na carta, mas sabe-se tratar de Kalu Muḥammad Hilali, soberano de rara longevidade na ilha durante o século XVI, ainda que não tenha tido um reinado contínuo.<sup>687</sup> Sucedendo o pai após o sultão Omar (1480-1485), um interregno de alguns anos ocupado por disputas pelo trono, seu primeiro reinado durou poucos meses. Esse período havia sido conturbado, com inúmeras sucessões e golpes numa atmosfera de volatilidade política na capital Malé.<sup>688</sup> Os altos dignitários (*bodun*) do sultanato influenciam intensamente os rumos da política, empossando diferentes governantes num jogo de complexas alianças e rivalidades, onde cada lado na corte buscava assegurar um representante no topo do poder para seu clã e apoiadores. Além dos poderes locais, havia a influência externa vinda do Malabar e até de lugares mais distantes, com figuras proeminentes vindas do sul da Arábia que atuavam como mercadores, homens de religião e, até em uma

<sup>686</sup> ANTT, Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 9, f. 1; tradução francesa em AUBIN, Jean. **Le Latin et l’Astrolabe**: Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. *Op. Cit.*, p. 435; tradução inglesa em SILVA, Chandra Richard de (ed.). **Portuguese encounters with Sri Lanka and the Maldives**: translated texts from the Age of Discoveries. Ashgate, 2009, p.194.

<sup>687</sup> ALVES, Jorge dos Santos. Kalu Muhammad Hilali, Sultan of the Maldives (1491-1528). **Archipel**, v. 70, pp. 53-65, 2005, p. 53.

<sup>688</sup> *Ibidem*, p. 55.

ocasião, como soberano. Todas essas interações influenciaram os diversos aspectos da sociedade: da política à economia, da cultura à estratificação social.<sup>689</sup> A religião, particularmente com o advento do Islã, poderia afetar imensamente as dinâmicas da ilha, com diversas correntes religiosas tentando galgar maior influência na sociedade e, mais diretamente, sobre o sultão. Para isso, contribuía sábios e beatos dos núcleos mais centrais de erudição islâmica.

O capitão-mor ordenou que Bābā ‘Abd Allah entregasse documentos aos líderes das Maldivas sobre a coleta de receitas que agora eram destinadas a Portugal em vez de Mām ‘Alī. A principal fonte de informação para ambos os lados, assim como a ponte de comunicação, era um persa natural de Ormuz chamado Bābā ‘Abd Allah, enviado pelo sultão das Maldivas a Cochim. A carta relata o status tributário em que o arquipélago se encontrava até o momento, sujeito ao líder dos mercadores de Cananor, o tal Mām ‘Alī que amealhava para si todo ano metade da arrecadação com o comércio:

Depois que chegamos a um acordo e convênio, escrevi para ele sobre as condições nas Maldivas, e o capitão-chefe também escreveu a tarefa que havia me designado. Informei ao capitão-chefe que o povo das Maldivas era um povo simples, que não merecia guerra ou luta. Eles tinham que pagar uma certa quantia em dinheiro como tributo para o sultão de Portugal. Anteriormente, metade da receita das Maldivas era destinada a Mām ‘Alī al-Malībārī, que a recolhia uma vez por ano. Eu disse ao capitão: "Encarregue Mām ‘Alī da receita (*al-mahṣūl*) mencionada e diga-lhe que ela deve ir para o sultão de Portugal".<sup>690</sup>

Nota-se nesse entrecruzamento de interesses e rivalidades como a abertura diplomáticas entre o império português e os senhores, governantes e agentes locais não pode ser reduzida a uma dicotomia entre “resistentes”, que confrontavam os poderes estrangeiros, e os “não-patrióticos”, que apenas se acomodavam.<sup>691</sup> A cooperação com poderes externos era ubíqua em muitas partes do Oceano Índico. Para o sultão e para a elite local, a aliança com os estrangeiros era algo ainda mais alheio à familiaridade cultural e política que já havia sido incutida nas Maldivas, seja pelo contato comercial ou, mais diretamente, por influência dos suseranos de Cananor, indo desde as vestimentas, às cerimônias de corte e aos próprios

---

<sup>689</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>690</sup> *Ibidem*.

<sup>691</sup> BIEDERMANN, Zoltán. Three Ways of Locating the Global: Microhistorical Challenges in the Study of Early Transcontinental Diplomacy. **Past & Present**, v. 242, n. Supplement 14, p. 110-141, 2019, p. 113.

palácios.<sup>692</sup> É possível que disputas entre vertentes islâmicas distintas tenham sacudido as Maldivas durante os séculos XV e XVI.<sup>693</sup> Verificam-se tais alterações entre diferentes figuras religiosas nos relatos mais tardios e nas tradições preservadas localmente. Tais rivalidades de natureza religiosa podem também ter afetado o legado de Kalu Muhammad, visto o desprezo que futuramente receberá na crônica árabe escrita dois séculos depois, obra de um jurista islâmico.

Em seu retorno ao trono pela terceira vez, novamente apoiado pelo clã Arakkal de Cananor, Kalu Muhammad teria esbarrado com uma armada portuguesa, a qual consegue convencer a apoiar-lhe em troca de um tributo anual.<sup>694</sup> Assim, ele teria conseguido unir dois inimigos para lutar em seu favor, mostrando que, talvez, a imagem de fraqueza seja uma percepção enganosa para alguém que soube negociar habilmente seu retorno ao poder. Como sugere Biedermann, a sujeição tributária a um suserano distância poderia ter vantagens sobre um mais próximo, o corolário sendo a distância não um empecilho para tais interações, mas um fator impulsionador dessas novas conexões diplomáticas.<sup>695</sup> Portanto, o que pode parecer capitulação aos de fora, indica quiçá uma impressionante capacidade de articulação política.

Os relatos portugueses apresentam notáveis diferenças entre aqueles do anterior e do posterior a 1517, quando é instalada uma feitoria e fortaleza do Estado da Índia nas Maldivas. Essas circunstâncias condicionaram testemunhos a serem mais indiretos antes do estabelecimento no arquipélago e mais diretos depois. O mesmo vale para avaliação dos eventos, já que anteriormente a esse período, o sultão é apresentado como submisso a Cananor, enquanto os portugueses enfatizam mais o papel do Mām 'Alī sobre as Maldivas e uma crônica árabe posterior sublinha mais o de 'Adi[sic] Raja.<sup>696</sup> De qualquer modo, compartilham a leitura de um domínio por parte do clã dos Arakkal de Cananor. Avessos a essa subordinação do sultão Kalu Muhammad a um clã mappila, os portugueses buscaram romper esse vínculo com uma ocupação direta da ilha.

---

<sup>692</sup> ALVES, Jorge dos Santos. Kalu Muhammad Hilali, Sultan of the Maldives (1491-1528). *Archipel*, v. 70, p. 53-65, 2005. p. 62.

<sup>693</sup> *Ibidem*, p. 59.

<sup>694</sup> *Ibidem*, p.60.

<sup>695</sup> BIEDERMANN, Zoltán. Three Ways of Locating the Global. *Op. Cit.*, pp. 119-120.

<sup>696</sup> ALVES, Jorge dos Santos. Kalu Muhammad Hilali, Sultan of the Maldives (1491-1528). *Op. Cit.*, p. 61.

É provável que pouco soubessem dos portugueses fora a reputação de potência naval recém-chegada. Sob sua jornada através dos domínios do Estado da Índia, Bābā ‘Abd Allah relata:

Depois que seu serviçal partiu com o capitão-mor de Cochim para o porto de Goa, chegamos ao porto de Cananor. Mām ‘Alī, que estava presente na corte do capitão, foi convidado a dar um passo à frente. O capitão o repreendeu dizendo. ‘Todos os anos vocês tomam a receita das Maldivas à força e não permitiremos que a tomem, pois a receita pertence a Portugal’. Mām ‘Alī concordou que não tocara na receita das Maldivas, escreveu uma carta de próprio punho e a entregou ao capitão-mor, mencionando nela as testemunhas presentes na corte do capitão, a saber Fukar Husayn al-Malībārī e Hwaja Baği e o vizir de Cananor, por Dom Garcia (*Dūn Ġarśī*) com os comandantes navais portugueses.<sup>697</sup>

As vastas ramificações do comércio e tráfego marítimo entrelaçavam as questões do Estado da Índia às ilhas no meio do Oceano Índico antes mesmo dos portugueses fixarem presença lá, e vice-versa. O relato de Bābā ‘Abd Allah revela um verdadeiro microcosmo da vasta de teia de redes comerciais no Oceano Índico trespassando as Maldivas, mas, também, a fragilidade perante um contexto de intervenção externa:

Navios chegam aqui de todos os portos, especialmente de Malaca, Martaban, Pegu, Bengala, al-Fanšur [Barus, em Sumatra], Índia, Hormuz e toda a terra do Malabar, [todos] para se envolver no comércio. Aqui, há muitas rendas (*maḥṣal*) pela compra e venda, mas há uma desvantagem, que é que os habitantes são de ânimo fraco e, se sofrerem apenas um pouco de inquietação, fugirão [das ilhas], e todas as Maldivas cairão na ruína por conta da injustiça. Há muitos estrangeiros aqui. Se a segurança pudesse ser estabelecida, haveria [boa] receita pela compra e venda. Se a agitação surgir, todos fugirão. Todos os barcos no porto seriam vendidos, e as Maldivas pereceriam. Saiba também, meu Senhor, que tipos de coisas [poderiam] gerar receita nessas [ilhas]. Em primeiro lugar, há a corda [de cairo]; em segundo lugar, o grande comércio de conchas (*kūda*), [com as quais são negociadas] muitas vestimentas; em terceiro lugar, há peixes, que são enviados das Maldivas para o porto de Samudera [em Sumatra] (*Šāmūtra*), onde as pessoas compram o quanto conseguem. Malé é um porto habitado em sua maioria por pessoas simples, e as pessoas de todo o país são iguais. [As Maldivas] são benéficas para o sultão como um local na rota comercial. O que é mais necessário nas Maldivas é a lei e a ordem, para que ninguém seja oprimido e os barcos que chegam de todos os portos tenham segurança, para que possam se envolver na compra e venda. Neste dia, eu, vosso servo, tenho estado a serviço do sultão de Portugal por sete anos. Eu deixei meu país, meus parentes, minha esposa e filhos e tenho sido devoto ao vosso serviço. Por favor, favoreça vosso servo com [um aumento] nos salários e subsídios para minha família. Seria um favor para mim e uma ajuda se, quando [uma mensagem] chegar para o capitão, você escrevesse meu

<sup>697</sup> ANTT, Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 9, f. 2; tradução francesa em AUBIN, Jean. **Le Latin et l’Astrolabe**: Rechercher sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. *Op. Cit.*, p. 437; tradução inglesa em SILVA, Chandra Richard de (ed.). **Portuguese encounters with Sri Lanka and the Maldives**. *Op. Cit.*, p. 195.

nome nela, ou seja, 'Bābā 'Abd Allah, que é nosso servo'. Isso seria [por meio] da vossa generosidade para [este] vosso servo. Adeus.

Familiarizado com a política interna do arquipélago, foi uma fonte principal de informação para os portugueses e teve papel central em articular os vínculos entre o sultão e o Estado da Índia.<sup>698</sup> A aproximação de ambos foi, mais que qualquer outro fator, trabalho árduo de Bābā 'Abd Allah, que buscava promover-se na corte das Maldivas. O próprio manifestou abertamente o cargo que almejava: vizir. É mais provável que não fosse um representante diplomático típico, mas alguém que atuava mais autonomamente oferecendo esse tipo de serviço. Nada disso parece ter salvo a reputação de Kalu Muhammad, ao contrário, apenas sedimentou a percepção de um soberano títere: manipulado pelos mappila de Cananor, cerceado em suas ações por sua corte, como também pelo restante dos dignitários (*bodun*), impotente perante a força comercial dos navios do Guzerate.

### Tradição e artifício no protetorado português de Ormuz

Na verdade, a Ibéria dos Séculos de Ouro e dos séculos anteriores é uma vertigem, um labirinto, uma polissemia constante e um enigma renovado. Sua natureza parece dotada de extrema plasticidade. Aceita e acolhe os significados históricos que lhe são permanentemente conferidos, ao mesmo tempo que teima em esconder um núcleo fugido e inacessível. Parte desta polissemia deve-se à forma sistematicamente dramática com que a tradição é capturada para o presente pelos próprios ibéricos.<sup>699</sup>

O Estreito de Ormuz, nas portas no Golfo Pérsico, recebe o nome de uma cidade que fora um grande centro de comércio e capital de um reino costeiro cujo derradeiro século de existência esteve intimamente imbricado com as políticas do império português, a ingerência do Estado da Índia e os caprichos de seus oficiais.<sup>700</sup> Os portugueses deixaram uma marca indelével na história e memória do Golfo Pérsico, mas seu domínio foi efêmero em comparação com as culturas locais

<sup>698</sup> ALVES, Jorge dos Santos. Kalu Muhammad Hilali, Sultan of the Maldives (1491-1528). *Op. Cit.*, p. 63.

<sup>699</sup> BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício**: Iberismo e Barroco na formação americana. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ, 2000, p. 32.

<sup>700</sup> AUBIN, Jean. **Le Latin et l'Astrolabe**: Rechercher sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. *Op. Cit.*, p. 150.

duradouras. A presença portuguesa no Golfo Pérsico é uma parte importante da história da região, mas seu legado é complexo e multifacetado.<sup>701</sup>

Para Mathee, o interesse português pelos domínios do reino de Ormuz era modesto, se não marginal.<sup>702</sup> Até tempos recentes, a região do Golfo Pérsico era um dos ambientes mais inóspitos do mundo, onde encontrar água potável era um problema constante, mesmo em Ormuz. As tentativas de conversão da população ao cristianismo mostraram-se um exercício dos mais infrutíferos. E, mais do que tudo, a região seria de modesto interesse econômico para os portugueses, já que não oferecia as especiarias das Índias orientais e muito menos da Índia, considerada o centro manufatureiro do mundo até a Revolução Industrial. Todavia, é importante distinguir os espaços de aquisição e exploração de produtos dos de circulação dos mesmos e, nesse caso, o reino de Ormuz era um dos eixos chave do sistema de trocas do Índico.

A dominação portuguesa sobre Ormuz dependia da superioridade militar naval, a qual os habitantes da região careciam de meios para poder contrapor.<sup>703</sup> Havia consciência disso, mas a técnica naval e de artilharia no Golfo Pérsico tardou em alcançar a expertise europeia antes de meados do século XVII. As discrepâncias internas ao reino e a falta de coesão foram exacerbadas pela sobreposição do oficialato do Estado da Índia ao local e pela instigação de rivalidades entre facções distintas da população. Obviamente, também entre portugueses e ormuzianos não houve falta de hostilidade, desconfiança e falta de compreensão mútua entre as partes.<sup>704</sup>

Na primeira conquista de Ormuz percebe-se como a primazia das armas de fogo e da arte militar naval deram a vitória aos portugueses. Como em tantos casos similares, foi “uma vitória da artilharia”.<sup>705</sup> Mas por si só não garantia a manutenção dessa conquista sob a liderança de Afonso de Albuquerque, pois as articulações da

---

<sup>701</sup> SALMAN, Mohammed Hameed Salman. **Aspects of Portuguese Rule in the Arabian Gulf, 1521-1622**. *Op. Cit.*, p. 101.

<sup>702</sup> MATTHEE, Rudi. The Portuguese Presence in the Persian Gulf: An Overview. In: MACRIS, Jeffrey R., KELLY, Saul. (ed.) **Imperial Crossroads: The Great Powers and the Persian Gulf**. Annapolis: Naval Institute Press, 2012, p. 5.

<sup>703</sup> SALMAN, Mohammed Hameed. **Aspects of Portuguese Rule in the Arabian Gulf, 1521-1622**. *Op. Cit.*, pp. 175-176.

<sup>704</sup> *Ibidem*, pp. 41-42.

<sup>705</sup> AUBIN, Jean. **Le Latin et l’Astrolabe: Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales**. *Op. Cit.*, p. 149.

política local por uma figura perspicaz como a de um eunuco que assumira a regência de Ormuz, permitiu que tal conquista fosse momentaneamente revertida. Não foi a força das armas ou gênio militar que frustrou os planos iniciais de tomada da cidade pelo capitão-mor, mas a manipulação da querela entre Albuquerque e seus oficiais e a evocação da supremacia do distante monarca sobre seus oficiais no Estado da Índia. Portanto, em contraposição ao êxito inicial dos portugueses, é possível falar que uma espécie de “vitória da artimanha”.

O tal eunuco se chamava Ḥwaja Atā' (Cogeatar, Cojeater ou Coiatar nos escritos portugueses do período). A palavra persa *ḥwaja* significa basicamente mestre e figura no nome de muitas figuras notáveis, não raro também eunucos em altas posições de poder. Originário de Bengala, local conhecido por prover eunucos muito valiosos, Ḥwaja Atā' buscou assegurar sua ascensão ao centro do poder em meio as lutas fratricidas e as conspirações de corte.<sup>706</sup> Ironicamente, a elevação do eunuco plenipotenciário parece ser fruto da política de consolidação da autoridade real, pela qual o soberano forjou mecanismos autofinanciamento e recrutamento direto para as hostes sob seu comando, fosse de mercenários ou soldados-escravos, diminuindo a dependência da nobreza terratenente dos enclaves costeiros.<sup>707</sup> Todavia, parte dessa estratégia fortalecer a elite local omanita como contrapeso a nobreza tradicional, leva a indicação de árabes para a função de chefe militar (sig. *ra'īs*, pl. *ru'asā'*) mesmo em localidades de forte presença persa na Península Arábica.<sup>708</sup> O acirramento da rivalidade árabe-persa foi fundamental para a eclosão de uma crise dinástica do último quartel do século XV, que por sua vez também favoreceu Ḥwaja Atā' por ser um terceiro elemento nessas disputas.

Ainda que componente árabe estivesse na origem da própria dinastia e que medidas fossem tomadas para fortalecê-lo a partir da segunda medida (incluindo a proibição do comércio de materiais de construção naval na costa iraniana, de modo a impedir que se formassem frotas dali contra a ilha de Jarun), o aparato burocrático do reino funcionava mais dentro da esfera persiana, dependendo do elemento persa. Como no Decão sob a dinastia bâmãne, em Ormuz se encontravam as cosmópolis

---

<sup>706</sup> *Ibidem*, pp. 154-155.

<sup>707</sup> PIACENTINI FIORANI, Valeria. Harmuz and the 'Umānī and Arabian world (fifteenth century). *Op. Cit.*, p. 181.

<sup>708</sup> *Ibidem*, p. 184.

árabe e persa, essa última tendo desenvolvido uma rica tradição epistolar própria e altamente literária, conhecido pelo termo *inšā'*.<sup>709</sup> Ainda que o árabe tivesse um papel importante, o persa acabava por ser o principal idioma epistolar entre soberanos muçulmanos do norte da Índia à Ásia Central, ao norte, e à Anatólia, a leste. Talvez parte do protocolo de Ormuz, reino árabe-persa, um prenúncio e versão resumida da carta persa é enviada também em:

Grande Capitão Afonso de Albuquerque (*Afānš Dalbukirk*) saiba que chegou até nós o enviado de Dom Francisco (*Dum Frasīskū*), Abu Zurray de Cochim. e ele trouxe uma carta na qual há o selo de Portugal (*Burtukāl*). A carta com o selo está diante de nós, - e também uma carta escrita para você e para os capitães que estão com você. Vejam-na. O original é para vocês. Nós [sabemos] o que há nela. Leia a carta de seu soberano. Ouçam e sigam o caminho certo. Se você vir, verá o selo de seu soberano Portugal (*Burtukāl*). Deixe que os capitães cheguem à costa, para que possamos enviar a você o enviado de Portugal (*Burtukāl*) e o selo que está em sua carta endereçada a nós, e você verá. Os prisioneiros que estavam com você e que você enviou do senhor de Cochim, capitão [de navio] (*nāḥudā*) 'Alī Mubāriz e seus companheiros, ele os enviou de volta para nós e os tratou bem. Saibam disso. Saudações.<sup>710</sup>

A situação em que tanto Albuquerque quanto Cogeatar se encontravam era de divergência com seus próprios subordinados e de necessidade impor sua posição tanto com os seus próprios quanto com seus inimigos.<sup>711</sup> Ainda que aliadas do poder, as linhagens mais tradicionais da elite de Ormuz não deixavam de ser um desafio ao regente eunuco e uma fonte de preocupação para o mesmo. Toda cautela era necessária. A insubordinação já se revelava nos eventos transparecidos nas cidades costeiras de Omã, Calaiate e Mascate. Sinais de rejeição de sua autoridade e hostilidade contra seu comando, como de seus oficiais, eram claramente fatores na tergiversação das duas cidades para com os portugueses e para rendição de Soar. Já em novembro de 1507 a dessatisfação com a liderança do capitão-mor se expressava, particularmente na construção do forte em Ormuz, que resultaria em “desserviço e perda de sua fazenda [do rei de Portugal] e risco da gente e artelharia

<sup>709</sup> WALRAVENS, Meia. Arabic as a Language of the South Asian Chancery: Bahmani Communications to the Mamluk Sultanate. *Arabica*, v. 67, n. 4, pp. 409-435, 2020. p. 411.

<sup>710</sup> ANTT, Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mc. 1, n.º 10. Para uma transcrição cuidadosa da carta e tradução para o francês. AUBIN, Jean. *Le Latin et l'Astrolabe: Rechercher sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*. *Op. Cit.*, p. 425.

<sup>711</sup> *Ibidem*, p. 170.

que nela ficar.”<sup>712</sup> A deserção e a revolta que eclodiu em Jarun contra a presença portuguesa acabou por forçar a retirada da armada inteira de Albuquerque em 1508.

Embora enfrentasse resistência no Estado da Índia, a estratégia de Albuquerque era controlar os portos e o comércio por meio do poder naval em pontos estratégicos, indo além das ordens imediatas ou abertamente as contestando em busca desse objetivo. Quando necessário, forjava alianças com as elites locais. O capitão-mor – e governador a partir de 1509 – tinha como principal objetivo a conquista e derrota de inimigos. Com a morte de Cogear em 1514, a oportunidade para uma investida definitiva ressurgiu para conquista de Jarun, sem os mesmos estorvos.<sup>713</sup> Com o domínio português, sobretudo após o reino de Ormuz, tornou-se vassalo oficialmente do rei de Portugal, não levou a alterações radicais na realidade dos portos costeiros, mas significou o estabelecimento de feitorias portuguesas, principalmente para exportação de cavalos para a Índia.

Sendo as forças militares a base do poder português na Índia, o sistema se adaptava mais a algumas localidades do que a outras. No Golfo, revelou-se inadequado para sustentar a primeira conquista, mas em 1515 o forte português foi construído e teve o sobrinho de Albuquerque como primeiro capitão de 1515 a 1518, implementando sua estratégia. Os métodos brutais empregados por Albuquerque durante a conquista do reino nunca cessaram totalmente com seus sucessores.<sup>714</sup> Incluía a expulsão dos judeus residentes e a destruição de mesquitas e criou muito atrito com o povo de Ormuz, o que só agravou a reputação de violência que os portugueses tinham adquirido desde a pilhagem e incineração de várias vilas e cidades portuárias que recusavam a se submeterem e tornaram-se tributários de Portugal.<sup>715</sup> Como senhores responsáveis por assegurar seus domínios, os portugueses passavam, então, a patrulhar as águas do estreito de Ormuz com auxílio de pequenas flotilhas locais, servindo de proteção para as embarcações,

---

<sup>712</sup> Requerimento e protesto dos capitães da armada de Afonso de Albuquerque, Ormuz, 13 de Novembro de 1507. **Das relações entre Portugal e Pérsia, 1500-1758**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1972, p. 8.

<sup>713</sup> PIACENTINI FIORANI, Valeria. The Gulf: a cosmopolitan mobile society – Hormuz, 1475–1515 ce. In: FROMHERZ, Allen James (ed.). **The Gulf in World History: Arabian, Persian and Global Connections**. Edinburgh: Edinburgh University Press, p. 35–56, 2018, p. 47.

<sup>714</sup> MATTHEE, Rudi. The Portuguese Presence in the Persian Gulf: An Overview. *Op. Cit.*, p. 7.

<sup>715</sup> TELES E CUNHA, João. Oman and Omanis in Portuguese Sources in the Early Modern Period (ca. 1500-1750). In: HOFFMANN-RUF, Michaela; AL-SALIMI, Abdulrahman (ed.). **Oman and Overseas**. Hildesheim/Zurique/Nova Iorque: Georg Olms Verlag, p. 227-263, 2013, p. 245-246.

particularmente contra os ataques dos noutaques ou nautiques (*nodāhī*), piratas do Baluchistão.

Ormuz possuía vantagens políticas, estratégicas e econômicas de grande importância, e as implicações de seu lugar no centro do Golfo e suas extensas redes comerciais obrigaram ou convenceram os portugueses a exercer autoridade por meio de governantes nativos.<sup>716</sup> É verdade que a maioria das atividades comerciais pertencentes ao governante local foi colocada nas mãos do rei de Portugal e, a partir de 1507, os portugueses exigiram que o rei de Ormuz reconhecesse a autoridade do trono português sobre ele e seu reino. O vice-rei permitia a nomeação de um novo Rei e o indicado tinha que viajar até Goa para ter a autoridade política conferida a ele em uma cerimônia na corte do vice-rei. Em uma variação desse sistema, às vezes o capitão português no forte de Ormuz conferia autoridade a um parente do rei falecido em uma cerimônia no forte português. O novo rei prestava juramento de fidelidade ao Rei de Portugal e recebia os emblemas reais das mãos do capitão português. Por vezes, a cerimônia ocorria no próprio forte português na ilha de Jarun, com a investidura feita pelo capitão local. Essas medidas reafirmavam para o monarca e os súditos do reino de Ormuz, que o rei derivava sua autoridade do vice-rei em Goa, tanto simbolicamente quanto na prática, ainda que mantivesse a linhagem real desde os fundadores.<sup>717</sup>

Para João Teles e Cunha e para Rudi Mathee, o reino de Ormuz (Golfo Pérsico e o litoral de Omã) se encontrava na periferia do império português na Ásia, centrado na Índia.<sup>718</sup> Enfrentando, o peso estratégico e o alto valor do tributo dali extraído, frequentemente o maior de qualquer outra localidade do Estado da Índia, demonstram que o Golfo Pérsico e a costa de Omã não mereçam tal caracterização. Ainda assim, a presença portuguesa nunca foi capilarizada e distribuída durante os mais de dois séculos de sua duração. Concentrou-se, principalmente, em Ormuz mesmo no auge do domínio português sobre essa região. Mesmo a edificação de fortalezas portuguesas é modesta em comparação: um total de cinquenta fortalezas na Índia e

---

<sup>716</sup> SALMAN, Mohammed Hameed. **Aspects of Portuguese Rule in the Arabian Gulf, 1521-1622**. Thesis submitted for the Degree of Doctor of Philosophy in the University of Hull. December 2004, pp. 143-144.

<sup>717</sup> *Ibidem*, p. 148.

<sup>718</sup> TELES E CUNHA, João. The Portuguese Presence in the Persian Gulf. In: PORTER, Lawrence G. (ed). **The Persian Gulf in History**. New York: Palgrave Macmillan, p. 207-234, 2009. p. 208; MATTHEE, 2012, p. 5 .

Ceilão contra apenas um punhado no Golfo Pérsico, sendo ali só as de Ormuz, Comorão (atual Bandar Abbas) e Qeshm indiscutivelmente de origem portuguesa. O clima árido, ausência de florestas, escassez de água potável, população esparsa e rivalidades geopolíticas permitiram o controle da região com um efetivo militar diminuto centrado na fortaleza na ilha de Jarun e, só diante de ameaças mais substanciais como as armadas otomanas, estendido para as outras cidades costeiras. É com a expansão do império otomano para as margens do Golfo Pérsico, com a conquista de Basra em 1546 e envio de novas frotas nos anos seguintes, que antigas fortalezas na região são renovadas e expandidas e algumas novas fortificações criadas.

A presença portuguesa no Golfo Pérsico e na costa de Omã era calcada na superioridade naval e girava entorno de interesses comerciais, mas também tinha uma dimensão territorial como parte da estratégia mais ampla de Afonso de Albuquerque voltada ao controle dos estreitos do Oceano Índico. Quando Portugal impôs sua autoridade ao reino de Ormuz, fez pouco mais que se colocar sobre uma das principais vias de comércio asiático. Nas primeiras décadas do século XVI, Ormuz era o território asiático mais vasto sob o Estado da Índia. Enquanto alhures, como na costa africana, Portugal conseguia jogar com as rivalidades entre “gentios” e “mouros”, ali em Ormuz se via incrustado no cerne de regiões muçulmanas. Ali, os portugueses tiveram de enfrentar não só os desafios da gestão do reino, mas as rivalidades entre as potências islâmicas e os europeus. Os interesses centrais de Portugal nessa região são resumidos por Mathee nas seguintes palavras:

Os objetivos primários dos portugueses no Golfo Pérsico podem ser resumidos como comércio e Cristianismo. Seus interesses em trocas comerciais resultavam do bem conhecido desejo de contornar o Império otomano e capturar o comércio de especiarias asiático indo ao redor do Cabo da Boa Esperança. Como segue a história, os portugueses buscaram estabelecer uma presença no Mar Vermelho, tentando enfraquecer o sultanato mameluco do Egito pelo bloqueio do Mar Vermelho entre 1502 e 1509. Pouco depois disso eles foram confrontados pelos otomanos, que em 1516-1517 tomaram a Síria e o Egito e em seguida conseguiram estender seu poder para o Mar Vermelho até Áden. Os portugueses foram então forçados a limitar suas aspirações regionais e acabaram focando no Golfo Pérsico como uma extensão de suas operações na Índia, fazendo de Ormuz um centro de suas atividades comerciais na Ásia ocidental. Ao contrário dos ingleses e dos holandeses, no entanto, que logo após sua chegada adquiriram postos comerciais na capital Safávida e várias outras cidades no

interior, eles nunca fizeram nenhum esforço para estender suas operações comerciais para o interior do Irã.<sup>719</sup>

O objetivo dos portugueses em Ormuz não era criar uma cidade portuguesa no Golfo, como aconteceu em Goa.<sup>720</sup> O objetivo era adquirir uma base urbana a partir da qual controlar as rotas marítimas e o comércio que passava por elas, superando seus concorrentes asiáticos. É significativo, por exemplo, que o rei não podia sair com sua comitiva sem antes obter permissão do capitão de Ormuz. No entanto, eles não alteraram substancialmente o sistema político do reino, nem mesmo sua organização econômica. A direção da política externa em Ormuz e o comando de suas forças militares permaneceram nas mãos dos capitães portugueses. Nenhuma tentativa foi feita para reorganizar a sociedade.

Uma vez que o domínio português foi imposto à maneira de operar do reino de Ormuz, focado principalmente na sustentação militar da ordem econômica, a maioria dos portugueses lá eram soldados pagos pela Coroa de Portugal. Sendo a organização das forças armadas um sistema sem formas centralizadas estritas, cabia ao soldado se unir a algum fidalgo. Não havia uma organização militar fixa ou permanente, e os soldados não tinham alternativa senão se juntar a fidalgos individuais, que assim adquiriam suas próprias escoltas armadas.<sup>721</sup>

Na marinha portuguesa no Golfo Pérsico, assim como na Índia, havia dois comandantes responsáveis pelos portos e fortalezas. O primeiro era o capitão da fortaleza, sendo o segundo o capitão da armada de Ormuz. A autoridade do capitão da fortaleza se limitava à área onde ele governava, neste caso, às tropas estacionadas em Ormuz. Na prática, no entanto, devido ao reduzido número de

---

<sup>719</sup> “The primary Portuguese objectives in the Persian Gulf can be summed up as commerce and Christianity. Their trade interests resulted from a well-known desire to circumvent the Ottoman Empire and to capture the Asian spice trade by going around the Cape of Good Hope. As the story goes, the Portuguese sought to establish a presence in the Red Sea, trying to weaken the Egyptian Mamluke rulers by way of blockading the Red Sea between 1502 and 1509. Shortly thereafter they were confronted with the Ottomans, who in 1516-17 took Syria and Egypt and subsequently managed to extend their power into the Red Sea as far as Aden. The Portuguese thus were forced to limit their regional aspirations and ended up focusing on the Persian Gulf as an extension of their Indian operations, turning Hormuz into a hub of their west Asian commercial activities. Unlike the English and the Dutch, however who soon after their arrival acquired trading posts in the Safavid capital and various other towns in the interior, they never made any efforts to extend their commercial operations to the Iranian mainland.” MATTHEE, Rudi. *The Portuguese Presence in the Persian Gulf: An Overview*. *Op. Cit.*, p. 6.

<sup>720</sup> SALMAN, Mohammed Hameed Salman. *Aspects of Portuguese Rule in the Arabian Gulf, 1521-1622*. *Op. Cit.*, p. 147.

<sup>721</sup> *Ibidem*, p. 145.

oficiais portugueses, na maioria das vezes o capitão tinha autoridade de Goa para assegurar todo o Golfo contra rebeliões, frequentemente com a assistência do capitão da armada de Ormuz. Uma segunda categoria de comandante era o capitão-mor, como Albuquerque e outros governadores portugueses no Oriente. A terceira categoria consistia em capitães-mores do mar, que eram responsáveis pela segurança marítima, seja em torno de Ormuz, da Arábia ou de Malaca.

Um artigo do regimento de Albuquerque o autorizava a construir fortalezas em locais onde fosse possível.<sup>722</sup> Para tal empreendimento lhe foram dispostos meios modestos: seis naus, das quais uma aqui e outra ali deveriam estar postas sob seu comando, mas que ou não se juntaram ou voltaram à sua antiga esquadra. Tinha um efetivo de 600 homens. Mas ao contrário do suposto status “periférico” do Golfo Pérsico e Omã ao Estado da Índia, houve interesse em fortalecer o controle oficial português sobre o reino. Assim, o número de capitães e oficiais portugueses, especialmente daqueles aquartelados na fortaleza, aumentou depois que Dom Manuel I decidiu colocar oficiais portugueses na alfândega para controlar as importações e exportações da ilha. No reinado de João III, eles superavam os oficiais locais de Ormuz. A nomeação dependia do *status*. Capitania eram dadas a membros da nobreza portuguesa, posições de relevância a cavaleiros e fidalgos, e lugares no secretariado a membros da casa real.

Embora tivessem controle sobre as forças armadas, a organização da sociedade em grande parte permaneceu como era anteriormente em termos de organização política e religiosa. Não havia uma maneira de alterar esse status sem que a própria economia de Ormuz entrasse em colapso, dada a manutenção dos laços comerciais e das rotas mercantes. A administração e conduta dos negócios privados pelos portugueses residentes e estacionados em Ormuz frequentemente era realizada pelas mesmas pessoas, e a aplicação das regras e direitos inevitavelmente favorecia os interesses de quem as supervisionava.<sup>723</sup> Nas zonas mais distantes, havia dificuldade em exercer a soberania direta, limitando-se mais por um reconhecimento nominal do poder de Ormuz sob a forma de uma aliança, mas

---

<sup>722</sup> AUBIN, Jean. **Le Latin et l’Astrolabe**: Rechercher sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. *Op. Cit.*, p. 159.

<sup>723</sup> SALMAN, Mohammed Hameed Salman. **Aspects of Portuguese Rule in the Arabian Gulf, 1521-1622**. *Op. Cit.*, p. 148.

mantendo grande autonomia da população local, de fato independente. Os portugueses iriam se confrontar com as dificuldades desse domínio sobre o qual efetivamente exerciam um duplo protetorado, sem a familiaridade com a língua, religião, costumes e tradições políticas.<sup>724</sup>

As cisões existentes entre Ormuz e suas dependências, particularmente na margem árabe do reino, acabaram por envolver o poderio suserano. Quando os portugueses retornaram para consolidar seu domínio definitivo sobre Ormuz em 1515, os safávidas firmaram um acordo com eles para que disponibilizassem apoio militar contra Barém e Qatif em troca de cederem a suserania sobre Ormuz. A partir da capital, buscou-se transferir pressão tributária de Portugal para essas margens e, simultaneamente, resolver os problemas de insubordinação. A tensão eclode sob Barém, rico em extração pérolas, que devia quarenta mil xeranfís anuais ao rei de Ormuz desde um acordo que havia cedido a ilha a confederação dos Banū Jabr em 1485, mas que raramente fora respeitado.

Além dos onerosos tributos, a revolta anti-portuguesa no Golfo Pérsico teve origem na política decida por Dom Manuel de “estrangular” Batácala (Bhatkal), por meio da costa Canara, de onde eram comercializados cavalos do Golfo Pérsico para renovar a cavalaria de Vijayanagar, principalmente através de comerciantes do Guzerate.<sup>725</sup> Evidentemente, não era necessária inspiração estrangeira para fomentar descontentamento, visto que a imposição de tributo e outras exações exigidas da população, já eram entendidas como humilhantes suficientes para serem inaceitáveis. Somava-se o envolvimento português nos conflitos de interesse entre o vizir e o Rei junto a aristocracia fundiária, essa também dívida por interesses antagônicos.

A expedição contra Barém, em 1521, contou com sete navios com 400 homens portugueses e 3 mil auxiliares persas, sobretudo arqueiros e piqueteiros, parte de um esquadrão de 200 terradas. A demora para chegar na ilha de Barém deu-se pela dispersão por conta de uma tempestade e, também, por que, através do que se informa nas correspondências coevas, as embarcações da expedição estavam a

---

<sup>724</sup> COUTO, Dejanirah. Reactions anti-portugaises dans le Golfe Persique (1521-1529). in: BACQUÉ-GRAMMONT, PINO, Angel et KHORY, Samaha (ed.). **D'un Orient l'Autre**. Acts des troisième journées de l'Orient. Bordeaux, 2-4 octobre, 2002. Paris-Louvain: Éditions Peeters, p.123-159, 2005, pp. 132-133.

<sup>725</sup> *Ibidem*, p. 124.

cometer pirataria no Golfo Pérsico.<sup>726</sup> Após a supressão de Barém, a sublevação se estende a Ormuz, como a outras possessões asiáticas entre 1521 e 1522, o que pode indicar uma conexão com esses comerciantes guzerates, já que tal lhes era conveniente. Após a revolta de 1521, não houve outra grande sublevação aberta contra o domínio português em Jarun propriamente, mas intrigas grassavam e repetidas queixas eram dirigidas para ao Estado da Índia e a Coroa por parte da elite política, como o vizir e o Rei, sobre o *status quo* da suserania portuguesa, as medidas restritivas a navegação em outras regiões e sobre a corrupção, tanto de oficiais portugueses quanto de Ormuz.

O tratado assinado em 1523 estipulava que os reis de Ormuz seriam proibidos de levantar qualquer tropa além de uma guarda pessoal. Todavia, o bloqueio das rotas guzerates levava o reino ao pagamento dos 35 mil xerafins adicionais de suas páreas exigidas no mesmo acordo.<sup>727</sup> Apesar dos conflitos com Cambaia, repetidamente denunciados pelos reis e vizires de Ormuz como prejudicial ao comércio, ainda assim o Guzerate permanecia um dos principais destinos para as mercadorias de Ormuz. Talvez, mais uma realidade de um afrouxamento no controle frente ao avanço otomano, Aubin infere certa continuidade nesse comércio a partir dos do “Livro das cousas da Índia”, escrito entre meados ao fim da década de 1540, no qual registra-se que as rendas obtidas da taxaço da exportação para o Guzerate arrecadvam mais que toda taxaço de importações da – e exportação para – Pérsia ou três quartos das receitas pelas importações e exportações relativas a Basra.<sup>728</sup>

A situação não fora tão estável nos territórios dependentes daquele reino, com ações localizadas levando a espiral de crises violentas, como o colapso do domínio dos Banu Jabr com a morte de seu sultão durante a tomada de Barém pelos portugueses. O evento teve notável repercussão na terra do Sagrado Santuário, Meca, sendo brevemente narrado por Jār Allah na obra *Nayl al-muná*:

[...] um [grupo] de peregrinação do Oriente [teve] seu novo sultão, o xeque Rašid bin Muğamis bin Saqr bin Fađl [...], sultão de Basra, Al-Hasa e Al-Qatif. [...] O governo de seu sultão sobre o Oriente foi estabelecido no ano de 931 [1525]. Ele [Rašid] foi ajudado nisso pelo que restava dos Banī Jabr por que

<sup>726</sup> COUTO, Dejanirah. Contribution of Portuguese narrative sources to the history of Qal'at al-Bahrain: some information on the expeditions of 1521 and 1529. **Topoi**. Orient-Occident, v. Supplément 15, p. 317-333, 2017, p. 318.

<sup>727</sup> AUBIN, Jean. **Le Latin et l'Astrolabe**: Rechercher sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. *Op. Cit.*, p. 269.

<sup>728</sup> *Ibidem*, p. 370.

eles estavam enfraquecidos, [então] ele tomou deles Al-Hasa e Al-Qatif. Isso [aconteceu] quando os francos desgraçados por Deus [os portugueses] tomaram sua cidade [Barém] e mataram seu sultão, o xeique Muqrin, no ano 927 H. [1521].<sup>729</sup>

As riquezas das cidades costeiras atraíam as tribos do interior para buscar obter acesso aos seus despojos pela força. O sucesso do reino de Ormuz estava em sua localização geográfica defensiva, na ausência de um poderio forte no planalto iraniano e nos vínculos com as elites locais das cidades costeiras, através de alianças matrimoniais, mas também na divisão dos tributos (rendas do comércio) e na concessão de monopólios. Mas nem sempre havia permanência das elites locais, muitas das cidades estavam diretamente sobre o controle de membros da família real, funcionários reais e nobres (como da família dos vizires). Esse era o caso de Calaiate, onde a família real tinha laços de origem/ Essa política foi estendida a boa parte da costa de Omã, num processo centralizador realimentado pelo aumento da prosperidade de Ormuz durante século XV. Se não a própria cidade portuária, com frequência era ao menos a alfândega (aduana) que buscava-se manter sob olhar direto de Ormuz na medida em que prosperava. As revoltas e a ingerência dos portugueses alteram a balança de poder no reino de Ormuz, buscou-se ativamente explorar as fissuras no reino, com particular atenção ao elemento árabe. A costa omanita acabou por ganhar particular destaque com o desenrolar dos eventos em 1521.

Omã figurava como um país agrícola rico, exportador de cereais e criação de rebanho. Havia ali a associação de quatro tipos de economia da região árabe: comércio marítimo, a pesca, agricultura de irrigação e pastoreio nômade.<sup>730</sup> Embora vinculados pelas relações de troca, existia uma marcada cisão entre a costa e o interior, sendo esse último o que usualmente se tratava como Omã “propriamente”, constituído pelas áreas transmontanas na beira do extenso deserto do sul da Arábia e com uma sociedade distinta, centrada na vertente ibadita do Islã.<sup>731</sup> Todavia, essa região carecia de uma unidade política, por séculos submetida aos emires sunitas dos

<sup>729</sup> IBN FAHD AL-MAKKĪ, Jār Allah ibn al-'Izz ibn al-Najm. **Kitāb al-muná bi-ḡayl Bulūḡ al-qirā li-takmila ithāf al-warā**: Tārīḡ Makka al-Mukarrama min sana 922 H. ilā 946 H., 2 vols. AL-HILA, Muhammad al-Habib (ed.), Riyadh: Mu'assasat al-furqan lil-turath al-Islami, 2000, p. 421.

<sup>730</sup> AUBIN, Jean. **Le Latin et l'Astrolabe**: Rechercher sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. *Op. Cit.*, p. 322.

<sup>731</sup> TELES E CUNHA, João. Oman and Omanis in Portuguese Sources in the Early Modern Period (ca. 1500-1750). In: HOFFMANN-RUF, Michaela; AL-SALIMI, Abdulrahman (ed.). **Oman and Overseas**. Hildesheim/Zurique/Nova Iorque: Georg Olms Verlag, p. 227-263, 2013, pp. 240-241.

Banū Nabḥān, aos que se sobrepuseram por um tempo a confederação Banū Jabr.<sup>732</sup> Já a costa jazia sob a talassocracia de Ormuz, embora fosse da costa omanita que se originava da dinastia reinante a partir Jarun, ao menos desde o século XIV. Mesmo com prestígio de ser o berço da dinastia reinante, o porto de Calaiate já ia perdendo importância para o de Mascate quando da chegada dos portugueses. Ainda assim, a estimativa de um cronista português na primeira metade do século XVI era que a renda de Calaiate era de 11 mil xerafins anuais, mais que o dobro do que rendia Mascate, com cerca de 5 mil xerafins por ano.<sup>733</sup> As riquezas dessas cidades costeiras atraíam as tribos do interior para buscar obter acesso aos seus despojos pela força. Por essas e outras razões, boas relações e até alianças com essas tribos de beduínos era algo que interessava aos reis de Ormuz e, posteriormente, aos portugueses.

Apesar do interesse em instigar os sentimentos anti-persa em Omã a seu favor, recompensando os colaboradores aliados, a insatisfação com os portugueses não era menor que com o rei e a elite persa na capital, considerando a forma violenta como Albuquerque submeteu essas cidades, certamente deixando marcas duradouras.<sup>734</sup> Durante 1521-22, a revolta que se espalhou pelo reino encontrou mais respaldo nos locais dominado pela elite e burocracia persa de Ormuz, como Calaiate e Soar (Suhar), enquanto Mascate sob o controle do xeique local, Rāšid bin Aḥmad, colocou-se a serviço dos portugueses e buscou colher frutos dessa aliança, o que foi recompensado com cativos de guerra sendo-lhes devolvidos e presentes oferecidos como jeito de apreciação. O alinhamento com os portugueses leva a ascensão da família dominante de Mascate para o seio do próprio Reino de Ormuz. Para retomar o controle Soar das mãos dos rebeldes, Portugal se alia a um “capitão da Serra”, um xeique dos Banū Jabr para o qual é oferecido o governo da cidade. O mesmo seria nomeado após a conquista como governante da cidade junto aos portugueses.

A tentativa de jogar os sentimentos de um lado para o outro, colocando omanitas contra ormuzianos não foi particularmente efetiva, já que algumas cidades

---

<sup>732</sup> PIACENTINI FIORANI, Valeria; VELDE, Christian. The battle of Julfār (880/1475). **Proceedings of the Seminar for Arabian Studies**, v. 39, p. 321–336, 2009, p. 324.

<sup>733</sup> COUTO, Dejanirah. Muscat and the Portuguese: economic and political dynamics in the early 16th century (1507-1529). **Arabian Humanities**. *Revue internationale d'archéologie et de sciences sociales sur la péninsule Arabique/International Journal of Archaeology and Social Sciences in the Arabian Peninsula*, n. 15, 2022, p. 6.

<sup>734</sup> TELES E CUNHA, João. Oman and Omanis in Portuguese Sources in the Early Modern Period (ca. 1500-1750). *Op. Cit.*, p. 241.

permaneceram sob a elite persa de Ormuz e as táticas violentas e de dissuasão – com persuasão de certos setores da elite local de Omã – não agradava a todos, pois muitos também nutriam sentimentos contra os portugueses, não somente contra Ormuz. Os laços entre a aristocracia persa e os notáveis omanitas complicavam as relações das partes, dificultando uma coalização de não-alinhamento.<sup>735</sup> Apesar da fusão cultural em Jarun refletir uma longa história de interação entre árabes e persas, tempos de crise faziam as tensões étnicas emergir, expondo as contendas históricas e as animosidades entre as duas populações.<sup>736</sup> Os portugueses se impunham como um terceiro fator com força bruta suficiente para revirar a balança de poder.

Dois personagens se destacam nesse emaranhado como os polos mais claros de oposição dos elementos da sociedade ormuziana: Ra'īs Šaraf al-Dīn, vizir do reino, e xeique Rāšid bin Aḥmad de Mascate. Šaraf al-Dīn era membro de um clã da elite tradicional persa, os Fālī, que monopolizavam a posição de vizir a cerca de meio século. Já xeique Rašid era membro da elite local árabe, que com a chegada dos portugueses teve que lidar com mais uma força dominadora, mas que trazia oportunidades outrora indisponíveis. Enquanto Šaraf al-Dīn parece ter sido figura central para insuflar a revolta de 1521 contra os portugueses, foi um dos únicos chefes locais a apoiar os portugueses. Nesse momento, suas trajetórias vão tornar-se mais intensamente imbricadas, quando o vizir delega seu irmão, Ra'īs Daylamī, para tomar Mascate dos portugueses e de Rāšid bin Aḥmad. Ao contrário do que o vizir esperava, o xeique de Mascate acaba por derrotar as forças de Ormuz e matar seu irmão. A partir desse momento, Šaraf al-Dīn parece nutrir um desejo de vingança equiparável, se não mais intenso, que sua inconformação com a dominação portuguesa.

Nos anos seguintes, o vizir buscará apoio dos otomanos contra os portugueses, mas acaba por ter sua correspondência interceptada por agentes a serviço dos Portugueses. Numa carta escrita em persa destinada ao sultão Suleimã em Istambul, ele solicita apoio militar contra os portugueses e, na sessão final do documento, informa como xeique Rašid é figura chave para aqueles infiéis. Ele teria

---

<sup>735</sup> COUTO, Dejanirah. Muscat and the Portuguese: economic and political dynamics in the early 16th century (1507-1529). **Arabian Humanities**. Revue internationale d'archéologie et de sciences sociales sur la péninsule Arabique/International Journal of Archaeology and Social Sciences in the Arabian Peninsula, n. 15, 2022, p. 12.

<sup>736</sup> AUBIN, Jean. **Le Latin et l'Astrolabe**: Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. *Op. Cit.*, p. 342.

uma rede de informantes, que põe à disposição das forças portuguesas. Šaraf al-Dīn expõe abertamente sua inimizade pessoal para com o xeique de Mascate por ele ser o responsável pela morte de seu irmão. Na conclusão da carta, suplica que, ao menos, ele seja preso por sua aliança com os francos e por matar Ra'īs Daylamī, seu irmão:

Subitamente, uma carta de encorajamento desse tirano ímpio, o xeique (*šayḥ*) Rāšid Masqaṭī, conselheiro, amigo e aliados dos francos chegou a esse grupo de desonrados que estava a fugir. Essa carta provocadora de alegria e contentamento anunciava que as tropas otomanas haviam desertado seu líder, partindo rumo ao lēmen. O governador da cidade foi informado dessa notícia. De fato, há tempos que [o xeique ] envia regularmente, por terra e mar, homens à cidade [de Ormuz] e seu governador também faz chegar a xeique Rāšid as novas que suscitam a estabilidade e a tranquilidade de espírito dos infiéis. Agora, pela vontade de Deus, é o momento de Vossa Magestade [Suleimā] enviar tropas a Jarun com rapidez [...] Eu só peço que prendam por qualquer meio o xeique Masqaṭī que é evidentemente aliado dos francos e que assassinou o irmão de vosso servo.<sup>737</sup>

Novamente, estoura uma revolta em 1526, forçando o próprio Estado da Índia (Lopo Vaz de Sampaio) a intervir diretamente. Durante essa sublevação, aparentemente, toda costa omanita se revoltou contra os portugueses, excetuando novamente, Mascate. Aplacada a revolta, o domínio indireto dos portugueses sobre as cidades de Omā retorna ao usual, mas como a mesma intromissão de agentes portugueses nos negócios, como em relação a exportação de cavalos (um certo Gomes Ferreira cobrava cada comerciante uma taxa por cada cavalo). O novo governador do Estado da Índia, Nuno da Cunha, prende esse e outros portugueses de modo a assegurar a aquiescência de Qalhat e outros locais. Ra'īs Šaraf al-Dīn também é preso, de modo a garantir ao xeique de Mascate que esse não o ameaçaria mais como vingança pela morte de seu irmão, Ra'īs Daylamī, que, em 1522, foi morto ao tentar tomar essa cidade cujo o chefe, Rašid bin Aḥmad, recusou se juntar as duas rebeliões anti-portuguesas.

Mais acima na Península Arábica, eclode uma nova revolta em Barém, em 1529, sendo o estopim mais uma vez a recusa de pagar o tributo de 40 mil xerafins ao suserano em Ormuz. A intervenção portuguesa resultou do próprio pedido de

<sup>737</sup> Para consistência com a transliteração aqui adotada, adaptou-se a tradução francesa do documento persa em Carta de persa de Ra'īs Charafuddin, vizir de Ormuz, ao sultão otomano Suleimā Núcleo Antigo 876, Carta dos Vice-Reis da Índia, n. 82 *apud* COUTO, Dejanirah. Trois documents sur une demande de secours d'Ormuz à la porte ottomane. **Anais de História de Além-Mar**, v. 3, p. 469-493, 2002, pp. 482-483.

Ormuz, que do contrário deduziria esse valor que Barém não pagara, 40 mil xerafins, do próprio tributo de 60 mil xerafins aos Portugueses. Houve reticência da parte dos fidalgos portugueses sobre o ataque, já que a missão central ao qual o governador do Estado da Índia Nuno da Cunha era encarregado era a conquista de Diu.<sup>738</sup> As evidências, presentes em correspondências, apontam que o governador já tinha intenção de atacar a ilha da costa da Arábia, mas as crônicas coevas apenas mencionam a vitória do setor favorável à intervenção. Por fim foi enviado um modesto destacamento para cercar a ilha de Barém. Como todo o preparo para expedição, parece ter havido negligência na logística da expedição: munição inexplicavelmente parca e arregimentação de soldados portugueses que mal haviam chegado de Portugal, sem experiência de combate ou adaptação ao clima da região.<sup>739</sup>

Rāšid bin Aḥmad foi designado vizir de Ormuz em 1529, pelo novo governador Nuno da Cunha, a despeito do desgosto da elite persa com um árabe alçando a tal posição e a reticência do próprio xeique. Na opinião de Teles e Cunha, a indicação de Rašid era circunstancial e decorria da já mencionada tática de jogar as elites de uma parte contra as de outra, buscando sobretudo minar o controle central da cidade de Ormuz.<sup>740</sup> Teria havido reticência do próprio Rāšid quanto à nomeação, particularmente pela forte rejeição da elite persa para com o vizirato da família de Mascate (1528-1539).<sup>741</sup> Tal ressentimento incluída o rei de então, Muḥammad Šāh (1521-1534), que viu a fortuna de Rāšid bin Aḥmad crescer a suas custas. A recíproca do xeique de Mascate para com a elite, particularmente com seu arquirrival Šaraf al-Dīn:

[ilegível] teu servidor me colocou em Ormuz e ordenou no serviço (*bi-ḥadama*) [...] servidores (*ḥidām*) de vosso senhor, o sultão, os capitães testemunharam [que] o serviço do escravo. Os vizires anteriores tinham uma receita copiosa sobre a leadades deles e escravo mais que [ilegível] nosso senhro, o sultão mais fidedigno da gente viu eles e antes desse era Ra'īs Šaraf al-Dīn em tudo particular para ele e o soberano de Jolfar, Mogostão e Birunat era tudo dele em sua visão.<sup>742</sup>

<sup>738</sup> COUTO, Dejanirah. Contribution of Portuguese narrative sources to the history of Qal'at al-Bahrain: some information on the expeditions of 1521 and 1529. **Topoi**. Orient-Occident, v. Supplément 15, p. 317-333, 2017, p. 320.

<sup>739</sup> *Ibidem*, pp. 321-329.

<sup>740</sup> TELES E CUNHA, João. Oman and Omanis in Portuguese Sources in the Early Modern Period (ca. 1500-1750). *Op. Cit.*, p. 247.

<sup>741</sup> BARROS. João de. **Quarta década da Asia de loão de Barros**. Madrid: Imprensa Real, 1615, pp. 160-161.

<sup>742</sup> ANTT, Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 85, frente.

Houve reservas também entre os portugueses, como o capitão de Ormuz de então, Cristóvão de Mendonça, que numa carta ao rei Dom João III informa que o xeique Rāšid era “bom homem E muy fiell”, porém seria uma pessoa “muy mole pera tam grossa Cousa como he ormuz” e que “nam naçeo tal homem nestas partes mouro pera uovernar este Reino”, pois seria necessário ser “muy temjdo” e “que com a froxidam de xeque Raxet se nam paguem tan bem as parjas.”<sup>743</sup> Dissensões à parte, os portugueses asseguram sucessão do filho de Rāšid bin Aḥmad, que faleceu num período próximo ao que também o rei faleceu em 1534, contra a vontade do novo monarca, irmão do antecessor, Salḡur Šāh II, que estava exilado em Goa. Ainda que decisão dos portugueses estivesse feita, o recém coroado rei de Ormuz buscou uma alternativa ao jovem vizir Aḥmad.

O apoio português também servia o xeique Rāšid contra seus adversários próximos, como o vizir de Qalhat, Ra’īs Shihab al-Dīn, que se rebelou contra Ormuz (e contra os portugueses), apesar dos laços ancestrais entre as cidades. Servia também de contraponto às outras cidades omanitas, aos saques dos Banū Jabr (ou outras tribos beduínas do interior) e a manter o arrocho fiscal de Ormuz razoável. Em uma carta de cerca de 1533-4, (pen)último de sua vida, o xeique de Mascate ainda busca se contrapor aos vizires anteriores por sua solicitude e (suposta) idoneidade:

A circunstância me trouxe a ti, me colocou em Ormuz e me mandou o serviço e me elevou ao título de vizir e [como] servo [lit. escravo] por quatro anos de serviço com devoção e serventia ao nosso senhor, o sultão, como os capitães (*al-kabitānīn*) testemunharam a solicitude de escravo e a dedicação não foi com outra intenção a não ser de criado para o serviço e de dedicação. Os vizires antecessores tiveram em seu favor [lit. para eles] contas encobertas pela cobiça deles e o serviçal [vizir anterior] desviou para si muito do que entrava, pois a ambição dessa gente não temer o senhor sultão.<sup>744</sup>

Longe do servo submisso que alega ser, como típico da retórica de subordinação a uma autoridade superior naquele contexto, Rāšid bin Aḥmad estava atento às contradições nos interesses do vassalo (Ormuz) e do suserano (Portugal), pendendo para um lado ou para o outro quando considera melhor:

Aqui estão dois anos que Ormuz não tem receitas (*hāšil*) devido ao bloqueio do Guzerate. Pois o rendimento de Hormuz vem de [comércio com] o Guzerate. Nos últimos dois anos os navios têm sido impedidos de passar por

<sup>743</sup> Letter from Cristóvão de Mendonça to the King of Portugal mentioning Sheikh Rashid at Hormuz as well as some ships guarding the coast off Zufar. In: AL-SALIMI, Abdulrahman & JANSEN, Michael. **Portugal in the Sea of Man: Religion and Politics. Research on documents. Corpus I, Part II, vol. 2.** Hildesheim/Zürich/New York: Georg Olms Verlag, pp. 173-174, 2015, p. 173.

<sup>744</sup> ANTT, Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 88, frente.

Ormuz. As pessoas estão em apuros devido a isto. Porque os rendimentos das operações (*'amlāt*) e da alfândega (*banjsār*) provêm de Guzerate.<sup>745</sup>

O *bangsar* (escrito em árabe *banjsār*) é uma palavra de origem indiana que indica um entreposto comercial, sendo Ormuz o nome para a aduana ou alfândega.<sup>746</sup> Embora nem todas as mercadorias necessariamente passassem pelo *bangsar*, ainda assim a taxaço aduaneira provinha quase metade das rendas do reino.<sup>747</sup> Tomar controle direto da alfândega era uma das metas dos portugueses desde a conquista por Albuquerque, amealhando diretamente toda a vasta renda do comércio pelo Golfo Pérsico. Apesar da aparente “frouxidão” e aquiescência às autoridades portuguesas, o vizir de Mascate conseguiu habilmente postergar essa, realizada só quase uma década após sua morte em 1543.

O período de maior concentração de cartas árabes de Ormuz ocorre, não por coincidência, durante o vizirato do xeique de Mascate e de seu filho. Não apenas as cartas dos dois vizires encontram-se em número significativo nesse idioma, mas também a do próprio Rei, indicando influência ou mesmo a exigência daqueles na reedição e/ou tradução das correspondências em árabe. Não deixa de haver número próximo de documentos em persa dos mesmos indivíduos, indicando certa reciprocidade nesse processo. No caso de Rāšid bin Aḥmad, identifica-se claramente cinco cartas árabes na coleção de “Documentos em caracteres árabes provenientes do Oriente” (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1): n.º 68, 79, 82, 85 e 88. Todas essas têm a assinatura do xeque de Mascate. As de n.º 82 e 85 estão na grafia mais comum nos documentos árabes, o estilo *nashī*, enquanto os outros três estão na escrita *tuluṭ*, análogo a *ta'aliq* do persa. A constância na maior parte das assinaturas invariavelmente à grafia do restante do corpo das correspondências, sempre no verso do documento, indica que Rāšid assinava as próprias cartas independente de quem fosse o escrivão ou que empregasse o mesmo secretário para assinar. Todas são dirigidas ao rei Dom João III, menos uma parcialmente, que é destinada mais especificamente à chancelaria do rei (n.º 79), em que o xeique solicita a exoneração de suas funções por sua idade. Quiçá relacionada a tal circunstância,

<sup>745</sup> ANTT, Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 82, frente.

<sup>746</sup> AUBIN, Jean. **Le Latin et l'Astrolabe**: Rechercher sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. *Op. Cit.*, p. 364.

<sup>747</sup> SALMAN, Mohammed Hameed Salman. **Aspects of Portuguese Rule in the Arabian Gulf, 1521-1622**. *Op. Cit.*, pp. 89-90.

a assinatura de Rāšid bin Aḥmad nesse documento é a única evidentemente distinta das outras cartas árabes, seguindo a mesma grafia do restante do documento.

Nasiri-Moghaddam analisou as correspondências persas do Arquivo da Torre do Tombo e identificou que dos 48 documentos nesse idioma, 42 são sobre o Reino de Ormuz.<sup>748</sup> Entre as cartas persa haveria de três a cinco cartas de sua autoria, quatro atribuídas ao xeique (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 27, 36, 66 e 86), mas uma com o selo do rei de Ormuz (n.º 36), sendo que por outro lado, a assinatura do vizir Rāšid uma das cartas persas atribuídas ao rei de Ormuz (n.º 37). Somente a carta n.º 86 não é destinada ao rei de Portugal, mas sim a Diogo de Melo, que fora capitão de Ormuz entre 1523 e 1528, antes do xeique de Mascate assumir a posição de vizir. É entre as correspondências persas que temos uma evidência crucial do declínio das correspondências em caracteres arábicos no Estado da Índia: numa carta de cerca de 1540, o rei de Ormuz Salḡur Šāh II (1534-43) solicita ao rei de Portugal que abolisse o posto de tradutor, pois todo mundo na cidade falava português.<sup>749</sup>

Esse incidente do tradutor permite constatar como o idioma português passa a ser uma língua franca não só no Golfo, mas em boa parte do Oceano Índico até ser suplantada pelo inglês ao final do século XVIII.<sup>750</sup> Assim, tornou-se mais dispensável o uso do idioma local. O papel de tradutor também seria oneroso, com o intérprete do rei de Ormuz recebendo mais de 100 mil reis por ano e mesmo o tradutor para juizes locais uma soma de mais de 7 mil reis anuais.<sup>751</sup> Ademais, o número de oficiais portugueses em Ormuz já ultrapassava o de nativos durante o reinado de Dom João III.<sup>752</sup> De certo modo, prescindir de um tradutor poderia até facilitar que mais funcionários do Estado da Índia exercessem funções *in loco*. Em conjunto, esses fatores podem ter corroborado para redução na produção de documentos em língua local.

---

<sup>748</sup> NASIRI-MOGHADDAM, Nader. Les document persans des Archives Nationales du Portugal (Torre do Tombo) et leur importance pour l'histoire du golfe Persique aux XVIe - XVIIe siècles. In: COUTO, Dejanirah Couto; LOUREIRO, Rui Manuel (ed.). **Revisiting Hormuz: Portuguese interactions in the Persian Gulf, region in the early modern period.** Harrassowitz Verlag/Wiesbaden: Calouste Gulbekian Foundation, pp. 13-27, 2008, p. 21.

<sup>749</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>750</sup> SALMAN, Mohammed Hameed Salman. **Aspects of Portuguese Rule in the Arabian Gulf, 1521-1622.** *Op. Cit.*, p. 44.

<sup>751</sup> *Ibidem*, p. 45.

<sup>752</sup> *Ibidem*, p. 146.

O declínio no uso de ‘cartas orientais’ nas relações oficiais (ou melhor, como instrumento da chancelaria) pode também estar relacionado à diminuição de laicos na produção de saberes sobre essas partes e ascensão do eclesiástico. Também prefigura o que se aceleraria com o domínio Habsburgo sobre Portugal, quando se verifica “um declínio no exercício de ciência imperial de administração” no Oceano Índico em preferência do Atlântico.<sup>753</sup> Simultaneamente, começa-se a tolher certa tolerância, todavia incômoda, com a diversidade institucional e religiosa nos domínios mais cerrados da Coroa portuguesa. Um indício da gradual mudança manifesta-se na produção de documentos em português *in loco* pelos vassallos do rei de Portugal, como uma carta de 1537 com a assinatura do vizir Aḥmad bin Rāšid.<sup>754</sup>

O rarear das correspondências nos idiomas “orientais” é um ponto de virada no processo que vinha desde a “descoberta”, passando pela “familiarização”, e, com o enrijecimento da ortodoxia religiosa no império português, a uma maior “exclusão”. Não por acaso, também, a ideia de um império cristão universal dá lugar a uma estratégia mais pragmática de administração do território e, nos assuntos da fé, a expansão do cristianismo pela via missionária.<sup>755</sup> Antes mesmo de aportarem no Oriente, informações básicas circulavam por redes formais e informais com acuidade suficiente para que servisse à viagem de Vasco da Gama em 1497.<sup>756</sup> Da curiosidade inicial, papel de exploradores seculares, passa-se ao crivo das ordens religiosas.

Desse modo, pode-se atrelar ao esvaejamento das cartas “orientais” entre os documentos oficiais da Coroa portuguesa como parte da transição do saber laico sobre o Oriente para um o eclesiástico a partir da segunda metade do século XVI.<sup>757</sup> O clero, particularmente o regular, passaria a ser o guardião desse saber potencialmente perigoso para almas dos fiéis cristãos. Esse processo, todavia, parece já demonstrar mudanças significativas já em meados da década de 1530, juntamente às mudanças estruturais tanto do Reino de Portugal quanto do Estado da Índia. No

<sup>753</sup> XAVIER, Ângela Barreto; ŽUPANOV, Ines G. **Catholic Orientalism. Portuguese Empire, Indian Knowledge (16th-18th Centuries)**. Oxford: Oxford University Press, 2015, p. 45.

<sup>754</sup> ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, Maço 59, Doc. 67, fol. 1, frente.

<sup>755</sup> MARCOCCI, Giuseppe. **A consciência de um império: Portugal e o seu mundo** (sécs. XV-XVII). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. pp. 214-215.

<sup>756</sup> TELES E CUNHA, João. **Olha da grande Pérsia o império nobre: Relações entre Portugal e a Pérsia na Idade Moderna (1507-1750)**. Lisboa : Governo de Portugal. Secretário de Estado da Cultura, 2014, p. 15.

<sup>757</sup> XAVIER, Ângela Barreto; ŽUPANOV, Ines G. **Catholic Orientalism. Portuguese Empire, Indian Knowledge (16th-18th Centuries)**. *Op. Cit.*, p. 45.

reino, a institucionalização da Mesa da Consciência parece simultaneamente lançar as bases para ascensão do dogmatismo religioso em Portugal e, subsequentemente, no Ultramar, a partir da própria corte real.<sup>758</sup> A coleção de souvenirs exóticos como as cartas orientais talvez passou a ser algo cada mais desaprovado e sujeito a suspeita, considerando sua origem entre infiéis.

Concomitantemente, verificam-se mudanças em outras esferas no sistema imperial português, como o processo dual de ‘monopolização’ e ‘privatização’ da Carreira da Índia que emerge por volta 1530, em que ao mesmo tempo a carreira da Índia passa a ser cada vez mais exclusivamente de navios da Coroa, ao mesmo tempo que passa a incluir negócios privados com uma proporção cada vez maior nesses mesmos navios.<sup>759</sup>

---

<sup>758</sup> MARCOCCI, Giuseppe. Consciência e império: política e teologia moral no mundo português da idade moderna. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**, v. 39.2, jul./dez, p. 329-352, 2019. p. 336

<sup>759</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay & THOMAZ, Luís Filipe F. R. Evolution of empire: The Portuguese in the Indian Ocean during the sixteenth century. In: TRACY, James D. **The political economy of merchant empires: State power and world trade, 1350-1750**. New York: Cambridge University Press, p. 298-331, 1991, p. 312.

## Capítulo 5 - Rearticulação do ecúmeno marítimo: fronteiras da Morada do Islã entre impérios

Há *grosso modo* dois extremos nas apreciações recorrentes sobre a expansão portuguesa: ou como um aspecto chave dos fenômenos da modernidade com um todo ou, ao contrário, como processo de impacto direto limitado para formação do sistema capitalista global, cuja verdadeira vanguarda foram seus sucessores do norte da Europa na Ásia, África e nas Américas.<sup>760</sup> Para autores como Robert Wolff, essas viagens podem não ter alterado o equilíbrio de poder entre produtores e consumidores na Eurásia, mas transformaram os termos e trajetórias para comércio.<sup>761</sup> Tal perspectiva parece mais consciente da novidade que representou a instauração de um império marítimo cobrindo a extensão do Oceano Índico, cujo o único precedente nessa escala parece ser as frotas do tesouro Ming que se retiraram da região após 1433.<sup>762</sup> Com sua projeção, o império português também foi o primeiro a operar um tráfico transoceânico de escravos no Oceano Índico, cujas dimensões ainda escapam a uma avaliação mais sistemática.<sup>763</sup> Ainda assim, não se deve centrar apenas nos portugueses como agentes de tais processos, sendo necessário abordar essa história de modo menos eurocêntrico, como se intenta nessa pesquisa, a partir das fontes nativas e àquelas negligenciadas nos próprios arquivos ocidentais.

A considerável hegemonia dos portugueses nos mares da Ásia não emergiu num vácuo, pois foi precedido por um acúmulo de experiências em navegação, combate e captura de navios. A chegada das armadas portuguesas em Calecute

---

<sup>760</sup> Nas palavras de Kooria: “O impacto da chegada dos portugueses nas águas do Oceano Índico tem sido analisado com conclusões variando entre a total ruptura de sistemas tradicionais de livre-comércio, até a continuação das estruturas fundacionais.” (*The impact of the Portuguese arrival in the Indian Ocean waters has been analysed with conclusions varying from the total breakup of traditional systems of free trade, to the continuation of foundational structure.*) KOORIA, Mahmood. **Tahrid Ahlil Iman**: An Indigenous Account against Early Modern European Interventions in the Indian Ocean World'. In: MAKHDOOM I, Zainuddin. *Tahrid Ahlil Iman Ala Jihadi Abdati Sulban*. MOHAMED, K. M. (trans.). Calicut: Other Books, p. 19-48, 2014, p. 24.

<sup>761</sup> WOLFF, Robert S. Da Gama's Blundering: Trade Encounters in Africa and Asia during the European 'Age of Discovery,' 1450-1520. *The History Teacher*, v. 31, n. 3, p. 297-318, 1998, p. 300.

<sup>762</sup> WINK, André. **The Making of the Indo-Islamic World**: c. 700–1800 CE. Cambridge University Press, 2020, p. 225.

<sup>763</sup> CHAKRABORTY, Titas. Slavery in the Indian Ocean World. In: PARGAS, D. A.; SCHIEL, J. (ed.). **The Palgrave Handbook of Global Slavery throughout History**. Cham: Palgrave Macmillan, pp. 339-357, 2023, p. 342.

enfrentou resistências inesperadas, marcando o encontro de uma prática política que combinava objetivos econômicos, políticos e estratégicos, semelhante à anteriormente adotada em contextos diferentes, fundindo experiências de origens diversas.<sup>764</sup> A abordagem que os portugueses aplicaram no Oceano Índico tinha por alicerce as normas e práticas de política marítima do Mediterrâneo e do Atlântico Norte, somadas ao adquirido durante o périplo africano. Ao focar-se especialmente na obtenção de especiarias, se confrontava com adversários muçulmanos, reiterando uma rivalidade que há muita se almejava neutralizar.

Os vínculos culturais de locais como Calecute e Jidá facilitava a transumância entre esses espaços através de comunidades diaspóricas de comerciantes e outros grupos sociais ligados à respectiva vida comunitária das mesmas. As rotas de navegação entre o Mar Vermelho e as orlas do Mar Árábico possuem a dupla função para as comunidades muçulmanas de facilitar tanto o comércio quanto a peregrinação. Enviava-se também doações de caridade dessas localidades para Meca, não somente antes da disrupção dos portugueses, mas em reação às mesmas. Havia também casas de hospitalidade para peregrinos construídas a partir do Malabar e com aval e proteção (apoio) dos governantes de lá, que eram hindus. A peregrinação islâmica (*hajj*) era também de interesse econômico para os governantes ao redor do Índico, embora alguns tivessem suas aspirações religiosas próprias.

Ante esse cenário, os agentes da Coroa portuguesa não receberam apenas instruções para navegar ao Oriente para importar especiarias, mas também gerir o comércio marítimo asiático. A eficácia das redes de espionagem portuguesas dependia da coleta de informações diretas, com agentes estabelecidos em locais estratégicos.<sup>765</sup> Peças fundamentais das redes eram os agentes estabelecidos de maneira mais ou menos permanente, definindo de acordo com sua presença o eixo por onde se desenvolveriam os informantes. Pelúcia considera que a estratégia do uso de cartazes e outras medidas de controle naval, incluindo a captura de embarcações, eram práticas familiares tanto para os portugueses quanto para os

---

<sup>764</sup> PELÚCIA, Alexandra. **Corsários e Piratas Portugueses**. Aventureiros nos mares da Ásia. A esfera dos livros. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, p. 39.

<sup>765</sup> COUTO, Dejanirah. L'espionnage portugais dans l'empire ottoman au XVI<sup>e</sup> siècle. In: **La Découverte, le Portugal et l'Europe**. Actes du Colloque. Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988, publiés sous la direction de Jean Aubin. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, centre culturel portugais, 1990, p. 255.

asiáticos.<sup>766</sup> Para a autora, esse método estava longe de ser inovador na região, era uma resposta a ataques ao sistema comercial estabelecido, culminando numa escalada de hostilidades provocada tanto pelas iniciativas portuguesas quanto pela reação de seus adversários.

Tal perspectiva acaba por subestimar as diferenças nas perspectivas locais sobre a violência naval e o direito à livre navegação, uniformizando práticas e estruturas políticas distintas. Na análise de Khalilieh, pode-se identificar com a chegada dos portugueses uma transferência de paradigmas de guerra e comércio no mar desenvolvidos no Mediterrâneo, tanto por cristãos, quanto por muçulmanos.<sup>767</sup> Anteriormente, a reivindicação de soberania limitava-se a zonas marítimas próximas ao litoral com o intuito de proteger suas fronteiras, garantir a navegação, cobrar impostos e proteger direitos de pesca.<sup>768</sup>

A expansão portuguesa no Oceano Índico e no Golfo Pérsico no início do século XVI reconfigurou as relações de poder entre as cidades-estado locais e as potências coloniais emergentes. A conjuntura que se produziu estimulou uma transformação no caráter das redes de *ḥuṭba* (sermão semanal) que serviam como meio de filiação a autoridades religiosas centrais do Islã e interesses mercantis, sem muitas implicações políticas além do aspecto simbólico. A crescente intervenção violenta dos portugueses provoca uma militarização dessas redes, gerando um enfoque inédito em apoio armado, comércio de armas e transferência de tecnologia através dessas redes de filiação manifestas no reconhecimento da autoridade desses soberanos distantes nos sermões de sexta-feira. Essa rearticulação serviu para contraposição a talassocracia portuguesa, pela qual se buscou restaurar e reorganizar as redes econômicas na região, com distintos graus de falha e sucesso, além de ensejar novos vínculos, como entre Achém e Istanbul.<sup>769</sup>

Contudo, não se pode inferir dessa distinção a inexistência de política marítima, para não falar de violência naval, antes de 1500. Havia espaço para

---

<sup>766</sup> *Ibidem*, p. 41.

<sup>767</sup> KHALILIEH, Hassan S. **Islamic Law of the Sea: Freedom of Navigation and Passage Rights in Islamic Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 4.

<sup>768</sup> *Ibidem*, pp. 217-218.

<sup>769</sup> LAMBOURN, Elizabeth. *Khutba and Muslim networks in the Indian Ocean (Part II) – Timurid and Ottoman engagements*. In: HALL, Kenneth R. (ed.). **The growth of non-Western cities: primary and secondary urban networking, c. 900-1900**. Plymouth: Lexington Books, p. 131-158, 2011, p. 153.

manifestações do poder sobre o mar além desse espectro normativo mais oficial.<sup>770</sup> Pouca atenção foi dada às reivindicações políticas e legais sobre o Oceano Índico pelas populações locais engajadas nessa atividade. A ausência dessa consideração acabava por levar o exercício da força coercitiva de marinheiros nativos a ser tratado apenas como pirataria, uma atividade privada e sem reivindicações políticas. Já a atividade naval europeia é entendida em termos de ações estatais, manifestação de desígnios imperiais, ainda que o emprego de certas práticas predatórias os fizessem indistinguíveis de piratas. Não obstante, há que se separar as normas marginais e hegemônicas vigentes sobre o Índico naquela época, sendo sem dúvida a lei islâmica a mais amplamente distribuída.

O cenário geopolítico no Mar da Arábia foi certamente chacoalhado pelo advento de um novo poder naval, despertando a preocupação de entidades políticas muçulmanas. O confronto entre mamelucos e portugueses repercutiu mesmo em Constantinopla, sinalizando o receio de que, se os portugueses dominassem o Oceano Índico, eles também poderiam ameaçar os santuários religiosos do Hejaz ao entrar no Mar Vermelho.<sup>771</sup> Aubin aponta como tal embate foi também precipitado por tribulações com tribos beduínas em Meca e Jidá, motivo pelo qual o sultão mameluco teria preparado a armada sob a liderança de Amīr Ḥusayn para reimpor a ordem e reforçar o controle sobre esse território. Em consonância, Peacock reitera a precedência ao apontar que a primeira menção dos portugueses na obra *Buluġ al-qirā* é após dois anos da intervenção mameluca no Mar Vermelho, em que afirma que ele recebeu uma ordem para enfrentar os francos no Índico.<sup>772</sup> Daí infere-se que a razão da armada seria a intervenção nos conflitos no Hejaz, mas que os próprios cronistas árabes posteriores confundiram, de tal sorte que a importância dos tumultos nessa região acaba por ser eclipsada por uma sobrestimativa da rivalidade luso-mameluca sobre as rotas de especiarias.<sup>773</sup> De fato, Al-Faraj confirma que o muro de

<sup>770</sup> PRANGE, Sebastian R. The Contested Sea: Regimes of Maritime Violence in the Pre-Modern Indian Ocean. *Journal of Early Modern History*, v. 17, n. 1, p. 9-33, 2013, p. 11.

<sup>771</sup> AUBIN, Jean. *Le Latin et l'Astrolabe: Études inédites sur le règne de D. Manuel, 1495-1521*. Tome III. Lisbonne/Paris: Centre Culturel Calouste Gulbekian, 2006, p. 473.

<sup>772</sup> IBN FAHD AL-MAKKĪ, 'Izz al-Dīn 'Abd al-'Aziz ibn al-Najm. *Bulūġ al-qirā fī ḡayl ithāf al-warā bi-ahbār Umm al-Qurā*. 4 vols. IBRAHIM, Salah al-Din ibn Khalil; ABU AL-KHUYUR, 'Abd al-Rahman ibn Husayn; AL-MAHLABDI, 'Alyan ibn 'Abd al-'Ali (ed.). Cairo: Dar al-Qahira, 2005. p. 1577; PEACOCK, Andrew. Jeddah and the India Trade in the Sixteenth Century: Arabian Contexts and Imperial Policy. In: CARTER, Robert. *Human Interaction with the Environment in the Red Sea*. Brill, pp. 290-322, 2017, p. 300.

<sup>773</sup> *Ibidem*, p. 321.

Jidá foi construído após o saque dos Banū Ibrahim.<sup>774</sup> Porém, é inegável que mesmo os relatos mais próximos aos eventos deram ampla significância a expedição devido a vitória inicial da colonização mameluco-guzerate sobre os francos nos arredores Chaul, celebrada como um triunfo contra os inimigos do Islã.<sup>775</sup>

De qualquer forma, o bloqueio português eventualmente afetou o comércio e a peregrinação por via marítima, de tal modo que veio ganhar destaque mais amplo que as conturbações no Hejaz durante o início do século XVI. Ainda que a crise no suprimento de especiarias tivesse suas causas principais nos distúrbios no Hejaz, a reação ordenada do Cairo deixa a entender que os portugueses representavam um risco verdadeiro.<sup>776</sup> Em resposta à ameaça portuguesa, os mamelucos enviaram uma frota de Suez em 1507 que chegou à Índia após intervir em Jidá. Sob o comando de Amīr Ḥusayn, a frota de 12 navios e 1500 homens inicialmente obteve uma vitória em Chaul contra os portugueses no ano de 1508. Entretanto, enfrentou uma derrota desastrosa em Diu no ano seguinte, onde foi praticamente destruída, abandonada pelos aliados do Guzerate que já haviam negociado uma retirada.

A partir de Meca, esses primeiros conflitos talvez não denunciasses uma ameaça, como se percebe na relativa constância do tom de 'Izz al-Dīn entre as conclusões da narrativa sobre essas batalhas. Quanto à vitória em Chaul (1508), certamente mais otimista, profere: “Pois Deus os faz alcançar seus destinos (*maqāsīdhum*) e concedeu sucesso de seus propósitos (*maqāsīdhum*), dando-lhes vitória (*yanṣarhum*) sobre seus inimigos ‘pela glória’ (*bi-jāh*) de nosso senhor Muḥammad.”<sup>777</sup> Sobre a derrota em Diu (1509), mantém-se ainda esperançoso: “Deus é o mais sábio [pois] Deus dá vitória aos muçulmanos e elimina os ‘inimigos da religião’ (*a’adā’ al-dīn*), tornando-os destruídos ao final de tudo (*ilā āḥar ḥīn*).”<sup>778</sup> É possível inferir pela mirabolante narrativa do jurista em Meca que se tratava de um desafio insuperável naquela condição, já faz parecer que Amīr Ḥusayn estava enfrentando forças sobre-humanas ao relatar um rumor de que os “os francos

<sup>774</sup> IBN FARAJ, ‘Abd Al-Qādir Ibn Aḥmad; SMITH, Gerald Rex; ‘UMAR ZAYLAĪ, Aḥmad. **Kitāb Al-Silāḥ Wa-al-‘uddah Fī Tārīkh Bandar Juddah. Bride of the Red Sea: A 10th/16th Century Account of Jeddah.** University of Durham, Centre for Middle Eastern and Islamic Studies, 1984, p. 24.

<sup>775</sup> IBN FAHD AL-MAKKĪ, ‘Izz al-Dīn ‘Abd al-‘Aziz ibn al-Najm. **Bulūḡ al-qirā fī ḡayl ithāf al-warā bi-aḥbār Umm al-Qurá.** *Op. Cit.*, pp. 1666-1667.

<sup>776</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. **The Portuguese Empire in Asia.** *Op. Cit.*, p. 71.

<sup>777</sup> IBN FAHD AL-MAKKĪ, ‘Izz al-Dīn ‘Abd al-‘Aziz ibn al-Najm. **Bulūḡ al-qirā fī ḡayl ithāf al-warā bi-aḥbār Umm al-Qurá.** *Op. Cit.*, p. 1637.

<sup>778</sup> *Ibidem*, p. 1668.

chegaram em dezoito navios envoltos de ferro de modo que os canhões não funcionam contra eles e retornavam aos muçulmanos.”<sup>779</sup>

Ao recontar esses mesmos eventos um século depois, mas geograficamente mais próximo, Ḥājjī al-Dabīr acrescenta uma alta dose de hipérbole aos eventos da batalha em Chaul, alegando que os muçulmanos mataram dez mil francos: três mil francos por Amīr Ḥusayn e sete mil pelo governador de Diu, Malik Ayaz.<sup>780</sup> Além do exagero, a discrepância entre as narrativas é ainda mais significativa pelo fato de ‘Izz al-Dīn afirmar que Malik Ayaz (escrito Iyās) não participou do confronto devido seus barcos serem muito pequenos.<sup>781</sup> Ao exagerar – ou mesmo inventar – a participação do governador de Diu na batalha de Chaul, o historiador do Guzerate talvez quisesse reservar as maiores glórias do primeiro embate com os portugueses ao sultanato muzafárida, ao invés de um almirante estrangeiro. Essas dissensões narrativas exprimem também as divisões que haviam entre os próprios muçulmanos que reiteravam solapavam os esforços de cooperação transoceânica contra a ameaça compartilhada que as transgressões dos portugueses representavam. Porém, a causa comum pela fé não eram os únicos dilemas enfrentados, menos ainda os únicos interesses em jogo, como a saga de Amīr Ḥusayn demonstra.

Após a aventura no Índico, Amīr Ḥusayn retorna ao Mar Vermelho e lança seu projeto de conquista do lēmen, voltando-se contra o sultanato tahrída. Al-Nahrwālī reconta como a introdução de armas de fogo e canhões pelos mamelucos chocou os iemenitas, que ainda não estariam familiarizados com o uso da pólvora em combate.<sup>782</sup> Teria sido estrondoso o efeito psicológico sobre a moral tanto das tropas quanto da população em geral. Até uma bola de canhão foi levada como prova para a capital dos tahrídas, Zabid, gerando fascínio e temor entre os habitantes que logo testemunhariam seu uso em combate. Amīr Ḥusayn toma a cidade em 922 H. (1516), arruinando seus residentes com toda extorsão a que os submete.<sup>783</sup> Em seguida, volta-se contra Áden, mas falha em capturá-la. Ainda, assim o cerco mameluco

<sup>779</sup> *Ibidem*, p. 1667.

<sup>780</sup> ULUGHĀNĪ, [Ḥājjī al-Dabīr] ‘Abd Allāh Muḥammad ibn ‘Umar Al-Makkī Al-Aṣafī. **An Arabic history of Gujarat**. *Op. Cit.*, p. 38.

<sup>781</sup> IBN FAHD AL-MAKKĪ, ‘Izz al-Dīn ‘Abd al-‘Aziz ibn al-Najm. **Bulūḡ al-qirā fī ḡayl ithāf al-warā bi-aḥbār Umm al-Qurá**. *Op. Cit.*, p. 1637.

<sup>782</sup> AL-NAHRAWĀLĪ, Quṭb Al-Dīn Muḥammad Ibn Aḥmad. **Al-Barq al-yamānī fī al-fath al-‘uṭmānī**. *Op. Cit.*, pp. 20-21.

<sup>783</sup> *Ibidem*, pp. 21-22.

debilita as defesas da cidade, que já havia enfrentando também a expedição de Albuquerque em 1513, a ponto de deixá-la particularmente vulnerável a uma nova investida de quaisquer que fossem os atacantes.

Chelhod compreende que o emir de Áden, Marjān, conscientemente optou por uma estratégia de conciliação, recebendo com hospitalidade a armada de Lopes Soares no ano seguinte (1517), o que fortuitamente revelou-se uma aposta bem-sucedida em deter uma conquista da cidade e em direcioná-los para um prêmio maior que era Jidá.<sup>784</sup> Lá estaria Amīr Ḥusayn, mas agora caído em desgraça perante os novos suseranos do Hejaz, os otomanos, que acabavam alistando outro comandante que havia servido os mamelucos junto a ele: Selman Reis. Talvez por defender Jidá da incursão portuguesa daquele, Selman não sofre o mesmo destino que Amīr Ḥusayn, executado de maneira desonrosa, arremassado em alto mar, onde teria sido devorado pela fauna marinha.<sup>785</sup>

Em meio a tudo isso, parece que os portugueses continuavam a implementar seu bloqueio naval do Mar Vermelho sem um rival à altura. Conforme registrado por comerciantes europeus, poucas especiarias teriam chegado ao Cairo em 1518 através de caravanas e nenhuma em Beirute em 1519.<sup>786</sup> Os portugueses proibiam até mesmo que seus aliados navegassem pela rota de peregrinação, muito menos que usassem portos sob controle português para tal. As estratégias elaboradas por mercadores para contornar as proibições serviram também aos peregrinos, sendo que por volta de meados do século XVI várias rotas alternativas e trajetos através de meios intra-asiáticos facilitaram a circulação tanto de mercadorias quanto de pessoas, entre as quais peregrinos, através do Oceano Índico.<sup>787</sup>

Özbaran vê grande eficiência no bloqueio português sobre o estreito de Bab el-Mandeb na esteira da conquista otomana do sultanato mameluco, baseando-se nos diários dos venezianos Sanudo e Friuli para sublinhar essa asserção, conforme

<sup>784</sup> CHELHOD, Joseph. Les Portugais au Yemen, d'après les sources arabes'. *Op. Cit.*, p. 8.

<sup>785</sup> AL-NAHRAWĀLĪ, Quṭb Al-Dīn Muḥammad Ibn Aḥmad. *Al-Barq al-yamānī fī al-faṭḥ al-'uṭmānī*. *Op. Cit.*, p. 27.

<sup>786</sup> ÖZBARAN, Salih. **The Ottoman Response to European Expansion**: Studies on Ottoman-Portuguese Relations in the Indian Ocean and Ottoman Administration in the Arab Lands during the Sixteenth Century. Istanbul: Isis, 1994, p. 93.

<sup>787</sup> KOORIA, Mahmood. "Killed the Pilgrims and Persecuted Them": Portuguese Estado da Índia's Encounters with the Hajj in the Sixteenth Century. In: RYAD, Umar. **The Hajj and Europe in the age of empire**. Brill, p. 14-46, 2017, pp. 21-22.

o estudo de Godinho.<sup>788</sup> As forças otomanas não seriam capazes de superar os portugueses no Oceano Índico naquele momento, e evitaram essas águas até finais da década de 1530, oficialmente. Selman Reis retirou ao Grão-Vizir o perigo que representava a predação portuguesa sobre as embarcações comerciais vindas da Índia. O contato com a terra do lendário Prestes João para desviar o tráfego de especiarias do Mar Vermelho, teria avisado a Ibrahim Paxá.

Entretanto, Peacock alega não haver menção alguma aos portugueses nos assuntos tributários em Jidá na primeira década do domínio otomano na documentação oficial, ainda que lide amiúde com questões renda de taxas portuárias.<sup>789</sup> Todavia, além de evidências do contrário averiguadas a seguir, o contraponto do autor também atenta para a limitação dos dados em outros casos, como a dependência de documentos de Alexandria para tratar das circulações do período mameluco, cujo comércio ia muito além das especiarias.<sup>790</sup> Analogamente, essas informações de Jidá também não seriam representativas de todo comércio do Mar Vermelho. Não obstante, pode-se inferir um impacto negativo da talassocracia portuguesa mesmo que apenas indiretamente, pois expedições enviadas para “enfrentar os francos” cometeriam abusos em sua passagem pelo porto de Jidá, com as tropas se revoltando e pilhando mercadores locais a ponto de a escassez de alimentos provocar fome entre a população citadina do Hejaz.<sup>791</sup>

Examinando os relatos regulares na obra de al-Jazīrī sobre a chegada, atraso ou não chegada de mercadorias indianas no mercado de Meca, junto a seus respectivos efeitos na flutuação de preços, Islahi contasta que a pirataria portuguesa de fato tolhia parte importante da economia do Hejaz, agindo como “o principal fator que afetava o abastecimento por meio da importação.”<sup>792</sup> Obviamente, havia outros fatores o suprimento de mercadorias através do comércio marítimo e o aumento de preços experienciado em Meca, altamente dependentes de importações por via naval. Um caso intrigante é exemplificado no relatado de piratas turcos (não-otomanos)

<sup>788</sup> ÖZBARAN, Salih. **The Ottoman Response to European Expansion**. *Op. Cit.*, p. 94.

<sup>789</sup> PEACOCK, Andrew. Jeddah and the India Trade in the Sixteenth Century. *Op. Cit.*, p. 312.

<sup>790</sup> *Ibidem*, pp. 312-313.

<sup>791</sup> Esse caso se refere aos atos cometido pela frota do almirante Selman Reis em 932 H. (1526) relatado por Al-Nahrawālī. *Ibidem*, p. 311; AL-NAHRAWĀLĪ, Quṭb Al-Dīn Muḥammad Ibn Aḥmad. **Al-Barq al-yamānī fī al-faṭḥ al-‘uṭmānī**. *Op. Cit.*, pp. 42-43.

<sup>792</sup> “The main reason that affected the supply through import was the existence of Portuguese piracy.” ISLAHI, Abdul Azim. **Muslim Economic Thinking and Institutions in the 10th AH/ 16th CE Century**. Jeddah: KAU Scientific Publishing Centre, 2009. p. 76.

operando no lêmén por volta do ano 925 H. (1519), cuja depredação sobre as frotas mercantis era particularmente grave por gerar inflação num período de seca.<sup>793</sup> Se um grupo aparentemente exíguo de salteadores poderia provocar tal impacto, é presumível que a talassocracia portuguesa tivesse um potencial significativamente maior para abalar através do curso naval, do sistema de cartazes e do desvio de rotas marítimas.

Como notam Alam e Subrahmanyam, os relatos de Jār Allah igualmente demonstram como os ataques portugueses geravam um forte impacto na economia transregional do Índico com preços de diversos aumentando expressivamente.<sup>794</sup> Na ocasião dos ataques portugueses do início da década de 1530 contra as redes ligadas ao Guzerate, relata-se que os preços de produto como o arroz chegaram a tal nível de escassez que quadruplicou seu valor em muitos lugares e que alguns produtos indianos chegaram a ficar sete vezes mais caro no Levante e arredores. Além da inflação, são relatados vários casos de comerciantes indianos ou rumo à Índia, que ou foram impedidos, ou sequer conseguiram realizar seus negócios.<sup>795</sup>

Com a presença otomana no Mar Vermelho e lêmén pairando como uma ameaça à autonomia de Áden, os portugueses se aproveitam da situação e enviam para lá uma esquadra em 1530.<sup>796</sup> A cidade debilitada pelo cerco recente, aceita um acordo com os portugueses, estipulando um controle sobre o tráfego de embarcações, por um lado, e uma garantia de segurança para os portos, por outro. Segundo, Bā Faqīh navios de Áden receberiam cartazes (*amān*), exceto para Diu e Goa (lit. *Jūja*).<sup>797</sup> Por prerrogativa do tratado, os portugueses iriam aquartelar uma pequena tropa na cidade e atracar seus navios na zona portuária. É relatado que esses soldados portugueses passaram a marchar junto aos muçulmanos nos desfiles cerimoniais de sexta-feira, com suas armas e seus adornos (ma' aslaḥim wa zīnatihim), prática inequivocadamente repreendida pelos juristas (al-fuqahā'), mas o

<sup>793</sup> IBN FAHD AL-MAKKĪ, Jār Allah ibn al-'Izz ibn al-Najm. **Kitāb Nayl al-muná bi-ḡayl Bulūḡ al-qirá li-takmila ithāf al-wará**: *Op. Cit.*, p. 193.

<sup>794</sup> ALAM, Muzaffar & SUBRAHMANYAM, Sanjay. A View from Mecca. *Op. Cit.*, p. 295.

<sup>795</sup> IBN FAHD AL-MAKKĪ, Jār Allah ibn al-'Izz ibn al-Najm. **Kitāb Nayl al-muná bi-ḡayl Bulūḡ al-qirá li-takmila ithāf al-wará**: *Op. Cit.*, pp. 554-555.

<sup>796</sup> CHELHOD, Joseph. Les Portugais au Yemen, d'après les sources arabes'. *Op. Cit.*, p. 11.

<sup>797</sup> BĀ FAQĪH, Muḥammad bin 'Umar al-Ṭayyib. **Tārīḥ al-Šiḥr wa aḥbār qarn al-'āšir**. *Op. Cit.*, pp. 194-195. Uma glosa na margem do manuscrito de Tarim consultado por Serjeant retifica *Jūja* como Goa (*Jūa*). SERJEANT, R. B. **The Portuguese off the South Arabian Coast**. *Op. Cit.*, p. 56.

emir de Áden não assentiu à queixa devido a seu medo dos otomanos (ḥawfhu min al-rūmī).<sup>798</sup>

Os desdobramentos da inserção portuguesa no contexto do Oceano Índico tiveram um alcance longínquo, ainda que variado substancialmente em grau e intensidade. Nota-se no risco que representou à continuidade rota comercial Índia-Alexandria durante o final do período mameluco, cuja verdadeira extensão é difícil de precisar.<sup>799</sup> Subrahmanyam analisa os méritos e limites das teses ainda muito debatidas sobre o verdadeiro impacto da abertura da rota do Cabo sobre as economias euro-asiáticas, definindo o dilema dessa aporia historiográfica numa ideia um “equilíbrio de ignorância” (*balance of ignorance*) entre o que o historiador contemporâneo pode compreender e aquilo que as fontes da época conscientemente apresentam em relação a seu tempo.<sup>800</sup> Afinal, observadores venezianos do período talvez exageraram na dimensão que deram aos primórdios da Carreira da Índia, mas talvez tivessem a disposição dados que hoje se perderam.

A percepção comum sugere que a supremacia portuguesa na importação de especiarias para a Europa durou apenas algumas décadas. Porém, esse argumento é fundamentado em bases estatísticas frágeis e foi contestado. Apenas nos anos em que os portugueses não atendiam à demanda europeia por especiarias. Os intrusos europeus foram um dos fatores, de uma série, que moldaram a realidade do Mar Árabe na primeira metade do século XVI. O estabelecimento do Estado da Índia em 1505 marcou o início da influência portuguesa no Mar Árabe propriamente, incluindo o Golfo Pérsico como uma extensão imediata.<sup>801</sup> Cambaia foi um epicentro particular dessa intervenção, numa mistura de tensões e concessões que envolveu do bloqueio marítimo a acordos, particularmente para exportação de têxteis, através do estabelecimento de tratados comerciais e políticos. O comércio de cavalos cresceu

<sup>798</sup> BĀ FAQĪH, Muḥammad bin ‘Umar al-Ṭayyib. *Tārīḥ al-Šiḥr wa aḥbār qarn al-‘āšir*. *Op. Cit.*, p. 195.

<sup>799</sup> FRANTZ-MURPHY, Gladys. Negotiating the Last Mamluk-Venetian Commercial Decree (922–3/1516–7): Commercial Liability from the Sixth/Twelfth to the Early Tenth/Sixteenth Century. In: BAUDEN, Frédéric; DEKKICHE, Malika (ed.). **Mamluk Cairo, a Crossroads for Embassies: Studies on Diplomacy and Diplomatics**. Leiden/Boston: Brill, p. 741-781, 2019, p. 741.

<sup>800</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Empires between Islam and Christianity, 1500-1800**. New York: SUNY Press, 2019, p. 54.

<sup>801</sup> Segundo os dados de um documento de 1525, 91% da frota naval portuguesa no Índico era empregada no Mar Árabe e Golfo Pérsico. SUBRAHMANYAM, Sanjay. **The Portuguese Empire in Asia: Op. Cit.** p. 326.

significativamente, refletindo as mudanças no mercado e as capacidades logísticas desenvolvidas pelos portugueses.

Apesar de não ser um mercado principal para cavalos, o Guzerate desempenhou um papel estratégico nas relações comerciais, especialmente em relação a Ormuz. Ainda assim, as relações com esse sultanato são as mais intensas e numerosas. É dali (dos portos de Cambay, Chaul e Dabhol) que se importa a Ormuz o mais essencial dos produtos do Oceano Índico: algodão e tecidos propriamente do Guzerate, além de toda espécie de mercadoria de alhures (como Decão e Malabar) através do intermédio guzerate. Apesar dos conflitos com Cambaia, repetidamente denunciados pelos reis e vizires de Ormuz como prejudicial ao comércio, o Guzerate permanecia um dos principais destinos para as mercadorias de Ormuz. Não deixou de ser custoso ao reino de Ormuz, como se percebe no tratado de 1523, em que o bloqueio das rotas guzerates permitiu ao reino a prescindir do pagamento dos 35 mil xerafins adicionais de suas páreas.<sup>802</sup>

O comércio com o Guzerate era indispensável não somente para as dependências de Portugal, como Ormuz, mas para o próprio Estado da Índia.<sup>803</sup> Fornecia produtos essenciais como o trigo e o salpetre, além de exportação de mercadorias que forneciam importantes produtos de valor para trocas pelo Oceano Índico, como tecidos de algodão. Era também um dos únicos mercados na Ásia para importação dos produtos vendidos pelos portugueses. Em resumo, nas palavras de Aubin, “a Índia portuguesa tinha tanta necessidade de negociar com Guzerate quanto o Guzerate tinha de em se entender com “os piratas francos” para escapar a asfixia, pelo menos parcial, de sua economia.”<sup>804</sup>

No Sultanato do Guzerate, uma característica marcante era a inconsistência na lealdade dos governantes subordinados ao trono central, levando a um cenário político desunido e suscetível a influências externas, como a dos portugueses.<sup>805</sup> Enquanto a maioria da nobreza guzerate resistia firmemente à presença portuguesa,

<sup>802</sup> AUBIN, Jean. **Le Latin et l’Astrolabe**: Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. *Op. Cit.*, p. 369.

<sup>803</sup> *Ibidem*, p. 247.

<sup>804</sup> “L’Inde portugaise n’avait pas moins besoin de commercer avec le Gujarat que le Gujarat n’avait besoin de s’entendre avec «les pirates Francs» pour échapper à l’asphyxie, au moins partielle, de son économie.” *Ibidem*.

<sup>805</sup> BASAK, Sohinee. Coastal Gujarat on the Eve of Portuguese Arrival. *Op. Cit.*, p. 103.

houve casos isolados de alianças com eles. A região costeira do Golfo de Cambaia foi um centro de intensa atividade comercial durante todo o século XV, alcançando proeminência em toda a bacia do Oceano Índico. Antes da chegada dos portugueses, os comerciantes do Guzerate desfrutavam de relativa liberdade em relação à interferência política. Os portugueses interromperam os padrões comerciais existentes no Oceano Índico, causando preocupação entre os nobres do Guzerate que dependiam dessas rotas comerciais estabelecidas. A pressão se agraria ainda mais com a ocupação portuguesa de Malaca em 1511, se estendendo para além do Mar Árábico, um dos principais empórios dos comerciantes guzerates no exterior.<sup>806</sup>

As respostas da elite local aos portugueses demonstram os interesses econômicos em jogo durante esse período de intensa mercantilização, considerando como essa nobreza resistiu ou se acomodou às tentativas portuguesas de estabelecer um monopólio comercial na região.<sup>807</sup> Alguns nobres se dedicaram ao comércio marítimo de longa distância e estabeleceram centros comerciais para proteger seus interesses. Mesmo pós a derrota de Diu em 1509, o governador dessa cidade, Malik Ayaz, ainda assim se manteve resistente às propostas de aliança com os portugueses, enquanto governador de Surrate, Malik Gopi, optou pela amizade para proteger seu comércio marítimo.<sup>808</sup>

Malik Ayaz tinha origem cristã russa, tendo sido capturado quiçá pelos tártaros da Criméia e vendido em Constantinopla por um mercador que o levou até o Guzerate, onde foi dado de presente ao sultão Maḥmūd Begara.<sup>809</sup> Lá, suas habilidades com arqueirismo o promoveram a um valioso soldado junto às forças do sultanato, por fim ascendendo ao cargo de governador de Diu. Ḥājjī al-Dabīr informa como aumentou cada ano a frota de navios de Diu para defender a costa do Guzerate desde Sind a Chaul, por onde perambulavam os francos, impedindo que suas naus deles adentrarem seus portos, exceto para o comércio (*ilā li-tijāra*).<sup>810</sup> Malik Ayaz teria por essas e outras medidas garantido a segurança do mar e preservado a justiça. Mesmo

<sup>806</sup> AUBIN, Jean. **Le Latin et l’Astrolabe**: Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. *Op. Cit.*, p. 222.

<sup>807</sup> MATHEW, K. S. Nobility in the Gujarat Sultanate and the Portuguese during the Sixteenth Century. *Op. Cit.*, p. 277.

<sup>808</sup> *Ibidem*, pp. 277-278.

<sup>809</sup> MALEKANDATHIL, Pius. **Maritime India**. *Op. Cit.*, p. 115.

<sup>810</sup> ULUGHĀNĪ, [Ḥājjī al-Dabīr] ‘Abd Allāh Muḥammad ibn ‘Umar Al-Makkī Al-Aṣafī. **An Arabic history of Gujarat**. *Op. Cit.*, pp. 116-117.

assim, os comerciantes do Guzerate, em grande parte, preferiam trabalhar dentro do sistema português para evitar conflitos e garantir a continuidade de suas operações comerciais, mesmo que isso significasse aceitar os cartazes portugueses e, conseqüentemente, reduzir seus lucros.<sup>811</sup>

O cenário político descoordenado da primeira metade do século XVI proporcionou condições favoráveis à instalação dos portugueses na costa oeste da Índia. A ausência de uma estratégia marítima eficaz da dinastia muzafárida beneficiou os portugueses, apesar da resistência significativa de governantes e agentes locais.<sup>812</sup> Alguns nobres, de origens humildes, ascenderam a posições de destaque no sultanato, aproveitando a oportunidade para expandir sua riqueza através do comércio marítimo de longa distância. Eles estabeleceram empresas comerciais nas cidades portuárias do Guzerate, estendendo suas atividades a diversos centros na Índia e no exterior. As ações de figuras-chave, como o governador de Diu, Malik Ayaz, e o de Surat, Malik Gopi, revelam como a resistência ao domínio português era motivada principalmente por interesses econômicos. Enquanto o primeiro tendeu a enfrentar diretamente os portugueses sempre que possível, o segundo optou pela negociação de modo a obter vantagem sobre a cidade rival.<sup>813</sup> A competição entre Ayaz e Gopi levou a uma fragmentação da pressão portuguesa sobre o Golfo de Cambaia, favorecendo o triunfo dos partidários de um acordo negociado ao modelo de imposição pela força característico do *modus operandi* de Afonso de Albuquerque.<sup>814</sup> Em contrapartida, os sultões do Guzerate se abstiveram de interferir diretamente, a menos que seus interesses específicos estivessem diretamente ameaçados.

A decisão de Bahādur Šāh de conceder aos portugueses permissão para construir um forte em Diu, sem compreender a importância estratégica dessa concessão, exemplifica a falta de conscientização do governo. Ḥājjī al-Dabīr, citando a crônica persa *Mir'āt-i Sikandarī*, descreve a tomada com um ardil dos francos, que utilizaram uma pele de boi como o espaço suficiente para se estabelecerem uma

<sup>811</sup> PEARSON, Michael N. *Cafilas and Cartazes*. *Op. Cit.*, 203.

<sup>812</sup> BASAK, Sohinee. *Coastal Gujarat on the Eve of Portuguese Arrival*. *Op. Cit.*, p. 104.

<sup>813</sup> MATHEW, K. S. *Nobility in the Gujarat Sultanate and the Portuguese during the Sixteenth Century*. *Op. Cit.*, pp. 278–279.

<sup>814</sup> AUBIN, Jean. **Le Latin et l'Astrolabe**: Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. *Op. Cit.*, p. 250.

feitoria em Diu, porém, enquanto Bahādur se retirou para repelir com os mogóis, destrincharam a pele de modo a formar um cordão que cobrisse uma área muito maior para ali construir um forte.<sup>815</sup> O historiador informa, porém, que o relato da pele de boi não é reiterado pelos mais antigos que estavam com o sultão em Diu e que a mesma história é relatada em relação a Ormuz.

A política sultão Bahādur afetou negativamente o comércio do Guzerate com outros reinos islâmicos. Inicialmente, seu avanço militar trouxe aquisições territoriais ao seu domínio, mas tal foi devastadoramente revertido pela resposta do sultão mogol Humayun. Ainda que movida pelo desespero do avanço mogol sob seus territórios, decisões como a aliança com os portugueses foram vistas como míopes e tiveram graves repercussões, especialmente quando os portugueses falharam em cumprir suas promessas de ajuda, levando Bahādur Šāh a construir uma frota para expulsá-los da costa do Guzerate, mas posteriormente a incendiar seus próprios navios diante das forças de Humayun.<sup>816</sup> Diante da ameaça mogol iminente, o sultão do Guzerate envia em um navio para o Hejaz seu principal vizir, Aşaf Ḥān, junto com a família real e seu tesouro.

Ḥājjī al-Dabīr relata ter conhecido pessoalmente em Ormuz, no ano de 981 H., (1573) o piloto (*mua'lim*) que conduziu o navio do vizir Aşaf Ḥān com a família e os tesouros de Bahādur Šāh para Jidá.<sup>817</sup> Esse piloto, chamado Ḥayūt al-Mahri, lhe contou que o sultão do Guzerate cedeu a ilha em troca de apoio dos portugueses contra as forças mongóis de Humayun, e que já começavam a fortificá-la, mas Bahadur fez vista grossa diante da situação mais urgente, apostando na providência divina.<sup>818</sup> A devastação trazida pelos mongóis ao Guzerate foi tal que muitos presumiram que seu sultão, Bahādur Šāh, estava condenado.<sup>819</sup> No entanto, rebeliões contra a guarnição mogol impediram Humayun de coletar impostos ou cooptar o governo. Rapidamente, o exército recuou para o norte, temendo que o chefe afegão Šer Šāh Šūrī, invadissem Delhi a partir de sua fortaleza em Bihar. Os mogóis

<sup>815</sup> ULUĠĤĤĀNĪ, [Ḥājjī al-Dabīr] 'Abd Allāh Mu.ḥammad ibn 'Umar Al-Makkī Al-Aşafī. **An Arabic history of Gujarat.** *Op. Cit.*, pp. 251-252.

<sup>816</sup> KUGLE, Scott. **Hajj to the heart: Sufi journeys across the Indian Ocean.** UNC Press Books, 2021, pp. 78-79.

<sup>817</sup> ULUĠĤĤĀNĪ, [Ḥājjī al-Dabīr] 'Abd Allāh Mu.ḥammad ibn 'Umar Al-Makkī Al-Aşafī. **An Arabic history of Gujarat.** *Op. Cit.*, p. 257.

<sup>818</sup> *Ibidem*, p. 258.

<sup>819</sup> KUGLE, 2021, p. 78.

abandonaram o Guzerate após saquear tudo que puderam. Contraintuitivamente, Bahādur Shah não só sobreviveu, mas conseguiu rapidamente recuperar a maior parte dos territórios que perdeu no decorrer dos anos seguintes.

A morte de Bahādur Šāh foi um evento catalisador desse embate com os francos portugueses, não só no Guzerate, mas pelo Mar Árábico. Numa alteração com forças navais portuguesas após um encontro mal sucedido entre as partes, o sultão se afoga no mar. Na descrição poética de Ḥājjī al-Dabīr, ele e outros mártires afundaram no mar para ascenderem ao paraíso.<sup>820</sup> O evento é registrado um cronograma (cuja soma das letras reflete o ano do incidente: 943 H.) que expressa a ironia o destino de Bahādur: “sultão na terra, mártir no mar.”<sup>821</sup> O tom é mais providencialista no relato de Zayn al-Dīn, que informa: “Então determinou Deus, glorificado e excelso, que ele [Bahādur] passasse às mãos dos francos, que o mataram e seu corpo jazeu no mar.”<sup>822</sup> Já o biógrafo Al-‘Aydarūs se limita a demonstrar a predestinação do martírio, cuja data (3 de Ramadã), estaria contida na frase árabe: “foi assassinado nosso sultão Bahādur” (*qatal sultānā Bahādur*), algo é igualmente reiterado por Ḥājjī al-Dabīr.<sup>823</sup> Bā Faqīh cita diretamente o trecho de Al-Nūr al-Sāfir, porém informa anteriormente que a data da morte talvez tenha sido no dia 4 de Ramadã.<sup>824</sup>

Pode-se extrair um duplo significado da morte do sultão Bahādur em confronto com os portugueses: como um evento simbólico nas relações euro-asiáticas tanto para os escritores contemporâneos quanto para os posteriores, quanto como um momento crucial na política regional, como o selo para o derradeiro declínio do sultanato muzafárida do Guzerate.<sup>825</sup> Abu’l Fazl, autor da celebrada história *Akbar Nāma* dedicada ao imperador mogol epônimo, registra um cronograma em persa, que

<sup>820</sup> ULUĠĤĀNĪ, [Ḥājjī al-Dabīr] ‘Abd Allāh Mu.ḥammad ibn ‘Umar Al-Makkī Al-Aṣafī. **An Arabic history of Gujarat.** *Op. Cit.*, p. 262.

<sup>821</sup> Uluġḥānī atribuiu esse cronograma a Iḥtyar Ḥān, possivelmente se tratando do antigo vizir de Bahādur com esse mesmo nome. *Ibidem*, p. 252.

<sup>822</sup> AL-MAḤDŪM AL-MALĪBĀRĪ, Zayn al-Dīn. *Tuhfa al-mujāhidīn fī ba’ad aḥwal al-purtukālyīn.* *Op. Cit.*, p. 59.

<sup>823</sup> AL-‘AYDARŪS, 2001, p. 283; ULUĠĤĀNĪ, [Ḥājjī al-Dabīr] ‘Abd Allāh Mu.ḥammad ibn ‘Umar Al-Makkī Al-Aṣafī. **An Arabic history of Gujarat.** *Op. Cit.*, p. 264.

<sup>824</sup> BĀ FAQĪH, Muḥammad bin ‘Omar Al-Ṭīb. **Tārīḥ al-Šīhr wa aḥbār qarn al-‘ašīr.** *Op. Cit.*, pp. 238-239.

<sup>825</sup> ALAM, Muzaffar & SUBRAHMANYAM, Sanjay. Letters from a Sinking Sultan. In: THOMAZ, Luís Filipe (ed.). **Aquém e além da Taprobana:** estudos luso-orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard. Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa, 2002. P. 242.

traduzido significa: francos, assassinados de Bahādur (*firangiyān Bahādur-Kush*). Numa versão ilustrada do manuscrito dessa obra, BL Or. 12988, a morte do sultão é registrada em uma elaborada miniatura no fólio 66r.

Em *Tārīḥ al-Šihr*, o ponto de discórdia entre as autoridades portuguesas e o sultão do Guzerate foi o envio de um navio com seu vizir e seus familiares para Jidá, não só violando o bloqueio português do Mar Vermelho, mas o acusando também de incitar os otomanos contra o Estado da Índia.<sup>826</sup> A resposta de Bahādur foi que pretendia realizar o dever sagrado da peregrinação (*ḥajj*), o que apenas seus familiares e seu vizir assentiram. O diálogo teria se passado no porto de Diu, após o qual o sultão retornou à galé de seu vizir, Ḥwājā Ṣafar, que havia usado para ali chegar, mas duas naus portuguesas teriam seguido em seu percalço, dando início às hostilidades. Na versão de Ḥājjī al-Dabīr, um oficial português impediu Bahādur de embarcar em sua galé, indignando o sultão, que sacou sua espada e o matou, mas ao retornar ao mar viu-se cercado por naus portuguesas que abriram fogo ao comando do vice-rei (*bizray*).<sup>827</sup>

No relato de ‘Abd Allah Bā Maḥrama, reproduzido por Bā Faqīh, o fim de Bahādur Šāh levou a grande desolação: “[viveu-se] o mais extremo descaso e perdição desde que ele se foi, nós ficamos desolados e desolaram-se os reinos.”<sup>828</sup> Jār Allah relata que navios foram proibidos de viajarem para o Guzerate a partir de Jidá, já que os francos haviam se apossado de Diu e assassinado seu sultão.<sup>829</sup> Houve mesmo repercussões diretas em Meca, onde haviam buscado refúgio sua família e seu vizir Aṣaf Ḥān, carregando enorme soma de riquezas:

No ano 943 (1537), ocorreu o falecimento do sultão Bahādur Ḥān bin Muẓaffar bin Maḥmūd Šāh al-Dāli al-Kujāratī [*lit.* o guzerate] pelas mãos dos francos desgraçados (*al-franj al-maḥdūlīn*) no terceiro dia do mês de Ramadā. Quando o governador de Jidá procurou Aṣaf Ḥān, vizir do falecido sultão, tratando com ele da finalidade dos rendimentos do sultão Bahādur Šāh. Foi disponibilizado um destacamento de [otomanos] rumes (*al-arwām*) para proteger a fortuna até que uma ordem do sultão Suleimā determinasse seu destino. Então o vizir disse a ele [o governador]: “Tome o dinheiro para si, conquanto que nenhum otomano se meta com os familiares do sultão Bahādur. O governador de Jidá se alegrou com isso e transportou aquilo em camelos para sua residência no palácio elevado no portão de Abrāo

<sup>826</sup> *Ibidem*.

<sup>827</sup> ULUGHĀNĪ, [Ḥājjī al-Dabīr] ‘Abd Allāh Muḥammad ibn ‘Umar Al-Makkī Al-Aṣafī. **An Arabic history of Gujarat**. *Op. Cit.*, pp. 261-262.

<sup>828</sup> BĀ FAQĪH, Muḥammad bin ‘Omar Al-Ṭīb. **Tārīḥ al-Šihr wa aḥbār qarn al-‘ašir**. *Op. Cit.*, p. 239.

<sup>829</sup> IBN FAHD AL-MAKKĪ, ‘Izz al-Dīn ‘Abd al-‘Aziz ibn al-Najm. *Bulūḡ al-qirā fī zayl lthāf al-warā bi-aḥbār Umm al-Qurā*. *Op. Cit.*, pp. 700-701.

(Ibrāhīm). O número de baús [do tesouro] era de cento e cinquenta. Disse o vizir: “Que possa ser dispensado, com a permissão de seu sultão [otomano], cem baús para seus dependentes [de Bahādur], o restante como presente para o sultanato (*al-handakār*) e tudo mais. É dito que havia em cada baú sete mil [peças de] ouro, totalizando um milhão e quatro mil.<sup>830</sup>

O domínio sobre Diu foi essencial para a implantação do sistema de cartazes na baía de Cambaia, incluindo assim uma das regiões de circulação comercial naval mais lucrativas de todo o Mar Árabe na zona de influência portuguesa, auferindo riquezas consideráveis.<sup>831</sup> O auge desse domínio naval também encetou rapidamente sua contestação a partir de 1538, com o avanço otomano sobre o Índico permitindo que novas rotas se estabelecessem e, com a captura otomana de Áden nesse ano, uma contestação mais assertiva a política de bloqueio do Mar Vermelho.

É comum acreditar que o domínio português na importação de especiarias para a Europa durou poucas décadas, especialmente com claras evidências de um ressurgimento do comércio de especiarias pelo Mediterrâneo no final do século XVI. Isso seria explicado pela inclinação portuguesa à coleta de impostos em detrimento do comércio. Porém, as bases estatísticas que sustentam essa afirmação são questionáveis, indicando que o Levante só oferecia uma alternativa nos anos em que os portugueses não atendiam plenamente a demanda europeia. Ainda assim, não se pode negligenciar o período em que houve algum impacto, considerando que de toda produção de pimenta do Malabar, os navios portugueses transportavam quase um terço da produção já em 1515, ainda que tenha reduzido a apenas 4% no final desse século.<sup>832</sup> Como Vasco da Gama havia fixado o preço da pimenta nos portos do Malabar como 2,5 ducados por quintal em 1503, assim permanecendo até 1624, mercadores muçulmanos acabavam por oferecer preços maiores por pimenta de maior qualidade, desse modo gerando uma inflação nos mercados de destino no Mediterrâneo, alçando 85 ducados em Veneza e 135 ducados no Cairo no ano de 1516, logo antes da ocupação otomana.<sup>833</sup>

<sup>830</sup> AL-JAZĪRĪ AL-HANBALĪ, ‘Abd al-Qādir b. Muḥammad. **al-Durar al-Farā'id al-Munazzama fī aḥbār al-ḥājj wa ṭarīq Makka al-Mu'azzama**. Beirute: Dar Al-Kutub Al-'Ilmiyya, 2002, p. 525.

<sup>831</sup> PEARSON, Michael N. Cartazes. **Proceedings of the Indian History Congress**, v. 30, p. 200-207, 1968, p. 202.

<sup>832</sup> KIENIEWICZ, Jan. The Portuguese factory and trade in Pepper in Malabar during the 16th century. **The Indian Economic & Social History Review**, v. 6, n. 1, p. 61-84, 1969, p. 63.

<sup>833</sup> MALEKANDATHIL, Pius. **Maritime India**. *Op. Cit.*, p. 159.

Não obstante, há de se ter em conta outros fatores e a própria orientação do comércio português no Índico, que apenas uma simples noção de decadência. A composição das mercadorias negociadas pelos portugueses também parece se alterar ao longo do século XVI, como as exportações a partir de Portugal, que começa a trazer mais metais preciosos para a Ásia.<sup>834</sup> Outras mercadorias passam a ter um espaço a mais nas cargas de retorno da Ásia, como acima de tudo têxteis ganhando um espaço cada vez maior ao fim do século XVI, além de outras mercadorias como canela e índigo. Há também outros produtos de muito mais alto valor para o espaço de carga, como seda, algodão e joias. Estudos evidenciam que, apesar da redução na quantidade de navios, a capacidade de carga das embarcações compensou essa diminuição, o que desafia a noção de que o comércio português pela rota do Cabo diminuiu consideravelmente após meados do século XVI.<sup>835</sup>

Todas as transformações, inclusive o declínio da participação portuguesa no comércio de especiarias, não foram exclusivamente resultado de uma dinâmica intraeuropeia. Tanto os otomanos, quanto os muçulmanos que clamaram por sua ajuda e com eles se aliaram, foram chaves para mudança que se manifesta a partir da década de 1540, com um retorno do fluxo das especiarias para o Mediterrâneo e sua eventual expansão a quantidades sem precedentes. Portanto, não foi uma mera “ineficiência” dos portugueses em realizar seu plano de controle e bloqueio, mas sim resistência e oposição ativa de atores, principalmente muçulmanos, pelo Oceano Índico. Inicialmente, esses eram sobretudo os mesmos que foram os mais afetados pelos portugueses, comerciantes locais, pequenos potentados e cidades portuárias semiautônomas.

A necessidade de escalada partiu de ambos os lados, de modo que se influenciaram mutuamente na configuração de um cenário distinto daquele anterior, encetando um espaço marítimo mais militarizados, com redes se rearticulando e menos circunscrito a interesses comerciais e intraconfessionais, mas também por necessidades armamentistas. Esta pesquisa sustenta essa hipótese na medida que as reiteradas exigências provocadas pela intromissão dos portugueses e as iniciativas

---

<sup>834</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay & THOMAZ, Luís Filipe F. R. Evolution of empire: The Portuguese in the Indian Ocean during the sixteenth century. *Op. Cit.*, pp. 308-309.

<sup>835</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay & THOMAZ, Luís Filipe F. R. Evolution of empire: The Portuguese in the Indian Ocean during the sixteenth century. *Op. Cit.*, p. 307.

locais de superá-las por parte de atores “marginais” no Mar Árabe. Portanto, nesse sentido os portugueses “trouxeram” de fato a política para o Índico, uma política naval, uma territorialização do alto mar que não era questão generalizada, que convergiam os interesses militares de várias partes contra o inimigo comum. A realidade não era apenas uma “imposição” dos portugueses, mas um processo mútuo, em que a reação e as estratégias locais, bem como imperiais (otomanos, safávidas e, posteriormente, mongóis) moldaram esse processo.

Como aponta Malekandathil, a retomada do comércio de especiarias nos anos 1540 foi possível graças ao esforço coletivo de muçulmanos do Malabar e pelos otomanos.<sup>836</sup> Explorar como isso se deu em cada caso, permite compreender tanto como o processo de mundialização é fruto de distintas interações, onde a expansão marítima de Portugal não foi meramente contestada, mas moldou a realidade das sociedades muçulmanas que agiram ativamente em resposta aos dilemas que a talassocracia portuguesa lhes trouxe. É o que será tratado, respectivamente, nos subcapítulos a seguir.

---

<sup>836</sup> MALEKANDATHIL, Pius. **Maritime India**. *Op. Cit.*, p. 116.

## Do ecumenismo ao jihadismo: a militarização do Islã das Monções



Mapa 12-Mapa da configuração político-religiosa da Índia e da presença portuguesa nas orlas do subcontinente durante a primeira metade do século XVI. Configuração político-religiosa. COUTO, Jorge (dir.). **Atlas de história de Portugal: uma perspectiva geopolítica**. Lisboa: Sociedade Francisco Manuel dos Santos, 2021, p. 125.

No decorrer do século XVI, a mesquita adquiriu um significado adicional que a tornou ainda mais central para a vida política das comunidades muçulmanas de Malabar. A mesquita tornou-se o principal emblema de sua luta contra os portugueses; essa luta deu origem a uma nova concepção de guerra religiosa. Esse conflito não foi causado primordialmente pela religião - estava acima de tudo enraizado na competição pelo comércio de pimenta -, mas seus atores deram significado a ele em termos do Islã. Essa nova compreensão da guerra religiosa que se desenvolveu na Costa do Malabar contrastava com as noções tradicionais do que constituía uma legítima *jihād*, mas posteriormente adquiriu força em outras partes do mundo muçulmano.<sup>837</sup>

<sup>837</sup> "In the course of the sixteenth century, the mosque acquired additional significance that rendered it even more central to the political life of Malabar's Muslim communities. The mosque became the key

O contexto sociopolítico da região do Malabar, na costa sudoeste da Índia, estava em plena mudança durante a incursão portuguesa no século XVI. A luta pelo controle do lucrativo comércio de especiarias, intercalada por alianças, traições e conflitos, desenhou uma dinâmica complexa, na qual as identidades e lealdades se transformavam rapidamente em resposta às ameaças e oportunidades emergentes. Em meio a essa instabilidade, a religião se tornou uma ferramenta poderosa de mobilização e resistência. O Islã, particularmente, serviu como uma força unificadora para os comerciantes muçulmanos malabares, que foram submetidos às políticas monopolistas e às vezes agressivas dos portugueses. A identidade muçulmana foi habilmente aproveitada pelos líderes Marakkar, que galvanizaram os mapilas e outros muçulmanos da região para resistir à hegemonia portuguesa. Durante as hostilidades com mercadores estrangeiros no Malabar, os portugueses evitaram inicialmente algumas das retaliações pela ajuda de mercadores Marakkar, que os suprimiram com alimentos e carregamentos de especiarias.<sup>838</sup> Até os mascates mapilas começaram a vender especiarias aos portugueses. A aproximação com os mapilas parece se originar com a iniciativa de Vasco da Gama em 1502 para fixar um preço para as especiarias compradas por intermédio deles em Cananor e Cochim. Houve reciprocidade da parte dos portugueses para com os muçulmanos malabares, dando-lhes permissão e salvo conduto (cartazes) para viajar até os portos da Arábia e do Mar Vermelho. Esses vínculos deram suporte a criação de redes comerciais privadas para outras regiões, como a Baía de Bengala e o Sudeste Asiático. Porém, essa situação não perdurou. O tratado de paz entre o novo Samorim, que ascendeu ao trono envenenando seu tio e antecessor, e o governador Afonso de Albuquerque em 1513 precipitaram o êxodo dos *paradesi*, os muçulmanos estrangeiros. Os beneficiários imediatos foram os Marakkar, ocupado o vazio deixado pelos *Paradesi* e para quem Albuquerque até mesmo tentou conferir privilégios especiais nos negócios com Portugal naquele mesmo ano.

---

emblem of their struggle against the Portuguese; this struggle then gave rise to a new conception of religious warfare. This conflict was not primarily caused by religion – it was above all rooted in competition over the pepper trade – but it was made meaningful by its actors in terms of Islam. This novel understanding of religious warfare that developed on the Malabar Coast stood in marked contrast to traditional notions of what constituted a legitimate *jihad*, but subsequently acquired currency in other parts of the Muslim world.” PRANGE, Sebastian R. **Monsoon Islam: Trade and faith on the medieval Malabar Coast**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 145.

<sup>838</sup> MALEKANDATHIL, Pius. From merchant capitalists to corsairs: the response of the Muslim merchants of Malabar to the Portuguese commercial expansion (1498-1600). **Proceedings of the Indian History Congress**, v. 64, p. 466-490, 2003, pp. 469-470.

Com o apoio do governante, o líder do grupo muçulmanos de comerciantes de Cananor, Mamale Marakkar, buscou oportunidades de negócio diante da nova situação e assegurar seu grupo de ameaças presentes e potenciais vindas de Portugal. Seu campo de operação se estendia por novas vias regionais até às Maldivas, precipitando o choque com os interesses portugueses.<sup>839</sup> Com 200 a 300 indivíduos na costa do Coromandel já em 1520, os casados portugueses já se habilitavam a ocupar o vácuo a ser deixado pelos Marakkar em operações comerciais marítimas, constringendo os mapilas que ainda a cooperavam com os portugueses a posição de pequenos mascates e vendedores locais.<sup>840</sup>

No início da terceira década do século XVI, o confronto eclodiu entre as partes, representando um caso de um fenômeno mais amplo de mudança da economia mundo e dos sistemas que regiam a velha e a nova ordem em formação. O curso naval emergiu como uma alternativa para persistir frente a essa mudança. Os comerciantes Marakkar foram alvo privilegiado dessa supressão da navegação muçulmana com abuso do sistema de cartazes para confiscar e destruir mercadorias de embarcações que teriam violado as ordenações da Coroa de Portugal sobre o mar ("contrabando") e o monopólio real português. Assim, muitos muçulmanos malabares voltaram-se à pirataria para compensar as perdas e combater as forças navais portuguesas. Foi nesse momento que Kunjali, do clã Marakkar de Cochim, se voltou definitivamente contra os portugueses, mudando sua residência para Calicute e seguido por seus parentes pouco depois. A predação direta não era a única forma de violência marítima e ação material. Frotas podiam patrulhar águas adjacentes aos territórios costeiros de uma cidade portuária para taxar, expropriar e direcionar navios mercantes para o próprio porto afim de forçar trocar, pagar encargos e/ou realizar alguma punição, como de ter por tempo indeterminado.<sup>841</sup>

Como o grupo mais hostilizado pela talassocracia portuguesa, os navegadores mapila acabaram por ser tratados como piratas e contrabandistas, mesmo quando

---

<sup>839</sup> *Ibidem*, p. 472

<sup>840</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay & THOMAZ, Luís Filipe F. R. Evolution of empire: The Portuguese in the Indian Ocean during the sixteenth century. In: TRACY, James D. **The political economy of merchant empires: State power and world trade, 1350-1750**. New York: Cambridge University Press, 1991, p. 324.

<sup>841</sup> PRANGE, Sebastian R. A trade of no dishonor: piracy, commerce, and community in the western Indian Ocean, twelfth to sixteenth century. **The American Historical Review**, v. 116, n. 5, p. 1269-1293, 2011, p. 1276.

meros mercadores.<sup>842</sup> Alguns, de fato, poderiam ser embarcações do Kunjali do Samorim, outros piratas propriamente, mas a diferença era pouco fundamental do ponto de vista português. A projeção de poder no ultramar não era inédita entre muçulmanos malabares, visto a influência dos Marakkar sobre as Maldivas. Todavia, com o acirramento das tensões com os portugueses, o líder desse clã em Cananor, Mām ‘Alī, busca consolidar sua posição e proteger sua comunidade das ameaças portuguesas, expandindo suas operações naquele arquipélago.<sup>843</sup>

A instrumentalização da religião no contexto da resistência contra os portugueses pode ser vista em duas frentes. Primeiramente, na unificação dos muçulmanos sob uma bandeira comum de resistência contra a dominação estrangeira e as políticas desvantajosas do comércio de especiarias. Em segundo lugar, na mobilização de apoio financeiro e militar de reinos islâmicos vizinhos, como o Império Otomano. Os otomanos, vendo uma oportunidade de enfraquecer a influência portuguesa na região e expandir sua própria influência, forneceram apoio tácito aos Marakkar em sua resistência contra os portugueses.

O contexto ideológico e a produção escrita contra os portugueses por um grupo influente de letrados ou ulemás (*‘ulamā*) não tinha precedentes, baseando-se em tradições clássicas islâmicas e textos medievais de jihad, invocando a rivalidade mais ampla de Cristandade e o ecúmeno do Islã, fosse no sentido de *umma* ou de *dār al-Islām*. Do século XVI, existem cinco monografias escritas por três ulemás do reino do Samorim. Estabeleceram paradigmas de jihad que seria seguido, apesar de não referido diretamente. Antes de iniciar sua narrativa do ataque português em Malabar, o autor de *Tuḥfa al-mujāhidīn* exorta os muçulmanos a resistir e lutar contra esses infiéis. Após breve recordação de como o Islã ali se difundiu pela graça divina (tema do segundo capítulo da obra), declara que a ingratidão dos muçulmanos para com essa benção trouxe sobre eles os perversos portugueses:

[Os muçulmanos] retrucaram a bênção de Deus por infidelidade, ofendendo e diminuindo [Ele]. Então Deus lhes fez o povo de Portugal dos francos, que Deus os disgrace (lit. abandone), que os [muçulmanos] oprimissem,

<sup>842</sup> PEARSON, Michael N. Cafilas and Cartazes. **Proceedings of the Indian History Congress**, v. 30, p. 200-207, 1968, p. 1275.

<sup>843</sup> MALEKANDATHIL, Pius. **Maritime India**. *Op. Cit.*, 472.

corrompesse e atacasse de maneiras inefáveis, das quais não é possível enumerar de tantos tipos de injustiça e a corrupção [...].<sup>844</sup>

A chegada dos portugueses na interpretação de Zayn al-Dīn confronta dialeticamente a causalidade moral com obrigação moral. O ‘pecado original’ é o próprio fracasso dos muçulmanos malabares em atenderem a bênção de Deus (*na’īma Allah*) sobre eles devido à impiedade (*kufrān*). A punição divina segue, não como mera penitência, mas sim uma pedagogia para as restaurações da justiça dos crentes através da luta fiel (*jihād*). Como manifestação dos planos divinos de Deus, a opressão e as aflições trazidas pelo franco sobre os muçulmanos em Malabar é, na visão providencialista dos desígnios divinos, uma necessidade histórica. A tragédia não é inevitável, mas uma consequência dos fracassos morais dos muçulmanos e continua por sua inação. A revelação é a chave para entender os deveres dos fiéis e decifrar o fatalismo dos planos inatingíveis de Deus. Assim, o mandamento de Deus é claro sobre os remédios contra a praga da infidelidade:

Então eu compilei esta coleção para incitar de Pessoas da Fé (ahl al-l’*mān*) contra os Adoradores da Cruz (*‘abda al-ṣulbān*), porque a luta fiel (*jihād*) é uma "obrigação individualmente imperativa" (*farḍ ‘ayin*) por sua intrusão no país dos Muçulmanos (*bilād al-muslimīn*). Eles [os francos] também capturaram números insondáveis deles [muçulmanos], mataram muitos deles, converteram uma multidão deles ao cristianismo (*al-naṣarānīa*), sequestraram mulheres muçulmanas infelizes forçando-as a dar à luz meninos cristãos que lutariam contra os muçulmanos e os humilharam<sup>845</sup>.

O propósito de Zayn al-Dīn é claramente declarado em relação ao dever máximo de luta fiel ou jihad (muitas vezes traduzido como “guerra santa”) contra os muitos crimes abundantemente exemplificados dos portugueses contra muçulmanos no Malabar. De acordo com este ideal, ele nomeia sua obra em homenagem a esses, narrando os eventos que ocorrem sob a opressão portuguesa, que servem de justificativa para a jihad e exemplo as ações que servem da mesma. Para situar em seu contexto a presença islâmica em seu país, reconta a história dos muçulmanos no Malabar e os costumes locais de não-muçulmanos locais com os quais conviviam em paz. Para eruditos como os da prestigiosa linhagem dos Maḥdūm, o confronto com os portugueses necessitava, do ponto de vista religioso, de uma metanarrativa que

<sup>844</sup> AL-MAḤDŪM AL-MALĪBĀRĪ, 1898, p. 4-5; RAS Arabic 28, p. 2-3; Wellcome Collection MS Arabic 726, fol. 2v.

<sup>845</sup> *Ibidem*, p. 5.

reconhecesse a história dos muçulmanos na região e unisse as identidades locais e híbridas com a comunidade islâmica (*umma*) num sentido mais amplo e global.<sup>846</sup>

Questões mais fundamentais estavam imbricadas nesse olhar sobre o que constituía a justa comunidade muçulmana, já que o confronto com os portugueses trazia para os muçulmanos do Malabar, tanto nativos como estrangeiros, um risco significativo para seu *modus vivendi* na região de duas formas: primeiramente, ameaçava seu papel de longo prazo no comércio de especiarias em Kerala e alhures; e, em segundo lugar, desafiava sua relação, seu *status* político, numa terra natal que já consideravam fronteira. Comparado à maneira vaga como condena a impiedade dos muçulmanos, que teriam merecido o flagelo divino que fora o advento dos “francos desgraçados”, Zayn al-Dīn repreende em termos muito mais assertivos a indiferença dos soberanos muçulmanos estrangeiros para com a opressão dos mapilas diante daqueles “adoradores da cruz”, afirmando que estavam mais a travar “a ‘guerra fratricida’ (*fitna*) entre sultões muçulmanos e seus emires.”<sup>847</sup>

A animosidade dos portugueses contra os muçulmanos afetou também a relação da comunidade islâmica com a população e os hindus, em particular, com os soberanos hindus que haviam criado parcerias econômicas com os portugueses.<sup>848</sup> Uma questão enviada do malabar para o eminente mufti xafiita baseado em Meca, Ibn Ḥajar al-Haytamī, expressa o crescente dilema para com aqueles soberanos não-muçulmanos em meio a uma conjuntura muito mais belicosa:

Em tempos como esse, [uma questão] sobre os infiéis (*kufār*) do Malabar que estão habituados a apoiar os muçulmanos e dão ‘permissão para [os muçulmanos] entrem eles’ (*ijazā’ aḥkām*) porque se estabeleceram nesses países sem que houvesse acordo [formal] ‘entre as duas confissões’ (*bīn al-ṭā’ifatayn*) e não diz se os muçulmanos são seus súditos (*ra’itahum*) enquanto habitam o país deles e se submetem ao dízimo (*al-’uṣūr*) e aos impostos (*al-ḡarāmāt*) – por caso eles [os não-muçulmanos] são ‘hostis’ (*ḥarbyūn*) ou é permitido tomar juro (*al-ribā*) dos ‘hostis’ e trapaceá-los nas medidas de tamanho e peso [no comércio] ou não?<sup>849</sup>

<sup>846</sup> AMER, Ayal. The rise of jihadist sentiments and the writing of history in sixteenth-century Kerala. *Op. Cit.*, p. 4.

<sup>847</sup> AL-MAḤDŪM AL-MALĪBĀRĪ, 1898, p. 4-5; RAS Arabic 28, p. 3; Wellcome Collection MS Arabic 726, fol.3r.

<sup>848</sup> AMER, Ayal. The rise of jihadist sentiments and the writing of history in sixteenth-century Kerala. *Op. Cit.*, p. 3.

<sup>849</sup> AL-HAYTAMĪ, Muḥammad Ibn Ḥajar. **Al-Fatāwā al-Kubrā al-Fiqhiyya**, vol. 4. Beirut: Dar al-Kutub al-’Ilmiyya, s.d., pp. 245-246.

A resposta de Ibn Ḥajar é assentada o cânone da jurisprudência islâmica clássica no binômio *ḥarbī* (“hostil”, “inimigo”) e *ḍimmī* (lit. “protegido”), ou seja, o não-muçulmano que aceita viver sob a égide do Islã. De sua perspectiva do centro da fé, em Meca, não leva em consideração a legitimidade de acordo informal de interesse mútuo de muçulmanos vivendo sob uma autoridade não-muçulmana, como de fato ocorria no Malabar até a chegada dos portugueses.<sup>850</sup> A resposta de juristas locais não será homogênea e certamente se valerá de algumas ambiguidades da doutrina xafiita, algumas mais próximas com que se correspondeu e teria sido pupilo. De qualquer forma, a pergunta em si evidencia fissuras nas relações inter-comunitárias e, sobretudo, com as autoridades hindus que mesmo que não se aliassem com os portugueses, não podiam assegurar a inviolabilidade dos locais sagrados dos mapilas, quando não assentiam.

O estatuto do Islã no Malabar era afrontado com a destruição dos marcos dessa presença, sendo que a mesquita se tornou um cerne emblemático da transgressão portuguesa, ajudando a despertar um novo sentimento de guerra religiosa, não por acaso foco reiterado de ataques portugueses com seu “terror profilático”.<sup>851</sup> Muitas mesquitas antigas, construídas antes do século XVI, foram assim destruídas em afronta à fé islâmica. Zayn al-Dīn narra com lamento a destruição de uma delas para construção do forte português em Chalé (Chaliyam), em 1531, além de outras mesquitas menores e a dessacralização de cemitérios islâmicos pelos ‘malditos’ (*al-mal’āin*) francos.<sup>852</sup> Isso não implicou uma reação unificada, nem uma coesão confessional imediata, sobretudo na medida que os portugueses discriminam os muçulmanos estrangeiros (“mouros de Meca”) dos nativos (“mouros da terra”), a estes cabendo o papel de substituir as funções daqueles julgadas como necessárias ao império português.<sup>853</sup> A prosperidade que os muçulmanos desfrutavam pouco antes da chegada das caravelas de Portugal era calcada no tráfego mercantil por dois por dois circuitos: “o comércio orientado para o Mar Vermelho dos muçulmanos

<sup>850</sup> PKM, Abdul Jaleel. Arab immigrants under Hindu kings in Malabar: Ethical pluralities of “naturalisation” in Islam. In: JUREIDINI, Ray; HASSAN, Said Fares (ed.). **Migration and Islamic Ethics: Issues of Residence, Naturalisation and Citizenship**. Leiden/Boston: Brill, p. 196-214, 2020, p. 207.

<sup>851</sup> PRANGE, Sebastian R. **Monsoon Islam: Trade and faith on the medieval Malabar Coast**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, pp. 138-139.

<sup>852</sup> AL-MAḤDŪM AL-MALĪBĀRĪ, 1898, p. 56-57; RAS Arabic 28, p. 55-56; Wellcome Collection MS Arabic 726, fol.33v-34r.

<sup>853</sup> PRANGE, Sebastian R. **Monsoon Islam**. *Op. Cit.*, p. 156.

paradesi e o comércio orientado para Coromandel dos muçulmanos Marakkar.”<sup>854</sup> O foco inicial dos portugueses no eixo entre a terra dos árabes, levando assim a “uma polarização crescente entre os dois grupos (os *māppiḷas* e os *paradeśis*) começou a ocorrer algumas décadas após a chegada das frotas portuguesas, juntamente com o aprofundamento das tensões comerciais e comunitárias.”<sup>855</sup>

Aqueles muçulmanos nativos que já possuíam negócios, como os Marakkar, viram no infortúnio dos muçulmanos estrangeiros uma oportunidade de expansão de seus negócios, enquanto aqueles que haviam ocupado nichos ancilares e menos lucrativos viram uma possibilidade de ascensão.<sup>856</sup> Os portugueses evitaram certas medidas retaliatórias como recompensa pela ajuda de mercadores Marakkar em abastacê-los com alimentos e carregamentos de especiarias, algo que até vendedores mapilas menores começaram a realizar também. Houve reciprocidade da parte dos portugueses para com os muçulmanos malabares, dando-lhes permissão e salvo conduto (cartazes) para viajar até os portos da Arábia e do Mar Vermelho. De qualquer modo, o entendimento mais “harmônico” dos muçulmanos locais com os portugueses se desfalece na segunda década do século XV, possivelmente em decorrência da expansão dos negócios para o sul em Couvão, onde a comunidade de cristãos de São Tomé ainda exercia uma predominância comercial.

Do ponto de vista de Prange, o conflito não era primariamente religioso e sim pela competição pelas rotas de comércio da pimenta, porém esse aspecto confessional ganhou uma maior dimensão pela adesão ao Islã pelos principais articuladores desse trato, não só do porto aos mercados estrangeiros, mas mesmo entre o interior e a costa.<sup>857</sup> Isso é talvez seja mais pertinente para o ponto de vista muçulmano, mas para os portugueses a confluência dos interesses comerciais (monopólio das especiarias pela Coroa de Portugal) com o espírito cruzadístico (até mesmo a um messianismo cristão) eram fatores equivalentes, um ou outro pesando

<sup>854</sup> “[...] “the Red sea-oriented trade of the paradesi Muslim and the Coromandel-oriented commerce of the Marakkar Muslims.” MALEKANDATHIL, Pius. From merchant capitalists to corsairs: the response of the Muslim merchants of Malabar to the Portuguese commercial expansion (1498-1600). **Proceedings of the Indian History Congress**, v. 64, p. 466-490, 2003, p. 469.

<sup>855</sup> “[...] an increasing polarisation between the two groups [*Māppiḷas* and the *Paradeśis*] started to take place within a few decades of the arrival of the Portuguese fleets, in tandem with the deepening of commercial and communal tensions.” AMER, Ayal. The rise of jihadist sentiments and the writing of history in sixteenth-century Kerala. *Op. Cit.*, p. 3.

<sup>856</sup> MALEKANDATHIL, Pius. From merchant capitalists to corsairs: the response of the Muslim merchants of Malabar to the Portuguese commercial expansion (1498-1600). *Op. Cit.*, pp. 468-469,

<sup>857</sup> PRANGE, Sebastian R. **Monsoon Islam**. *Op. Cit.*, p. 138.

mais alguns setores da administração portuguesa (como visto na fricção entre “militarismo” Afonso de Albuquerque em relação ao “mercantilismo” de Dom Francisco de Almeida). Dale compreende que a religiosidade militante entre os mapilas, expressos na obra histórica de Zayn al-Dīn, refletia a ferocidade do assalto português contra os muçulmanos, mais alarmante, independente da associação direta desses com o comércio.<sup>858</sup> Ao desafio ensejou reações que articulavam o Islã e os elementos sócio-culturais de Kerala.

A visão que se constituiu de jihad ganhou os contornos próprios desse meio e de sua conjuntura, muito peculiar ao Malabar e divergindo em aspectos essenciais de fórmulas tradicionais de alhures no “mundo muçulmano”. Expressões “jihadísticas” eram sedimentadas em elementos culturais locais, dialogando com tradições guerreiras dos naires, como as canções de reverência aos mártires (*Mappiḷa pāṭṭu* em malaiala), usualmente realizadas num tipo de festival chamado *nercha* ou *nercca*, palavra de origem dravídica, ou seja, nem islâmica (do árabe), nem brâmane (do sânscrito).<sup>859</sup> Os locais de performance dessas *nerchas* eram mesquitas e santuários dedicados a figuras religiosas (xeiques, santos, mártires), onde eram celebrados elementos da tradição mapila, comemorando a lenda de Cheraman Perumal, misturado com a história islâmica e hagiografia de sufis. Essa literatura é composta majoritariamente por canções de guerra (*paṭa pāṭṭu*). Na prática mais recente registrada por Dale e Menon, o ritual básico da *nercca* era uma apresentação de oferendas à tumba de um ancião (*pīr*), xeique (*šayḥ*) ou mártir (*šahīd*), pelos líderes dos ‘*ulamā*’ (estudiosos do Islã) entres os mapilas.<sup>860</sup> Talvez um primeiro testemunho de tal prática (ou de uma análoga) pode ser encontrado no relato de Afonso de Albuquerque em carta datado do ano de 1512. Numa rara demonstração de interesse pelas ramificações culturais dos conflitos com os “mouros”, o então governador do Estado da Índia entende as honras prestadas àquele mártir como uma “canonização como santo” de um muçulmano chamado Maymame, capitão da armada de Calecute, percido em batalha contra os cristãos portugueses.<sup>861</sup>

<sup>858</sup> DALE, Stephen F. *The Islamic Frontier in Southwest India Op. Cit.*, p. 44.

<sup>859</sup> PRANGE, Sebastian R. **Monsoon Islam**. *Op. Cit.*, pp. 152-153.

<sup>860</sup> DALE, Stephen F.; MENON, M. Gangadhara. “Nerccas”: saint-martyr worship among the Muslims of Kerala. **Bulletin of the school of Oriental and African studies**, v. 41, n. 3, p. 523-538, 1978, p. 525.

<sup>861</sup> Não está certo se Albuquerque se refere ao capitão ter sido honrado somente pelos muçulmanos de Chaul, onde morreu em combate, ou se haveria um santuário do mesmo também no Malabar:

Mais que essas manifestações locais de piedade religiosa, escritos como de Zayn al-Dīn ganharam maior projeção no subcontinente indiano e alhures. Todavia, o destaque dado a essa obra acabou por ofuscar outros importantes trabalhos em árabe produzidos nesse mesmo período, como o do próprio avô de Zayn al-Dīn, cujo trabalho mais famoso é um poema conclamando a jihad contra os portugueses. Esse poema de Abū Yahya Zayn al-Dīn bin ‘Alī foi intitulado *Taḥrīḍ Ahl al-’man ‘alá Jihād ‘Abda al-Ṣulbān*, escrito em 1515 e pode ser traduzido como “instigação aos fiéis para jihad (guerra sagrada ou esforço em nome da fé) contra os adoradores da Cruz”.<sup>862</sup> Mais antigo escrito local sobre a oposição dos mapilas e a exortação para jihad, a *Taḥrīḍ* respondia a intromissão portuguesa no Oceano Índico. A obra *Tahrid* é dividida em 173 pares de rimas e 15 seções, algumas com apenas três pares e outras com 25. As rimas têm sempre a finalização (*saj’a*) na letra tā marbuta, compondo um dos gêneros mais raros de literatura árabe, classificado como *al-thaiyaath al-marbutaath*, ou seja, poesias rimando em tā marbuta, que nesse estilo poético, *Taḥrīḍ* é provavelmente a primeira do gênero do subcontinente indiano.<sup>863</sup> Os mais comuns costuma ser *al-lamiyyath* (terminados na letra *lām*) ou *al-mimiyyath* (terminados na letra *mīn*). Embora não se refira a acontecimentos específicos desse momento inicial da penetração portuguesa no Malabar, a poesia expressa visões e sentimentos compartilhados (ou em diálogo) com a comunidade mapila mais ampla naquela conjuntura.<sup>864</sup>

O poema começa do modo tradicional com as homenagens a Deus e o profeta Muhammad, junto com preces entrelaçadas com relatos do sofrimento da comunidade muçulmana de Abū Yahya Zayn al-Dīn nas mãos dos “francos adoradores da cruz(es) e de imagens” (*ifranj ‘ubbad al-ṣwalib wa suwwara*), fórmula

---

“Chaul paga vos pareas e ssam homens muyto ssumjtidos em voso servjço, e debaixo d esta verade e bramadura ajudaram a desparatar voss armada e afavoreçeram os rumjs, e deram omrrada sepultura a Maymame, capitam de Calecut, que emtam aly morreu, que oj este dia em dia esta diamte dos nosos olhos, cassa muy bem obrada e muy fermosa, canunjzado por ssamto, porque morreo em guerra contra os cristãaos.” Carta de Affonso de Albuquerque a El-Rei D. Manuel. 1 de Abril de 1512. ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA (ed.). **Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas publicados por ordem do governo de sua majestade fidelissima ao celebrar-se a comemoração quadricentenaria do descobrimento da America**. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 232-261, 1892, p. 240.

<sup>862</sup> AMER, Ayal. The rise of jihadist sentiments and the writing of history in sixteenth-century Kerala. *Op. Cit.*, p. 3.

<sup>863</sup> KOORIA, Mahmood. *Tahrid Ahlil Iman: An Indigenous Account against Early Modern European Interventions in Indian Ocean World*. In: MAKHDOOM I, Zainuddin. **Tahrid Ahlil Iman Ala Jihadi Abdati Sulban**. MOHAMED, K. M. (trans.). Calicut: Other Books, pp. 19-48, 2014, p. 37.

<sup>864</sup> *Ibidem*, p. 45.

que se apresenta no título dessa obra que é referida de modo um pouco distinto na biografia do autor escrita por Al-Šillī como *Taḥrīḍ Ahl al-Īman ‘alā Jihād ‘Abda al-Aṣnān wa al-Ṣulbān* (“Exortação ao povo da fé a jihad (luta/esforço sagrado) contra os adoradores dos ídolos e da cruz), usando o termo mais literal em árabe para ídolos: *aṣnān*.<sup>865</sup> Al-Šillī, um iemenita, talvez não estivesse familiar com as sutilezas da terminologia quando usa o termo “ídolos” no título da obra antes mesmo de “cruz”, já que a poesia se volta especificamente contra os cristãos portugueses e não contra outros grupos que poderiam ser igualmente classificados como adoradores de ídolos, ou seja, hindus, incluso o próprio Samorim de Calecute, celebrado nos versos. Ao contrário desse “apreciador dos muçulmanos”, os “adoradores da cruz” são apresentados como perversos e desalmados, sem qualquer consideração pelo Islã, apenas hostilidade.<sup>866</sup> Numa curiosa alusão ao exílio do Velho Testamento e, possivelmente, às Cruzadas, Abū Yaḥya menciona os males que realizaram “os filhos de Jacó na Síria (*banī yaqūb bi-al-Šām*)”, “pelo pecado, opressão e cometendo atos ultrajantes”, mas que “depois se arrependeram e Deus os retornou seu país.”<sup>867</sup> Em especial, são descritas crueldades tais quais o incêndio de mesquitas e de cópias do alcorão, ataque a peregrinos realizando o Hajj e a coação de muçulmanos a se ajoelharem perante a Cruz.

Diferente de seu neto Zayn al-Dīn ibn ‘Abd al-‘Azīz, a biografia do autor do poema jihadista *Taḥrīḍ* e figura nos cronologias biográficas (sig. *ṭabaqa*; pl. *ṭabaqāt*) do século XVII, como na obra *Al-Sanā’ al-Bāhr bi-takmīl al-nūr al-sāfir* de al-Šillī, que registra “nesse [ano de 927 H. (1522)] numa noite de sexta-feira do mês de Ša’bān, faleceu Abū Yaḥya Zayn al-Dīn bin ‘Alī bin Aḥmad al-Ma’abarī al-Aṣl (“de origem”) al-Malībārī (“o malabare”), notável grande xeique (*al-šayḥ*) erudito (*al-‘alim*), um dos ‘ulemās famosos’ (*al-‘ulama’ al-mašhūrīn*) e dos ‘beatos íntegros’ (*al-awliyā’ al-ṣāliḥīn*).”<sup>868</sup> Informa também que ele nasceu e cresceu em Cochim numa quinta-feira,

<sup>865</sup> AL-ŠILLĪ AL-YAMANĪ, Al-Sayyid Muḥammad. *Al-Sanā’ al-Bāhr bi-takmīl al-nūr al-sāfir*. Maktaba Al-Irshad, 2004, p. 196.

<sup>866</sup> KOORIA, Mahmood. *Tahrid Ahlil Iman: An Indigenous Account against Early Modern European Interventions in Indian Ocean World*. In: MAKHDOOM I, Zainuddin. *Tahrid Ahlil Iman Ala Jihadi Abdati Sulban*. MOHAMED, K. M. (trans.). Calicut: Other Books, p. 19-48, 2014.

<sup>867</sup> Citação do trecho original do poema [pouco legível na cópia] seguido de tradução como “Indeed the children of Jacob have played mischief in Syria”, “By sin, oppression and committing shameful deeds” e “Then they repented and God returned them their country.” MOHAMED, K. M. A critical study of *Taḥrīḍ Ahl al-Īman ‘Alā Jihād ‘Abdat Al-Ṣulbān*. *Islamic Culture*. v. 64, n. 4, p. 121-130, October 1990, p. 127.

<sup>868</sup> AL-ŠILLĪ AL-YAMANĪ, Al-Sayyid Muḥammad. *Al-Sanā’ al-Bāhr bi-takmīl al-nūr al-sāfir*. Maktaba Al-Irshad, 2004, p. 194.

dia doze do mês de Ša'bān do ano 872 da Hégira (16 de março de 1468), mas que foi transferido para Ponnani quando seu tio, o juiz (*al-qāḍī*) Zayn al-Dīn bin Aḥmad al-Ma'abarī o confiou o 'cargo de juiz' (*quḍa*) nessa cidade.<sup>869</sup> É relatado também que ele se formou como um jurista da escola de jurisprudência xafiita, estudando com notáveis xeiques, cujos gentílicos indicam serem de regiões árabes como como lêmén (al-Yamanī) e Egito (al-Miṣrī). Abū Yaḥya foi proficiente no estudo, memorização e transmissão das tradições dos profetas de Muḥammad a Davi e compôs muitas poesias em estilo rebuscado (*tanāna*), entre as quais o referido poema (*qasīda*) *Taḥriḍ Ahl al-l'man 'alá Jihād 'Abda al-Aṣnān wa al-Ṣulbān*, que “escreveu quando adentrou o povo de Portugal – Deus os disgrace – no Malabar e ‘o tumultuaram’ (*taqallabū fihā*), devastaram (*ḥarabū*) e incineraram (*aḥrāqū*).”<sup>870</sup>

Como seu neto, Abū Yaḥya Zayn al-Dīn considera a jihad como um dever individual (*farḍ ayn*), ao contrário do que é considerado em boa parte da jurisprudência islâmica como um dever suficiente (*farḍ kifaya*), ou seja, é o bastante/ suficiente (*kifaya*) que uma parte da sociedade muçulmana (de um determinado território) o realize em nome de todos. Na *Tuḥfa*, Zayn al-Dīn (neto) usa o título da obra de seu avô (*Taḥriḍ Ahl al-l'man 'alá Jihād 'Abda al-Ṣulbān*, ou seja, “exortação do povo da crença para jihad [contra] os adoradores da cruz) para expressar o propósito de sua obra.<sup>871</sup> Entre os exemplos que traz para configurar o caso por legítima jihad contra os portugueses, está a tradição de que o “paraíso se encontra sob as sombras de espadas” (*al-janna taḥt ḡilāl al-suyūf*), registrada em sua coleção de passagens corânicas e ditos proféticos de seu avô.<sup>872</sup> Outra influência de Abū Yaḥya sobre seu neto está na alusão explícita ao Malabar como um território islâmico no qual a defesa através da jihad contra agressão não-muçulmana configuraria uma obrigação individual (*farḍ 'ayn*).

Mais que na *Tuḥfa*, a condenação exclamada na *Taḥriḍ* contra os “nossos soberanos” é difícil de precisar. No entendimento de Amer, os versos iniciais do

<sup>869</sup> *Ibidem*, pp. 194-195.

<sup>870</sup> *Ibidem*, pp. 195-196.

<sup>871</sup> AL-MAḤDŪM AL-MALĪBĀRĪ, 1898, p. 5; RAS Arabic 28, p. 3; Wellcome Collection MS Arabic 726, fol. 7r.

<sup>872</sup> A tradição (*ḥadīth*) encontra-se com sombra (*ḡill*) no singular na obra *Iršād al-'ibād* ('Promulgação dos servos [de Deus]'). AL-MA'ABARĪ AL-MALĪBĀRĪ, Zayn al-Dīn bin 'Abd al-'Azīz bin Zayn al-Dīn Ibn 'Alī. *Iršād al-'ibād ilá sabīl al-rašād*. Beirut: Dar al-Ma'arifa, 1939. p. 123; Na *Tuḥfa* está reproduzido na forma plural como 'sombras' (*ḡilāl*). AL-MAḤDŪM AL-MALĪBĀRĪ, 1898, p. 20; RAS Arabic 28, p. 19; Wellcome Collection MS Arabic 726, fol. 18r.

poema de Abū Yaḥya Zayn al-Dīn revelam que suas palavras se dirigem não a comunidade muçulmana de Kerala, mas aos soberanos muçulmanos nas regiões do mundo sob a égide do Islã (*dār al-isām*) e exortando-os a lutar contra os portugueses para deter sua invasão da “país de Deus” ou “terra de Deus” (território dos muçulmanos, em sua visão) ou, em árabe, *bilād Allah*. De acordo com o autor, a comunidade muçulmana do Malabar era parte da *umma* (comunidade religiosa) muçulmana mais abrangente.<sup>873</sup> Já Kooria compreende que essa qualificação genérica pode incluir todos os governantes da região que se aliaram aos portugueses contra o poderoso Samorin, tanto muçulmanos quanto não-muçulmanos.<sup>874</sup> Poderia, ao invés, referir-se de modo mais extenso apenas aos soberanos muçulmanos, incluindo não só os potentados muçulmanos do sul da Índia, como outros da Península Arábica em diante. Portanto, não haveria nesse poema uma distinção clara entre os domínios e os soberanos muçulmanos e infiéis.<sup>875</sup>

Os muçulmanos no Malabar estavam em constante contato com os sultanatos do Iêmen, Egito e Anatólia (*Rūm*, a terra central do império otomano), algo refletido em visitas diplomáticas e correspondências oficiais. O fato do poema *Taḥriḍ* (assim como outras obras posteriores) estar escrito em árabe indica que o autor gostaria que fosse acessível ao mundo do Oceano Índico mais amplo e que representasse a visão dos muçulmanos ali vivendo. É enfatizado que o Malabar pertence à “morada do Islã” (*dār al-Islām*) e que, por conseguinte, a jihad é um dever para todos os muçulmanos naquele momento crítico. Era assim dever de todo muçulmano lutar contra os invasores portugueses da “morada da comunidade de Aḥmad” (terreno da comunidade muçulmana), precludindo o escravo da autorização do seu senhor ou o filho do pai.<sup>876</sup> A ênfase é que o Malabar é parte da morada do Islã, independentemente da confissão religiosa de seu governante.

Como assinala Kooria, essa “identificação do Malabar como morada (*abode*) dos muçulmanos é muito surpreendente, já que o autor estava plenamente ciente de

<sup>873</sup> AMER, Ayal. The rise of jihadic sentiments and the writing of history in sixteenth-century Kerala. *Op. Cit.*, p. 7.

<sup>874</sup> KOORIA, Mahmood. An Abode of Islam under a Hindu King: Circuitous Imagination of Kingdoms among Muslims of Sixteenth-Century Malabar. *Journal of Indian Ocean World Studies*, McGill University, v. 1, n. 1, p. 89-109, 2017, p. 95.

<sup>875</sup> *Ibidem*, p. 94.

<sup>876</sup> *Ibidem*, p. 95.

que os Samorins hindus não-muçulmanos sentavam no trono.”<sup>877</sup> Fica evidente, desse modo, que *Tahriḍ* também é relevante não só como o mais antigo relato indígena sobre os portugueses no Malabar, mas como uma tradição particular dentre os escritos da época que tratam desse tema. Embora a língua malaiala já fosse utilizada como o principal idioma de comunicação oral pelos muçulmanos malabares mesmo de assuntos religiosos, não restam do século XVI escritos originais em malaiala sobre as intervenções portuguesas, sendo os existentes concentrados em temas espirituais, diferente das obras em árabe.<sup>878</sup> Prange identificou o que parecia ser um relato original malaiala do período baseado numa tradução inglesa do que pensava ser um texto perdido, mas Kooria localizou o manuscrito original e concluiu tratar-se apenas de uma tradução malaiala da *Tuḥfa*.<sup>879</sup>

O outro autor de escritos “jihadísticos” malabares foi Qāḍī Muḥammad Al-Kalikūṭī, juiz da comunidade muçulmana de Calecute como seu nome indica, que escreveu três obras de exortação a jihad no contexto da tentativa do Samorim retomar e demolir o forte português em Chaliyam (Chalé), em 1571: duas poesias e um sermão. O mais extenso dos escritos é a poesia (*qaṣīda*) intitulada *Fath al-mubīn lil-Sāmīrī alaḍī yuḥibb al-muslimīn* (‘Vitória manifesta do Samorim que ama os muçulmanos’), dedicada ao soberano hindu de Calecute em homenagem a seu triunfo contra os francos em Chalé, recontado nos versos da obra. Esse texto está incluído na mesma coletânea de manuscritos do preservada na Biblioteca Britânica, o mesmo que também uma versão da *Tuḥfa al-mujāhidīn* de Zayn al-Dīn.<sup>880</sup>

Do início ao fim da poesia, o Samorim é reiteradamente referido por al-Kalikūṭī como um “fiel-amigo dos muçulmanos” na luta (*jihād*) contra os francos (*al-franjī*), enquanto “referências explícitas às dicotomias dos terrenos islâmicos/não islâmicos ou [de seus] governantes são raras.”<sup>881</sup> Qāḍī Muḥammad se abstém nesse sermão

<sup>877</sup> “This identification of Malabar as an abode of Muslims is very striking, as the author was fully aware that non-Muslim Hindu Zamorins sat on the throne.” *Ibidem*, pp. 95-96. Indigenous Account against

<sup>878</sup> KOORIA, Mahmood. *Tahrid Ahlil Iman: An Indigenous Account against Early Modern European Interventions in Indian Ocean World*. In: MAKHDOOM I, Zainuddin. **Tahrid Ahlil Iman Ala Jihadi Abdati Sulban**. MOHAMED, K. M. (trans.). Calicut: Other Books, p. 19-48, 2014, p. 35.

<sup>879</sup> Ver: PRANGE, Sebastian R. The Pagan King replies: an Indian perspective on the Portuguese arrival in India. *Itinerario*, v. 41, n. 1, p. 151-173, 2017; e a contestação da tese de Prange em KOORIA, Mahmood. Does the Pagan King Reply? Malayalam Documents on the Portuguese Arrival in India. *Itinerario*, v. 43, n. 3, pp. 423-442, 2019.

<sup>880</sup> BL IO ISLAMIC 2807, fol. 152v-173r.

<sup>881</sup> “[...] explicit references to the dichotomies of Islamic/non-Islamic terrains or rulers are rare.” KOORIA, Mahmood. An Abode of Islam under a Hindu King. *Op. Cit.*, p. 97.

de termos como “morada do islã”, “terra de Deus” e “comunidade islâmica”, diferente de Zayn al-Dīn sênior e júnior, pois voltava-se mais a instigar os muçulmanos locais em proteger sua terra natal, ao invés de conclamar soberanos de um Islã transregional para a guerra sagrada ali.<sup>882</sup>

Autorizado como juiz islâmico (*qāḍī*) a legitimar seu soberano entre os fiéis, Al-Kalikūtī associa o Samorim aos outros líderes do Islã, tratando-o como sultão no contexto de atender os sermões de sexta-feira (*ḥutba*), enquanto em outros momentos usa termos como soberano (*mālik*), rei (*malik*) e senhor (*ṣāḥib*) para definir o soberano.<sup>883</sup> Outro momento em que utilizada o termo é quando relata os pedidos do Samorim por apoio dos mamelucos e otomanos. Ao mesmo tempo que trata os soberanos do Decão como apóstatas, considera os Samorins como legítimos soberanos para liderar a jihad contra os não-muçulmanos. Em seu diligente apoio a seu rei hindu, desafia assim a tradição na xaria de uma guerra por muçulmanos contra infiéis, ao dar legitimidade aos Samorins de guerrearem em nome da jihad. Portanto, na interpretação de Kooria, o poema épico é claramente uma apologia à soberania do governante de Calecute e “retrata os samorins hindus como iguais aos governantes muçulmanos legítimos, com autoridade para empreender a jihad contra os portugueses e seus aliados muçulmanos.”<sup>884</sup>

Apesar da glorificação de figuras tratadas nas fontes portuguesas como piratas e corsários, a *qaṣīda* de Al-Kalikūtī repreende veementemente a pirataria mesmo numa jihad contra infiéis, condenação aberta provavelmente relacionado a identificação do Malabar como inserido na morada do Islã (*dār al-Islām*).<sup>885</sup> Tal também pode-se dar em um contexto em que o curso atingia mais indistintamente a navegação tanto portuguesa quanto local (mesmo de correligionários muçulmanos) ou mesmo a disputa que passavam a exercer pelo poder político mesmo com as autoridades.<sup>886</sup> Além disso, a divergência de abordagem dessas questões entre os escritos indica haver dissensões internas na comunidade muçulmana no Malabar, ao

<sup>882</sup> AMER, Ayal. The rise of jihadic sentiments and the writing of history in sixteenth-century Kerala. *Op. Cit.*, p.12.

<sup>883</sup> KOORIA, Mahmood. An Abode of Islam under a Hindu King. *Op. Cit.*, p. 99.

<sup>884</sup> “The *Fath*, by contrast, portrays the Hindu Zamorins as equal to legitimate Muslim rulers, with authority to wage jihad against both the Portuguese and their Muslim allies.” *Ibidem*, p. 99-100

<sup>885</sup> *Ibidem*, pp. 97-98.

<sup>886</sup> SEBASTIAN R. PRANGE. A Trade of No Dishonor: Piracy, Commerce, and Community in the Western Indian Ocean, Twelfth to Sixteenth Century. *American Historical Review*, v. 116, n. 5, p. 1269-1293, December 2011, pp.1284-1285.

invés de apresentar um quadro relativamente homogêneo da mesma por Zayn al-Dīn (neto). Diferente do xeique de Ponnani, Qāḍī Muḥammad enfatiza os feitos dos malabares não-muçulmanos (hindus) e do Samorim, louvando-os sem hesitações, ao mesmo tempo que admoesta os soberanos muçulmanos de alhures por terem feito pouco a respeito da opressão portuguesa sobre os mapilas.<sup>887</sup> Seu nome seria aí invocado nos sermões de sexta-feira como um típico soberano muçulmano (outros relatos apontam como ele permitia que os muçulmanos dedicassem a autoridades estrangeiras, como o sultão otomano).

Outra obra jihadística atribuída a Qāḍī Muḥammad é o sermão de exortação a jihad (*Al-Ḥutba al-jihadiya*), suspostamente escrito para ser lido por imames durante o cerco do forte de Chaliyam em 1571 pelas forças combinadas de muçulmanos e do Samorim.<sup>888</sup> O texto é uma exortação direta à guerra sagrada contra os portugueses, cujos crimes contra o Islã são descritos no início, onde se listam as recompensas aos guerreiros da fé e do martírio. Além da exortação, a função de sermões de jihad era informar audiências sobre os detalhes e o resultado de uma batalha ou divulgar uma vitória como propaganda religiosa ou militar.<sup>889</sup> É intrigante o fato de Al-Kalikūtī não mencionar o Samorim nesse sermão de jihad, dado a legitimação de tal prática sua poesia dedicada a esse soberano hindu.<sup>890</sup> Tipicamente a atribuição de uma legítima liderança muçulmana, a obrigação de declarar e pregar a jihad recaia ao *qāḍī* (juiz islâmico) em tempos de crise ou vácuos de poder.<sup>891</sup> A *ḥuṭba* é um poderoso instrumento discursivo que agrega em si o “capital simbólico” acumulado do grupo que escolheu o orador (*ḥaṭīb*) e do qual ele é o representante autorizado.<sup>892</sup> Como juiz ele mesmo, talvez Qāḍī Muḥammad se considerasse a única autoridade para exercer essa dupla função, ainda que sob um rei hindu.

As críticas de Zayn al-Dīn à comunidade muçulmana local, que descreve sua história como estabelecida há séculos na região em harmonia com os soberanos não-

<sup>887</sup> *Ibidem*, p.18.

<sup>888</sup> AMER, Ayal. The rise of jihadic sentiments and the writing of history in sixteenth-century Kerala. *Op. Cit.*, pp. 11-12.

<sup>889</sup> JONES, Linda G. **The Power of oratory in the medieval Muslim world.** *Op. Cit.*, p. 148.

<sup>890</sup> Para tradução desse sermão em inglês, ver: KOORIA, Mahmood. *Khuṭbat al-Jihāiyya: A Sixteenth-Century Anti-Portuguese Sermon.* \_\_\_\_\_; PEARSON, Michael Naylor. *Malabar in the Indian Ocean: Cosmopolitanism in a Maritime Historical Region.* New Dehli: Oxford University Press, 2018.

<sup>891</sup> Jones identifica tal prática como recorrente no Ocidente islâmico, mas parece valer também para o caso do Malabar, onde a figura de um soberano propriamente muçulmano era ausente. *Ibidem*, p. 146.

<sup>892</sup> *Ibidem*, p. 51.

muçulmanos e a população “pagã”, sugerem que sua animosidade para com os pecados e desobediências da autoridade de Deus devia-se em parte a sua resignação com a condição de súditos de infiéis. Por isso, Deus os teria enviado aos portugueses, os francos (*ifranj*), para subjugá-los, punindo-os por sua insolência.<sup>893</sup> O fato desses muçulmanos permanecerem sob uma autoridade não-muçulmana pode ter sido um ponto fulcral na interpretação do autor da *Tuḥfa*, para o qual a impiedade da comunidade antecede a vinda dos portugueses, ou seria até mesmo sua causa, como sugere logo na introdução. Os desvios na profissão do Islã e na conduta conforme à revelação divina e a justa aplicação da xaria decorria, portanto, da ausência de uma autoridade islâmica que pudesse garantir a senda correta e ser um exemplo de piedade. Amer aponta para o problema da primeira tradução inglesa da frase árabe “*min zuwi al-saltana*” como “aquele que possui poder ou soberania” por Rowlandson, mas cujo sentido literal do termo *al-saltana* poderia ser simplesmente referido como “sultanato”, ou seja, a função de detentor da autoridade legítima conforme a tradição islâmica.<sup>894</sup>

A veemente condenação de Zayn al-Dīn, logo no início da *Tuḥfa*, à negligência de sultões estrangeiros em atender aos apelos dos muçulmanos malabares substancia essa interpretação e desse modo a dedicatória a ‘Ādil Šāh de Bijapur, sultanato muçulmano mais próximo do Malabar, como potencial sultão dos mapilas. Estaria implícita, assim, a incapacidade do Samorim de cumprir essa função, apesar do reconhecimento a seu papel na jihad contra os portugueses e sua apreciação pelos muçulmanos. Zayn al-Dīn descreve em uma passagem como muçulmanos roubavam as riquezas de outros muçulmanos, mas que não havia nada o que se podia fazer, já que a única maneira de garantir a bom comportamento islâmico era através de uma autoridade islâmica. Apelar aos governantes locais infiéis talvez de nada adiantasse, pois no mínimo buscariam uma parte da riqueza; nem admoestar os muçulmanos que se envolviam em tal prática, pois não haveria como garantir que fossem piedosos e tementes a Deus sem uma autoridade muçulmana local.

Apesar da preferência patente do autor por seus correligionários, o governante que mais frequentemente figura na narrativa (Aḥmad) Zayn al-Dīn é o Samorim, o

---

<sup>893</sup> AMER, Ayal. The rise of jihadic sentiments and the writing of history in sixteenth-century Kerala. *Op. Cit.*, p. 9.

<sup>894</sup> *Ibidem*, p. 10.

soberano hindu de Calecute. Como Mahmood Kooria analisou em comparação com outros escritos islâmicos anteriores e contemporâneos em Malabar, o governante “gentio” de Calecute é considerado uma autoridade justa por possuir as qualidades morais e políticas para governar sobre os muçulmanos ali, enquanto os outros governantes, como os rajás muçulmanos em Cananor, são retratados como corruptos e ilegítimos devido às suas alianças e acordos com os portugueses.<sup>895</sup> Apesar de não glorificar os Samorins como o sermão poética de seu avô e nas três obras (sermão, poesia e epopeia) de seu contemporâneo Qāḍī Muḥammad Al-Kalikūtī, a *Tuḥfa* não se opôs a eles o que não é contraditório com uma noção de casa do Islã sob esse soberano hindu.

Para Amer, a dedicação da obra-prima dos lutadores da fé’ ao sultão de Bijapur talvez se deva mais a deferência à tradição de evocar soberanos mais centrais nas franjas do Ecúmeno islâmico, que uma tentativa de forjar uma aliança anti-portuguesa com o dinastia ‘Ādil Šāh.<sup>896</sup> A tradição de nomear soberanos do Oriente Médio e Norte da Índia entre muçulmanos no Malabar advinha já do século XIII e conectava as comunidades sunitas tecnicamente fora do “território do Islã” (*dār al-Islām*) com entidades políticas propriamente inclusas dentro dessa categoria. A divergência também pode se dever ao modo como a animosidade dos portugueses contra os muçulmanos afetou também a relação da comunidade islâmica população e os hindus, em particular, com os soberanos hindus que haviam criado parcerias econômicas com os portugueses.

Amer e Kooria analisaram cada um o conjunto dessas obras, mas expõem interpretações levemente destoantes das divergências entre seus autores, mas não de todo incompatíveis. Amer vê diferenciação maior entre Qāḍī Muḥammad e ambos os Zayn al-Dīn (avô e neto), focando na relação com a umma (“comunidade universal”) muçulmana mais ampla com os soberanos hindus que haviam criado parcerias econômicas com os portugueses.<sup>897</sup> Já Kooria enfatiza a convergência da

---

<sup>895</sup> KOORIA, Mahmood. An Abode of Islam under a Hindu King. *Op. Cit.*, p. 92

<sup>896</sup> AMER, Ayal. The rise of jihadic sentiments and the writing of history in sixteenth-century Kerala. *Op. Cit.*, p. 20.

<sup>897</sup> *Ibidem*, p. 22

legitimidade islâmica do soberano hindu como comum tanto a Abū Yaḥya Zayn al-Dīn, quanto a Qāḍī Muḥammad, mas não para Zayn al-Dīn (neto).<sup>898</sup>

Para Zayn al-Dīn, calcado numa concepção mais tradicional na jurisprudência islâmica, a ausência de uma autoridade central tornou difícil a declaração legal de uma jihad. Reconhece que os guerreiros ‘esforçados na fé’ e o Samorim tentaram contornar esse problema, mas a maior dificuldade era organizar uma campanha eficaz contra a expansão imperial portuguesa. Não nega que a resistência localizada se tornou um obstáculo crucial para os portugueses, e a luta individual contra adversidades esmagadoras se tornou um ideal cultural entre as comunidades muçulmanas. Mas de acordo com a lei islâmica, sacrificar-se de maneira inútil era impróprio, embora Zayn al-Dīn não deixe de essas ações como exemplos de piedade. A jihad em autodefesa, contra agressão ou para defender muçulmanos oprimidos é mencionada como central à Tuḥfa. O *ethos* de martírio que se tornou influente entre os muçulmanos de Malabar, especialmente os mapilas, que realizavam ataques audaciosos, mesmo que suicidas, contra os portugueses, certamente não são fruto exclusivo do pensamento letrado, mas não deixaram de dialogar com o mesmo, como demonstra a própria reverência que esses religiosos eruditos desfrutavam na sociedade e nas formas populares de culto religioso.

### **Atrito inter-imperial do Mar Vermelho ao Golfo de Mannar: primórdios da contenda naval luso-otomana**

Durante a primeira metade do século XV, enquanto mercadores muçulmanos viajavam quase sem restrições de Marrocos ao Sudeste Asiático e os navegadores da China Ming faziam enormes expedições navais até Hormuz, Aden e Mombaça, os europeus ocidentais estavam majoritariamente limitados ao Norte Atlântico e ao Mediterrâneo. Embora o Tratado de Tordesilhas tivesse uma ambição global e conectasse o poder estatal ao comércio marítimo, quando foi assinado, nenhum país europeu, incluindo Portugal e Espanha, possuía territórios ou navios na Ásia ou no

---

<sup>898</sup> KOORIA, Mahmood. An Abode of Islam under a Hindu King. *Op. Cit.*, p. 103.

Novo Mundo. A expansão otomana compartilhou certas características com as explorações marítimas europeias.

Apesar de muitos verem o Império Otomano como um obstáculo e depois como vítima da exploração, é importante distinguir entre muçulmanos em geral e otomanos em específico. Enquanto os mercadores muçulmanos enfrentaram a agressão portuguesa, o Império Otomano tinha uma história diferente. Esse conflito transformou o Oceano Índico em um espaço de disputa inter-imperial. A chave central dessa disputa eram os estreitos do Mar da Arábia: Bab el-Mandeb, Estreito de Ormuz, Golfo de Cambaia e Golfo de Mannar. Não por coincidência, esses espaços tornaram-se na década de 1530 o campo para o choque direto entre portugueses e otomanos, o que Özbaran considera “sem dúvida um ponto muito significativo no processo histórico.”<sup>899</sup>

Casale argumenta que a expansão otomana compartilhou características com a exploração europeia. Eruditos, estadistas e comerciantes otomanos estavam principalmente focados no Mediterrâneo. Sendo assim, o Império Otomano teve pouco contato com o Oceano Índico antes do século XVI.<sup>900</sup> Há ainda, que ter em consideração que particulares das regiões centrais do que viria ser o Império otomano eram conhecidos por serem rumes (sig. *rūmī*, pl. *arwām*), termo para os (turcos) anatólios que provinham, em última instância de “romano” (bizantino). Marcam sua presença através do Índico, como evidenciado em diversos relatos e registros dos séculos anteriores. Quando finalmente estabeleceram presença nas bordas desse oceano, começaram a redefinir seus objetivos imperiais e a competição com os portugueses foi um provável catalisador das explorações otomanas.

Com a conquista das Síria e do Egito dos mamelucos, os otomanos se tornaram mais conscientes das vantagens do comércio das especiarias do Oriente. Isso os colocou em rota de coalização com os portugueses que há pouco haviam chegado para implementar um bloqueio da rota do Mar Vermelho. O Império Otomano desempenhou um papel significativo na criação de um novo sistema mundial integrado de estados imperiais concorrentes. Desafia a noção de que apenas os

---

<sup>899</sup> “The confrontation of the two empires in the Indian Ocean is without doubt a very significant point in the historical process [...]” ÖZBARAN, Salih. An Imperial Letter from Süleyman the Magnificent to Dom João III Concerning Proposals for an Ottoman-Portuguese Armistice. **Portuguese Studies**, v. 6, p. 24-31, 1990, p. 27.

<sup>900</sup> CASALE, Giancarlo. **The Ottoman age of exploration**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2010, p. 6-7.

impérios europeus se envolveram na política global, e vai ao contrário das evidências, diferente de estimular as grandes navegações ultramarinas, foram os próprios otomanos os estimulados.<sup>901</sup> Na visão de Özbaran, “não há dúvida de que a presença portuguesa no Oceano Índico acelerou a investida turca para o Sul.”<sup>902</sup>

Talvez mesmo na primeira década do século XVI, com a aquisição de vastas cargas de pimenta pelos portugueses, os principais perdedores no comércio com o Índico tenham sido os territórios otomanos, como sugere Malekandathil.<sup>903</sup> Como já visto anteriormente, havia outras razões no aumento do preço da pimenta já em 1500, conforme dados venezianos. Todavia, o apoio otomano às forças navais mamelucos podem ter também ter sido resultado desses fatores, quanto a percepção que poderiam receber de seus interlocutores venezianos da importância da nova rota do Cabo da Boa Esperança. O interesse do sultão otomano Selim (r. 1512-1520) pelas margens do Nilo pode ter sido motivado por essas flutuações no comércio de especiarias, com conhecimento geográfico otomano acerca do Oceano Índico e as relações comerciais na região se desenvolvendo concomitantemente.<sup>904</sup> O mapa de Piri Reis, datado de 1513, antes, demonstra um meticuloso trabalho de inteligência para se familiarizar com os “descobrimientos” portugueses.

Na avaliação de Alam e Subrahmanyam, as tensões internas da comunidade muçulmana sunita no Hejaz e nas áreas otomanas orientais fornecem a resposta a demora e as dificuldades dos otomanos para se contrapor mais diretamente a ambições portuguesas no Índico.<sup>905</sup> Essas percepções seguem ao rescaldo da conquista otomana. Cisões internas ao império otomano naturalmente surgiram, especialmente considerando que “a transição Mameluco-Otomana claramente não foi suave, mesmo em termos sectários, entre uma administração xafiita (os mamelucos) e uma hanafita (os otomanos).”<sup>906</sup> Acresce também outras tensões de caráter mais étnico, como a de árabes e turcos (otomanos), que chegavam a preferir mesmo

---

<sup>901</sup> CASALE, Giancarlo. **The Ottoman age of exploration**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2010, p. 9.

<sup>902</sup> “No doubt the presence of the Portuguese in the Indian Ocean accelerated the Turkish thrust to the south.” ÖZBARAN, Salih. **The Ottoman Response to European Expansion**. *Op. Cit.*, p. 25.

<sup>903</sup> MALEKANDATHIL, Pius. **Maritime India**. *Op. Cit.*, p. 112.

<sup>904</sup> CASALE, Giancarlo. **The Ottoman age of exploration**. *Op. Cit.*, p. 26.

<sup>905</sup> ALAM, Muzaffar & SUBRAHMANYAM, Sanjay. A View from Mecca. *Op. Cit.*, p. 317.

<sup>906</sup> “[...] the Mamluk-Ottoman transition was obviously not a smooth one, even on sectarian grounds, between a Shafi'i administration (the Mamluks) and a Hanafi one (the Ottomans).” *Ibidem*, p. 282.

persas ao de extração árabe em seu alto escalão. Tal conhecimento pode esclarecer os desafios em montar uma resistência sustentada às ambições portuguesas.

A perspectiva que ele oferece de Meca mostra ambivalência em relação ao crescente poder sunita daquela era, mesmo entre súditos sunitas do sultão otomano. Não havia um vínculo religioso direto unindo as comunidades mercantis muçulmanas sunitas do Oceano Índico. Essa falta de unidade persistiu mesmo ao enfrentar ameaças significativas dos portugueses. O contraste de portugueses e otomanos como duas questões em paralelo, todavia distintas, é expresso entre as últimas notícias da obra de 'Izz al- Dīn, quando relata que os portugueses em Zeila e na ilha Kamaran com a chegada de notícia do Egito sobre a vinda do 'senhor otomano' (*ṣāhib al-rūm*).<sup>907</sup>

O Hejaz não foi propriamente conquistado pelos otomanos, mas tomado por meio de um acordo com os xarifes, o que garantiu o *status quo* ante a autonomia xarifal.<sup>908</sup> O xarife de Meca enviou seu próprio filho para reconhecer o sultão otomano como o novo suserano e guardião dos dois santuários (Meca e Medina). Os otomanos puderam se valer dos protocolos já utilizados pelos mamelucos e se tornar os novos protetores dos dois santuários, como todas as funções e prestígios. A gestão otomana em Meca era conhecida por fornecer generosas mesadas a estudiosos e sufis, uma política adotada após 1517 para solidificar sua imagem como protetores das cidades sagradas, com muitos líderes religiosos se beneficiando economicamente desse sistema.<sup>909</sup> Mas Selim sequer utilizou sequer do título de guardião do santuário (*ḥadīm al-ḥaramayn*) nos vários documentos emitidos logo durante e imediatamente após a conquista dos territórios mamelucos, ainda menos a posição de califa a ele atribuída, que não parece ter sido uma aspiração de sua parte.<sup>910</sup> Mas a autoridade sobre o epicentro do Islã na Terra, Meca, levou à elevação do status do sultão otomano perante as comunidades muçulmanas do Oceano Índico.

<sup>907</sup> IBN FAHD AL-MAKKĪ, 'Izz al-Dīn 'Abd al-'Aziz ibn al-Najm. **Bulūḡ al-qirā fī ḡayl ithāf al-warā bi-aḥbār Umm al-Qurā**. *Op. Cit.*, p. 1979.

<sup>908</sup> BURAK, Guy. Between Istanbul and Gujarat: descriptions of Mecca in the sixteenth-century Indian Ocean. **Muqarnas Online**, v. 34, n. 1, p. 287-320, 2017, p. 290.

<sup>909</sup> KUGLE, Scott. **Hajj to the heart: Sufi journeys across the Indian Ocean**. UNC Press Books, 2021, p. 58.

<sup>910</sup> CASALE, Giancarlo. Tordesillas and the Ottoman caliphate: early modern frontiers and the Renaissance of an Ancient Islamic Institution. **Journal of early modern history**, v. 19, n. 6, pp. 485-511, 2015, p. 504.

Na perspectiva dos súditos otomanos na Península Arábica, a disputa com os francos era de duas frentes: uma mediterrânea e outra índica (incluindo o Mar Vermelho). Relatou-se que em 939 H. (1532-3), os fiéis do Hejaz clamavam pela vitória de seu senhor, o sultão otomano Suleimã, contra os francos desgraçados em Belgrado e como Meca ficou aliviada com as notícias de vitórias contra os mesmos no Iêmen.<sup>911</sup> Considerando a importância do patrocínio de Istambul a vida intelectual e religiosa no Hejaz, não surpreende que os intelectuais do Hejaz escrevessem poesias, tratados e crônicas onde o soberano otomano é laureado com diversos títulos honoríficos. É o caso de uma obra panegírica dedicada às construções otomanas em Meca, escrita pelo jurista Jār Allah Ibn Fahd.

Entre as inúmeras alcunhas conferidas no prefácio ao sultão otomano Suleimã, há uma relevância particular para as de “maior dos reis das terras, que viaja em seus domínios na melhor das rotas” (*a ẓam mulūk al-mamālik, al-sālik fī mamlakatihī aḥsan al-masālik*) e de “pacificador dos adorares da cruz” (*qāmi‘ ‘abada al-ṣulbān*) no que concerne o conflito com a talassocracia portuguesa do Mar Vermelho ao Índico oriental.<sup>912</sup> Mormente por coincidência, a primeira alcunha expressa quase contrapartida otomana das prerrogativas que Dom Manuel I reivindica ao se atribuir o título de “senhor de Guiné e da conquista, da navegação e comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia”. A segunda alcunha, embora contemplasse também as forças cristãs no Mediterrâneo, tem a particularidade de usar a mesma expressão, “adorares da cruz” (*‘abada al-ṣulbān*), que os Zayn al-Dīn do Malabar, avô e neto, invocam em tom vexatório contra os portugueses em suas respectivas obras jihadísticas, conforme examinado anteriormente.

Pode-se indentificar nesse entrelaçamento à tão longa distância desses elementos a um fenômeno que, de acordo com Casale, seria fruto de uma mudança radical de orientação política do ideal de umma muçulmana no Oceano Índico, cujo catalisador inicial teria sido Tratado de Tordesilhas.<sup>913</sup> Essa divisão do mundo entre as Coroas espanhola e portuguesa teria tido impacto subsequentemente, quando

<sup>911</sup> IBN FAHD AL-MAKKĪ, Jār Allah ibn al-‘Izz ibn al-Najm. **Kitāb Nayl al-muná bi-ḡayl Bulūḡ al-qirā li-takmila ithāf al-wará**: *Op. Cit.*, p. 552

<sup>912</sup> BURAK, Guy. Between Istanbul and Gujarat: descriptions of Mecca in the sixteenth-century Indian Ocean. *Op. Cit.*, pp. 299-300.

<sup>913</sup> CASALE, Giancarlo. Tordesillas and the Ottoman caliphate: early modern frontiers and the Renaissance of an Ancient Islamic Institution. *Op. Cit.*, p. 501.

tentativa de implementação dessa reivindicação na Ásia marítima após a conclusão da viagem de Vasco da Gama à Índia (1497-1499). O ideal manuelino de império compreendia mais uma suserania que soberania direta sobre desses vastos territórios, conforme analisado anteriormente no segundo capítulo dessa pesquisa. No que tange o reconhecimento como uma entidade superior suserana, a Coroa portuguesa operava, em alguma medida, de modo análogo aos califas abássidas a partir de Bagdá do século IX ao XIII, quando os domínios da dinastia eram limitados mais a própria capital e seu entorno, se tanto.

De maneira inédita, porém, a reivindicação de D. Manuel ia além do status nominal no alto da hierarquia dos governantes, mas privilégios de navegação e comércio. O controle sobre vastas redes marítimas trazia repercussões distintas que mesmo a soberania territorial. As repercussões do projeto manuelino aos muçulmanos no Índico envolviam diretamente rotas essenciais de ligação entre partes do mundo islâmico, e mais ainda, entre essas partes e o epicentro da fé no Hejaz.<sup>914</sup> Uma efetiva interposição na passagem do Mar Vermelho e ao Índico era uma ameaça para comunidades islâmicas e um desafio aos soberanos muçulmanos envolvidos. Os próprios agentes da monarquia portuguesa implementaram entusiasticamente suas versões da visão manuelina de império.

Uma das teorias desenvolvidas após a crise do fim do califado abássida em Bagdá foi a noção que um soberano legítimo poderia reivindicar o título de califa de facto sobre os territórios com justiça e implementando propriamente a traia. Consequentemente muitos sultões, – e outros soberanos utilizariam o título para si ocasionalmente.<sup>915</sup> A defesa do status de sultão otomana como califa ou seu equivalente é expresso em obras eruditas pelo século XVI, seja numa perspectiva sufi (Bidlisi já durante o reinado de Bayezid II) ou governamental (Lufti Paxá, vizir entre 1539-1541).<sup>916</sup> Assim, percebe-se como a reivindicação de autoridade universal pelo soberano otomano refletia posições de várias partes. Essa mudança na ideia de califado universal já se manifestava no século XVI com o sultão Selim após a

---

<sup>914</sup> *Ibidem*, p. 512.

<sup>915</sup> LAMBOURN, Elizabeth. Khutba and Muslim networks in the Indian Ocean (Part II) – Timurid and Ottoman engagements. *Op. Cit.*, p. 148.

<sup>916</sup> YILMAZ, Hüseyin. Kingship and Legitimacy in the Sixteenth Century Ottoman Empire. In: KHAFIPOUR, Hani (Ed.). **The empires of the Near East and India**: source studies of the Safavid, Ottoman, and Mughal literate communities. New York: Columbia University Press, 2018. pp. 195-196.

conquista do Egito, quando é reconhecido pelo xarife de Meca e pelo governador de Diu, Malik Ayaz, que o endereça o soberano otomano como “califa da terra”.<sup>917</sup> Embora as redes de sermão anteriores ao século XVI estivessem ligadas mais às rotas de comércio, esses mesmos trajetos eram a via principal para peregrinação no Oceano Índico, algo ameaçado pela talassocracia à portuguesa e, também, diretamente potentes litorâneos e insulares que violavam seu monopólio e competiam pelo controle do comércio de especiarias.

A conjuntura que se apresentava no Índico ocidental era de um poder infiel externo se introduzindo numa esfera muçulmana, as portas de regiões sagradas, como o Mar Vermelho, também chamado Mar de Hejaz, espaço sujeito a regras distintas de qualquer outro espaço marítimo de acordo com a jurisprudência tradicional islâmica.<sup>918</sup> Não era o guerreiro militante da fé que expandia os territórios islâmicos, mas contra uma possível ameaça até ao Nobre Santuário e que já violava a peregrinação e atacava indiscriminadamente peregrinos. Apenas durante as cruzadas houve alguma iniciativa, mas que nunca havia chegado tão próximo, sendo que os otomanos logo ao alcançarem o porto central de Meca, Jidá, se deparam com uma frota portuguesa. Um documento otomano de 1525 ilustra meticulosamente o estado e a configuração das embarcações e equipamentos militares estacionados ali.<sup>919</sup> Esse registro é uma representação meticulosa das armas e navios, que foram meticulosamente preparados em Jidá com o propósito explícito de enfrentar as forças portuguesas, que eram então vistas como adversárias.

A ameaça às rotas de peregrinação, violando o cumprimento de um dever sagrado dos muçulmanos, foi um ponto sensível conforme demonstram os relatos históricos árabes do período. Diante desses fatores, Faroqhi sugere que a abordagem otomana à peregrinação foi pragmática, refletindo uma continuidade das práticas mamelucas. Isso indica que a política otomana foi moldada tanto pela tradição quanto pela necessidade.<sup>920</sup> Como os portugueses, estabeleceram uma série de acordos e licenças para navegação, que muitas vezes dependiam de trocas complexas, isso

<sup>917</sup> CASALE, Giancarlo. Tordesillas and the Ottoman caliphate: early modern frontiers and the Renaissance of an Ancient Islamic Institution. *Op. Cit.*, pp. 504-505.

<sup>918</sup> KHALILIEH, Hassan S. **Islamic Law of the Sea: Freedom of Navigation and Passage Rights in Islamic Thought.** *Op. Cit.*, p. 200.

<sup>919</sup> LESURE, Michel. Un document ottoman de 1525 sur l'Inde portugaise et les pays de la Mer Rouge. **Mare Luso-Indicum**, Paris, Société d'histoire de l'Orient. v. 3, p.137-160, 1976, p.151.

<sup>920</sup> FAROQHI, Suraiya. **Pilgrims and Sultans.** *Op. Cit.*, p. 52.

significava que o pragmatismo poderia ser melhor alternativa que o confronto direto. Por exemplo, a concessão de licenças de navegação poderia ser trocada por remessas de arroz para os assentamentos portugueses no Estado da Índia.<sup>921</sup> Este pragmatismo também é evidente na interação dos portugueses com muçulmanos em outras partes da Ásia. Mesmo com a hostilidade do Estado da Índia em relação aos muçulmanos, a migração de estudiosos e comerciantes árabes para o sudeste da Ásia continuou, muitas vezes com muçulmanos se apresentando como comerciantes em Malaca sob controle português.<sup>922</sup>

O almirante otomano Selman Reis, o mesmo que impede a expedição de Lopo Soares de adentrar a enseada de Jidá, desempenhou um papel crucial ao impedir os portugueses de acessar o Mar Vermelho e, por extensão, os territórios sagrados dos dois santuários.<sup>923</sup> Em um relatório escrito em 1525, ilustra meticulosamente o estado e a configuração das embarcações e equipamentos militares estacionados em Jidá, cujo propósito serviria para enfrentar os portugueses.<sup>924</sup> O relato é enfático em asseverar que com aqueles recursos, além de suprimentos necessários listados, seria possível caputerrare manter todas fortalezas e portos das mãos dos infiéis.<sup>925</sup> Concluindo que a presença portuguesa se resumia a um contingente militar de dois mil homens dispersos em em vários enclaves e impossibilitados por isso de formar uma frente única, o almirante demonstra confiança em poder desbaratar os malditos infiéis por toda costa da Índia até Sumatra.<sup>926</sup>

Todavia, no início do século XVI, é difícil imaginar que fosse factível extirpar do Oceano Índico a presença portuguesa, com uma das marinhas mais poderosas do período e com suficiente pungência para ter impactado nas rendas extraídas pelo comércio marítimo do sultanato mameluco de modo significativo, contribuindo para seu enfraquecimento perante os otomanos.<sup>927</sup> O cenário também era tumultado em 1525.<sup>928</sup> O Egito estava em estado de efescência, para o qual o novo governado,

---

<sup>921</sup> *Ibidem*, p. 159.

<sup>922</sup> *Ibidem*, p. 160.

<sup>923</sup> BURAK, Guy. Between Istanbul and Gujarat: descriptions of Mecca in the sixteenth-century Indian Ocean. *Op. Cit.*, p. 308.

<sup>924</sup> LESURE, Michel. Un document ottoman de 1525 sur l'Inde portugaise et les pays de la Mer Rouge. *Op Cit.*, p. 151.

<sup>925</sup> *Ibidem*, p. 154.

<sup>926</sup> *Ibidem*, p. 156.

<sup>927</sup> ÖZBARAN, Salih. **The Ottoman Response to European Expansion.** *Op. Cit.*, p. 93.

<sup>928</sup> LESURE, Michel. Un document ottoman de 1525 sur l'Inde portugaise et les pays de la Mer Rouge. *Op Cit.*, p. 138.

Ibrahim Paxá havia sido encarregado por em cheque. O Iêmen estava em estado de desordem após a queda da dinastia tahrída. Além das tensões internas, havia conflitos e disputas de poder entre as lideranças otomanas na região. Foi também o ano da expedição de Mar Vermelho de Antônio Miranda, que obteve muitas presas do saque de embarcações e povoações.

O espaço do Mar Vermelho de algum modo configurava o espaço fronteiro com os quais os otomanos tinham uma longa tradição, até mesmo em sua formação através da *ġazā* ('guerra de razia') contra os inimigos da fé.<sup>929</sup> Ao mesmo tempo, o espaço do estreito de Bab el-Mandeb e a talassocracia portuguesa no Índico representava uma configuração significativamente distinta dos Balcãs e do Mar Egeu. No velho contexto, o *ġāzī* representava a forma "institucionalizada e transcendentalizada" da razão de ser do sultanato otomano, que concretizava a jihad na expansão da fronteira móvel.<sup>930</sup> A fronteira otomana poderia ser um refúgio para movimentos milenaristas e messiânicos.<sup>931</sup> Garantir a segurança da peregrinação aos locais sagrados poderia trazer a fidelidade de muçulmanos por toda Ásia marítima. Os primeiros documentos inequívocos expressando esse reconhecimento mútuo entre sultanato e muçulmanos no Índico são da segunda metade do século XVI. Mas, os primeiros indícios surgem paulatinamente ao fim do reinado de Selim e o início de seu sucessor, Suleimã.

O posto do sultão otomano acabou por ser reconhecido como de líder supremo do mundo muçulmano sunita. Era reconhecido na Ásia marítima por sua projeção imperial, na qual a técnica de construção naval e artilharia otomana desempenharam um papel crucial, disseminando armas de fogo pelo Oceano Índico. Antes do império otomano, foram os mamelucos que cumpriram esse papel e já tinham difundido o uso de algumas armas pelo Mar Árábico, porém mesmo o sultão mameluco precisava empregar o serviço de rumes (otomanos), conhecidos pela expertise em mosquetes e canhões. Os marinheiros otomanos adaptaram a tecnologia tradicional de galeras para as águas do Oceano Índico. Na medida em que puderam fornecer seus serviços

---

<sup>929</sup> HEYWOOD, Colin. The frontier in Ottoman history: Old ideas and new myths. In: POWER, Daniel, STANDEN, Naomi (ed.). **Frontier in Question: Eurasian Borderlands, 700-1700**. London: Macmillan Education, p. 228-250, 1999, p. 22.

<sup>930</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>931</sup> CASALE, Giancarlo. Tordesillas and the Ottoman caliphate: early modern frontiers and the Renaissance of an Ancient Islamic Institution. **Journal of early modern history**, v. 19, n. 6, pp. 485-511, 2015, pp. 505-506.

aos poderes locais, oficiais e corsários otomanos também ajudaram a contrabalancear diretamente o bloqueio marítimo português. Foi o caso do comandante Muṣṭafa Bayram, conhecido no Guzerate como Rūmī Ḥān (lit. o cã otomano), cuja a maestria em artilharia de fogo foi decisiva em repelir as investidas dos portugueses contra Diu na primeira metade da década de 1530.<sup>932</sup> Sua vinda numa ocasião crucial, pouco antes de um grande ataque português à cidade, resulta numa colaboração entre otomanos e forças guzerates que engendra uma derrota para os portugueses – o que Casale considera a primeira vitória “transoceânica” dos otomanos.<sup>933</sup> Muṣṭafa Bayram tornou-se uma figura particularmente temida pelos portugueses, como informa Ulūghānī.<sup>934</sup>

A resposta portuguesa foi acerramento do bloqueio naval ao Mar Vermelho, acarretando em escassez de especiarias em portos otomanos. O estopim vem com a morte trágica do sultão do Guzerate, provocando uma escalada na reação otomana com a construção de uma grande armada para confrontar os portugueses na Índia e expulsá-los de Diu. Jār Allah relata o início da campanha otomanas contra os portugueses talvez do modo mais generoso entre todos os autores:

[...] circulou as notícias da chegada dos navios e do exército arregimentados desde os portões imperiais otomanos (*bawāb al-ḥankāryia al-rūmiya*) para Índia para travar combate (*li-ḡazw*) contra os francos desgraçados, inimigos de Deus (*a’adā’ Allah*) e dos muçulmanos. Foi mandado um enviado para o senhor de Meca, Sayyid Abī Numay Al-Ḥassanī do governador do Egito (*nā’ib al-dyār al-Miṣr*), líder (*muqadam*) do exército vitorioso, Suleimā Paxá, que informou dos decretos imperiais que ordenaram a partida dos navios e do exército no [dia] dez de Muḥaram [de 945 H.] e que eles preparassem uma expedição para ilha de Karaman. Entrou o Paxá em Meca para uma visita (*ziyara*), parando nos locais religiosos de xaria e missãoção (*al-da’ā*) para solicitar apoio contra os inimigos desgraçados.<sup>935</sup>

No relato de Al-Nahrawali, a morte de Bahādur Šāh pela mão dos francos teria sido o estopim para o sultão otomano intervir na Índia, ordenando que uma armada fosse construída para proteger os logradouros indianos e tomar ‘vingança contra os infieis degenerados’ (*bil-tār min al-kufār al-fujār*).<sup>936</sup> O chefe da expedição, Suleimā

<sup>932</sup> ÖZBARAN, Salih. **The Ottoman Response to European Expansion**. *Op. Cit.*, p. 64.

<sup>933</sup> CASALE, Giancarlo. **The Ottoman age of exploration**. *Op. Cit.*, p. 47.

<sup>934</sup> ULUGHĀNĪ, [Ḥājī al-Dabīr] ‘Abd Allāh Mu.ḥammad ibn ‘Umar Al-Makkī Al-Aṣaffī. **An Arabic history of Gujarat**. *Op. Cit.*, p. 251.

<sup>935</sup> IBN FAHD AL-MAKKĪ, Jār Allah ibn al-‘Izz ibn al-Najm. **Kitāb Nayl al-muná bi-ḡayl Bulūḡ al-qirá li-takmila ithāf al-wará**: *Op. Cit.*, pp. 746-747.

<sup>936</sup> AL-NAHRAWĀLĪ, Quṭb Al-Dīn Muḥammad Ibn Aḥmad. **Al-Barq al-yamānī fī al-fath al-‘uṭmānī**. *Op. Cit.*, p. 70.

Paxá, é descrito como um homem de caráter sanguinolento e cruel, carente de sagacidade e mérito, mas entre os favoritos do sultão anterior, Selim. Tal descrição se confirma mais a frente, quando mata o emir de Áden, apesar da recepção com grande hospitalidade e de suacsolicitude para com a causa comum de ‘guerra ofensiva na senda de Deus’ (*al-ğazw fī sabīl Allah*).<sup>937</sup> Tal incidente é apresentado como uma traição que por fim geraria aversão dos indianos pelo almirante otomano, negando-lhe auxílio.<sup>938</sup> Menos extenso a respeito desses eventos, Ulughani argumenta de modo equivalente que a inépcia, ausência de raciocínio e a falta de cortesia de Suleimã Paxá condenaram a expedição ao fracasso.<sup>939</sup>

No relato de Quṭb al-Dīn, o comandante Ḥwaja Şafar, que havia recebido no Guzerate o título honorífico de Ḥudāwand Ḥān, organizou tropas terrestres para auxiliar a frota naval otomana e assim cercar os portugueses.<sup>940</sup> Todavia, uma pessoa das mais íntimas com Suleimã Paxá lhe aconselhou a não ir a seu encontro, pois o almirante otomano se tratava de uma pessoa violenta e assassina, que havia crucificado o emir de Áden assim que o encontrou pessoalmente. Os relatos dos dois autores de origem guzerate, ambos nascidos em Meca, explicitam que Ḥwaja Şafar temia Suleimã Paxá, deixando claro que o almirante otomano não era confiável, para Ulughānī mais por incompetência e rudeza, enquanto para Al-Nahrawālī pela vileza de seu caráter.<sup>941</sup> Tal concenso é curioso pelo fato de que, apesar da origem étnica e mesmo local de nascença, os dois autores viveram em lados distintos: Quṭb al-Dīn na Meca otomana, escrevendo sua história, enquanto Ḥājjī al-Dabīr a maior parte de sua vida no Guzerate, servindo primeiro senhores leais à dinastia muzafárida e depois de 1573 outros patronos sob os mongóis.

Já Bā Faqīh, a partir do Hadramaute, apresenta um cenário de sincera cooperação contra os portugueses, exceto pela perfídia de um vizir do Guzerate, que estaria em acordo secreto com os portugueses. Todavia, a retirada de Suleimã Paxá é apresentada como uma decisão repentina e arbitrária, criticada por alguns de seus

<sup>937</sup> *Ibidem*, p. 80.

<sup>938</sup> *Ibidem*, p. 81.

<sup>939</sup> ULUGHĀNĪ, [Ḥājjī al-Dabīr] ‘Abd Allāh Muḥammad ibn ‘Umar Al-Makkī Al-Aşafī. **An Arabic history of Gujarat**. *Op. Cit.*, pp. 266-267.

<sup>940</sup> AL-NAHRAWĀLĪ, Quṭb Al-Dīn Muḥammad Ibn Aḥmad. **Al-Barq al-yamānī fī al-faṭḥ al-‘uṭmānī**. *Op. Cit.*, p. 82.

<sup>941</sup> ULUGHĀNĪ, [Ḥājjī al-Dabīr] ‘Abd Allāh Muḥammad ibn ‘Umar Al-Makkī Al-Aşafī. **An Arabic history of Gujarat**. *Op. Cit.*, p. 266. AL-NAHRAWĀLĪ, Quṭb Al-Dīn Muḥammad Ibn Aḥmad. **Al-Barq al-yamānī fī al-faṭḥ al-‘uṭmānī**. *Op. Cit.*, p. 84.

comandantes. Eles o questionam dizendo que “não irá passar bem nem a nós nem a você junto ao sultão Suleimã” (*haḍa mā yajmil bi-nā wa bi-ka ‘and sultān Sulaymān*), para o qual o almirante otomano responde ser sua prerrogativa, conforme o decreto (*marsūm*) que possuía, dar a ordenar o que lhe parece melhor, dizendo: “a ordem é a minha ordem (*al-amr amrī*) [que] considero com meus olhos o que é de interesse e para mim é [de melhor] interesse retornar.”<sup>942</sup> Tal atitude quase inexplicável de Suleimã Paxá naquele contexto em que, segundo narrativa de Bā Faqīh, a vitória sobre os portugueses parecia tão próxima, se aproxima das perspectivas anteriores quanto ao mal caráter do relatar ao relatar como simplesmente confiscou dinheiro de mercadores em Meca e Jidá.<sup>943</sup> Seu destino é selado quando ao retornar a Istambul relatando seu suposto sucesso perante o sultão, trazendo tributos na forma de dinheiro e obras preciosas (*tuḥaf*), chegam notícias da chegada dos portugueses em Suez, sendo assim exposto e em seguida, executado.<sup>944</sup>

Condenação dessa figura parece ser a regra em praticamente todos relatos, seja de uma forma ou de outra, ainda que de modo implícito. Em seu breve relato sobre a batalha luso-otomana em Diu, Zayn al-Dīn discorre apenas sobre um temor dos portugueses ter abatido o almirante otomano e causado sua retirada.<sup>945</sup> Mais próximo temporalmente aos eventos que todos os outros autores e escrevendo antes da condenação a morte de Suleimã Paxá, Jār Allah abstem-se de um julgamento explícito, mas sem deixar de transmitir as controvérsias que o circundavam. Tais questões ficam implícitas pela incerteza do resultado de sua expedição ao Guzerate, indicada na contradição entre as primeiras notícias que chegaram a esse respeito no Hejaz: umas alegando vitória de Suleimã Paxá, enquanto outras anunciavam que os otomanos haviam sido desbaratados pelos “francos desgraçados”.<sup>946</sup> De qualquer maneira, fica evidente que a dissensão interna e a rivalidade entre altos oficiais de distintos sultanatos poderiam preponderar sobre qualquer ameaça que os portugueses representavam. Mesmo perante um dilema crítico para a coletividade

<sup>942</sup> *Ibidem*, p. 264. Embora não altere muito o significado figurativo da frase, o verbo *yajmil* está como *yaḥmil* na transliteração da primeira passagem por Serjeant. SERJEANT, R. B. **The Portuguese off the South Arabian Coast**. *Op. Cit.*, 91.

<sup>943</sup> BĀ FAQĪH, Muḥammad bin ‘Umar al-Ṭayyib. **Tārīḥ al-Šiḥr wa aḥbār qarn al-‘āšir**. *Op. Cit.*, pp. 264-265.

<sup>944</sup> *Ibidem*, p. 265.

<sup>945</sup> AL-MAḤDŪM AL-MALĪBĀRĪ, Zayn al-Dīn. *Tuḥfa al-mujāhidīn fī ba‘ad aḥwal al-purtukālyīn*. *Op. Cit.*, p. 61.

<sup>946</sup> IBN FAHD AL-MAKKĪ, Jār Allah ibn al-‘Izz ibn al-Najm. **Kitāb Nayl al-muná bi-ḡayl Bulūḡ al-qirá li-takmila ithāf al-wará**. *Op. Cit.*, p. 757.

muçulmana ao redor do Mar da Arábia, como a ameaça de rotas de peregrinação, também responsáveis pelo suprimento da cidade sagrada de Meca, interesses mais imediatos tinham amíude prioridade.

Talvez a falha da expedição de Suleimã Paxá seja sublinhada pela referência em quase todos relatos de como os armamentos abandonados acabaram por cair nas mãos dos portugueses. Ibn Faraj logo no início da narrativa sobre a expedição ao Guzerate, informa como o almirante otomano “desembarcou no porto [de Surrate] muitos canhões e outras coisas [que] ‘os inimigos da fé se apossaram’ (*istwalā ‘alayh a‘adā‘ al-dīn*) depois do retorno de Suleimã Paxá.”<sup>947</sup> Esse ponto é reforçado novamente, logo seguir, quando apesar do conselho de Ḥwaja Ṣafar ao contrário, Suleimã Paxá “então desembarcou os canhões e equipamentos [militares] e viajou com sua tropa antes do amanhecer, os francos carregaram tudo que largou e fortaleceram sua posição contra os muçulmanos.”<sup>948</sup> Ḥajjī al-Dabīr é mais ambíguo quanto ao destino dos canhões, mas informa que alguns estavam defasados.<sup>949</sup> Já para Quṭb al-Dīn, os canhões otomanos foram deixados para Ḥudāwand Ḥān (Ḥwaja Ṣafar).<sup>950</sup>

A relação do império otomano com as redes de sermão (*ḥuṭba*), como analisado por Lambourn, deveu-se a uma relação de busca de legitimidade, frente e contenção do avanço português.<sup>951</sup> Em ambos os casos, o papel da tecnologia militar naval otomana foi fundamental. A integração do império de otomano às chamadas redes de *ḥuṭba* ocorre em algum momento entre a conquista e o envio da armada de Suleimã Paxá contra os portugueses em 1538.<sup>952</sup> Pode-se concluir que, nessa conjuntura influenciada pela talassocracia portuguesa e a projeção imperial otomana, o propósito das redes de sermão no Oceano Índico ganhou um aspecto mais bélico ao longo do século XVI, em contraste com o caráter mais estritamente identitário e comercial dos séculos anteriores.

<sup>947</sup> IBN FARAJ, ‘Abd Al-Qādir Ibn Aḥmad; SMITH, Gerald Rex; ‘UMAR ZAYLA’Ī, Aḥmad. **Kitāb Al-Silāh Wa-al-‘uddah Fī Tārīkh Bandar Juddah. Bride of the Red Sea: A 10th/16th Century Account of Jeddah.** *Op. Cit.*, p.37.

<sup>948</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>949</sup> ULUGĤĤĀNĪ, [Ḥajjī al-Dabīr] ‘Abd Allāh Mu.ḥammad ibn ‘Umar Al-Makkī Al-Aṣaffī. **An Arabic history of Gujarat.** *Op. Cit.*,

<sup>950</sup> AL-NAHRAWĀLĪ AL-MAKKĪ, Quṭb Al-Dīn Muḥammad Ibn Aḥmad. **Al-Barq al-yamānī fī al-faṭḥ al-‘uṭmānī.** *Op. Cit.*, p. 84.

<sup>951</sup> LAMBOURN, 2011, pp. 151-152.

<sup>952</sup> *Ibidem*, p. 153.

Michel Tuchscherer observou que, em 1543, pimenta e especiarias eram abundantes nos portos do Levante, indicando um renascimento do tráfego marítimo comercial pelo Mar Vermelho.<sup>953</sup> Porém, esse renascimento não representou um mero retorno ao status quo, mas envolveu uma reestruturação das antigas redes comerciais. Portos como Mocha se desenvolveram rapidamente, protegidos dos ataques portugueses, e tornaram-se principais entrepostos marítimos da região, contribuindo para o declínio de Áden e Xaer.

O desafio bélico representado pelo Estado da Índia veio ao encontro dos interesses imperiais, primeiro dos mamelucos, mas mais ainda dos otomanos, que buscaram uma projeção universal sobre a *umma*, reivindicando o legado do califado abássida para si. Como propõe Casale, a iniciativa de atribuir o status de califa ao sultão otomano, não somente de protetor do dois santuários, como dos sultões mamelucos, veio em grande medida das próprias comunidades e de algumas entidades políticas no Oceano Índico, tendo surgido e se desenvolvido originalmente por muçulmanos na Ásia marítima, só mais tardiamente abraçada pela Sublime Porta.<sup>954</sup>

A extensão da importância que o império otomano dava a expansão no Oceano Índico deve ser compreendida como uma frente entre tantas outras, assim como a rivalidade imperial com Portugal. Mesmo quando diante de campanhas projetadas especificamente para confrontar o Estado da Índia, o conflito com o império safávida pairava como uma questão crítica, a exemplo da própria campanha de Suleimã Paxá contra Diu. Armada em Suez já em 1537, com canhões e munição transportados desde o Mediterrâneo através do Sinai, a frota de 74 navios teve sua campanha adiada devido a guerra com os safávidas no Iraque, para qual o Paxá foi convocado, zarpendo finalmente em 1538.<sup>955</sup>

As falhas tanto dos otomanos, quanto dos portugueses, de se inserirem nas áreas de controle dos seus adversários (Diu portuguesa em 1538 e Suez otomana

---

<sup>953</sup> TUCHSCHERER, Michel. Trade and Port Cities in the Red Sea–Gulf of Aden Region in the Sixteenth and Seventeenth Century. In: FAWAZ, Leila Tarazi; BAYLY, C. A. (ed.). **Modernity and Culture: From the Mediterranean to the Indian Ocean**. New York: Columbia University Press, 2002, pp. 35-36.

<sup>954</sup> CASALE, Giancarlo. Tordesillas and the Ottoman caliphate: early modern frontiers and the Renaissance of an Ancient Islamic Institution. **Journal of early modern history**, v. 19, n. 6, pp. 485-511, 2015, p. 509.

<sup>955</sup> ÖZBARAN, Salih. **The Ottoman Response to European Expansion**. *Op. Cit.*, p. 97.

em 1541), levou a um eventual compromisso informal pautado no equilíbrio entre as forças, um dos fatores da retomada do ao fluxo de especiarias pelo Mar Vermelho.<sup>956</sup> No longo prazo, a política otomana parecia ser a expulsão dos portugueses não apenas do Golfo, mas também do próprio Oceano Índico, como foi dos portugueses em barrar a presença dos otomanos. Ainda assim, é importante destacar que os otomanos não buscaram apenas a abordagem belicosa, com emissários já sendo trocados entre as partes em seguida aos eventos de 1538.<sup>957</sup> Em vez disso, o confronto entre portugueses e otomanos irrompeu intermitentemente durante a maior parte do século XVI e concentrou-se em três regiões: o Mar Vermelho, o Oceano Índico e o Golfo. Em alguns momentos, como a partir da década de 1550, buscou-se concluir um acordo com o rei de Portugal sobre o fluxo de comércio no Oceano Índico e a possibilidade de intercâmbio comercial pacífico com os portugueses, como a proposta do envio anual de 3,8 mil toneladas trigo em troca de 250 mil quilos pimenta.<sup>958</sup> A contraposta portuguesa foi de metade de quantidade de pimenta requisitada pelo sultão otomano, mas com a eventual aquiescência a demandada otomana inicial, mas pelo dobro da quantidade de trigo. Não surpreende que as negociações foram por fim infrutíferas.

O fato de ter sido um fenômeno quase exclusivo do reinado de Suleimã, o Magnífico, remete uma questão tanto do período quanto da historiografia moderna, que são as teorias de declínio dentro dos impérios, tanto no caso tanto do otomano, quanto do habsburgo. Segundo Subrahmanyam, as noções de declínio prevalentes na Idade moderna tendem a se encaixar numa visão mais cíclica de ascensão e decadência dinástica do que da hegemonia como algo que se transfere de uma região a outra.<sup>959</sup> A literatura desses dois impérios sobre essa questão tendia ser constituída por de literatura de “conselhos” ou “reforma”, *nasiha* (conselho) entre os otomanos e arbítrio entre os espanhóis. O império otomano era basicamente um império onde a diversidade institucional reinava e onde nunca houve um esforço sistemático de colonização e assentamento de populações do “centro” para “periferia” ou “territórios

<sup>956</sup> ÖZBARAN, Salih. An Imperial Letter from Süleyman the Magnificent to Dom João III Concerning Proposals for an Ottoman-Portuguese Armistice. **Portuguese Studies**, v. 6, p. 24-31, 1990, p. 27.

<sup>957</sup> ÖZBARAN, Salih. **The Ottoman Response to European Expansion**. *Op. Cit.*, p. 85.

<sup>958</sup> ÖZBARAN, Salih. An Imperial Letter from Süleyman the Magnificent to Dom João III Concerning Proposals for an Ottoman-Portuguese Armistice. *Op. Cit.*, p. 28.

<sup>959</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. A tale of three empires: Mughals, Ottomans, and Habsburgs in a comparative context. **Common Knowledge**, v. 12, n. 1, p. 66-92, 2006, p. 73.

conquistados”, muito menos um esforço de padronização territorial como feito nas Américas. As elites otomanas se localizavam basicamente nos centros de cada região, não se estendendo para o interior, um padrão institucional que poderia haver com essas elites. A acomodação dos oficiais otomanos para com a realidade dos territórios mais estabelecidos do império pode por fim ter minado o ímpeto exploratório e expansionista para o Oceano Índico do século XVI. A isso pode ter se somado uma acomodação mais geral com as fronteiras com os grandes impérios cristãos a partir da Batalha de Lepanto (1571), privilegiando o front contra império safávida, que se fortalece novamente a ascensão de Xá Abbas (r. 1588-1629).

## Considerações finais

A realidade das franjas do Ecúmeno Islâmico no Oceano Índico não era mais a mesma quando do início da intervenção otomana mais direta a partir de 1538. A talassocracia portuguesa foi decisiva nessa mudança, mas não foi seu único agente. Foi essencial maneiras pelas quais outros atores reagiram aos dilemas que essa presença trouxe para configuração de suas relações sociais, políticas e econômicas. Fruto tanto de fatores estruturais, quanto da agência de uma série de personagens de diversas etnias e religiões, a conjuntura da metade do século XVI no Mar da Arábia era de uma integração contenciosa as redes transoceânicas dominadas pelos impérios ibéricos.

O estabelecimento de novas rotas comerciais na Idade Moderna desencadeou transformações significativas nas dinâmicas de comércio global, mas não suplantou outras rotas existentes, ainda que as tenha afetado de modos distintos. O Cabo da Boa Esperança, inicialmente, não desalojou de imediato a milenar rota pelo Mar Vermelho, que tinha servido como principal canal de escoamento de produtos do Oceano Índico ao Mediterrâneo. Ambas as rotas coexistiram em paralelo durante este período, mas a rota pelo Cabo começou a ganhar destaque com o surgimento das companhias de comércio. Notavelmente, foram as companhias holandesas e, posteriormente, as inglesas que solidificaram a supremacia da rota oceânica sobre a antiga via do Mar Vermelho no século XVII.<sup>960</sup>

No entanto, enquanto o panorama comercial global estava em transformação, Portugal enfrentava uma deterioração notável em sua situação socioeconômica na segunda metade do século XVI.<sup>961</sup> A crescente indigência, juntamente com o aumento da mendigagem e vagabundagem, apontavam para uma situação de crise interna. Esta situação foi exacerbada pela união das coroas de Portugal e Espanha sob Felipe II, o que levou a uma porosidade das fronteiras, permitindo uma maior migração e fluxos entre os dois reinos. A crise no reino vizinho agravou a situação em Portugal,

---

<sup>960</sup> THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis. De Ceuta a Timor. Lisboa. Difel, 1994, p. 184.

<sup>961</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay & THOMAZ, Luís Filipe F. R. Evolution of empire: The Portuguese in the Indian Ocean during the sixteenth century. In: TRACY, James D. **The political economy of merchant empires: State power and world trade, 1350-1750**. New York: Cambridge University Press, pp. 298-331, 1991, p. 325.

tornando a emigração para a Ásia ou Brasil uma opção atraente para muitos, embora as oportunidades de mobilidade social no exterior fossem menos vantajosas do que nos períodos iniciais da expansão ultramarina portuguesa.

As implicações da chegada portuguesa ao Oceano Índico foram profundas e variadas. Alguns estudiosos argumentam que essa chegada marcou uma ruptura total dos sistemas tradicionais de livre-comércio, enquanto outros acreditam que houve uma continuação das estruturas comerciais fundacionais.<sup>962</sup> Esta divergência de perspectivas destaca a complexidade das interações entre os portugueses e as estruturas econômicas e políticas pré-existentes na região do Oceano Índico. Entre as transformações apontadas por estudos partidários de uma ruptura mais abrangente, está o fato de que a “Coroa portuguesa e mercadores portugueses forjaram pela primeira vez uma rede de tráfico de escravos englobando o Oceano Índico (lit. Pan-Índica).”<sup>963</sup> Na mesma lógica, esta pesquisa demonstra que Portugal foi efetivamente o primeiro poder naval ‘Pan-Índico’ e que nesse espaço marítimo buscou instituir uma política imperial, algo que se reflete na percepção dos escritos árabes historiográficos sobre a “pungência” dos portugueses no mar, como também nas correspondências árabes com os monarcas portugueses.

A amplitude das evidências para – e as reações contra – a hegemonia marítima portuguesa da primeira metade do século XVI, particularmente de muçulmanos, contrasta com àquelas das expedições das frotas do tesouro Ming das primeiras décadas do século XV, único candidato a antecessor dos portugueses como potência naval e imperial de uma ponta a outra do Índico, à sua própria maneira, mas que não estabeleceu uma rede de dominação localizada e contínua. Enquanto as cartas, geralmente endereçadas à coroa ou a altos dignitários, tendem a focalizar os acontecimentos de uma perspectiva mais imediata e, muitas vezes, pragmática, as crônicas, escritas frequentemente anos ou décadas após os eventos que descrevem,

<sup>962</sup> KOORIA, Mahmood. *Tahrid Ahlil Iman: An Indigenous Account against Early Modern European Interventions in Indian Ocean World*. In: MAKHDOOM I, Zainuddin. **Tahrid Ahlil Iman Ala Jihadi Abdati Sulban**. MOHAMED, K. M. (trans.). Calicut: Other Books, p. 19-48, 2014, p. 24.

<sup>963</sup> “The Portuguese crown and traders forged for the first time a pan-Indian Ocean slave trading network.” CHAKRABORTY, Titas. *Slavery in the Indian Ocean World*. In: PARGAS, D. A.; SCHIEL, J. (ed.). **The Palgrave Handbook of Global Slavery throughout History**. Cham: Palgrave Macmillan, p.339-357, 2023, p. 342.

oferecem um olhar mais abrangente e interpretativo, em muitos casos servindo como fonte de legitimação e propaganda para os feitos portugueses na Ásia.<sup>964</sup>

A interseção dessas duas tipologias documentais revela não apenas diferentes visões sobre os mesmos eventos, mas também as tensões entre a realidade vivida no terreno e a imagem que se queria projetar em Lisboa.<sup>965</sup> É recorrente, por exemplo, a discrepância entre as descrições otimistas das conquistas e estabelecimentos portugueses, transmitidas pelas crônicas, e os pedidos frequentes de reforços, recursos e apoio expressos nas cartas. Esses dois conjuntos de fontes se complementam e são essenciais para uma compreensão mais matizada da presença portuguesa no Oceano Índico. Não obstante, é também fundamental contrastá-las com outras fontes portuguesas e não portuguesas para entender as percepções e reações locais ao avanço português, bem como o impacto de suas ações na região.

Um exame das fontes persas, árabes, malaias e sinhalas, por exemplo, fornece uma imagem muito mais complexa da talassocracia portuguesa no Índico, onde eles eram muitas vezes vistos como intrusos ou até bárbaros, contrastando com a imagem heroica e civilizadora que as fontes portuguesas projetavam.<sup>966</sup> Ao abordar as diversas fontes que documentam este período, fica evidente a densidade e complexidade das interações no Oceano Índico. Essas fontes argumentam a favor de uma abordagem historiográfica mais inclusiva e abrangente, uma que dê igual peso às várias vozes, perspectivas e experiências que coexistiram nesse cenário globalizado.<sup>967</sup> Fica evidente, também, por outro lado, que apenas as narrativas de escritas nativas ou de correligionários pode expressar uma visão unidimensional não só do império português, mas das sociedades com que interagiu, já crônicas são frequentemente obras de uma elite masculina letrada.

Uma análise cuidadosa revela uma sobreposição rara, porém significativa, entre dois conjuntos principais de documentos históricos - as fontes epistolares e as fontes cronísticas. Essa sobreposição representa, em grande medida, os limiares de

---

<sup>964</sup> ALBUQUERQUE, L. **Cartas para El-Rei D. Manuel I**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, pp. 51-52.

<sup>965</sup> GOMES, F. **História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa**. Lisboa: Ediclube, 2004, p. 212.

<sup>966</sup> MELO, J. de. **O Oriente na Literatura e História Portuguesa**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933, p. 142.

<sup>967</sup> CHAKRABARTY, Dipesh. Provincializing Europe: Postcoloniality and the critique of history. **Cultural studies**, v. 6, n. 3, p. 337-357, 1992, p. 351.

duas dimensões da talassocracia portuguesa nas margens do Mar Árabe: o domínio imperial estabelecido e a presença extraterritorial fluida. Este fenômeno ressalta a multifacetada natureza da presença portuguesa na região, variando de instituições formais a interações informais.<sup>968</sup>

A historiografia acadêmica, moldada no contexto da dominância global ocidental, evidencia as limitações de uma visão eurocêntrica do passado. No entanto, ao examinarmos os eventos e processos relacionados à história do Oceano Índico durante a alta Idade Moderna, observamos que essa visão eurocentrista é insuficiente para uma compreensão holística. As fontes portuguesas, embora detalhadas, oferecem apenas uma perspectiva parcial, necessitando de uma contextualização constante e cuidadosa.

A hegemonia de uma visão eurocêntrica sobre a expansão marítima Idade Moderna obscurece outros testemunhos dessas transformações, como em outras tradições historiográficas. As narrativas históricas européias não foram as únicas a perceberem e serem influenciadas pelo fenômeno de interconexão transoceânica também chamado de “Era da Exploração”. De fato, pode-se analisar nesta pesquisa como as tradições árabes e muçulmanas também se adaptaram e evoluíram suas narrativas em resposta a esse novo mundo em constante mudança, desde os primeiros relatos do início dos 1500 às crônicas cobrindo décimo século da Hégira, escritas sobretudo no início do século XVII. Essa adaptabilidade indica a natureza bidirecional das influências culturais, questionando a preeminência quase exclusiva tradicionalmente atribuída às perspectivas ocidentais na historiografia mundial.<sup>969</sup> É importante ressaltar que, ao contrário da narrativa convencional, não foram os portugueses que inseriram o chamado “mundo muçulmano” ou “islamicato” em uma teia global de conexões. O ecúmeno islâmico já estava bem estabelecido e integrado ao Oceano Índico antes da chegada portuguesa. A difusão do Islã, principalmente pelos comerciantes árabes e guzerates, estabeleceu uma teia transregional robusta que abrangeu diversas culturas e impulsionou trocas interculturais e inter-religiosas. Além disso, as trocas comerciais e culturais, bem como os conflitos políticos e

---

<sup>968</sup> BIEDERMANN, Zoltán. Portuguese Diplomacy in Asia in the Sixteenth Century: A Preliminary Overview. *Itinerario*, v. 29, n. 2, p. 13-37, 2005, p. 28.

<sup>969</sup> HODGSON, Marshall G.S. **The Venture of Islam**. Chicago: University of Chicago Press, 1974.

religiosos, também foram influenciadas pelas dinâmicas locais e pelas redes preexistentes de poder, comércio e crença.<sup>970</sup>

Essa teia de conexões foi marcada por interações literárias que serviram como veículos para a disseminação de crenças, ideias e conhecimentos islâmicos. A língua árabe emergiu como um instrumento central dessa transmissão, funcionando como um idioma religioso e, também, uma língua franca, conectando regiões distantes do Oceano Índico. As tradições historiográficas muçulmanas, como a árabe, também se adaptaram e evoluíram nesse contexto. Isso demonstra a natureza recíproca das influências culturais e a necessidade de reconsiderar a preeminência atribuída à perspectiva ocidental na historiografia global.

Quando se investiga a natureza dos impérios modernos, as disparidades entre suas estruturas e práticas se tornam evidentes. Ao abordar as diversas fontes que documentam este período, fica evidente a densidade e complexidade das interações no Oceano Índico. Essas fontes argumentam a favor de uma abordagem historiográfica mais inclusiva e abrangente, uma que dê igual peso às várias vozes, perspectivas e experiências que coexistiram nesse cenário globalizado, uma 'modernidade' não foi obra dos europeus sozinhos.<sup>971</sup> Em uma comparação inicial entre impérios asiáticos e o europeu, especificamente o português, percebemos uma diferença marcante. Enquanto na Ásia era comum a redistribuição de empreendimentos e práticas de corrupção constitucionalmente determinadas, o império português, por outro lado, baseava-se principalmente em operações alfandegárias.<sup>972</sup>

Este entendimento, entretanto, não é monolítico. Alguns historiadores postulam que houve uma evolução do império português ao longo do século XVI, alcançando seu ápice no segundo quartel do século, para depois iniciar um declínio econômico, político e moral. Uma analogia com os otomanos sugere que o período de Suleimã, o Magnífico, representa o auge imperial, e sua morte, conseqüentemente, marca o início de uma trajetória decadente. Para uma análise mais holística, é imperativo considerar diversos elementos que moldaram o império português: a

---

<sup>970</sup> MATOS, A. de. **O Islão no Índico**: Um Confronto de Civilizações? Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2000, p. 98.

<sup>971</sup> CHAKRABARTY, Dipesh. Provincializing Europe. *Op. Cit.*, p. 352

<sup>972</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay & THOMAZ, Luís Filipe F. R. 1991, p. 299.

evolução da ideologia imperial em Portugal e como isso afetou a concepção do império; as mudanças no contexto econômico, tanto dentro de Portugal quanto no Oceano Índico; a configuração da sociedade portuguesa na Ásia e a relação destas comunidades com as diretivas da metrópole; e, por fim, a dimensão espacial, representada pela introdução de novas regiões asiáticas no comércio português.<sup>973</sup>

É notável também que houve uma transformação na postura da monarquia portuguesa em relação às atividades mercantis. A metrópole e as colônias passaram por uma mudança sociocultural, na qual a monarquia começou a ver o comércio como indigno de sua participação, relegando-o a uma classe de “fidalgos tratantes”, conforme articulado por Godinho.<sup>974</sup> Todavia, essa transição não foi contínua, exemplificado pelo retorno ao envolvimento manuelino no Norte da África na década de 1570. A empreitada, no entanto, terminou tragicamente com a Batalha de Alcácer Quibir. As consequências mais conhecidas desse evento passado no Marrocos demonstram como agência de atores não-europeus influenciavam decisivamente a história da Europa. O mesmo pode se estender para o império português no Índico, moldado por fatores internos, externos e contingentes.

As fontes examinadas nesta pesquisa demonstram a riqueza e a complexidade das interações no Oceano Índico durante a alta Idade Moderna. Elas sublinham a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e holística que valorize a multiplicidade de vozes, perspectivas e experiências nesse contexto global interconectado. Não é mero acaso as poucas ocasiões em que se sobrepõem os dois conjuntos principais de documentos, as fontes epistolares e as fontes cronísticas – elas representam em grande medida os limiares de dois campos da talassocracia portuguesa nos arredores do Mar Árabe: o imperial e o extraterritorial. Posto de outra maneira, configuram as respostas respectivas aos dois aspectos mais gerais do estabelecimento da presença portuguesa naquelas bandas: integração e impacto.<sup>975</sup>

Em vista disso, a trajetória do império português na Ásia não foi apenas uma história de expansão e colonização. Foi também um relato de interações, trocas e

---

<sup>973</sup> *Ibidem*, p. 299.

<sup>974</sup> *Ibidem*, p. 303.

<sup>975</sup> FLORES, Jorge. **Floating Franks**: The Portuguese and their empire as seen from early modern Asia. In: Robert Aldrich and Kirsten McKenzie (ed.). **The Routledge History of Western Empires**. London/New York: Routledge, 2014. p. 35.

adaptações. Essas migrações e interações refletem a complexidade do mundo da alta Idade Moderna, uma época em que as fronteiras eram fluidas e as identidades em constante transformação. Em conclusão, enquanto a presença portuguesa no Oceano Índico marcou uma importante fase na história global de explorações, é essencial examinar essa presença a partir de múltiplas perspectivas e fontes, de modo a obter uma imagem mais rica e complexa da dinâmica do Índico no início da Era Moderna.

## Referências

### Fontes árabes

#### Manuscritas:

ANTT, Coleção de Cartas, 891.1 (documentos em caracteres árabes provenientes do Oriente):

#### Cartas da Costa Suaíle:

Carta do xeique Waīj Raḥ desde Melinde a D. Manuel I, ANTT-CART-891,1-7 (Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 7)

Carta do xarife de Moçambique, Muḥammad Al-Alawī, para D. Manuel I pedindo a sua proteção na viagem para a Índia, ANTT-CART-891,1-18 (Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 18)

Carta de Ibrahim, rei de Quíloa, para D. Manuel I, ANTT-CART-891,1-19 (Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 19)

Carta do rei de Melinde, ‘Alī ibn Sulṭān ‘Alī, a D. Manuel I, ANTT-CART-891,1-20 (Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 20)

Carta desde Melinde a D. Manuel I, ANTT-CART-891,1-54 (Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 54)

#### Cartas do Malabar e das Maldivas:

Carta de Bābā ‘Abd Allah (Baba Abdullah), ANTT-CART-891,1-09 (Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 9)

Carta de Chenicher (Guinguir), vizir (guazil) de Cananor, ANTT-CART-891,1-47 (Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 47)

Carta de Chenicher Kurub (Guinguir Coreb), vizir (guazil) de Cananor, ANTT-CART-891,1-48 (Coleção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 48)

Carta de Coletery, rei de Cananor, a D. Manuel I, ANTT-CART-891,1-49 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 49)

Carta de Coletery, rei de Cananor, a D. Manuel I, ANTT-CART-891,1-50 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 50)

Carta de Coletery, rei de Cananor, a D. Manuel I, ANTT-CART-891,1-51 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 51)

Carta de Coletery, rei de Cananor, a D. Manuel I, ANTT-CART-891,1-53 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 53)

Carta de Cananor para Antônio Carneiro, ANTT-CART-891,1-53 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 53)

#### Cartas de Ormuz:

Carta do xeique de Ormuz a D. João III em nome da população de Ormuz, ANTT-CART-891,1-3 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 3)

Carta de Tūrān Šāh IV, rei de Ormuz, ao rei D. João III pedindo ajuda e dinheiro, ANTT-CART-891,1- 4 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 4)

Carta do rei de Ormuz ao rei de Portugal queixando-se dos soldados portugueses, ANTT-CART-891,1-5 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 5)

Carta de Rāšid bin Aḥmad ao rei D. João III pedindo ajuda e lembrando-lhe os serviços prestados, ANTT-CART-891,1-68 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 68)

Carta de Rāšid bin Aḥmad para o rei d. João III, ANTT-CART-891,1-79 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 79)

Carta de Muḥammad Šāh, rei de ormuz para o rei d. João III, ANTT-CART-891,1-81 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 81)

Carta de Rāšid bin Aḥmad ao rei de Portugal sobre Estado da Índia, ANTT-CART-891,1-82 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 82)

Carta de Rāšid bin Aḥmad, ANTT-CART-891,1-85 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 85)

Carta de Rāšid bin Aḥmad ao rei de Portugal dando novidades sobre o território da Grande Síria, ANTT-CART-891,1-88 (Colecção de cartas, Núcleo Antigo 891, mç. 1, n.º 88)

AL-DAĪBAʿ AL-SHAĪBANI, Wadjih al-Din ʿAbd al-Rahman ibn ʿAli ibn Mohammad ibn ʿOmar. **Boughiat al-moustafid fi akhbar madinat Zabid**, histoire de la ville de Zabid, dans le Yémen. Bibliothèque nationale de France. Département des manuscrits. Arabe 5897/6069

AL-MAḤDŪM AL-MALĪBĀRĪ, Zayn al-Dīn. **Tuḥfa al-mujāhidīn fī baʿad aḥwal al-purtukālyīn**. British Library. Add. 22375

\_\_\_\_\_. **Tuḥfa al-mujāhidīn fī baʿad aḥwal al-purtukālyīn**. Royal Asiatic Society. Arabic 28

\_\_\_\_\_. **Tuḥfa al-mujāhidīn fī baʿad aḥwal al-purtukālyīn**. Wellcome Collection. MS Arabic 726

AL-NAHRAWĀLĪ, Muḥammad ibn Aḥmad. **Al-Barq al-yamānī fī l-faṭḥ al-ʿuṭmānī**. Bibliothèque nationale de France. Département des manuscrits. Arabe 1644-1650

BĀ FAQĪH, Muḥammad ibn ʿUmar. **Taʾrīkh al-Shiḥr wa-akhbār al-qarn al-ʿāshir**. University Library, Cambridge University. Or. 2177

British Library. IO ISLAMIC 2807.

BĀ MAḤRAMAH, Al-Ṭayyib ibn ʿAbd Allāh ibn Aḥmad. **Taʾrīḥ ṭagr ʿAdan**. Bibliothèque nationale de France. Département des Manuscrits. Arabe 5963/6062

IBN AL-DAYBAʿ, ʿAbd al-Raḥmān ibn ʿAlī. **Qurrat al-ʿuyūn fī taʾrīkh al-Yaman al-maymūn**. University Library, Cambridge University. Add. 2894

IBN AL-DAYBAʿ AL-ŠAYBĀNĪ, ʿAbd al-Raḥmān. **Qurrat al-ʿuyūn bi-aḥbār al-Yaman al-maymūn**. Bibliothèque nationale de France. Département des Manuscrits. Arabe 5821/6058

Impressas:

ABŪ MAHRAMA, Al-Ṭayyib Ibn ‘Abd Allah ibn Aḥmad. **Qilāda al-naḥr fī wa fayāt al-‘aiyān al-dahr**. vol. 6. Jeddah: Dar al-Minhaj. 2008.

\_\_\_\_\_. **Tārīḥ ṭağr ‘Adan**. ‘ABDELHAMID, ‘Ali Hussein ‘Ali. Omā/Beirute: Dar ‘Umar/Dar Jil, 1987.

AL-DAYBA’, Wajih al-Dīn ‘Abd al-Raḥman. **Al-Faḍl al-mazīd**, Le surcroît de mérite: Neuf siècles d’histoire de l’Arabie du Sud. CHELHOD, J. (ed.). Sanaa/Beirute, Dar al-‘Awda, 1983.

\_\_\_\_\_. **Kitāb qurra al-‘uyūn bi-aḥbār al-Yaman al-maymūn**, ed. Muhammad ibn ‘Ali al-Akwa’ al-Hawali, 2 vols. Cairo, 1971–7.

AL-HAYTAMĪ, Muḥammad Ibn Ḥajar. **Al-Fatāwā al-Kubrā al-Fiqhiyya**, 4 vols. Beirut: Dar al-Kutub al- ‘Ilmiyya, s.d.

AL-JAZĪRĪ AL-ḤANBALĪ, ‘Abd al-Qādir b. Muḥammad. **al-Durar al-Farā’id al-Munazzama fī aḥbār al-ḥājj wa ṭarīq Makka al-Mu’azzama**. Beirut: Dar Al-Kutub Al-‘Ilmiyya, 2002.

AL-MA‘ABARĪ AL-MALĪBĀRĪ, Zayn al-Dīn bin ‘Abd al-‘Azīz bin Zayn al-Dīn Ibn ‘Alī. **Iršād al-‘ibād ilá sabīl al-rašād**. Beirut: Dar al-Ma’arifa, 1939

AL-MAḤDŪM AL-MALĪBĀRĪ, Zayn al-Dīn. Tuḥfa al-mujāhidīn fī ba‘ad aḥwal al-purtukālyīn. In: LOPES, David. **História dos Portugueses no Malabar por Zinadim**. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 1-94 [árabe], 1898.

AL-NAHRAWĀLĪ AL-MAKKĪ, Quṭb Al-Dīn Muḥammad Ibn Aḥmad. **Al-Barq al-yamānī fī al-faṭḥ al-‘uṭmānī**. AL-JASIR, Hamed (ed.). Ríade: Dar al-Yamama, 1967.

AL-ŠILLĪ AL-YAMANĪ, Al-Sayyid Muḥammad. **Al-Sanā’ al-Bāhr bi-takmīl al-nūr al-sāfir**. Maktaba Al-Irshad, 2004.

**Al-sulwa fī aḥbār Kilwa**. AL-SALIBI, Muhammed Ali (ed.). Omā: Wazira al-Turath al-Qawmi wa al-Thaqafah, 1985.

BĀ FAQĪH, Muḥammad bin ‘Umar al-Ṭayyib. **Tārīḥ al-Šiḥr wa aḥbār qarn al-‘āšir**. AL-HABASHI, Abdullah Muhammad (ed.). Sanaa: Maktaba al-Ashrad, 1999.

BĀ MAḤRAMA, Al-Ṭayyib ibn ‘Abd Allah ibn Aḥmad. **Tārīḥ ṭağr ‘Adan**. Cairo: Maktab Madbuli, 1991.

IBN FAHD AL-MAKKĪ, ‘Izz al-Dīn ‘Abd al-‘Aziz ibn al-Najm. **Bulūğ al-qirā fī ḡayl ithāf al-warā bi-aḥbār Umm al-Qurā**. 4 vols. IBRAHIM, Salah al-Din ibn Khalil; ABU AL-KHUYUR, ‘Abd al-Rahman ibn Husayn; AL-MAHLABDI, ‘Alyan ibn ‘Abd al-‘Ali (ed.). Cairo: Dar al-Qahira, 2005.

IBN FAHD AL-MAKKĪ, Jār Allah ibn al-‘Izz ibn al-Najm. **Kitāb Nayl al-munā bi-ḡayl Bulūğ al-qirā li-takmila ithāf al-warā**: Tārīḥ Makka al-Mukarrama min sana 922 H. ilā 946 H., 2 vols. AL-HILA, Muhammad al-Habib (ed.), Riyadh: Mu’assasat al-furqan lil-turath al-Islami, 2000.

IBN FARAJ, ‘Abd Al-Qādir Ibn Aḥmad; SMITH, Gerald Rex; ‘UMAR ZAYLA’Ī, Aḥmad. **Kitāb Al-Silāḥ Wa-al-‘uddah Fī Tārīkh Bandar Juddah**. Bride of the Red Sea: A 10th/16th Century Account of Jeddah. University of Durham, Centre for Middle Eastern and Islamic Studies, 1984.

IBN IYĀS AL-ḤANAFĪ, Muḥammad Ibn Aḥmad. **Badā’i’ al-zuhūr fī waqā’i’ al-duhūr**. Die Chronik des Ibn Ijās, 4 vol. KAHLE, Paul; MUSTAFA, Muhammed; SOBERNHEIM, Moritz (ed.). Istanbul: Matba al-Dawla, 1931.

\_\_\_\_\_. **Badā’i’ al-zuhūr fī waqā’i’ al-duhūr**. 5 vols. MUSTAFA, Muhammed (ed.). Meca: Maktba Dar al-Baz, 1940.

IBN MAJID, Aḥmad. Urjūza barr al-‘arab fī ḡalīj fāris. In: KHOURY, Ibrahim. Les Poèmes nautiques d’Aḥmad Ibn Mağid, 3eme partie. **Bulletin d’études orientales**, v. 39/40, p. 191-420, 1987-1988.

MAÇOUDI. **Les prairies d’or**. 6 vols. BARBIER DE MEYNARD, Charles; PAVET DE COURTEILLE, Abel (trad.). Paris: Imprimerie impériale, 1861-1871.

ŠANBAL, Aḥmad bin ‘Abdallah. **Tārīḥ al-Šanbal**. AL-HABASHI, Abdullah Muhammad (ed.). Sanaa: Maktaba Sanaa al-Atharyia, 2003.

SILVA, Chandra Richard de (ed.). **Portuguese encounters with Sri Lanka and the Maldives**: translated texts from the Age of Discoveries. Ashgate, 2009.

SOUSA, João de. **Documentos arabicos para a historia portugueza copiados dos originaes da Torre do Tombo**. Lisboa: Academia real das ciencias, 1790.

ULUĠĤĀNĪ, [Ḥājjī al-Dabīr] ‘Abd Allāh Muḥammad ibn ‘Umar Al-Makkī Al-Aṣafī. **An Arabic history of Gujarat**, Zafar ul-wālih bi Muzaffar wa ālih, 3 vols. ROSS, E. Denison (ed.). London: John Murray, 1910-28.

### Fontes europeias

ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA (ed.). **Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo ácerca das navegações e conquistas portuguesas publicados por ordem do governo de sua majestade fidelissima ao celebrar-se a comemoração quadricentenaria do descobrimento da America**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

AL-SALIMI, Abdulrahman & JANSEN, Michael. **Portugal in the Sea of Oman: Religion and Politics. Research on documents. 3 Corpus. 6 Parts. 64 vols.** Hildesheim/Zürich/New York: Georg Olms Verlag, 2012-21.

BARROS, Joam de. **Asia de Joam de Barros**. Lisboa: Imprensa de Bermão Balharde, 1552.

BARROS. João. **Quarta década da Asia de João de Barros**. Madrid: Imprensa Real, 1615.

BNP RES. 80 A. CFB9

BULHÃO PATO, Raymundo Antonio de (ed.). **Cartas de Affonso de Albuquerque, seguidas de documentos que as elucidam**, vol. I. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1884.

Carta persa de Ra'is Charafuddin, vizir de Ormuz, ao sultão otomano Suleimã, Núcleo Antigo 876, Carta dos Vice-Reis da Índia, n. 82 apud COUTO, Dejanirah. Trois documents sur une demande de secours d'Ormuz à la porte ottomane. **Anais de História de Além-Mar**, Vol. III, 2002, p. 483

CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **História do descobrimento & conquista da India pelos portugueses**. Livro Primeiro. Coimbra: João de Barreyra & João Alvarez, 1552.

CORREIA, Gaspar. **Lendas da India**, Tomo I. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1858.

**Das relações entre Portugal e Pérsia, 1500-1758.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1972.

OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de Oliveira. **Veneza e Portugal no Século XVI.** Subsídios para sua história. Lisboa: Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses/Imprensa Nacional, 2000.

**Ordenações da Índia.** s.n., depois de 8 Setembro 1520]. - [6] f.; BNP RES. 80 A. CFB9.

**Ordenações da Índia do senhor Rei D. Manoel de eterna memoria.** Informação verdadeira da Aurea Chersoneso, feita pelo antigo Cosmographo Indiano, Manoel Godinho de Eredia. Cartas em Lingoagem Portuguesa. [...] D. Jeronimo Osório, Bispo de Algarve, ineditas e oferecidas ao muito alto, e poderoso Senhor D. João, príncipe regente por Antonio Lourenço Caminha, Professor de Rhetorica e Poetica. Lisboa: Imprensa Régia, p. 29-61, 1807.

PIRES, Tomé. **Soma horientall que trata do mar roxo ate os chims**, [1535-1536?]. - F. 41 v.-98 v., enc.; 22 cm, BNP, cota cod-299-2.

PIRES, Tomé. **A Suma Oriental de Tomé Pires.** E o livro de Francisco Rodrigues. CORTESÃO, Armando (ed.). Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1978.

## **Bibliografia**

ABOU EL FADL, Khaled. Islamic law and Muslim minorities: The juristic discourse on Muslim minorities from the second/eighth to the eleventh/seventeenth centuries. **Islamic law and society**, v. 1, n. 2, p. 141-187, 1994.

ABU-LUGHOD, Janet L. **Before European Hegemony: the world system A.D. 1250-1350.** New York/Oxford: Oxford University Press, 1989.

ABRAHAM, Renu Elizabeth. **History Writing and Global Encounters in Sixteenth-Century Kerala.** Doctor of Philosophy (PhD) thesis, University of Kent, University of Porto. 2020.

ABULAFIA, David. Thalassocracies. In: HORDEN, Peregrine; KINOSHITA, Sharon (Ed.). **A companion to Mediterranean history**. Chichester, West Sussex: Wiley Blackwell, p. 137-153, 2014.

AL-AZMEH, Aziz. Barbarians in Arab Eyes. **Past & Present**, Oxford, v. 134, n. 1, p. 3-18, Feb., 1992.

\_\_\_\_\_. Histoire et narration dans l'historiographie arabe. **Annales**. Histoire, Sciences Sociales, 41e Année, n. 2, p. 411-431, mars-avril, 1986.

\_\_\_\_\_. **Times of History: Universal Topics in Islamic Historiography**. Budapest/New York: Central European University Press, 2007.

AL-SALIMI, Abdulrahman. The Banians of Muscat: A South Asian merchant community in Oman and the Gulf. In: FROMHERZ, Allen James (ed.). **The Gulf in World History: Arabian, Persian and Global Connections**. Edinburgh: Edinburgh University Press, p. 105–119, 2018.

AL-SALMAN, Mohamed Hameed. Arabian Gulf in the Era of Portuguese Dominance: A Study in Historical Sources. **Liwa**. Journal of the National Center for Documentation & Research, Abu Dhabi, v. 4, n. 7, p. 13-36, Junho, 2012.

ALAM, Muzaffar. **The languages of political Islam**, India, 1200–1800. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

ALAM, Muzaffar & SUBRAHMANYAM, Sanjay. A View from Mecca: Notes on Gujarat, the Red Sea, and the Ottomans, 1517–39/923–946 H.. **Modern Asian Studies**, v. 51, n. 2. p. 268-318, 2017.

\_\_\_\_\_. Letters from Kannur, 1500–50. In: DEVADEVAN, Manu (ed.). **Clio and Her Descendants: Essays for Kesavan Veluthat**. New Delhi: Primus Books, p. 99-131, 2018.

\_\_\_\_\_. Letters from a Sinking Sultan. In: THOMAZ, Luís Filipe (ed.) **Aquém e além da Taprobana: estudos luso-orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard**. Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa, p. 239-265, 2002.

AMER, Ayel. The rise of jihadist sentiments and the writing of history in sixteenth-century Kerala. **The Indian Economic and Social History Review**, SAGE Journals Online, v. 53, n. 3, p. 297–319, Julho-Setembro, 2016.

ALBRECHT, Sarah. **Dār al-Islām revisited**: Territoriality in contemporary Islamic legal discourse on Muslims in the West. Leiden/London: Brill, 2018.

ALVES, Jorge dos Santos. Kalu Muhammad Hilali, Sultan of the Maldives (1491-1528). **Archipel**, v. 70, p. 53-65, 2005.

AMER, Ayel. The rise of jihadist sentiments and the writing of history in sixteenth-century Kerala. **The Indian Economic and Social History Review**, v. 53, n. 3, p. 1–23, 2016.

ANTUNES, Cátia. The Portuguese Maritime Empire: Global Nodes and Transnational Networks. In: STROOTMAN, Rolf; VAN DEN EIJNDE, Floris; VAN WIJK, Roy. **Empires of the Sea: Maritime Power Networks in World History**. Leiden/Boston: Brill, p. 294-311, 2019.

AUBIN, Jean. **Le Latin et l’Astrolabe**: Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales. 3 vols.. Lisbonne/Paris: Centre Culturel Calouste Gulbekian, 1996-2006.

AVELAR, Ana Paula Menino. **Visões do Oriente**: forma de sentir no Portugal de quinhentos. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

AYYAR, Krishna V. The importance of the Zamorins of Calicut. **Proceedings of the Indian History Congress**, v. 37, 252-259, 1976.

BAHL, Christopher D. **Histories of Circulation: Sharing Arabic Manuscripts across the Western Indian Ocean, 1400-1700**. PhD thesis. SOAS University of London. 2018.

\_\_\_\_\_. Reading tarājim with Bourdieu: prosopographical traces of historical change in the South Asian migration to the late medieval Hijaz. **Der Islam**, v. 94, n. 1, p. 234-275, 2017.

\_\_\_\_\_. Transoceanic Arabic historiography: sharing the past of the sixteenth-century western Indian Ocean. **Journal of Global History**, v. 15, n. 2, p. 203-223, 2020.

BALACHANDRAN, Jyoti Gulati. Writing in Arabic in Gujarat and the Hijaz: Some Reflections from the Early Modern Period. **International Journal of Middle East Studies**, v. 55, n. 1, p. 122-127, 2023.

BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício: Iberismo e Barroco na formação americana**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ, 2000.

BASAK, Sohinee. Coastal Gujarat on the Eve of Portuguese Arrival. **Maritime Affairs: Journal of the National Maritime Foundation of India**, v.10, n. 1, p. 95-112, 2014.

BENTLEY, Jerry H. Cross-Cultural Interaction and Periodization in World History. **The American Historical Review**, v. 101, n. 3, 749-770, Jun. 1996.

BENTON, Lauren. Legal spaces of empire: Piracy and the origins of ocean regionalism. **Comparative Studies in Society and History**, v. 47, n. 4, p. 700-724, 2005.

BERTRAND, Romain. **L'Histoire à parts égales**. Récits d'une rencontre, Orient-Occident (XVIe-XVIIe siècle): Récits d'une rencontre, Orient-Occident (XVIe-XVIIe siècles). Paris: Édition du Seuil, 2011. *E-book*.

BIEDERMANN, Zoltán. Portuguese Diplomacy in Asia in the Sixteenth Century: A Preliminary Overview. **Itinerario**, v. 29, n. 2, p. 13-37, 2005.

\_\_\_\_\_. Three Ways of Locating the Global: Microhistorical Challenges in the Study of Early Transcontinental Diplomacy. **Past & Present**, v. 242, n. Supplement 14, p. 110-141, 2019.

BIEDERMANN, Zoltán; GERRITSEN, Anne; RIELLO, Giorgio. Introduction: Global Gifts and the Material Culture of Diplomacy in Early Modern Eurasia. In: ZOLTÁN BIEDERMANN, ANNE GERRITSEN, GIORGIO RIELLO (ed.). **Global Gifts: The Material Culture of Diplomacy in Early Modern Eurasia**. Cambridge:, Cambridge University Press, p. 1-33, 2018.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**, vol. 2: Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BOUCHON, Geneviève. **Inde découverte, inde retrouvée, 1498-1630: études d'histoire indo-portugaise**. Lisbonne/Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

\_\_\_\_\_. Sixteenth Century Malabar and the Indian Ocean. In: GUPTA, Ashin Das & PEARSON Michael N. (ed.). *India and the Indian Ocean, 1500-1800*. Oxford: Oxford University Press, p. 162–184, 1987

\_\_\_\_\_. **Vasco da Gama**. Lisboa: Terramar, 1998.

BURAK, Guy. Between Istanbul and Gujarat: descriptions of Mecca in the sixteenth-century Indian Ocean. **Muqarnas Online**, v. 34, n. 1, p. 287-320, 2017.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010.

BURNINGHAM, Nick. Shipping of the Indian Ocean World. In: Schottenhammer, Angela (ed.). **Early Global Interconnectivity across the Indian Ocean World, Volume II: Exchange of Ideas, Religions, and Technologies**, p. 141-201, 2019.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010.

CAMPBELL, Gwyn. The Role of Kilwa in the Trade of the Western Indian Ocean. SCHNEPEL, Burkhard; ALPERS, Edward A. (ed.). **Connectivity in motion: island hubs in the Indian Ocean world**. Cham: Palgrave Macmillan, p. 111-134, 2018.

CASALE, Giancarlo. **The Ottoman age of exploration**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2010.

\_\_\_\_\_. Tordesillas and the Ottoman caliphate: early modern frontiers and the Renaissance of an Ancient Islamic Institution. **Journal of early modern history**, v. 19, n. 6, p. 485-511, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro, 1982.

CHAKRABARTY, Dipesh. Provincializing Europe: Postcoloniality and the critique of history. **Cultural Studies**, v. 6, n. 3, p. 337-357, 1992.

CHAKRABORTY, Titas. Slavery in the Indian Ocean World. In: PARGAS, D. A.; SCHIEL, J. (ed.). **The Palgrave Handbook of Global Slavery throughout History**. Cham: Palgrave Macmillan, p. 339-357, 2023.

CHAKRAVARTI, Ranabir. Indic Mercantile Networks and the Indian Ocean World: A Millennial Overview (c. 500–1500 CE). In: SCHOTTENHAMMER, Angela (ed.). **Early**

**Global Interconnectivity across the Indian Ocean World, Volume I: Commercial Structures and Exchanges**, p. 191-224, 2019.

CHAUDHURI, Kirti. O comércio asiático. In: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti (dir.). **História da Expansão Portuguesa**. vol. 2. Lisboa, Círculo de Leitores, p. 194-212, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHELHOD, Joseph. Les Portugais au Yemen, d'après les sources arabes'. **Journal asiatique**, v. 283, n. 1, p. 1-18, 1995.

\_\_\_\_\_. Préambule. In: AL-DAYBA', Wajih al-Dīn 'Abd al-Raḥman. **Al-Faḍl al-mazīd**, Le surcroît de mérite: Neuf siècles d'histoire de l'Arabie du Sud. CHELHOD, J. (ed.). Sanaa/Beirute, Dar al-'Awda, p. 1-25, 1983.

CHEKROUN, Amélie. Manuscrits, éditions et traductions du Futūḥ Al-Ḥabaša: état des lieux. **Annales islamologiques**, IFAO, Cairo, n. 46, p. 293-322, 2012.

CHEVEDDEN, Paul E. The Islamic Interpretation of the Crusade: A New (Old) Paradigm for Understanding the Crusades. **Der Islam**. Journal of the History and Culture of the Middle East, De Gruyter, v. 83, n. 1, p. 90-136, Setembro, 2006.

CHITTICK, Neville. **Kilwa**: an Islamic trading city on the East African coast. vol. 1. Nairobi: The British Insitutite in East Africa, 1974.

CONRAD, Sebastian. **What is global history?** Princeton: Princeton University Press, 2016.

COUTO, Dejanirah. Algumas notas sobre a questão dos colaboradores dos Portugueses no Estado da Índia (séculos XVI e XVII). In: GONZALEZ, Paloma Otaola; TEMPÈRE, Delphine; BALUTET, Nicolas (ed.). **Contrabandista entre mundos fronterizos**: hommage au professeur Hugues Didier. Paris: Publibook, p. 265-284, 2010.

\_\_\_\_\_. Contribution of Portuguese narrative sources to the history of Qal'at al-Bahrain: some information on the expeditions of 1521 and 1529. **Topoi**. Orient-Occident, v. Supplément 15, p. 317-333, 2017.

\_\_\_\_\_. L'espionnage portugais dans l'empire ottoman au XVI<sup>e</sup> siècle. In: **La Découverte, le Portugal et l'Europe**. Actes du Colloque. Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988, publiés sous la direction de Jean Aubin. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, centre culturel portugais, p. 243-267. 1990.

\_\_\_\_\_. Muscat and the Portuguese: economic and political dynamics in the early 16th century (1507-1529). **Arabian Humanities**. Revue internationale d'archéologie et de sciences sociales sur la péninsule Arabique/International Journal of Archaeology and Social Sciences in the Arabian Peninsula, n. 15, 2022.

\_\_\_\_\_. Reactions anti-portugaises dans le Golfe Persique (1521-1529). In: BACQUÉ-GRAMMONT, PINO, Angel et KHORY, Samaha (ed.). **D'un Orient l'Autre**. Acts des troisième journées de l'Orient. Bordeaux, 2-4 octobre, 2002. Paris-Louvain: Éditions Peeters, p.123-159, 2005.

\_\_\_\_\_. The role of Interpreters, or Linguas, in the Portuguese Empire During the 16th Century. **e-Journal of Portuguese History** (e-JPH), v. 1, n. 2, p. 1-10, 2003.

COUTO, Jorge (dir.). **Atlas de história de Portugal: uma perspectiva geopolítica**. Lisboa: Sociedade Francisco Manuel dos Santos, 2021.

CRUZ, Maria Augusta Lima. La vision de l'indien chez les premiers chroniqueurs portugais de l'Asie: la fixation d'une image. In: **La découverte, le Portugal et l'Europe. Actes du colloque**. Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988. Paris: Fondation Caloust Gulbekian, Centre Culturel Portugais, p. 235-241, 1990.

DALE, Stephen F. The Islamic Frontier in Southwest India: The shahīd as a cultural ideal among the Mappillas of Malabar. **Modern Asian Studies**, v. II, n. I, p. 41-55, 1977.

DALE, Stephen F.; MENON, M. Gangadhara. "Nerccas": saint-martyr worship among the Muslims of Kerala. **Bulletin of the school of Oriental and African studies**, v. 41, n. 3, p. 523-538, 1978.

DAVIS, Natalie Zemon. Decentering history: Local stories and cultural crossings in a global world. **History and Theory**, v. 50, n. 2, p. 188-202, 2011.

DELMAS, Adrien. Writing in Africa. The Kilwa Chronicle and other Sixteenth Century Portuguese Testimonies. In: BRIGAGLIA, Andrea; NOBILI, Mauro (ed.). **The Arts and Crafts of Literacy**. Islamic Manuscript Cultures in Sub-Saharan Africa. Berlin: De Gruyter, p. 181-206, 2017.

DIAS, João José Alves. Senhor da conquista, da navegação e comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia: Em torno da titulação do rei de Portugal. In: CASTELO-BRANCO, Miguel (coord.). **Portugal no Golfo Pérsico: 500 anos**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, p. 35-39, 2018.

EATON, Richard M. **A Social History of the Deccan, 1300-1761: Eight Indian Lives**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2005.

FAROQHI, Suraiya. **Pilgrims and Sultans: the hajj under the Ottomans 1517-1683**. London/New York: I.B. Tauris & Co, 1994.

FISCHEL, Walter J. The Spice Trade in Mamluk Egypt: A Contribution to the Economic History of Medieval Islam. **Journal of the Economic and Social History of the Orient**, v. 1, n. 2, 157-174, Apr. 1958.

FLORES, Jorge. Floating Franks: The Portuguese and their empire as seen from early modern Asia. In: Robert Aldrich and Kirsten McKenzie (ed.). **The Routledge History of Western Empires**. London/New York: Routledge, p. 33-45, 2014.

\_\_\_\_\_. **Nas Margens do Hindustão: o estado da Índia e a expansão mongol ca. 1570-1640**. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2015.

FONSECA, Luís Adão da. The Idea of Crusade in Medieval Portugal: Political Aims and Ideological Framing. In: NIELSEN, Torben Kjersgaard; FONNESBERG-SCHMIDT, Iben (ed.). **Crusading on the edge**. Turnhout: Brepols, p. 177-198, 2016.

FRANTZ-MURPHY, Gladys. Negotiating the Last Mamluk-Venetian Commercial Decree (922–3/1516–7): Commercial Liability from the Sixth/Twelfth to the Early Tenth/Sixteenth Century. In: BAUDEN, Frédéric; DEKKICHE, Malika (ed.). **Mamluk**

**Cairo, a Crossroads for Embassies:** Studies on Diplomacy and Diplomatics. Leiden/Boston: Brill, p. 741-781, 2019.

GOMES, F. **História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa.** Lisboa: Ediclube, 2004.

GREIF, Avner. The fundamental problem of exchange: A research agenda in Historical Institutional Analysis. **European Review of Economic History**, Cambridge University Press, v. 4, n. 3, p. 251-284, 2000.

HALIKOWSKI-SMITH, Stefan. 'The friendship of kings was in the Ambassadors': Portuguese diplomatic embassies in Asia and Africa during the sixteenth and seventeenth centuries. **Portuguese Studies**, v. 22, n. 1, p. 101-134, 2006.

HANNA, Nelly. **Ottoman Egypt and the Emergence of the Modern World, 1500–1800.** Cairo/New York: The American University in Cairo Press, 2014.

HEEBØLL-HOLM, Thomas. Medieval Denmark as a Maritime Empire. In: STROOTMAN, Rolf; VAN DEN EIJNDE, Floris; VAN WIJK, Roy. **Empires of the Sea: Maritime Power Networks in World History.** Leiden/Boston: Brill, p. 294-311, 2019.

HESPANHA, António Manuel. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.) **Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 43-93, 2010.

\_\_\_\_\_. **Filhos da terra.** Identidades Mestiças nos confins da expansão Portuguesa, Lisboa, Tinta-da-china, 2019.

HEYWOOD, Colin. The frontier in Ottoman history: Old ideas and new myths. In: POWER, Daniel, STANDEN, Naomi (ed.). **Frontier in Question: Eurasian Borderlands, 700-1700.** London: Macmillan Education, p. 228-250, 1999.

HO, Engseng. Empire through diasporic eyes: A view from the other boat. **Comparative Studies in Society and History**, v. 46, n. 2, p. 210-246, 2004.

\_\_\_\_\_. **The graves of Tarim: genealogy and mobility across the Indian Ocean.** Berkeley: University of California Press, 2006.

—. The Two Arms of Cambay: Diasporic Texts of Ecumenical Islam in the Indian Ocean. **Journal of the Economic and Social History of the Orient**, Leiden, v. 50, n. 2-3, p. 347–361, Janeiro, 2007.

ISLAHI, Abdul Azim. **Muslim Economic Thinking and Institutions in the 10th AH/ 16th CE Century**. Jeddah: KAU Scientific Publishing Centre, 2009.

JOHN, James. **The Portuguese and the Socio-cultural Changes in Kerala: 1498-1663**. New Delhi: Manohar/Routledge, 2020.

JONES, Linda G. **The Power of oratory in the medieval Muslim world**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

JOST, Alexander. “He Did Not Kiss the Earth Between His Hands”: Arabic Sources on the Arrivals of the Zheng He Fleet in Aden and Mecca (1419–1432). SCHOTTENHAMMER, Angela (Ed.). **Early Global Interconnectivity across the Indian Ocean World, Volume I: Commercial Structures and Exchanges**, p. 79-95, 2019.

KERN, Laurenz. How to Publish a Book in the Fifteenth-Century Middle East: The Case of Ibn Nāṣir al-Dīn’s ‘Abundant Refutation’. In: BAHL, Christopher D.; HANß, Stefan (ed.). **Scribal Practice and the Global Cultures of Colophons, 1400–1800**. Cham: Springer International Publishing, p. 91-108, 2022.

KHALIDI, Tarif. **Arabic historical thought in the classical period**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

KHALILIEH, Hassan S. **Islamic Law of the Sea: Freedom of Navigation and Passage Rights in Islamic Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

KIENIEWICZ, Jan. The Portuguese factory and trade in Pepper in Malabar during the 16th century. **The Indian Economic & Social History Review**, v. 6, n. 1, p. 61-84, 1969.

KOORIA, Mahmood. “Killed the Pilgrims and Persecuted Them”: Portuguese Estado da India’s Encounters with the Hajj in the Sixteenth Century. In: RYAD, Umar. **The Hajj and Europe in the age of empire**. Brill, p. 14-46, 2017.

\_\_\_\_\_. An Abode of Islam under a Hindu King: Circuitous Imagination of Kingdoms among Muslims of Sixteenth-Century Malabar. **Journal of Indian Ocean World Studies**, v. 1, 89-109, 2017.

\_\_\_\_\_. Does the Pagan King Reply? Malayalam Documents on the Portuguese Arrival in India. **Itinerario**, v. 43, n. 3, p. 423-442, 2019.

\_\_\_\_\_. **Islamic Law in Circulation: Shāfiʿī Texts across the Indian Ocean and the Mediterranean**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

\_\_\_\_\_. *Khuṭbat al-Jihāiyya: A Sixteenth-Century Anti-Portuguese Sermon*. \_\_\_\_\_; PEARSON, Michael Naylor. **Malabar in the Indian Ocean: Cosmopolitanism in a Maritime Historical Region**. New Dehli: Oxford University Press, p. 64-75, 2018.

\_\_\_\_\_. Texts as Objects of Value and Veneration Islamic Law Books in the Indian Ocean Littoral. **Sociology of Islam**, v. 6, p. 60-83, 2018.

\_\_\_\_\_. Zones of origins: The formation of Islamic law in the Indian Ocean littoral, c. 615–1000 CE. In: KOORIA, Mahmood; RAVENSBERGEN, Sanne (Ed.). **Islamic Law in the Indian Ocean World: Texts, Ideas and Practices**. London/New York: Routledge, p. 14-38, 2021.

KRISHNA AYYAR, K. V. The importance of the Zamorins of Calicut. **Proceedings of the Indian History Congress**, v. 37, 252-259, 1976.

KUGLE, Scott. **Hajj to the heart: Sufi journeys across the Indian Ocean**. UNC Press Books, 2021.

LAMBOURN, Elizabeth. From Cambay to Samudera-Pasai and Gresik-the export of Gujarati grave memorials to Sumatra and Java in the fifteenth century C. E. **Indonesia and the Malay World**, v. 31, n. 90, p. 221-284, 2003.

\_\_\_\_\_. India from Aden–Khutba and Muslim urban networks in late thirteenth-century India. In: HALL, Kenneth R. (ed.). **Secondary Cities and Urban Networking in the Indian Ocean Realm, c. 1400-1800**. Plymouth: Lexington Books, p. 55-97, 2008.

\_\_\_\_\_. Khutba and Muslim networks in the Indian Ocean (Part II) – Timurid and Ottoman engagements. In: HALL, Kenneth R. (ed.). **The growth of non-Western cities: primary and secondary urban networking, c. 900-1900**. Plymouth: Lexington Books, p. 131-158, 2011.

LESURE, Michel. Un document ottoman de 1525 sur l'Inde portugaise et les pays de la Mer Rouge. **Mare Luso-Indicum**, Paris, Société d'histoire de l'Orient. v. 3, p.137-160, 1976.

LOPES, David. **Extractos da Historia da Conquista do Yaman Pelos Othmanos**. Contribuições Para a Historia do Estabelecimento dos Portugueses na India. Memoria destinada à X Sessao de Congresso Internacional Dos Orientalistas. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

\_\_\_\_\_. **História dos Portugueses no Malabar por Zinadim**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898.

MALEKANDATHIL, Pius. From merchant capitalists to corsairs: the response of the Muslim merchants of Malabar to the Portuguese commercial expansion (1498-1600). **Proceedings of the Indian History Congress**, v. 64, p. 466-490, 2003.

\_\_\_\_\_. **Maritime India: trade, religion and polity in the Indian Ocean**. Delhi: Primus Books, 2013.

\_\_\_\_\_. The Portuguese casados and the intra-Asian trade: 1500-1663. **Proceedings of the Indian History Congress**, v. 61, p. 385–406, 2000.

MALIECKAL, Bindu. Muslims, Matriliney, and A Midsummer Night's Dream - European Encounters with the Mappilas of Malabar, India. **The Muslim World**, v. 95, n. 2, 297–316, April 2005.

MARCOCCI, Giuseppe. **A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

\_\_\_\_\_. Consciência e império: política e teologia moral no mundo português da idade moderna. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**, v. 39.2, jul./dez, p. 329-352, 2019.

\_\_\_\_\_. **Índios, chinos, falsarios: las historias del mundo en el Renacimiento.** Madrid: Alianza Editorial, 2019.

MARGARITI, Roxani Eleni. Mercantile networks, port cities, and “pirate” states: conflict and competition in the Indian Ocean world of trade before the sixteenth century. **Journal of the Economic and Social History of the Orient**, v. 51, n. 4, p. 543-577, 2008.

MARTINS, Nuno. Aprendizagem e adaptação da diplomacia no império português na Ásia (1505-1515). **Revista 7 Mares**, n. 4, p. 49-58, Junho 2014.

MATTHEE, Rudi. The Portuguese Presence in the Persian Gulf: An Overview. In: MACRIS, Jeffrey R., KELLY, Saul. (ed.) **Imperial Crossroads: The Great Powers and the Persian Gulf.** Annapolis: Naval Institute Press, p. 2-11, 2012.

MELO, J. de. **O Oriente na Literatura e História Portuguesa.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933.

MELOY, John L. Money and Sovereignty in Mecca: Issues of the Sharifs in the Fifteenth and Sixteenth Centuries. **Journal of the Economic and Social History of the Orient**, v. 53, p.712-738, 2010.

MORTEL, Richard T. Aspects of Mamluk Relations with Jedda during the Fifteenth Century: The Case of Timraz Al-Mu'ayyadī. **Journal Of Islamic Studies**, v. 6, n. 1, p. 1-13, 1995.

NEWITT, Malyn. **A History of Portuguese Overseas Expansion, 1400-1668.** London: Routledge, 2005.

\_\_\_\_\_. Formal and informal empire in the history of Portuguese expansion. **Portuguese Studies**, v. 17, n. 1, p. 1-21, 2001.

MOREIRA, Beatriz Bissio. **O mundo falava árabe: A civilização árabe-islâmica clássica através da obra de Ibn Khaldun e Ibn Battuta.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MOTA, Thiago Henrique. Alteridade islâmica no Império português: notas sobre um fenômeno da Época Moderna. **Revista 7 Mares**, Universidade Federal Fluminense, v. 1, n. 2, p. 4-20, Abril, 2013.

OLIVEIRA MARQUES, António Henrique R. de; DIAS, João José Alves. **Atlas histórico de Portugal e do ultramar português**. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2003.

ÖZBARAN, Salih. An Imperial Letter from Süleyman the Magnificent to Dom João III Concerning Proposals for an Ottoman-Portuguese Armistice. **Portuguese Studies**, v. 6, p. 24-31, 1990.

\_\_\_\_\_. **The Ottoman Response to European Expansion**: Studies on Ottoman-Portuguese Relations in the Indian Ocean and Ottoman Administration in the Arab Lands during the Sixteenth Century. Istanbul: Isis, 1994.

PEACOCK, Andrew Charles Spencer. Jeddah and the India Trade in the Sixteenth Century: Arabian Contexts and Imperial Policy. In: CARTER, Robert. **Human Interaction with the Environment in the Red Sea**. Brill, p. 290-322, 2017.

\_\_\_\_\_. Three Arabic letters from North Sumatra of the sixteenth and seventeenth centuries. **Indonesia and the Malay World**, v. 44, n. 129, p. 188-210, 2016.

PEARSON, Michael N. Cafilas and Cartazes. **Proceedings of the Indian History Congress**, v. 30, p. 200-207, 1968.

PELÚCIA, Alexandra. **Corsários e Piratas Portugueses**. Aventureiros nos mares da Ásia. A esfera dos livros. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

PERCZEL, Istaván. Cosmopolitisme de la Mer d'Arabie. In: LEFÈVRE, Corinne; ŽUPANOV, Ines G.; FLORES, Jorge Manuel. **Cosmopolitismes en Asie du Sud**: sources, itinéraires, langues (XVIe-XVIIIe siècle). Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales, 2020.

PHILLIPS, Carla Rahn. The growth and composition of trade in the Iberian empires, 1450-1750. TRACY, James D. (org.). **The rise of merchant empires**: long-distance trade in the Early Modern World, 1350-1750. Cambridge: Cambridge University Press, p. 34-101, 1990.

PIACENTINI FIORANI, Valeria. Harmuz and the 'Umānī and Arabian world (fifteenth century). **Proceedings of the Seminar for Arabian Studies**, v. 30, p. 177-188, 2000.

\_\_\_\_\_. Salghur Shah, malik of Hormuz, and his embargo of Iranian Harbours (1475-1505). In: COUTO, Dejanirah; LOUREIRO, Rui (Ed.). **Revisiting Hormuz. Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period.** Harassowitz Verlag, p. 3-12, 2008.

\_\_\_\_\_. The Gulf: a cosmopolitan mobile society – Hormuz, 1475–1515 ce. In: FROMHERZ, Allen James (ed.). **The Gulf in World History: Arabian, Persian and Global Connections.** Edinburgh: Edinburgh University Press, p. 35–56, 2018.

PIACENTINI FIORANI, Valeria; VELDE, Christian. The battle of Julfār (880/1475). **Proceedings of the Seminar for Arabian Studies**, v. 39, p. 321–336, 2009.

PKM, Abdul Jaleel. Arab immigrants under Hindu kings in Malabar: Ethical pluralities of “naturalisation” in Islam. In: JUREIDINI, Ray; HASSAN, Said Fares (ed.). **Migration and Islamic Ethics: Issues of Residence, Naturalisation and Citizenship.** Leiden/Boston: Brill, p. 196-214, 2020.

PORTER, Venetia. **The history and monuments of the Tahirid dynasty of the Yemen 858-923/1454-1517.** Doctoral dissertation. Durham University. 1992.

POLANYI, Karl. Ports of trade in early societies. **The Journal of Economic History**, v. 23, n. 1, p. 30-45, 1963.

PRADINES, Stéphane; LE GUENNEC-COPPENS, Françoise; MERY, Sophie. L'art de la guerre chez les Swahili: les premiers forts d'Afrique orientale. **Journal des africanistes**, v. 72, n. 2, p. 71-87, 2002.

PRANGE, Sebastian R. A trade of no dishonor: piracy, commerce, and community in the western Indian Ocean, twelfth to sixteenth century. **The American Historical Review**, v. 116, n. 5, p. 1269-1293, 2011.

\_\_\_\_\_. **Monsoon Islam: Trade and faith on the medieval Malabar Coast.** Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

\_\_\_\_\_. The Contested Sea: Regimes of Maritime Violence in the Pre-Modern Indian Ocean. **Journal of Early Modern History**, v. 17, n. 1, p. 9-33, 2013.

\_\_\_\_\_. The Pagan King replies: an Indian perspective on the Portuguese arrival in India. **Itinerario**, v. 41, n. 1, p. 151-173, 2017.

PRATT, Mary Louise. **Imperial eyes**: Travel writing and transculturation. Londres: Routledge, 2007.

RAJ, Kapil. Spaces of Circulation and Empires of Knowledge: Ethnolinguistics and Cartography in Early Colonial India. In: FINDLEN, Paula (org.). **Empires of Knowledge**: Scientific Networks in the Early Modern World. Nova Iorque: Routledge, p. 269-294, 2019.

RAMOS, Rui; SOUSA, B. V. E. & MONTEIRO, N. G. **História de Portugal**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

RESENDE, Vasco. Discours idéologique ou projet politique? La croisade en Terre sainte, la destruction de l'islam et l'expansion portugaise en Orient sous le règne de Manuel Ier. In: DOMINGUES, Francisco Contente; HORTA, José da Silva; VICENTE, Paulo David (orgs.). **D'Aquém, d'Além e d'Ultramar**: Homenagem a António Dias Farinha, 2 vols. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, p. 633-666, 2015.

RIBEIRO, Fernando Rosa. Two Sixteenth-Century Indian Ocean Intellectuals in Goa and Malabar: Orta and Zainuddin. In: PEARSON, Michael. **Trade, Circulation, and Flow in the Indian Ocean World**. New York: Palgrave Macmillan, p. 153-166, 2015.

RICCI, Ronit. **Islam translated**: Literature, conversion, and the Arabic cosmopolis of South and Southeast Asia. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

ROQUE, Ana. The Sofala Coast (Mozambique) in the 16th Century: between the African trade routes and Indian Ocean trade. In: WALKER, Iain; RAMOS, Manuel João; KAARSHOLM, Preben. **Fluid Networks and Hegemonic Powers in the Western Indian Ocean**. Lisboa: Centro de Estudos Internacionais, p. 19-36, 2017.

ROSENTHAL, Franz. **A History of Muslim Historiography**. Leiden: Brill, 1968.

ROSS, Edward Denison. Introduction. In: ULUGĤĀNĪ, [al-Hājjī al-Dabīr] 'Abd Allah Muḥammad ibn 'Umar Al-Makkī Al-Aṣafī. **An Arabic history of Gujarat**; Zafar al-wāliḥ bi-Muẓaffar wa aliḥ. vol. I ROSS, Edward Denison (ed.). London: John Murray, p. v-x, 1910.

\_\_\_\_\_. Introduction. In: ULUĞHĀNĪ, [al-Hājī al-Dabīr] ‘Abd Allah Muḥammad ibn ‘Umar Al-Makkī Al-Aṣafī. **An Arabic history of Gujarat**; Zafar al-wālih bi-Muẓaffar wa alih. vol. II. ROSS, Edward Denison (ed.). London: John Murray, p. v-xxxiv, 1921.

ROTHERMUND, Dietmar. **Violent Traders: Europeans in Asia in the Age of Mercantilism**. Nova Delhi: Manohar, 2014.

SAAD, Elias. Kilwa dynastic historiography: a critical study. **History in Africa**, v. 6, p. 177-207, 1979.

ŞAHİN, Kaya. **Empire and Power in the Reign of Süleyman: Narrating the Sixteenth-Century Ottoman World**. Cambridge University Press, 2013.

SALMAN, Mohammed Hameed. **Aspects of Portuguese Rule in the Arabian Gulf, 1521-1622**. Thesis submitted for the Degree of Doctor of Philosophy in the University of Hull. December 2004.

SANTOS PÉREZ, José Manuel. “História Global, História Mundial. Alguns aspectos da formação histórica de um mundo globalizado”. In: \_\_\_\_\_. **Histórias Conectadas: Ensaio sobre história global, comparada e colonial na Idade Moderna (Brasil, Ásia e América Hispânica)**. Rio de Janeiro: Autografia, p. 16-27, 2016.

SEN, Tansen. The impact of Zheng He's expeditions on Indian Ocean interactions. **Bulletin of the School of Oriental and African Studies**, v. 79, n. 3, p. 609-636, 2016.

SERJEANT, Robert B. Materials for South Arabian History: Notes on new MSS from W24 from Hadramawt. **Bulletin of the School of Oriental and African Studies**, SOAS, Cambridge University Press, v. 13, n. 3, p. 581-601, October 1950.

\_\_\_\_\_. **The Portuguese off the South Arabian Coast: Hadrami Chronicles**. Oxford: Clarendon Press, 1963.

SMITH, Clive K. Introduction. In: AL-NAHRAWALLI AL-MAKKI, Qutb al-Din; SMITH, Clive K.. **Lighting over Yemen: A history of the Ottoman Campaign 1569-71**. London. I.B. Tauris, p. 1-12, 2002.

SMITH, Stefan Halikowski. **Portugal and the European spice trade, 1480-1580**. Tese de Doutorado (Phd thesis). European University Institute, Fiesole, 2001.

SIMON, J. **La Mer Rouge, l'Abyssinie et l'Afrique depuis l'antiquité**. Tome II. Les guerres du poivre. Les Portugais dans l'océan Indien et la mer Rouge au XVI e siècle. Histoire de la cartographie orientale. Le Caire: Société Royale de Géographie d'Égypte, t. XVI), 1938.

STRONG, S. Arthur. The History of Kilwa. **The Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland**, Londres, p. 385-430, 1895.

SUBAIRATH, C. T. Calicut: A centri-petal force in the Chinese and Arab trade (1200-1500). **Proceedings of the Indian History Congress**. Indian History Congress, v. 72, p. 1082-1089, 2011.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. A tale of three empires: Mughals, Ottomans, and Habsburgs in a comparative context. **Common Knowledge**, v. 12, n. 1, p. 66-92, 2006.

\_\_\_\_\_. **Courtly encounters**: translating courtliness and violence in early modern Eurasia. Cambridge/London: Harvard University Press, 2012.

\_\_\_\_\_. **Empires between Islam and Christianity, 1500-1800**. Nova Iorque: SUNY Press, 2019.

\_\_\_\_\_. **Europe's India: Words, People, Empires, 1500-1800**. Cambridge: Harvard University Press, 2017.

\_\_\_\_\_. **Impérios em Concorrência**: Histórias conectadas nos séculos XVI e XVII. Lisboa: ICS, 2012.

\_\_\_\_\_. Intertwined Histories: Crónica and Tārīkh in the Sixteenth-Century Indian Ocean World. **History and Theory**, v. 49, n. 4, p. 118-145, 2010.

\_\_\_\_\_. Morality and Empire: Cases, Norms, and Exceptions in Sixteenth-Century Portuguese Asia. In: GINZBURG, Carlo; BIASIORI, Lucio (Ed.). **A Historical Approach to Casuistry**: Norms and Exceptions in a Comparative Perspective. Bloomsbury Publishing, p. 219-238, 2019.

\_\_\_\_\_. Taking stock of the Franks: South Asian views of Europeans and Europe, 1500–1800. **The Indian Economic & Social History Review**, v. 42, n. 1, p. 69-100, 2005.

\_\_\_\_\_. **The Portuguese Empire in Asia: A Political and Economic History, 1500–1700.** Hoboken: Wiley-Blackwell, 2012.

\_\_\_\_\_. *Written on Water: designs and dynamics in the Portuguese Estado da Índia.* In: ALCOCK, Susan; D'ALTROY, Terence N; MORRISON, Kathleen D; SINOPOLI, Carla M. **Empires: Perspectives from Archaeology and History**, p. 42-69, 2001.

\_\_\_\_\_. *On World Historians in the Sixteenth Century.* **Representations**, University of California Press, v. 91, n. 1, p. 26-57, Verão, 2005.

SUBRAHMANYAM, Sanjay & ALAM, Muzaffar. *A Handful of Swahili Coast Letters, 1500–1520.* **International Journal of African Historical Studies**, v. 52, n. 2, 255-281, 2019.

SUBRAHMANYAM, Sanjay & THOMAZ, Luís Filipe F. R. *Evolution of empire: The Portuguese in the Indian Ocean during the sixteenth century.* In: TRACY, James D. **The political economy of merchant empires: State power and world trade, 1350-1750.** New York: Cambridge University Press, p. 298-331, 1991.

TELES CUNHA, João. «Dares & Tomares» no Orientalismo Português. In: VON KEMNITZ, Eva-Maria (coord.). **Estudos orientais.** Lisboa: Universidade Católica Editora, p. 135-163, 2012.

\_\_\_\_\_. **Olha da grande Pérsia o império nobre: Relações entre Portugal e a Pérsia na Idade Moderna (1507-1750).** Lisboa: Governo de Portugal. Secretário de Estado da Cultura, 2014.

\_\_\_\_\_. *Oman and Omanis in Portuguese Sources in the Early Modern Period (ca. 1500-1750).* In: HOFFMANN-RUF, Michaela; AL-SALIMI, Abdulrahman (ed.). **Oman and Overseas.** Hildesheim/Zurique/Nova Iorque: Georg Olms Verlag, p. 227-263, 2013.

\_\_\_\_\_. *The Portuguese Presence in the Persian Gulf.* In: PORTER, Lawrence G. (ed.). **The Persian Gulf in History.** Nova Iorque: Palgrave Macmillan, p. 207-234, 2009.

THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis. D. Manuel, a Índia e o Brasil. **Revista de História**, v. 161, p.13-57, 2º semestre de 2009.

\_\_\_\_\_. **De Ceuta a Timor**. Lisboa. Difel, 1994.

\_\_\_\_\_. Factions, interests and messianism: The politics of Portuguese expansion in the east, 1500—1521. **The Indian Economic & Social History Review**, v. 28, n. 1, p. 97-109, 1991.

\_\_\_\_\_. The Portuguese control over Indian Ocean and the *cartaz* system. **Os mares do oriente: a presença Portuguesa CIRCA 1507: actas / X Simpósio de História Marítima**. Lisboa: Academia de Marinha, p. 267-334, 2011.

TIBBETTS, Gerald Randall. Navigational Theory. In: AHMAD IBN MAJID AL-SA'DI; TIBBETTS, Gerald Randall. **Arab Navigation in the Indian Ocean before the Coming of the Portuguese**: Being a Translation of Kitab Al-Fawa'id Fi Usul Al-Bahr Wa'l-Qawa'id of Ahmad B. Majid Al-Najdi Together with An Introduction on the History of Arab Navigation, Notes on the Navigational Techniques and on the Topography of the Indian Ocean, and a Glossary of Navigational Terms. Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland, 269-391, 1971.

TUCHSCHERER, Michel. Trade and Port Cities in the Red Sea–Gulf of Aden Region in the Sixteenth and Seventeenth Century. In: FAWAZ, Leila Tarazi; BAYLY, C. A. (ed.). **Modernity and Culture: From the Mediterranean to the Indian Ocean**. New York: Columbia University Press, p. 28-45, 2002.

VALENSI, Lucette. Présence du passé, lenteur de l'histoire. **Annales**. Economies, Histoire, Sciences Sociales. v. 48, n. 3, p. 491-500, 1993.

VERNET, Thomas. East African travelers and traders in the Indian Ocean: Swahili Ships, Swahili mobilities ca. 1500–1800. In: PEARSON, Michael N. (ed.). **Trade, circulation, and flow in the Indian Ocean world**. New York: Palgrave Macmillan US, p. 167-202, 2015.

WADE, Geoff. Islam across the Indian Ocean to 1500 CE. In: SCHOTTENHAMMER, Angela (Ed.). **Early global interconnectivity across the Indian Ocean world, Volume II: Exchange of ideas, religions, and technologies**. Cham: Palgrave Macmillan, p. 85-138, 2019.

WALRAVENS, Meia. Arabic as a Language of the South Asian Chancery: Bahmani Communications to the Mamluk Sultanate. **Arabica**, v. 67, n. 4, p. 409-435, 2020.

\_\_\_\_\_. Multiple Audiences of a History from Sixteenth-Century Malabar: Zayn al-Dīn al-Ma‘barī’s Gift of the Strugglers for Jihad. **South Asian Studies**, v. 35, n. 2, p. 226-236, 2019.

WALZ, Jonathan. Early inland entanglement in the Swahili world, c. 750–1550 CE. In: WYNNE-JONES, Stephanie; LAVIOLETTE, Adria (Ed.). **The Swahili World**. London/New York: Routledge, p. 388-402, 2017.

WEINRICH, Ines. From the Arab Lands to the Malabar Coast: The Arabic mawlid as a Literary Genre and a Traveling Text. **Entangled Religions**, v. 11, n. 5, 2022.

WHEELER, James Talboys. **The History of India from the Earliest Ages**. Vol. III: Hindu Buddhist Brahmanical revival. London: Trübner & Co., 1874.

WICK, Alexis. **The Red Sea: In Search of Lost Space**. Oakland: University of California Press, 2016.

WILKINSON, J. C. Oman and East Africa: New Light on Early Kilwan History from the Omani Sources. **The International Journal of African Historical Studies**, Vol. 14, No. 2 p. 272-305, 1981.

WINK, André. **The Making of the Indo-Islamic World: c. 700–1800 CE**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

WINTER, Michael. Historiography in Arabic during the Ottoman period. ALLEN, Roger; RICHARD, D. S. (ed.). **Arabic Literature in the Post-Classical Period**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 171-188, 2006.

WOLFF, Robert S. Da Gama's Blundering: Trade Encounters in Africa and Asia during the European 'Age of Discovery,' 1450-1520. **The History Teacher**, v. 31, n. 3, p. 297-318, 1998.

XAVIER, Ângela Barreto; ŽUPANOV, Ines G. **Catholic Orientalism. Portuguese Empire, Indian Knowledge (16th-18th Centuries)**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

YILMAZ, Hüseyin. Kingship and Legitimacy in the Sixteenth Century Ottoman Empire. In: KHAFIPOUR, Hani (Ed.). **The empires of the Near East and India: source studies of the Safavid, Ottoman, and Mughal literate communities.** New York: Columbia University Press, p. 193-204, 2018.

YUN CASALILLA, Bartolomé. **Historia global, historia transnacional e historia de los imperios.** El Atlántico, América y Europa (siglos XVI-XVIII). Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2019.



## Anexo 2: Glossário de termos árabes

**Adab:** letras ou literatura; gênero de textos sobre maneiras e etiqueta.

**Adīb** (pl. **udabā**): pessoa erudita.

**Ahl al-ḥadīṭ** : aqueles qualificados na ciência do hadice (*ḥadīṭ*), isto é, da tradição do que o Profeta Muhammad fez ou disse.

**Aḥbār** (sing. **ḥabar**): notícias; informações ou relatos variando em comprimento de uma linha a várias páginas.

**Dār al-ḥarb**: morada da guerra; territórios considerados hostis e além dos domínios de um governo muçulmano e onde a lei islâmica não é praticada.

**Dār al-Islam**: morada do Islã; o equivalente islâmico de Cristandade.

**Dār al-kufr**: morada da descrença; território governado pelas normas de infiéis e, via de regra, equivalente a *dār al-ḥarb*.

**Dīn**: A religião do Islã, especialmente seus deveres práticos.

**Dirham**: peso geralmente dois terços de um *mitqāl*; nome da unidade de moeda de prata no sistema monetário islâmico inicial.

**Ḍayl**: continuação de uma crônica existente; lit. acréscimo.

**Ḍimmī**: não-muçulmano autorizado a viver sob a égide do Islã; lit. protegido.

**Emir** (ar. **amīr**): comandante; príncipe; nobre ou homem de renome.

**Faqīh** (pl. **fuqahā'**): especialista em jurisprudência islâmica.

**Farmān**: termo persa para ordem ou decreto.

**Fatwá** (pl. **fatāwá**): sentença, pronunciamento ou opinião jurídica.

**Franj** (pl. **ifranj**): lit. franco, como o persa firangi; termo para os cristãos europeus.

**Fiqh**: jurisprudência islâmica.

**Funduq**: feitoria.

**Ġazw**: razia; expedição; guerra ofensiva contra infiéis.

**Ġulām**: escravo doméstico; soldado-escravo, como é mais usado em persa.

**Ġurāb** (pl. **aġraba**): galé mercante e de guerra de 150 a 300 toneladas com dois ou três mastros, termo usado também para as naus portuguesas.

**Hégira (al-Hijra)**: exílio do Profeta de Meca para Yatrib (Medina), que marca o início do calendário islâmico (ano *hijrī* = H.).

**Ḥadīṭ**, (pl. **'aḥādīṭ**): ditos ou tradições do Profeta Muhammad ou seus Companheiros.

**Hanafita (ḥanafī)**: seguidor do imam Abū Ḥanīfa, fundador da escola ou rito sunita que leva seu nome.

**Ḥāṭib**: orador que pronuncia o *ḥuṭba*, geralmente um religioso de uma congregação.

**Ḥuṭba**: discurso especial dado na mesquita às sextas-feiras em que o nome do governante é costumeiramente mencionado.

**Imam** (sig. **imām**, pl. **a'imma**): quem conduz oração; líder espiritual ou verdadeiro sucessor do profeta em algumas vertentes do Islã; lit. quem está a frente.

**Isnād** (pl. **asānīd**): cadeia de transmissão.

**Jihad** (ar. **jihād**): esforço; luta (*jihād fī sabīl Allah*) luta no caminho de Deus; guerra santa.

**Kāfir** (pl. **kufār**): não-muçulmano que não é dos ahl al-kitāb, 'povo do livro'.

**Maḍhab** (pl **maḍāhīb**): 'escola' ou vertente de interpretação da lei islâmica (xaria).

**Marsum**: decreto, édito.

**Mīṭqāl**: unidade de massa igual a 4.25 gramas; usada principalmente para medir metais preciosos, como ouro, e outras commodities, como açafreão.

**Nā'ib** (pl. **nuwwāb**): vice, governador adjunto.

**Qādi** (pl. **qudā**): juiz nomeado pelo governante para aplicar a xaria.

**Ra'īs** (pl. **ru'asā'**): chefe ou líder; principal oficial de uma cidade ou fortificação.

**Ribāt**: posto militar de fronteira; hospedaria sufi.

**Sayyid** (pl. **sādā**): descendente do profeta Muhammad através de sua filha Fátima.

**Sunna**: tradição profética correta, comportamento recomendado.

**Ṣahābī** (pl. **ṣahāba**): Companheiro(s) do profeta Muḥammad.

**Šahīd** (pl. **šuhada'**): um mártir da fé.

**Šarīf** (pl. **ashrāf**): de nascimento nobre, descendente do profeta Muḥammad.

**Tārīḥ**: história, historiografia.

**Tarjama** (pl. **tarājim**): nota biográfica ou pequena biografia.

**Ṭabaqa** (pl. **ṭabaqāt**): cronologia biográfica ou dicionário biográfico em ordem cronológica.

**Ulemá** (sig. **'ulāma/'ālim**, pl. **'ulamā'**): homem erudito em conhecimento religioso.

**Umma**: a comunidade dos crentes.

**'Ushur**: imposto portuário tipicamente de 10%; lit. dízimo.

**Wazīr**: ministro; pode também referir-se aos chefes do estabelecimento pessoal de governadores provinciais, amīrs importantes, e príncipes e princesas reais.

**Xafiita** (**šāfi'ī**): seguidor do imam Šāfi'ī, fundador da escola ou rito sunita que leva seu nome.

**Xaria** (**šarī'a**): a lei divina ou islâmica, estudada pelos ulemás.

**Xeique** (**šaykh** (pl. **šuyūkh**): designativo honorífico; líder religioso; lit. sênior.

**Xerafim** (**ašrafī**): moeda de prata valendo cerca de 300 réis.

**Ziyāra**: visitação; peregrinação menor.